



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MONIQUE FELIX BORIN

**Experiências da urbanização na Santa Ifigênia e Liberdade:
(des)caminhos da modernização de São Paulo nos bairros centrais
(1886 - 1923)**

CAMPINAS

2020

MONIQUE FELIX BORIN

**Experiências da urbanização na Santa Ifigênia e Liberdade:
(des)caminhos da modernização de São Paulo nos bairros centrais
(1886 - 1923)**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em História na área de Política, Memória e Cidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pela aluna Monique Félix Borin e orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

B644e Borin, Monique Félix, 1986-
Experiências da urbanização na Santa Ifigênia e Liberdade : (des)caminhos da modernização de São Paulo nos bairros centrais (1886-1923) / Monique Félix Borin. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Urbanização. 2. Colonialidade. 3. Liberdade. 4. Mercado imobiliário. 5. Mercado de terras. 6. São Paulo (SP) - História. I. Bresciani, Maria Stella Martins, 1939-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Experiences of urbanization in Santa Ifigênia and Liberdade : ways of urbanization of São Paulo in the central neighborhoods (1886-1923)

Palavras-chave em inglês:

Urbanization

Coloniality

Liberty

Real estate market

Land market

São Paulo (SP) - History

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Doutora em História

Banca examinadora:

Maria Stella Martins Bresciani [Orientador]

Izabel Andrade Marson

Josianne Francia Cerasoli

Ana Lucia Duarte Lanna

Paulo César Garcez Marins

Data de defesa: 25-11-2020

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8374-937X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2174035333004232>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação/Tese de Doutorado, composta pelas Professoras Doutoradas a seguir descritas, em sessão pública realizada em 25 de novembro de 2020 considerou a candidata Monique Felix Borin aprovada.

Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani

Prof.^a Dr.^a Izabel Andrade Marson

Prof.^a Dr.^a Josianne França Cerasoli

Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Duarte Lanna

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Esta tese é dedicada à memória de Maria Concebida, minha avó, e da Ju Paula, amiga querida. Que o amor que semearam no mundo siga florescendo em nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que através do financiamento aos processos n. 2015/14115-0 e n. 2017/23899-0 tornou essa tese possível.

Agradeço à minha orientadora Maria Stella Bresciani pela generosidade intelectual que demonstrou durante todo o meu doutorado. Foi um privilégio poder contar com essa interlocução e com seus ensinamentos ao longo dessa jornada de pesquisa. A UNICAMP transformou minhas concepções e me formou como pesquisadora, e, sem dúvida, boa parte disso foi graças à dedicação e ao empenho de Stella em estabelecer esse ambiente de debate rigoroso e de colaboração.

Agradeço a todos os professores da linha de pesquisa Cultura e Cidades do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, pelas disciplinas e pelo diálogo para construção do projeto de pesquisa. Destaco o privilégio de ter aula de Teoria da História com o professor Edgar De Decca, cujas reflexões sobre memória foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese. Agradeço à professora Silvana Rubino pela oportunidade de ser PED em sua disciplina no curso de arquitetura, uma experiência importante no processo de doutoramento. Agradeço à professora Izabel Marson pelas interlocuções no andamento da pesquisa, nas aulas da linha de pesquisa e congressos, no compartilhamento de textos e referências importantes, e pela disponibilidade em contribuir com a banca de defesa. Agradeço à professora Josianne Cerasoli pelas contribuições fundamentais tanto nas disciplinas ministradas quanto na banca de qualificação e por continuar acompanhando o trabalho de perto e compor a banca de defesa.

Agradeço à minha supervisora de estágio de pesquisa doutoral na Escuela Tecnica Superior de Arquitectura de Madrid, professora Ana Maluenda, que me recebeu em sua instituição e fez todos os esforços para me facilitar acesso aos acervos e recursos que acrescentaram tanto à formulação desta tese.

Agradeço à minha orientadora do mestrado Maria Odila Leite da Silva Dias, cujos ensinamentos são estruturais na minha formação como historiadora. Agradeço à professora Lucília Siqueira, a quem devo quase tudo, muito provavelmente não teria seguido pesquisando se não fosse pela sorte de encontrá-la ainda na graduação. Com ela aprendi que buscar fazer uma discussão histórica rigorosa é um ato de respeito com todos os interlocutores, e que isso não impede a democratização desse saber.

Agradeço ao professor Paulo Garcez por acompanhar toda a minha trajetória como pesquisadora até aqui, sempre generoso, suas colaborações fundamentais foram decisivas para os caminhos que escolhi seguir com a investigação histórica. Agradeço às professoras Ana Castro e Joana Mello, as interlocuções e contribuições tanto na disciplina ministrada por elas quanto nos congressos, que me abriram horizontes de leituras ajudando a formular os caminhos desta tese. Agradeço também à professora Ana Lanna pela interlocução valiosa nos congressos e seminários, assim como a disponibilidade em contribuir com o debate para conclusão da pesquisa participando da banca de defesa.

Agradeço a todos os funcionários da UNICAMP, especialmente ao Paulo, pela presteza, cuidado e alegria no atendimento na Biblioteca Octavio Ianni onde passei tantos dias desta pesquisa; e também ao Daniel Hatamoto, melhor secretário que estudantes de Pós-graduação podem ter, agradeço a presteza e competência que ajudavam muito a se desesperar menos com os vários problemas que surgem em uma jornada de pesquisa tão longa.

Agradeço aos funcionários de todas instituições em que consultei acervos: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Archivo Historico Nacional de España, Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Archivo de la Villa de Madrid, Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca da FAUUSP, Biblioteca Florestan Fernandes, Biblioteca Octavio Ianni, Museu de Saúde Pública de São Paulo, Museu Paulista. Faço um agradecimento especialmente à Elenice e à Tomico, profissionais competentes e dedicadas do AHM, que durante minha longa pesquisa não mediam esforços em me auxiliar de diversas formas. Esse apoio foi fundamental para minimizar os impactos das políticas de consulta da instituição, que são desenhadas para dificultar o acesso à documentação e, infelizmente, também promove o deterioro do acervo sob sua guarda.

Aos colegas da área de pesquisa Política, Memória e Cidades, especialmente à Ana Carolina, Raquel, Suelen e Thainã, pela presença constante, por compartilhar bibliografia, referências e fontes, pelas leituras e apoios, e pelos momentos de alegria compartilhados em tantas cidades no Brasil e no mundo que esse tempo de pesquisa nos permitiu conhecer juntas.

Ao Leonardo Novo, não há palavras que sejam suficientes para expressar minha gratidão por segurar minha mão tantas vezes ao longo de todos estes anos de pesquisa juntos, por compartilhar angústias, indignações e risadas. Nunca esperei que o doutorado pudesse me possibilitar um amigo e parceiro intelectual tão fundamentais na minha jornada como você, os deméritos desse trabalho são todos meu, mas em todos os acertos, tem sempre um pouquinho de você.

Agradeço às amigas Anaryla Dias e Thaisa Brandão pelo acolhimento em Madri, uma fase decisiva para a estruturação e escrita da minha tese, que foi possível graças ao apoio delas

Agradeço aos amigos Stefan Klein e ao Romulo Lelis pelos preciosos conselhos acadêmicos, pela disponibilidade para debater questões relevantes para a pesquisa no diálogo com a sociologia, e pela leitura cuidadosa do texto final da tese para colaborar com a revisão.

Agradeço às amigas Barbara Born, pela presença e o apoio constante apesar da enorme distância física; à Léia por compartilhar as angústias de ser pesquisadora partindo do chão que partimos; e à Juliana Labareda por incendiar a minha vida de alegria e historiografia indignada.

Aos meus sociólogos favoritos: Matheus Preis, cuja curiosidade intelectual me inspira; ao Rodolfo Valente, que compartilhou as rabugices e as alegrias de estar quase sempre em desconformidade; e à Mariana Toledo, que, além de uma amiga querida, é uma intelectual com quem dá gosto discutir.

Agradeço ao Igor Nogueira pelo carinho e apoio sempre que precisei, e pela ajuda fundamental com as imagens e mapas que compõe a tese.

Agradeço à Caróu, não é sempre que se tem a honra de ser amiga da sua historiadora favorita, agradeço o companheirismo e o extenso trabalho de revisão da tese.

Agradeço aos meus amigos Erica e Olegário, por sustentarem, humanizarem e alegrarem a minha existência, por todo o apoio e todas as trocas e debates nesses longos anos compartilhados, não tenho palavras para agradecer a existência e presença de vocês; à Viliane, Vivi e Helena, amigas queridas que me inspiram de muitas formas com seus vários talentos, agradeço pelo carinho, apoio e presença.

Agradeço à minha família o apoio ao longo de toda a minha formação, ao meu pai Wilson Roberto e meus irmãos Igor e Wilson.

Agradeço à minha mãe, Ruth, a quem devo tudo que sou, espero um dia poder retribuir todo o sacrifício e carinho incondicional.

Mirar. Hacia dónde y desde dónde. Ahí está lo que nos separa.
Ustedes miran lo que es, nosotros lo que puede ser
Ustedes miran números, nosotros personas
Ustedes calculan estadísticas, nosotros historias
Ustedes nos miran y nos reclaman dónde estábamos cuando su calendario marcaba sus
urgencias “historicas”. Nosotros los miramos y no les preguntamos dónde han estado
durante estos más de 500 años de historia
Ustedes miran cómo aprovechar la coyuntura, nosotros como crearla
Ustedes miran posibilidades, nosotros lo que es imposible sólo hasta la víspera
Ustedes y nosotros no somos lo mismo.

Con todo esto y lo que sigue, ¿digo que no hay que escribir-leer biografías? No, pero lo
que hace que ande la vieja rueda de la historia son los colectivos, no los individuos... o
individuas. La historiografía se nutre de individualidades; la historia aprende de
pueblos.

Subcomandante Insurgente Marcos
(de la serie de comunicados “Ellos y Nosotros”, extracto de la entrega VI - Las Miradas
– 1. Desde cualquier rincón, en cualquiera de los mundos. Planeta Tierra, febrero 2013).

RESUMO

Esta tese investiga as experiências da urbanização nos bairros paulistanos da Santa Ifigênia e da Liberdade entre 1886 e 1923. Visa, a partir desse recorte, problematizar as teses elaboradas sobre a modernização de São Paulo nesse período em que a cidade viveu um surto de desenvolvimento econômico. Desde essa dimensão, buscamos discutir a própria formulação do conceito de modernização na historiografia sobre a capital paulista, e as conexões dessa discussão com a historiografia das reformas urbanas do século XIX no mundo ocidental. Santa Ifigênia e Liberdade estão, respectivamente, nos vetores de expansão a oeste e a sul desde a centralidade histórica da cidade, da qual são contíguos. A opção por esses bairros tanto se deve às dinâmicas que operaram na expansão urbana naquele momento, quanto por destoarem do imaginário sobre a urbanização da capital paulista, já que não dispunham de segregação ou especialização espacial rígidas - eram local de moradia de diferentes classes sociais, de comércio, de pequenas oficinas. Discutimos as dinâmicas de ocupação e adensamento desses territórios no seu entrelaçamento com as experiências urbanas de quem os habitava, assim como os processos envolvidos na formação da composição demográfica. Perscrutamos as múltiplas dimensões que perpassam a conformação do espaço urbano, pensando sobre as questões relativas à expansão, morfologia e implementação de equipamentos de infraestrutura urbana. Para tanto, a pesquisa procedeu o cruzamento de distintas fontes, como estratégia de análise para abordar o multifacetamento dissensual do urbano; entre as principais estão os autos crimes do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo e os ofícios e plantas de pedidos para obras particulares do Arquivo Histórico de São Paulo. A partir dessa análise, buscamos explicitar que a constituição desses bairros foi perpassada por conflitos que estão gravados em sua forma urbana. Ditos conflitos não eram somente locais, reverberando as implicações da colonialidade na estruturação das relações entre/intra classes, atravessadas pelas dinâmicas das relações raciais desde os processos de derrocada e abolição do escravismo negro e imigração europeia massiva.

Palavras-chave: urbanização; colonialidade; São Paulo; Santa Ifigênia; Liberdade.

ABSTRACT

This thesis investigates the experiences of urbanization in the São Paulo's neighborhoods of Santa Ifigênia and Liberdade between 1886 and 1923. Departing from this focus, the goal of this research is to discuss the thesis about the modernization of São Paulo during this period of intense economic development boom. From this dimension, the study discusses the formulation of the concept of modernization in historiography about the capital of São Paulo, and the connections of this discussion with the urban reforms' historiography of Western's 19th century. Both neighborhoods are located at the expansion vectors towards the west and south from the historical centrality of the city, from which they are contiguous. These neighborhoods have been selected to this comparative analysis considering the dynamic role they had in the urban expansion at that time and because they are particularly different from the usual imaginary about the urbanization of the paulista capital. They don't had a straight specialized segregation - the neighborhoods were homes for different social classes and had shops and little workshops. I discuss the dynamics of occupation and densification of these territories and how they are intertwined with the urban experiences of those who inhabited them, as well as the processes involved in the formation of their demographic composition. We examine the multiple dimensions that permeate the building of urban space, reflecting about issues related to the expansion, morphology and implementation of urban infrastructure equipment. This research cross referenced several historical sources as an analysis strategy to address the urban dissensual multifacetting. The main sources are the criminal records of Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo and the official proposals and architectural plans to private constructions available at the Arquivo Histórico de São Paulo. With this analysis, we seek make it clear that the constitution of these neighborhoods was permeated by conflicts that are recorded in its urban form. Those conflicts were not only local, reverberating the implications of coloniality in the structuring of relations between/ intra classes, crossed by the racial relations dynamics related to the processes of overthrow and abolition of black slavery and massive European immigration.

Keywords: urbanization; coloniality; São Paulo; Santa Ifigênia; Liberdade.

RESUMEN

Esta tesis investiga las experiencias de la urbanización en los barrios Santa Ifigênia y Liberdade, en la ciudad de São Paulo, Brasil, entre 1886 y 1923. Desde ese recorte, problematizamos las tesis elaboradas sobre la modernización de São Paulo en este periodo en que la ciudad vivió un surto de desarrollo económico. Partiendo de esta dimensión, buscamos discutir la propia formulación del concepto de modernización en la historiografía sobre la capital paulista y las conexiones de esa discusión con la historiografía de las reformas urbanas del siglo XIX en el mundo occidental. Santa Ifigênia e Liberdade están, respectivamente, en los vectores de expansión a oeste y a sur desde la centralidad histórica, de la cuál son contiguos. La opción por esos barrios fue tanto por las dinámicas que operan en la expansión urbana en aquel momento, como por ser disonantes del imaginario sobre la urbanización de la capital paulista, pues no tenían segregación o especialización espacial rígidas – viviendas de diversas clases sociales, así como también había comercios y talleres profesionales estaban ubicados allí. Discutimos las dinámicas de ocupación y densificación de esos territorios en su entrelazamiento con las experiencias urbanas de quien los habitaba, así como los procesos involucrados en la formación de su composición demográfica. Investigamos las múltiples dimensiones que permean la conformación del espacio urbano, pensando sobre las cuestiones relativas a la expansión, morfología e implementación de los equipos de infraestructura urbana. La investigación se basó en el cruzamiento de distintas fuentes, como estrategia de análisis para acercarse del multifacético disensual del urbano. Entre las principales fuentes están los registros crimen del Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo y los oficios y plantas de pedidos para obras particulares del Arquivo Histórico de São Paulo. Desde ese análisis, buscamos explicitar que la constitución de esos barrios fue permeada por conflictos que están grabados en su forma urbana. Dichos conflictos no eran solamente locales, reverberando las implicaciones de la colonialidad en la estructura de las relaciones entre/intra clases, atravesadas por las dinámicas de relaciones raciales desde los procesos de derrocada y abolición de la esclavitud negra y la inmigración europea masiva.

Palabras clave: urbanización; colonialidad; São Paulo; Santa Ifigênia; Liberdade.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 – Indicação aproximada dos bairros da Santa Ifigênia (círculo amarelo) e Liberdade (círculo roxo) sobre Planta Geral da Capital de São Paulo (1897)	40
Figura 02 – Recorte da Planta Geral da Capital de São Paulo (1897) com destaque para o Triângulo histórico identificado em azul claro	86
Figura 03 – Indicação das propriedades no além-Anhangabaú sobre recorte da “Planta da Cidade de S. Paulo” (1810)	101
Figura 04 – Ficha do Arquivo Aguirra sobre propriedades de terras da Irmandade Santa Ifigênia e São Elesbão na rua Santa Ifigênia (1876)	103
Figura 05 – Recorte do Mapa “Sara Brasil” do vetor oeste de expansão, quase ao centro da imagem cortando na transversal está a avenida São João (1930)	108
Figura 06 – Intervenção sobre recorte do mapa “Sara Brasil” para localizar a abertura das vias no bairro da Santa Ifigênia, identificadas por cor e data na legenda (1930)	110
Figura 07 – Ladeira São João. Álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)	115
Figura 08 – Residência de Emília Azevedo – localizada na esquina da rua Guaianazes com rua Timbiras (s/d)	117
Figura 09 – Residência de Olivia Guedes Penteado – localizada na rua Conselheiro Nébias nº 61 (s/d)	117
Figura 10 – Residência de Carlos Paes de Barros – localizada na esquina da rua Santa Ifigênia com rua Ipiranga (s/d)	118
Figura 11 – Proprietário não identificado – localizada na rua Aurora (s/d)	118
Figura 12 – Planta anexa ao ofício de Manoel Ferreira de Almeida (1985)	120
Figura 13 – Recorte da planta anexada a SOP de Carlos Milanese localizando a propriedade em relação ao ribeirão Anhangabaú (1893)	124
Figura 14 – Recorte da planta anexada a SOP de Carlos Milanese destacando os porões (1893)	124
Figura 15 – Recorte da planta anexada a SOP demonstrando a fachada. Assinada por Carlos Milanese (1893)	125
Figura 16 – Planta anexa ao ofício de Francisco Pardini (1893)	126
Figura 17 – Planta anexa ao ofício de Eugênio Vambir (1893)	127
Figura 18 – Croqui anexo ao ofício de Santa Casa (1893)	129
Figura 19 – Croqui anexo ao ofício de Antonio P. Souza (1894)	130
Figura 20 – Planta anexa ao ofício de Luiz Augusto da Silva (1893)	133
Figura 21 – Planta anexa ao ofício de Antonio Alvares L. Penteado (1905)	136
Figura 22 – Planta anexa a ofício de Carlos Gilardi (1892)	142
Figura 23 – Ficha do Arquivo Aguirra localizando pagamento de impostos sobre muros na província de São Paulo (1881-1883)	145
Figura 24 – Croqui anexo a ofício de Luiz Rifare (1904)	174
Figura 25 – Ficha de identificação anexada ao processo de Maria Paschoal (1907)	176
Figura 26 – Planta anexada ao ofício de Ofício de Possidônio Ignácio das Neves (1893)	186
Figura 27 – Planta anexada ao ofício de Ofício de Possidônio Ignácio das Neves (1901)	187
Figura 28 – Planta anexada ao auto crime aberto contra Possidônio Ignácio das	191

Neves (1894)	
Figura 29 – Intervenção sobre recorte do “Sara Brasil” (1930) indicando a localização aproximada dos imóveis de Possidônio Ignácio das Neves localizados durante a pesquisa	197
Figura 30 – Recorte do mapa “Sara Brasil” localizando a quadra da Capela dos Aflitos (1930)	203
Figura 31 – Planta anexada ao ofício de João Dalle Luche (1906)	215
Figura 32 – Autuação anexa ao ofício de Saviano Antonio (1905)	218
Figura 33 – Detalhe da fachada na planta anexa do ofício de Francisco Stoffa (1905)	220
Figura 34 – Planta anexa do ofício de Francisco Stoffa (1905)	221
Figura 35 – Detalhe da fachada na planta anexa do ofício de Nicola Stoffa (1905)	222
Figura 36 – Planta anexa do ofício de Nicola Stoffa (1905)	222
Figura 37 – Planta anexa do ofício de Pedro Marano (1908)	224
Figura 38 – Detalhe do porão da planta anexa do ofício de Pedro Marano (1908)	225
Figura 39 – Planta anexa ao ofício de Francisco Stoffa (1908)	227
Figura 40 – Planta anexa ao pedido de Francisco Stoffa (1913)	228
Figura 41 – Croqui anexo ao ofício de Antonio Belleza (1908)	231
Figura 42 – Croqui anexo ao ofício de Fernando Simões (1909)	233
Figura 43 – Croqui anexo ao ofício de Fernando Simões (1909)	234
Figura 44 – Croqui anexo ao ofício de Gomes Cardim (1909)	237
Figura 45 - Croqui anexa ao ofício de Joaquim Manteno (1899)	240
Figura 46 - Planta anexa ao ofício de Carlos Moreira Guimarães (1900)	244
Figura 47 - Planta anexa ao ofício de Raphael Ferrara (1905)	246
Figura 48 - Residência de Ramos Azevedo – localizada na rua Pirapitinguy (s/d)	249
Figura 49 - Residência de Manoel Pessoa Siqueira Campos – localizada na rua Pirapitinguy (s/d)	250
Figura 50 - Residência do Conde de Parnaíba – localizada na esquina da rua Tamandaré (s/d)	250
Figura 51 – Recorte da Planta Geral da Capital de São Paulo (1897). No recorte se pode observar a relação do bairro da Liberdade com o rio Tamanduateí ainda não totalmente retificado (à direita), assim como a relação do Tamanduateí com o Triângulo e com o ribeirão Anhangabaú (à esquerda)	275
Figura 52 – Quadra entre a rua Conde de Sarzedas e a Rua Tabatinguera com ocupação interna através de ruas particulares. As vilas Conde de Sarzedas e Carolina Augusta podem ser bem visualizadas no recorte. No fundo da quadra, se vê instalações da Light (1930)	276
Figura 53 – “A Leitura”, de Almeida Júnior (1892)	279
Figura 54 – Recorte da Planta da Cidade de São Paulo (1924) mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, e a relação desses arruamentos com o rio já completamente retificado	280
Figura 55 - Detalhe da ocupação mista do bairro do Campos Elíseos: casas alinhadas e isoladas no lote, com diferentes padrões de moradia para distintas classes sociais. Linhas vermelhas: séries de casas alinhadas no lote. Pontos azuis: casas isoladas no lote ou com recuo frontal (1930)	293
Figura 56 - Detalhe de quadras da rua Aurora no bairro da Santa Ifigênia com incidência de edificações com recuos frontais, identificadas por pontos azuis	297

(1930)	
Figura 57 - Detalhe de quadras no bairro da Liberdade com incidência de edificações com recuos frontais e/ou laterais identificadas por pontos amarelos (1930)	298
Figura 58 – Planta anexa do escritório de “Ofício de Associação beneficente e protectora das mulheres desamparadas” (1913)	308
Figura 59 – Recorte de detalhe de planta anexa do escritório de “Ofício de Associação beneficente e protectora das mulheres desamparadas” (1913)	309
Figura 60 – Recorte da Planta da cidade de São Paulo levantada pela Companhia Cantareira de Esgotos (1881). Área impactada pela reforma indicada em vermelho, à esquerda a rua São João, e à direita o vale do Anhangabaú	309
Figura 61 – Planta anexa do escritório de Francisco Rivera (1912)	311
Figura 62 – Planta anexa do escritório de Julio Micheli (1906)	317
Figura 63 – Planta anexa do escritório de Cecoarini Elena (1906)	318
Figura 64 – Perspectivas das formas das quadras descrita no Projeto de <i>Ensanche</i> de Barcelona por Cerdà	322
Figura 65 – Detalhes dos tipos de formas de quadras apresentados no projeto. “Plano del Ensanche de Madrid por Carlos María de Castro” (1861)	323
Figura 66 – Reconstrução de planta anexa ao pedido de Marques de Cubas (1895)	325
Figura 67 – Reconstrução de planta anexa ao pedido de Don Juan Gimeno Galé para Calle de la Fé nº 4 (1910)	325
Figura 68 – Reconstrução de planta principal e segundo piso anexa ao pedido de Don Carlos Rubiales y Seixas (1898)	326
Figura 69 – Reconstrução de planta referente a “sotabanco y trastera” anexa ao pedido de Don Carlos Rubiales y Seixas (1898)	326
Figura 70 – Planta anexa de Ofício de Rossi & Brenni (1894)	329
Figura 71 – Planta anexa de Ofício de Ildefonso da Silva (1909)	331
Figura 72 – Planta anexa de Ofício de Antonio Dino da Costa Bueno (1911)	333
Figura 73 – Planta anexa de Ofício de Carmela Chirico (1915)	334
Figura 74 – Identificação da ocupação por construções da parte interior dos lotes no bairro da Liberdade (1930) destacando as edificações em cores	339
Figura 75 – Planta anexa ao escritório de Francisco Ferraz (1899)	340
Figura 76 – Planta anexa ao escritório Rossi e Brenni e cia (1893)	343
Figura 77 – Planta anexa ao escritório Julio Micheli (1906)	345
Figura 78 – Planta anexa ao escritório Gastão Rachou (1917)	346
Figura 79 – Planta anexa ao escritório Possidônio Ignácio das Neves [planta não construída] (1896)	348
Figura 80 – Planta anexa ao escritório Possidônio Ignácio das Neves [planta construída] (1896)	348
Figura 81 – Planta anexa ao escritório Possidônio Ignácio das Neves [planta construída] (1896)	349
Figura 82 – Planta anexa ao escritório Possidônio Ignácio das Neves [planta construída] (1905)	351
Figura 83 – Planta anexa ao escritório Possidônio Ignácio das Neves (Vila Suíça) (1906)	352
Figura 84 – Planta anexa ao escritório Possidônio Ignácio das Neves (Vila Suíça) (1913)	355
Figura 85 – Planta anexa ao escritório Antonio José das Chagas Junior (1913)	356

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – SOP consultadas por períodos de organização do acervo	44
Tabela 2 – Tabulação dos construtores/empreiteiros mais recorrentes nos pedidos da SOP consultados referentes o bairro da Santa Ifigênia	122
Tabela 3 – Tabulação das fichas que analisam propriedades de Carlos Gilardi no Relatório	140
Tabela 4 – Pedidos referentes a propriedades de Possidônio Ignácio das Neves	198

LISTA DE ABREVIACÕES

AHM – Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

AHN – Archivo Historico Nacional de España

ATJSP – Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

AVM – Archivo de la Villa de Madrid

BNE – Biblioteca Nacional de España

CECULT - Centro de Pesquisa em História Social da Cultura

CIEC – Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade

COAM – Colegio de Arquitectos de Madrid

MSP – Museu de Saúde Pública de São Paulo

MP – Museu Paulista

SARA - Società Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici

SIRCA – Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo

SOP – Série Obras Particulares

USP – Universidade de São Paulo

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

<u>PRELÚDIO: SERIA SÃO PAULO UM TEMA ESGOTADO?</u>	19
<u>INTRODUÇÃO</u>	38
ENFRENTANDO A PACIFICAÇÃO DA HISTÓRIA: CONSENSOS, DISSENSOS, FRAGMENTAÇÃO E TOTALIDADE NA APREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO	54
EXPERIÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO	71
<u>PARTE I – DESLOCAMENTOS A SUL E OESTE: PENSANDO AS IMAGENS CONSTRUÍDAS SOBRE A EXPANSÃO URBANA DE SÃO PAULO</u>	83
I.I. MARCHA PARA OESTE? CORPOS DISSIDENTES NO CAMINHO DO VETOR DE EXPANSÃO DAS ELITES PAULISTAS	97
I.II. FORMAS DE HABITAR A SANTA IFIGÊNIA: DE PALACETES A CORTIÇOS	113
I.III. – “RELATÓRIO DA COMISSÃO DE EXAME E INSPECÇÃO DAS HABITAÇÕES OPERARIAS E CORTIÇOS NO DISTRICTO DE STA. EPHIGENIA (1893)”: OS USOS POLÍTICOS DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O ADENSAMENTO URBANO	138
I.IV. - TRANSFERÊNCIA DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO: DINÂMICAS DE COMÉRCIO E BOÊMIA NO PROCESSO DAS REFORMAS DO ENTORNO DO ANHANGABAÚ	166
I.V. - TERRITORIALIDADES AO SUL DA SÉ: FACES DA OCUPAÇÃO DA LIBERDADE	181
I.VI. – FORÇA, PELOURINHO, CEMITÉRIO DOS AFLITOS: QUESTÕES DA ETNICIDADE NA LIBERDADE	199
I.VII. - O COMÉRCIO DE VÍVERES E OS USOS DE PORÕES	212
I.VIII. - DESCAMINHOS DA EXPANSÃO AO SUL?	238
<u>PARTE II – TRAÇADOS URBANOS ALÉM DO TRIÂNGULO: QUESTÕES SOBRE AS REGULARIDADES E IRREGULARIDADES DA FORMA URBANA EM SÃO PAULO</u>	255
II. I. TRAÇADO URBANO	264
II.II. OCUPAÇÃO DA RUA	286
II.III. OCUPAÇÃO DO LOTE	315
<u>APONTAMENTOS FINAIS</u>	360
<u>FONTES MANUSCRITAS</u>	366
<u>FONTES PUBLICADAS</u>	367
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	368
<u>ANEXO I – TRAJETÓRIA EM ARQUIVOS</u>	382

Prelúdio: Seria São Paulo um tema esgotado?

Seria São Paulo um tema esgotado? A cidade é objeto de estudo constante nas humanidades, e o período no qual se insere essa investigação foi o recorte de uma extensa historiografia, que nele identificou, e problematizou, o nascimento da cidade-metrópole “locomotiva do país”. Apesar de, no âmbito do campo dos estudos acadêmicos, notar-se um ar de enfado com o que seria um excesso de trabalhos dedicados ao tema, repetindo abordagens, descobrindo pequenos detalhes que em nada mudam um “quadro geral” já traçado - seja da leitura “tradicional” seja da “crítica” - o interesse público pelo tema segue forte – assim como os discursos políticos formulados sobre ele.¹ Nos últimos anos alguns dos mais renomados curadores de arte do país se dedicaram a organizar exposições em que a capital paulista era o tema. A exposição “Avenida Paulista”, esteve no Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 2017, tendo como diretor artístico o curador geral da instituição, Adriano Pedrosa; “Metrópole: Experiência Paulistana” esteve em exposição, em 2017, na Estação Pinacoteca com curadoria de Tadeu Chiarelli; “São Paulo não é uma cidade”, com curadoria de Paulo Herkenhoff, foi a principal exposição da abertura do SESC 24 de maio, estando aberta ao público entre 2017 e 2018. Não se tratava das recorrentes exposições realizadas quando das numerosas efemérides relacionadas com a história da cidade, mas de exposições que se propunham a uma investigação ampla sobre a formulação da visão de cidade que estava em elaboração na obra de diversos artistas contemporâneos – e, com esse suporte, propor discursos políticos interpretativos sobre a condição histórica e atual da cidade.²

¹ Nesta tese, faremos um balanço das tendências da historiografia de São Paulo sobre a urbanização da cidade na passagem do século XIX para o século XX. Entendemos que, apesar de um movimento de revisão historiográfico muito profícuo, dois campos de interpretações mais esquemáticas seguem como referência no imaginário público e nas contextualizações históricas realizadas por estudos na área das ciências humanas. O campo da leitura “tradicional” é composto pelos estudos que constituíram a tese da segunda fundação da cidade, pautado numa história de transformação etapista da pequena cidade modorrenta à sua *modernização* em metrópole capital financeira do país. O campo da leitura “crítica” é uma crítica à leitura “tradicional”, discutindo os problemas e descompassos das transformações urbanas de cidade, defendendo que a cidade foi cindida em duas: uma cidade formal que concentrou as benesses da *modernização*, e uma cidade informal que padece com questões urbanas pois foi abandonada pelo poder público; essa cidade dual seria resultado da incompletude do processo de *modernização* de São Paulo. O conceito de modernização tem papel fundamental nas duas leituras, e pretendemos discutir como isso mostra que apesar de se apresentarem como leituras divergentes reforçam as mesmas bases teórico-metodológicas da história urbana.

² Há uma série de exposições temáticas em comemorações ao aniversário da cidade, por exemplo. Recentemente, uma das exposições da inauguração da nova sede do Instituto Moreira Salles (IMS) de São Paulo, aberta no fim de 2017, tinha como mote o aniversário da cidade. “São Paulo: três ensaios visuais”, com curadoria de Guilherme Wisnik, apesar de classificar que a cidade se “recusava a fixação de uma imagem sintética”, apresentava em seus três eixos (personagens; construção/demolição; letreiros) uma repaginação da historiografia hegemônica sobre São Paulo, mas que reforçava a imagem da cidade do “crescimento rápido”, da “associação singular” entre raças e dos “ciclos” econômicos. Reforçando signos

As exposições foram concebidas para ocupar importantes territórios de disputa pela cidade: a Estação Pina, um espaço cultural alocado em um ex-centro de tortura da ditadura civil-militar, encravado no território conhecido como Cracolândia, que nos últimos anos passa por ações que se autoproclamam como de “revitalização”, tendo como âncora as próprias instituições culturais governamentais instaladas na região;³ o Sesc 24 de Maio, no corredor que liga o Teatro Municipal à Praça da República, que bamboleia em um discurso entre “revitalizar” o centro e “dar potência” às expressões culturais que ocupam as ruas-calçadas do seu entorno;⁴ e, por fim, o MASP, que na sua exposição sobre a Avenida Paulista como símbolo da cidade, expressava a recente mudança de direção da instituição, com um discurso de “reabilitar” a proposta-gênese do museu concebida por Lina Bo Bardi.⁵ Abordaremos as duas

que, portanto, localizaram essa exposição muito mais no campo das leituras tradicionais do que no campo crítico, como se autointitulava a exposição [as aspas são citações diretas dos textos da exposição e do folder de divulgação, de autoria de Wisnik].

³ A Estação Pina, um dos espaços que compõe a Pinacoteca de São Paulo, está localizada em uma parte da Estação Júlio Prestes que por décadas abrigou o órgão de repressão social e política do Estado, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). O prédio esteve abandonado por um longo período, durante o qual associações de ex-presos, torturados e familiares de mortos e desaparecidos reivindicaram que o espaço fosse transformado em um centro de memória. O prédio passou à administração da Secretaria da Cultura, que ali implementou a Estação Pinacoteca – a parte onde estavam as antigas celas do DEOPS era conhecido como Museu da Liberdade. Em 2009, o andar térreo do edifício passa a ser o Memorial da Resistência, mas continua sob gestão da Estação Pina. Em 2017, a Estação Pina cedeu mais um dos andares para as atividades do Memorial da Resistência. No mesmo ano, durante a Virada Cultural, a Prefeitura, sob a gestão de João Dória (PSDB) e o Governo do Estado, sob a gestão de Geraldo Alckmin (PSDB), fizeram uma intervenção violenta com a intenção de destruir o que era conhecido como a Cracolândia. Além do uso extensivo de armas menos letais, espancamentos, e internações compulsórias, também foram demolidos prédios na rua Helvétia, com diversos relatos de que havia pessoas dentro das edificações. As implicações dessa ação seguem durante todo o ano de 2018, com o território dos usuários de crack, conhecido como fluxo, locomovendo-se constantemente pela região, fixando-se, sendo atacado pela força policial, e voltando a se locomover continuando o ciclo – mas sempre nas imediações dos bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos. O edifício é do início do século XX, construído pelo escritório de Ramos de Azevedo para instalações administrativas da Companhia de trens Sorocabana, cuja estação principal está logo ao lado.

⁴ Essa unidade do SESC, inaugurada em 2017, após décadas de reforma do prédio localizado na 24 de Maio, tinha como proposta inicial ser um centro de confluência de ações que propunham, ao longo dos anos 2000, revitalizar o centro da cidade. No longo período das obras, o termo passou a ser cada vez mais questionado por especialistas e pela população, já que o centro da cidade continuava bastante movimentado – apesar de ter se tornado uma região de ocupação majoritariamente popular após o deslocamento de empresas e serviços para o setor sudoeste (Villaça). Assim, ao longo da elaboração do projeto do SESC, o discurso da instituição foi sendo adaptado, já que as ruas do entorno do seu edifício são justamente as de maior ocupação cultural dessa parte da região central: encontros de pixadores, de dançarinos de *break*, e de várias outras expressões da cultura negra, assim como da nômade “feira do rolo”. Atualmente, esse SESC abriga ações que servem como plataforma para a difusão da cultura negra na cidade, servindo também como referência de espaço aberto e gratuito de permanência da população volante e moradora da região. Ações de repressão às práticas de pedintes e moradores de rua são frequentes nesse edifício, especialmente nos espaços de maior convivência/permanência: o vão livre do térreo e o penúltimo andar conhecido como “jardim da piscina”, que dispõe de um espelho d’água de uso livre, mesas, cadeiras e uma cafeteria.

⁵ O MASP, após longa crise financeira, foi assumido pelo Instituto Itaú Cultural, em uma das mais bem-sucedidas ações da família Setúbal em seu planejamento para se tornar a maior mantenedora cultural do

primeiras exposições, por se tratarem de curadorias que pretendiam ver São Paulo como um objeto artístico-reflexivo mais amplo, sem um recorte tão preciso quanto a exposição do MASP.

As duas exposições têm um traço em comum: buscam colocar lado a lado obras que expressam interpretações distintas sobre a cidade, abordadas nos textos curatoriais não como inconciliáveis, mas sim como uma multiplicidade de interpretações possíveis, que podem se articular/somar, para entender São Paulo como um objeto intrinsecamente contraditório. No entanto, essas leituras não são apresentadas como se estivessem em disputa entre si. Chiarelli, no texto do catálogo da exposição da Estação Pina, intitulado “Andar por São Paulo faz com que São Paulo também ande em nós” (2017), aponta que a exposição estará toda conectada pelo tema da *circulação*. Dos três símbolos da cidade escolhidos como eixos, a avenida Paulista seria o melhor representante desse tema, já que “o deslocamento perene de mercadorias e pessoas – de pessoas transformadas em mercadoria – parece sintetizar São Paulo em toda a sua crueza e, não raro (e apesar de tudo), em alguma espécie de beleza” (CHIARELLI, 2017: 11).⁶ O simbolismo da avenida Paulista como espaço de circulação de pessoas, de mercadorias, e de pessoas feitas mercadorias aparece em diversas obras, no entanto, a impossibilidade da circulação e os territórios próprios criados pelas dinâmicas de segregação sócio espacial também. Apesar de as obras, no interior de cada eixo, expressarem as contradições e confrontos no âmbito desse símbolo da avenida como circulação, em seu discurso o curador não apresenta uma dimensão da crítica da pretensa universalidade desses símbolos.

Esse tom de celebração crítica da cidade acompanha o restante do texto, marcando uma posição ambivalente do curador, que busca principalmente mostrar que todas as visões sobre a cidade podem ser comportadas naquela exposição. No entanto, as limitações desse discurso aparecem rapidamente: ao apresentar as performances da artista Renata Felinto, descreve que elas ocorrem em lugares facilmente identificáveis

país – a retomada da proposta museológica de Lina Bo Bardi foi a primeira ação dessa nova direção. Durante os últimos anos, houve propostas para cercar o vão livre do museu a fim de impedir a pernoite de moradores de rua e concentração de manifestações; buscou-se impedir que manifestações sociais e políticas ocorressem na avenida Paulista; manifestações foram completamente cercadas pela polícia dentro do vão livre do MASP; e grupos políticos opositores se enfrentaram fisicamente na avenida desde 2013 até os desdobramentos do impeachment de Dilma Rousseff.

⁶ Os três símbolos escolhidos como eixos pelo curador eram: A Montanha [em referência ao Pico do Jaraguá]; O Monumento [em referência ao Monumentos às Bandeiras]; e O Edifício/A Avenida [referência ao próprio edifício que abriga a Estação Pina e a Avenida Paulista].

da cidade como a Estação da Luz ou a rua Oscar Freire, e por outras em “irreconhecíveis recantos”, nesse caso bairros populares da zona leste de São Paulo onde a artista cresceu. Para o curador, a performance-dança de Felinto nos seus lugares reconhecíveis e irreconhecíveis representa como “São Paulo transborda e faz dissipar nossa capacidade de reconhecer cada um de seus recantos”. As ruas dos bairros populares, o horizonte de conjuntos habitacionais, são um símbolo da cidade para uma parte expressiva da sua população, mas não para Chiarelli. A possibilidade de comportar todos os discursos, produzindo em alguma medida uma síntese pacificadora dos embates pela cidade, lhe escapa em diversas escalas do olhar. A performance de Felinto estava exposta no primeiro eixo, centrado na construção de identidades positivas dos artistas imbricadas na sua experiência pessoal com a metrópole. Para exemplificar essa relação, Chiarelli relembrou os versos de Mário de Andrade ao desejar que partes de seu corpo fossem sepultadas em diferentes lugares da cidade, criando assim uma “cartografia afetiva” de São Paulo. Os modernistas são assim apresentados no texto do curador, recebendo por parte deste uma autoridade artística, e afetiva, sobre a metrópole que perpassará muitos dos discursos construídos sobre a cidade de São Paulo – especialmente, dentro da tradição crítica.⁷

Nas aproximações feitas com o segundo eixo da exposição, “O Monumento”, a impossibilidade de manter o discurso da síntese fica ainda mais evidente, bem como esse lugar de destaque da geração modernista:

No entanto, o que nele [Monumento às Bandeiras] me atrai é o que o tem distinguido de todos os outros monumentos espalhados pela cidade: sua capacidade de ressignificação. Como um pêndulo, seu sentido oscila entre a glorificação da “raça” paulista e o de atestado do genocídio dos povos marginalizados praticado (e ainda em prática) no país (CHIARELLI, 2017: 12).

Para discutir essa oscilação dos sentidos, Chiarelli considera que deve elucidar o público da exposição sobre a história envolta na produção da escultura-monumento assinada por Victor Brecheret. Argumenta que esses modernistas decidiram fazer a encomenda a Brecheret como uma reação a uma possível doação por parte da

⁷ As obras de Mário de Andrade e Oswald de Andrade são expressões artísticas reiteradamente utilizadas nos estudos sobre esse período em São Paulo, dando um protagonismo à produção desses modernistas como reflexão crítica sobre o processo de *modernização* da cidade – a atribuição dessa autoridade artística e afetiva para tratar desse tema faz parte de uma estratégia de hegemonização modernista na historiografia.

colônia portuguesa em São Paulo de um monumento com esse tema, o que seria considerado um insulto às Bandeiras e aos bandeirantes, tomados como marco de memória de um nascimento da nação nos discursos desses agentes.⁸ O monumento, para se inserir de modo autêntico na disputa da formação da identidade nacional, deveria ser feito por um artista nacional e moderno.⁹ O curador defende uma leitura sobre a abrangência do mito bandeirante naquela sociedade, fazendo uma tentativa de mediação dessa ação patrimonial dos modernistas de São Paulo:

De início é importante sublinhar que, no começo de 1920 em São Paulo, a relação direta que se fazia entre os antigos bandeirantes e os paulistas de então não era prerrogativa apenas dos setores mais conservadores da elite local. Muitos modernistas também já haviam naturalizado a ideia de que o bandeirante simbolizava melhor do que qualquer outro o suposto caráter aguerrido do paulista do início do século XX, o principal responsável pelo fato de ser São Paulo – a cidade e o estado – a “locomotiva” do país” (CHIARELLI, 2017: 20).

Estaria Chiarelli localizando os modernistas como uma porção mais progressista da elite local ou mesmo fora do que, naquele momento, poderia ser considerado a elite local? Não fica explícito no texto. No entanto, a ponderação busca de alguma maneira dissociar a opção dos modernistas em relação ao Monumento às Bandeiras de um posicionamento ideológico sobre esses eventos históricos. Fica mais explícita essa leitura quando ele confronta o momento da encomenda, na década de 1920, com a contratação efetiva do monumento, na década de 1930: classifica que o “paulistanismo” da formulação inicial era de uma “ingenuidade romântica”, que desaparece na década seguinte se tornando um tema governamental após a revolta de 1932 (CHIARELLI, 2017: 22). Assim, apoiar e articular ativamente a construção de um monumento de celebração bandeirante seria um equívoco pontual compreensível de parte da geração modernista, não significando, portanto, que a identificação com esse símbolo histórico marcasse um posicionamento político e ideológico do movimento,

⁸ Domingos Tadeu Chiarelli tem uma vasta produção acadêmica sobre o movimento modernista, tema no qual concentrou boa parte da sua carreira como professor do Departamento de Artes Plásticas da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, lecionando principalmente disciplinas ligadas a história da arte. Sua tese de livre-docência, defendida em 2005, tem como título “Conciliando contrários: um modernismo que veio depois”, onde debate a construção a posteriori de uma unidade dentro do movimento modernista. É assim parte ativa da produção historiográfica que consolidou a hegemonia do modernismo.

⁹ Essas questões eram a centralidade da preocupação dessa geração artística e intelectual, buscando definir e explicar a formação nacional e os entraves para a consolidação de uma “identidade nacional”. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.

entranhado em sua produção e nas visões da São Paulo elaboradas por meio dela.¹⁰ A sua narrativa, inclusive, busca centralizar a leitura bandeirantista em Menotti del Picchia, como consultor de Brecheret e posteriormente como agente estatal envolvido na efetivação da obra, afastando a possibilidade de uma relação estrutural entre o bandeirantismo e o modernismo paulista. Essa justificativa de uma opção que paira acima da condição concreta desses agentes e de seu posicionamento naquela estrutura social é uma tônica que se repete durante toda a exposição: os artistas, suas obras, seus discursos e sua condição social são apartadas das suas representações sobre a cidade.

Na exposição “São Paulo não é uma cidade” o curador Paulo Herkenhoff argumenta que não teceu ativamente um alinhavar dos discursos dos diferentes artistas que participaram da exposição. Isso estaria expresso na sua escolha de uma exposição que fosse um almanaque sobre o centro da cidade, ou seja, a uma produção voltada para o público em geral, *reunindo fatos* diversos que não obedeceriam a uma *lógica* científica ou histórica que *articule* seus temas: “Sem cronologia, hierarquização nem uma agenda sistematizada, aos saltos e por descobertas, busca-se, com leveza e pequenos focos, ressaltar alguns acontecimentos, entre tantos outros possíveis” (HERKENHOFF; VERAS, 2017: não paginado). Nessa opção de curadoria, que se apresenta como uma anti-opção, como uma maneira de prescindir de fazer escolhas e assumir um discurso em favor de permitir uma multiplicidade e pluralidade de interpretações e discursos que seriam apresentadas de maneira equivalente, podemos sintetizar as tentativas de conciliação presentes nas duas exposições. Diante da disputa, cria-se um cenário onde, supostamente, todas as visões estejam comportadas sem privilégios. A opção não declarada pela conciliação aparece constantemente no vocabulário manejado: diálogo, convívio, reunir. A “Paulicéia Desvairada” seria uma *civilização própria* que tem “a polifonia como verdadeiro patrimônio histórico, artístico

¹⁰ No histórico que faz da efetivação do Monumento, destaca que quando da encomenda, na década de 1920, Brecheret, artista italiano, pouco sabia da história do Brasil ou de São Paulo, e nisso foi assessorado por Menotti del Picchia. O que mais teria chamado atenção de Brecheret na história das Bandeiras era o “sentido plástico dos deslocamentos pelo sertão”. O projeto não agradou o então governo, e foi retomado apenas 15 anos depois, em 1936, quando o próprio Picchia estava compondo, com outros intelectuais modernistas, o governo. Nesse período, no qual Brecheret continuou trabalhando em maquetes para o monumento, Chiarelli considera que o artista foi “retirando os excessos passadistas” da primeira proposta, que primeiramente era composto apenas pelos próprios bandeirantes. Assim, “o protagonismo exercido pela ideia do bandeirante branco, dominando o grupo principal da obra, cede espaço para incluir também figuras de índios, negros e mamelucos, tudo isso, apesar do despojamento formal do conjunto, que, por sua vez, explicitava os novos interesses plásticos de Brecheret, pautados na síntese formal e nas grandes superfícies planares”. Na sequência, o curador argumenta que esses interesses não foram “fortes o suficiente para manter o grupo escultórico alheio ao mito das três raças”.

e urbanístico”. A montagem da exposição representava essa *polifonia*, criando para o público a sensação da possibilidade de convivência e articulação entre as diferentes propostas das obras.

Apesar de não ter um percurso obrigatório de visitação, o que implicaria a explicitação de uma narrativa, a entrada principal da exposição era ocupada por um núcleo chamado “A São Paulo de Ramos de Azevedo”. Nesse núcleo, era possível observar um exemplar do que chamamos de leitura tradicional celebrativa da historiografia sobre São Paulo, destacando os feitos do arquiteto, localizando suas obras em mapas na cidade, discutindo a pujança econômica que permitiu a construção desse exemplar *refinado* de ecletismo na capital paulista.¹¹ Um dos pontos destacados no mapa das obras de Ramos de Azevedo no centro de São Paulo é nomeado “Quartel da Rota”, sendo conhecido popularmente como Quartel da Luz “Mansão” da Rota. O prédio abriga as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar¹² (ROTA), e, nos textos oficiais, destaca que a cor do edifício foi escolhida por Ramos de Azevedo como uma referência ao quartel da Legião Estrangeira Francesa localizado no Marrocos. O edifício conta, ainda, com diversos monumentos de homenagem aos mortos desse batalhão, entre eles um que celebra os soldados mortos na “Guerra” de Canudos, já que o batalhão foi o responsável pelo último ataque que dizimou os seguidores de Antônio Conselheiro.¹³

O núcleo imediatamente seguinte era intitulado “Afro São Paulo”, contando com obras de destacados artistas contemporâneos como Rosana Paulino e Jaime Lauriano, que têm seus trabalhos caracterizados por um enfrentamento da pacificação da discussão racial na memória coletiva da cidade – o que podemos caracterizar como uma produção historiográfica pública de enfrentamento. Se no módulo sobre Ramos de

¹¹ Pontos: 1. Edifício Ramos de Azevedo; 2. Quartel da Rota; 3. Pinacoteca do Estado; 4. Mercado Municipal; 5. Secretaria Estadual de Habitação; 6. Sede dos Correios e Telégrafos; 7. Teatro Municipal; 8. Palácio das Indústrias; 9. Secretaria do Estado da Justiça; 10. Portal do Cemitério da Consolação; 11. Palácio da Justiça.

¹² A Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e modalidade de policiamento do 1º Batalhão de Policiamento de Choque Tobias de Aguiar. Atualmente, é o maior batalhão de Polícia Militar do Brasil. A sua modalidade de policiamento extensivo é uma das mais letais do país, e o batalhão também é responsável pela Tropa de Choque, responsável pela repressão e manifestações políticas e sociais.

¹³ O Batalhão argumenta que sua história é “defender as instituições republicanas”, citando como eventos que comprovam essa missão, além do massacre de Canudos, o sufocamento do levante do forte de Copacabana em 1922, a defesa da “revolução constitucionalista” em 1932, e a defesa da “revolução militar de 31 de março de 1964”. Todos eventos reconhecidos como violações de direitos humanos por parte do estado brasileiro, que seguem sendo reivindicados como positividade na historiografia produzida por essa organização da polícia militar. A referência a um quartel da legião estrangeira em solo africano, responsáveis por notáveis atrocidades de violência colonial nos séculos XIX e XX, mostram o alinhamento ideológico e os compromissos políticos dessa instituição e do projeto de sua sede.

Azevedo havia um mapa localizando suas principais obras e apontando suas contribuições para a história celebrativa da *grandeza* da cidade, a obra de Jaime Lauriano “São Paulo imperial: escravidão, cativeiros, monumentos e apagamentos históricos (2017)” faz um levantamento da presença da escravidão no centro da cidade, e uma das suas expressões é também um mapa onde estão localizados espaços de suplício da população negra da cidade que foram demolidos ou transformados materialmente. Além dos doze pontos assinalados pelo autor, a reprodução do mapa ainda apresenta intervenções a partir das palavras/conceitos: contrato racial; apropriação cultural; etnicídio; invasão; democracia racial; genocídio; expansão; epistemicídio.¹⁴ Dos espaços da cidade destacados por Lauriano, dois se colocam imediatamente em choque com o caráter patrimonial da “Mansão” da Rota: o pelourinho, espaço de tortura da população escravizada, e a forca da cidade, onde a maioria dos condenados à morte eram pessoas negras escravizadas. Tensionar os sentidos de positividade construídos como símbolos paulistas, como o café, é a proposta de Lauriano, buscando mostrar as camadas de sofrimento que sustentam a celebração da história hegemônica:

No Brasil, o dia 24 de maio é dedicado à celebração do Dia Nacional do Café. De origem africana, essa espécie foi introduzida no território brasileiro por volta de 1720 [...]. Porém, somente depois de quase um século o café se tornou item de grande importância para a economia e para a sociedade brasileira, passando a figurar como elemento central na construção da história do país. Tomando emprestada essa data para seu título, o trabalho apresentado na exposição consiste no levantamento iconográfico da presença da escravidão no centro da cidade de São Paulo. Contando com desenho, ações e intervenções, como na biblioteca da própria unidade, busca-se refletir como a demolição dos espaços destinados a suplícios, violência e assassinato de corpos escravizados na região central paulistana serviu para a construção do mito da democracia racial e mestiçagem que até hoje vigora como elemento de suposta cordialidade do povo brasileiro, por meio do apagamento como política de construção de memória social.¹⁵

¹⁴ Pontos: 1. Largo do Carmo; 2. Cemitério dos aflitos; 3. Pelourinho; 4. Largo da Forca; 5. Largo da Memória; 6. Largo da Misericórdia; 7. Largo do Palácio; 8. Largo do Rosário; 9. Rua do Rosário; 10. Plantações de Chá; 11. Largo de São Gonçalo; 12. Largo da Sé.

¹⁵ O trecho aqui transcrito é de autoria de Lauriano, faz parte da obra e estava plotado na parede ao lado do mapa. Nos afastaria excessivamente da linha de pensamento que estamos seguindo desenvolver essa discussão, mas importante pontuar a aproximação que Lauriano faz entre as noções de “cordialidade” e “povo brasileiro”. Segundo a leitura de Bresciani, na elaboração de Sérgio Buarque de Holanda sobre a formação nacional, a noção de “homem cordial” se refere ao grande proprietário fundiário, portanto não a noção de “povo” ou menos como uma característica social que perpassaria “todos os brasileiros”. O lugar-comum criado em torno da noção de “homem cordial”, seja em leituras hegemônicas (onde se justifica o “atraso” do país por essa “condição” de seu povo) e mesmo em visões críticas, como a de Lauriano, que pretendem “desmontar esse mito”, também é uma expressão dos embates em torno da formulação de uma tradição da leitura crítica no país (pensamos aqui na linhagem que pretende se

Nessa obra, Lauriano constrói um discurso político de enfrentamento da historiografia celebrativa paulistana, no entanto, é colocado lado a lado com um dos símbolos mais expoentes dessa tradição, uma obra arquitetônica de Ramos de Azevedo projetada para abrigar um equipamento de repressão do Estado que perpetrou historicamente violências contra a população negra e empobrecida da cidade. Que tipo de leitura essa aproximação narrativa entre obras que deveriam se chocar gerou no público? Um texto de divulgação da exposição feito pela *startup* “A vida do centro”, e publicado em seu site, é um retrato de como essas exposições produziram uma visão de pacificação do enfrentamento historiográfico presente na produção desses artistas:

É difícil não sair do local com uma estranha sensação de que a maior cidade do Brasil não se tornou o gigante que é à toa. Sentimento de orgulho e constrangimento convivem ao se pensar sobre a história da cidade, sua relação com os negros escravizados, com a repressão aos mais pobres, a mistura de acolhimento e rejeição aos seus imigrantes, a ruptura com o antigo no Modernismo e o estranhamento com o momento atual, muito bem representado pela reação, nas redes sociais, à repressão policial aos usuários de crack, numa instalação sabiamente denominada de Odiolândia.¹⁶

Os termos escolhidos para relatar a visita à exposição nos mostram a tentativa de conciliação: orgulho e constrangimento *convivem*, ou seja, são comportados na mesma experiência como leituras equivalentes e *articuladas*. A cidade é, assim, todos os discursos políticos que estão colocados na exposição, simultaneamente, sem que eles se choquem. Um dos símbolos da conciliação presente nas duas exposições também aparece nesse relato: o modernismo como inaugurador de um novo tempo sepultando o antigo. Que antigo seria esse? Na abertura do módulo “Afro São Paulo”, os curadores fazem apontamentos críticos sobre as leituras de Mário de Andrade e Oswald de Andrade sobre a abolição. Se o primeiro discute o baixo envolvimento dos “paulistas” nas lutas abolicionistas, o segundo, em 1921, classificava a abolição da escravatura como uma questão menor frente à expansão dos imigrantes europeus por

construir seguindo Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Antônio Cândido, Chico de Oliveira, Paulo Arantes). Poderíamos entender que Lauriano fez somente uma leitura limitada, simplificada, e portanto enganosa, da proposição de Sergio Buarque de Holanda, no entanto nos parece que o ressentimento expresso cada vez mais fortemente, por intelectuais públicos e na academia, acerca do legado desse pensamento crítico indica questões mais profundas dos porquês dessa apropriação recortada e simplificada, pontuando talvez os papéis políticos desempenhados por essas interpretações no seu momento histórico e no decorrer do tempo com a prevalência da autoridade dessa linhagem nas disputas de poder e organização institucional acadêmica no país.

¹⁶ No site: a vida do centro – startup focada na *retomada* do centro:

https://avidanocentro.com.br/o_que_fazer/sao-paulo-nao-e-uma-cidade/ Acessado em: 10 abr. 2019.

São Paulo para pensar a construção da *nação* brasileira. Oswald de Andrade defendia uma *paulistanidade* como protagonista na construção da *nação*, que prescindisse de confrontar as implicações da violência estrutural escravagista na sociedade da qual eram também fruto. O sepultamento do arcaico passado brasileiro desejado pelos modernistas parecia levar junto escravagistas e escravizados.

Dos sentidos pendulares do Monumento às Bandeiras à Odiolândia, os problemas históricos e atuais da cidade são vistos como intercorrências quase imprevistas, e não como um projeto político de como se tratar *o outro* desde a perspectiva bandeirantista hegemônica da história paulista. O bairro da Santa Ifigênia, território que se percorre para ir caminhando do Sesc 24 de maio à Estação Pina, aparece representado nessas exposições como um cenário de caos a abrigar vítimas da ineficiência estatal em lidar com as questões urbanas. Chiarelli dedica diversos parágrafos para pontuar como as obras da exposição “Metrópole: Experiência Paulistana” questionam e disputam o mito da democracia racial, se baseando no Monumento e na própria cidade como um suporte para discutir as implicações históricas da escravidão racializada. No entanto, quando pontua o papel da Estação Pina na sua relação com o entorno, caracteriza assim a região:

Tal transferência aguçou ainda mais o interesse da Pinacoteca pelo edifício da Pina Estação, sobre sua história e sobre o papel que ela ocupa na região como um enclave “culto” em um território conflagrado da cidade, caracterizado pela miséria, pela exclusão, pelo tráfico e consumo de drogas, enfim, pela falência do Estado frente aos desafios apresentados por uma cidade como São Paulo, em um país como o Brasil. (CHIARELLI, 2017: 29)¹⁷

O curador, nessa interpretação, cinde a relação entre a formação histórica de um país intrinsecamente genocida contra as populações não-brancas e a atual configuração urbana de São Paulo. Apoiar-se na leitura da falência do Estado em lidar com essas questões urbanas, de uma ineficiência em lidar com os dilemas dessa população e de seu território na centralidade da cidade é tentar neutralizar a interpretação presente em diversas obras dessa exposição: as condições em que se

¹⁷ Como já discutido, a presença da Estação Pina nas instalações onde funcionaram o DEOPS foi uma estratégia para evitar que o espaço se tornasse em um centro de memória das lutas contra a violação de direitos humanos cometidas pelo estado brasileiro. Atualmente, o Memorial da Resistência tem ganhado paulatinamente mais espaço físico, porém não tem autonomia absoluta de gestão em relação à Pinacoteca, A transferência citada por Chiarelli ocorreu em 2016, quando parte da administração da Pinacoteca, inclusive sua diretoria, foi transferida para o edifício que abriga a Estação Pina.

encontra atualmente a Cracolândia¹⁸ são, simultaneamente, resultados de um projeto político do Estado de extermínio da população não-branca e da resistência frente à própria destruição dessa população. Quando está abordando o que considera os problemas do entorno da Estação Pina, Chiarelli não fala sobre agentes, já que o Estado aparece como um anti-agente, que tem apenas a responsabilidade de ter sido inativo no passado. Como no passado que criou essa condição não há agentes, no quadro atual eles também inexistem no discurso do curador, apesar de ser um plano público do Governo do Estado a implementação de equipamentos culturais na região, como a Estação Pina, para promover o que seria a revitalização da área. Esses equipamentos culturais têm sido a presença estatal mais forte na região desde o princípio dos planos de sua modificação no mercado imobiliário e de terras urbanas, depois da forte presença policial. A criação desse novo polo cultural foi utilizada discursivamente para legitimar intervenções policiais violentas contra moradores e comerciantes da região.¹⁹ Argumentava-se que a criação de equipamentos culturais seria de interesse *universal* e deveriam estar acessíveis *a todos*, o que não seria possível no cenário da região classificado pelo poder público como violento e precário. Ou seja, a Estação Pina é parte ativa da constituição do que Chiarelli define como “território conflagrado” da cidade.

Nessas curadorias, Herkenhoff e Chiarelli prescindem de se entender, e entender os equipamentos culturais que abrigaram as exposições, como agentes ativos na configuração urbana de São Paulo. Se, contemporaneamente, as exposições tinham como proposta contribuir para difundir as diversas leituras sobre a cidade, a opção por tentar conciliar as divergências a partir de diversas estratégias curatoriais mostra uma recusa ao embate sobre os impactos históricos dos diversos agentes envolvidos na formulação das obras, e na construção, concreta e simbólica, dos espaços que as abrigaram. Formando, assim, diversos contextos sem agente muito explícitos, diluindo as responsabilidades pelas escolhas históricas – e políticas – e deixando muito mais

¹⁸ As controvérsias em torno da nomenclatura desse território, assim como um movimento político atual de defesa dessa nomenclatura pelos habitantes desse território (no qual nos baseamos para utilizá-la aqui) podem ser conhecidas na dissertação de mestrado de Roberta Costa, defendida no IEB-USP em 2017: *Mil Fitas na Cracolândia: Amanhã é Domingo e a Craco Resiste*. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-18012018-125836/pt-br.php>. Acessado em: 10 abr. 2018.

¹⁹ A criação da Sala São Paulo teve embates mais diretos que evidenciaram as disputas pelo urbano em torno desse projeto de polo cultural na região. Ver em: WISNIK, G.; LEITE, J. G. P.; ANDRADE, J. P.; FIX, M.; ARANTES, P. Notas sobre a Sala São Paulo. *Revista Pós*, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Fauusp, 2001.

difusa a percepção dos beneficiados nos embates pela construção da imagem de “cidade metrópole locomotiva do país”. Discutiremos ao longo desta tese que essas abordagens curatoriais são expressão da difusão e alguma consolidação das revisões da história de São Paulo feitas nas últimas duas décadas. No entanto, o questionamento da história hegemônica e da sua falta de pluralidade de agentes, promovida por diversas leituras dissidentes, ao ser recebida na esfera pública, implicou outros importantes desdobramentos das discussões teórico-metodológicas do nosso campo.

Como se tornou impossível excluir as populações indígena, negra, pobre, feminina, como agentes da história, pelos desdobramentos teóricos do campo, se toma o próprio discurso da pluralidade para tentar promover uma pacificação da história a partir da conciliação dos embates historiográficos. Quando observamos a crítica modernista como parte da construção de uma tradição intelectual que busca um *Brasil oculto*, desprezado pela sua elite, mas que está estruturalmente comprometida com a reiteração de um modelo epistêmico profundamente racista, podemos compreender melhor os limites teórico-metodológicos das abordagens que pretendem a desconstrução da historiografia tradicional. E, no caso dessas exposições, como se articulam os mecanismos de apropriação do movimento de revisão da historiografia sobre São Paulo, promovendo uma pacificação que busca controlar o impacto dessas leituras dissidentes. Essa prática tem como implicação, especialmente, desresponsabilizar quem fortaleceu e contribuiu na reprodução e reatualização de uma historiografia comprometida com a tentativa de apagamento dos conflitos, eclipsando quem se beneficiou dessa construção histórica. Na sua declarada intenção de abrigar uma pluralidade de visões sobre a cidade, os curadores pretendiam fazer frente a experiências curatoriais e museológicas anteriores, que excluía agentes e episódios históricos. No entanto, reforçavam, pela ideia de que seria possível abarcar visões em confronto de maneira equânime, um certo tipo de concepção de totalidade histórica tão cara à história hegemônica. Spivak tratou de problema semelhante ao apontar a implicação da indiferença à ideologia na formulação da teoria dos “sujeitos-efeitos pluralizados” de Deleuze e Guattari. Prescindindo dessa dimensão, as relações entre desejo, poder e subjetividade não foram consideradas como parte de uma formulação de interesses, assim, “a teoria dos “sujeitos-efeitos” pluralizados dá a ilusão de um abalo na soberania subjetiva, quando, muitas vezes, proporciona apenas uma camuflagem para esse sujeito do conhecimento”

(2010: 25; 32). A operação realizada pelos curadores dessas exposições caminha em sentido semelhante.

Se nessas exposições vemos uma operação bastante refinada de neutralização das leituras dissidentes, e suas contribuições para a historiografia sobre São Paulo, vemos ainda em curso tentativa de implementação de projetos patrimoniais que partem justamente da intenção de abrigar a totalidade da história desse território, deixando mais explícitas as implicações das opções historiográficas tomadas como pressupostos na formulação dessas narrativas. Em janeiro de 2009, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura, anunciou a criação do Museu da História do Estado de São Paulo, que teve seu nome oportunamente reduzido para Museu da História de São Paulo (MHSP). O espaço físico escolhido para instalação do museu foi a Casa das Retortas, patrimônio industrial histórico tombado, que compõe o conjunto do Gasômetro. Construída em 1889, às margens do rio Tamanduateí, no lado correspondente ao distrito do Brás, abrigava as caldeiras que produziam o gás que abastecia a iluminação pública da cidade de São Paulo no fim do século XIX e princípio do século XX. Na proposta do MHSP, que pode ser apreciada a partir dos materiais oficiais de divulgação, se discute a necessidade de criação dessa instituição cultural para suprir a ausência de um espaço que articule a totalidade da história desse território:

Projeto inédito no país, o Museu servirá de arquivo e memória do patrimônio cultural paulista, desde a chegada dos primeiros colonizadores até os dias de hoje, passando pela diversidade étnica e a riqueza natural do Estado, o espírito empreendedor dos Bandeirantes, a expansão cafeeira, a implantação do parque industrial, e as migrações e imigrações que transformaram a população de São Paulo.

Reside nessa proposta uma busca pela construção de um espaço museológico que atenderia a uma concepção de história linear e totalizante, na contramão das políticas de patrimônio da cidade em curso até o momento, já que, em geral, elas reconhecem uma grande variedade e fragmentação. Um caso representativo que indica o descompasso da proposta do MHSP com as políticas patrimoniais em curso é o do Museu da Cidade, entidade da Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Não se trata de um único espaço que pretenderia dar conta da história da cidade, mas é composto por uma rede de múltiplos locais, com grande diversidade de temas trabalhados e populações abordadas em suas estratégias curatoriais, como a Casa do Grito, o Pátio do Colégio, o Solar da Marquesa, o Sítio Mourinho, a Casa

Bandeirantista, a Casa Modernista, o Pavilhão Ramos de Azevedo. As próprias políticas estaduais de patrimônio também seguiam essa esteira: Museu da Imigração, Museu Afro Brasil, Museu Paulista, Memorial da Resistência. Todos fragmentos, abordando temas e não cronologias, trabalhando a partir da simultaneidade dos tempos históricos.

De alguma forma, os poderes públicos de São Paulo por muito tempo se furtaram de representar no patrimônio, especialmente no patrimônio museológico, uma síntese da história paulista. As fraturas da história desse território e do povo que nele viveu não puderam ser apaziguadas numa representação museológica que atendesse ao desejo de busca de uma história total, explicativa, totalizante. No entanto, é recorrente a análise dessa fragmentação dos espaços patrimoniais oficiais como um problema, e não como um indício do processo histórico de construção dessa memória. Ou seja, a não existência de um espaço que realizasse uma síntese e articulasse os temas, promovendo uma interpretação totalizante da história paulista, seria fruto do descaso do poder público na promoção dessa memória. Essas leituras estão baseadas na naturalização de uma concepção historiográfica que ideologicamente construiu a ideia de uma história geral sobre os processos históricos, igualmente válida para todo o conjunto da população e com condições de abarcar todas essas perspectivas com o objetivo de produzir uma síntese universalizante. Dessa forma, bastaria a intenção para garantir um espaço patrimonial, e a conseqüente produção de um lugar de memória, que desse conta dessa totalidade. Desconsidera-se assim que as disputas, concretas e simbólicas, dos agentes envolvidos no processo são parte intrínseca dessa fragmentação dos espaços patrimoniais – impedindo, nesse caso, que a história dos vencedores fosse cristalizada como história total. As políticas patrimoniais em curso em São Paulo, refletiriam, até o momento, um tipo de *transmissão* que, pela sua fragmentação, representa em si mesma as fraturas do processo de formulação dessas memórias:

Benjamin introduz aqui um conceito-chave [...] “transmissão”, ressaltando aí o processo histórico concreto, material, de desistências, de perseverança, de lutas e de violência que transporta ou não, leva ou não, transmite ou não um acontecimento ou uma obra do passado até o nosso presente. [...] porque não se pode separar, senão de maneira abstrata, a obra “em si” de sua vida “para nós”. Traduzindo essa proposição em termos mais materialistas, Benjamin afirmará que nenhuma obra nos chega de maneira neutra, como se a “tradição” histórica fosse um mero depósito de produtos prontos, que esperam imóveis nas gavetas empilhadas do tempo. Ou a obra é transmitida até nosso presente, ou deixada de lado, negligenciada, recusada ou esquecida num processo nem sempre consciente de formação e

aceitação de uma tradição histórica. Trata-se de um processo turbulento, orientado por lutas histórico-políticas que levam, entre outras coisas, à formação de um cânone e à exclusão de vários autores ou de várias obras dessa tradição canônica (GAGNEBIN, 2014: 213-214).

A escolha do lugar proposto para abrigar o MHSP, e os discursos formulado sobre ele, permitem nos aproximar dessas dimensões discutidas. A Casa das Retortas estava abandonada, pelo poder público, há cerca de 10 anos, quando foi escolhida como espaço para abrigar o MHSP. As narrativas sobre o espaço reforçam esse aspecto do abandono ao narrar que sofreu invasões, vandalismos e pichações, bem como ao abordar sua localização em uma área “degradada” da cidade – a região do Parque Dom Pedro II.²⁰ Está aqui exposto um dos simbolismos do projeto do MHSP, construir memória sobre o que é considerada, pelo mesmo olhar que considera o entorno da Estação Pina “território conflagrado”, a terra arrasada da degradação. Escolher um lugar “degradado” para um museu histórico, para uma “revitalização” a partir da cultura histórica, é sem dúvida um elemento poderoso desse projeto. Se a escolha do solo tem grande valor no projeto, a escolha do edifício é igualmente importante. Pela descrição da Casa das Retortas no período imediatamente anterior a sua eleição como sede do museu, poderíamos classificá-la como uma ruína, na definição realizada por Aleda Assman:

Na medida em que essa história continua a ser transmitida e lembrada, as ruínas permanecem como sustento e garantia da memória; isso também vale para as histórias que se inventam para elas e que as envolvem, como a hera nos escombros. Porém, na medida em que as ruínas, sem contexto nem saber, imbricam-se em um mundo que se tornou estranho, tornam-se monumentos do esquecimento (2011: 334-335).

Se, como formula Hartog (2006), o patrimônio tem como função produzir incessantemente a presença do ausente, a escolha de um patrimônio industrial como síntese da história paulista parece justamente forjar a reatualização de uma pretensa universalidade das leituras tradicionais sobre o papel que a industrialização desempenhou na urbanização de São Paulo. Recuperar um “monumento do esquecimento”, a Casa das Retortas, como símbolo da industrialização paulista, a partir de uma leitura linear e encadeada de eventos do “progresso paulista”, está relacionado com o papel que essa leitura atribui à industrialização. É justamente no período durante o qual a industrialização de São Paulo começa a tomar força que a cidade, e todo o

²⁰ Um bom exemplo desse tipo de narrativa pode ser encontrado nesse site “memorial” sobre a cidade: <http://www.conhecendosaopaulo.com/historico/casas-das-retortas/>. Acessado em: 05 jul. 2015.

estado, passam a ter um papel protagonista economicamente considerável no cenário nacional – na historiografia tradicional, o grande crescimento econômico experimentado por São Paulo naquele período, que fundaria as bases para se tornar a capital financeira nacional, teria nascido na indústria. No entanto, uma historiografia já consolidada aponta que o surto de expansão econômica vivido por São Paulo entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX não tinha relação com a industrialização. Ele tomava forma desde 1870, com o fortalecimento da cultura do café e a valorização do gênero no mercado internacional, que, aliado à configuração do “complexo do capital cafeeiro”, tornou São Paulo o principal pólo exportador do país (SANTOS, 2006: 42). Isso é dizer que, em certa medida, a urbanização em São Paulo se desenvolveu tributária à agricultura, não à indústria. Há muitos indícios que apontam que o fenômeno de grande crescimento econômico de São Paulo se deve à reprodução do capital no próprio fazer urbano da cidade (BRITO, 2000; BUENO, 2008).

Nesse sentido, instalar o MHSP na Casa das Retortas tensiona, a partir do lugar de memória da ruína do patrimônio industrial, a construir uma síntese da história do progresso paulista. “Não se considera legítimo um estudo do passado que tencione obter mero saber; do abismo do esquecimento só se deve resgatar algo passado quando se tenciona vitalizar tal coisa e dar-lhe *continuidade [grifo nosso]*” (ASSMAN, 2001: 336). Continuidade. Diante da crise em se criar futuros possíveis (HUYSSSEN, 2014: 148), o MHSP serve como um espaço para apostar na continuidade do destino manifesto de grandeza e progresso dos paulistas. Já que, se a fonte de riqueza de São Paulo for realmente localizada na produção e reprodução da cidade, não há muitas possibilidades de celebração, pois tratar-se-ia duma metrópole símbolo do caos urbano. Não seria exaltador celebrar a riqueza feita a partir do caos, não projetaria o tipo de futuro defendido ideologicamente pelos que manejam essa construção historiográfica. A indústria, no entanto, com todos os seus percalços, segue com um imaginário de desenvolvimento, de avanço tecnológico, de boas perspectivas de soluções para criar a vida futura. O MHSP tenciona situar o presente em uma idealizada linearidade do progresso paulista.

As problemáticas trazidas pelo projeto do MHSP parecem tocar em uma questão mais profunda da memória e do patrimônio no Brasil. O museu que aqui analisamos não aborda elementos centrais da própria constituição da população que habita São Paulo, tendendo a ser mais um espaço cultural de recreação que um espaço

de crítica e reflexão, como a maioria dos museus históricos da cidade. No discurso linear da história de São Paulo que o MHSP pretende expor, que vai da chegada dos “primeiros colonizadores” até a “implementação do parque industrial”, vemos a ausência de importantes agentes desse território. Os indígenas e os negros africanos são apresentados sobre uma aura de “diversidade étnica”, promovendo uma pretensa integração que dissimula um passado de escravização e violência. Parece-nos fundamental pontuar como essa formulação está imbricada com a construção desse imaginário que se quer propalar, já que foi por meio da própria exploração da força de trabalho escravizada, especialmente da população negra, que se deu a acumulação do capital cafeeiro que permitiu a sua diversificação em outros setores da economia, como no fortalecimento da indústria nacional. A história linear do MHSP encontra-se, assim, intrinsecamente comprometida com a pacificação e a naturalização dos altos e violentos custos dos caminhos escolhidos para o progresso de São Paulo. A ausência das pessoas que com seu trabalho, ou melhor, com a exploração do seu trabalho, puderam produzir o capital necessário para a industrialização paulista, os africanos e negros nascidos e escravizados no Brasil, não está só nas políticas patrimoniais paulistas. Esse grande trauma atlântico, o sequestro e a escravização de milhões de seres humanos, negros, e todo seu profundo impacto transnacional, nunca foi tratado com profundidade nas políticas patrimoniais brasileiras. Na busca de Gagnebin das reflexões de Walter Benjamin sobre a construção do historicismo, podemos ver reverberações dessa concepção na constituição do conceito de história total, nos permitindo compreender com o que está comprometida essa postura historiográfica e patrimonial:

[...] primeira crítica filosófica contundente aos pressupostos e aos ideais do historicismo, essa escola alemã caracterizada por sua infinita e cansativa erudição. Cansativa porque o ideal de “história universal” do historicismo é regido por um impulso acrítico de acumulação, como se a humanidade tivesse de se lembrar de tudo e devesse tudo armazenar; tarefa que encontra na própria impossibilidade a razão de sua perpetuação. Essa concepção acumulativa da história reforça uma concepção de cultura como posse. Como em um museu, todos os “tesouros” do passado são exibidos, mas várias perguntas essenciais são silenciadas: qual foi “custo” (não só econômico, mas social) desse tesouro? Como foi ele transmitido até nós? Quem decidiu sobre sua conservação e sobre a não conservação de outros produtos culturais? Enfim, em prol de que “tempo por vir” devemos cuidar dessa obra? [...] o atual não confirma as certezas do hoje. [...] o “atual”, nesse sentido enfático, entra em choque, em confronto positivo com a imagem tácita do presente e da história, instaurando a possibilidade de um outro porvir (GAGNEBIN, 2014: 205-206).

Nessa reflexão está uma chave para compreender a insistência na construção de uma narrativa consensual sobre esse processo histórico tão profundamente dissensual. Aqui reside o segundo elemento que conforma a proposta do MHSP e relaciona diretamente com os embates dentro do campo historiográfico e denuncia sua dimensão política. Ao mesmo tempo em que no último século vivemos um processo intenso de reformulação de nossas abordagens teórico-metodológicas, parte desse processo tem sido questionado nas últimas décadas, no que classificamos como uma nostalgia da história total, em que historiadores querem retomar uma produção acadêmica que articule os sentidos da análise histórica, produzindo assim uma *explicação*. A saber, uma explicação universalmente válida, para todos os grupos, para todos os agentes, buscando uma análise que abarque, de alguma maneira, os elementos mais relevantes daquele contexto. Sendo a partir da nostalgia da totalidade, ou sendo a partir de uma pluralidade aparentemente descompromissada que não assume o lugar e as relações de suas interpretações, se naturaliza o papel ideológico de uma narrativa geral, universalmente válida, não enfrentando a questão de fundo presente nas ações patrimoniais na sua relação entre memória-história: em prol de que “tempo por vir” construímos nossa historiografia?

Introdução

Estudar as experiências da urbanização nos bairros da Santa Ifigênia e da Liberdade, vetores a oeste e a sul da expansão urbana paulistana, entre 1886 e 1923 é a principal proposta da presente pesquisa. A partir desta perspectiva de abordar as relações entre a vida cotidiana e a constituição do espaço urbano em São Paulo, buscamos debater a formulação da noção de *modernização* na historiografia sobre a urbanização da capital paulista, questionando a sua permanência e reatualização como explicativa do processo de transformação urbana de São Paulo na passagem do século XIX para o século XX. A opção por centrar a pesquisa nesses dois bairros se justifica tanto pelo peso da construção da ideia de expansão urbana a partir do Triângulo histórico nesse período como um signo dessa propalada *modernização*, sendo bairros centrais exatamente contíguos à centralidade histórica e inícios de seus vetores de expansão; quanto por esses bairros não terem sido enquadrados pela historiografia na classificação dual de “bairros de elite” e “bairros operários” que sustenta as leituras mais panorâmicas, ainda manejadas, sobre a estruturação da cidade no período (PAOLI, 1991; CAMPOS, 2002).²¹ Desde essas condições, foi possível, a partir de um estudo sistemático desses territórios, abordar problemas historiográficos relevantes dentro dos interesses da tese sem partir de um engessamento inicial que poderia limitar a análise apenas na desconstrução de uma visão pré-formulada sobre eles.

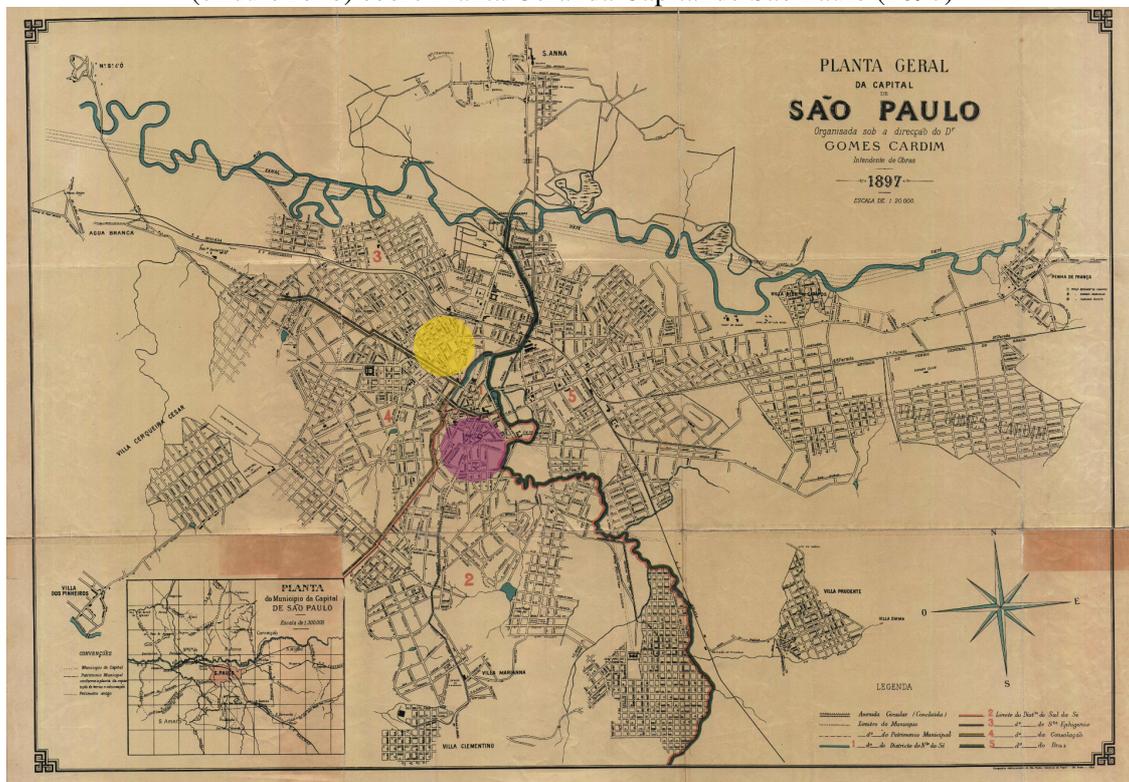
As datas-limite que norteiam esse trabalho tem ligação direta com o tema fundamental aqui tratado: 1886 é o ano da promulgação do segundo Código de Posturas de São Paulo²² e 1923 é o ano da promulgação da Lei Municipal n. 2.611, a primeira lei integrada de loteamentos e arruamentos na capital. O Código de 1886 é uma documentação amplamente explorada na historiografia, tratada principalmente como marco das intervenções e disciplinamento do espaço urbano paulistano, em busca de consolidar a imagem de uma cidade saneada, homogênea, com especialização espacial (ROLNIK, 1997), visão que questionamos ao longo da tese, especialmente na Parte I. A data fim da pesquisa trata da implementação de uma lei que centraliza diversas ações do estado no sentido de controlar a apropriação do espaço urbano, não mais limitado ao controle das edificações: a partir de 1923 os loteamentos e arruamentos passam a ser

²¹ O Triângulo histórico de São Paulo, delimitado pelas ruas São Bento, Direita e XV de novembro (antiga rua da Imperatriz), concentrava a São Paulo urbana nos períodos colonial e imperial, e é hoje conhecido como “centro velho” da cidade.

²² SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Código de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo*. 1886. Disponível em: https://archive.org/stream/CodigoDePosturasDoMunicipioDeSaoPaulo1886/cod_post_1886_djvu.txt. Acessado em: 25 jul. 2012.

objeto de controle público unificado, mas em um momento em que os terrenos no entorno do antigo Triângulo já estão fortemente adensados.

Figura 01 – Indicação aproximada dos bairros da Santa Ifigênia (círculo amarelo) e Liberdade (círculo roxo) sobre Planta Geral da Capital de São Paulo (1897)



Fonte: Acervo cartográfico do Museu Paulista-USP.

Importantes legislações urbanísticas foram elaboradas no período tratado nessa pesquisa. As duas que determinam as datas limites dessa pesquisa foram escolhidas porque expressam as perspectivas aqui perseguidas: enquanto o Código de Posturas é a reunião de normativas sobre as formas de viver na cidade, basicamente arbitrando noções de civilidade nas relações cotidianas para seus habitantes, a normativa de 1923 prevê uma intervenção sobre o espaço urbano, um regramento amplo de como seria realizado o partilhamento e ocupação do solo. Ou seja, o Código de Posturas trata da vida cotidiana da população, com o Padrão Municipal anexo que trata de normativas para construções particulares, já a Lei de Loteamento e Arruamentos trata de intervenções no solo urbano socialmente partilhado. Se buscamos perseguir a vivência multifacetada do urbano, relacionando o cotidiano da população com as intervenções no espaço, o que para nós é sintetizado pelo conceito da *experiência urbana*, as documentações que fornecem as datas limites desta pesquisa são importantes expressões dessa dupla perspectiva. Assim, analisar as *experiências da urbanização* no intervalo

dessas duas leis, a partir das perspectivas em que elas pretendiam atuar, é lidar com o desenrolar da representação na legislação urbanística de temas caros àquele período histórico, como bem-viver, salubridade, adensamento urbano, especialização espacial, expansão urbana, explosão demográfica.

Outra noção que manejamos correlato a esses temas é o de imaginário, a partir das leituras de Cornelius Castoriadis, entendido aqui como um léxico comum partilhado, que é constituído a partir de uma rede simbólica que constrói os modos de percepção das pessoas. Não se trata, portanto, de falseamento de representação da "realidade", mas justamente a delimitação da "realidade" que um determinado grupo social construiu e buscou universalizar, e que se colocou como fundo comum nas disputas e dissonâncias. Assim como a ideologia, o imaginário opera tensionando para colocar o particular como universal, naturalizando visões historicamente construídas, produzindo um substrato que é partilhado nas disputas e debates ainda que não explicitamente assumido, e mesmo quando assumido em contraposição (CASTORIADIS, 2008: 316). Quando tratamos de imaginário sobre modernização, sobre expansão urbana ou sobre regularidade e irregularidade de ocupação não estamos entendendo como uma visão falseada sobre o real ou como uma visão unitária, mas desse substrato mobilizado que atravessa as disputas e debates na formulação dessas noções.

A metodologia da pesquisa se baseia no cruzamento de fontes, especialmente de dois corpos documentais principais, a série Obras Particulares e os Autos Crimes, assim como de fontes complementares pesquisadas nos acervos do Arquivo Histórico e Biblioteca Central Escola Politécnica de São Paulo, do Museu de Saúde Pública de São Paulo, do Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo, da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, do Museu Paulista, e também dos acervos visitados durante o estágio de pesquisa na Espanha, como o Archivo de la Villa de Madrid, Archivo Historico Nacional, Biblioteca Nacional de España e Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid. Optamos pelo cruzamento de fontes como um instrumento para trabalhar o fazer urbano desde sua característica inerentemente fragmentária, buscando entender as estratégias políticas de formulação de consensos sobre esse objeto de estudo tão dissensual. As duas fontes principais foram escolhidas em função de ambas partilharem a característica tanto de acesso ao nível do cotidiano da vida urbana, como por não comportarem discursos intencionalmente formulados para o

debate na esfera pública (como planos urbanos, jornais etc.), estando muito mais voltadas aos embates contemporâneos à própria documentação do que diretamente a uma formulação de imagem pública elaborada como um registro para o futuro; quanto por permitirem acessar registros sobre setores da população dificilmente apreensíveis em outros tipos de fontes.

As potencialidades das fontes criminais foram amplamente discutidas pela história social na sua proposta teórica contra o historicismo, já que as características desse tipo de documentação permitiam “deslindar espaços pouco documentados, movimentos sutis e não hegemônicos, papéis sociais informais subjacentes” (WISSENBACH, 1997: 15). Nesta pesquisa trabalhamos com os autos crime, documentação de caráter judicial, que tem amplo trânsito entre a polícia e o judiciário, e abre a documentação desde o relato de um crime até o seu julgamento, podendo ser interrompida em qualquer parte desse processo, pertencentes ao acervo do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJSP). Ao longo da elaboração e desenvolvimento dessa pesquisa tivemos contato com 859 autos crime, que foram lidos na íntegra ou parcialmente. Dentro da base e com pesquisas pontuais, selecionei 29 autos crime relacionados ao bairro da Liberdade e 30 autos crimes relacionados ao bairro da Santa Ifigênia para cruzamento com a Série Obras Particulares (SOP), 59 autos crimes que são compostos por aproximadamente três mil páginas de documentação.

A série Obras Particulares (SOP) pertence ao sub-fundo Diretoria de Obras e Viação, parte do fundo Prefeitura Municipal de São Paulo, do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM-São Paulo), sendo composta por aproximadamente 70 mil requisições entre 1870 e 1923.²³ Nesta série estão compreendidos os pedidos formais para alinhamento, reforma, adequação, ou construção de edifícios particulares na capital paulista.²⁴ Sua composição é variável ao longo do período abarcado, tanto

²³ O arco temporal 1870-1923 refere-se ao material já organizado e disponibilizado para pesquisa no arquivo permanente da instituição. Documentos que também compõe essa série, referentes ao período posterior a esse estavam até recentemente no arquivo intermediário da instituição, de consulta bastante limitada. Com a recente transferência para o arquivo permanente está totalmente indisponível para consulta, vez que passa por um processo de higienização e organização. As informações sobre a organização do acervo estão disponíveis em: SÃO PAULO. Arquivo Histórico de São Paulo. *Guia do Acervo*. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/fundos_documentais_1255023339.pdf. Acesso em: 10 jan. 2014.

²⁴ Essa documentação não é uma especificidade da capital paulista, já que legislações semelhantes para autorização de construção estavam presentes em diversas cidades, no Brasil e no mundo, que também

pelas mudanças na legislação, quanto por questões da salvaguarda dessa documentação, consistindo em ofícios, pareceres de fiscais, projetos arquitetônicos, plantas e croquis e, também, notificações, autuações e multas. Esses tipos documentais poderiam compor sozinhos ou serem agrupados e articulados em um mesmo pedido. A tendência é de pedidos anteriores a 1893 serem majoritariamente compostos apenas pela documentação manuscrita, solicitando principalmente alinhamento para novas construções, já que a obrigatoriedade de anexar o projeto arquitetônico data desse ano. Assim, a disposição mais vigiada durante todo o período da série é a obrigatoriedade do alinhamento das construções, seja de edifícios ou mesmo de muros e gradis. Não havia, nas primeiras décadas dessa documentação, uma padronização de modelo para o projeto arquitetônico que acompanhava os pedidos, sendo a obrigatoriedade do memorial da obra implementada apenas no começo da década de 1920.

A SOP possui uma documentação largamente utilizada na historiografia, seja na história da cidade, da arquitetura ou urbana. Há vários trabalhos de referência sobre a história de São Paulo, consideravelmente antigos, que se basearam na documentação dessa série, a começar pelos trabalhos de Carlos Lemos, especialmente o “República ensina a morar”, como também o trabalho de Heloisa Barbuy, “A Cidade-Exposição – Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo”, publicados há cerca de duas décadas.²⁵ O projeto “Arquivo Histórico Municipal Washington Luís: a cidade de São Paulo e sua arquitetura”, coordenado por Nestor Goulart Reis Filho e Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, que digitalizou parte dos projetos arquitetônicos da série disponibilizando-os na base do Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo (SIRCA), concluído há uma década.²⁶ É incalculável a quantidade de documentos da SOP que consultamos ao longo de todo o período de pesquisa, pelas próprias características do acervo que destrinchamos no anexo I. Indexamos em nossa própria

conservaram seus acervos e que também desenvolveram linhas de pesquisas explorando os potenciais desse tipo de fonte.

²⁵ O livro de Carlos Lemos, “República Ensina a Morar (Melhor)”, teve sua primeira edição publicada pela HUCITEC em 1999, sendo que premissas do livro e parte do material havia sido utilizados em publicação anterior, “Alvenaria Burguesa: Breve História da Arquitetura Residencial de Tijolos em São Paulo a Partir do Ciclo Econômico Liderado pelo Café”, publicada pela Nobel em 1985. O trabalho de Heloisa Barbuy “A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914” é sua tese de mestrado defendida em 2001 e publicada pela EDUSP em 2006.

²⁶ O Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Acervo (SIRCA) é produto do projeto de pesquisa feito em parceria entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, com financiamento da FAPESP. O projeto se propôs a digitalizar e disponibilizar online os projetos arquitetônicos, apenas os desenhos, da Série Obras Particulares (1906-1915) e do Fundo Particular Escritório Técnico Ramos de Azevedo/ Severo e Villares – realizando assim o tratamento de cerca de 35.000 documentos.

base apenas a parte da documentação que diretamente nos interessava no nosso recorte geográfico e temporal. O quadro abaixo representa a quantidade de pedidos indexados em nossa base diretamente analisados nesta pesquisa:

Tabela 1 – SOP consultadas por períodos de organização do acervo

Santa Ifigênia		Liberdade	
Até 1905 (encadernados):	165	Até 1905 (encadernados):	112
De 1905 a 1915 (caixas):	256	De 1905 a 1915 (caixas):	264
De 1916 a 1923 (caixas):	176	De 1916 a 1923 (caixas):	162
Total parcial	597	Total parcial	538
Total geral		1.135	

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Como metodologia, escolhemos algumas ruas de cada bairro para indexar em nossa base os pedidos feitos em anos alternados, portanto, cada rua tem os dados consultados para a metade do período correspondente ao nosso recorte temporal. Algumas exceções foram feitas, como a rua Conde de Sarzedas, para a qual consultamos todos os pedidos referentes ao recorte temporal, a rua Santa Ifigênia, cuja documentação consultamos alguns anos no entremeio das alternações, e alguns outros casos, quando alguma repetição específica nos fizeram buscar mais pedidos em outros anos de alguns dos logradouros. As ruas escolhidas para o levantamento e indexação foram, para Santa Ifigênia: Alameda dos Andradas, Avenida São João (rua e ladeira), rua Aurora, rua Brigadeiro Tobias, rua General Osório, rua dos Guaianazes, rua Santa Ifigênia, rua Timbiras, rua Triumpho, rua Victoria; para a Liberdade: rua Conde de Sarzedas (largo), Rua da Liberdade (largo), rua Barão de Iguape, rua Conselheiro Furtado, rua Galvão Bueno, rua da Glória, rua dos Estudantes, rua São Joaquim. Algumas outras ruas, como alameda dos Bambus, Barão de Campinas, rua Pirapitingui, foram pontualmente consultadas.

Optamos por fazer a consulta desse modo tanto pelo volume de documentação a ser consultada e indexada, quanto por uma opção teórico-metodológica da forma de tratar essas fontes. Sobre o volume, damos o exemplo da rua Conde de Sarzedas. Sobre ela consultamos todos os pedidos no primeiro período de organização

do acervo, ou seja, agrupadas no volume de encadernados. Para isso, consultamos 116 volumes, já que era necessário acessar todos os volumes que comportavam os pedidos iniciados pela letra C e pela letra S, pois não há um padrão nessa organização alfabética (questão que se repetiu com vários logradouros, isso porque é um dos logradouros com uma proporção baixa de pedidos em relação às demais). Ainda mais problemática do que o volume a ser consultado e indexado seria a forma de trabalho com essa documentação, que em geral é tratado na historiografia de uma perspectiva da história seriada: se levanta, teoricamente, toda a documentação referente a um recorte, e a partir disso são feitas estatísticas em relação ao montante geral recolhido e/ou do acervo. Desde essa condição, optamos por trabalhar observando recorrências e descontinuidades nessa documentação com cruzamento com outras fontes, mas não realizando uma análise estatística.

Partimos aqui da noção partilhada de que por si só as fontes não dizem nada, de que se exige que o documento “seja habilmente questionado para adquirir sentido” (FARGE, 2009: 21), que levou gerações de pesquisadores que trabalham com fontes periódicas, judiciárias, iconográficas, legislativas, literárias, a travar discussões e criarem correntes metodológicas para trabalhar com os limites impostos pela particularidade da natureza de cada tipo de fonte. Possivelmente por ser uma fonte sistematicamente trabalhada há menos tempo, muitas vezes essas questões teóricas e metodológicas são tratadas como superadas nas abordagens da SOP, como se a questão estivesse resolvida pela discussão em torno de outros tipos de fonte, não sendo desenvolvidas ou pontuadas na análise. As justificativas para seu uso, bem como as reflexões acerca de sua natureza, apresentam-se como opções pragmáticas para a condução da pesquisa que tendem a reproduzir padrões narrativos. A primeira questão sobre o procedimento de análise estatística sobre a SOP é um problema compartilhado por toda a historiografia que utilizou a metodologia serial: a dificuldade de precisar a dimensão do acervo. Considerando as condições de salvaguarda do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo é impossível precisar o material preservado em relação a toda a documentação desse tipo realmente produzida.²⁷ Essa condição contingencial da história

²⁷ A organização da SOP é bastante limitada, o tratamento arquivístico dispensado pelo AHSP se concentrou em organizar um quadro geral, um guia do acervo, mas não o interior da série. Assim, diferentes recortes temporais dentro dela têm tratamentos diferentes, e acredita-se que parte da documentação dessa série pode estar dispersa em outras séries, como os Papéis Avulsos. Quanto à preservação física, o trânsito dessa documentação também provocou perdas, por desaparecimento de documentos ou sua inutilização por incêndios, enchentes ou infestação de insetos. O estado de conservação dos documentos que sobreviveram também é precário: plantas e croquis são mantidos

seriada é presente em várias outras séries documentais e foi largamente debatida na historiografia quando se tratava de outros tipos de conjuntos documentais, pontuando as limitações das suas análises em torno dessa condição.²⁸ No entanto, vemos trabalhos que se debruçam sobre a SOP revalidando a ilusão da totalidade do universo dessa documentação, especialmente quando se trata de produzir “dados estatísticos” sobre o acervo.

Diversos trabalhos que estabelecem um universo de pesquisa dentro dessa série documental e a partir de um levantamento extensivo realizam a tabulação de dados, apresentando estatísticas como revelações sobre seus objetos: tal rua era predominantemente comercial; tal bairro foi majoritariamente construído por imigrantes provenientes da Itália; tais agentes urbanos dominavam o mercado de aluguéis em determinada região da cidade. A produção desses dados a partir de um trabalho sistemático com essa série é permeada tanto pelas escolhas do pesquisador quanto pelas próprias características da documentação, devendo assim ser analisada historiograficamente nessa condição contingencial. No entanto, são recorrentes abordagens que apresentam estatísticas como autoexplicativas sobre um determinado processo, prescindindo de uma análise que destrinche as condições em que e sobre o que esses dados foram construídos. Assim, as condições contingenciais envolvidas na produção da série são sublimadas e o que se obtém do trabalho sistemático com essa documentação seria uma aproximação da realidade do objeto estudado. Das reconstituições das ruas a partir das fachadas das construções aos georreferenciamentos das SOP em quadras e bairros mostrando a localização de comércio ou a concentração

dobrados em meio a encadernados, ou dentro de caixas, o que acarreta rasgos e perdas de informações, às vezes irreversíveis. Nos deparamos com muitas plantas e croquis que seriam de grande valia para esta pesquisa, mas que estavam completamente rasgadas e não há uma política do AHSP para de proceder a recuperação desse material através de trabalho de restauração a curto prazo. Outra questão importante para a conservação desse acervo é que, após uma longa obra, que possibilitou a construção de um novo prédio para o Arquivo, com instalações mais preparadas para receber documentação histórica (controle de temperatura, umidade, isolamento externo), o acervo com que trabalhamos segue em um prédio anexo sem nenhum desses cuidados, assim como outros diversos acervos datados do século XIX e início do século XX.

²⁸ Essa é uma discussão especialmente importante na linha de pesquisa com fontes judiciais, para determinar a prevalência de tipos de crimes, por exemplo, e também nas questões de padrões de renda a partir de inventários; as problemáticas do trabalho com esse tipo de fonte vem da característica de serem séries documentais muito extensas, cujos documentos originalmente foram produzidos com intenções de serem singulares, sendo o seu acúmulo resultado de um processo cotidiano de trabalhos específicos, o que não garantiu a preservação total do acervo ou mesmo a intenção dessa preservação total – um exemplo extremo são os processos levados por juizes, como documentação pessoal, quando de suas aposentadorias.

da localização de propriedades de determinado agente urbano, os dados deixam de ser uma ferramenta de análise para ser o próprio resultado da análise historiográfica.

Se a intenção desses trabalhos fosse efetivamente fazer uma reconstrução histórica, no caso dos mapas e georreferenciamentos, os cuidados com a tabulação e cruzamentos desses dados deveriam ser muito mais sistemáticos. Para entender a extensão e os efeitos dessa problemática, o debate sobre os padrões de qualidade de vida dos trabalhadores ingleses durante a revolução industrial nos fornece algumas reflexões. Em um longo artigo de balanço acerca das abordagens metodológicas das pesquisas sobre esse tema, publicado em 2019, Emma Griffin identifica a concentração do trabalho historiográfico nas últimas duas décadas no aperfeiçoamento da fiabilidade dos dados para a produção de estatísticas, especialmente voltadas à questão da alimentação e nutrição, o que significou um trabalho imenso, e intenso, de identificar todas as variáveis possíveis que influíam nesse debate específico, buscar novos elementos e novas maneiras de estabelecer um cruzamento entre eles. Griffin nos mostra que a variação das estatísticas obtidas pela tabulação de dados, produto desse elaborado trabalho de buscar e precisar variáveis, tem relação com instrumentos elaborados para enfrentar problemas trazidos pelas duas correntes de leituras principais sobre o tema: a pessimista, que defendia que as condições de vida da classe trabalhadora pioraram durante a revolução industrial, e a otimista, que interpretava o oposto.

Quando o resultado do trabalho do historiador passa a ser linhas em ascensão ou descenso em um gráfico, Griffin alerta que “no less important than the directions in which graph-lines move are a raft of questions about exactly who and what is really being measured by these seemingly objective graph-lines” (GRIFFIN, 2018: 109). Sua avaliação é que a homogeneização da abordagem metodológica sobre esse tema levou a um consenso artificial sobre a divergência, a custo de limitar nossa compreensão sobre o problema (GRIFFIN, 2018: 73). Essa aposta de que encontrar as variáveis corretas produziria dados e estatísticas suficientes para dar conta das questões levantadas implicou em todo um debate anterior ser sublimado:

Thus quantification formed just one element of the standard of living debate: social and cultural historical approaches provided an important contribution to the unfolding debate as well. Yet in the past two decades, this once heterogeneous methodological perspective has narrowed and today’s standard of living debate looks very different. All recent contributions have come from just one of our discipline’s

sub-fields, economic history. Economic historians have turned to an impressively wide variety of measures — real wages, family incomes, ‘well-being’, life expectancy, child mortality, consumption of tea and coffee, calorie availability and nutrition, heights, work intensity, and child labor. But while their points of entry have been numerous and varied, the methodological approach remains fundamentally the same. In each instance, scholars identify one or more variables which can be quantified, tabulated and evaluated. In the 1960s, E. P. Thompson took aim at the intellectual poverty of quantitative approaches and scoffed at the fact that the industrial revolution had earned the working class not much more than ‘a great many articles in the *Economic History Review*’. But in the past two decades the joke has definitely turned on Thompson. The nebulous thing that Thompson called ‘experience’ scarcely now figures in discussions of the standard of living. Social, cultural and qualitative attempts to make sense of the human experience of economic modernization have been largely eclipsed by the inexorable march of statistics (GRIFFIN, 2018: 71-72).

Pela própria complexidade do objeto de estudo e a profundidade das divergências, buscou-se aprimorar os levantamentos que embasavam as pesquisas nesse campo, adicionar mais e esmiuçar mais as variáveis, mas em algum ponto o próprio método se sobrepôs ao problema tratado. As conclusões dos estudos passaram cada vez mais a estar suportadas fragilmente apenas pelas próprias evidências que produziam estatisticamente, sendo todo o cuidado com as questões envolvidas na produção desses dados minimizado até simplesmente desaparecer das análises. Se mais variáveis eram constantemente adicionadas ou modificadas para permitir uma maior fiabilidade dos dados a partir do que se sabia que não poderia ser inteiramente conhecido por esses registros, com o tempo as variáveis pareciam ser uma questão em si, e não mais em relação aos limites dessa documentação. Uma dimensão desse problema é que não havia registro possível contínuo que cobrisse todo o período estudado, por exemplo, assim os modelos previam “interpolation or ad hoc adjustments to cover years or sectors lacking reliable estimates, and these adjustments can have a large impact on the overall result” (GRIFFIN, 2018: 76). Dessa maneira, os modelos passaram a ser a própria evidência a sustentar as pesquisas, levando a um esforço gigantesco para revisar pequenos componentes das séries quantitativas, como se as diferenças de interpretação estivessem apenas em uma formulação equivocada dos dados passível de ser reparada com um trabalho sistemático em cima do modelo. As estatísticas passaram a uma dimensão de evidência histórica, e não mais uma ferramenta para discutir um problema ou pergunta.

O que se está apontando com isso não é uma novidade, os problemas e as implicações dessa questão levantada sobre a naturalização desses dados foi debatida

longamente pelos historiadores, inclusive da história econômica, antes do detalhamento extensivo das bases e criação de modelos mais elaborados, mas essa dimensão foi simplesmente obliterada no curso das pesquisas. Os historiadores são convencidos da robustez de suas fontes, e toda a discussão que vem de fatores exteriores a elas vai sendo minimizada e posta de lado, mesmo com a insistência prévia na própria formulação desse problema de pesquisa. Para Griffin, a dicotomia entre as perspectivas otimistas e pessimistas deve ser abandonada para que se possa desenvolver abordagens e perspectivas históricas mais plurais, para sair de um círculo vicioso de discussão em torno das mesmas questões pontuais e autorreferentes (GRIFFIN, 2018: 110).

Ao mesmo tempo que se recorre a extrapolações e a amostras representativas porque é sabido que com as fontes não é possível chegar ao índice de “realidade” daquele processo, a imersão no método quantitativo e a produção de estatísticas fez com que, ao longo de gerações de pesquisas, esse consenso inicial fosse minimizado em relação ao esforço constante para encontrar a relação correta entre as variáveis, o modelo mais preciso, para se chegar o mais próximo possível daquela “realidade”. Em relação ao trabalho com a SOP, a questão fica ainda mais problemática, porque sequer há uma preocupação em relação aos significados das variáveis, não há um expressivo trabalho sistemático para aprimorar a produção desses dados e das formas de elaborações dos modelos estatísticos de análise, e, ainda assim, essa dimensão externa das características e limites da fonte tampouco é tratada. Ou seja, se a perspectiva de se aproximar da “realidade” daquele processo fosse assumida, a abordagem da série ainda teria uma estratégia frágil de produção de dados e estatísticas, mas essa perspectiva não é claramente, ou conscientemente, assumida nessas pesquisas. Pelo contrário, é argumentado que com essa metodologia se está buscando questionar a “historiografia tradicional”, “fazer história a contrapelo”, “fazer a história dos vencidos”, “perscrutar através dos paradigmas indiciários” – para, na sequência, apresentar um dado estatístico como autorrevelador do objeto de pesquisa.

Se não há um trabalho sistemático, no caso da SOP, para dimensionar as questões internas e externas dessa fonte para produção de modelos analíticos, não se pode dizer o mesmo do volume de estudos de casos e material levantado. Nas últimas décadas houve um levantamento e tratamento intensivo de um montante relevante desse acervo, estudando detalhadamente lotes, ruas, bairros. Mas quais eram os objetivos pretendidos a partir desses levantamentos? Como eles se contrapunham à “historiografia

tradicional”)? O trabalho com a SOP é apresentado, então, como um esmiuçamento de questões dentro de um quadro geral já esboçado, como se os problemas apontados pela historiografia das análises anteriores fossem distorções que pudessem ser sanadas pelo trabalho intenso de preenchimento contínuo dos vazios e ausências significativos dentro desse quadro geral. Na busca pela novidade, esse tipo de abordagem recai em uma antiga armadilha historiográfica que caracteriza o historicismo: a crença no acúmulo contínuo de “fatos” (elementos, agentes, lotes etc.) como estratégia para se alcançar a verdade histórica. Levar a cabo esse projeto significa se comprometer com o inventário – tão infinito quanto inútil – de todos os aspectos de um processo histórico (GAGNEBIN, 2014: 205-206).

Apesar de um consenso acerca da impossibilidade dessa tarefa, esse pressuposto segue sustentando justificativas para esse tipo de abordagem no campo da história urbana. A SOP como fonte não possibilita, por si só, novidades de informação que transformariam a “historiografia tradicional” por adição de dimensões esquecidas ou inviabilizadas ou pela reconstituição da realidade por meio do compilamento estatístico. Ela nos permite ampliar os ângulos de observação sobre um processo histórico, mas o que vai sustentar a interpretação não é um simples acumulado do que é visto por cada um desses ângulos: as concepções que baseiam nossas pesquisas é que determinam o que efetivamente vemos por cada um desses ângulos. Podemos mudar os ângulos, as escalas, as dimensões do trabalho historiográfico, o que vai sustentar o que vemos a partir deles são as lentes conceituais que usamos em nossas interpretações (CAUQUELIN, 2007: 85).

Por isso, a adição contínua de novas dimensões é mesmo impossível, a não ser que se promova uma pacificação entre essas dimensões – que é o que significa esse elemento dissonante, estranho à narrativa da “historiografia tradicional”, ser aparentemente integrado no quadro geral. A ausência de certos elementos em uma perspectiva historiográfica não pode ser classificada como um mero esquecimento, um trabalho não tão rigoroso, uma negligência; ela é principalmente um índice da concepção histórica sustentada pelo pesquisador – ainda que nem sempre de maneira consciente. Esse deveria ser um ponto fundamental para quem se propõe a “fazer história a contrapelo”, a partir das reflexões de Walter Benjamin, como insistentemente debatido por Edgar de Decca desde seu estudo “1930: o silêncio dos vencidos”. Na proposição de Benjamim, fazer a história dos vencidos, a partir da história a contrapelo,

não significa contar outros lados, outras versões da mesma história, propor outra interpretação do passado, mas sim discutir a própria formulação da narrativa historiográfica sobre um processo (DECCA, 2013: 91).

Nessa empreitada, a concepção de tempo é fundamental, já que há que se romper com a “diferença empírica” do tempo (passado, presente, futuro) para trabalhar desde uma perspectiva de “diferença temporal” (o que constitui intrinsecamente o passado na sua diferença em relação ao presente). Buscar essa “diferença temporal” é perscrutar como se deu a construção do discurso vencedor, porquê, como e quais elementos foram silenciados (DECCA, 2013: 96). Não para simplesmente “trazer à luz” a esses aspectos esquecidos, mas porque as escolhas na formulação dessas narrativas é que são fundamentais para entender o que realmente sustentam suas interpretações. Dedicar-se a destrinchar mais e mais detalhes, mais e mais dimensões, dentro do mesmo quadro geral sobre um processo histórico contribui para continuar a validação de uma temporalidade linear, contínua e progressiva, enquadrando as dissonâncias dentro da própria narrativa dos vencedores, reafirmando de uma maneira ainda mais eficaz “que as coisas aconteceram do único jeito possível”, uma temporalidade “despojada de alternativas históricas reais” (DECCA, 2013: 95). Uma história a contrapelo tem que estar atenta a mostrar como foi construída a imagem de que o passado não poderia ter sido diferente, assim justificando o presente ser como é: “si el conocimiento del pasado no es un fin en sí mismo [...] deberá interrumpir la historia de los vencedores que se cuenta, para inscribir en esa narrativa, que parece reproducirse por sí sola, los silencios y las fracturas” (DECCA, 2013: 95).

A aderência da historiografia ao discurso construído pelos vencedores, como mostra De Decca, não tem relação com uma consonância explícita com seus ideais, podendo ser partilhado, reproduzido e legitimado por uma historiografia que se autoproclama crítica e se coloca em oposição aos vencedores. Se, em parte, o processo dessa aderência tem relação com o que discutimos até aqui, dos perigos do historicismo e como essa concepção de história foi formulada como uma estratégia de manutenção de classe, o que leva mesmo às tentativas de fazer uma “contra-história dos oprimidos tão plena como a história dos vencedores” operarem na validação do discurso dos vencedores, também tem relação com a abordagem das fontes (DECCA, 2013: 99). Uma das premissas básicas do trabalho historiográfico após as críticas ao positivismo é que cada fonte contém a visão de mundo daquele processo, do seu produtor, e que esse

dado é um elemento fundamental a ser considerado nas nossas análises. No entanto, se na análise direta do discurso de cada documento essa dimensão dificilmente consegue ser sublevada, não podemos dizer o mesmo quando as fontes passam por uma análise serial gerando dados estatísticos a partir de modelos de tabulação.

Esse é um dos argumentos que fundamentam as críticas de Griffin à hegemonia das abordagens quantitativas nos estudos sobre os padrões de qualidade de vida dos trabalhadores ingleses durante a revolução industrial, já que estes não só aplainaram as complexidades das mudanças no período como replicaram a visão de mundo dos responsáveis pela produção das *surveys* (2019: 110). Não que os dados colhidos nessas investigações se tornem inúteis pela motivação dos seus formuladores, mas que para analisá-los não se pode perder de vista que o propósito desses levantamentos se distingue dos interesses dos historiadores que posteriormente trabalharam com esses dados. Assim, mesmo com todos os cuidados para localizar os elementos de produção desses dados, “they still brought a complex web of assumptions about how their world operated to bear on everything they did, and these assumptions were refracted in what they asked and what they found” (GRIFFIN, 2018: 110).²⁹ Esse é um problema partilhado na análise da SOP: apesar de não se tratar de documentos que produziam um discurso com intenção de ser amplamente público, eram formulados nas negociações e disputas entre técnicos, políticos, proprietários, locatários. Um caminho possível é trabalhar em torno das questões de formulações dos modelos, tal como feito para o problema tratado por Griffin, assumindo seus limites.

Sempre haverá mais e mais refinamentos metodológicos que podemos fazer para precisar nossas análises, para incluir mais camadas e mais detalhes, no entanto, eles nunca serão suficientes, sempre haverá algo faltando, sempre haverá um aspecto não explorado. Nisso reside a falácia de que a SOP por si só, como série documental, traria novos aportes para a história urbana de São Paulo. Se o refinamento dos dados internos fornecidos por um documento é um dos caminhos de trabalho, que corresponde a uma concepção de história, há outras formas de se abordar as fontes. Menos do que propor uma “contra-história dos oprimidos”, Benjamin propunha observar os elementos de corte e cisão inscritos na história hegemônica (DECCA, 2013: 99) através do conceito

²⁹ Um exemplo, dentro da própria discussão trazida por Griffin, para deixar mais palpável esse apontamento: “Nineteenth-century data collectors assumed that individuals lived in two-parent families in which all available earned income and unpaid labor were pooled for the common good, and though this assumption worked well for the majority of families in the rural context, it was ceasing to capture the experience of those more closely bound up in the process of industrialization (2018: 110).

de “transmissão, ressaltando aí o processo histórico concreto, material, de desistências, de perseverança, de lutas e de violência que transporta ou não, leva ou não, transmite ou não um acontecimento ou uma obra do passado até o nosso presente” (GAGNEBIN, 2014: 213).

Benjamin desloca seu olhar e nos mostra como a principal função do *survey*, em seu estudo sobre os trapeiros, era tornar palpável, real, esse nível de miséria, torná-la inteligível, compreensível, para a cognição dos seus contemporâneos.

A figura do trapeiro fascinou a sua época. Os olhares dos primeiros pesquisadores do pauperismo estavam como que hipnotizados por ela, com a tácita pergunta no sentido de saber onde seria alcançado o limite da miséria humana. Em seu livro “Des classes dangereuses de la population”, Frégier dedica-lhe seis páginas. Le Play apresenta os ganhos de um trapeiro e de seus familiares em Paris, por volta de 1849 e 1850, época em que presumivelmente surgiu aquele poema de Baudelaire. [...] Nota: Esse orçamento é um documento social, não tanto pelos levantamentos feitos em uma determinada família quanto pela tentativa de fazer com que a mais profunda miséria pareça menos chocante por ter sido limpamente classificada. Com a ambição de não deixar nenhuma de suas desumanidades sem os devidos parágrafos legais, os Estados totalitários fizeram florescer uma semente que já se pode presumir latente num estágio anterior do capitalismo. [...] O espírito de um tal levantamento estatístico é ilustrado por uma sarcástica observação de Buret: “como o humanitarismo, já por causa da decência, proíbe que se deixem morrer os homens como se fossem animais, não pode então negar-lhes a esmola de um caixão” (BENJAMIN, 2000: 52).

Tratam-se de duas formas distintas de se abordar as fontes, e essa diferença não parte de uma abordagem ser mais adequada que a outra, uma estar mais correta, ou completa, que a outra, ou ainda dessas abordagens se debruçarem sobre aspectos distintos que poderiam ser combinados para, assim, construir uma visão mais ampla do mesmo processo. São distintas porque partem de concepções historiográficas diferentes, inclusive conflitivas. No entanto, não faltam tentativas de contemporizações, que buscam esvaziar os conteúdos teóricos – portanto políticos – dessas abordagens. O privilégio dos dados quantificáveis, das estatísticas como autorreveladoras de conclusões, com uma mitigação dos elementos que compõe a fonte não inscritos diretamente nela, se constrói também nesse sentido, procurando minimizar os compromissos políticos do historiador nas suas escolhas, reforçando uma concepção de

pesquisa científica pragmática subsidiada por dados concretos.³⁰ No caso dos trabalhos com a SOP, parece que questões teóricas e metodológicas que perpassam o trabalho com essa fonte foram superadas por pesquisas e discussões anteriores, levando, assim, à possibilidade de simplesmente escolher abordagens para ter uma leitura historiográfica pragmática sem maiores implicações ou necessidade de posicionamento historiográfico pontuado ou explícito. Por vezes se chega inclusive a situações em que as referências teóricas são praticamente um apêndice do texto, com uma desconexão acentuada entre o modo de trabalho e as interpretações feitas com a pretensa base teórica utilizada no estudo.

Não se trata de um problema exclusivo da história urbana, da cidade, da arquitetura e do urbanismo, há um desprestígio crescente das discussões teóricas no interior do trabalho historiográfico amplo. Praticamente uma cisão, como se as divergências de linhas interpretativas sobre um determinado tema ou objeto de pesquisa dissessem respeito apenas àquela questão em si, a uma divergência sobre dados analisados ou qual a dimensão e escala que deveria ser priorizada, e não a um debate teórico historiográfico mais geral. Assim, a teoria da história e a metodologia historiográfica aparecem como elementos de suporte à investigação histórica, e não como se essas dimensões tivessem uma relação intrínseca. A especialização do trabalho historiográfico também fez parte desse processo, já que o campo da teoria da história não desapareceu, mas as discussões parecem cada vez mais apartadas. No caso do trabalho com a SOP fica bastante explícito que a recusa a um posicionamento teórico claro, ou a uma autorreflexão sobre a disposição teórica que realmente subsidia o trabalho, impede discussões mais profícuas entre os pesquisadores que compartilham temas e problemas. A recusa a posicionamentos teórico-políticos explícitos, e ao embate em torno das suas divergências, promove uma tentativa de pacificação da história.

Enfrentando a pacificação da história: consensos, dissensos, fragmentação e totalidade na apreensão das experiências da urbanização

³⁰ Como apontado por Bresciani: “Volto ao nosso argumento: privilegiar o discurso da ciência em detrimento da primeira forma de discurso — a fala política — diz de maneira irrefutável a primazia que a construção de coisas ganhou frente à edificação de instituições. Subjugar a palavra livre obrigando-a a trilhar o estreito sendeiro da palavra (e do pensamento) útil parece ser o ponto de partida para que o discurso científico tenha atingido a dimensão atual de verdade objetiva, porque completamente descomprometido com a instável subjetividade humana” (2018: 136).

O questionamento aos fundamentos do trabalho historiográfico, ou seja, o exame do conjunto de princípios tomados como base por esse campo de conhecimento, não foi um processo isolado, mas sim relacionado a uma crise geral da base do pensamento moderno em distintas disciplinas (MARZON, 2020: [no prelo]). Esse amplo processo segue em aberto, pois, apesar da consolidação no nível do debate teórico, o peso estrutural da própria formulação do pensamento científico moderno segue entrelaçado com as práticas, especialmente as mais instrumentais, das diversas áreas do conhecimento. O processo que estamos discutindo, nas disputas internas ao campo da historiografia, se relaciona diretamente com as implicações dos pressupostos científicos modernos terem sido profundamente desacreditados no plano teórico, mas seguirem como estrutura de pensamento que permeiam os diversos tipos de investigações. A concepção da totalidade histórica, a necessidade da produção da síntese, o incômodo constante pela não formulação de uma explicação universalmente válida, são todos efeitos desse mal-estar prolongado pela derrubada nunca concretizada do pensamento moderno:

El desmontaje o deconstrucción que su discurso lleva a cabo girará en torno a los conceptos claves en que el discurso de la modernidad declina la lógica de la identidad que la constituye. Sujeto, síntesis, sistema, inteligibilidad, universalidad eran algunos de esos conceptos nucleares en torno a los que giraba el discurso moderno (el arquitectónico, pero también el filosófico). Ellos serán el objetivo del minucioso proceso de crítica que la deconstrucción (la arquitectura pelo también la filosófica) pone en marcha. La idea de síntesis, por ejemplo, estaba en el corazón de la filosofía moderna que despliega sus armas entre los siglos XVII e XVIII. Era la tercera regla del método de Descartes: “conducir los pensamientos ordenadamente desde los más simples y fáciles de conocer a los más complejos”. En la obra de Kant la síntesis a ser el concepto capital que define el conocimiento. El *juicio sintético* es el acto intelectual que amplía nuestro saber, el único que puede reclamar con derecho sacarnos del pozo del error o la tautología. La síntesis es, ante todo, integración de partes. Partes que se reconocen una mutua heterogeneidad de origen, pero no de destino, dado que pueden ser traídas a unidad. En la síntesis los contrarios se avienen a colaborar, se intersectan para al final disolverse en una unidad superior sin resto (*no* mera intuición *ni* puro concepto, sino *conocimiento*) (ARENAS, 2011: 43).

Assim, a crise do pensamento moderno vai se desdobrar em diversas outras crises teórico-metodológicas na historiografia, sem que, no entanto, se explicita, ou mesmo entenda-se, que, no fundo essas são discussões pontuais causadas pelo questionamento daquele paradigma. Entretanto, se toma o efeito como causa, não

possibilitando, assim, nos debruçarmos mais consistentemente sobre o cerne da crítica ao estatuto da história realizada por diversos pensadores da modernidade, do qual destacamos Walter Benjamin. Uma das discussões que nos permitem visualizar esse processo é a crise do paradigma da história total, já que, a partir dela, diversas metodologias e perspectivas teóricas foram propostas para buscar lidar com o incomodo da constatação incontornável de que a operação historiográfica é sempre efêmera e contingencial. De certa forma, esse novo paradigma se consolidou, mas as suas implicações teóricas não foram enfrentadas pela historiografia, o que está expresso nas rápidas revisões de experimentações teórico-metodológicas que buscavam formas de elaborar um saber histórico que desse conta desses novos paradigmas. Acreditamos que é importante explicitar os efeitos teórico-metodológicos desse debate, que teve seu ápice durante a década de 1990, pois ele é bastante exemplar de como reiteradamente certos temas retornam justamente porque a discussão central da estrutura epistêmica na historiografia segue escamoteada. Nesse caso, a discussão estava centrada em um balanço historiográfico da crise dos paradigmas totalizantes nas décadas de 1970-80 e a expansão da microhistória desde então.

Uma das mais difundidas propostas teórico-metodológicas para se contrapor à história total foi a microhistória, que se estabeleceu inclusive hegemonicamente como prática no campo de debates historiográficos internacionais. Essa nova proposta teórico-metodológica veio acompanhada de diversas modificações e ampliações nos procedimentos historiográficos, como o abandono da exigência da história seriada e a ampliação do estatuto das fontes, introduzindo uma nova miríade de documentos como possíveis no ofício do historiador (RICOUER, 2007: 194-195). No entanto, o que parecia ser uma resposta à crise das práticas historiográficas foi sendo questionada quase *paripassu* à sua própria formulação. Ou seja, ao mesmo tempo em que a proposta era formulada, que os estudos apoiados nessa perspectiva tomavam corpo, as críticas a essa proposta já apareciam de maneira contundente. Assim, a crise do paradigma da história total foi revertida em uma crise sobre a questão da escala na história, o que não necessariamente incide sobre a estrutura epistêmica da disciplina. Destacamos aqui dois trabalhos representativos das tentativas de balanços e reflexões sobre esse processo de embate entre a história total e a micro-história: o livro “Jogos de Escala: a experiência da microanálise” (1996), organizado por Jacques Revel, e o artigo “The Evidence of Experience” (1991) de Joan W. Scott.

Esses dois balanços propõem entender as contribuições e os limites das propostas trazidas pela micro-história para a historiografia, focando especialmente nos seus limites já evidenciados, apesar de ser uma prática tão recente na disciplina. As análises dos autores coincidem em detectar que o abandono da história total gerou, por vezes, uma abordagem diametralmente oposta, e igualmente infrutífera para o trabalho historiográfico. Revel está bastante preocupado em discutir uma criação de hierarquia entre as camadas de análise, pois considera que antes, com a história total, essa escala do contexto geral teria prevalência sobre as demais. Seu argumento é o de que, com a microhistória, haveria uma inversão, fazendo com que o macro, e as escalas intermediárias, fossem engendradas pelo micro. Recolocando assim uma hierarquia entre as escalas que determinaria o processo histórico de uma maneira homogênea para qualquer tipo de situação. Já Scott centra sua crítica no que considera uma tendência no âmbito dessas novas produções, a metanarração, já que a origem do conhecimento está localizada na experiência dos indivíduos, transformando, assim, a visão do sujeito como suporte da evidência. Entre os problemas da metanarração estariam essa construção ideológica que naturaliza a condição de individualidade, não discutindo como esse conceito foi construído naquele contexto, assim como a própria concepção da diferença, apresentando a multiplicidade de uma forma que instale o “fato da diferença”, não discutindo como a diferença é estabelecida, seu sistema referencial, e de que maneira esse sistema referencial constitui esses sujeitos.

Não é um dado casual que muitos dos exemplos de pesquisas apresentados por Revel e Scott tratem de trabalhos que buscaram estudar agentes desprestigiados na historiografia tradicional. Em uma interpretação simplificadora da concepção de história dos vencidos benjaminiana, pesquisadores tentavam mostrar “o outro lado” de determinados processos, tirando do “esquecimento” agentes das intituladas minorias (trabalhadores, negros, indígenas, mulheres, LGBTTS), suas lutas e sociabilidades. A ênfase recaía em oferecer outras versões sobre um mesmo processo, contar “o outro lado de uma mesma história”, disponibilizando uma multiplicidade de olhares e entendimentos. Na década anterior a esses dois balanços, Gayatri Chakravorty Spivak (2010) realizou uma crítica mais qualificada sobre as condições que geraram essas abordagens e a extensão das implicações de seus problemas.³¹ Parte relevante do ensaio é dedicado a pensar os perigos da “preocupação substancial com a política dos

³¹ A data de publicação original do ensaio de Spivak é 1985, publicado em inglês. Nem Scott nem Revel dialogam em suas críticas com esse relevante ensaio da crítica e teórica indiana.

oprimidos” que, sob a pretensão de deixar os “oprimidos falarem por si” (SPIVAK, 2010: 102), ocultam a posição de privilégio do intelectual nas relações de poder estabelecidas com o sujeito objeto de estudo.

Com isso, Spivak não afirma que esse sujeito não tenha uma história, ou que ela não possa ser conhecida, mas pontua os limites das análises feitas a partir de lugares determinados (SPIVAK, 2010: 102). Assim, ao não assumir essa dimensão em suas análises, abordagens desse tipo se privariam de enfrentar a “difícil tarefa de realizar uma produção ideológica contra-hegemônica”, auxiliando o “empirismo positivista - o princípio justificável de um neocolonialismo capitalista avançado - a definir sua própria arena como a da ‘experiência concreta’, ‘o que realmente acontece’” (SPIVAK, 2010: 37). Ou seja, Spivak localiza a “pluralidade de narrativas” como uma recusa ao enfrentamento dessa assimetria de poder na produção do conhecimento, localizando o que gerou essas abordagens e as suas implicações num quadro de enfrentamento ideológico mais amplo. Segundo a proposição de Spivak, deve-se partir do reconhecimento da assimetria envolvida na análise para, a partir disso, observar os ‘espaços em branco’ nas narrativas, ou seja, o que está implicitamente mobilizado do pensamento mas não expresso, que guardam a possibilidade de entender a construção do outro, permitindo, assim, uma aproximação “mais analítica e intervencionista do que as invocações sobre a ‘autenticidade’ do Outro” (2010: 108-109). Passa por essa questão, também, o reconhecimento “daquilo que o trabalho não pode dizer”, outro elemento chave nessa relação do investigador com o entendimento sobre a construção do outro (2010: 82-83).

Enquanto as críticas de Spivak se centravam na lógica de poder reproduzida por essas abordagens, e de suas clivagens a partir de cada tipo de interlocutor, as críticas de Scott e Revel não localizavam seus próprios incômodos. Focalizavam em apontar que essas abordagens não articulavam as diversas dimensões dos processos sobre os quais se debruçam, o que limitaria a validade dos seus resultados em termos mais gerais. Não há uma explicitação das razões de essa ser a principal preocupação de Scott e Revel, dando a entender que estaria subentendido que todas as abordagens historiográficas deveriam ter como pressuposto atingir uma generalidade na sua análise – o fato de ser justamente os estudos sobre “subalternos” o centro da crítica desses autores também não parece uma questão. Percebemos, nessa crítica da crítica, a persistência que temos pontuado do pensamento moderno: o problema dessas

abordagens é, principalmente, criar uma ilusão de pluralidade de perspectivas historiográficas, permitindo a continuação do sustentáculo da história dos vencedores, pois seguem operando com a estrutura epistêmica da história linear e progressiva, legitimando uma abordagem historiográfica que pacificou os embates na construção da narrativa histórica. Enquadram, portanto, as ditas minorias aos quadros epistêmicos dos próprios opressores, ao considerar ser possível incorporar suas leituras a um sistema de pensamento que é parte constitutiva da sua dominação.³²

A crise do paradigma da história total é uma questão em aberto, inevitavelmente retornando de maneira implícita em diversos debates historiográficos. No Brasil, essa problemática é central na revisão da historiografia da escravidão, apesar de não colocada nesses termos por seus debatedores. Atualmente, as disputas feitas entre a centralidade da agência das pessoas escravizadas ou da economia global nos estudos da escravidão e da abolição recolocam a questão das escalas no trabalho historiográfico, encobrando a problemática da estrutura epistêmica da história em uma temática em que essa questão é especialmente delicada. Esse debate pode ser apreendido nas polêmicas suscitadas na mesa redonda “50 anos de historiografia da escravidão brasileira (1961-2011): Balanços e perspectivas”, no XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH em 2011, dos quais participaram Sidney Chalhoub (Unicamp), representando o Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult), que defende a centralidade da agência dos escravizados no processo da derrocada do escravismo, e Rafael de Bivar Marquese (USP), que tem construído uma discussão em torno da necessidade de se retomar análises a partir da perspectiva da economia-mundo para entender a constituição e o fim do escravismo como sistema econômico.³³

Em uma discussão que parece ter como foco qual escala de análise privilegiar, ou como se deve realizar o “jogo de escalas” para mobilizar adequadamente

³² Essa reflexão está baseada nas reflexões de Edgar de Decca, que desde a sua tese de doutoramento, que deu origem ao livro 1930, “Silêncio dos Vencidos” (1981), dialoga com a formulação benjaminiana de história dos vencedores e história a contrapelo. Em trabalho mais recente abordava novamente essas questões, dentro de um projeto de pesquisa mais amplo de investigação sobre o “Teses sobre o conceito de história” de Benjamin, pesquisa infelizmente não finalizada: DECCA, Edgar S. *Historia a contrapelo: sobre vencedores y vencidos*. In: MUDROVICIC, M. I.; RABITNIKOF, Nora (org.). *Temporalidad, historia y memoria*. Ciudad del Mexico: Siglo XXI, 2013, pp. 75-92.

³³ O debate foi mediado pela professora Hebe Mattos (UFF) e os textos estão disponíveis em: http://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/1/.../marquese_chalhoub_mattos_mesa.pdf (Acessado em: 06 set. 2017). Posteriormente, Marquese lançou um artigo em que elabora mais profundamente suas proposições chamado “As Desventuras de um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre a Escravidão Brasileira”. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/69188>. Acessado em: 06 set. 2017.

o micro e o macro, o local e o global, nos estudos da escravidão, está implícita uma questão de fundo sobre as possibilidades e impossibilidades de historiograficamente se aceder a uma totalidade explicativa. Se, da parte de Marquese, há uma defesa da necessidade de se retomar o conceito de capitalismo, acusando a produção historiográfica da escravidão de um período mais recente de “recusa à discussão teórica”, onde claramente se vê uma nostalgia da história total, no discurso de vários pesquisadores do Cecult se vê uma recusa a entender a divergência com Marquese como um enfrentamento entre vertentes de análise historiográfica.³⁴ Ou seja, enquanto Marquese entende que não há uma discussão e disputa teórica na historiografia da escravidão apenas porque ela não é feita a partir da abordagem por ele entendida como a melhor fundamentada, da parte de alguns pesquisadores do Cecult tampouco vemos uma disposição em elaborar as consequências para a teoria da história, das suas opções teórico-metodológicas, o que inclusive implicaria em assumir a divergência com outras vertentes de leitura.

Essa recusa é tão profunda que inclusive provoca seu oposto. É visível uma tentativa de conciliação entre as perspectivas, como se fossem ângulos e escalas distintas de olhar para o mesmo problema que seriam, assim, complementares, se relacionando de uma forma a dar mais substância para a historiografia sobre o tema. Ou seja, seria plenamente possível entender, nessa leitura, as abordagens de Marquese como um contexto geral, enquanto os trabalhos desenvolvidos pelo Cecult preencheriam de materialidade da vida cotidiana esse contexto.³⁵ Assim, apesar de muitos dos trabalhos monográficos da historiografia da escravidão se ampararem numa abordagem disruptiva da história que cria ferramentas para romper com a epistemologia hegemônica, essa perspectiva não é assumida no nível do debate teórico, promovendo a conciliação entre abordagens que partem de paradigmas inconciliáveis.³⁶

³⁴ Importante destacar que há, no campo de leituras em que Marquese se insere, a primazia de análises macro, ou da superestrutura, que é preponderantemente econômica; esse tipo de leitura estava baseada em dar uma explicação para um processo histórico, a partir de uma hierarquia entre os seus fatores, e, no caso da expansão simultânea do escravismo e do liberalismo no século XIX, o fator que tem mais peso, dentro dessa leitura, é o econômico. É fundamental entender essa narrativa: há outros fatores que contribuem, mas o preponderante é o fator econômico, e o grande fator econômico, no âmbito da economia mundo. Essa não é uma leitura trivial, pois está recolocando, sem assumir explicitamente, um dos pressupostos da história total. Ricouer trata de questões relativas a essa discussão entre gerações da escola dos *Annales* no tópico “Variações de escalas” (2007: 220-227).

³⁵ Não é casual, portanto, que ambas as leituras trabalhem conjuntamente a construção de conceitos. A elaboração do conceito de “Segunda Escravidão”, por exemplo, é partilhada por esses distintos campos de leitura no Brasil.

³⁶ Para tentar deixar a discussão mais palpável, damos um exemplo como essa diferença de perspectiva

A escravidão atlântica, como um regime de opressão em massa da população negra, foi formulada dentro da constituição do estatuto da racionalidade e progressividade como pressupostos do conhecimento histórico. A defesa de que é preciso privilegiar um conhecimento que possua universalidade explicativa é referendar certa condição de neutralidade científica – afinal, só seria possível construir essa versão universalmente válida prescindindo da condição específica do formulador. Como relembra Grada Kilomba, “temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros.” (2016: 18). Esse postulado, tão longamente debatido nas ciências humanas, parece, no entanto, desaparecer quando falamos da condição da intelectualidade branca, especialmente se masculina, que se exime de confrontar que, historicamente, o universal foi construído como signo aceitável do que, concretamente, era a versão dominante. A generalidade, nesses termos, serviu à construção do discurso de objetividade para a visão da dominação branca, e de subjetividade interpretativa para a reação negra, operação fundamental para a consolidação do sistema de pensamento moderno. Assim, se faz a análise do lugar do discurso quando se estuda o *outro*, mas não se tem a mesma postura para entender de que lugar parte a sua própria interpretação.³⁷

Defender que esse processo só pode ser conhecido dentro das ferramentas dessa própria episteme parece não só nefasto, mas, sobretudo, promove a busca de uma

não apenas nos faz ver o mesmo processo de ângulos diferentes, mas que em geral produzem interpretações antagônicas sobre o mesmo processo. Em uma palestra, Tamis Parron (que é ligado à linha interpretativa de Marquese, tendo sido inclusive orientando deste) estabeleceu uma relação entre os modelos de exploração de trabalho negro e a urbanização do bairro no qual estava se dando a palestra, a Bela Vista, em São Paulo. Defendeu que um bairro com alto índice de habitações no mercado de aluguel é um indicio de aluguel caro, e que, portanto, segrega social e racialmente. Ignorar as fraturas em prol da grande narrativa impede Parron de ver a concretude da urbanização da Bela Vista, já que as famílias negras e pobres que hoje permanecem no bairro só o fazem pelo mercado de aluguéis em habitações mais precárias, cenário inclusive com similaridades com o início do século XX – e, de alguma forma, com a história da urbanização de São Paulo, pois já no período colonial metade das suas edificações estavam inseridas no mercado de aluguéis, que é bastante formulador das relações sociais desse território. Ou seja, o que em uma análise histórico-econômica macro seria entendido como um fator de expulsão e segregação da população negra e pobre, foi usado como estratégia de permanência nas centralidades valorizadas economicamente, e social e culturalmente ricas, por esta população. Não se vê, portanto, o mesmo processo por ângulos diferentes – se vê coisas completamente distintas, que mudam radicalmente a interpretação.

³⁷ O Brasil teve um dos mais longos e extensivos regimes escravistas da história, recebendo quase 5 milhões de africanos sequestrados que seriam escravizados, e tendo um tipo de escravidão difundida em toda a sociedade, ou seja, durante a maior parte do período escravista muitas pessoas eram proprietárias com uma pequenas quantidade de pessoas escravizadas – em um regime em que quase todos que eram livres foram senhores, o escravismo é estruturante do tecido das relações sociais (ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MACHADO, M. H. P. T. *O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 2010).

conciliação impossível. O paradigma da história total é a própria representação da construção de um pretense consenso que foi parte intrínseca da manutenção da escravidão negra por longos séculos. Não é, portanto, casual que os limites epistemológicos do pensamento moderno se tornem tão explícitos quando abordamos o escravismo como tema historiográfico. A construção desse sistema de pensamento, da autoridade da racionalidade científica, é parte intrínseca do projeto colonial, sendo, simultaneamente, constituído e constitutivo dessa violenta relação social, cultural e econômica base da consolidação dos estados-nação europeus e do mundo burguês:

La «modernidad» entendida como «condición moderna» [...] ha sido tradicionalmente explicada desde la total referencia a factores internos de Europa, es decir, como un fenómeno social intraeuropeo. La visión hegeliana marcó una historia de la razón que explica a la modernidad como un fenómeno regional y autóctono, como «una emancipación, una salida de la inmadurez por un esfuerzo de la razón como proceso crítico, que abre a la humanidad a un nuevo desarrollo del ser humano» [Dussel, 1995]; idea que se ha mantenido y aceptado unánimemente por la tradición filosófica europea hasta la actualidad. [...] El mito de la modernidad como un fenómeno regional y autogenerado instaló una secuencia histórica que se hizo tradicional. No se piensa la modernidad como una “invención ideológica” que rapta a la cultura griega y romana como exclusivamente “europea” y “occidental”, ni se niega que desde entonces dichas culturas fueron “centro” de la historia mundial (DELGADO, 2013: 81).

A articulação entre pensamento moderno, escravismo atlântico e condição colonial é parte intrínseca da formulação da problemática dessa tese em muitos níveis. Um deles é a relação entre os pressupostos do pensamento moderno com a formulação da noção de “modernização” como *explicação* para o processo de transformação urbana de São Paulo na passagem do século XIX para o XX – e, importante destacar, o partilhamento da construção da autoridade desse conceito indefinido por diferentes vertentes historiográficas. Carregando a naturalização da progressividade e linearidade histórica, o uso da noção *modernização* é base da historiografia mais consolidada sobre a urbanização paulista, sendo atravessada pela condição da colonialidade na própria construção epistêmica historiográfica, mas também no seu conteúdo material, já que o acúmulo de capital do regime escravista, do tráfico negreiro, comércio e exploração do trabalho de pessoas negras escravizadas, e da exploração colonial desses territórios e dos seus habitantes indígenas, foram fundamentais para a construção de São Paulo como vértice econômico preponderante no país por meio da diversificação desse capital na reprodução da cidade.

Como veremos, o processo de transformação urbana pelo qual passava São Paulo naquele momento era multifacetado, relacionando-se com a experiência de um intrincado jogo de negociação e disputas entre diversos agentes sociais, que mostra seu caráter transnacional a partir da observação de processos similares em várias das grandes cidades ocidentais durante todo o século XIX. No entanto, esse momento teve seu entendimento cristalizado na historiografia da urbanização paulistana por dois principais campos de leituras que são constantemente retomados e reatualizados, especialmente em estudos que partem de uma abordagem de contexto histórico – ou seja, que não estão estudando esse processo em si, mas o tratam como uma espécie de pano de fundo histórico no qual o seu objeto de pesquisa específico se desenvolveu. Defendemos que esses dois campos hegemônicos de leituras sobre a urbanização de São Paulo na passagem do século XIX para o século XX, e suas respectivas linhas interpretativas, carregam uma carga ideológica que determinará as análises feitas a partir da abordagem delas como contexto.

O primeiro campo de leituras, que chamamos de “tradicional”, está baseado em uma concepção de uma história etapista e evolutiva, em que a cidade passaria por fases de transformação. É a partir desse campo que se consolidou a tese da segunda fundação da cidade, que defende um discurso sobre as modificações da capital paulista que privilegia uma visão de grandes saltos: a cidade passaria direto da condição imóvel da “modorra colonial”, onde permaneceu largos anos condenada ao provincianismo, para a pungente “capital do café”, centralidade do abundante capital agroexportador, uma cosmopolita e moderna cidade republicana, que daria novo salto em direção à metrópole industrial, locomotiva do país. Essa leitura está assentada principalmente no trabalho de Eurípedes Simões Paula, “A Segunda Fundação de São Paulo (da pequena cidade à grande metrópole de hoje)”, publicado em 1954 no contexto das comemorações do quarto centenário da cidade, e é consolidada no livro de Benedito Lima de Toledo, “São Paulo: três cidades em um século”, datado da década de 1980. Nos dois trabalhos, a administração de João Theodoro é entendida como um ponto de virada para a transformação de uma vila colonial em uma cidade pungente em processo de “modernização” que lhe permitisse se aproximar das grandes metrópoles do mundo ocidental - deixando claro o desejo de se desligar do passado, dos hábitos arraigados da população paulistana, e fortalecer a projeção do “destino manifesto de grandeza”, essência e destino da urbanização paulistana. São Paulo seria, nessa construção do

imaginário, um centro propulsor do país, com manifesta vocação de liderança desde o “pioneirismo” bandeirante.³⁸

Outro estudo que se insere nessa tradição, apesar de profundamente diverso em parte da abordagem, é o clássico “Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole”, do americanista e estadunidense Richard Morse.³⁹ O que aproxima esses estudos, e por isso entendemos que conformam um campo de interpretação sobre a urbanização de São Paulo, é uma abordagem teleológica de buscar o “desenvolvimento” da pequena vila colonial em grande metrópole, destacando uma peculiaridade desse processo, sustentando uma abordagem explicativa da “grandeza de São Paulo”. Nesse sentido, o trabalho de Hugo Segawa, “Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX”, também reforça essa concepção da busca de uma gênese da metrópole – disposição expressa no próprio nome do trabalho. Assim, apesar de diferirem em algumas interpretações, o panorama traçado por essas obras faz parte da conformação do ideário celebrativo da história da cidade de São Paulo, reforçando o mito bandeirante do “destino manifesto de grandeza”. A visão dos saltos de urbanização de São Paulo foi bastante criticada por solapar as disputadas internas e as próprias contradições do processo. Dois estudos panorâmicos mais recentes fizeram parte desse movimento de crítica, no entanto entendemos que ainda estão reforçando a leitura tradicional da busca explicativa pela “grandeza paulista”, são eles: a tese de Eudes Campos, “Arquitetura paulistana sob o Império - aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo”; e o livro de Cândido Malta Campos, “Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo”. Com o foco teleológico em explicar a transformação da vila em metrópole, uma ampla parte da história da capital paulista é preterida e não explorada, limitando consideravelmente os agentes destacados nessa abordagem historiográfica.

De uma tentativa de entender o que seria o “outro lado” da urbanização de São Paulo é que se criou o segundo campo de leituras, que nomeamos de “crítico”. A

³⁸ Para essa formulação, dialogamos com a leitura crítica realizada por Bresciani (1996) sobre essas obras e tradição historiográfica.

³⁹ Morse partiu de uma interpretação da história cultural, discutindo literatura e movimentos culturais, buscando outros elementos na história de São Paulo que explicassem sua transformação em metrópole que não o trinômio café-imigração-indústria – e, portanto, das abordagens predominantes da história econômica e sociológica. Ver em: CASTRO, Ana Cláudia Veiga de. *Um americano na metrópole [latino-americana]*. Richard Morse e a história cultural urbana de São Paulo, 1947-1970. (Tese) Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

proposta geral que se apreende desse campo é problematizar a atitude celebrativa da historiografia paulistana, mostrando que as benesses da “modernização” não se efetivaram para toda a cidade, que, em nome do conforto urbano da população mais rica, a população mais pobre foi expulsa da centralidade da cidade – formando assim o que hoje conhecemos como periferia. Esse campo partilha da atitude teleológica do primeiro, mas com disposição distinta: enquanto o primeiro campo busca explicação para a “grandeza paulista”, o campo “crítico” busca a gênese da “questão urbana” de São Paulo, ou seja, como se deu historicamente o processo que criou o que classificamos como “problemas urbanos” atuais – déficit habitacional, congestionamentos, transporte coletivo precário, áreas de concentração de trabalho distante das áreas de concentração da habitação das parcelas mais pobres e trabalhadoras. Esses estudos são perpassados pela representação que persegue uma cidade atravessada por um largo processo de disciplinamento e especialização espacial. Em grande parte, essa perspectiva unificadora se formou pela tendência a estudos que abordam ou os bairros de elite ou os bairros operários, que estariam caracterizados por uma especialização do uso do solo e disciplinamento de suas práticas urbanas.

Essas análises formularam, portanto, a imagem da cidade dual e da incompletude do processo de “modernização” em São Paulo. Ou seja, não questionam as bases na qual se formulou o primeiro campo de leituras, mas sim o sentido celebrativo do que seria o tipo de “modernização” ocorrida no Brasil. O processo descrito como “modernização” pelo primeiro campo de leituras ficaria restrito somente à centralidade da cidade, as áreas de interesse econômico e de habitação para as elites, assim a população mais pobre e as partes que habitavam na cidade teriam sido excluídos desse processo. Fazem parte desse campo importantes trabalhos como “A espoliação urbana”, de Lúcio Kowarick; “Metrópole na periferia do capitalismo”, de Ermínia Maricato; e “A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo”, de Raquel Rolnik. Os dois últimos trabalhos são referência especialmente na área do urbanismo, que frequentemente os retomam para tratar das questões urbanas atuais a partir da visão desse processo com uma incompletude, de um projeto que não se realizou plenamente – está baseada nessa abordagem o discurso de que os problemas urbanos atuais de São Paulo são resultado da ausência de planejamento por parte do Estado que controlasse todo o crescimento urbano, que centralizasse a gestão da cidade plenamente.

Assim, podemos ver que os dois campos de leituras partem da perspectiva que defende que a “modernização” da capital paulista se tornou um momento simbólico na busca do princípio da cidade-metrópole, na construção do imaginário, ainda pungente, sobre uma São Paulo envolta em uma aura de dinamismo, progresso e grandeza – que, no caso do campo de leituras “críticas”, entende que o processo não foi realizado em sua totalidade para toda a população e todo o espaço urbano. A utilização da noção de “modernização” para identificar o processo pelo qual passava a urbanização de São Paulo da virada do século XIX para o XX é, assim, o elo teórico que liga os dois campos de leitura, apesar de não declarado e muitas vezes sequer consciente, já que não há nenhum tipo de definição ou conceitualização da palavra. É tomada como termo neutro que comportaria um significado de modo inato, portanto com caráter a-histórico, comportando um imaginário difuso sobre racionalização, ordenamento, higienização, progresso. Não era, no entanto, o termo utilizado pelos agentes formuladores dos projetos de reformas urbanas na segunda metade do século XIX, sendo uma construção a posteriori sobre esse momento histórico, conforme formulação crítica de Cerasoli (2005).

Esses dois campos de leitura construíram como interpretação histórica para a urbanização de São Paulo naquele período a hegemonização de uma versão sobre esse processo, conformado por projetos de cidade que previam especialização, homogeneização e disciplinamento espacial. Mais do que isso, como já pontuamos, a formulação e reatualização constante da noção de *modernização* tem uma conexão intrínseca com a lógica do pensamento colonialista, moderno, que busca sempre construir a imagem de um desenvolvimento linear e progressivo.⁴⁰ O que está contido ideologicamente na conformação dessa noção é um olhar para o passado que busca uma sequência linear que levasse, passo a passo, a sociedade brasileira, e neste caso específico a paulistana, ao *estágio de desenvolvimento* da Europa – nas mesmas condições, buscando uma espécie de tipo ideal de organização urbana que tinha claras referências nas capitais europeias. Dentro dessa concepção, há também a construção desse imaginário do moderno como um projeto global, com a disseminação de hábitos universais de vivência, desde que esses hábitos fossem a universalização do eurocentrismo (ROSENBERG, 2006). Assim, ao operar a noção de *modernização* como *explicativa* do processo de transformação urbana de São Paulo, essas leituras se filiam a

⁴⁰ Rosenberg (2006) faz uma discussão crítica ampla sobre essa questão.

uma perspectiva de análise que conformou as relações entre o *eu-europeu-civilizado* e o *outro* no projeto colonial – determinando assim o que, para quê e como vão observar esse processo histórico.

Por todo esse processo, nesses estudos que mobilizam a noção de *modernização* para *explicar* a transformação urbana de São Paulo, assim como de outras cidades latino-americanas, prevaleceram as noções de “influência”, “importação” ou “apropriação” de modelos urbanísticos “estrangeiros” para caracterizar as intervenções urbanas, públicas e privadas, levadas a cabo desde aquele período. O uso dessas noções parte da atribuição da formulação de ideias fixadas a um recorte nacional, *lugar territorializado*⁴¹ que, não por coincidência, configura a centralidade do mundo colonial, ou seja, a metrópole europeia.⁴² Como vemos, essas noções não são apenas facilitadores explicativos, mas carregam em si um fio ideológico que reproduz a condição de colonialidade a partir da dominação da estrutura do conhecimento histórico. Fazem-no de maneira tão arraigada que, atualmente, há na historiografia uma reatualização dessas noções *explicativas* por dois tipos de abordagem, mesmo que não de maneira consciente: uma olha para a cidade a partir da “incompletude” de um processo de racionalização do espaço urbano, com uma centralidade nas ausências⁴³; a outra parte de uma busca pela “especificidade” de cada processo de urbanização, que procura por uma “autenticidade” da forma de urbanização de cada território.⁴⁴ Enquanto uma determina a busca de um padrão evolutivo urbano, já destacado, a outra partilha desse sistema de

⁴¹ As leituras que tratam a Europa como um modelo nos processos de urbanização das cidades de outros continentes foram problematizadas por: BRESCIANI, Maria Stella. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: FREITAS, J. F. B.; MENDONÇA, E. M. S. (org.). *A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* Vitória, ES: Editora da UFES, 2012. No campo do urbanismo, a circulação de ideias foi fundamental para a formação dessa disciplina, o que torna fundamental repensar os conceitos de modelo e cópia, bem como sua utilização. Ver: CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

⁴² Como aponta Bresciani, essa centralidade passou a incorporar os Estados Unidos como extensão europeia bem-sucedida (2018: 504-507), o que, na minha interpretação, reformula a condição de colonialidade.

⁴³ A abordagem parte, principalmente, de pesquisadores marxistas, e foi sintetizado no balanço historiográfico feito por Pedro Arantes, que apesar de tratar de trabalhos mais antigos, explicita bem as bases teóricas ainda em uso pelo campo de estudos urbanos marxistas: ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos estudos - CEBRAP* [online]. 2009, n. 83.

⁴⁴ Essa perspectiva é bastante difusa na produção contemporânea, e atende não só a uma perspectiva teórica, e, portanto, a uma opção política, como também a própria lógica da produção acadêmica, que busca de toda forma tratar da singularidade do seu tema para justificar financiamentos para o desenvolvimento da pesquisa. Podemos ver uma crítica a essa perspectiva em: SARLO, Beatriz. *Cidade Vista: mercadorias e cultura urbana*. São Paulo: Martins Fonte, 2014, onde as questões relativas à “especificidade”, “singularidade” e “autenticidade” são discutidas a partir da chave da obsessão contemporânea pela identidade – processo ainda mais profundo no território latino-americano que teve a formulação das identidades nacionais atravessadas pelo colonialismo.

referências por apostar numa possibilidade de singularidade. O entrelaçamento das proposições dessas leituras com o pensamento moderno e condição de colonialidade tem relação com a constituição do urbanismo⁴⁵ enquanto campo disciplinar no início do século XX – como parte da construção da autoridade e neutralidade da técnica, processo fundamental na consolidação do pensamento moderno.⁴⁶

Parte das preocupações desta tese é discutir porque esses dois campos de leitura seguem como hegemônicos no imaginário sobre o processo de urbanização de São Paulo, sendo que há um largo movimento de revisão historiográfica que questionou os sentidos da construção do conceito de *modernização* da cidade. A partir da diversificação de fontes e da problematização da leitura “tradicional”, esses estudos mostraram que São Paulo preservava, mesmo em meio ao seu exponencial crescimento urbano e demográfico, práticas da cidade colonial. Propunham que, se entendermos a modernidade como a fixação de um estilo de vida burguês, com todos os seus predicados, a São Paulo do “crescimento acelerado” pouco podia dar conta de atender esse imaginário. A permanência de chácaras nos bairros centrais, árvores frutíferas nos quintais de fundo das casas, assim como galinheiros e cocheiras, as ruas sem alinhamento e calçamento, as relações de vizinhança interclasse, e de cenários quase rurais, como várzeas, matas e descampados, deixavam claro o crescimento da cidade, mas que a ruptura com a antiga cidade de taipa não foi tão brusca quanto se quis propalar – ou sequer se efetivou. O estudo precursor de Maria Odila da Silva Dias, “Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX”, apontava as fissuras intrínsecas desse processo, que posteriormente foram discutidas e ampliadas por Nicolau Sevcenko, no livro, derivado de sua tese, “Orfeu extático na metrópole”, e por Josianne Cerasoli em “Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX”, tese defendida na UNICAMP.

⁴⁵ Entendemos o urbanismo aqui como “um complexo campo transdisciplinar atravessado por noções filosóficas de diferentes vertentes, de posições políticas em constante movimento e pelos interesses econômicos e financeiros de proprietários e empresários” In: BRESCIANI, Maria Stella Martins. A construção da cidade e do urbanismo: as ideias têm lugar? In: FREITAS, J. F. B; MENDONÇA, E. M. S. (org.). *A construção da cidade e do urbanismo: as ideias têm lugar?* Vitória: EDUFES, 2012, v. 1, pp. 141-159, p.149.

⁴⁶ Como formulado por Choay: “Em outras palavras, ignoramos ou conhecemos mal o fato de que a constituição e a autorização de um discurso fundador de espaço é de origem recente e ocidental. Sua disseminação era inevitável desde que, mercê da revolução industrial, o padrão cultural do ocidente se impunha, de bom ou mau grado. Pois, somente a partir de segunda metade do século XIX é que o discurso fundador de espaço enunciou suas pretensões científicas e designou seu campo de aplicação com o termo urbanismo” (2010: 3).

Consideramos parte desse campo de leituras outros estudos que eram menos amplos que os anteriores, buscando especificações da urbanização paulistana, a partir de um recorte de grupos sociais, como o estudo de Maria Inês Machado Borges Pinto sobre a população pauperizada do período, “Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)”, e o de Maria Luíza Ferreira Oliveira sobre os setores médios, “Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização (São Paulo; 1850-1900)”. Outro trabalho que tratava da parcela dos despossuídos, nesse caso atentando para a população negra e indígena da cidade, de Carlos José Ferreira Santos, “Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)”, fazia uma enfrentamento direto com a lógica da abordagem tradicional, discutindo as bases e as implicações do peso dado à questão da imigração europeia na historiografia sobre a cidade e suas relações com o projeto de branqueamento de parte da elite de então. Uma das expressões desse processo é a diversificação de fontes utilizadas nessa área, assim como as estratégias de cruzamentos entre tipos distintos de documentação. Se por muito tempo as pesquisas estiveram centradas em planos urbanos e legislações, marca dos estudos tradicionais, buscando ampliar perspectivas sobre as intervenções do poder público no processo de urbanização, pesquisadores passaram a diversificar as fontes de origem urbanística consultadas.⁴⁷ Documentos como requerimentos, relatórios, registros de imóveis, levantamentos topográficos, mapas, fotografias técnicas, tomaram o protagonismo em diferentes estudos. Estudos mais recentes abordaram diversos tipos de fontes não urbanísticas para tratar do fenômeno urbano, como a literatura, os jornais, inventários, cartas de crédito, relato de viajantes, que trouxeram consigo muitas potencialidades para esse campo de estudos.⁴⁸

⁴⁷ Um exemplo bem panorâmico dessa produção está presente no livro coordenado por Maria Cristina da Silva Leme, “O Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965”, publicado em 1999 condensando pesquisas das décadas anteriores. O livro dispõe de mais de 600 páginas, entre artigos, guia de fontes (planos e projetos urbanísticos) e estudos de trajetórias de profissionais ligados ao urbano. LEME, Maria Cristina da Silva. *O Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM; 1999.

⁴⁸ Tais como: PIRES, Walter. *Configuração territorial, urbanização e patrimônio: Colônia da Glória (1876-1904)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003; OLIVEIRA, Maria Luiza de. *Entre a casa e o armazém*. São Paulo: Alameda, 2005; GENNARI, Luciana Além. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005; BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006; CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia: arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

Atualmente, esse movimento de revisão da historiografia de São Paulo tem se desdobrado em diversos trabalhos que tem ruas ou bairros como objetos de pesquisa, que, a partir de recortes pontuais, buscam repensar disposições gerais dos dois campos de leitura hegemônicos aqui discutidos que seguem se reatualizando, apesar de todas as clivagens que tem se feito sobre eles como foi aqui apresentado. Com uma produção historiográfica tão ampla, por que as interpretações mais esquemáticas permanecem como referência no imaginário público e nas “contextualizações históricas” em estudos nas ciências humanas? Buscar os elementos que conformam esse impasse historiográfico é importante para não produzir mais um estudo de caso que mostre materialmente a diversidade da cidade, mas não se localize teórica e metodologicamente quanto à impossibilidade de espraiamento dessa percepção. Discutiremos nesta tese que um problema central que impede o espraiamento e a consolidação da revisão da historiografia da urbanização de São Paulo é que não basta questionar a versão da história que predominou na historiografia, mas é imperativo questionar a própria estrutura da operação historiográfica:

O transcurso da história, tal como ele se apresenta sob o conceito de catástrofe, não pode ocupar o pensador propriamente mais do que o caleidoscópio nas mãos de uma criança, recompondo a cada vidrada todo o ordenamento em uma nova ordem. Esta imagem tem uma boa razão básica. As concepções dos governantes foram, sempre, os espelhos mediante os quais se formou a imagem de uma ‘ordem’ – o caleidoscópio precisa ser quebrado em pedaços (BENJAMIN, 1985: 126).

Para quebrar o caleidoscópio que limita as possibilidades de nossas análises no âmbito do escopo epistemológico da ciência histórica hegemônica é necessário construir uma abordagem não-consensual da história. Não se trata, portanto, somente de pensar uma hierarquia entre as escalas de observação, de se posicionar entre privilegiar uma análise local, regional ou global, mas sim de entender que os mecanismos de construção desse campo de conhecimento não são necessariamente modificados pela mudança de escala. A construção de uma história comprometida com o consenso pode se expressar nessas aparentemente muito distintas abordagens teórico-metodológicas. A partir dessa disposição, discutimos as possibilidades, os limites, as contradições e porque optamos por trabalhar com a noção de experiência da urbanização para enfrentar esse impasse historiográfico.

Experiências da urbanização

Dentro dos muitos prismas que poderíamos escolher para observar a história da urbanização de São Paulo, optamos por centrar nossa reflexão a partir da noção de *experiências da urbanização*. Pretendemos, aqui, explicitar a dimensão de análise abarcada por essa noção, discutindo sua formulação na historiografia e como a entendemos como parte dessa disputa teórico-metodológica que localizamos em nosso campo. É fundamental pontuar que não entendo essa como a única forma possível de acessar o tema, mas sim como uma alternativa de abordagem historiográfica construída a partir de um lugar que é permeado por interesses e preocupações específicas – esse lugar que é, simultaneamente, individual e coletivo, na trajetória desta pesquisadora.⁴⁹ Assim, a noção de *experiências da urbanização*, antes de ser um conceito fechado aplicado a um estudo de caso, foi sendo formulada ao longo das pesquisas e reflexões sobre a história urbana de São Paulo, com vistas a explicitar as posições teórico-metodológicas desta pesquisa na sua disposição de enfrentar os limites epistêmicos colocados e revalidados constantemente na historiografia hegemônica. Esse posicionamento é, também, produto direto das disputas historiográficas desse campo, uma vez que as diferentes abordagens elaboradas para estudar a história urbana se apresentam como *solução* na busca de uma forma *correta* para estudar o processo de urbanização de um território. Portanto, não defendemos que abordar a urbanização de São Paulo a partir das *experiências da urbanização* seja a melhor ou a única forma possível para apreender esse objeto de estudo da maneira mais qualificada, mas sim que foi a noção formulada a partir do interesse em observar os limites impostos à historiografia sobre esse tema pela hegemonia de uma epistemologia com compromissos políticos muito claros – ainda que não explicitados.

A abordagem desta pesquisa, e sua elaboração da noção de *experiências da urbanização*, entende que a história é sempre disputa, e que isto está refletido na própria prática historiográfica. Assim, o trabalho do historiador está constantemente atravessado por escolhas, que respondem a suas disposições teóricas, mesmo que não de forma

⁴⁹ Defendemos que é cada vez mais imperativo explicitarmos nossas disposições para proporcionar um diálogo realmente aberto e acessível para a maioria das pessoas. Sendo essa uma discussão consideravelmente antiga nas ciências humanas, a prática está bastante em desuso, assim citamos essa provocação recente que nos proporcionou essa reflexão: “AVISO FINAL: A Siririca nasceu de diálogos. Cada capítulo desse zine já foi um diálogo público. Cada diálogo despertou questões e apontou caminhos. Essa sistematização não é inocente. Ela foi feita a partir de um lugar e esse lugar oferece um ponto de vista específico”.

plenamente consciente. Desde essa perspectiva, trabalhamos a realidade como um constructo, não como um dado a ser capturado com o “método correto”.⁵⁰ As escolhas desta pesquisa, com vistas a confrontar os limites epistemológicos hegemônicos, estão concentradas em buscar formas de apresentar simultaneamente a formulação do consenso e as dissonâncias, pois entendemos que a construção historiográfica de narrativas lisas e coerentes, seja de vitória ou de derrota, se coaduna e fortalece o discurso de dominação:

Benjamin denunciou as construções historiográficas habituais que, sob uma coerência aparente, cuidam de apagar as dúvidas possíveis na transmissão da história e silenciar os abismos irreduzíveis do acontecido. Essa operação “tapa-buraco” não é necessariamente intencional; tampouco é privilégio da história dita burguesa, mas pode caracterizar também uma historiografia pretensamente de esquerda. Assim as pirâmides do Egito teriam preparado o terreno para os templos gregos e os monumentos da república romana, que por sua vez prefiguram os edifícios oficiais do estado democrático moderno; assim os mortos da Comuna de Paris teriam encontrado sua redenção e vingança na vitória do proletariado russo que, por sua vez, serviria de modelo a outras revoluções socialistas. Dessa maneira, a narração da história cumpre uma função precisa: encobrir os “momentos revolucionários do curso da história”, isto é, os momentos nos quais a história poderia ter sido outra e não poderia mais caber numa narrativa lisa e coerente. “Escapam a ela”, desse modo, escreve Benjamin, “os pontos nos quais a tradição se interrompe e, com isso, escapam-lhe as asperezas e as saliências que oferecem o apoio àquele que pretende ir além (GAGNEBIN, 2014: 203).

Ou seja, não escolhemos simplesmente centrar nossa investigação nas disputas, mas sim buscar uma forma de apresentar o multifacetamento desse processo como parte constitutiva dele. Com isso, o objetivo não foi apreender qualquer tipo de elemento aparentemente disruptivo ou dissonante, mas sim apresentar o entrelaçamento desses elementos com o fazer da cidade com o qual nos confrontamos ao longo da pesquisa. Isso é dizer que no decorrer da investigação cada vez mais se tornou impossível apresentar separadamente o consenso do seu oposto, pois parecem se construir reciprocamente – essa simultaneidade não apaziguada é, portanto, intrínseca à urbanização paulistana nesse período. Propomos, então, que, dentro dessa leitura, a urbanização paulistana não é nem a narrativa hegemônica, nem o seu oposto, mas sim as duas simultaneamente, e que a escolha de apresentá-la como uma coisa só, buscando assim tornar mais fácil o que se quer comunicar, simplifica o conhecimento e, portanto,

⁵⁰ Perspectiva amparada nas discussões tratadas ao longo do trabalho de Bresciani (2005; 2018).

as suas potencialidades. Essa preocupação da pesquisa parte das proposições de Benjamin sobre a historicidade da enunciação, “da historicidade do momento presente daquele que se põe a pesquisar e conhecer um momento do passado” (GAGNEBIN: 2014: 201). Não é a construção de um contexto histórico sob o qual se desenrolou nosso objeto de pesquisa; é uma reflexão sobre a confrontação entre presente e passado na constante reatualização do interesse e dos usos públicos do tema da urbanização paulistana no fim do século XIX, enfrentando, assim, as implicações - e posicionamentos - políticos de estudar esse tema em nosso momento histórico (GAGNEBIN: 2014: 201-202).⁵¹

A noção de *experiências da urbanização* é uma forma de trabalhar a partir da fragmentação histórica a coexistência – não pacificada – de projetos políticos consensuais e disruptivos no processo de urbanização das cidades.⁵² Trata-se de perscrutar as dinâmicas das populações na sua relação com a cidade, sobretudo, como o cotidiano é constitutivo da conformação do espaço urbano, e é constituído por ele. Significa dizer que a forma pela qual as pessoas vivem, que seu jeito de existir na cidade, faz também parte do processo de urbanização, imbricando-se com os rumos da cidade tal qual as intervenções públicas e privadas – por sua vez também atravessadas por essas experiências. Estamos, portanto, tratando do cotidiano, porém isso não é dizer que a dimensão que interessa à nossa noção de *experiências da urbanização* seja necessariamente a do indivíduo. O que nos interessa é, justamente, essa condição de interstício entre as dimensões individual e coletiva que a noção de experiência carrega:

É importante lembrar da importante diferenciação feita por Benjamin [...] entre dois tipos de experiência: Erlebnis, a vivência, o acontecimento, uma experiência sensível, momentânea, efêmera, um tipo de experiência vivida, isolada, individual; e Erfahrung, a experiência maturada, sedimentada, assimilada, que seria um outro tipo de experiência, uma experiência transmitida, partilhada, coletiva (JACQUES, 2015: 81-82).

Propomo-nos, então, a analisar essas experiências não isoladamente, como projeções/construções dos/de imaginários (BRESCIANI, 2015), mas sim como

⁵¹ Como usos públicos, entendemos aqui exposições, monumentos, discursos de políticos, matérias jornalísticas, livros de divulgação científica, romances históricos, roteiros históricos, roteiros educativos, trabalhos de campo, entre outros.

⁵² Optamos politicamente pelo uso do termo coexistência (não pacificada), no lugar dos termos sobrevivências ou resíduos pois a utilização destes implica a construção implícita de narrativas que pressupõem um vencedor, pressupõem uma dominação, portanto todo o demais seria resistência ou resíduo de uma ordem vencedora.

partilhamento e construção coletiva de significados. Trata-se de trabalhar a sociabilidade da população e a conformação do espaço urbano, buscando encontrar os nexos constitutivos entre a prática social, a memória, a constituição e a (re)significação do espaço urbano – assim, a experiência é entendida aqui como um elemento essencialmente relacional na sociabilidade dos agentes históricos. O que determina a distinção entre os dois tipos de experiência, ou entre vivência e experiência, é a forma como é apreendida pelo agente, se é da ordem do intencional ou do casual, do consciente ou do inconsciente. Enquanto vivência é uma matéria de memória apreendida de maneira racionalizada, atribuindo “ao acontecimento, à custa da integridade do seu conteúdo, um lugar temporal exato no plano do consciente” (BENJAMIN, 2017: 114), a experiência propriamente dita é necessariamente do plano do casual e do inconsciente, já que “constitui-se menos a partir de dados isolados rigorosamente fixados na memória, e mais a partir de dados acumulados, muitas vezes não conscientes, que afluem à memória” (BENJAMIN, 2017: 107).

Quando Benjamin pontua a quebra da integridade do acontecimento, a partir da sua fixação temporal na memória por um processo de racionalização, transformando-se assim em vivência, permite entender que a experiência, por sua vez, no seu tipo de formulação, guarda em si uma multiplicidade de temporalidades – não se unitarizando, portanto. Essa característica inerentemente anti-apaziguadora da experiência faz com que ela seja um aporte especialmente refinado para acessar diferentes camadas dos embates envolvidos na construção do consenso histórico. A experiência é o interstício, é o que permeia o consenso e o dissenso, não é apenas uma ligação entre os dois, é o que desmascara a falsidade da independência deles, mostrando assim que eles só existem porque estão em confronto, já que a experiência é “sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos” (THOMPSON, 1981: 194).

As experiências da urbanização são, assim, expressão da metodologia de análise das fontes desse trabalho, em que enfrentamos a fragmentação histórica a partir do exercício de montagem. Como aponta Jacques (2015; 2017), não basta apenas partir de um conhecimento por fragmentos, porque a forma com que se faz isso pode reconduzir a busca de uma narrativa coerente e que acaba por se engessar. Haveria, então, duas formas mais comuns de se trabalhar com a montagem como metodologia de conhecimento: a primeira, seria tomar os fragmentos e relacioná-los, *ordená-los* para formular algo, uma *explicação*; a segunda, seria *confrontar* esses fragmentos e abrir

leituras que não se unitarizam, não se explicam, não fecham uma narrativa única. Reforçamos, assim, a importância de abordar a simultaneidade das temporalidades e, portanto, dos projetos políticos, no trabalho historiográfico:

[...] Benjamin forja um conceito intensivo de atualidade (*Aktualität*) que retoma a outra vertente semântica da palavra, a saber, o vir a ser ato (*Akt*) de uma potência. Essa atualidade plena designa muito mais a ressurgência intempestiva de um elemento ocultado (esquecido dirá Proust, recalcado dirá Freud) do passado no presente – o que também pressupõe que o presente esteja apto, disponível para acolher esse ressurgir, reinterpretar a si mesmo e reinterpretar a narrativa de sua história à luz súbita e inabitual dessa irrupção. [...] A temporalidade do passado não se reduz mais ao espaço indiferente de uma anterioridade que precede o presente na linha monótona da cronologia. Pelo contrário: momentos esquecidos do passado e momentos imprevisíveis do presente, justamente porque apartados e *distantes*, interpelam-se mutuamente numa imagem mnêmica que cria uma nova intensidade temporal. Em oposição à representação de uma linearidade contínua e ininterrupta do tempo histórico que possui forte caráter ideológico em seu papel de manutenção do status quo - essa concepção disruptiva e intensiva de “atualidade” coloca em questão a narração dominante da história, e propõe-se uma compreensão do passado cujo sentido pode sempre revelar-se outro e uma autocompreensão do presente que poderia ser diferente (GAGNEBIN, 2014: 204).

Essa condição de confronto entre passado e presente, de coexistência não apaziguada de temporalidades, de interstício que a noção de experiência carrega não é ausente de contradições em sua própria formulação. Benjamin aponta que na *modernidade* há uma primazia da conscientização do cotidiano, diminuindo as funções do inconsciente, e, portanto, permitindo cada vez menos a integração da vivência a ordem a experiência (BENJAMIN, 1975). Com essa diminuição, a relação fundamental entre experiência e narração entra em crise, haja vista que a narração permite retirar a vivência da sua imediatez e dotá-la da dimensão do *comum*.⁵³ A narração da experiência constrói a sua simultaneidade de temporalidades, ao fazer o recorrido entre o acontecimento, sua rememoração e reatualização a cada nova repetição (SARLO, 2005: 29). Haveria uma atrofia progressiva da experiência, na virada do século XIX para o século XX, porque estaria ocorrendo uma “substituição do antigo relato pela informação e da informação pela ‘sensação’” (BENJAMIN, 1975: 40). Se cada pessoa passa a ter pouco que contar por si para os outros, porque essa função vai sendo substituída por

⁵³ Importante pontuar a diferença fundamental entre narração e testemunho, que é parte das preocupações centrais da investigação de Sarlo (2012), mas não é o central na nossa abordagem.

novos equipamentos, como os jornais em larga escala, passa-se a uma maior interiorização da experiência, que desenvolve uma tendência a ser muito mais subjetivada que socialmente relacional.

Nesse contexto, com as funções relacionais da experiência enfraquecidas, a experiência se torna problemática, e segundo Sarlo, perde a possibilidade de se significar, tendendo para a autorreferência e para a meta-narração (2007: 27). Assim, para Benjamin, não se tratava de uma atrofia da “experiência vivida, da vivência, menos ainda na sua destruição [...], mas na dificuldade para transformá-la em experiência acumulada, coletiva, ou seja, no depauperamento da nossa capacidade de transmissão de experiências” (JACQUES, 2015: 81-82). A partir dessas questões, parece que trabalhar com a noção de experiência nos apresenta, pelo menos, dois problemas desde as contradições internas da sua formulação no momento histórico aqui estudado: a relação entre experiência e a construção de identidades a partir da subjetivação individualizante; e a impossibilidade de se aceder à experiência por sua atrofia na *modernidade*.

O primeiro problema tem bastante relação com as questões levantadas por Beatriz Sarlo acerca do empobrecimento individualizante que é fruto de certos tipos de abordagem da noção de experiência, desdobradas por ela a partir da análise da metanarração. O debate que iniciamos anteriormente sobre os embates da história total e da microhistória na historiografia da escravidão no Brasil tem relação com essa discussão. Como vimos, as questões teóricas mais profundas daquele debate não são explicitadas, tampouco as reverberações das suas contribuições teórico-metodológicas. No entanto, a noção de experiência, como um elemento central da crítica ao paradigma moderno, é objeto de disputa evidente nesse debate. A elaboração dessa noção está relacionada ao enfrentamento entre as noções de objetividade e subjetividade, que por sua vez estão intrinsecamente relacionadas com a formulação das ideias de generalidade e especificidade. Assim, o entendimento sobre essa noção, sua defesa ou recusa, mas especialmente os argumentos manejados em sua defesa ou sua recusa, são dados fundamentais para apreendermos os desdobramentos da permanência do paradigma do pensamento moderno na historiografia.

Em torno do conceito de experiência na obra de E.P. Thompson (MARQUESE, 2013: 230-237) se dá uma das poucas explicitações da divergência teórica entre Marquese e os pesquisadores do Cecult. Além de argumentar que parte do problema do conceito utilizado pelo Cecult se daria por uma leitura equivocada do que

realmente foi proposto por Thompson, Marquese desacredita a própria validade do conceito, retomando a crítica feita por Perry Anderson a essa formulação de Thompson. Em seu livro “Teoria, política e história: um debate com E.P. Thompson” Anderson continua a polêmica interna ao pensamento marxista da escola histórica britânica, em uma defesa do pensamento estruturalista althusseriano. O livro faz ponderações às proposições de Thompson, elegendo elementos que Anderson considera úteis e outros limitados, demonstrando um olhar bastante instrumental das formulações teóricas do interlocutor, já que, por fim, discorda frontalmente do pressuposto do trabalho historiográfico deste: que a história deve ser a menos precisa entre as disciplinas das humanidades. Thompson afirmava ser o conhecimento histórico sempre aproximado, enquanto Anderson defendia a possibilidade de acessar, mesmo que parcialmente, *a realidade* (ANDERSON, 1985: 12-14). O ponto fundamental para Marquese na sua retomada das discussões de Anderson é apontar a impossibilidade de um trabalho historiográfico fundamentado na experiência, das vidas dos agentes históricos, já que estas só podem ser apreendidas a partir de sua condição de sujeição “às condições concretas” que *possibilitam* a existência dessa experiência. Assim, para Marquese, há uma divisão evidente entre essas dimensões – e também uma hierarquia, já que a experiência é totalmente dependente do que ele intitula “processos de produção do mundo material” (a saber, economia mundo). Para esta leitura, a experiência não é constitutiva da história, estando os estudos historiográficos que se atentam a ela relegados a formular retratos identitários sobre agentes e grupos, que não teriam valor para o que deveria ser o interesse principal do trabalho historiográfico, do qual partilham Marquese e Anderson: aceder a uma realidade que pode ser conhecida e produzir uma explicação universalmente válida.

Parece fundamental não só entender as filiações das posições de cada lado nesse debate historiográfico, mas também as disposições em as explicitar e a indisposição de tornar claras as reverberações dessas opções teóricas. O rechaço e as invalidações que o conceito de experiência sofre na historiografia no último período, que professa se basear em sua precariedade e limitação, diz mais sobre a nostalgia da totalidade como elemento base atuante na pacificação da história a partir da construção de pretensos consensos do que uma crítica consistente ao conceito em si. O ensaio de Joan W Scott, já mencionado, é todo dedicado a pensar os limites do conceito de experiência, sendo que os usos problemáticos identificados pela autora estariam em

leituras que buscavam, de alguma forma, pluralizar as vozes e os agentes visibilizados dentro da narrativa histórica. Assim, vemos uma insistência em localizar como os seus pares vão realizar uma série do que ela considera “erros conceituais” que tornariam, por si, o conceito “experiência” a-histórico, submetendo assim o objeto de estudo a partir dessa categoria a um “sujeito unitário”. Apesar de bastante válidas as preocupações de Scott sobre a utilização da “experiência” como evidência na historiografia, a autora promove uma aproximação não muito explícita entre o conceito de experiência e a formulação da noção de identidade. Scott aponta que essa noção leva necessariamente a entender os agentes como seres essencializados, já que, majoritariamente, se entenderia a experiência como uma formulação de identidade unitária individualizante.

Como vemos, as críticas de Marquese e Scott à noção de experiência se baseiam no entendimento de que ela trata apenas da vida do indivíduo isolado. No entanto, nem nas reflexões de E.P. Thompson, e muito menos em Benjamin, a experiência assumiu um caráter individual ou essencial. Trata-se de mediação estabelecida entre o agente e sua própria história, e do historiador com o agente estudado, ou seja, um conceito relacional, e que assume explicitamente suas disposições políticas de análise, propondo-se a um enfrentamento sobre as formas de se construir o conhecimento histórico. Ao insistir na necessidade da história como explicação, e pontuar que as outras leituras seriam incorretas ou frágeis, Marquese e Scott não assumem explicitamente a divergência teórica com os trabalhos analisados. No caso de Scott, há inclusive uma abordagem problemática do uso de uma identidade criada por sistema de referência de diferenciação dominante como estratégia de resistência – isso se vê na forma que faz a crítica a ideia do “fazer-se classe” thompsoniano, mas também nas formulações de identidades de movimentos das ditas minorias como o movimento negro ou o movimento de mulheres.⁵⁴ Curioso notar que os posicionamentos de Marquese sofrem críticas nesse mesmo sentido, de submeter as disposições de análises formuladas a partir dos agentes que foram escravizados ao quadro geral que construiu ativamente a escravização desses.⁵⁵

⁵⁴ Operar dentro de um sistema de referência de diferença criado para a dominação utilizando a identidade criada para te dominar como estratégia de organização e resistência faz parte da experiência histórica de grupos dominados dentro do capitalismo, o que, nos termos determinados por Joan Scott, seria uma submissão a essencialização.

⁵⁵ Tanto nas reflexões críticas de Marquese, quanto nas de Scott, a dimensão do que motivou a criação das abordagens que eles criticam não são explicitadas no texto – ou seja, tanto a micro-história, quanto a abordagem testemunhal-identitária não são localizadas quanto a que tipo de enfrentamento teórico elas se propunham. Não se parte da reflexão do porquê os modelos de análise anteriores foram questionados por

Assim, para a formulação do conceito da experiência, a identidade como unitarismo individual não é uma questão central como defendem Scott e Marquese, já que a sua elaboração parte do “sujeito dividido e deslocado cujas partes não são contínuas nem coerentes entre si” (SPIVAK, 2010: 43) pensado por Marx, ou seja, não parte de um sujeito indivisível ou essencial. Precisamente nessa contradição e simultaneidade, explorada por Marx, Thompson localizou a experiência na formação da classe: na medida que compartilham condições de existência que distinguem seu modo de vida essas pessoas formam uma classe, na medida que não compartilham interesses que produzam um sentimento de comunidade não formam uma classe (SPIVAK, 2010: 46-47). A crítica de Spivak passa, justamente, por leituras que buscam essencializar, e, assim, neutralizar, a dimensão da experiência, portanto nos colocando a questão também a que serviria simplesmente a sua exclusão, como a proposição de seus críticos. Enfrentar essa contradição e descontinuidade é fundamental, a exclusão dessa dimensão significaria aprender mais facilmente uma lógica em detrimento dessa observação mais incomoda do processo:

A gravidade do problema é evidente se concordamos que o desenvolvimento de uma consciência de classe transformadora a partir de uma posição de classe descritiva não é, em Marx, uma tarefa que envolva o nível básico da consciência. [...] O agenciamento de classe pleno (se tal coisa existisse) não é uma transformação ideológica ao nível básico da consciência, uma identidade desejante dos agentes e de seu interesse - a identidade cuja ausência perturba Foucault e Deleuze. É uma substituição contestadora, assim como uma apropriação (um suplemento) de algo que é "artificial", para começar - "as condições econômicas de existência que separam seu modo de vida". As formulações de Marx mostram um cauteloso respeito pela recente crítica do agenciamento subjetivo individual e coletivo. Os projetos de consciência de classe e de transformação da consciência são assuntos descontínuos para ele (SPIVAK, 2010: 46-47; 49).

Quando dizemos que as experiências da urbanização são uma ferramenta para a história urbana porque suas características inerentes impedem uma busca pela totalidade explicativa, isso não é dizer que os nexos que podemos formular a partir da sua análise só nos informem sobre visões parciais e pessoais. As experiências da urbanização não dizem só sobre si, sobre a experiência (vivência) de cada um, mas só podem ser classificadas como experiência quando se estabelece um laço com seu meio,

essas novas abordagens. Vemos nas recentes polêmicas acerca do livro de Jessé Sousa, “A elite do atraso”, um comportamento similar desse autor, já que não é casual que um ponto fundamental do texto é o ressentimento da falta de "interpretações totalizantes", colocando como as "narrativas fragmentárias", apesar de "interessantes", não tem como fugir de estar "penetradas pela explicação dominante".

formando um nexo que lhes permitem ter um significado naquela produção social. Essa posição se afasta, portanto, da busca por uma experiência que se basta a si mesma, que produz uma verdade auto referenciada que termina em si sua função.⁵⁶ Perseguir as experiências da urbanização não é buscar uma reconstituição de trajetórias de vidas como se por si só isso construísse o conhecimento histórico sobre um determinado tema ou período. Não se tem a valoração do agente isolado de seus laços sociais, de suas relações, mas sim da condição de interstício da experiência desse com a experiência coletiva - não se trata, portanto, nem de estudar a autoformulação de uma identidade e nem da formulação social de identidades (SARLO, 2007: 70).

Resta-nos a questão do depauperamento da experiência na modernidade, e ela é especialmente sensível para nossa abordagem pois acreditamos que a simultaneidade não apaziguada de tempos históricos, tão profundamente benjaminiana, permite que a experiência exista na sua própria atrofia, apontando camadas e temporalidade dissonantes ao projeto da *modernidade* na própria *modernidade*. Como dissemos, não se trata de entender essas experiências que se mantêm como resistências ou sobrevivências dentro desse quadro do encolhimento do tempo na modernidade que provoca “um embotamento drástico da percepção dos ritmos diferenciados de transição, tanto do ponto de vista sensorial como no que diz respeito à experiência espiritual e intelectual” (GAGNEBIN, 2014: 38), mas sim de entender que esse processo não é unitário, que o constitui também a sua própria negação. Especialmente no caso das experiências da urbanização estudadas nessa investigação, já que se trata de perscrutar a vida de agentes que viviam em uma cidade atravessada, ao mesmo tempo, pela condição colonial e pelos processos de reforma urbana das grandes cidades ocidentais ao longo do século XIX. Assim, o processo de embotamento e de perda das experiências limiares, das experiências de transição, tem outros sentidos quando formulados em uma sociedade que é constituída por uma multiplicidade conflitiva de subjetividades.

⁵⁶ Nessa reflexão, Sarlo complexifica as problemáticas trazidas pelo pensamento pluralista não-conflitivo na formulação do pensamento histórico em sua relação com a experiência: “Seja como for, as contradições teóricas que admitem ao mesmo tempo a indizibilidade de uma verdade e a verdade identitária dos discursos de experiência criam problemas não só para a filosofia, mas para a história. [...] a intensa subjetividade do “temperamento” pós-moderno também marca esse campo de estudos. Quando ninguém está disposto a aceitar a verdade de uma história (o que Benjamin denominou os “fatos” reificados), todos parecem mais dispostos à crença nas verdades de histórias no plural (o plural: essa inflexão de paradigma que alcançou a mais alta categoria, o que é bom, mas também se propõe como solução verbalista a qualquer questão conflituosa)” (SARLO, 2007: 40).

Cabe-nos, por conseguinte, repensar a pretensa universalidade da subjetividade eurobranca na sociedade paulistana de então, já que é inegável o papel que as populações africanas, indígenas e afro-brasileiras têm na constituição dos agentes que habitam esse território. Nesse ponto, a relação entre indivíduo e coletividade nessas distintas sociedades é uma questão sensível para a apreensão da experiência nesse tipo de território de disputa. Enquanto o processo de formulação social do conceito de individualidade e de sujeito estava enraizado nas práticas sociais das sociedades europeias – após um longo processo constitutivo da construção do paradigma do pensamento moderno e da colonialidade – a dimensão da coletividade era parte inerente da subjetividade das outras sociedades do chão colonial em São Paulo. Assim, o que se está buscando não é apenas a experiência da nostalgia benjaminiana que se manteve na racionalização da vivência, mas também captar essa fratura na sociedade ocidental construída sobre a condição de colonialidade, desde esse interstício da tentativa de dominação a partir da universalização da condição desse sujeito moderno e a recusa a esse tipo de vida, fundamental a construção de outras subjetividades, ou manutenção de outras subjetividades fincadas em ancestralidades não-ocidentais.⁵⁷ Não acreditamos, com isso, estarmos nos afastando das reflexões de Benjamin sobre a noção da experiência, a partir da perspectiva de que ele entendia o trabalho do historiador: não como uma reconstrução dos acontecimentos do passado, mas um exercício de rememoração no confronto do passado-presente, no qual as simultaneidades têm um papel preponderante rompendo a aparente nostalgia melancólica por uma indesejável perda irreparável.⁵⁸

Benjamín, entonces, hace dos movimientos que se entrelazan en una contradicción desgarrada. Por un lado, señala la disolución de la experiencia y del relato que ha perdido la verdad presencial antes anclada en el cuerpo y la voz. Por otro lado, critica el positivismo histórico que reificaría aquello que en el pasado fue experiencia y, al

⁵⁷ Ainda que a responsabilidade pela fragilidade dessa reflexão seja inteiramente nossa, destacamos que sua elaboração só foi possível no diálogo com outros pesquisadores: nos debates em classe com a turma da disciplina História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, ministradas pelas professoras Ana Castro e Joana Mello; com os inúmeros projetos disruptivos da História da Disputa, Disputa da História, de Carolina Ressurreição e Victor Oliveira; assim como os debates com os colegas de IFCH Leonardo Novo e Raquel Jordan.

⁵⁸ Como aponta Gagnebin sobre o julgamento de que o pensamento benjaminiano seria nostálgico: “Gostaria, neste pequeno ensaio, de matizar essa visão que me parece ser muito mais uma projeção de nossa própria desorientação pós-moderna do que uma real apreensão da radicalidade paradoxal do seu pensamento. Nele, a problemática do lembrar sempre surge, nas pegadas de Nietzsche, atravessada pela necessidade de esquecer; e se o narrador rememora o distante, é para entrega-lo a uma salvação que significa, ao mesmo tempo, redenção (Erlösung) e dissolução (Auflösung) feliz” (2014: 217).

convertirlo en “hecho”, anularía su relación con la subjetividad. Sin embargo, si se acepta la disolución de la experiencia ante el shock, ese “hecho” reificado no podría ser sino lo que es: un resto objetivo de temporalidad y subjetividad inertes. Benjamín se rebela frente a esto, a través del movimiento romántico-mesiánico de la redención del pasado por la memoria, que devolvería al pasado la subjetividad: la historia como memoria de la historia, es decir, como dimensión temporal subjetiva. Como sea, si la memoria de la historia posibilitaría una restauración moral de la experiencia pasada, subsiste el problema de construir experiencia en una época, la modernidad, que ha erosionado su posibilidad y que, al hacerlo, también ha vuelto frágiles las fuerzas del relato. Esta aporía no se resuelve, porque las condiciones de redención de la experiencia pasada están en ruinas. El pensamiento de Benjamin se mueve entre un extremo y su opuesto, reconociendo, por un lado, las imposibilidades y, por el otro, el mandato de un acto mesiánico de redención (SARLO, 2012: 34-35).

Estamos propondo uma tentativa de romper com essa condição paralisante a partir desse exercício do pensamento por desvio que a noção de experiências da urbanização permite. Não se trata de uma solução teórico-metodológica para a história urbana, mas uma prática que contribui com a formulação de linhas de pensamento que se coloquem “contra as tentações de taxinomia apressada que se disfarça sob o ideal de clareza” (GAGNEBIN, 2014: 39-40). Portanto, não entendemos como papel do trabalho historiográfico fornecer uma “lição, conclusão ou explicação”, mas sim possibilitar adentrar a miríade de embates políticos, que não se encaixam em modelos e formalismos, e que não seguem um modelo evolutivo de linearidade (BRESCIANI, 2002: 18-19). As duas partes desta tese estão focadas em pensar diversos níveis de duas questões centrais: na primeira parte, focamos nos deslocamentos urbanos e no adensamento de ocupação urbana dos bairros Santa Ifigênia e Liberdade aqui estudados, principalmente sobre a perspectiva das experiências dos agentes que vieram esse processo as relacionando com a formulação das imagens sobre a expansão urbana da capital paulista naquele momento; na segunda parte, tratamos das questões relacionadas ao traçado urbano, discutindo os signos de regularidade e irregularidade urbana a partir das experiências de adensamento de ocupação desses bairros, os relacionando com a legislação e também com os debates sobre o urbanização por políticos e técnicos. Experimentações no caminho não-linear e fragmentário para quebrar o caleidoscópio, reconhecendo a impossibilidade da radicalidade de efetivação dessa proposição dentro da estrutura em que esse estudo se insere, mas considerando a importância desses pequenos passos para imaginar outras formas de construção do conhecimento.

**Parte I – Deslocamentos a sul e oeste: pensando as
imagens construídas sobre a expansão urbana de São
Paulo**

Tebas negro escravo
 Profissão alvenaria
 Construiu a velha Sé
 Em troca da carta de alforria
 Trinta mil ducados que lhe deu Padre Justino
 Tornou seu sonho realidade
 Daí surgiu a velha Sé
 Que hoje é o marco zero da cidade
 Exalto no cantar minha gente
 A sua lenda, seu passado, seu presente
 Praça que nasceu do ideal
 E braço escravo, é praça do povo
 [Praça da Sé, sua lenda, seu passado, seu presente – Geraldo Filme]

A expansão da malha urbana, do que poderia ser reconhecido como área urbanizada, é uma das imagens mais recorrentemente manejadas como signo explicativo da urbanização paulistana: a cidade cresceu muito, e muito rápido – e não para de crescer. Dentro da construção da imagem do “gigantismo paulista”, como positividade ou negatividade, alguns elementos são manejados de maneira repetitiva, como se na simples apresentação desses dados estivesse contida a explicação da localização da gênese da cidade-metrópole nos processos de transformação urbana do fim do século XIX. Assim é com a expansão urbana nesse período: seja nos estudos sobre loteamentos e arruamentos, seja na criação de uma “ideia geral” de que a cidade cresceu muito, vemos um recorrido que parte da centralidade do Triângulo em direção às regiões, como em um desbravamento da cidade em direção às chácaras, descampados, choupanas. A cidade coloniza seu oposto.

Usualmente, se parte da associação da explosão demográfica à expansão urbana extensiva, apresentando os dados de incremento da população e os relacionando diretamente ao crescimento da malha urbana nesse período – que daria um sentido para a lógica da expansão urbana nas décadas seguintes.⁵⁹ Abordaremos nesta parte as leituras explicativas sobre a expansão urbana de São Paulo nesse momento, mobilizando especialmente as implicações das suas interpretações para a consolidação e manutenção da historiografia hegemônica sobre a urbanização paulistana. Tomaremos,

⁵⁹ Daqui se desdobra um dos temas mais recorrentes na historiografia urbana das décadas imediatamente seguintes ao período desta pesquisa: as polêmicas entre Prestes Maia e Anhaia Mello sobre modelos de reforma urbana para direcionar/orientar a forma de crescimento urbano da capital. Ver em: FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento*. São Paulo. 1947-1972. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005; BRESCIANI, Maria Stella Martins; SCHICCHI, Maria Cristina. Luiz de Anhaia Mello: ensino, política e presença pública. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo* (Online), 14(1), 2016, 73-84. LEME, Maria Cristina. Francisco Prestes Maia e o urbanismo como campo de conhecimento e de atuação profissional. In: ENAPARQ: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 2010, Rio de Janeiro. Programação e Caderno de Resumos. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010.

como ponto de partida, a visão geral sobre esse processo de expansão manejada pela historiografia e, a partir dos estudos de caso sobre os bairros da Santa Ifigênia e a Liberdade, pretendemos abrir outras leituras possíveis e problematizar as implicações políticas de sua pouca reverberação na historiografia e na História pública. Assim, partimos do Triângulo histórico aos vetores de expansão a oeste e a sul, inter-relacionando expansão e adensamento urbano, pensando as maneiras como esses signos foram construídos nos discursos sobre as modificações urbanas de São Paulo.

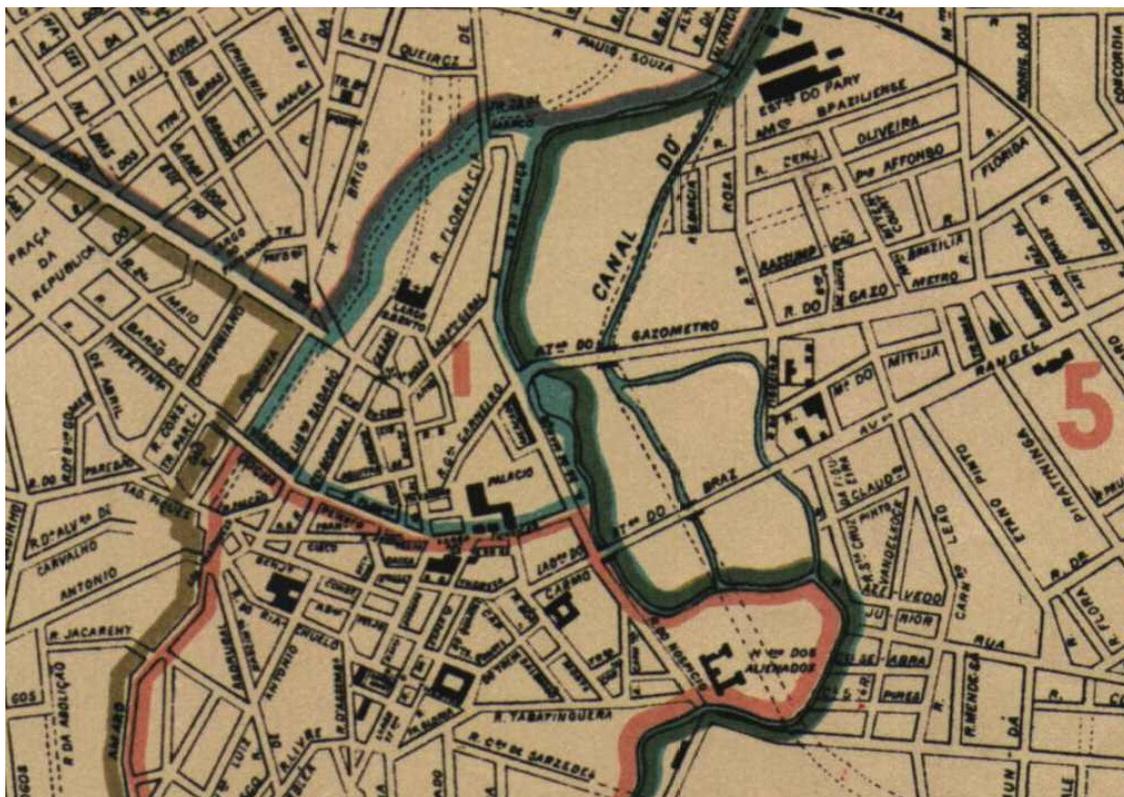
Ao Triângulo histórico de São Paulo, delimitado pelas atuais ruas São Bento, Direita e XV de Novembro, se convencionou na historiografia que estava concentrada a São Paulo urbana nos períodos colonial e imperial, sendo hoje esse espaço conhecido como “centro velho” da cidade. Durante o período colonial e a maior parte do imperial, o crescimento urbano da cidade teria se limitado a área intraurbana, a área do Triângulo, com edificações e reedificações que se efetivavam nos territórios acessíveis por vias públicas (SIMONI, 2009: 4). Ou seja, a cidade se caracterizaria por uma ocupação concentrada que, no lugar de se expandir territorialmente, aumentava a densidade de sua ocupação nessa pequena porção central. Assim, a expansão urbana experimentada a partir da década de 1870, com a abertura de loteamentos nas regiões do entorno da antiga centralidade, seria uma quebra de padrão dessa ocupação, propiciando um espraiamento da cidade que carrega consigo duas questões importantes – tanto para os contemporâneos do processo quanto para a historiografia: a própria imagem do crescimento, expansão, que faz parte da construção da imagem de grande-cidade-futura-metrópole⁶⁰ em oposição à “modorra colonial”;⁶¹ e o *descongestionamento* da ocupação, que se relaciona com ações e debates importantes sobre salubridade e moralidade.⁶²

⁶⁰ Há um forte debate, entremeado a formulação de um imaginário, sobre as expansões urbanas no século XIX, que caracterizaram o gigantismo da cidade como um fator de distinção, podemos ver esse movimento, de diferentes formas, para cidades tão distintas como Londres, Buenos Aires e Chicago – esse processo não é unívoco, já que são patentes também as discussões para controlar e limitar a expansão urbana. Ver: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992; SCHORSKE, Carl. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo: Cia das Letras, 1988; WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; GORELIK, Adrián. *La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires (1887-1936)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

⁶¹ Essa imagem formulada na historiografia foi debatida e problematizada por Marins (1999; 2011), Cerasolli (2004) e Oliveira (2005), sendo essa discussão recentemente retomada por Santos (2013; 2018).

⁶² Trataremos das discussões acerca do tema da circulação e descongestionamento na formulação do campo do urbanismo na parte II, que aqui abordamos a partir das reflexões de Bresciani (2014).

Figura 02 – Recorte da Planta Geral da Capital de São Paulo (1897) com destaque para o Triângulo histórico identificado em azul claro



Fonte: Acervo cartográfico do Museu Paulista-USP.

Como vimos no prelúdio, a imagem da cidade pobre e isolada tem sua problematização consolidada a partir da crítica à leitura das “fases de urbanização”, no entanto, essa visão segue como um substrato não evidenciado, e mesmo não consciente, quando os loteamentos a partir de 1870 são tratados como uma *ruptura* de padrão de ocupação do solo. Essa visão da anterioridade da cidade guarda em seu cerne, primeiro, “a ideia da ‘raça de gigantes’, isolada e autônoma que buscava justificar a liderança que o estado de São Paulo pretendia para si” (SANTOS, 2013: 35), ao mesmo tempo em que reatualiza leituras economicistas, onde São Paulo passa a ter relevância após sua articulação ao mercado internacional com o cultivo e exportação primeiro da cana de açúcar e depois, mais fortemente, com o café.⁶³ Se articulava assim como um instrumento ideológico da construção de uma *raça forte* que, com essa *ruptura*, e investido desses predicados adquiridos em seu tempo de isolamento, entra no século XIX com todas as prerrogativas para ser a centralidade da economia nacional. A articulação da imagem de isolamento e pobreza carregava, como discutido pela crítica

⁶³ Como aponta Santos: “[Esses] conceitos [...] foram criados na Primeira República – associados, em grande parte, à produção do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – e cristalizados até a década de 1970, sendo ainda usados em pesquisas contemporânea [...] (2013: 35-36).”

na historiografia⁶⁴, a ideia de desenvolvimento crescente e linear, da história etapista que vai consolidando o destino manifesto de grandeza da capital paulista. A pouca relevância que se atribui às dinâmicas da capital paulista no período colonial e parte do imperial, a não ser quando se trata da formulação do caráter do “paulista”, guarda em si um desprezo pelo cotidiano fluído dessa população, embutindo a visão de *ruptura* uma “ação civilizatória”, que buscava enquadrar uma vivência mesclada – violenta e não pacificada, mas ainda assim mesclada – entre brancos nacionais e portugueses, indígenas, africanos e negros nacionais escravizados, de ganho ou não, e libertos. O rompimento com a condição de pobreza e isolamento, a transposição dos limites do Triângulo, o espraiamento da cidade, seriam, assim, no substrato dessas leituras historiográficas, a concretização da “missão civilizatória” da colonização, enquadrando essa população no circuito econômico internacional, e, portanto, das práticas sociais do mundo ocidental.

A opção da representação de isolamento da província pobre, que é espelhada no isolamento sufocante do Triângulo, parte da diferenciação do mundo rural e urbano como categorias estritamente separadas e, mais que isso, hierárquicas, comportando a dicotomia moderno X arcaico⁶⁵ explicativa nos estudos de desenvolvimento econômico do país – fortemente enraizados nas leituras dos interpretes do Brasil.⁶⁶ Essa divisão seria anacrônica para a cidade colonial, afirma Blaj (1995), já

⁶⁴ Como discutido em: Blaj (1995), Marins (1999), Oliveira (2005), Santos (2013).

⁶⁵ Essa dualidade foi reforçada tanto na geração dos “interpretes do Brasil” quanto na posterior geração da teoria da dependência, ou do subdesenvolvimento, para explicar a condição do Brasil na sua organização política, social e econômica, localizando e definindo o país pela sua condição de falta em relação a uma centralidade de evolução social, política e econômica a se atingir. Como discutido por Bresciani, há um substrato de leitura política que perpassa a produção desses intelectuais: “O tripé positivista, que nas décadas de 1910 e 1920 sustentava os estudos de Oliveira Vianna e ao qual, talvez, até em seus últimos escritos manteve-se fiel e o levou [...] a postular o desencontro entre instituições políticas e “realidade social” ou a “realidade nacional”, estava em definitivo substituído por uma teoria mais moderna e aceitável. Os conceitos da economia política e a noção de ideologia em chave marxista vieram, nos anos 1960, apoiar e explicar a constatação da impossibilidade de ideias e instituições liberais medrarem umas, ou serem adequadas as outras, em países nos quais a escravidão permanecera século XIX a dentro, mesmo após a independência. Ainda nas primeiras décadas do século XX, o país não deteria a infraestrutura necessária para formar cidadãos, embora todos fossem livres perante a lei. Faltava-lhe base de sustentação para que as instituições se mostrassem mecanismos adequados à vida civil e política do país, nem classes sociais claramente constituídas, nem consciência de classe, fosse ela burguesa ou proletária. A noção de consciência substituída a genérica noção liberal de opinião pública, fundamental para os argumentos de Oliveira Vianna e muitos outros nessa primeira metade do século XX.” (BRESCIANI, 2005: 12-13). Curioso observar que mesmo a vertente crítica a teoria da dependência, ou subdesenvolvimento, constrói o campo das “ideias fora do lugar”, como podemos observar tanto no ensaio de balanço crítico da própria obra, do mesmo autor, “O ornitorrinco”, anda mais evidente no prefácio da publicação assinado por Roberto Schwartz (2013).

⁶⁶ Aqui nos referimos a geração de autores como Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, e suas teses sobre a formação nacional – e talvez

que os trânsitos constantes (econômico, sociais e políticos) faziam com que as redes entre essas localidades conformassem um todo. Assim, “as diversas vilas e povoações criadas em torno da capital – antes mesmo de tornar-se sede da capitania – são um dos aspectos dessa unidade, que aponta novamente para a dimensão da rede de vilas em que São Paulo está inserida.” (SANTOS, 2013: 44). Ao mesmo tempo em que a historiografia dá relevos à cidade concentrada no Triângulo, a cidade contava com Freguesias de ocupação constante e consolidada, que também remontavam ao período colonial. Em direção à norte, Freguesia do Ó, em direção à leste, Freguesia da Penha, e em direção à sul, a Freguesia de Santo Amaro⁶⁷, que faziam parte dos caminhos que ligavam São Paulo a Minas Gerais, ao Rio de Janeiro e ao litoral. As Freguesias, apesar de se configurar como povoados, não tinham um funcionamento alheio ao núcleo central, como aqui discutido.⁶⁸

Embutida nessa visão da cisão do mundo rural e urbano também está a repetida ideia de que os senhores, as gentes de grandes posses do século XVIII, não residiam na cidade, o que foi contestado por Maria Aparecida de Menezes Borrego (2010), que mostra uma presença expressiva de ricos comerciantes na capital paulista mesmo nos períodos intensos de exploração das minas, justamente atendendo a demanda do mercado interno de gêneros alimentícios e manufaturados – que se organiza nesse período e depois é direcionado a outras praças consumidoras quando do princípio do colapso da exploração mineira (BORREGO, 2010: 27). Para Blaj, as constantes queixas de carestia no período da exploração das minas demonstram mais a existência de uma economia mercantilizada, que buscava menos regulação e mão de obra da escravização negra e indígena, mais barata, interpretando inclusive que as relações comerciais das elites locais com os centros mineiros geraram concentração de riqueza e ampliação da desigualdade social na vila (1995). Borrego observa, a partir dessa

principalmente sobre as causas de uma “não efetivação” desta. Bresciani debate o substrato político envolvido na condição intelectual dessa geração que buscou “explicar o Brasil”: BRESCIANI, Maria Stella Martins. O CHARME DA CIÊNCIA E A SEDUÇÃO DA OBJETIVIDADE: Oliveira Vianna entre os interpretes do Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

⁶⁷ No período imperial Santo Amaro foi declarado como município independente de São Paulo, sendo reintegrado ao território da capital em 1935.

⁶⁸ Essa integração é discutida por Santos (2013), que mostra prioridade de atendimento aos pedidos de obras para pontes de ligação das Freguesias com a centralidade da cidade. Freguesia, nesse caso, era uma forma de organização administrativa do território que se baseava inicialmente na organização religiosa. A formulação dessa categoria de organização territorial no Império Português é tratada em dois verbetes no “Aventura das palavras da cidade através dos tempos, das línguas e das sociedades” (2014): Freguesia (por Frederic Vidal, pp. 345 a 352) e Bairro (por José Tavares Correia de Lira, pp. 85 a 100).

dinâmica, uma mudança na lógica em relação ao século XVII, quando os proprietários moravam em suas chácaras e sítios e vinham à cidade esporadicamente:

Residentes no centro da capital paulista, proprietários de vários imóveis urbanos, os comerciantes do universo de pesquisa - cujos inventários foram avaliados - não se retiraram da capital para morar em seus sítios e chácaras, dedicando-se exclusivamente às atividades rurais, nem mesmo frente ao impulso agrícola governamental promovido a partir de 1765. [...] São Paulo, durante a primeira metade do século XVIII, era um espaço favorável ao enriquecimento de seus moradores, em especial, daqueles atrelados à lide comercial (BORREGO, 2010: 223-224).

Esses ricos comerciantes, estudados por Borrego, eram principalmente comerciantes reinóis, portugueses, especialmente da região do Minho, que tinham na diversificação de investimentos uma das estratégias para reprodução de capital, e investiam também fortemente no mercado escravista, chegando a ser proprietários de médio e grande porte, articulando uma rede de relações mercantis e pessoais dos dois lados do Atlântico (BORREGO, 2010: 313) e assim formando um laço direto das dinâmicas urbanas fluídas e conflituosas da capital paulista com a acumulação colonial continuada no período imperial.

Quando se diz que a partir de 1870 São Paulo se expandiu, estamos tratando dos limites legais do que era considerado território urbano, que não incluía essas Freguesias nem as áreas de ocupação esparsa ou de chácaras dos territórios contíguos da antiga centralidade, assim como, e talvez principalmente, de uma determinada imagem de espaço urbano. A capital paulista do final do Império e início da República convivia com uma industrialização incipiente (DIAS, 1994) e, no entanto, apresentava outros signos que poderiam se caracterizar como em processo de urbanização. A cidade foi tomada por cafés, hotéis, restaurantes e diversos tipos de comércio em sua porção central, e viveu modificações importantes em sua infraestrutura, como alterações nos seus rios, construções de diversos tipos de edificações públicas e ações de auxílio e orientação do crescimento urbano para além do planalto do Triângulo. Essas mudanças expressavam não só uma condição peculiar de São Paulo – o surto de expansão econômica, que tomou forma desde 1870 com o fortalecimento da cultura do café e sua valorização no mercado internacional –, como também amplos processos políticos e econômicos em todo país – a abolição da escravatura, a constituição de um mercado de trabalho livre e a proclamação da república. A imigração europeia intensiva,

principalmente, mas também as migrações das populações negras recém-libertas, compõem o quadro da explosão demográfica experimentada na capital paulista, que fez sua população dobrar entre 1872 e 1890, atingindo os 64.934 habitantes; em 1900 já eram 239.820 habitantes e o crescimento continuou nos anos seguintes, chegando a 579.033 habitantes em 1920.⁶⁹

Esse processo de intensa urbanização de São Paulo não foi propiciado pelos lucros (materiais e simbólicos) da industrialização (LEFÈBVRE, 1999), e sim pelos imensos recursos do capital cafeeiro que passaram a circular na cidade (DEAN, 1971; CANO, 1985). Isso significa dizer que, em certa medida, nessas décadas, a urbanização em São Paulo se desenrolou tributária à agricultura, não à indústria. Essa acumulação não era restrita à lavoura e à venda do café, estando relacionada à diversificação do capital da cultura do café para outros setores da economia⁷⁰. Tal como Londres, a capital paulista se torna um centro gerencial de negócios e reproduz esse capital na própria feitura da cidade (WILLIAMS, 2000: 207-210). A destinação desse capital acumulado se relaciona com uma modificação fundamental dos investimentos na cidade, já que desde 1850, com a extinção do tráfico de escravizados, as riquezas começaram a migrar para outras atividades. Esse processo se acentuou a partir de 1880, quando vários estudos mostram um deslocamento das riquezas, antes concentradas no escravismo, sendo direcionadas aos bens de raiz (MELLO, 1985; OLIVEIRA, 2005; BUENO, 2010). O desdobramento dessa mudança significou uma forte valorização do solo urbano e provocou alterações no mercado de terras urbanas e imobiliário da cidade (BUENO, 2010: 155).

A leitura mais difundida sobre esse processo é que dele originou-se um novo padrão de ocupação do solo urbano que impactou no modo de expansão da cidade, entendendo-se que se até a primeira metade do século XIX a cidade apenas possuía adensamento urbano considerável nas proximidades do Triângulo central⁷¹, a partir da segunda metade esses limites foram *transpostos*. Aqui vemos a formulação de uma forte

⁶⁹ Dimensionando essas cifras populacionais: no mesmo ano, a então Capital Federal (RJ) tinha uma população de 1,1 milhão de habitantes; já Salvador tinha cerca de 290 mil habitantes (IBGE); Lisboa, capital portuguesa, por sua vez, tinha 487 mil; Buenos Aires, capital argentina, tinha cerca de 1,6 milhão de habitantes no mesmo período.

⁷⁰ Como as ferrovias, os bancos, as associações comerciais, o comércio de importados, a indústria e mesmo o comércio de terras e habitações urbanas.

⁷¹ A região contava com uma composição social bastante mista e não especializada do uso do espaço. Para uma visão da cidade imperial ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

imagem de ruptura. Atrelando a ideia de novidade com o desbravamento de barreiras, a historiografia sobre a urbanização da capital paulistana vai reproduzindo e sedimentando o discurso da gênese da “locomotiva do país”: por uma *nova* lógica de ocupação do solo urbano, os *limites* naturais são *enfrentados e transpostos*, como um *desenvolvimento* da sua condição urbana dando contornos físicos a “grandeza paulista”. Mas qual exatamente era a novidade do processo de expansão urbana pós-1870?

A novidade do século XIX não está na comercialização das terras rurais ou urbanas, nem mesmo no aluguel dos imóveis para fins rentistas, pois isso já era feito desde o período colonial. A novidade consistiu na liberação de capitais até então imobilizados em outros negócios e constituição de sociedades anônimas (cuja abertura foi estimulada pelo governo liberal republicano) voltadas para a realização de empreendimentos diversos – dentre os quais no ramo imobiliário. [...] Os novos empreendimentos imobiliários tornaram-se “capitalistas” na medida em que novas formas de acumulação converteram o espaço urbano em objeto de valorização, transformando-o em mercadoria altamente rentável e passível de especulação (BUENO, 2016: 143 e 145).

Como vemos, a novidade estaria fincada no vulto de reprodução de capital conferido por essa nova lógica urbanizadora de São Paulo, estando esse localizado especialmente na abertura de loteamentos, que eram ao mesmo tempo tanto a materialização do crescimento da cidade quanto uma forma concentrada de rentabilidade com a urbanização – uma chácara retalhada e vendida por um proprietário, ou uma sociedade, se apresenta muito mais palpável para a construção do tecido urbano da cidade do que os posteriores retalhamentos que a maioria desses empreendimentos passam nas mãos de uma miríade de pequenos proprietários. A expressiva reprodução de capital atingida pelo loteamento das chácaras foi possibilitada pela dinâmica da propriedade fundiária, de característica concentracionista desde o período colonial (MOTTA, 2008; 2009). Para dimensionar essa concentração, temos de tratar das formas de acessar a propriedade da terra em São Paulo, assim como das classificações legais que dividiam o seu território entre urbano e área de rossio.

A definição do perímetro urbano durante o período colonial era marcada por um raio de 3km a partir do marco zero de cada cidade, assim, o que estava dentro desse perímetro era área urbana para fins legais, e o que estava fora era considerado área de rossio, a saber: “[Eram terras] destinadas ao ‘uso comum’ dos habitantes e a expansão urbana. Podiam ser livremente usufruídas pelos moradores para caça, para pasto, como

pouso de tropas, extração de lenha dentre outras atividades, ou podiam ser apossadas ou, ainda, apropriadas de forma legítima.” (SIMONI, 2009: 5). As concessões de terras do perímetro do rossio se davam por cartas de datas de terra, durante o período colonial e boa parte do período imperial. A área urbana, apesar de ser passível de acesso mediante datas de terra, tinha uma dinâmica comercial desde o período colonial – assim, já associadas às lógicas de propriedade, e compra e venda da terra urbana. Nas cartas de datas analisadas por Amália Santos (2013), referentes às áreas contíguas ao Triângulo em direção à oeste e à sul, nas primeiras décadas do século XIX se nota um movimento constante de apropriação dessas áreas. Se em direção à sul em áreas mais extensas, em direção a oeste os pedidos parecem indicar a tentativa de aceder a terrenos que estariam vagos entre outras áreas de propriedade anteriormente demarcadas (SANTOS, 2013: 84-86). A tendência observada por Santos para a região oeste se mantém após a promulgação da Lei de Terras (1850), que tem uma regulamentação imprecisa na demarcação das diferenças legais entre as terras rurais e as áreas de rossio, já que essa área no entorno da área urbana poderia continuar a ser concedidas pela Câmara, mas ao mesmo tempo também poderiam ser vendidas como terra rural (BUENO, 2010: 120-121):

Constatou que, entre 1850 e 1890, o grosso das “datas” limitou-se a pequenos lotes concedidos a indivíduos anônimos. Em alguns casos, observou a concentração de lotes nas mãos de diversos membros de uma mesma família, mas jamais coincidentes com as áreas loteadas a partir de 1870. Em geral, as concessões foram realizadas nos interstícios de antigas chácaras (mais frequentemente na região oeste da cidade – Arouche, Campo Redondo e Carvalho). O loteamento posterior dessas chácaras seguiu a orientação das ruas outrora estabelecidas nas áreas previamente urbanizadas, resultando numa colcha de retalhos alinhavada por certos eixos viários já consolidados. Constatação interessante é que as chácaras que resultaram em futuros loteamentos (Campos Elíseos, Higienópolis, Av. Paulista, Santa Cecília, Bom Retiro) já tinham sido apropriadas anteriormente e transmitas por herança ou compra, não resultando de concessões novas realizadas pela Câmara no período entre 1850 e 1890 (BUENO, 2010: 122-123).

Importante pontuar que havia outras duas áreas de interesse nos pedidos de carta da data desse período: nas regiões de acesso da cidade (Ponte Grande de Santana, no Brás, na Estrada de Terra de Santo Amaro, e também na Consolação) e outro junto às várzeas (Brás, Mooca, Ponto de Grande) (BUENO, 2010: 122-123). A venda propriamente dita das áreas do rossio só foi autorizada em 1881, e colocada em prática

após a República (BUENO, 2010: 122-123), quando, em 1893, foram extintas as datas onerosas⁷² e suspensas as concessões de cartas de datas de terras, sendo escolhidas como formas de acesso as terras devolutas do rossio o aforamento perpétuo e os arrendamentos temporários (SIMONI, 2003: 114).⁷³ Podemos apreender desse movimento que as dinâmicas que permitiram a concentração da propriedade fundiária são anteriores ao século XIX e às perspectivas de rentabilidade da propriedade dessas terras. Áreas relativamente distantes da colina histórica foram apropriadas antes de estarem próximas a serem integradas a mancha urbana. É sobre esse quadro a que nos referimos quando da expansão urbana entre o século XIX e o século XX: não estamos tratando de áreas que não tinham nenhuma integração com a mancha urbana, de áreas vazias, que foram sendo incorporadas repentinamente à cidade pela demanda do inchaço populacional. Além de serem áreas de circulação entre as Freguesias e o Triângulo, havia tanto ocupação urbana concreta, nos terrenos imediatamente contíguos à centralidade histórica, como uma ocupação mais rarefeita nos territórios subsequentes, além dessa relação de propriedade já estabelecida em tempos remotos nas áreas que foram alvo de loteamentos a partir de 1870.

Uma fonte bastante manejada no estudo da urbanização paulistana nesse período construía uma imagem de rápida expansão da área urbanizada da cidade sobre espaços previamente vazios. A “Planta Geral da Capital de São Paulo organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim – Intendente de Obras – 1897”, é analisada por Lucia Simoni, que sobrepõe as plantas de 1868, 1881, 1890, 1897, 1905 e 1914 para verificar os índices de expansão urbana da capital paulista. Nessa sobreposição, Simoni verificou que a planta de 1897 apresentava uma expansão muito expressiva em relação a planta anterior, no entanto essa expansão não é referendada pela planta subsequente, que apresenta uma retração da mancha urbana a partir do Triângulo (SIMONI, 2009: 2-4). Na interpretação de Simoni, a planta de 1897 “mais do que a representação da cidade

⁷² Em 1875, foi estabelecido que as concessões de terras não seriam mais de caráter gratuito, mas, sim, por meio de datas onerosas. Essa medida consistia em o interessado pagar um valor, uma única vez, quando adquirisse as terras. Esse regulamento de acesso à terra durou 18 anos, e ao longo desse período as datas onerosas sofreram drástica valorização: “Na década de 1880 as concessões de datas valorizaram-se de maneira extraordinária. Como já mencionamos, os valores cobrados até 1881 variavam entre 4,13 e 6,19 réis o metro quadrado. Em 1882, este valor alcançou um patamar bastante superior, sendo cobrado 40 réis o metro quadrado. Quatro anos mais tarde, em 1886 elevou-se para 80 réis e em 1890 atingiu 160 réis por metro quadrado” (SIMONI, 2003: 99).

⁷³ Pontuamos aqui que tratamos apenas das relações entre a área urbana e a área de rossio, que não tem ligação com outras definições de área central, urbana, suburbana e rural que tinham outras finalidades, especialmente fiscais. Para uma discussão sobre as mudanças desse tipo de perímetro em relação ao território de São Paulo na legislação desse período, ver: Jordan (2019).

existente é um retrato da sociedade paulistana em um momento de grande instabilidade e mudanças econômico-sociais” (2009: 15), assim, a planta projetava um nível de arruamentos não realizados, pois pretendia garantir efetivação posterior da posse de terras, prática que estaria ameaçada pelo fim do monopólio do acesso à concessão de terras com o fim do escravismo e a proclamação da República.⁷⁴ O que nos interessa é ver como a construção da imagem da cidade que cresce rapidamente sobre o vazio não é só uma construção posterior da historiografia, mas também uma imagem elaborada por contemporâneos do processo, fazendo parte da formulação das próprias fontes utilizadas pela historiografia. Não estamos dizendo que, objetivamente, a cidade não expandiu sua área de ocupação urbana, mas a maneira como isso é apresentado, as imagens que são construídas, não precisavam ser necessariamente essa do crescimento territorial exponencial e abrupto – construir essa imagem e revalidá-la constantemente trata-se de uma opção, portanto, mesmo que nem sempre consciente. Sedimentar a ideia de que a cidade cresceu muito, e muito rápido, estava também alinhada com a imagem de que a população pobre foi eficazmente expulsa da centralidade histórica – assim necessitando de novas áreas de habitação. No lugar de adensamento, expansão; no lugar de heterogeneidade de ocupação, homogeneidade socioespacial.

A transposição dos limites do Triângulo parece quase uma saga heroica, em que as novidades técnicas são celebradas como ferramentas importantes para enfrentar as barreiras físicas, naturais e construídas, nos limites da antiga centralidade. O quadro formado apontava que no vetor leste o Tamandateí se colocava como um obstáculo de fôlego, acrescido pela sua várzea inundável, que a partir de 1867 passou a contar também com os trilhos da São Paulo Railway; já o vetor sul seguia para o que é hoje o bairro da Liberdade e não encontrava obstáculos físicos à expansão da cidade (VILLAÇA, 2001: 116). A cidade teria se expandindo em todas as direções, mas de maneira seletiva: as elites seguiram para além do Anhangabaú, por ter uma barreira a menos em relação à região definida até então como centro da cidade, e dispunha, uma vez atravessado o vale, de uma topografia ondulada, mas sem grandes elevações (VILLAÇA, 2001: 117). A massa de população mais pobre se deslocou em direção à zona leste da cidade, transpondo o Tamandateí. Em relação à direção sul, a ocupação teria sido mais lenta, e por muito tempo disforme, criando o questionamento na

⁷⁴ Diversos mecanismos de posse ilegal, e de sua legalização, continuam após a República, como aponta Simoni (2009).

historiografia dos motivos que levaram a única direção de expansão livre de obstáculos ter sido preterida pela elite no processo do seu deslocamento:

Essa direção [a sul] não apresentava uma clara cisão, uma clara separação física da “cidade velha”. A nascente, progressista, arrojada e moderna burguesia paulistana se empenhou em produzir uma cidade que refletisse esses seus atributos e que claramente se diferenciasse do “velho”, do passado e do colonial. Uma posição colada a “cidade velha”, como a Liberdade, não exibiria os valores do progresso e renovação, de ruptura com um passado considerado atrasado, então acalentados pela agressiva e talvez orgulhosa burguesia paulista (VILLAÇA, 2001: 194).

A lógica da expansão urbana além-Triângulo estaria então calcada na busca de uma segregação sócio espacial que proporcionaria a representação física do rompimento com a condição de vila colonial modorrenta e mesclada. Assim, a transposição dos limites do Triângulo levou a um adensamento da ocupação urbana de bairros limítrofes da antiga centralidade e seus adjacentes. Nesse processo, a historiografia enxergou uma especialização de ocupação do solo, especialmente em relação à homogeneização da ocupação de classes sociais, utilizando os termos “bairro operário” e “bairro de elite” para classificar esses *novos* espaços de ocupação urbana. Estaria em marcha o projeto de *modernização* da capital paulista, orquestrado entre poder público e as elites locais, da expulsão da população pobre e de suas práticas das centralidades urbanas, assim como de qualquer prática que de alguma forma ferisse a construção da “moderna capital do café”, visando o saneamento e embelezamento da cidade.

Como vimos, vários estudos de caso sobre localidades no entorno do Triângulo, como Avenida Angélica, Barra Funda, Bixiga, Brás, Mooca, mostram uma composição bastante heterogênea, se não no mesmo nível da antiga centralidade, ainda muito longe de poderem ser classificados como espaços especializados ou de ocupação de classes homogêneas. O caso de Campos Elíseos, tido pela historiografia como o primeiro “bairro de elite” especializado da capital, foi esmiuçado por Marins, e é uma forte expressão desse processo. O loteamento foi aberto em 1878 com diversas regras construtivas na tentativa de garantir seu posto de bairro planejado que abrigasse apenas uma classe e introduzisse novas práticas urbanas, no entanto, em seu cotidiano foi observado uma ocupação mista, com setores pobres e médios dividindo o bairro com os palacetes das mais importantes famílias paulistanas (MARINS, 2011: 239-240).

Discutimos em trabalho anterior como a composição heterogênea das localidades no entorno do Triângulo foi, ao mesmo tempo, produto das estratégias de reprodução do capital com os negócios urbanos, tanto pelo parcelamento de lotes quanto pela dinâmica do mercado de aluguéis, e estratégia de sobrevivência e resistência da população pobre.⁷⁵ Assim, vemos como as opções cotidianas tomadas pelos agentes desse processo impactaram no que a historiografia vê como um plano ou tendência geral para a especialização dos espaços – o mesmo Conselheiro Antônio da Silva Prado, agente muito simbólico nas narrativas sobre a *modernização* paulistana por sua administração na Prefeitura⁷⁶, em 1897 pede autorização para a construção de uma cocheira de vacas em pleno Campos Elíseos.⁷⁷ Precisamos confrontar que essas aparentes contradições não são avesso, incompletude e negação da *modernização* de São Paulo, entendendo sim essas dissonâncias como constitutivas daquele processo.

Tratamos aqui então do adensamento urbano no final do século XIX de dois bairros imediatamente contíguos ao Triângulo, que, como muitos dos bairros vizinhos, eram essencialmente mistos, com pessoas das diferentes classes sociais habitando lado a lado, com funções múltiplas, de residência, comércio e produção, lugares em que práticas reprovadas pelas leis urbanas permaneciam e tensionavam a construção da imagem da “metrópole do café”. Portanto são bairros que, explorados desde as

⁷⁵ Discutimos essa leitura, a partir do estudo de caso da urbanização do bairro da Barra Funda, na dissertação de mestrado: Borin (2014).

⁷⁶ O Conselheiro Antônio da Silva Prado foi o primeiro prefeito de São Paulo, cargo que exerceu de 1899 a 1910. O cargo foi criado pela Lei n. 374, da Câmara Municipal de São Paulo, em 29 de setembro de 1898, para reorganizar o poder executivo da cidade de São Paulo (Art. 1º - O Poder Executivo Municipal será exercido por um único vereador, sob a denominação de Prefeito Municipal). Antônio Prado foi o vereador mais votado dessa legislatura, e ao assumir a Prefeitura, retornava à vida pública após ficar afastado formalmente da política por nove anos, com o advento da República. O prefeito era escolhido pelo presidente da Câmara entre todos os vereadores, que nesse caso era Antônio Proost Rodovalho, um dos principais acionistas de empreendimentos das “atividades urbanizadoras” no período e sócio do Conselheiro em alguns empreendimentos. Antônio Prado, assim como seu avô Barão de Iguape, tinha tido prestígio na política Imperial, assumindo cargos como o de senador, conselheiro e mesmo ministro de gabinetes. Foi também um dos principais articuladores da política imigrantista europeia subvencionada pelo Império, fundando a Sociedade Promotora de Imigração em 1886 com seu irmão, Martinho Júnior, o cunhado Elias Pacheco Chaves e o filho Paulo Prado – da qual também faziam parte as famílias Paes de Barro e Souza Queiroz. Sobre a trajetória da família Prado, há o estudo de referência de Maria Thereza Schöerer Petrone, “O barão de Iguape: um empresário da época da Independência” (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976); há uma pesquisa recente focada na administração do Conselheiro como Prefeito de São Paulo: Maestrini, Karla Aparecida. Em busca da cidade moderna: as ações de saúde, de higiene e as intervenções urbanas em São Paulo durante a gestão de Antonio da Silva Prado (1899-1910). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Para um balanço crítico da relação da família Prado com a história de São Paulo, ver: WALDMAN, Thais Chang. A São Paulo dos Prados, *Ponto Urbe* [Online], n. 13, 2013. Acessado em: 15 jun. 2020.

⁷⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1894). Ofício de Antônio da Silva Prado. Rua Conselheiro Nébias. Encadernado 60. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

experiências da urbanização de seus agentes, problematizam as teses sobre São Paulo que enfatizam a rápida e ampla especialização, homogeneização e disciplinamento de seus espaços. Desde esses bairros, seus moradores e agentes, procuramos entender as funções da construção da imagem de ruptura criada pela expansão urbana, com os loteamentos criados a partir de 1870, observando os questionamentos que as fissuras desse processo trazem as opções conceituais da historiografia urbana sobre São Paulo.

I.I. Marcha para oeste? Corpos dissidentes no caminho do vetor de expansão das elites paulistas

Era uma terça-feira de agosto de 1893 quando a “preta” Mariana “de Tal”⁷⁸ buscava a morte pelas ruas da Santa Ifigênia.⁷⁹ As tentativas e, por fim, o consumado suicídio de Mariana movimentou a vida do bairro e marcou o começo da manhã de vários outros habitantes e passantes da região nos seus primeiros afazeres ou no caminho para o trabalho. E é por eles que sabemos da história de Mariana, já que só temos conhecimento da vida desta mulher negra por um auto crime que investiga as circunstâncias de sua morte. A primeira testemunha do auto crime aberto contra o condutor do bonde, que tinha como objetivo apurar se a morte foi “casual ou proposital”, foi João Lollanand, morador do bairro na rua São João nº 60. O negociante, de 37 anos, casado, disse que viu o acidente da porta da sua casa, descrevendo que o bonde vinha “dos lados do Bom Retiro, e uma preta vinha andando do lado do bonde, cerca de 6 horas da manhã”, e que esta, quando chegou na frente do bonde, se jogou. João demonstra convicção de que o condutor tentou parar na hora que percebeu a situação, mas que foi impossível acionar os freios tão repentinamente. A outra testemunha que presenciou o atropelamento foi um fiscal de bondes, italiano, de 29 anos, que ratificou a versão de João.

Outras três testemunhas arroladas ajudam a elucidar um pouco mais as circunstâncias da morte de Mariana. Carmem Marisco, casada, 26 anos, moradora do

⁷⁸ Utilizamos as classificações e termos empregados nos documentos analisados destacados com aspas. No caso do “de Tal”, a utilização é recorrente pelo menos até o fim da década de 1920, para designar pessoa do qual se desconhece o sobrenome; as referências a pessoas “pretas” são comuns nos autos crime durante todo o século XIX, mas começa a desaparecer dos processos no século XX. Sobre a questão da ausência da identificação de cor nos documentos oficiais ver: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

⁷⁹ A Justiça contra De Angeli Giuseppe, 1893. Processo número 003L1374 - 0010 - 4, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

bairro na rua São João nº 54, estava a caminho do trabalho quando presenciou uma “mulher de cor preta” sentada sobre a linha do bonde, versão reforçada por dois trabalhadores do bonde, um condutor e um cocheiro, ambos italianos da casa dos 20 anos, que estavam a bordo de um bonde que vinha da Santa Cecília, viram Mariana deitada nos trilhos e gritaram para que saísse, sendo possível parar o bonde a tempo. Transeuntes e os funcionários conseguiram tirar a mulher dos trilhos, na Avenida Ipiranga, mas ela gritava que queria permanecer ali “porque queria morrer”. Depois de um longo processo, que não permaneceu só na esfera policial, mas foi encaminhado à judicial, o condutor do bonde que dilacerou o corpo de Mariana, De Angeli Giuseppe, 19 anos, italiano, solteiro, cocheiro de bonde, foi inocentado. O relatório final concluía que a vitimada se atirou intencionalmente nos trilhos e que, pela avaliação dos que a tiraram dos trilhos anteriormente, devia sofrer das faculdades mentais. Será possível entender a vida de Mariana, apreendida a partir da sua elaboração em experiência, como parte da urbanização da Santa Ifigênia? Mariana não apareceria em nenhum dado estatístico nos documentos mais habitualmente manejados para o estudo da urbanização de São Paulo. Dificilmente apareceria como interessada em um ofício das obras particulares, em abaixo-assinado reclamando obras de melhoramento, nos planos urbanos e relatórios do presidente da província é ainda menos provável, assim como são poucos os agentes evidenciados pela cartografia. Pela documentação, não sabemos sequer se Mariana era moradora do bairro, se habitante de um dos cortiços e casas coletivas, posição em que os mais pobres da cidade costumam aparecer na historiografia urbana. Mariana se apresenta nesse estudo a partir de sua ação – ação suicida contra a própria vida, mas também um ato de violência contra a sociedade em que vivia.

Mariana foi atropelada numa encruzilhada de contradições que sustentavam e confrontavam a ordem pós-escravocrata, a sua ação expõe as fissuras da construção da nova República e da *modernização* da capital paulista. A experiência urbana de Mariana contém tanto as opções do poder público em direcionar o crescimento à oeste da cidade através de obras públicas, como a ação da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em deslocar sua Igreja para um Boulevard no bairro após sua demolição no Triângulo na primeira década do século XX. Muitas interpretações são possíveis a partir do desfecho da vida de Mariana, uma mulher negra levada ao desespero da autodestruição pela violência das elites na manutenção da dominação, uma mulher negra que usa da sua única posse, seu corpo, como uma resistência de que não se

submeterá, mas nenhuma delas pode unitarizar a experiência dessa agente. Assim, eleger apenas uma explicação não seria suficiente para se aproximar das marcas deixadas na formulação desse espaço urbano por Mariana (MCCLINTOCK, 2010: 36). Como confrontar a participação de Mariana quando estamos habituados a uma historiografia que nos conta sobre as contribuições de agentes para a formulação do espaço urbano? O termo que literalmente está relacionado com um aporte financeiro positivado, no sentido de acumulação inclusive, provavelmente diria pouco sobre as interações de Mariana com a urbanização da Santa Ifigênia, já que o termo parte de uma lógica estruturante que buscava negar as experiências dissonantes como a dessa agente. Quem é Mariana na conformação do bairro de Santa Ifigênia quando comparada ao maior proprietário de cortiços do bairro, Carlos Girardi? Ou a Carlos Milanese, o construtor de segunda maior recorrência nos pedidos da SOP desse bairro analisados nesta tese? Uma mulher afrodescendente com desfecho trágico confrontada com dois italianos empreendedores. Como entender, e desmontar, a construção de uma hierarquia explicativa baseada na *contribuição* desses agentes a expansão urbana e adensamento de ocupação no bairro da Santa Ifigênia no final do século XIX?

Abrigando sobrados de famílias da elite paulista, cortiços, casas em série alinhadas no lote, comércios de diversos portes, oficinas, o bairro de Santa Ifigênia no qual se deu o suicídio de Mariana experimentava um cotidiano diverso e conflituoso, em uma cidade que passava por um momento de transformação vultuosa, mas que, ao mesmo tempo, preservava práticas antigas, vivenciando todas essas dimensões em um mesmo espaço, convivendo com uma sobreposição de temporalidades. Um bairro que era residencial, comercial, e espaço de circulação entre novos bairros e a antiga centralidade da cidade, com uma coexistência não pacificada de classes sociais. Estabelecer uma gênese do bairro não estaria de acordo com as disposições dessa pesquisa, como buscamos discutir na introdução dessa parte, então optamos aqui por discutir algumas dinâmicas da ocupação da região durante o final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, já que com isso podemos dar alguma materialidade a nossa discussão sobre a construção da imagem dos loteamentos da década de 1870 como uma *ruptura*.

Um dos equipamentos urbanos que constantemente aparece na documentação sobre os trânsitos entre o Triângulo e a Santa Ifigênia é a Ponte do Acu, construída em pedra em 1787 (OLIVEIRA, 2005), sob ordens e financiamento do

governador interino José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, que permitia a transposição do rio Anhangabaú desde o final da ladeira São João em direção à oeste. Uma outra ponte de transposição do rio Anhangabaú foi ordenada por seu sucessor, Bernardo José Maria Lorena e Silveira, conhecida desde então como Ponte do Lorena, fazendo a ligação do convento franciscano à saída para Itu (SANTOS, 2013: 60).⁸⁰ Apesar de construída a pouco tempo, o uso intenso da Ponte do Acu, devido a uma demanda grande de fluxo, que por sua vez impactava em sua estrutura, foi a razão apresentada pela Câmara para justificar a necessidade de se construir mais uma alternativa de transposição do rio Anhangabaú, iniciando-se assim a construção da Ponte do Anhangabaú em 1794 - as obras foram finalizadas em dois anos. Para Santos, a construção da Ponte do Anhangabaú era também, e talvez principalmente, uma forma mais direta de ligação com a Ponte dos Pinheiros (2013: 90-95).

A importância dessa obra para as elites da época, e, portanto, desses deslocamentos a oeste, pode ser apreendida pela lista de contribuintes que totalizava 48 nomes.⁸¹ No fim, a obra foi custeada quase integralmente pelo então capitão, e futuro brigadeiro, Luiz Antonio de Souza (SANTOS, 2013: 90-94), proprietário de uma grande chácara do lado oeste do Rio Anhangabaú, mais próximo à região do Piques do que da Santa Ifigênia.⁸² Podemos ver a localização da chácara do Brigadeiro, assim como do coronel Francisco Xavier dos Santos e de Jozé Arouche de Toledo Rendon, no mapa produzido por Santos para a dinâmica da propriedade de terras no além-Anhangabaú na segunda década do século XIX. As chácaras correspondentes ao território do bairro da Santa Ifigênia não estavam identificadas ou não tinham seus proprietários identificados pela autora, assim, editamos o mapa produzido por ela para permitir uma visão relacional desses proprietários a oeste.

⁸⁰ Lorena, em 1788, solicita um levantamento cartográfico da área urbana para “confecção de um ‘plano novo para guiar a cidade no seu desenvolvimento’” (SANTOS, 2013: 60).

⁸¹ Santos aponta que, inicialmente, 48 habitantes se propuseram a contribuir para a obra, entre membros da Igreja, militares, o cirurgião-mor e outros.

⁸² O largo do Piques era uma região bastante movimentada da cidade, de comércio intenso, ponto de recebimento e de saída de tropeiros (OLIVEIRA: 2005). Corresponde atualmente a região do Terminal Bandeira.

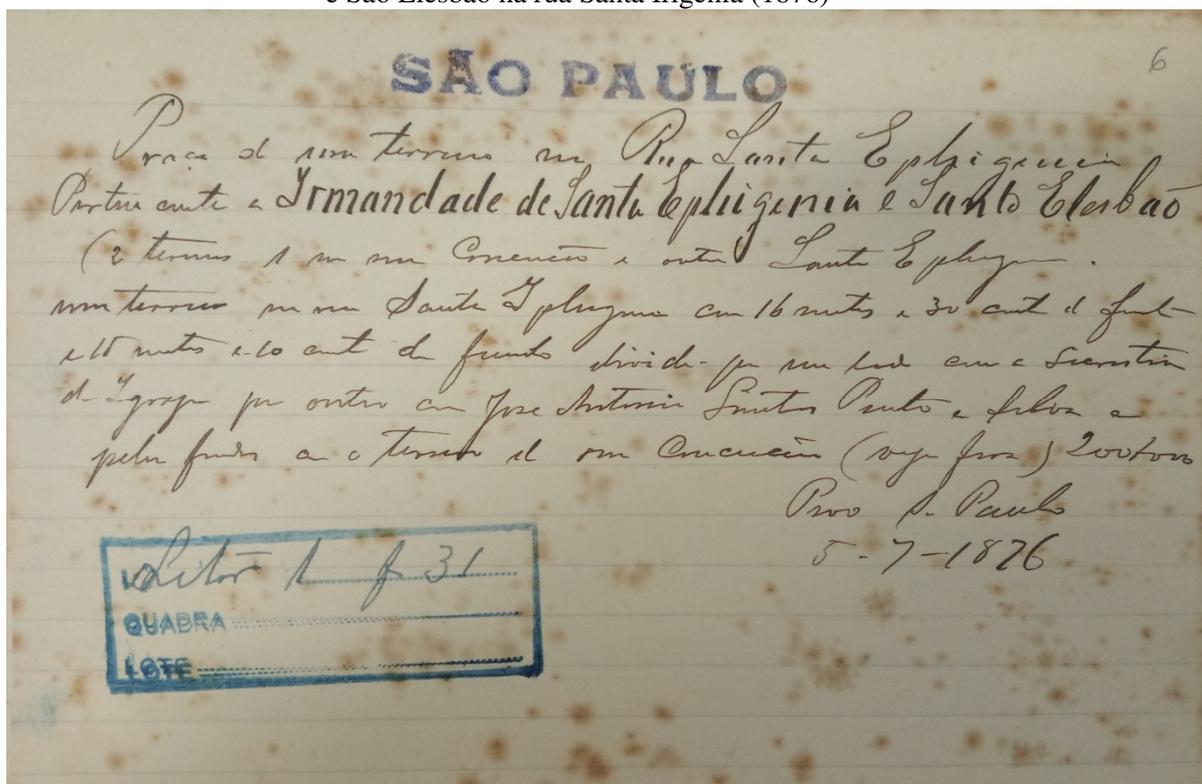
Figura 03 – Indicação das propriedades no além-Anhangabaú sobre recorte da “Planta da Cidade de S. Paulo” (1810)



Fonte: Amália Santos (2013), com alterações da autora para identificar a propriedade da família Gavião Peixoto e a chácara do Zuniga (os asteriscos indicam agentes não identificados).

As obras de manutenção e reparo da ponte do Acu seguem constantes durante o século XVIII e XIX, o que indica que apesar da construção de alternativas para o fluxo além-Anhangabaú a região da Santa Ifigênia seguia como uma demanda de trânsito considerável (JORGE, 1999; OLIVEIRA, 2005; SANTOS, 2013). Para além das chácaras de proprietários mais extensivos, a ocupação desse bairro é marcada pela forte presença da religiosidade negra, que crava ali suas práticas de culto e ancestralidade. Duas irmandades negras tiveram uma relação constante com a ocupação e urbanização dessa região, em diversos momentos ao longo dos períodos colonial e imperial. O bairro, como se sabe, tem o nome em homenagem a uma santa negra, Ifigênia da Etiópia, e a irmandade negra que se reunia em sua devoção, e também de São Elesbão, santo negro rei do Império Axum, têm uma história que se confunde com a irmandade negra mais conhecida da cidade, de devoção a Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Em ambas as construções memoriais sobre o início dessas irmandades, e da construção de seus primeiros templos, são citados encontros das populações negras da cidade nas margens do ribeirão Anhangabaú, onde se encontravam também casebres de moradia de forros e escravizados de ganho (WISSENBACH, 1998; JORGE, 1999). Essa comunidade dispunha de uma capela rústica ali localizada onde realizavam celebrações, construída ainda antes de 1721, quando solicitam ao Rei um sino e ornamentos para o altar (SANTOS, 2019: 399). Não há, na documentação consultada por Arroyo (1954), uma explicitação de qual era a devoção a qual era consagrada a Capela, e pelo que podemos apreender das análises feitas por pesquisadores dessas irmandades, as suas histórias estão bastante conectadas naquele momento.

Figura 04 – Ficha do Arquivo Aguirra sobre propriedades de terras da Irmandade Santa Ifigênia e São Elesbão na rua Santa Ifigênia (1876)



Fonte: Acervo do Museu Paulista.

Em 1725, a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens, em taipa de pilão, é autorizada pelo Arcebispado da Bahia, mediante pedido do ermitão da irmandade Domingos de Mello Tavares, que também requisitou à Câmara a doação de “uns chãos devolutos cobertos de macega e de alguns capões de mato”, que viriam a se tornar o Largo do Rosário (SANTOS, 2019: 399). Nos trabalhos sobre a história do bairro de Santa Ifigênia sempre se destaca a primeira missa realizada na paróquia de Nossa Senhora da Conceição e Santa Ifigênia, apenas em 1795. No entanto, a missa foi realizada após a reforma da antiga capela de Nossa Senhora, datada de 1720 – a antiga capela, portanto, tem uma data de criação bastante próxima da antiga Igreja do Rosário e mesmo da capela das irmandades negras as margens do ribeirão Anhangabaú descrita por Arroyo. Sabe-se que pelo menos desde 1758 há uma permissão oficial do então bispo da cidade, Dom Frei Antônio da Madre Deus Galvão, para que os negros possam se organizar na irmandade em devoção de Santa Ifigênia e Santo Elesbão, ou seja, a realização da primeira missa após a ocupação e reforma da antiga capela de Nossa Senhora da Conceição foi uma concretização mais institucional de uma prática comunitária e devocional que os negros já realizavam nessa região da cidade, nas

margens do ribeirão Anhangabaú, durante boa parte do século XVIII (SANTOS, 2019: 401).

Com isso queremos dizer que a ocupação da Santa Ifigênia está vinculada historicamente às sociabilidades negras que fazem parte constitutiva da urbanização de São Paulo, não só quando da posterior transferência da Igreja do Rosário para o bairro, na primeira década do século XX, mas quando da formulação e consolidação dessas irmandades negras e das suas práticas de devoção e sociabilidade. A não inclusão de capelas e igrejas das irmandades negras, como apontado por Santos (2019), fez com que mesmo em bairros em que essas organizações religiosas eram centrais, como no caso da Santa Ifigênia e da Liberdade, sua função na urbanização desses territórios foram minimizadas pela historiografia que trata do parcelamento do solo. A criação das irmandades negras está estritamente relacionada à proteção de territorialidades sagradas, porque de culto a ancestralidade, na formulação do tecido urbano paulistano – inclusive nas suas disputas de relação de propriedade de posse da terra urbana. Essa busca para consolidar seus templos e, portanto, um lugar que permitisse o enterro das pessoas pertencentes àquela comunidade, se dava simultaneamente à investida para destruição dos quilombos no entorno da cidade, e à cobrança de valores para a encomendação das almas de pessoas escravizadas pelos párocos (SANTOS, 2019: 400).

Assim, durante a maior parte do século XVIII e todo o século XIX, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos estava localizada em um dos limites do triângulo histórico, exatamente junto à ladeira do Acu, posteriormente ladeira São João, principal conexão da centralidade histórica com o bairro da Santa Ifigênia. É bastante consolidada na historiografia a importância das sociabilidades em torno da Igreja do Rosário para a urbanização de São Paulo, permanecendo na sua centralidade por tão longo período:

[...] os festejos em honra de Nossa Senhora do Rosário, que aconteciam no dia 6 de janeiro, era o ápice da sociabilidade de homens e mulheres negros e crioulos, quando essa parcela da população paulistana irrompia em conjunto pelas ruas, com seus trajes, adereços e sonoridade característicos. A procissão, na qual eram exibidas as hierarquias simbólicas da irmandade – o rei do congo e sua rainha, suas damas e titulares -, transformava-se em batuques e cantorias, cadenciados pelos tambores africanos. Era o momento especial da ritualização da memória coletiva dos escravos e forros, impregnada pelas evocações africanas: nos adornos das cabeças e nas contas nos pescoços das mulheres, nos amuletos que portavam seus

filhos, para evitar os maus-olhados, as feitiçarias [...] o pátio do Rosário era o território negro por excelência de São Paulo, não apenas a igreja e práticas religiosas da irmandade, mas também porque em torno dela habitavam negros que viviam de vender quitandas pelas ruas da cidade. Trajeto de muitas das procissões, seus moradores também poderiam adornar suas míseras moradias quando da passagem delas (WISSENBACH, 1998: 206).

A sociabilidade promovida pelo culto a Nossa Senhora do Rosário na centralidade histórica fazia com que a população negra da cidade estivesse constantemente visível, mesmo não sendo numericamente majoritária, sendo recorrentes as tentativas de coerção às práticas dos batuques, capoeira, ajuntamentos festivos nas pontes, largos, vendas, quartos de aluguel (WISSENBACH, 1998: 207). Mas essa não era a única estratégia de sobrevivência da irmandade, e também não era a única forma de efetivação da sua marca na urbanização da cidade: a irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos foi adquirindo um expressivo poder econômico, especialmente concentrado em propriedade de imóveis. Em 1809, era um dos vinte principais proprietários de patrimônio imobiliário urbano da cidade, com nove imóveis estimados em 115\$280 réis, patrimônio ampliado ao longo do século XIX especialmente com a compra e locação de casebres nas imediações da Igreja, assim em 1870 a irmandade já tinha um patrimônio de 688\$599 réis (SANTOS, 2019: 401-402). Esse acúmulo de patrimônio imobiliário de irmandades negras é um dado importante para pensar as dinâmicas de urbanização da cidade, já que elas ao mesmo tempo que garantiam a manutenção dessas organizações também permitiam recursos para as muitas disputas que essa parte da população teve de fazer, ao longo das transformações urbanas, para manter os espaços sagrados de ancestralidade.

Segundo Santos, por mais que as irmandades negras não garantissem igualdade social com os brancos, eram um espaço para tensionar as possibilidades de liberdade dentro do regime escravista, principalmente por cumprir a função primordial de garantir o sepultamento em lugar sagrado, de forma a permitir a passagem do mundo dos vivos ao mundo dos ancestrais (SANTOS, 2019: 396). Desde essa dimensão, a propriedade de terras e imóveis urbanos toma uma outra perspectiva quando analisamos o circuito de sua acumulação. É necessário que não percamos de vista também as complexas relações raciais na composição do escravismo vivenciado no Brasil, como salientado pela historiografia, que também faziam parte das dinâmicas da Irmandade, como se pode apreender no caso do testamento do capitão Tristão da Cunha Cavalheiro,

que havia ocupado vários cargos públicos como mordomo da Santa Casa de Misericórdia e procurador do Mosteiro de São Bento (MARINS, 1999: 198) falecido em 1877. Nascido na Freguesia do Ó, descendente de antigas famílias sertanistas, era integrante da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos, eleitor da Freguesia da Sé, e morador de aluguel na esquina da Ladeira do Acu com a rua Nova São José, que por sua vez era pago com o aluguel do único bem de raiz do inventariado, uma casa na rua Santa Ifigênia, que além do aluguel da casa mais central ainda garantia parte do sustento do capitão e da sua esposa; no testamento se arrolava seis pessoas escravizadas como propriedade do capitão, quatro a serem libertas por prestação de serviços condicionais (MARINS, 1999: 199). Esse testamento discutido por Marins nos permite tanto pensar as dinâmicas relacionais de racialização, escravismo e práticas de liberdade dentro das irmandades negras, quanto também ver o valor relacional dos imóveis na São Paulo de 1870, quando um aluguel de uma casa na Santa Ifigênia podia custear a vida nos limites do Triângulo.

Santa Ifigênia é transformada, em 1796, na terceira freguesia estabelecida na cidade (JORGE, 1999: 69), ou seja, passado um ano da primeira missa realizada na Igreja após sua consagração à Santa que empresta nome ao bairro e à freguesia, e da ocupação oficial da capela pela irmandade negra em culto dos santos etíopes. No princípio do século XIX se iniciou a construção do Hospital Militar, um imponente equipamento (JORGE, 1999: 71). Santos constatou uma alta demanda por terras na região além-Anhangabaú na primeira década do século XIX, com 19 pedidos de cessão de terras, sendo que 8 dos requerentes eram membros do exército, clérigos e funcionários da administração pública (SANTOS, 2013: 82-85):

Os terrenos concedidos tinham testadas que variavam entre 6 e 47,5 braças, o equivalente a 13,2 e 104,5 metros. Imprescindível notar que dos nove maiores terrenos, com frentes iguais ou superiores a 18,5 braças (40,7 metros), sete são destinados a moradores com títulos de padre, cônego, capitão, sargento ou alferes. A maior data, entretanto, é concedida a Dionizio Ereopagita da Mota, que morava, desde a infância, com seu pai, o boticário Vicente Pires da Mota, detentor de uma chácara no subúrbio da cidade, onde plantava gêneros alimentícios para consumo em sua casa. [...] Vale notar que seu plantel cresceu de 15 para 25 escravos, entre 1794 e 1798, e seu irmão – que havia sido ajudante no exército e agora era cirurgião-mor – voltou a morar com a família. Assim sendo, podemos concluir que, apesar de não possuir título algum, o requerente era membro de uma família de posses e com certo prestígio na cidade. A solicitação de João Alvares, por sua vez, tem um diferencial relevante: sua morada

original havia sido demolida para a abertura das ruas novas. A Câmara é favorável a seu pedido e concede-o um pequeno terreno – o menor dentre os listados, com 6 braças ou 13,2 metros de frente – em área próxima à que ele antes ocupava (SANTOS, 2013: 82-85).

A maior parte dessas concessões foi realizada nos terrenos livres entre as chácaras apresentadas no mapa de 1810, ou seja, a posse das grandes extensões de terra no vetor oeste imediatamente além-Anhangabaú é anterior ao século XIX, assim como a demanda e o interesse por essas terras estava bastante presente já no princípio do século XIX. Em 1726, o capitão-mor do Mato Grosso, Luiz Rodrigues Vilares, solicitou datas de terra na cidade e lhe foram concedidas “300 braças em quadra nos espaços convencionados de Anhangabaú, ou 435.600 m²” (JORGE, 1999: 39). Desta propriedade se deriva a chácara do brigadeiro Francisco Xavier dos Santos, representado no número 1 do mapa acima. Quando da sua morte, o sobrinho, futuro barão de Itapetininga, herda o que restou da chácara, já que durante sua posse o brigadeiro Xavier vendeu pontualmente lotes aos brigadeiros Joaquim Jose Pinto de Moraes Leme e Francisco Inácio de Souza Queiroz (número 7), ao barão de Tatuí, a Francisco Xavier Paes de Barro e a Luiz Antonio de Souza Barros (JORGE, 1999: 39). Como vemos, o brigadeiro Xavier fez vários negócios com a terra urbana de sua chácara, e a ação de apossamento de terrenos lindeiros aos concedidos por datas de terras para posterior venda “por preços exorbitantes” nessa região foi uma preocupação da Câmara no período, o que endossa a análise de Santos sobre a alta demanda pelas terras a oeste. Jorge aponta um zelo extremado no mapeamento das datas de terras concedidas no quadrante norte-oeste realizado pela Câmara no período, pormenorizando a identificação e os limites dos terrenos concedidos (1999: 35). Quando da Independência, a freguesia da Santa Ifigênia tinha cerca de 800 habitantes, habitando casas, chácaras e quintas, inclusive diversos casebres de forros concentrados nas proximidades do ribeirão Anhangabaú, como pontuamos acima sobre a criação da irmandade negra que teve suas funções no bairro (JORGE, 1999: 72-75).

Podemos ver assim um retalhamento da propriedade das terras correspondentes à região do bairro da Santa Ifigênia desde período remoto, bastante anterior ao modelo de loteamento extensivos das chácaras a partir de 1870. Talvez por isso, o loteamento da Santa Ifigênia é apresentado de modo confuso pela historiografia. Usualmente, o bairro é descrito como o primeiro loteamento em grelha retilínea da cidade, tendo ocorrido anteriormente a 1878, de quando data o lançamento do

loteamento dos Campos Elíseos (MARINS, 2011). Analisando o SARA, podemos ver o território do bairro demarcado como grelha organizando-se no entorno da rua Santa Ifigênia, apresentando aparente unidade que tem várias correspondências, até com a continuidade de ruas, na porção acima da avenida São João. No entanto, como veremos, seu loteamento não foi conjunto e nem sequer extensivo no que se refere ao bairro da Santa Ifigênia. Os lançamentos dos loteamentos nessa região aparecem na historiografia de maneira misturada, sendo toda essa região imediatamente além-Anhangabaú na porção oeste apresentada como “Cidade Nova”: às vezes esse nome é atribuído ao título do empreendimento, no entanto isso ocorre tanto na região do Arouche quanto na região da Santa Ifigênia. Às vezes, “Cidade Nova” aparece apenas como o nome que essa região é conhecida na cidade no período, e com o qual aparece na documentação oficial depois de determinado período do século XIX, sem necessariamente se referir a um empreendimento de loteamento. É possível verificar nessa região da cidade uma intensificação de ocupação no fim do século XVIII, segundo Santos, apontando as ações do coronel Joze Arouche de Toledo Rendon, da abertura da Praça dos Curros, na década de 1790, da Praça de Legião (para treinamento militar, em sua chácara, atualmente Largo do Arouche), marcando a expansão da “Cidade Nova” do Morro do Chá ao Largo do Arouche (SANTOS, 2013: 98).

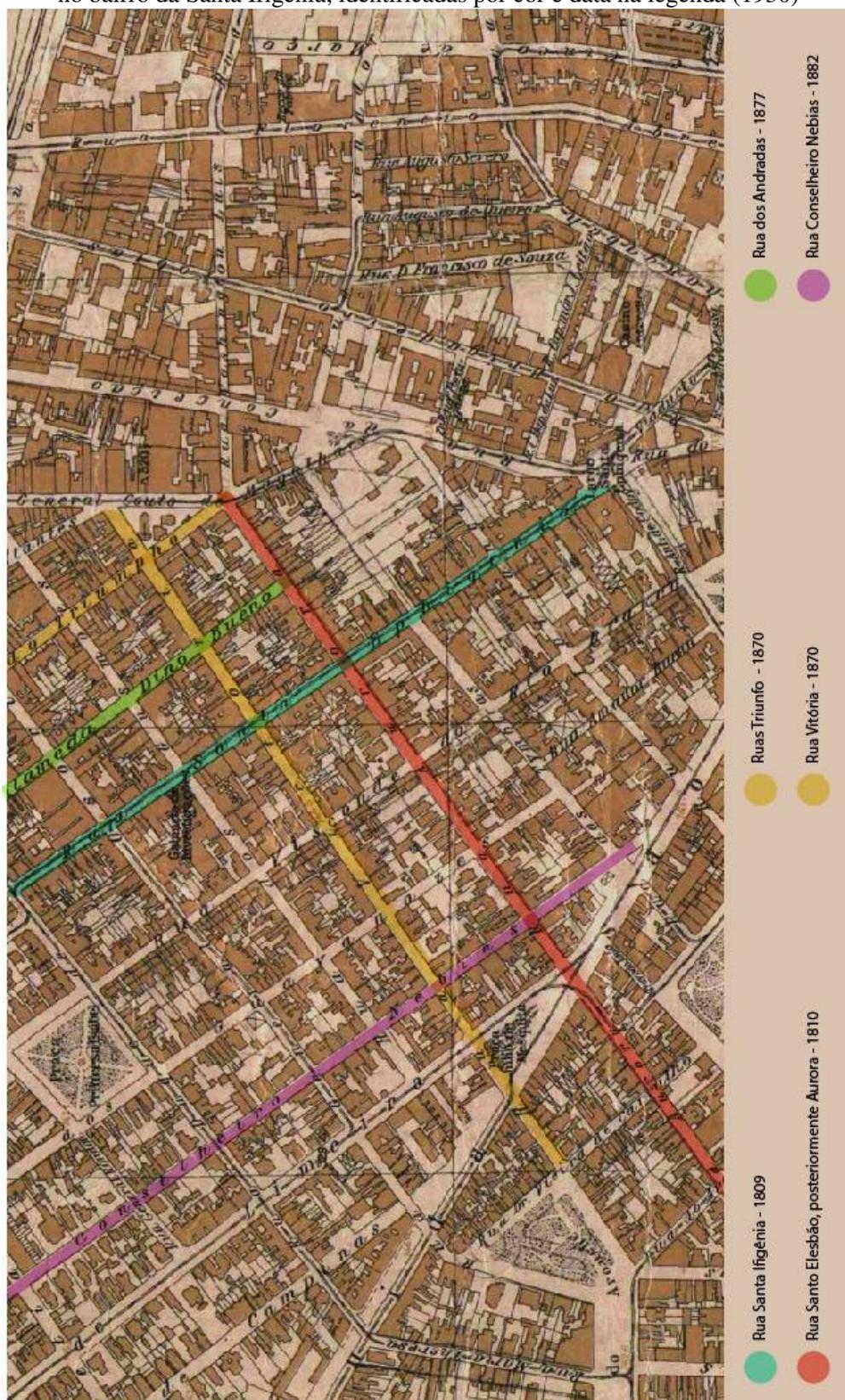
Figura 05 – Recorte do Mapa “Sara Brasil” do vetor oeste de expansão, quase ao centro da imagem cortando na transversal está a avenida São João (1930)



Fonte: Mappa Topographico do Municipio de São Paulo. SARA – BRASIL (Societá Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici). Versão integral disponibilizada em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acervo do Arquivo Histórico de São Paulo.

Não é o território que corresponde à Santa Ifigênia, que se caracteriza como um bairro que não se formou por um loteamento extensivo, tendo uma negociação pontual de lotes e um arruamento paulatino, como vimos até aqui, com uma decomposição de chácaras mais pontuais do que a realizada na região do Arouche pelo coronel Rendon. A família Gavião Peixoto parece ser importante para as dinâmicas fundiárias do bairro, sendo que a chacara do pai, Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, presidente provincial entre 1836 a 1838, foi paulatinamente repartida em vida entre os filhos para construção de suas moradias. Em 1862, a família encaminha requerimento alertando para a necessidade de reformas na ladeira do Acu, futura ladeira São João, se prontificando a arcar com os custos da necessária reforma para facilitar a circulação nessa via de fluxo intenso (JORGE, 1999: 101). Podemos ver o loteamento do bairro sendo realizado pontualmente pelas aberturas de duas ruas: rua Santa Ifigênia é aberta na formação da freguesia, em 1809; rua Santo Elesbão, aberta em 1810, tem seu nome alterado para rua Aurora em 1865; as ruas Triunfo e Vitória, abertas em 1870; rua dos Andradas, aberta em 1877; rua Conselheiro Nébias, aberta em 1882. Articulando os desmembramentos pontuais das chácaras e a abertura das ruas ao longo do século XIX, acreditamos que o formato em grelha se configurou numa ação ativa para controlar a morfologia do bairro desde as autorizações para abertura de vias – não sendo, portanto, um loteamento lançado com essa premissa.

Figura 06 – Intervenção sobre recorte do mapa “Sara Brasil” para localizar a abertura das vias no bairro da Santa Ifigênia, identificadas por cor e data na legenda (1930)



Fonte: Elaborado pela autora (2019) sobre Mappa Topographico do Municipio de São Paulo. SARA – BRASIL (Società Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici). Versão integral disponibilizada em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acervo do Arquivo Histórico de São Paulo.

O constante fluxo entre o Triângulo e a Santa Ifigênia persiste durante todo o século XIX, sendo a região escolhida para receber o serviço de bondes, optando-se pela reconstrução da ponte do Acu, destruída por uma forte chuva em 1850, em tijolo e pedra, de forma a ser mais resistente e possibilitar o trânsito do serviço de bondes puxados por burros em 1872, recém implantado na cidade (JORGE, 1999). A Ladeira São João, que ligava o Triângulo à ponte do Acu, vai se tornando cada vez mais um logradouro importante na cidade, bastante movimentado e cercado por construções, especialmente comércios (BRESCIANI, 2013: 124). Em 1864, a Câmara faz diversas obras no bairro, especialmente de calçamento, realizando sucessivos aterramentos no Beco do Sapo até que em 1870 demolem-se diversos casebres para regularização do terreno para a construção de um mercado de verduras (JORGE, 1999: 89).⁸³ Em 1890 se inaugura nessa baixada do Anhangabaú o Mercado São João, em estrutura de ferro, que servia como um centro de abastecimento de frutas e verduras⁸⁴ (BRESCIANI, 1996: 10). Assim, até 1892, quando o primeiro Viaduto do Chá é inaugurado, uma das principais ligações do Triângulo com a região oeste se dava por um caminho que desembocava diretamente no bairro da Santa Ifigênia – que nas décadas seguintes passaria a ter seu próprio viaduto, ligando o Largo de São Bento à Igreja Santa Ifigênia, construção iniciada pela municipalidade em 1906 (SEGAWA, 2000: 15; 23; 28).

A nova igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos teve sua construção finalizada e foi consagrada, com grande procissão festiva, no mesmo ano de 1906, no Largo do Paissandu, depois de dois anos de obras. A região onde atualmente está o largo era conhecida no período colonial como Tanque do Zuniga, ou Campo do Zuniga, “lagoa rodeada de ervaçal, [...] produzia cerca de 10 polegadas de água, que escoavam por antigo leito cavado, na direção da atual rua do Paissandu, adiante da qual recebiam a contribuição da célebre biquinha do Acu, indo confluir com o ribeirão Anhangabaú” (GASPAR, 1970: 51). Pode-se ver pelo mapa de 1877 que o tanque era um reservatório hexagonal de grandes proporções, e há relatos de que na década de 1860 o tanque era usado por lavadeiras e para dar água a cavalos. Na década de 1870, há um projeto de criação de “um bairro dentro do bairro”, em celebração à vitória da

⁸³ No mesmo ano de 1864, importantes logradouros do bairro tem a nomenclatura alterada: rua do Acu para rua Seminário das Educandas; Rua Bella para rua Timbiras; Rua do Meio para rua Amador Bueno; Rua do Campo Redondo para rua Guaianazes; Beco do Sapo para Travessa do Seminário; Ladeira do Acu para Ladeira São João.

⁸⁴ O Mercado São João compunha, junto ao Mercado da 25 de Março e do Largo da Riachuelo, os três centros de abastecimento da cidade, que foram criados para substituir as vendas da Rua das Casinhas, localizada em área privilegiada do Triângulo (BRESCIANI, 1996:10-11).

tríplice aliança composta pelo Império brasileiro na Guerra do Paraguai, ocasião em que foram abertas as ruas Triunfo e Vitória, e que o nome do largo foi alterado para Paissandú. Há uma curiosa e sintomática disputa sobre o novo nome do largo, tratada por um memorialista nos seguintes termos: “Houve quem quisesse atribuir a atual denominação do largo à suposta residência ali, em outros tempos, de um preto velho chamado Sandu e conhecido vulgarmente como “Pai Sandu”. Ora, nem mesmo como pilhéria vale a invenção...” (GASPAR, 1970: 53). Sabemos o quanto a Guerra do Paraguai, e seus desdobramentos, carregam questões candentes dos embates sociais do Brasil imperial, e da própria construção ideológica do país no pós-independência, especialmente por suas relações imbrincadas desse conflito bélico com a racialização, o escravismo e o colonialismo.⁸⁵

Se o império brasileiro participava de uma campanha bélica que massacrou a população do Paraguai, majoritariamente de etnia guarani, o fez também colocando na linha de frente tropas de soldados negros, muitos escravizados, com a promessa de liberdade caso retornassem vivos após o confronto. Como debatido longamente na historiografia, além do massacre direto de pessoas racializadas e as estratégias de reescravização, o regresso dos ex-combatentes racializados gerou diversos outros conflitos no período imperial, tensionando a ordem escravocrata.⁸⁶ A zombaria do memorialista com a possibilidade da inscrição da memória de um Preto Velho nesse largo, um bulevar no caminho da expansão das elites paulistas, expõe uma ação de intervenção urbana coordenada para manutenção da ordem escravagista, desde o desenho da cidade.⁸⁷ O pedido para abertura do bairro em homenagem à vitória na

⁸⁵ Essa questão já era abordada em: MOURA, Clóvis. Da insurgência negra ao escravismo tardio. *Estudos Economicos*, v. 17, n. esp., p. 37-59, 1987; SALLES, Ricardo, *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. E no estudo mais recente de: DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁸⁶ Keila Grinberg dedicou boa parte da sua investigação a essas questões, como no artigo recente *Emancipación y guerra en el Río de la Plata, 1840-1865: hacia una historia social de las relaciones internacionales*. *Historia Mexicana*, v. 69, pp. 693-742, 2019. Mas também em estudos mais amplos como: GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. *Slavery, Freedom and the Law in the Atlantic World*. Boston: Bedford Books, 2007; GRINBERG, Keila. *O Fiador dos Brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

⁸⁷ Trindade traz um elemento interessante para pensar os desdobramentos dessa questão. Os Pretos Velhos, como entidades da Umbanda e do Candomblé, são em geral pessoas que realmente existiram e cumpriam funções religiosas em suas comunidades, assim, apesar de perder o registro documental da existência dessas pessoas, sua presença é recordada nos cultos como seres míticos: “Entretanto, perdeu-se na memória coletiva do negro paulista a lembrança das antigas casas de culto. Os antigos sacerdotes Juca Rosa, Felisberto de Caninda, Maria d’Aruanda e a mãe Conga não deixaram herdeiros religiosos que pudessem lembrá-los como indivíduos específicos. Eles passaram à categoria de espíritos de preto-velhos, preservados na memória coletiva como escravos e sacerdotes” (1995: 235).

guerra é feito conjuntamente com pedido para medida de combate à presença de pessoas escravizadas que fugiram do cativo na cidade. Em 10 de fevereiro de 1870 estipulava-se multa para os moradores que deixassem crescer mato nas ruas, e em 21 de abril do mesmo ano, o vereador Luiz Pacheco de Toledo reforça a disposição articulando-o com a abertura do novo bairro após o recém terminado conflito: “mandar roçar as matas virgens existentes quase no centro da Freguesia de Santa Ephigenia, no campo do Cha, por contar que allí se acoutão escravos fugidos; e também mandar abrir as ruas projectadas” (JORGE, 1999: 93). Dois anos depois, 1872, como medida complementar das modificações urbanas do largo, a Câmara desapropria a casa de Brazilico Aguiar e Castro, localizada no interior do largo, com recursos providos pelos próprios moradores da freguesia, em um total de 3 contos de reis. Brazilico era o quarto filho do brigadeiro Tobias e da Marquesa de Santos, que também tinha vivido na freguesia, numa chácara no princípio da rua Alegria, posteriormente Ipiranga, entre 1829 e 1834, quando se muda para a famosa casa na rua do Carmo (JORGE, 1999: 99 e 101).

Como vemos, a conformação do bairro da Santa Ifigênia é marcada por conflitos estruturantes da formação do Brasil como nação, como a questão escravista, racial e da colonialidade. Quando se trata da demolição da Igreja do Rosário no Triângulo, e sua transferência para o largo do Paissandu, a questão da imagem pública sobre o bairro é analisada principalmente para pontuar um desprestígio da nova localização da Igreja da irmandade dos homens pretos, que “frequentemente vigorava na lista nos lugares ‘perigosos’ da cidade de São Paulo, devido os seus frequentadores – prostitutas, por exemplo.” (RIBEIRO, 2009: 78-79). Nas dinâmicas de ocupação e adensamento da ocupação do bairro, muitos elementos confrontam essa imagem de desprestígio da região. Então, afinal, como era a composição e a dinâmica urbana de Santa Ifigênia entre o final do século XIX e o início do século XX?

I.II. Formas de habitar a Santa Ifigênia: de palacetes a cortiços

Santa Ifigênia era um dos bairros mais densamente povoados da cidade em fins do século XIX, apesar das suas dimensões territoriais não serem extensas. A freguesia como um todo passou de aproximadamente 12 mil habitantes em 1886 a 43 mil habitantes em 1893 – cerca de 12 mil a mais do que a segunda freguesia mais

habitada, a do Brás (ANDRADE, 1991: 82).⁸⁸ Quando exploramos as dinâmicas de ocupação do bairro, vimos o cruzamento de agentes de distintas condições sociais e econômicas participando da urbanização do bairro, mas sem dúvida vemos uma presença marcante das elites da época no mercado de terras urbanas, inclusive em confronto constante com a população negra e sua ligação histórica com a região. Queremos abordar como isso se expressou na composição de ocupação mista, de funções e classes sociais, do bairro, buscando materializar a caracterização desse bairro e colocar em debate os estigmas gerados sobre ele, de “região perigosa” da cidade, ainda que, como exposto, a ocupação dessa região fosse plural, contando também com representantes das elites entre seus habitantes. Aliás, um estigma bastante difuso, já que os bairros centrais, como já indicado, não costumam ter um imaginário muito definido por serem especialmente difíceis de serem enquadrados nas categorias de “bairro operário” ou “bairro de elite”. Assim, é o caso da Santa Ifigênia, marcada pelo estigma de região “perigosa” da cidade, pelas características de sua população, por empreendimentos comerciais ligados à boemia, e pela presença de cortiços onde ocorreram epidemias. Mas como essas imagens sobre essa região não eram sempre articuladas, normalmente tratadas de maneira isolada, não tiveram a força de marcar no senso comum uma forte construção memorial sobre a constituição histórica deste bairro.

⁸⁸ Os distritos centrais mantiveram um crescimento relativamente proporcional ao todo, exceto o distrito de Santa Efigênia que, entre 1890 e 1893, registrou um aumento mais acentuado de sua população, passando de um quinto a um terço dos habitantes (CERASOLI, 2004: 74).

Figura 07 – Ladeira São João. Álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)



Fonte: Militão Augusto de Azevedo. Acervo IMS.

O registro de Militão no seu famoso álbum comparativo, retrata a ladeira São João vista desde o limite do Triângulo, em 1887, totalmente ocupada por edificações alinhadas que seguem no outro lado do ribeirão Anhangabaú. Na rua São João as construções seguem alinhadas apesar de menos verticalizadas – considerando também aqui que não necessariamente se verificasse a verticalização das construções bastante difundida no Triângulo nesse momento. O enquadramento constrói um discurso sobre a cidade do ponto de vista do fotógrafo.⁸⁹ Na imagem, fica acentuada a conexão continuada entre a Santa Ifigênia e a centralidade histórica, ou seja, o bairro não era parte da centralidade, como é hoje, mas não estava afastado como um arrabalde, configurando uma continuidade da cidade já claramente demarcada nas últimas décadas do século XIX. Mas essa cidade e essa urbanidade experimentada no final do século XIX na Santa Ifigênia deve ser matizada, pois o cotidiano seguia marcado, mesmo no Triângulo, por uma simultaneidade de sociabilidades e práticas que não se enquadram no imaginário de racionalização do uso do espaço urbano. No mesmo ano da morte de Mariana, outro atropelamento ocorreu nas ruas do bairro, dessa vez de uma criança de

⁸⁹ Ver em: LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1954)*. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP, 1997.

cerca de 2 anos, chamada Martha Amanda, que brincava com outras crianças na rua Triunpho, observando papagaios.⁹⁰ A criança morreu esmagada debaixo de carroça guiada pelo italiano Domingos Roberto, de 18 anos, carroceiro, solteiro, que morava no Bom Retiro e consta dos autos não saber ler nem escrever. Pelos depoimentos, várias pessoas acompanham o acidente, da porta de suas casas ou comércios, ou de passagem pela rua, e todas concluem que a criança se desequilibrou, acabou se embolando com os animais que puxavam a carroça e por fim foi esmagada pelo veículo, morrendo momentos depois.

Os dois casos trágicos de atropelamentos ao mesmo tempo que nos apresentam um bairro de grande circulação, local de passagem e ligação com a centralidade histórica, também nos permitem ver um cotidiano local de moradores que permaneciam nas portas de casas e comércios, que estabeleciam laços comunitários com vizinhos e clientes, fazendo da rua um espaço de sociabilidade. Crianças brincando na rua observando papagaios, perigos muito diferentes dos manejados no estigma sobre o bairro. Outro imaginário também poderia ter sido construído se o foco da observação sobre o bairro fossem seus sobrados e casarões: várias famílias das elites paulistas tiveram chácaras dentro da freguesia, e algumas delas também construíram para si moradias no bairro na segunda metade do século XIX e começo do século XX. O Escritório Ramos de Azevedo mantinha uma coleção de negativos com registros de suas obras e outras construções de interesse na cidade, em que se pode identificar algumas edificações desse tipo no bairro, como a residência de Emília Azevedo, na esquina da rua Guaianazes com Timbiras; a residência de Olívia Guedes Penteadó, na esquina da rua Conselheiro Nébias com a Duque de Caxias; a residência de Carlos Paes de Barros, na esquina da rua Santa Ifigênia com a Ipiranga. Há ainda um palacete localizado na rua Aurora, na parte da série referentes às construções na cidade de São Paulo, cuja a propriedade é atribuída à Baronesa de Jaraguá, o que não seria possível já que esta residiu em Maceió – e seu palacete naquela cidade não ficava localizado na rua Aurora.

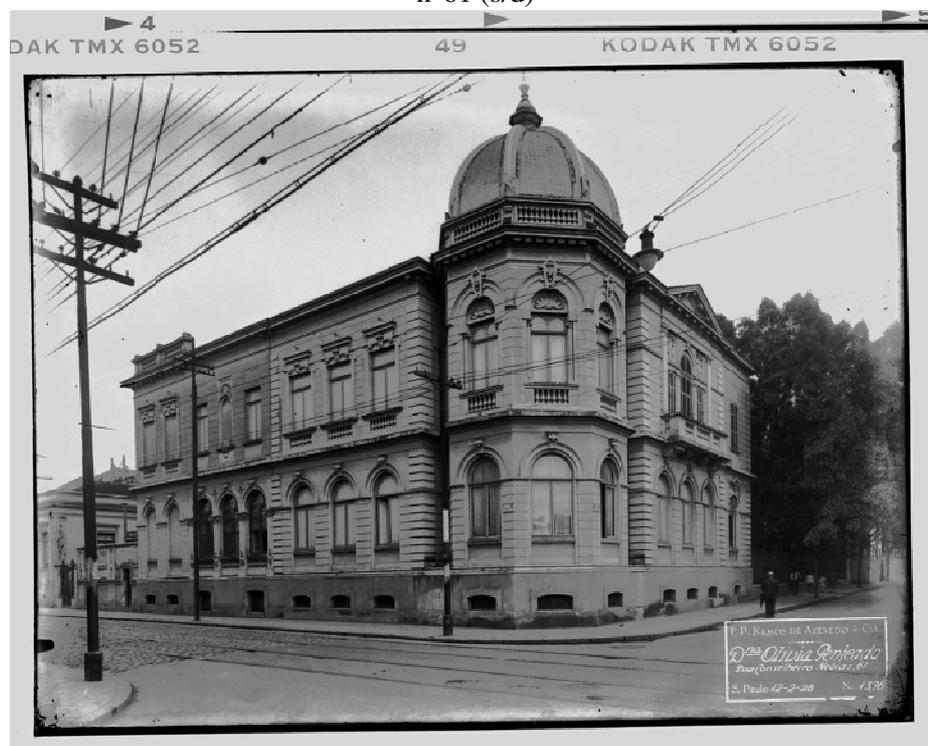
⁹⁰ A Justiça contra Domingos Roberto, 1893. Processo número 207, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Esse processo não havia passado por digitalização no sistema quando consultado, por isso a diferença da numeração de localização.

Figura 08 – Residência de Emília Azevedo – localizada na esquina da rua Guaianazes com rua Timbiras (s/d)



Fonte: Filme 265 negativo 197.1, notação Es_019_265_2. Fundo Ramos de Azevedo. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

Figura 09 – Residência de Olivia Guedes Penteadó – localizada na rua Conselheiro Nébias nº61 (s/d)



Fonte: Filme 221, negativo 212.1, notação Es_019_221_5. Fundo Ramos de Azevedo. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

Figura 10 – Residência de Carlos Paes de Barros – localizada na esquina da rua Santa Ifigênia com rua Ipiranga (s/d)



Fonte: Filme 270 negativo 174.1, notação Es_019_270_7. Fundo Ramos de Azevedo. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

Figura 11 – Proprietário não identificado – localizada na rua Aurora (s/d)

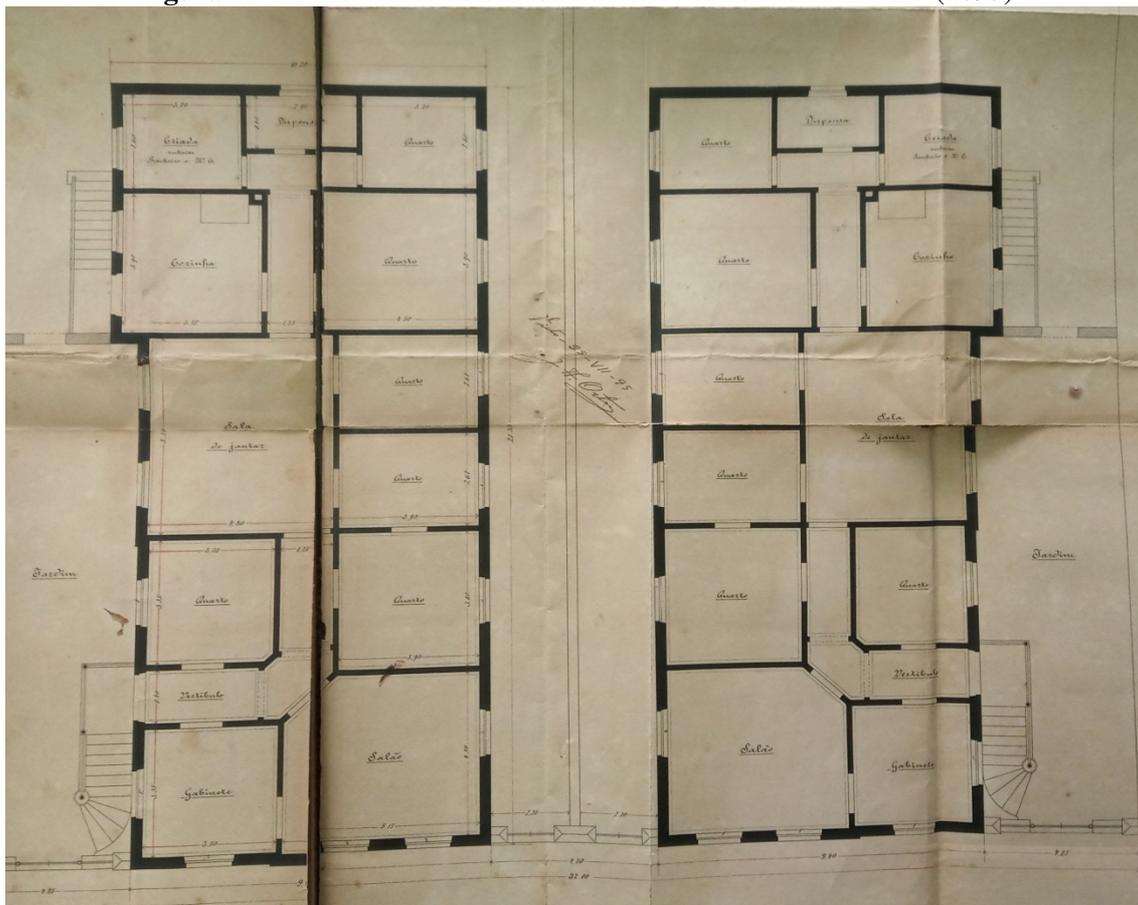


Fonte: Filme 268, negativo 194.1, notação Es_019_268_8. Fundo Ramos de Azevedo. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

Dentro da nossa amostragem consultada na SOP não encontramos diretamente as plantas desses palacetes e grandes sobrados, apesar de haver várias referências em pedidos de alinhamentos, já que até 1893 não era obrigatório anexar planta aos pedidos de construção e reforma e essas edificações são, em geral, anteriores a essa normativa. Mas nos pedidos encontramos alguns casos de edificações também de alto padrão, mesmo que não exatamente palacetes. É o caso do pedido de 1895 feito por Manoel Ferreira de Almeida para a rua Aurora, números 125 e 127, que propõe a construção de duas casas espalhadas.⁹¹ Na planta se vê duas casas iguais, com a mesma quantidade e distribuição de cômodos, que tem a fachada alinhada no lote, mas com recuos laterais e ao fundo do terreno, ou seja, apesar do alinhamento na calçada se tratava de edificações isoladas no lote. A entrada se dá por uma escada na lateral, que compõe e ornamenta a disposição da fachada, composta também por um jardim. A edificação é retangular, com cômodos lado a lado: da entrada se acessa o vestíbulo; por ele se acesa o gabinete e o salão, e os demais cômodos na sequência, sendo 2 quartos, 2 quartos menores e sala de jantar, quarto e cozinha, “quarto da creada” e dispensa. Abaixo, estão o banheiro e o W.C, separados do restante da casa. Como se nota tanto pela quantidade, como pelas funções dos cômodos, e sua distribuição no lote, este empreendimento imobiliário tinha um público de alto poder aquisitivo.

⁹¹ Arquivo Histórico de São Paulo (1895). Manoel Ferreira de Almeida. Rua Aurora, 125 e 127. Encadernado 1. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 12 – Planta anexa ao escritório de Manoel Ferreira de Almeida (1895)



Fonte: SOP/AHSP.

Todas essas habitações, de alto padrão como se pode apreender pelas fotografias que apresentam palacetes ou casarões grandes, muitas vezes isolados no lote, não nos parecem uma surpresa quando observamos os dados consolidados das SOP consultados para a essa pesquisa. Analisando os pedidos, há uma difusão grande da figura do “Interessado”, que em geral designava o responsável pela obra, construtor, engenheiro, arquiteto, empreiteiro, mas que poderia ser, especialmente nos casos anteriores a 1900, o próprio proprietário. Mas, nas poucas recorrências encontradas, considerando apenas os nomes com 4 pedidos ou mais, encontra-se justamente o escritório Ramos de Azevedo, principalmente com pedidos assinados pelo próprio engenheiro-arquiteto, com 20 SOP para a Santa Ifigênia no período aqui tratado, o dobro dos outros dois interessados recorrentes.

É bastante interessante observar que os três interessados de maior recorrência no universo de pedidos tratados nessa pesquisa apresentam a pluralidade de ocupação do bairro que estamos discutindo: Ramos de Azevedo, com 20 pedidos, um ícone da arquitetura eclética em São Paulo, responsável pela construção da maioria dos

grandes equipamentos públicos realizados em nosso recorte temporal. Constituíam um selo de distinção para as famílias que contratavam os serviços de seu escritório;⁹² José Kanz⁹³, como mostram os estudos de Pareto Jr. (2011; 2016), é um dos “Interessados” mais recorrente da SOP, com mais de mil pedidos assinados, dada sua condição de empreiteiro que articulava uma rede de pequenos e médios construtores, geralmente de casas térreas simples, armazéns ou cocheiras, voltados para as camadas médias e remediadas, mas que teve também diversos casos de negação de pedidos por suspeitas de aumento de cortiços; por fim, Carlos Milanese, construtor italiano, “prático-licenciado”, que atuou fortemente no mercado privado de construções durante o final do século XIX, com atuação destacada no Bexiga e na Santa Ifigênia e no século XX assume cargo junto à Secretaria de Obras quando se intitulava “architecto-constructor”. Foi, como Kanz, atuante num espectro amplo do mercado, que ia desde as camadas médias a habitações coletivas.⁹⁴

⁹² Ramos de Azevedo também diversificou seu capital para outras camadas da sociedade, mas em uma proporção menor, como na sociedade criada com o arquiteto português Ricardo Severo: “A Companhia Iniciadora Predial, fundada em 1908 por Ramos e Severo em sociedade com Frederico Vergueiro Steidel e Arnaldo Vieira de Carvalho, era uma espécie de banco de financiamento imobiliário que construía residências de aluguel e financiava a construção de residências particulares, destinadas à classe média ou àqueles que não poderiam pagar nem construir os requintados palacetes concebidos no Escritório Técnico.” In: MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. Coimbra; São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra; Anablume, 2012, p. 55.

⁹³ Pareto Jr. se debruça sobre os pedidos assinados por José Kanz na dissertação de mestrado (2011), em que analisou as recorrências de pedidos nas SOP para discutir a importância dos “práticos-licenciados” na construção civil em São Paulo no começo do século XX, usando como parâmetro a base SIRCA, portanto o universo de pedidos analisado por Pareto Jr. para tratar a atuação de Kanz vai de 1905 a 1914.

⁹⁴ Não há nenhum trabalho sistemático sobre a trajetória do construtor Carlos Milanese, apenas há algumas informações levantadas por Pareto Jr. (2011) no seu estudo sobre os “práticos-licenciados” na SOP: Carlos Milanese foi registrado como empreiteiro em 1896 passando posteriormente a se auto intitular “engenheiro-arquiteto” assim como outros construtores italianos. Em nosso levantamento ele só atua na Santa Ifigênia na década de 1890, sendo um dos três construtores mais recorrentes junto a José Kanz e Ramos de Azevedo. No entanto, no bairro da Liberdade, em que estava localizado seu escritório, na rua da Glória, não encontramos nenhum pedido assinado pelo construtor. Era um construtor também recorrente no bairro do Bixiga conforme levantamento de Schneck (2010: 94). Atuou também em escritório conjunto com seu compatriota Miguel Marzo, na Rua Libero Badaró, nº 17, “Milanese e Marzo Engenheiros-Architectos”. Nenhum dos dois possuía formação superior em engenharia e/ou arquitetura. Em 1897, aparece como arquiteto na “Secção Technica” da Intendência de Obras, o que gerou situações como aprovação de requerimentos com projetos e plantas de sua própria autoria. À sua atuação no poder público Pareto Jr. atribui sua queda de produtividade no mercado privado de obras em São Paulo.

Tabela 2 – Tabulação dos construtores/empreiteiros mais recorrentes nos pedidos da SOP consultados referentes ao bairro da Santa Ifigênia

Décadas	Construtor	Pedidos	Nome logradouros
1910	Alberto de Oliveira Coutinho	5	Rua Santa Ifigênia; Rua São João
1900 e 1910	Alexandre de Batista	4	Rua dos Gusmões; Rua Barão da Campinas; Rua Victoria;
1890	Carlos Milanese	9	Rua Santa Ifigenia; Alameda dos Andradas; Rua São João (av.)
1910	David Domingues Ferreira	5	Rua General Osório; Rua Aurora; Rua São João
1900 e 1910	Joaquim Andrade	4	Rua dos Guayanazes; Largo dos Guayanazes; Rua Aurora; Rua General Osório
1880 e 1890	José Fernandes Pinto	4	Rua Aurora; Rua Brigadeiro Tobias; Rua dos Tymbiras; Rua Aurora
1900 e 1910	José Kanz	9	Rua Aurora; Rua São João; Rua General Ozório; Ladeira de Santa Ifigênia; Rua Santa Ifigênia
1900 e 1910	Manoel Asson	6	Rua Santa Ifigênia; Rua São João; Rua Aurora
1880, 1890, 1900, 1910 e 1920	Ramos de Azevedo	20	Rua Santa Ifigênia; Largo de Santa Ifigênia; Rua Aurora; Rua dos Tymbiras; Rua São João; Alameda dos Bambus; Rua dos Guaianazes; Rua Conselheiro Nébias; Rua São João; Rua Victoria
1910	Samuel das Neves	4	Rua Aurora; Rua dos Guaianazes; Rua São João
1910 e 1920	Sante Bertolazzi	4	Rua Santa Ifigênia; Rua Aurora

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A oferta de lotes totalmente livres na Santa Ifigênia entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX não era vasta, assim a tendência dos pedidos na SOP nesse período é de adensamento de ocupação do lote, seja por construção em seu interior do lote, demolição para construção de imóvel maior, e também verticalização. É consideravelmente diferente da tendência que observamos em trabalho anterior, na Barra Funda onde, no mesmo período, os pedidos estavam concentrados em novas edificações em lotes vazios (BORIN, 2014) – tendência também notada em outros estudos acerca dos demais bairros centrais (SCHNECK, 2016; FERREIRA, 2017; REIS, 2017). A maioria dos pedidos que analisamos em nossa amostra se referem a construções para os setores médios e remediados da população, muitas vezes tratando-se de imóveis mistos, conjugando espaços comerciais e/ou de produção e moradias, e em geral abrigando mais de uma família/moradia por terreno.

Podiam ser moradias distintas compartilhando o mesmo lote em um uso intensivo dos lotes profundos, casas em série, e mesmo construções verticalizadas, mais frequentes a partir da segunda década do século XIX.

Alguns poucos eram exclusivamente comerciais, especialmente quando se tratavam de espaços produtivos, sendo um exemplo desse tipo de pedido o de construir uma espécie de centro comercial, de propriedade de Pedro Antonio Tripoli, constando da solicitação ser da responsabilidade do “architecto-constructor” Carlos Milanese.⁹⁵ A planta expunha a construção de um grande imóvel retangular, na Rua São João “passando o rio Anhangabahu” com a frente alinhada no lote mas com recuo nas duas laterais. Na fachada de 14m de largura, com seis portas fronteiriças, dividida na metade, dando acesso para dois grandes salões para negócios, com comprimento de 14,7m. Na sequência de cada um dos salões, quatro “quartos para negócios” iguais, nas dimensões 4,6m por 3,57m, com janelas voltadas para o recuo lateral, com acesso por corredor central, dimensões 4,6m por 3,57m. Na lateral direita da entrada, uma escada que dava acesso ao porão da construção, que foi descrito com cuidado pelo construtor já que se tratava de um pedido justo junto à várzea do rio – o construtor também se preocupou em localizar o lote no seu entorno, notadamente na sua relação com rio, caso raro na documentação consultada nessa pesquisa, acentuando os limites da propriedade com terrenos que pertenciam à Cia Antarctica.

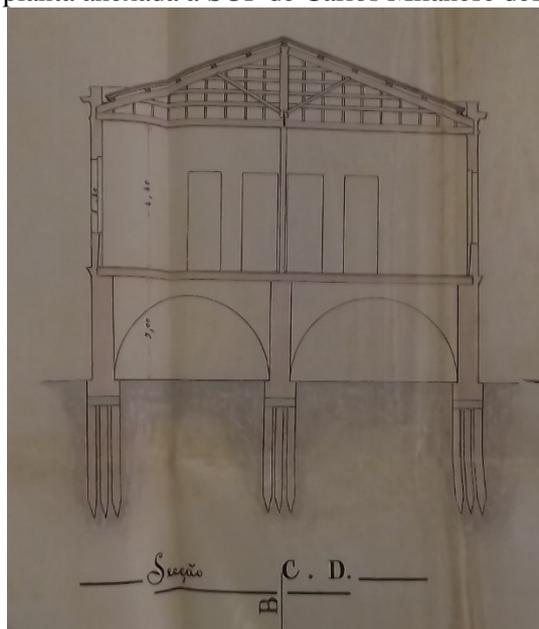
⁹⁵ Arquivo Histórico de São Paulo (1893). Carlos Milanese. Rua São João (av.). Encadernado 14. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 13 – Recorte da planta anexada a SOP de Carlos Milanese localizando a propriedade em relação ao ribeirão Anhangabaú (1893)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 14 – Recorte da planta anexada a SOP de Carlos Milanese destacando os porões (1893)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 15 – Recorte da planta anexada a SOP demonstrando a fachada. Assinada por Carlos Milanese (1893)



Fonte: SOP/AHSP.

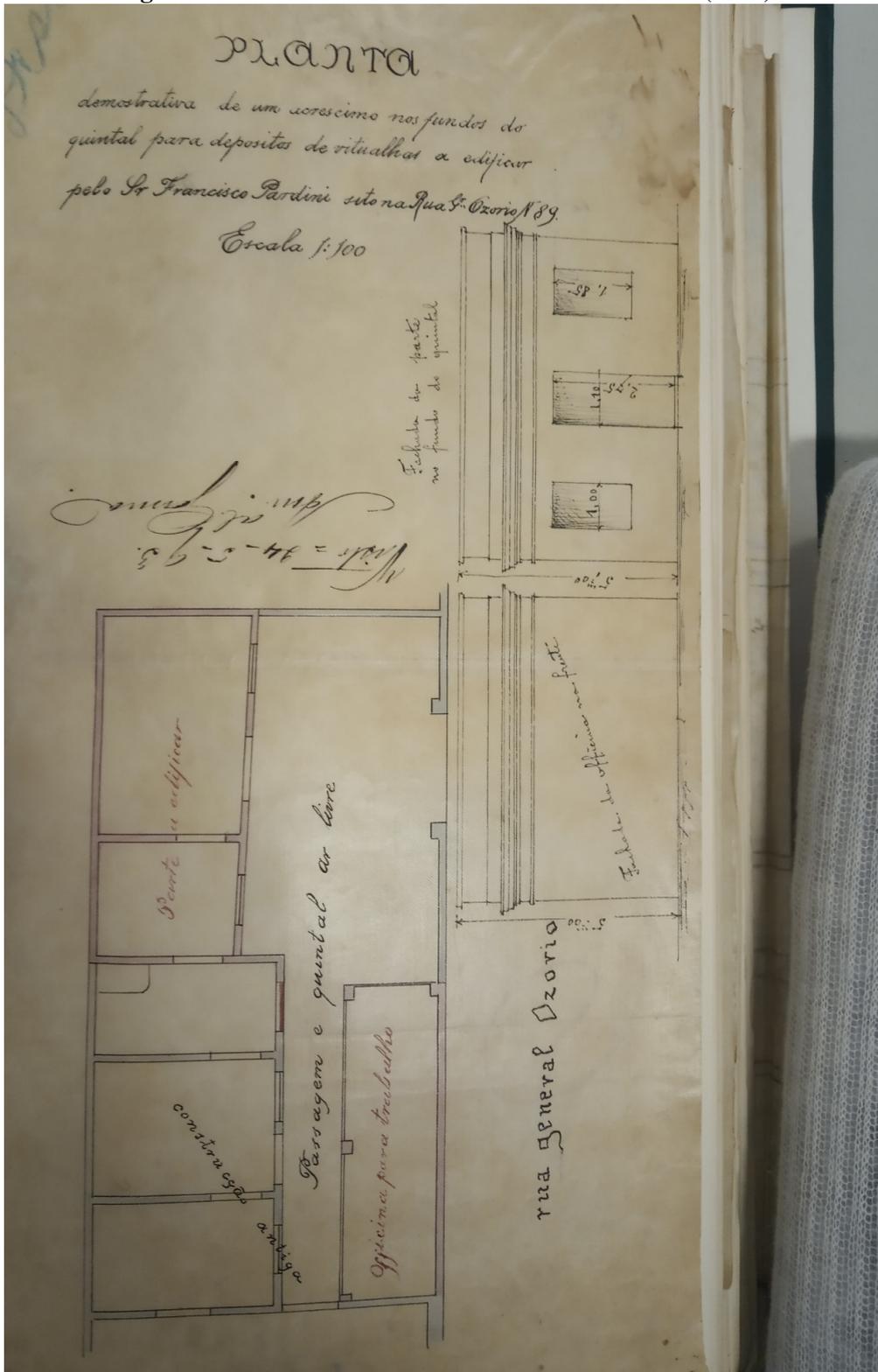
Pedidos como o de Francisco Pardini, realizado no mesmo ano de 1893, são do tipo mais comum em nossa amostra: o proprietário de edificação na rua General Osório n° 89 pedia para realizar uma ampliação em seu imóvel térreo, no interior do lote, para abrigar ao mesmo tempo sua moradia e oficina: do lado esquerdo estava a oficina de trabalho, do outro, três cômodos em formato corredor separados por um corredor que dava acesso ao quintal dos fundos, e na sequência desses cômodos pede para construir mais dois, para depósito de “vitualhas” – provisões de alimentos.⁹⁶ Ou o pedido para edificação de 3 casas em série, com 9 cômodos cada, incluindo “quarto para criada”, também do ano de 1893, na rua Guaianazes.⁹⁷ Carlos Milanese também era atuante na construção e reforma de edificações com funções mistas, como vemos no pedido que fez em nome do proprietário Eugênio Vambir, ainda no ano de 1893, em um caso bastante padrão dos imóveis mistos que encontramos nos pedidos do bairro: uma construção no padrão corredor, térreo, alinhado no lote, com o cômodo que dava para a rua com duas portas grandes, indicando o uso comercial, e um quintal ao fundo.⁹⁸ O pedido era de reforma e ampliação da edificação, para a construção de mais um cômodo no final da construção, de 5m de largura e 3,80m de comprimento (mesmas dimensões dos outros cômodos), que seria usada na sua maior parte para uma cozinha, sendo também construído um W.C. de 1,4m x 1,3m.

⁹⁶ Arquivo Histórico de São Paulo (1893). Francisco Pardini. Rua General Osório, 89. Encadernado 6. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

⁹⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1893). Interessado não identificado. Rua Guaianazes. Encadernado 6. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

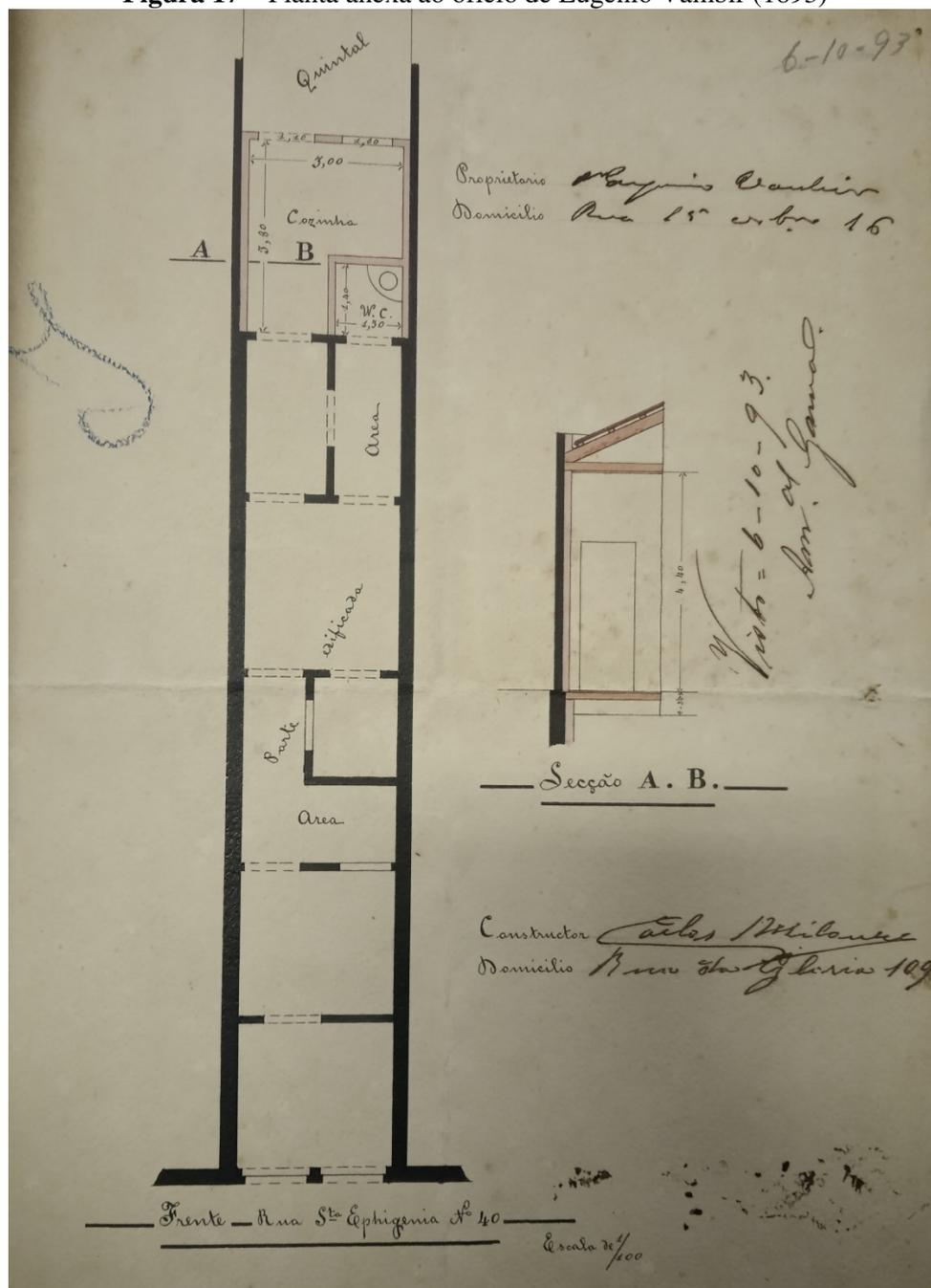
⁹⁸ Arquivo Histórico de São Paulo (1893). Eugênio Vambir. Rua Santa Ifigenia, 40. Encadernado 14. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 16 – Planta anexa ao officio de Francisco Pardini (1893)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 17 – Planta anexa ao ofício de Eugênio Vambir (1893)



Fonte: SOP/AHSP.

Como veremos na Parte II, o processo de adensamento de ocupação do bairro se deu utilizando o interior do lote para multiplicar o potencial construtivo e de rentabilidade da mesma propriedade, aumentando a oferta de moradia disponível. O mercado de aluguel do bairro tem uma alta participação de pequenos proprietários e investidores, uma tendência notada em outros bairros centrais no mesmo período, mas que também contava com grandes proprietários com participação bastante extensa nos negócios urbanos. É o caso de um pedido feito para a reforma de uma construção pré-

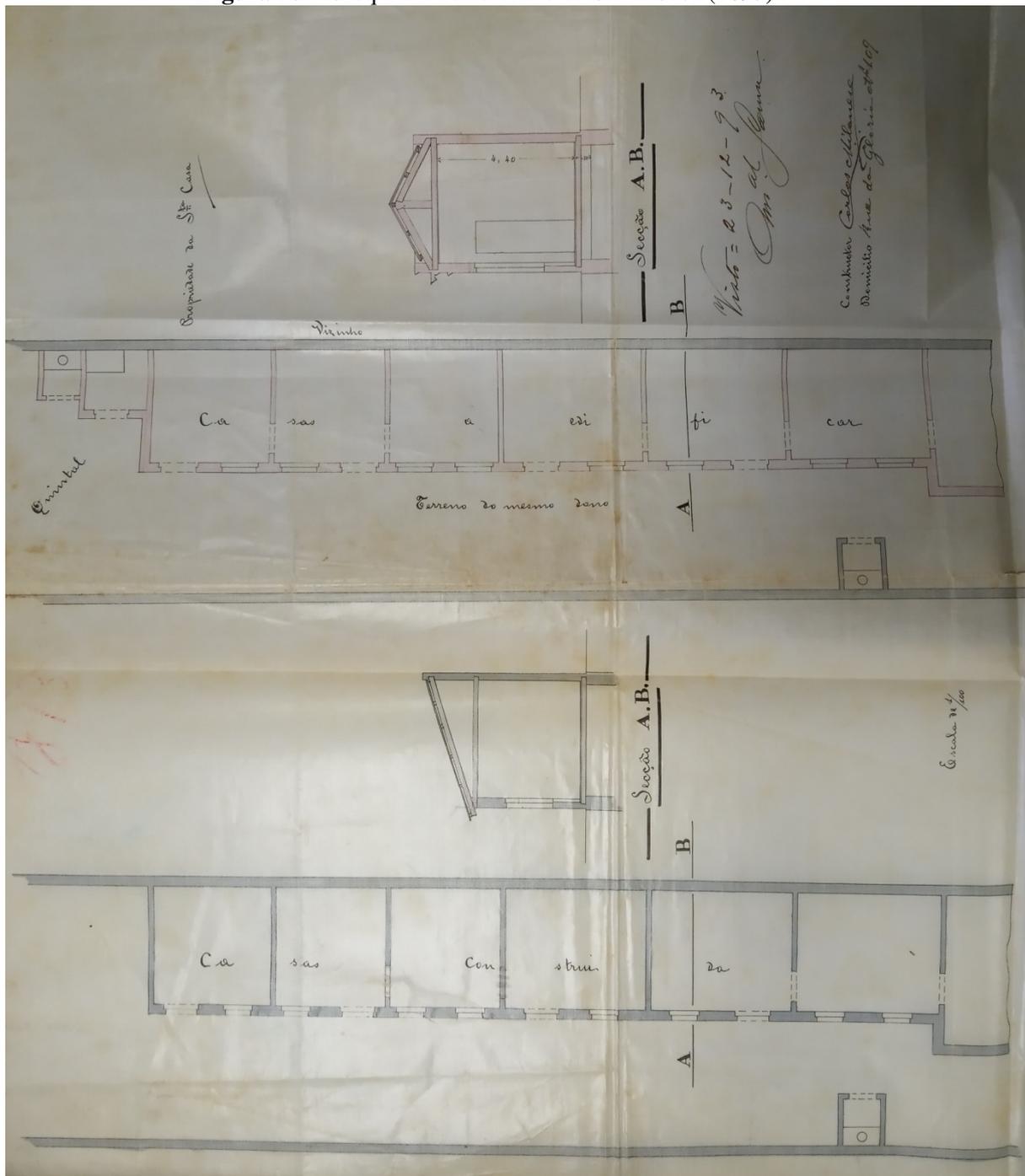
existente para transformá-la em duas casas de três cômodos no ano de 1893 na rua Santa Ifigênia⁹⁹, cuja proprietária é a Santa Casa.¹⁰⁰ A planta não especifica os usos anteriores da edificação – é uma construção no formato corredor, mas os cômodos não são interligados – e aparentemente constituíam quatro moradias independentes: duas de apenas um cômodo cada, duas de dois cômodos cada, sendo providas por uma latrina no quintal. Na nova disposição, os três cômodos finais e os três iniciais são interligados e uma nova latrina é construída, fazendo com que cada unidade disponha de uma latrina própria. As reformas indicam uma adequação às normas sanitárias, apesar de não estar em anexo nenhuma notificação – o que não exclui que a Santa Casa tenha sido notificada, pelas características da organização arquivística e de conservação dessa série, como discutimos na introdução. O responsável pela reforma da edificação da Santa Casa é também Carlos Milanese. No ano seguinte, 1894, na rua Santa Ifigênia n° 131, encontramos mais um caso de imóvel de uso misto, com um armazém no cômodo da frente alinhado no lote seguido por uma moradia em formato corredor, de propriedade de Antônio P. Souza, que seria reformada por Victorino de Souza Castro para ampliar os cômodos internos, os deixando na mesma dimensão – a casa era composta por dormitório, quarto, sala de jantar e cozinha com quintal ao fundo, e os cômodos eram ligados diretamente, com a ventilação realizada por corredor lateral.¹⁰¹

⁹⁹ Arquivo Histórico de São Paulo (1893). Ofício de Santa Casa. Rua Santa Ifigênia, 35. Encadernado 14. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹⁰⁰ Para uma abordagem da relação entre propriedade de terras urbanas e a questão eclesiástica em São Paulo ver: Bueno (2011; 2016).

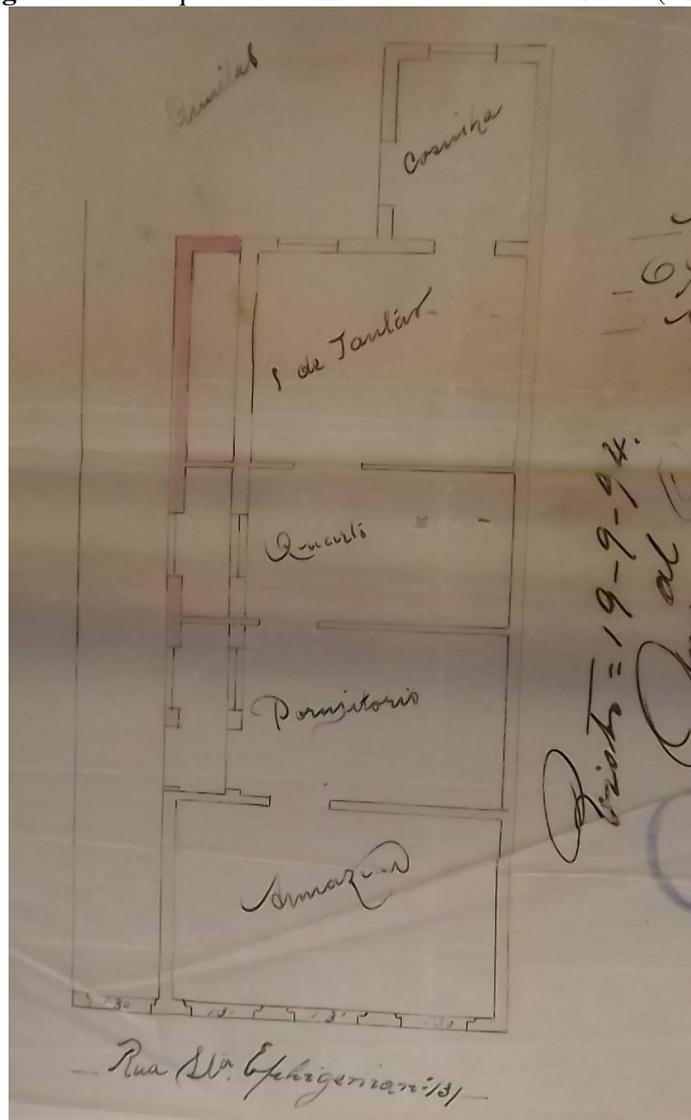
¹⁰¹ Arquivo Histórico de São Paulo (1894). Ofício de Antonio P. Souza. Rua Santa Ephigenia, 131. Encadernado 69. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 18 – Croqui anexo ao ofício de Santa Casa (1893)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 19 – Croqui anexo ao ofício de Antonio P. Souza (1894)



Fonte: SOP/AHSP.

A estrutura da casa dos barbeiros Francisco e Emilio Anatzzi, localizada na rua São João, que conhecemos por um auto crime aberto contra eles em 1895, parece ser do mesmo tipo de Antônio Souza.¹⁰² Nesse auto crime, podemos entender um pouco das dinâmicas proporcionadas por esse tipo de imóvel de uso misto no bairro, e também uma das facetas da sociabilidade do bairro tratada, em geral, só em historiografias específicas: os equipamentos culturais, a vida noturna e boemia. O auto crime começa com um exame de corpo-delito realizado em João Francisco de Souza, brasileiro, casado, 28 anos, empregado da polícia, residente à rua das Palmeiras n° 105, alfabetizado. No seu depoimento o guarda relata “que hoje as tres horas da tarde mais ou menos o declarante se achava no Moulin Rouge quando foi chamado pelo Doutor

¹⁰² A Justiça contra Francisco e Emilio Anatzzi, 1895. Processo número 024C0493 - 0027 - 0, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nacarato e pelo Capitão Alfredo Borda para auxiliar numa diligencia [...]”. A diligência era para verificar várias denúncias de que na barbearia dos AnatuZZi “jogavam a dinheiro diariamente” muitas pessoas criando algazarra, e quando os policiais chegaram ao endereço encontraram um grupo de doze pessoas jogando cartas em duas mesas em um “cômodo contíguo” à barbearia. Nesse momento, o guarda tentou retirar os baralhos das mesas, gerando assim a indignação dos irmãos proprietários da barbearia e uma luta física deles com as autoridades. Interrogado sobre o caso, Francisco, italiano natural de Argentano, 45 anos, casado, barbeiro residente na mesma casa de sua barbearia, alfabetizado, diz que “estava em sua casa quando entraram pessoas que disseram ser da polícia e tomaram seus baralhos”. Comparando os relatos, a versão mais recorrente, inclusive de Francisco, é que ao serem confrontados com as denúncias, Emílio se defendeu da abordagem policial com uma navalha para agredir João, mas com a qual feriu o doutor Nacarato, sendo João agredido com garrafadas, mas no fim conseguiu desarmar Emílio da navalha, sendo os dois AnatuZZi encaminhados à delegacia enquanto os demais evadiram-se.

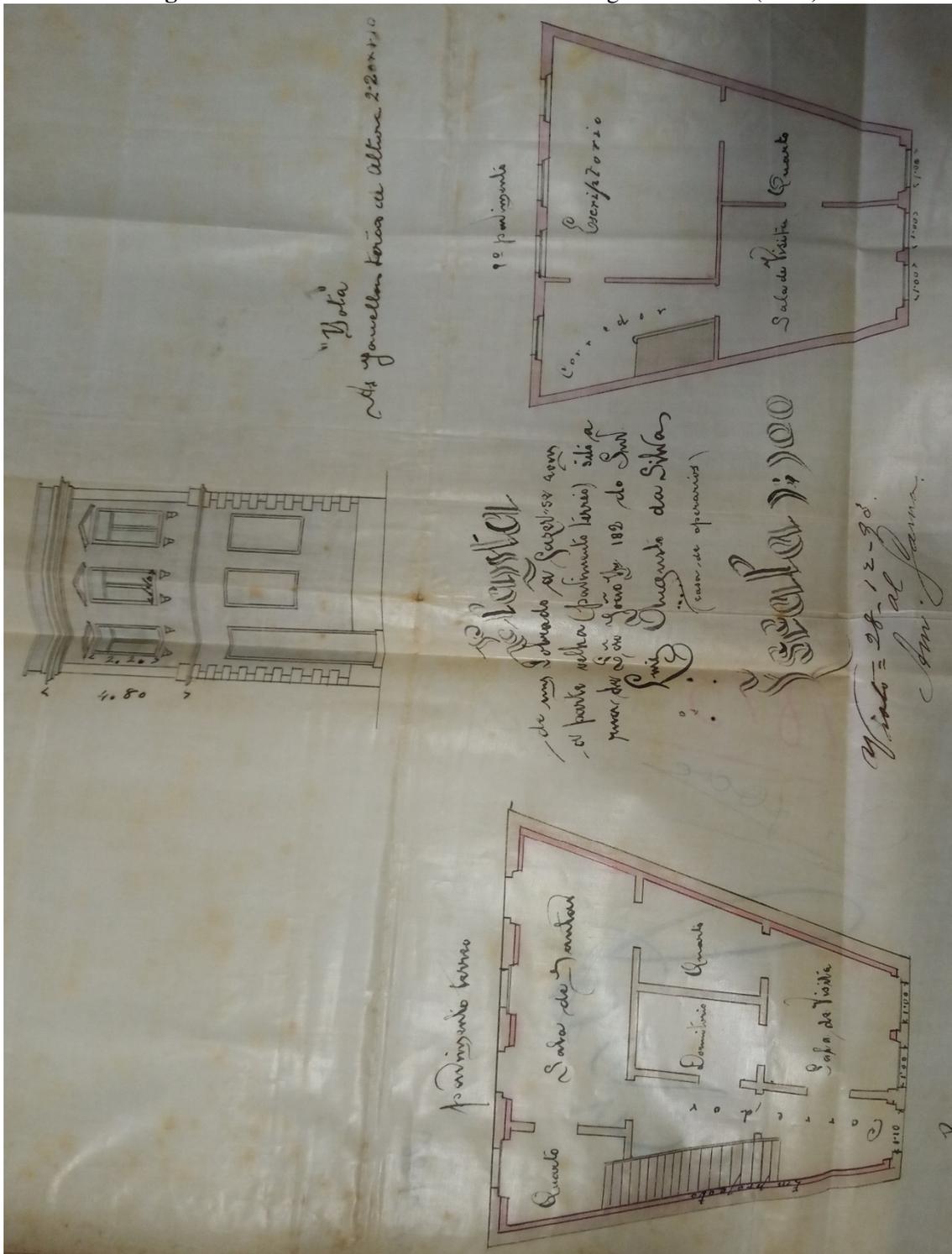
No processo constam três testemunhas, Miranda Paixão, brasileiro, 27 anos, solteiro, guarda-livros, residente na rua Conceição, que nos informa ser o nome da barbearia Salão Garibaldi, e que nela estava limpando suas botas pois era domingo, e assim presenciou os policiais saírem machucados da casa do acusado. O engraxate que realizava o serviço para Paixão era sírio, porém não sabemos o restante dos dados dele pois o processo está danificado pelo fogo, mas corrobora em geral a versão de Paixão. A outra testemunha, José Salgado Fernandes, espanhol, 36 anos, casado, negociante, residente à rua São João nº 73, alfabetizado, informa que estava na porta do seu estabelecimento quando ouviu barulho na “barbearia em frente ao mercadinho”, e depois viu a cena dos policiais feridos. O desenrolar do caso é curioso, já que os irmãos respondem em liberdade e não há qualquer menção a punição e a sustentação dos advogados de defesa é de que não havia provas suficientes para condenação. Aqui vemos as subversões nos usos prescritos para esses imóveis mistos, a convivência de estrangeiros de diversas origens, e menções constantes aos equipamentos de cultura e boemia do bairro, que conformam inclusive parte do imaginário da região como “perigosa”, da qual trataremos mais adiante.

Outro fator que compunha o imaginário de periculosidade do bairro se tratava da moradia para as camadas mais pobres da população, que em geral não tinham

muito que ver com o tipo de construção assinalado na SOP como “casas para operários”. Na planta anexa ao pedido de Luiz Augusto da Silva, de 1893, para a rua São João n° 182 está grafado “Casa de Operário”, no entanto, tratava-se de um sobrado de dois pavimentos, mesmo que com uma forma não muito convencional, já que a fachada é mais estreita e a construção vai alargando-se gradualmente em direção ao fundo.¹⁰³ A moradia era composta no térreo por sala de visita, uma alcova-dormitório, um quarto sem janela que parecia servir como corredor e um quarto com janela, além da sala de jantar, e no segundo pavimento escritório, sala de visita e quartos, com janela. Como se observa pela planta, só eram possíveis janelas na fachada e fundos da edificação, dado não haver recuo lateral nem pátio interno de iluminação e ventilação.

¹⁰³ Histórico de São Paulo (1893). Ofício de Luiz Augusto da Silva. Rua São João, 182. Encadernado 14. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 20 – Planta anexa ao ofício de Luiz Augusto da Silva (1893)



Fonte: SOP/AHSP.

Seriam o cumprimento ou não dos padrões sanitários o que determinava se uma construção era “casa operária” ou não? Essa planta, por exemplo, está em desacordo com o Padrão Municipal pela existência da alcova, como discutiremos na Parte II. Em 1894, um ano após o pedido de obra para Santa Casa, Milanese submete outro pedido para construção, dessa vez na alameda dos Andradas, em nome do

proprietário Antônio Pires de Carvalho.¹⁰⁴ No caso desse pedido, o adensamento reunia as três características que destacamos: previa a construção de dois sobrados com as fachadas alinhadas no lote, no qual a parte térrea seria destinada a “negócios” e a parte superior a moradias, e também a construção no interior do lote de quatro “casas para uso de operários”. Coadunam-se nesse pedido uso misto do imóvel, verticalização (ainda que modesta) e adensamento da ocupação utilizando a parte interna do lote, proporcionando que diferentes setores sociais o coabitassem. No mesmo ano, o empreiteiro João de Carvalho submete pedido para rua Santa Ephigenia n° 56, “desejando construir uma casa de operário no fundo do terreno da casa” pede aprovação da planta.¹⁰⁵ A denominação “casa operária” é um dos fatores comuns nesses quatro pedidos, mostrando um investimento tanto de pequenos, médios e grandes agentes dos negócios urbanos nessa fração do mercado.

Apesar do conceito de “casa operária” ser constantemente citado tanto nos documentos legislativos, executivos e como classificação de tipos de construção nos pedidos da SOP, ele não é estritamente definido. O termo aparece na sexta, e última, sessão do Padrão Municipal que tem como título “Cortiços, Casas de Operários e Cubículos”: dela constam 17 artigos em que as disposições apresentadas não são diferenciadas para os três tipos de habitação, mesmo que condições construtivas para cortiços já estivessem presentes no Código de Posturas de 1886 no artigo 20 do título II. A definição desse tipo de unidade urbana parece vinculada ao artigo 14 do Padrão, onde se estabelece que “cada habitação deverá ter pelo menos três cômodos e cada cômodo não poderá ter área menor de 7,00 m. + 50 metros quadrados”. Como veremos na Parte II, essa não é uma disposição estanque, pois as determinações das obrigações tanto no Código de Posturas quanto no Padrão Municipal não eram sistemáticas como foram organizadas por estudos posteriores, permitindo uma maleabilidade de interpretações que serão parte importante da relação dos agentes urbanos com essa legislação.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Arquivo Histórico de São Paulo (1894). Ofício de Antônio Pires de Carvalho. Alameda dos Andradas, 88. Encadernado 57. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹⁰⁵ Arquivo Histórico de São Paulo (1894). Ofício de João de Carvalho. Rua Santa Ephigenia, 56. Encadernado 69. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹⁰⁶ Nos referimos a diversos estudos que se baseiam em interpretações pontuais do trabalho de Raquel Rolnik, “A cidade e a lei”, simplificando a discussão da autora sobre a ambiguidade da legislação, e se fixando na sua defesa de que havia “duas cidades” em uma só: a central e suburbana, posteriormente periférica. Esse tipo de formulação, que localiza o Código de Posturas de 1886 como o princípio da institucionalização da segregação sócio espacial em São Paulo, tem sido utilizada por parte dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa de Teoria Urbana Crítica do Instituto de Estudos Avançados da USP,

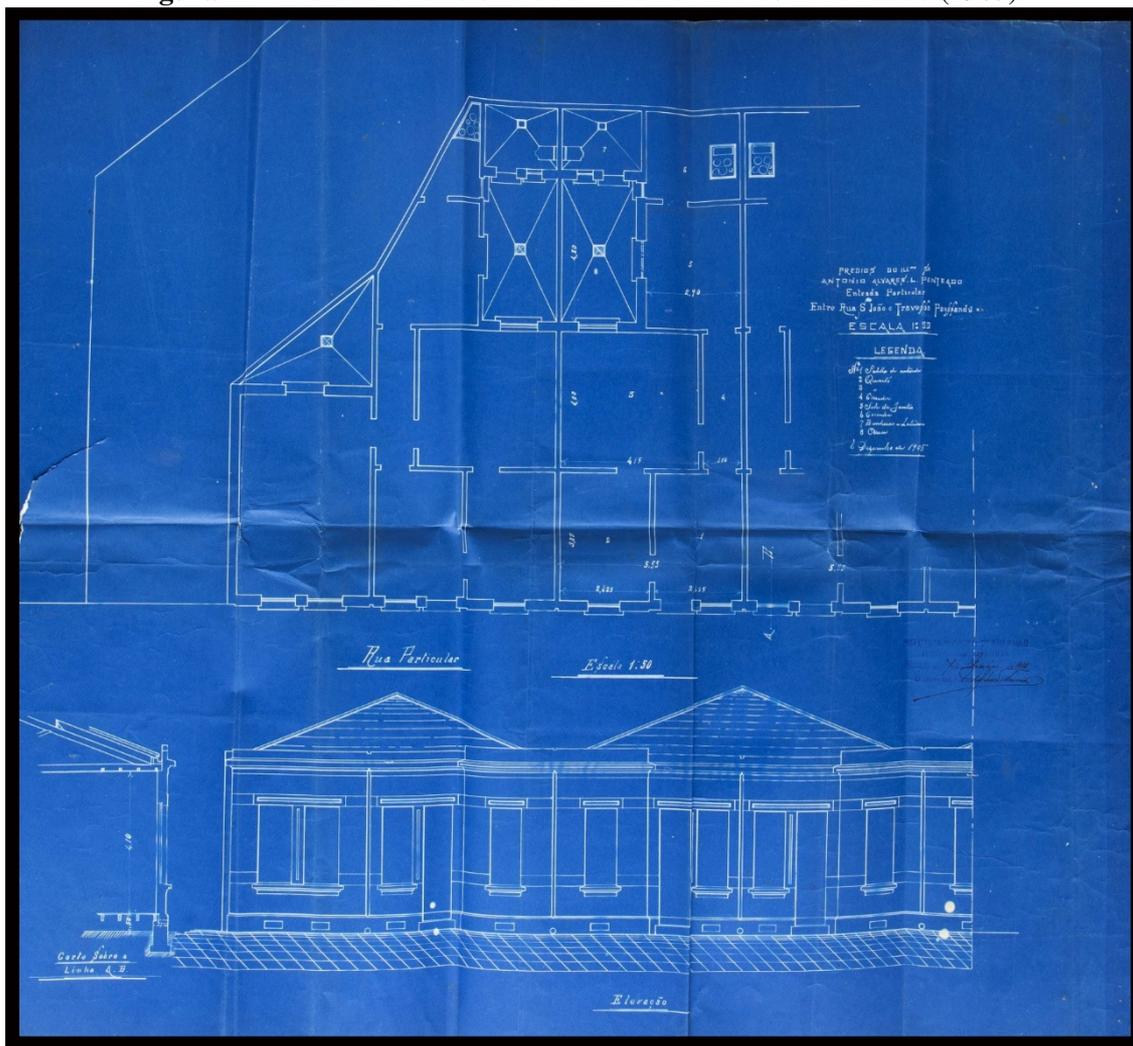
Assim, a definição mais geral de “casa de operário” como uma casa de três cômodos com uma área mínima e provida de insolação e ventilação parece ser o entendimento adotado pelos agentes que lidaram no cotidiano da construção na época, conformando um modelo de um tipo de habitação que não necessariamente era habitada por trabalhadores fabris.

Esse tipo de edificação estava sobretudo relacionado a uma habitação modesta, mas não empobrecida, como podemos ver nos pedidos para construção com essa “definição” em loteamentos que tinham a pretensão de serem exclusivos das elites. Em estudo sobre a ocupação da avenida Angélica, parte do loteamento de Higienópolis, Ferreira verificou que a maioria dos pedidos, desde o lançamento do loteamento até a lei que instituiu um recuo obrigatório para a construção, em 1898, eram para “casas operárias”, e que esse tipo de pedido volta a crescer após a revogação da lei do recuo, no período entre 1902 e 1905 (FERREIRA, 2017: 72). Edificações com esse tipo de denominação no pedido também foram notadas em estudo sobre o loteamento dos Campos Elíseos (MARINS, 2005). Denominação inclusive também utilizada em casos de casas com mais cômodos, apresentando padrões de habitação bastante confortáveis, como podemos ver no pedido realizado em 1905 para construção de “casas operárias” em uma rua particular no interior do lote de propriedade de Antonio Alvares Leite Penteado, o Conde Alvares Penteado, na rua São João com travessa Payssandú.¹⁰⁷ Na planta são apresentadas três casas em série com sete cômodos cada: saleta de entrada, dois quartos, corredor, sala de jantar, cozinha, banheiro e latrina. Como pode se ver na planta, o formato das casas é bem irregular, e a ventilação e a insolação são providas por janelas na fachada, que está no interior do lote, e outras que dão a um pátio interno compartilhado pelas casas.

grupo interdisciplinar que reúne professores e pesquisadores que se dedicam ao urbano de diversas unidades dessa instituição. Ver em: *A Venda de São Paulo como Política Pública: a Radicalização da Cidade como Negócio* <http://www.iea.usp.br/eventos/a-venda-de-sao-paulo>. Acessado em: 3 mai. 2019.

¹⁰⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Antonio Alvares L. Penteado. Rua São João e travessa Payssandú. Encadernado 14. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 21 – Planta anexa ao escritório de Antonio Alvares L. Penteadó (1905)



Dois elementos importantes nos debates que levaram à formulação da “questão urbana” durante todo o século XIX estão contidos no imaginário dessa definição de “casa operária”: a habitação salubre e ocupação unifamiliar, conjugando “higiene física” à “higiene social”.¹⁰⁸ A ausência de insolação e ventilação, aliada ao amontoamento de pessoas, foram se consolidando como problemas a serem combatidos na medida em que se reconhecia o vínculo entre problemas médicos e as condições insalubres das moradias da população trabalhadora (BRESCIANI, 2014: 86). A defesa das unidades de habitação unifamiliar tinha relação, portanto, com um imaginário de liberação de fluxos que tornaria as condições de moradia mais salubres para a população trabalhadora, e se coadunava com a busca da moralização dos hábitos dessa parcela da população – o compartilhamento de espaços de dormir por adultos que não compunham

¹⁰⁸ Não se trata de uma citação direta, por isso referenciamos aqui que essa reflexão partiu da leitura de Bresciani (BRESCIANI, 2014: 65-66).

uma família aparece como uma das principais preocupações nesse sentido (BRESCIANI, 2014: 86-87). A concepção de “casa operária” era então uma resposta a esse problema formulado durante o século XIX que ligava pobreza à insalubridade, e as condições de desconforto da habitação à imoralidade e à criminalidade da população mais pobre (BÉGUIN, 1991: 43):

As denúncias relativas às más condições das habitações da população pobre se multiplicam nos anos subseqüentes e entram pelo século XX sem que uma resposta adequada mereça uma clara e definitiva iniciativa do poder público ou dos empresários. O tripé pobreza-doenças-perigo social se afirma como base sobre a qual se organiza parte substancial das intervenções nas cidades e a preocupação em oferecer casas adequadas à população operária encontra ressonância simultânea às iniciativas sanitárias em equipamentos coletivos urbanos (BRESCIANI, 2014: 80).

No caso de São Paulo, a presença de habitações com a denominação de “casa operária”, implantando um padrão de moradia unifamiliar em bairros como Campos Elíseos e Higienópolis tem relação com as habitações coletivas não serem uma opção apenas para os setores mais pobres da sociedade no final do século XIX. Em estudo sobre o Bixiga, ao analisar especialmente a comunidade imigrante italiana, Lanna verifica a prática de habitar em moradias não unifamiliares inclusive por setores remediados e até entre “famílias abastadas ou comerciantes bem-sucedidos, como Mammana” que usava desse compartilhamento de moradia como estratégia de sobrevivência (LANNA, 2005: 123-125). O que apreendemos desse processo é que os esforços do poder público para incentivar a construção de casas baratas e higiênicas teve, ao menos nos primeiros momentos, impacto ao proporcionar essa oferta de moradia para setores remediados, com renda mais estável, pois incorporados a regimes de trabalho regulares, o que nos leva a pensar o quanto é fundamental para esse momento histórico as relações entre trabalhadores regulares e jornaleiros.

Sem dúvida, na questão da habitação salubre para os trabalhadores estavam em choque, simultaneamente, dois interesses complementares e conflitantes das elites: se as condições das moradias coletivas insalubres permitiam uma maior rentabilidade dos proprietários, elas aumentavam os gastos com a reprodução da força de trabalho e podiam reduzir sua oferta – não só pelas doenças, ausências temporárias ao trabalho, mas também porque garantiam formas de sobrevivências mais baratas e instáveis que possibilitavam aos trabalhadores não se submeterem a um regime de trabalho regular

(DECCA, 2013; PERROT, 2007; TOPALOV, 1996). Como vimos em algumas da SOP aqui apresentadas, o mesmo agente reproduzia capital simultaneamente nas duas atividades, como o caso exemplar do Conde Álvares Penteado. As disputas em torno da oferta de moradias coletivas no bairro são tratadas na documentação mais estudada sobre o bairro, “Relatório de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços de Sta. Ephigenia”.

I.III - “Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no Districto de Sta. Ephigenia (1893)”: os usos políticos da investigação científica sobre o adensamento urbano

A morte de Mariana e vários dos pedidos SOP apresentados aqui se passam em 1893, mesmo ano em que Santa Ifigênia enfrenta uma epidemia de febre amarela,¹⁰⁹ que apesar de ter poucas vítimas fatais, acomete o bairro por cerca de dois meses.¹¹⁰ Uma das formas de conter a epidemia e evitar futuras ocorrências foi a realização de um estudo sobre as condições da moradia dos trabalhadores no bairro, intitulado “Relatório de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços de Sta. Ephigenia”. A equipe que visitou as moradias concentrou esforços no foco epidêmico da cidade: as moradias coletivas. O bairro é descrito no relatório quase como um cenário apocalíptico, onde estaria representado todo o atraso de São Paulo, ocupado em grande parte por “habitações comuns, estalagens, cortiços, hotéis de 3^a ou 4^a ordem, casas de dormida, prédios transformados em hospedaria, vendas e tascas, quasi todas com aposentos no fundo para aluguel”.¹¹¹ O relatório nos permite conhecer várias formas de habitações coletivas no bairro, ocupadas especialmente por famílias imigrantes de diversas nacionalidades e brasileiros solteiros.

¹⁰⁹ As epidemias de febre amarela fazem parte do imaginário das últimas décadas do Império e primeiras décadas da República em todo país. Cidades importantes no cenário político-econômico de então, como Campinas e Rio de Janeiro, se viram fortemente afetadas. Campinas sofreu um expressivo decréscimo da sua população, causado tanto pelas mortes como pela população que deixou a cidade em fuga da doença, enquanto o Rio de Janeiro, capital nacional, passou por reformas urbanas e vacinações compulsórias (BENCHIMOL, 1992; MARTINS, 2015). Em ambos os casos, esses impactos das epidemias influenciaram de modo expressivo no fazer urbano dessas localidades. A capital paulista não enfrentou epidemias tão severas de febre amarela como as sofridas nas regiões litorâneas e no oeste paulista. Apesar de enfrentar a doença mais de uma vez, o nível de letalidade foi baixo, quando comparado a outras doenças, como a pandemia de gripe espanhola que se estendeu de 1918 a 1920 (BERTOLLI FILHO, 2003).

¹¹⁰ Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no Districto de Sta. Ephigenia – 1893., Edição Fac-simile: CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarianismo e urbanização* (1893). São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2010.

¹¹¹ IDEM, pp. 94-95.

Como o foco da Comissão era proceder a uma análise pormenorizada do interior das unidades habitacionais da população pobre, para isso se produziu uma categorização dos tipos de habitação: *cortiços*, definidos como habitações acessadas através de um corredor que leva ao interior da quadra; *casinhas*, definidas como prédios independentes com entrada pela via pública; *hotel-cortiço*, usados especialmente por operários solteiros que dividiam vagas em quartos; e *prédios de sobrados*, definidos como construções adaptadas e subdivididas. Há ainda dois tipos apontados pela Comissão como submoradias, com condições ainda mais preocupantes, que são as vendas com aposentos alugados nos fundos dos comércios e os cortiços improvisados, de tábuas de zinco, nos fundos de depósitos comerciais de madeira e materiais de construção, ou nos canteiros de obras, estábulos ou cocheiras (RODRIGUES, 2010: 82). A comissão identifica 60 construções desse tipo na área designada para a inspeção, onde residiam 1.320 pessoas. A quantidade de moradores, que em várias habitações excede a ocupação máxima determinada pela legislação da época, é apontada pela comissão como subestimada, afirmando que seriam necessárias visitas da polícia noturna para saber o real número de ocupantes dos quartos. Mais um caso que reflete, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência desses moradores enfrentando condições insalubres de moradia que garantiam altos lucros a especuladores urbanos em disputa com a regulação do poder público.

Uma das práticas mais condenadas pela Comissão mostra uma das dissonâncias da São Paulo em rápida *modernização*: em um cortiço onde se registrou três casos de febre amarela, funcionava uma oficina de ferreiro na frente e no fundo havia um galinheiro; para o qual também foi prescrita a demolição;¹¹² na rua General Osório também se alugava um cômodo que ficava em cima do galinheiro, igualmente condenado pela Comissão.¹¹³ Os casos se repetem em sequência: a francesa Madame Olivier, mantinha na rua Santa Ifigênia, junto à venda, uma pensão, e na área dos fundos também mantinha um galinheiro cuja demolição foi ordenada;¹¹⁴ na ficha 49, é descrito um cortiço de propriedade de Carlos Gilardi, o maior proprietário de cortiços do bairro, que além de não fornecer a água encanada e usar iluminação por querosene, isto apesar do bairro já ser provido de encanamento e luz elétrica, ainda possuía um galinheiro ao

¹¹² Ficha n° 24. CORDEIRO, op. cit., p. 140.

¹¹³ Ficha n° 13. CORDEIRO, op. cit., p. 129.

¹¹⁴ Ficha n° 42. CORDEIRO, op. cit., p.158.

lado da latrina na área livre, que a comissão manda demolir.¹¹⁵ Vemos aqui mais um caso em que a estratégia de sobrevivência se apresenta também como um fator de insalubridade que atinge a vida da população mais pobre. A criação de animais é registrada com preocupação no Código Sanitário, publicado no ano posterior ao Relatório e produto deste, onde são determinadas a proibição da criação de porcos dentro do perímetro urbano, e quanto à criação de outros tipos de animais é indicado que não está permitida a “aglomeração excessiva” mesmo quando de “aves domésticas”.¹¹⁶

Carlos Gilardi é um agente destacado no Relatório, em que são identificadas mais de 20 propriedades suas com características de moradias coletivas investigadas pela Comissão, a maioria delas localizada nas zonas mais insalubres do bairro. Entre as 288 pessoas, ao menos, que viviam em imóveis insalubres e superlotados de sua propriedade, estavam italianos, brasileiros, espanhóis, alemães, poloneses (referidos nas fichas como “polaco”), portugueses e dinamarqueses.

Tabela 3 – Tabulação das fichas que analisam propriedades de Carlos Gilardi no Relatório

Ficha nº	Tipo de construção	Logradouro	População estimada
3	5 casinhas	Rua General Osório nº28-36	36 pessoas
4	3 casinhas	Rua General Osório nº38-42	16 pessoas
5	8 casinhas	Rua General Osório nº31-45	44 pessoas
6	1 cortiço	Rua General Osório nº44	41 pessoas
7	5 casinhas	Rua General Osório nº47-55	25 pessoas
23	1 cortiço	Rua dos Gusmões nº70	Interditado ¹¹⁷
48	6 casinhas	Rua Santa Ifigênia nº130-142	42 pessoas
49	1 cortiço	Rua Santa Ifigênia nº144	57 pessoas
50	7 casinhas	Rua Santa Ifigênia nº146-158	27 pessoas

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

¹¹⁵ Ficha nº 49. CORDEIRO, op. cit., p.165.

¹¹⁶ São Paulo (1894) Decreto n. 233 de 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário do Estado de São Paulo.

¹¹⁷ Estava interditado e sem moradores justamente por ser uma das propriedades em que ocorreu um óbito por febre amarela.

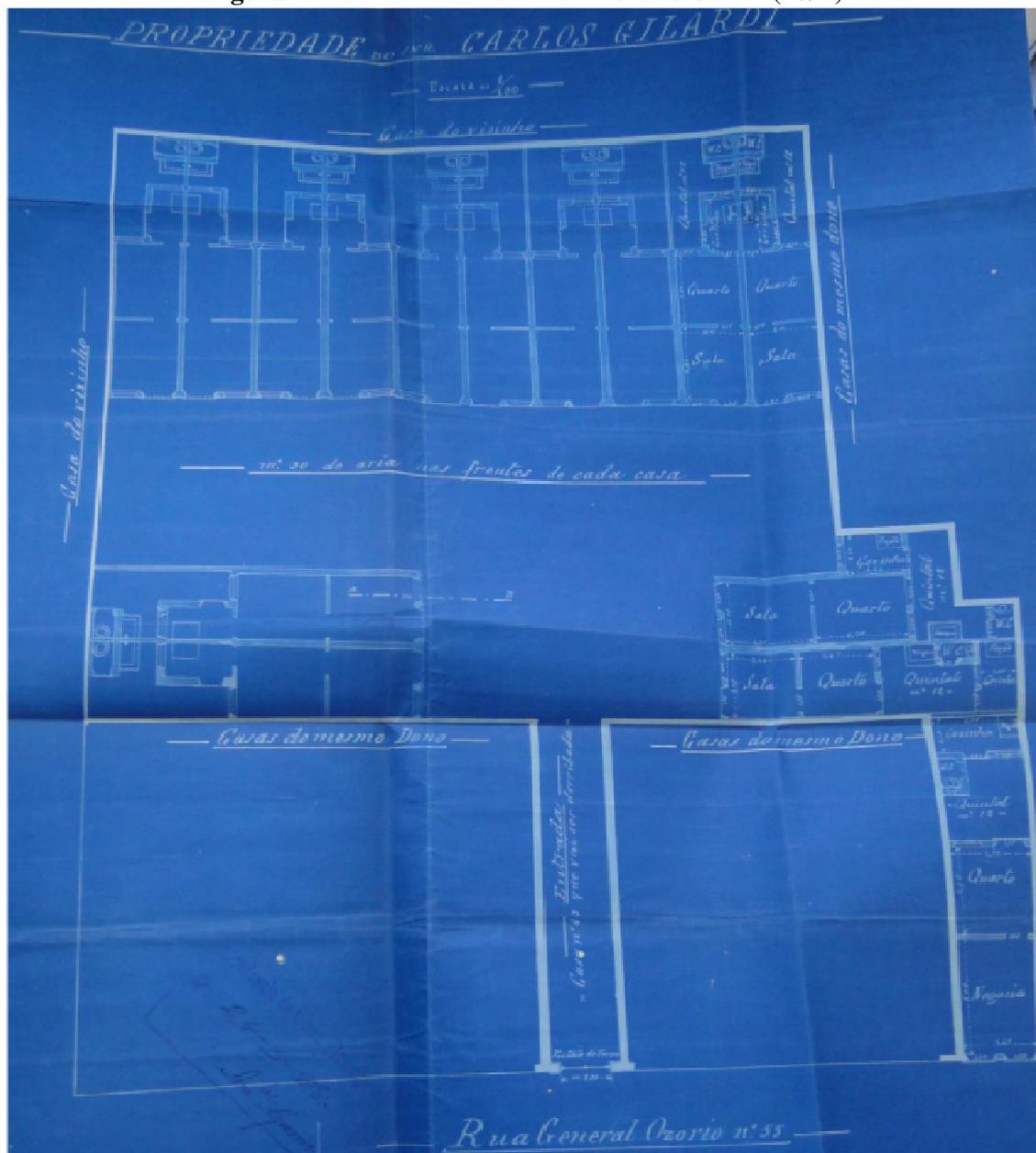
O pedido de Gilardi mais antigo dentro do nosso período é de 1888, onde pede alinhamento para a “edificar umas casas” na rua Santa Ifigênia n° 40, para o qual não apresenta planta pois ainda não estava estabelecida a obrigatoriedade.¹¹⁸ Um ano antes da inspeção, 1892, Gilardi submete novo pedido através do construtor Francisco Garcia Franco, agora para a rua General Osório esquina com a rua Santa Ifigênia, para reforma e ampliação de uma propriedade de 6 cômodos.¹¹⁹ A reforma propunha ampliar o maior cômodo, que fica exatamente na esquina, os outros cômodos são de tamanho diminutos, sem conexão interna, sendo acessados diretamente ou pelo quintal interno ou pela rua General Osório, se tratando provavelmente de quatinhos de aluguel. A rua General Osório concentrava investimentos importantes de Gilardi, como constatou Vanessa Lima em estudo comparativo entre suas propriedades identificadas nas fichas e pedidos de seu interesse na SOP. Em 1898, esse investidor busca aprovação para algumas reformas em suas propriedades, uma delas na rua General Osório n° 55.¹²⁰ Alegou que a casa que fica no alinhamento será demolida e transformada em um portão para dar acesso ao interior do lote onde seriam construídas quatorze “casas operárias”, todas no padrão de três cômodos e com latrinas individuais, em um lote todo ocupado por outras edificações do mesmo proprietário:

¹¹⁸ Arquivo Histórico de São Paulo (1888). Ofício de Carlo Gilardi. Rua Santa Ifigênia, 40. Encadernado 30. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹¹⁹ Arquivo Histórico de São Paulo (1892). Ofício de Carlo Gilardi. Rua General Osório esquina com rua Santa Ifigênia. Encadernado 6. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹²⁰ Arquivo Histórico de São Paulo (1898). Ofício de Carlo Gilardi. Rua General Osório, 55. Encadernado 200. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 22 – Planta anexa a ofício de Carlos Gilardi (1892)



Fonte: SOP/AHSP.

O pedido para a construção da vila de casas no interior do lote é aprovado. No mesmo ano, dessa vez na rua dos Gusmões n° 70, Gilardi pede aprovação para a construção de um armazém, no mesmo endereço em que funcionava um cortiço onde morava uma das vítimas fatais da epidemia.¹²¹ No relatório é prescrita uma série de reformas, mas como vemos pela continuidade das atividades de Gilardi isso não significou desistir da oferta desse tipo de moradia no bairro ou penalizou

¹²¹ Arquivo Histórico de São Paulo (1898). Ofício de Carlo Gilardi. Rua General Osório, 70. Encadernado 201. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

financeiramente seus investidores de modo que impossibilitasse a continuidade desse tipo de investimento.

Não temos muitos elementos para conhecer o início dos investimentos de Carlo Gilardi como agente urbano, mas sabemos que seus rendimentos com negócios como proprietário e locador atingiram patamares vultuosos. Gilardi nasceu em Turin, hoje norte da Itália, em 1842, e lá tinha como ocupação ser “fattore” em uma propriedade agrícola nas imediações da cidade, migrando para o Uruguai com sua primeira esposa, Rosa Gilardi, onde tem seu primeiro filho, Luigi Gilardi, em 1872.¹²² Com o falecimento da sua esposa, se casa novamente com Giuseppina Gilardi, com quem tem o segundo filho, Adriano Giovanni Gilardi, que nasce em São Paulo em 1890. Na década de 1880 já está em São Paulo envolvido com seus negócios imobiliários, como podemos constatar pelo seu nome da lista dos proprietários que deveriam pagar o “Imposto de muros” referentes aos períodos 1881-1882 e 1882-1883 – sendo taxado por 2 metros de propriedade de “muros” na Rua dos Gusmões e 105 metros na Rua General Ozório, onde estava o foco de sua propriedade – sem esquecer, nesse caso, que o imposto sobre fachadas e muros não incidia diretamente sobre o principal negócio manejado por Gilardi, o adensamento da ocupação no interior de lotes.¹²³ No ano de 1883, assina com outros 50 proprietários de cortiços da cidade um pedido à Assembleia Provincial para rever o aumento de impostos sobre cortiços, que havia dobrado nesse ano, indicando, portanto, que já estava bem integrado à dinâmica dos negócios urbanos da cidade e criado uma rede com outros investidores no mercado de aluguéis.¹²⁴ Gilardi por fim regressa a Turin, onde falece em 1911, seu primogênito ficou encarregado dos negócios da família, porém falece poucos anos após o pai, em 1916.

¹²² Nas definições de dicionários de italianos: “[...] Altra definizione di fattore è in agricoltura, persona addetta alla gestione o alla direzione di un’azienda agricola; fattóre s. m. [lat. factor -ōris, der. di facēre, part. pass. factus] – 2. a. Direttore di un’azienda agricola (per esteso, f. di campagna), giuridicamente considerato impiegato dirigente e «locatore di opere», investito di una rappresentanza stabile del proprietario dell’azienda nei confronti dei terzi. Il femm., in questa accezione, è fattóra o fattoréssa, che può anche voler dire la moglie del fattore: non sapevan più come fare a distrigarsi dall’interrogazioni pressanti della fattoressa (Manzoni)”. Assim, entende-se que Carlo Gilardi antes de imigrar não era o proprietário agrícola, mas cumpria a função de feitor/senhorio, administrando e coordenando a produção e os trabalhadores de uma propriedade localizada na Strada Vaipiana, sendo provável, portanto, ter chegado com capital acumulado para fazer investimentos. O trabalho genealógico da família Gilardi foi realizado por um trineto de Carlo Gilardi, que faleceu recentemente, 2018, na Escócia, depois de passar toda a vida em Nova York, Bruce Raymond Gilardi – que, como vários dos homens da família, também era engenheiro de formação.

¹²³ Acervo Museu Paulista. Ficha manuscrita de Aguirra com imposto sobre muros de 1881 a 1883 referente a rua dos Gusmões. Série Inventários. Arquivo Aguirra.

¹²⁴ Arquivo Histórico de São Paulo (1883). Coleção Papéis avulsos. Volume 396.

No Arquivo Aguirra, há três fichas referentes aos desdobramentos das propriedades dos Gilardis pós falecimento do patriarca e de seu primogênito: uma de 1923, em que Attila Gilardi, filho primogênito de Luigi, outorga o uso de propriedades a Elvira Maria Alten, mencionando propriedades em rua Santa Ifigênia n° 198, 116 e 118, rua General Osório n° 128, 55 e 57, 43; curioso nesse caso é que esse nome é o nome de solteira de Elvira, casada com o próprio Attila, assumindo seu sobrenome – a ficha está quase impossível de ler pela caligrafia e por ser majoritariamente composta por abreviações, assim não é possível entender bem o que esses proprietários estavam fazendo com esse movimento dentro de suas próprias propriedades. Em 1931, consta Attila ter uma propriedade na rua Santa Ifigênia n° 170 penhorada a pedido de Domiciana Rubião Salles, na qual também são citadas propriedades na rua General Osório já que deve se tratar de partilha e uso do interior do lote; em 1933, Attila Gilardi e sua esposa, Elvira A. Gilardi, aparecem como vendedores de uma propriedade localizada na rua General Osório n° 55, para Primo Fuzzini e Angelina Gilardi Fuzzini, irmã de Attila, no que parece ser uma transação de repartição de herança, já que em um dos poucos trechos legíveis da ficha diz “bens deixados por Giovanni Luiz Gilardi” – não há traços desse nome dentro da genealogia disponível sobre a família. Como vemos, até pelo menos a década de 1930 a família continua em propriedade de parte considerável do patrimônio acumulado no bairro por Carlos Gilardi.

O filho mais novo do patriarca piemontês, que assume o nome de Adrian John Gilardi, quando Giuseppina, sua mãe, falece, é enviado ainda criança à Itália para estudar, ingressando posteriormente no prestigioso instituto politécnico de Zurique, ETH, como estudante de arquitetura, onde, porém, conclui a carreira de engenheiro civil, atuando profissionalmente na área nos EUA até sua morte, em 1974. Como vimos pelo tipo de atuação de Carlo ainda em Turim, é provável que este já tenha chegado na América do Sul com um capital acumulado que possibilitou seus investimentos. Mas é notável que a destinação desse capital para a exploração do mercado de aluguel para a população pauperizada em São Paulo, sua atividade principal já que se identificava publicamente como “proprietário”, permitiu a reprodução de capital para manter esse nível de vida para sua prole.¹²⁵

¹²⁵ A tendência da prole desses agentes urbanos, como construtores ou proprietários, seguirem no mesmo campo de atuação segue aqui contornos não tão comuns, na formação de um engenheiro civil para o mercado internacional.

Figura 23 – Ficha do Arquivo Aguirra localizando pagamento de impostos sobre muros na província de São Paulo (1881-1883)

Rua dos Gusmões		1881-1882	1882-1883
IMPOSTO DE MUROS (C. MUNICIPAL 2500 O METRO)			
J. Luis de Azevedo (Bispo)	50 mt	2500	
Pedro Litoria	15	750	
José Gonçalves Pereira Junior	32.70	16350	
Rodrigues Alves Pereira Co.	107	53500	
Miguel Santos Marques	3	150	
Ana Soares Ribeiro	25	1250	
José Joaquim Carlos Cruz	61	3050	
Jacques Norton	46.50	23250	
Manoel Benedito	10	500	
Antônio Guimarães Pereira	6.60	330	
Margarita Luchesi	29.50	14750	
P. Silvani Paschoal	37.50	18750	
Domina Paqueta	71	35500	
Paulista Joaquim Van Buren	6	300	
José Fernandes	8	400	
Almeida José Augusto	2	100	
Carlos Rillenti	2.80	140	
Miguel Ribeiro		4250	
Pagante		521.60	
		PROVINCIA DE SÃO PAULO	
		23-11-1882	

Fonte: Acervo Museu Paulista.

Lima localizou pedidos referentes a reformas de edificações que indicam a manutenção no mercado de moradias coletivas após o trabalho da Comissão e as medidas solicitadas pelo relatório de pelo menos mais três proprietários: os identificados na ficha 1, Rocha e Tameirão, que posteriormente trocam uma cocheira da propriedade vistoriada para outra, localizada na alameda dos Andradas;¹²⁶ o proprietário identificado na ficha 10, José Savedra, aparece pedindo reforma em propriedade na mesma rua em que estava a sua vistoriada, na General Osório, num requerimento que é indeferido pois pretendia a construção de quartos no fundo de um quintal sem área para comportar novas construções segundo o parecer do fiscal;¹²⁷ Silvani Pacal é a proprietária identificada na ficha 21, e pede a construção de um pavimento superior em uma propriedade na rua dos Gusmões nº 69.¹²⁸ A continuidade desse tipo de investimento no mercado imobiliário no bairro pode ser apreendida no parecer sobre a construção de duas casas na rua dos Gusmões em 1897: “o projeto apresenta uma casa atrás da outra com entrada comum, caracterizando um cortiço. Foram solicitadas

¹²⁶ Ficha nº 1. Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no Districto de Sta. Ephigenia – 1893. Edição Fac-simile: CORDEIRO, Simone Lucena (org.). op. cit., p. 117.

¹²⁷ Ficha nº 1, op. cit., p. 117

¹²⁸ Nesse período a mudança de numeração das edificações era constante, assim que nesse caso pode se tratar da mesma propriedade.

mudanças na planta e constatou-se que o projeto está de acordo com o *padrão dos cortiços*” (LIMA, 2014: 39-40).

Esse padrão estava no artigo 20 do Código de Posturas de 1886, que previa a proibição de cortiços na cidade se não fossem seguidas determinadas normativas, organizadas em sete tópicos: as construções no interior do lote só poderiam ser realizadas em terrenos de mais de quinze metros de largura; manutenção de cinco metros de espaços entre cada linha de cortiços; os cortiços de “uma só peça interior” deveriam ter pelo menos cinco metros quadrados de área; pé direito entre quatro metro e quatro metros e meio; porões de vinte centímetros “sendo esse espaço completo e livremente ventilado”; por fim, cortiços construídos em terrenos sujeitos à inundação deveriam ser aterrados.¹²⁹ No Padrão Municipal, sessão VI, foi determinada ainda proibição de construção de cortiços, casas de operários e cubículos no “perímetro do comércio”.¹³⁰ Após o relatório da Comissão, a Câmara passa quatro meses discutindo a proposta para a construção de casas operárias baratas e higiênicas, no entanto, a proposta não é continuada por falta de consenso sobre investimento da própria municipalidade na empreitada (CERASOLI, 2004: 167).

No ano seguinte ao Relatório, 1894, é aprovado o Código Sanitário, que trata dessas construções em dois capítulos: no terceiro, em que trata das “Habitações Collectivas”, elas são classificadas sem muita precisão como habitações que “domiciliam grande numero de indivíduos”, é determinado que esse tipo de habitação deve ser construído “fóra da aglomeração urbana”, também sem definição de qual seria esse perímetro, que banheiros são imprescindíveis e que deve haver uma latrina para cada grupo de 20 moradores; já no capítulo cinco que trata das “habitações das classes pobres”, o artigo 138 diz que a construção de novos cortiços deve ser proibida, porém tampouco define a diferença do que seria esse tipo de cortiço proibido para as habitações coletivas autorizadas no capítulo três. Em 1900, o recém prefeito Antonio da Silva Prado estabelece um perímetro de proibição de “casas operárias”, mas como

¹²⁹ Diferente de muitos estudos que insistem na proibição de cortiços no centro ou no perímetro urbano, os dispositivos reunidos no Código de Posturas só o proíbem no perímetro do comércio. Isso não é dizer que seria fácil ou possível construir um cortiço nas áreas mais valorizadas da cidade a partir desse período, já que as variações das exigências construtivas para algumas das principais ruas do Triângulo encareciam proporcionalmente o preço das construções, assim como também o faziam as normas de salubridade em geral.

¹³⁰ Não há uma delimitação do que era entendido como “perímetro do comércio” nessa normativa nem em outras relacionadas.

veremos aqui a maleabilidade dos dispositivos legais permitem que construções desse tipo sigam em construção mesmo dentro da área de proibição.¹³¹

Vários dos cortiços e habitações analisadas pela Comissão estavam localizados em uma região especialmente insalubre do bairro: uma antiga bacia palustre. No relatório há uma descrição detalhada “acerca da natureza do solo, das medidas das declividades e das diferenças de níveis entre as ruas situadas na depressão da primitiva lagoa” (RIBEIRO, 2010: 42). O desenvolver do relatório sobre as condições de salubridade desse setor do bairro é bastante fundamentado nesse conhecimento da geografia, geologia e topografia do terreno, demonstrando a intensa participação de Theodoro Sampaio no desenvolvimento dos trabalhos.¹³² O engenheiro orientou os focos de intervenção para evitar uma análise superficial que resolveria apenas o problema imediato, nas questões mais aparentes, e que dariam mais visibilidade na sua resolução, centrando os esforços em intervenções estruturais e de longo prazo, que nem sequer seriam visíveis. Para tratar os efeitos da bacia palustre na Santa Ifigênia, Sampaio sugere inclusive uma autocrítica do poder público sobre suas intervenções no bairro: aponta que a regularização do calçamento feito em período próximo a epidemia prejudicou a drenagem superficial, favorecendo os focos de água parada, o que era

¹³¹ A Lei n. 498, com o título “Estabelece prescrições para a construção de casas de habitação operária”, tem 10 artigos, no 8º determina a abrangência do perímetro urbano: “rua Figueira, esquina da avenida Rangel Pestana, ruas Santa Rosa, Paula Sousa, via Tamanduatey até a linha Ingleza, por esta até as alamedas Antonio Prado, Barão de Limeira, Nothmann, rua das Palmeiras, largo de Santa Cecília, ruas d. Viridiana, Maria Antonia, Consolação, Major Quedinho, Major Diogo, Santo Amaro, Riachuelo, praça dr. João Mendes, Largo Sete de Setembro, ruas da Glória, São Paulo, Glycerio, Hospício, Vinte e Cinco de Março, aterrado do Carmo até o ponto de partida”. Como discutiremos na parte II, esse tipo de lei aditiva, que reforça ou retoma disposições que já são contempladas pela legislação, era uma estratégia constante do poder público para revalidar as disposições em disputas legais ou menos por conta da impossibilidade de se aceder a dispositivos legais antigos ainda em vigor.

¹³² Theodoro Sampaio foi um engenheiro, geógrafo, historiador, político e escritor, nascido em 1855 na Bahia. Negro, filho de uma mulher escravizada e um padre, e por ele foi assistido para não seguir a condição da mãe, sendo encaminhado aos estudos. Formou-se engenheiro em 1877, e seguiu essa profissão durante toda sua vida, tendo dois períodos notáveis na sua trajetória profissional: em 1886 começa a atuar no serviço público paulista, onde permanece até 1903, quando se demite enredado em disputas políticas referentes ao plano de saneamento de Santos. Theodoro Sampaio sempre ocupou vários cargos simultaneamente na administração paulista, sendo um deles o posto de Engenheiro Sanitário do Estado, que assume em 1892 (COSTA, 2003: 40). É nesse posto que começa a atuar de maneira mais decisiva em prol de políticas que promovessem o sanitário, uma das principais preocupações da sua atuação profissional pública. Antes mesmo da epidemia, Sampaio havia emitido diversos pedidos ao Secretários de Negócios do Interior, recomendando diversas ações para prevenir epidemias, definindo a Santa Ifigênia como um foco prioritário. Seus apelos não são ouvidos e só recebe autorização para realizar o estudo após as primeiras mortes. A comissão foi instalada e realizou os serviços determinados através da chefia do próprio Theodoro Sampaio, tendo assim seus esforços reconhecidos, entregando o seu relatório final em 19 de outubro de 1893 (CORDEIRO, 2010: 12), que além do texto principal vinha acompanhado por 65 fichas detalhadas sobre as moradias inspecionadas e seus moradores.

auxiliado pelo retalhamento dos terrenos por muros e paredes e pelo adensamento de construções.

As águas das chuvas se acumulavam nos quintais e desapareciam mais por evaporação do que por infiltração, pelas condições já apontadas, mas também pelas próprias características do solo. A comissão indicava que era necessária uma drenagem profunda e subterrânea para dar conta da antiga bacia palustre, que passaria principalmente pela reforma da rede de esgoto:

Em mais de um ponto a drenagem é mesmo impossível por se achar o encanamento do esgoto em nível superior. Em outros sitios a carga adicional de agua no tempo de chuva fas refluir da rêde de esgoto materias ahi contidas ou retardadas, o que demonstra as condições desfavoráveis em que essa funciona.¹³³

Com problemas dessa ordem na questão de salubridade, não é difícil supor quem ficava sem escolha e tinha que habitar moradias nessa região: a maioria esmagadora dos cortiços estão localizados dentro da bacia palustre, especialmente nos seus pontos de maior depressão, como a rua dos Gusmões, eixo maior da depressão, que abrigava 15 cortiços. Dentro da bacia estão ainda a rua General Osório com 11 cortiços, a rua Santa Ifigênia com 16, a rua Victoria com 4, avenida Duque de Caxias, a rua dos Andradas e a Triumpho, cada uma com 2 cortiços. Fora da bacia estava a rua Tymbiras com 3 cortiços, a Guayanases com 2 e as ruas Aurora e Conselheiro Nébias, com 1 cortiço cada. Ou seja, 43 cortiços estão dentro da área de depressão da bacia palustre, nas piores condições sanitárias. Os quatro pedidos para construção de “casas operárias” apresentados acima tinham em comum também estarem localizados na área da bacia palustre. Vemos uma concentração por exemplo das propriedades de Carlos Gilardi na rua dos Gusmões, e muitos pedidos de adensamento do lote com moradias confinadas na rua General Osório.

A Comissão apontava que um dos problemas para a erradicação desse tipo de moradia era seu alto nível de rendimento, já que permitiam, por suas características, uma forte exploração dos proprietários no valor de aluguel pago por metro cúbico: quanto menor, mais elevado o valor (RIBEIRO, 2010: 58).¹³⁴ Pudemos ver isso na própria trajetória de reprodução do capital da família Gilardi, mas isso se repetiu com

¹³³ Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operarias e cortiços no Districto de Sta. Ephigenia – 1893. Edição Fac-simile: CORDEIRO, op.cit., p. 96.

¹³⁴ A rentabilidade desse tipo de empreendimento urbano é reconhecida pelo poder público, que buscava lhes aplicar pesados impostos desde 1877, segundo Eudes Campos.

vários agentes urbanos com investimentos destinados a essa mesma parcela da população, como no caso da Liberdade e em vários outros estudos de casos, como da família Valente na Mooca e no Brás estudado por Luciana Além Gennari (2005).¹³⁵ Outro indicador do nível de precariedade era a quase ausência de famílias brasileiras: as casas ocupadas por unidades familiares eram mais comuns entre os estrangeiros, especialmente os da região norte da Europa,¹³⁶ com mais dificuldade de adaptação à novas condições de vida tanto pela língua quanto pelos hábitos culturais. É provável que os nacionais e os imigrantes com mais facilidade de adaptação tivessem familiaridade com as estratégias de sobrevivência e se mudassem quando pretendiam constituir família, já que o perigo da insalubridade seria ainda maior para as crianças. Ou seja, os trabalhadores com mais dificuldade de adaptação à cidade pagavam caro para morar em condições insalubres para ter pelo menos a vantagem de estar bem localizado, mitigando as dificuldades inerentes a sua condição.

Como podemos observar, a Comissão criou um retrato de um bairro com condições insalubres de habitação, que necessitava de obras estruturais importantes especialmente no que se relacionava à infiltração do solo e à rede de esgoto. Esse documento indica a presença de cortiços na região do entorno da centralidade histórica de São Paulo, apresentando descaminhos na construção do imaginário da *modernização* de São Paulo, não só pelas habitações coletivas, mas também pelas estratégias de sobrevivência de seus habitantes, que mantêm galinheiros em área densamente urbana e se recusam a utilizar os serviços públicos de abastecimento de água e luz elétrica, melhoramentos festejados pela municipalidade. Nenhuma dessas questões é exposta com assombro pela Comissão, que inclusive indica a dificuldade em eliminar algumas práticas para promover a cidade saneada. A proibição da construção de novos cortiços na região é defendida como a principal e mais palpável medida da Comissão para minimizar a sua potencialidade como foco epidêmico. A leitura do relato pode sugerir

¹³⁵ Em sua dissertação, Gennari (2005) trata longamente da trajetória da família de construtores Valente, a partir da SOP e de entrevistas com membros da família que atualmente fazem a gestão das propriedades da família. Assim apresenta Rocco Valente, que iniciou os investimentos da família nesse mercado: “Italiano imigrado no último quartel do século XIX possuía uma pequena chácara na região e, na última década do XIX, a loteou para construir diversos imóveis em trechos das ruas da Mooca e Piratininga. Eram diferentes tipos de edificações para aluguel, casas com programas variados, que iam dos três cômodos mínimos, exigidos para uma habitação operária, até casas com programas mais complexos, com armazéns na testada do lote, sobrados, entre outros” (2005: 128-130).

¹³⁶ A composição de cada habitação pode ser destrinchada pela análise das fichas de trabalho de campo que serviram de base para o desenvolvimento do Relatório. Disponível em: Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no Distrito de Sta. Ephigenia – 1893. Edição Facsimile: CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização* (1893). São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2010, pp. 117-181.

que o bairro é dominado por moradias coletivas e pobres, com condições gerais de insalubridade. No entanto, como já vimos aqui, o cenário descrito pela Comissão convivia com muitos outros padrões de moradia, com distintas condições de salubridade, sendo possível verificar essa diferença não só nas mesmas ruas e quadras, mas até na ocupação de um mesmo lote.

No caso das epidemias como a de febre amarela, as condições de insalubridade das moradias mais pobres acabavam por afetar a todos, pois a forma de contaminação não estava restrita ao compartilhamento da moradia. Padrões de habitação e salubridades bastante distintos que presentes em convivência com esse tipo de epidemia proporcionavam também o compartilhamento dos prejuízos a saúde gestados nas habitações insalubres. A avaliação da Comissão cria um quadro de responsabilidades que vai desde a autocrítica do poder público, passando pela ganância dos proprietários, mas também implicando diretamente nas “más condições de higiene” da população pobre. Como vamos ver, nesse ponto os agentes promotores do Relatório estão mobilizando a construção de um “comum partilhado”, nos termos tratados por Ranciere, já que, desde de seu lugar de competência da técnica, podem determinar os termos dessa partilha sensível entre os agentes implicados na condição de insalubridade do bairro. Nessa partilha desigual entre a competência de agentes da saúde, engenheiros e moradores, todos são implicados na responsabilidade da criação da condição saudável, mas apenas alguns teriam competência para determinar a intervenção adequada para a situação, restando aos demais submeterem-se aos termos para seguirem parte dessa sociedade (RANCIÈRE, 2009: 15-16).

Uma leitura difundida sobre o relatório e as legislações aqui tratadas é que as tentativas de proibição dos cortiços – com todas as intercorrências que discutimos – buscavam uma destruição imediata e completa desse tipo de moradia com a conseqüente expulsão dos seus habitantes da região central da cidade. No entanto, a Comissão não promove as críticas às habitações coletivas com a intenção de promover um “‘arrasa quarteirão’, a expulsão, a exclusão e a segregação do pobre para valorizar o centro da cidade” (RIBEIRO, 2010: 58). As propostas e o posicionamento desses funcionários públicos inclusive contradizem parte da historiografia que vê as ações de reforma urbana como simples mecanismos de expulsão de população, já que “propõe reformas [para melhorar as condições de moradia das pessoas que já ocupam a área] e condena a ação dos proprietários que exploram com aluguéis exorbitantes os trabalhadores pobres

da cidade” (RIBEIRO, 2010: 58). Essa atitude da Comissão, chefiada por Theodoro Sampaio, reflete suas preocupações sanitárias críticas a uma prática urbanística que buscava ações de visibilidade imediata no lugar de ações estruturais, e que também favorecessem apenas interesses econômicos específicos à revelia dos interesses coletivos envolvidos no processo de saneamento da cidade.

A prioridade da Comissão não foi combater pontualmente a epidemia, mas sim fazer um levantamento minucioso sobre as más condições de moradia, construídas em áreas inadequadas, em que se concentrava um grande número da população trabalhadora, realizando assim um “higienismo como prevenção e não como terapêutica” (RODRIGUES, 2010: 80). Trabalho que Sampaio já solicitava autorização e recursos a seus superiores nos anos anteriores à epidemia e que só conseguiu realizar pelo medo difundido pelos surtos de febre amarela em cidades importantes do país. Como vimos, o relatório centrava as preocupações em discutir as implicações das condições topográficas do terreno, especialmente sobre a questão da bacia palustre, e não se tratava detidamente como os autores entendiam a forma de disseminação da febre amarela (RODRIGUES, 2010: 79).¹³⁷

O relatório da Comissão não era, então, uma simples avaliação de uma área de contaminação, mas uma espécie de estudo de caso para tratar das questões relativas a salubridade envolvidas nas moradias operárias em São Paulo, o que fica visível no procedimento adotado para o relatório, que utilizava um discurso técnico para ir do diagnóstico ao prognóstico dessa questão (RODRIGUES, 2010: 84): o primeiro capítulo

¹³⁷ A pouca preocupação da Comissão para tratar a epidemia e da forma de contágio da febre amarela pode também estar relacionadas a perspectiva técnica pela qual Theodoro Sampaio se posicionava em uma das disputas mais importantes no campo dos conhecimentos do sanitarismo e da higiene do final do século XIX: o embate entre profissionais da saúde posicionados na defesa de duas diferentes vertentes em relação a doenças epidêmicas, a teoria mesológica e a teórica microbiana. A primeira, mais conhecida como a teoria dos miasmas, estabelecia uma relação determinante entre “as características do meio físico e as condições de saúde e entre os aspectos físicos e os costumes dos habitantes do lugar” (COSTA, 2003, p. 89). Essas características, como os maus odores, geravam os miasmas, responsáveis por transmitir doenças. Já a teoria microbiana defendia que a transmissão de doenças ocorria por meio dos micróbios, organismos invisíveis, e não por miasmas, e ficou conhecida como teoria do contágio (COSTA, 2003, p. 90). Theodoro Sampaio fazia parte dos que seguiam a linha microbiótica, não acreditando nos miasmas como responsáveis pelas doenças (COSTA, 2003, p. 96). Apesar dessa posição, Sampaio se utilizava de argumentos e práticas das duas teorias para intervir nos problemas urbanos que considerava importantes, que muitas vezes não eram prioridade do poder público. Isso era possível porque as medidas a serem tomadas de acordo com cada teoria não davam resultados muito dispares no combate das doenças, já que a teoria microbiana atacava as causas das doenças, e a teoria miasmática atacava as condições que propiciavam sua manifestação e propagação. Assim, as ações baseadas na teoria miasmática não erradicavam a real fonte das doenças, mas atrapalhava seu desenvolvimento a partir do controle ambiental. Por essas razões, mesmo tendo posicionamento técnico dentro dessa disputa, Sampaio poderia se utilizar de ambas na sua prática urbanística sem correr o risco de parecer incoerente.

é intitulado “Das habitações operárias nesta capital, e do seu exame e inspeção”, já o penúltimo é “Do tipo das habitações e vilas operárias a adotar”. Ou seja, o relatório passa de uma análise geral da situação paulistana, para uma análise da situação específica do bairro da Santa Ifigênia e finaliza determinando medidas específicas a serem adotadas naquele bairro, formulando também soluções gerais para lidar com as questões de salubridade em moradias operárias na cidade como um todo.

Uma das soluções apontadas pelo relatório era a necessidade de se garantir casas aos trabalhadores com condições de higiene que não estavam sendo respeitadas dentro do dinâmico e vigoroso mercado de terras e habitações urbanas de São Paulo. O relatório, portanto, condena antes a ambição desenfreada dos proprietários e especuladores do mercado de terras urbanas do que os habitantes dos cortiços e seus hábitos, inclusive indicando “não ser tolerável que se condemnem os cortiços urbanos, e que se desalojem as populações operárias sem lhes proporcionar facilidade de obter agasalho em qualquer outro ponto”¹³⁸. Registram a necessidade de construção de casas operárias que estejam de acordo com os padrões legais de higiene, e indicam terrenos fora do perímetro urbano para a empreitada com o argumento de que ainda que houvessem terrenos no centro próprios a construção dessas casas, havia o obstáculo dos donos desses terrenos, que os mantinham propositalmente vazios para especular no mercado de terras contrapondo a suas “elevadas ambições” aos interesses públicos e coletivos (RIBEIRO, 2010: 47).

Durante o século XIX, as reclamações dos setores mais pobres das grandes cidades ocidentais tinham mais a ver com a sua condição de inquilinos, se opondo a aumentos de aluguéis e expulsões por não pagamentos devidos, em geral com lutas mais diretas contra os proprietários, do que com a reivindicação de habitações salubres ao poder público no período anterior à Primeira Guerra Mundial (TOPALOV, 1996: 30-31). A construção de bairros saneados nos subúrbios parece atender aos interesses da população pobre, no entanto, foi frequentemente rechaçada pois impossibilitava as estratégias de sobrevivência dessas populações baseadas nos laços de solidariedade de vizinhança. Permanecer na região permitia conservar essas relações e era, portanto, mais fundamental que garantir uma moradia saneada, o que também imporia a essa

¹³⁸ Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no Districto de Sta. Ephigenia – 1893. Edição Fac-simile: CORDEIRO, op. cit., p. 113.

população outros controles e necessidades aos seus modos de vida.¹³⁹ Se a intensa exploração do metro quadrado em moradias pobres na centralidade era uma forma de reprodução eficiente de capital, a construção dos subúrbios saneados, décadas depois, também o será.¹⁴⁰

As reflexões do relatório e suas proposições dialogam com as formulações de Theodoro Sampaio sobre a expansão urbana, tema tão caro aos homens públicos desse período. Tanto em suas práticas quanto em sua produção intelectual, o engenheiro apontava que esse aumento da população de São Paulo era o que inevitavelmente levava à valorização do solo urbano, especialmente daquele já ocupado, o que implicava na sua extensão e forma de ocupação. Isso equivale a dizer que as cidades passavam a incorporar terrenos mais distantes alterando a dinâmica urbana, mas também a mudança da tipologia das edificações, para aproveitar mais o solo valorizado da área central da cidade. Para Theodoro Sampaio, havia a necessidade de se formular uma “nova” sensibilidade estética para os habitantes da cidade (COSTA, 2003: 79). Para garantir essa “nova sensibilidade” era necessário, no entender do engenheiro, que as questões técnico-funcionais antecedessem à estética, ou seja, devia-se priorizar a implementação de redes de infraestrutura para dar conta do crescimento pelo qual a cidade atravessava. Os impactos da implementação dos equipamentos da infraestrutura urbana sobre a população mais pobre das cidades ocidentais nos fazem aqui tratar da posição de Sampaio para além de uma especificidade paulistana ou brasileira, colocando a questão sobre as condições de vida e expectativas da população pobre em resistência à submissão a regimes de trabalho regular. Esse tipo de equipamento poderia apenas ser visto como um melhoramento de interesse público amplo, mas impactava de modo distinto os diferentes extratos sociais, sendo assim também uma estratégia para cerceamento das táticas adotadas pela população mais pobre para manter suas formas de vida:

Assim, os equipamentos do conforto (casa, água corrente, aquecimento etc.) tem efeitos cuja produção escapa em grande parte aqueles que os utilizam, porque apenas o dinheiro, e

¹³⁹ Como discute Topalov: “Observam-se, com frequência, mudanças de residência precipitadas quando não é possível pagar o aluguel ou quando se acumulam dívidas. As pessoas se mudam com frequência na mesma rua e, inclusive, no mesmo edifício, para adaptar o aluguel aos recursos do momento. Alugar uma casa menor ou ceder um cômodo ou uma cama é uma forma habitual de reduzir gastos. De qualquer maneira, boa parte das atividades cotidianas se desenvolve em espaços públicos: o quintal, a rua, o bar” (1996: 31).

¹⁴⁰ Como discutido por Bonduki (1998) e Caldeira (2000).

consequentemente para o pobre, o trabalho, tem um poder sobre eles. O que não quer dizer que os meios tradicionais utilizados pelos pobres para controlar seu ambiente e viver na cidade pelo menor custo não passem pelo dinheiro, mas sim, que sempre foi possível controlar ou colocar esta relação em curto-circuito. De outro modo, enquanto foi possível sublocar a metade de uma cama para evitar o hospital, ou o trabalho, aquece-se com álcool ou com outros corpos, reduzir tensões inseparáveis da coabitação, consumindo ópio ou vivendo na rua, poder ir buscar água no rio, os pobres ofereciam a todos aqueles que queriam controlá-los menos possibilidade de dominar suas vidas. Daí, pelo menos no começo, a desconfiança manifestada por alguns com relação aos múltiplos atores interessados na melhoria de suas condições. [...] Opressão doce e insidiosa, o conforto vai sujeitar os pobres a um duplo controle: um controle econômico, pelo viés dos instrumentos que são propostos para produzi-lo; um controle político visto que, passando para o campo dos que têm alguma coisa a perder, os pobres tornam-se acessíveis, quando não solidários de políticas de defesa da propriedade ou da “qualidade de vida” (BEGUIN, 1991: 48).

Na Santa Ifigênia é um bairro de convivência, mas também de disputa, entre pobres trabalhadores negros e imigrantes europeus, essa proposição de Beguin sobre as implicações de controle dos equipamentos defendidos como prioridade por Sampaio tomam contornos dramáticos. Para o engenheiro, o processo de urbanização mais amplo deveria ser subordinado a uma espécie de planejamento territorial, implementado a partir de políticas públicas (COSTA, 2003: 80). Essa perspectiva é claramente exposta no Relatório, que tinha pretensões muito mais amplas do que se poderia supor, já que seus responsáveis estão na verdade fazendo, a partir desse documento, um chamamento à administração pública para “salvar a cidade ameaçada em sua prosperidade e futuro”¹⁴¹ pelas epidemias e baixas condições de salubridade. Sampaio era o responsável pela Comissão que era composta por mais um engenheiro, Luiz César do Amaral Gama, e três médicos, Candido Espinheira, Gregório da Cunha Vasconcelos e Octávio Marcondes Machado.¹⁴²

¹⁴¹ Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no Distrito de Sta. Ephigenia – 1893. Edição Fac-simile: CORDEIRO, op. cit., p. 96

¹⁴² Luiz César do Amaral Gama foi, durante o período do Conselho de Intendentes, engenheiro da Intendência. Quando posteriormente na reordenação do poder executivo municipal segue na Secretária de Obras Públicas, inclusive como vice-diretor de Victor da Silva Freire – encontramos pareceres assinados por ele em diversos pedidos que analisamos; Candido Espinheira, assumiu no ano seguinte ao Relatório a chefia do Hospital de Isolamento, sendo muito próximo de Emílio Ribas; Gregório da Cunha Vasconcelos foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo; e Otávio Marcondes Machado, inspetor sanitário do Serviço Sanitário, que também foi chefe da Comissão Sanitária de Campinas. No momento de produção do Relatório, nenhum componente da Comissão exercia cargo eletivo, e todos tiveram uma vida posterior dedicada ao serviço público, mas, aparentemente tão pouco se lançaram na vida política para cargos eletivos, com exceção do próprio Sampaio no seu mandato como Deputado Federal no final da década de 1920.

Em sua prática profissional, Sampaio recorrentemente relacionou as dificuldades em garantir parâmetros sanitários à lógica da valorização imobiliária, condenando a especulação com o mercado de terras que empurrava a cidade para áreas insalubres, o que na sua avaliação condenava a população pobre a reduzidas alternativas de moradia precária que os impeliam ao adoecimento. Esse posicionamento de Theodoro Sampaio o aproxima dos reformadores sociais do século XIX e, como a esses, por vezes análises sobre Sampaio naturalizaram a sua atuação como uma agenda “progressista”, o que, no entanto, não expressa suas motivações políticas – encobertas aqui, uma vez mais, pela neutralidade da técnica (BRESCIANI; TOPALOV, 1996). Um trecho inicial do relatório nos dá dimensão dessa abordagem:

Não bastava, com efeito, melhorar as condições de abastecimento d'água e do serviço de esgoto, encetar a drenagem profunda e superficial do solo, proceder a regularização e limpeza dos terrenos baldios, rectificar o curso dos rios urbanos, effectuar o aceio e limpeza das ruas e quintaes, regularisar ou regulamentar as construcções novas, arborisar as praças e logradouros públicos, calçar as ruas, tomar enfim todas as medidas para manter em nível elevado a hygiene de uma cidade que cresce rapidamente e cuja população triplicou em des anos, é preciso cuidar tambem da unidade urbana a habitação, não já da habitação privada, mas daquela onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operaria, o cortiço como vulgarmente se chamam essas construcções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela difficuldade de viver, n'uma quasi promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a hygiene repelle (CORDEIRO, op. cit., p. 93.).

As “unidades urbanas” que deveriam ser inspecionadas eram as habitações onde “se acumulam os pobres”, não a “habitação privada”. Nesse posicionamento os responsáveis pelo Relatório expressam não só que o poder público deveria atuar para garantir a salubridade para os pobres frente a ganância dos proprietários, mas frente também à quase incapacidade dos pobres de definirem seus próprios padrões de vida mantendo-os sob tutela do Estado. Uma casa coletiva, como um cortiço, nunca seria uma unidade impenetrável pelo Estado, uma unidade privada, essa sim deveria ser preservada. Nesse trecho também vemos uma defesa explícita de que essas unidades urbanas, moradias dos pobres, deveriam fazer parte do planejamento territorial e de infraestrutura das cidades, a partir do poder público. Assim, Sampaio se coloca como um defensor da primazia da técnica para a estruturação das cidades em processo de crescimento e modificação. Ao defender o planejamento territorial e urbano como um

instrumento político de transformações, argumentava no sentido de enfrentar os interesses econômicos envolvidos na construção e modificação urbana, de modo a que não determinassem o desenvolvimento urbano à revelia dos *interesses da coletividade* (COSTA, 2003: 311-312). Aqui também se expressa um conflito comum na urbanização das cidades ocidentais durante todo o século XIX: quando pontua interesses da coletividade, Sampaio projeta uma imagem de unidade abstrata de todos os habitantes da cidade, operação ideológica importante nas disputas intraclasse das elites para fazer valer seus interesses nas reformas urbanas em curso.

A intervenção na propriedade privada e o choque com os interesses de alguns proprietários específicos em prol da promoção de transformações urbanas que garantiriam uma organização mais eficiente para a reprodução do capital em maior vulto conformam a autoconstrução de trajetórias heroicas dos reformadores (GORELIK, 1998: 117). O Relatório é também, nesse sentido, um documento que expressa o quanto esses agentes estavam imbuídos da convicção quanto à neutralidade da formulação da técnica como instrumento de intervenção na sociedade, nesse caso na cidade. Podemos assim encontrar diversos interesses econômicos que ligam os administradores públicos aos investidores urbanos, mas isso não suprime o fato de que eles acreditavam na neutralidade do conhecimento científico. Entender, portanto, a construção da autoridade suprema da técnica como operador neutro nas reformas urbanas, dentro da longa legitimação do pensamento moderno, é fundamental para perceber como esses agentes, a partir do seu lugar de formulação, produziram uma técnica que era necessariamente segregacionista nos seus fundamentos, fazendo com que as opções técnicas adotadas fossem as que inevitavelmente seriam mais benéficas para a classe dos formuladores dessas, mesmo que inconscientemente – que, no entanto, entrava em choque ao tentar se realizar pois se deparava com a condição da disputa política cotidiana que é o fazer da cidade.¹⁴³

¹⁴³ As reflexões sobre o papel da formulação da técnica como um suposto operador neutro no pensamento dos reformadores urbanos são parte fundamental das reflexões de Bresciani em diversos estudos (2018; 2015; 2010; 1992; 1990), a formulação sobre a técnica ser intrinsecamente segregacionista foi realizada pela professora em reunião de orientação. As relações entre cultura e poder na manutenção da sociedade de classes é o tema que perpassa toda a produção de Pierre Bourdieu, e é dele que partimos para pensar a formulação de que todos os agentes tendem a fazer inconscientemente opções que proporcionem a manutenção dos seus interesses de classe: “Assim, o que a ideologia do gosto natural opõe, através de duas modalidades de competência cultural e de sua utilização, são dois modos de aquisição da cultura: o aprendizado total, precoce e insensível, efetuado desde a primeira infância no seio da família, e o aprendizado tardio, metódico, acelerado, que uma ação pedagógica explícita e expressa assegura. O aprendizado quase natural e espontâneo da cultura se distingue de todas as formas de aprendizado

Havia, assim, também um sentido na formulação da imagem sobre o bairro da Santa Ifigênia promovido pelo Relatório. Essa imagem de um bairro dominado por cortiços e outros tipos de habitação insalubre cumpria a função de garantir uma intervenção do poder público em regular o que já era então visto como um centro de preocupação para as elites, a partir dos diagnósticos urbanos realizados durante o século XIX: as aglomerações de pobres em determinados sítios urbanos que os permitiam estratégias de sobrevivência sem se enquadrar ao mercado de trabalho regular, aos engessamentos dos seus modos de vida.

Pois bem, a princípios do século, as nascentes ciências sociais iniciam uma profunda transformação das representações do outro, o operário, o pobre. Trata-se de uma dessas remodelações periódicas da visão dos dominados pelos dominantes produzidas em função das dificuldades enfrentadas pelo próprio exercício da dominação. Esse “outro” ao qual nos referimos é o povo das cidades, apesar de que se podem observar evoluções análogas, por exemplo, no que concerne ao índio ou ao louco. Desde o começo da revolução industrial, a burguesia utilizava a categoria de “classes perigosas” ao referir-se aos habitantes dos bairros operários das grandes cidades. Esta representação permitia descrever uma massa humana pouco diferenciada, que habitava espaços urbanos precisos, nos quais se supunha se concentravam os flagelos sociais e onde, a qualquer momento, podia surgir uma ameaça: crimes, epidemias, violência, insurreição. [...] A partir de 1890, ocorre uma dupla transformação da visão e do projeto prático sobre o povo. Por um lado, as “classes perigosas” deixam de ser encaradas em bloco. Começa-se a diferenciar “classe operária respeitável” de massas empobrecidas, às quais se classifica, progressivamente, em categorias, cada uma delas sujeita a um tratamento particular e adaptado a sua situação (TOPALOV, 1996: 33-35).

forçado, não tanto, como o quer a ideologia do “verniz” cultural, pela profundidade e a durabilidade de seus efeitos, mas pela modalidade da relação com a cultura que ele favorece. Ele confere a certeza de si, correlativa à certeza de deter a legitimidade cultural, verdadeiro princípio do desembaraço ao qual identificamos a excelência; ele produz uma relação mais familiar, ao mesmo tempo mais próxima e mais desenvolta, com a cultura, espécie de bem de família que sempre conhecemos e do qual nos sentimos o herdeiro legítimo: a música não são os discos e a eletrola dos vinte anos, graças aos quais descobrimos Bach e Vivaldi, mas o piano da família, ouvido desde a infância e vagamente praticado até a adolescência; a pintura não são os museus, de repente descobertos no prolongamento de um aprendizado escolar, mas o cenário do universo familiar. Além disso, como bem o sentem os profetas do gosto natural, todo aprendizado racional supõe um mínimo de racionalização que deixa sua marca na relação, mais intelectual, com os bens consumidos. O prazer soberano do esteta dispensa o conceito. Ele se opõe tanto ao prazer sem pensamento do “ingênuo” (que a ideologia exalta através do mito do olhar novo da infância) quanto ao pensamento (presumido) sem prazer do pequeno-burguês e do parvenu, sempre expostos a essas formas de perversão ascética que levam a privilegiar o saber em detrimento da experiência, o discurso sobre a obra em detrimento da contemplação da obra à maneira dos cinéfilos que sabem tudo o que se pode saber sobre os filmes que eles não viram” (1983: 97-98).

Sampaio, como um engenheiro reformador, negro, por meio de sua atuação no poder público cuja políticas impactaram essa população pobre, majoritariamente europeia, branca, nos permite acerrar de uma encruzilhada dos conflitos sociais do século XIX e princípio do século XX, bastante sensível na expressão das contradições gestadas pela colonialidade e pelo escravismo – portanto, não expressam uma peculiaridade da condição da formação social das colônias, mas sim o entrelaçamento e o enraizamento que as relações estabelecidas pelo colonialismo deixaram nas relações em todos os territórios que o conformaram, seja em qual lado do oceano estejam, borrando as fronteiras por ele mesmo criadas.¹⁴⁴ Como se sabe, a imigração massiva foi também um recurso para controlar as multidões urbanas na Europa, seja em direção à América do Norte ou do Sul. Esse contingente populacional concentrado nas cidades foi gerado nas disputas pela consolidação da forma capitalista de trabalho através dos cercamentos, do combate às atividades das corporações e também de outros tipos de trabalho intermitentes (MARX, 2013: 785-812; THOMPSON, 2010; 2011). Ao mesmo tempo, as levas de imigrantes europeus brancos trazidas aos territórios das antigas colônias compunham os projetos de branqueamento da população, em uma intrincada estratégia que parecia apenas prever a simples substituição de negros escravizados por trabalhadores livres brancos, mas que também serviu como uma forma de construir no trabalhador não-branco a imagem da despromoção social, gerando assim outras possibilidades de ampliação da reprodução do capital na exploração da mão de obra.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Spivak faz uma reflexão sobre a questão do entrelaçamento da linguagem com a construção do poder e da dominação na constituição do mundo patriarcal, e como, por vezes, historiadoras e historiadores repõe estruturas de dominação por simplesmente reproduzir termos de época que eram constitutivos do projeto de dominação sob a alegação de não promoverem anacronismo: “Nota 89: Os historiadores frequentemente se impacientam quando os modernistas tentam aplicar julgamentos "feministas" a patriarcados antigos. A questão real é, evidentemente, por que as estruturas de dominação patriarcal devem ser registradas sem questionamentos? As sanções históricas em favor da ação coletiva por uma justiça social apenas podem ser desenvolvidas se as pessoas que se encontram fora da disciplina questionarem os padrões de "objetividade" preservados como tais pela tradição hegemônica. Não me parece inapropriado observar que um instrumento tão objetivo quanto um dicionário possa utilizar uma expressão explicativa profundamente sexista e partidária: "levantar o assunto em relação ao marido morto" [raise up issue]! (2018: 148). Nesse caso, fazer a marcação de cor de Teodoro Sampaio nos parece fundamental, para explicitar as estratégias de construção da branquitude no apagamento de intelectuais e profissionais negros durante o período imperial no Brasil – isso não é desconsiderar as dinâmicas de exclusão e dominação sociais ao longo do escravismo no Brasil, a distinção pela condição de livre ou escravizado, mas sim discutir com ao longo do século XIX a marcação de cor foi cada vez mais aprofundada ideologicamente para operar um sistema de dominação racista de brancos contra negros. Portanto, é um dado histórico o desconhecimento da cor de Sampaio: não pensamos os engenheiros do século XIX “independente da sua cor”, mas sim supomos que todos são brancos, consolidando assim a efetividade dessa estratégia ideológica de poder.

¹⁴⁵ Sobre o entrelaçamento das políticas de promoção e subsídio a imigração com o ideário do projeto de branqueamento da população desde o século XIX no Brasil há tanto a pesquisa de Célia Maria Marinho de Azevedo (*Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. São Paulo:

Aqui, portanto, se entrecruza a constituição de um mercado formal assalariado no mundo capitalista com as bases deixadas pela colonialidade de fratura dentro das populações trabalhadoras e pobres no mundo ocidental para se constituírem como classe. Uma faceta dramática dessa questão são as forças militares racializadas que combateram processos de independência ou insurreições populares, nos territórios coloniais ou mesmo no solo europeu, mostrando o quanto a construção dessa doutrina de controle urbano tem intersecções profundas com a própria constituição do colonialismo.¹⁴⁶ Para dimensionar com mais propriedade essa questão, seria importante entender que, diferente do que costumamos manejar como contexto histórico da imigração europeia massiva, a relação entre os africanos traficados, os indígenas escravizados e a população pobre europeia não se deu somente quando esses se encontram no solo colonial, mas está mesmo na própria imbricação da formação dos estados-nação europeus com o colonialismo e escravismo:

[...] that the economies within which capitalism begins to develop were not ‘national’ economies but rather political economies bounded by ‘absolutist’ states. While this structural feature cannot be said to have determined capitalist social relations, it did nevertheless shape them in profound ways, and ideologies associated with earlier feudal relations were preserved and transformed in the new situation. The transformations of ‘racist’ ideologies directed against the ‘lower orders’ are a case in point. [...] Sections of the bourgeoisie and the emerging proletariat were drawn as much from other lands as from parts of the particular state, and as we know the slave labour force would be brought from ‘entirely different worlds’. Robinson maintains though that the significance of ‘immigrant’ labour in the

Annablume, 2004), onde explora o discurso e a ação de políticos como Tavares Bastos, como também no de Weber Lopes Góes (*O Pensamento de Arthur de Gobineau no seio do caleidoscópio da ideologia do racismo*. Monografia [Especialização em Ciências Sociais – Economia Mundo: Arte e Sociedade] – Fundação Santo André, Santo André, 2011) sobre a atuação diplomática e de conselheiro de Dom Pedro II do Conde de Gobineau. Diversos trabalhos trataram especificamente da participação fundamental da família Silva Prado nas políticas imigrantistas como parte da conformação dos projetos de branqueamento, destacamos os mais recentes: WALDMAN, Thaís Chang. *A São Paulo dos Prados*, *Ponto Urbe* [Online], 13, 2013; LOPES, Tabita Tiede. *Percursos do branqueamento: Família Prado e imigração em São Paulo*. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015.

¹⁴⁶ Pensamos aqui em diversos tipos de casos, como: os regimentos militares formados por negros escravizados no exército brasileiro na Guerra do Paraguai; um desses regimentos, proveniente da Bahia, levava o nome de Zuavos, mesmo nome da infantaria militar do exército colonial Francês formado principalmente por Argélinos e que combateu em guerras de liberação em favor do colonialismo Francês; os desdobramentos dessa condição bélica do colonialismo persistiu: durante a guerra civil espanhola, o general Francisco Franco formou uma legião de soldados marroquinos para defender seu golpe de Estado contra a República Espanhola - se estima que 80 mil marroquinos lutaram por Franco entre 1936-1939. Ver em: MADARIAGA, María Rosa de. *Los moros que trajo Franco*. La intervención de tropas coloniales en la guerra civil. Madrid: Martínez Roca, 2002; KRAAY, Hendrik. *Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai*. Afro-Ásia, Salvador, n. 46, pp. 121-161, 2012.

developing capitalist economies has remained largely unanalysed, partly because of the uncritical use of the ‘nation’ as a unit of analysis. However, the nation as such did not yet exist and the ideologies of the nation which were to attempt to bind the disparate groups and classes together, were not elaborated until after the capitalist mode of production had already begun to produce. The enslaving of Africans and Asians, the use of Asians as indentured labour, and the particular forms of racist ideologies that were constructed to rationalize such activities, were not peculiar to capitalism but rather would appear to have their ‘roots’ firmly embedded in earlier forms of organization of labour within European societies (LAWRENCE, 1982: 58-59).

Nesse circuito, os estados nacionais vão se criando e se fortalecendo à custa da exploração colonial e do escravismo, que por sua vez permite o acúmulo de capital que possibilitou a revolução industrial e o avanço do processo de submissão da população pobre europeia à condição de trabalhador regular na indústria, também relacionada com o desterramento e imigração massiva, explicitando uma condição mundialmente fraturada do fazer da classe trabalhadora mais acintosa no território colonial. Portanto, não há que se considerar as relações de cisão da classe dentro de cada estado nacional especificamente, porque é justamente essa cisão que permitirá a consolidação desses estados nacionais – dar bases científicas para o histórico anticiganismo, foi, por exemplo, uma das estratégias da unificação nacional da Alemanha, assinalando que a criação do conceito de raça na modernidade é instrumentalizada na consolidação das fronteiras, e não criados dentro delas (SCHOLZ: 2007: não paginado). Assim, essa condição é válida mesmo para a majoritária população imigrante de São Paulo, de origem italiana, procedentes, portanto, de um estado-nação em formação em processo simultâneo à grande imigração, já que essa não era uma dinâmica apartada do restante dos trânsitos econômicos-sociais do continente europeu na consolidação do capitalismo. Isso porque a expansão do capitalismo não se dá somente pela concorrência entre Estados, mas sim através dessa “concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo” (ARRIGHI, 1994: 13).¹⁴⁷ Especialmente se considerarmos as mudanças que a

¹⁴⁷ Ana Lanna, em um balanço sobre os estudos da imigração italiana para o Brasil, mostra que parte considerável dos imigrantes que se tornam pequenas proprietários ou comerciantes no bairro do Bixiga não imigraram a partir da subvenção estatal, não tinham como destino, portanto, as lavouras de café, e também não acabaram integrados a produção industrial da cidade. Se tratavam de imigrantes que migravam de cidades para cidades, com os próprios recursos, se ocupando principalmente no setor de serviços. Sem dúvida, é uma dimensão importante a se considerar na composição da população imigrante em São Paulo, mas se trata principalmente de uma população que se estabeleceu como comerciante e prosperou, adquiriu propriedades, e por isso também aparece de maneira mais constante na documentação consultada em geral nos estudos urbanos. In: *Aquém e além-mar: imigrantes e cidades. Varia história.*

economia política opera na percepção sobre o trabalho na sociedade burguesa, justamente no final do século XVIII, deslocando o trabalho do campo da política para uma questão estritamente econômica – impactando assim diretamente a imigração massiva em toda a Europa, mas sem dúvida com um impacto ainda mais severo em um território que passava simultaneamente pelo processo de unificação nacional (DECCA, 1983: 55). Atentamos ainda que o bairro da Santa Ifigênia, pelas características já destacadas, tinha uma população imigrante de diversas partes da Europa, inclusive do norte. Se Gilardi e Milanese reforçam a imagem do imigrante europeu que prospera, os moradores dos cortiços e casinhas do Relatório e os imigrantes enquadrados nos autos crimes nos permitem também acessar outra faceta da imigração, muito mais dramática – e, sem dúvida, uma condição muito mais difundida entre os imigrantes despossuídos que chegam à cidade até o começo do século XX.

No ano do relatório, 1893, a população de São Paulo contava com um percentual de 55% de habitantes imigrantes, dado geralmente manejado para explicar as transformações urbanas da cidade. Dado também manejado frequentemente na historiografia da Santa Ifigênia para apontar sua preponderância de população imigrante no final do século XIX, visto sua proximidade com as principais estações de trem na cidade, uma presença difundida de pensões e hotéis que abrigavam inicialmente parte dessa população. O caso do bairro da Santa Ifigênia talvez seja um exemplo menos evidente da disputa sobre a contraposição da herança negra e imigrante na construção da memória dos bairros centrais paulistanos – que atualiza implicitamente os projetos de branqueamento da população nacional pela elite promotora das políticas migratórias durante o século XIX.¹⁴⁸ Menos evidente porque, apesar de uma presença imigrante forte, Santa Ifigênia não foi um dos bairros da cidade folclorizado diretamente como “bairro imigrante”. Nos parece que as relações tensas entre um território simbólico importante para a comunidade negra e a presença massiva de imigrantes europeus são parte importante da constituição urbana do bairro.

[online]. 2012, vol. 28, n. 48, pp. 871-887.

¹⁴⁸ Essa discussão foi feita pontualmente por Carlos José Ferreira dos Santos, cujo nome tupinambá é Casé Angatu, em *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*, livro que surgiu da sua dissertação defendida em 1995, em que mostrava as dissonâncias do imaginário construído sobre a população imigrante europeia em relação a negros e indígenas na cidade de São Paulo. Essa discussão continua bastante sensível de ser realizada já que as reverberações desse período na consolidação de um mercado de trabalho capitalista formal no país, a construção de uma classe operária e suas relações com a contraposição de uma população pobre racializada seguem atuais na conjuntura nacional.

Dois anos depois da inspeção às habitações coletivas do bairro, em março de 1895, Karl Rosenberger e Francisco Schmitd são presos na rua dos Gusmões, nas proximidades do armazém de Henrique Reichert.¹⁴⁹ Os funcionários do armazém, localizado na rua dos Gusmões nº 2, estavam no fundo da propriedade pois era hora do almoço, meio-dia, e o guarda que efetuou a prisão alegou que os dois alemães, ambos solteiros, de profissão lavrador, com 18 e 19 anos respectivamente, se aproveitaram desse descuido para furtar duas caixas do licor Bhiter - no valor de 50 mil réis. A versão do guarda é confirmada por Francisco Henrique, um cabelereiro holandês de 50 anos que viu a movimentação a partir de seu negócio localizado no largo General Osório, e por Benjamim Segundo Jamizalli, um austríaco de 29 anos, carroceiro, morador dos “campos de Perdizes”, que disse que ao ouvir gritos de “pega ladrão” foi ver o que ocorria e encontrou os dois acusados correndo com garrafas nas mãos, declarando ainda “que os acusados vagam diariamente pelas ruas se ocupam em causa alguma e assim demonstram a sua tendência para o crime.”.

Os acusados não negam o crime, declarando os dois o terem cometido por extrema necessidade, que vinham de Santos a pé e sem recursos ou amigos na cidade, como Francisco acentua em seu depoimento: “que em relação ao facto allega unicamente que se achando em uma situação extrema sem amigos e sem meios de subsistencia a fome fez com que praticar este crime que foi ele respondente e seu companheiro Carlos [Karl] que furtaram destas caixas”. Estar no limite da fome e da sobrevivência não era incomum também para esses imigrantes, portanto, mesmo em um auto crime que, como vemos, trata majoritariamente da sociabilidade entre europeus provenientes do norte do continente. O que poderia cindir a condição desses com a população negra do bairro, e da cidade, era as suas formas de tratamento na sociedade: os dois jovens alemães são soltos no mês seguinte a sua prisão para esperar a fase judicial do processo em liberdade, e, fato comum nesses autos crimes, as testemunhas vão desaparecendo, assim na fase judicial todas as testemunhas convocadas só sabem do crime “por ouvir dizer”, fazendo com que o Juiz entenda que não há provas para condenar os réus os absolvendo, em janeiro de 1896.

Se o destino do italiano imigrante médio era antes estar no chão de fábrica do que ser um Matarazzo (HALL, 2004: 131), e como destino mais comum viver em

¹⁴⁹ A Justiça contra Karl Rosenberger e Francisco Schmitd, 1895. Processo número A81 506G0472 - 0012 - 8, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

uma casinha ou cortiço trabalhando como carregador que ser um investidor no mercado de aluguéis como Gilardi, vivendo nas condições de penúria da população mais pobre da cidade, algo separa na historiografia a experiência dramática de submissão a um mercado de trabalho capitalista regular dos nacionais não-brancos e dos imigrantes europeus. Sem dúvida é um tema complexo, uma das polêmicas mais importantes no amplo campo das humanidades no Brasil, inclusive pelas particularidades dos processos de exploração do trabalho escravizado, das dinâmicas de miscigenação e imigração em cada região do país – e das implicações das tentativas de fazer generalizações a partir delas (GUIMARÃES: 2001; 2002; 2006; 2020). Mas a polissemia desse debate não parece ir além do campo específico dos estudos das relações raciais no Brasil. Apesar de críticas a elementos fundamentais da análise de Florestan Fernandes (1955; 1959, 1964), os estudos posteriores de referência sobre esse problema buscavam complexificar a questão partindo do ponto de que ainda que não houvesse uma segmentação racial da classe operária brasileira, houve uma priorização ativa na inserção dos imigrantes brancos nos postos de trabalho regular em relação à população negra (HASENBALG, 1979; ANDREWS, 1991; SCHWARCZ, 1993).

Ou seja, a tese da substituição, ou mesmo de uma inclusão rebaixada ou subalterna, permeia, portanto, a principal produção de referência desse campo e ainda aparece sem as devidas mediações de maneira hegemônica nos estudos que não estão tratando diretamente das relações raciais. Essas leituras têm suas principais divergências, em relação à tese de Fernandes, nos motivos da preterição do negro na inserção do mercado de trabalho livre regular, sendo a questão da produção de valor a partir dessas relações ou apenas centrada no trabalho regular ou mesmo tratada como uma questão lateral.¹⁵⁰ Seria então desde essa perspectiva que se construiu esta cisão na

¹⁵⁰ Dois fatores destacados por Fernandes (1964) para entender o porquê da condição desigual de negros e brancos no mercado de trabalho em São Paulo: quando dos processos para a abolição da escravatura no país, a população negra estaria “despreparada” para a liberdade (ausência da garantia de universalização das oportunidades de vida, como educação, saúde, acesso à terra etc.); e que a população negra se auto excluiu do mercado de trabalho. A bibliografia posterior faz críticas a essa formulação, por entender tanto que a leitura de Fernandes entendia o racismo apenas como um resíduo da escravidão, que, portanto, acabaria como avanço do processo de modernização (aqui entendido como revolução burguesa), como servia também a culpabilizar a população negra por sua condição nas estruturas de desigualdade social no Brasil. No entanto, essa leitura de Fernandes não era somente sustentada pelo trabalho do sociólogo, sendo também a leitura mais prevalente no movimento negro de São Paulo naquele momento (GUIMARÃES, 2008). Como se sabe, a produção de Fernandes tinha uma interlocução principal com intelectuais da tese da democracia racial, dentro da polissemia que ela abrigava então, e naquele momento havia entre eles inclusive intelectuais negros importantes, como Guerreiro Ramos – na formulação desse sociólogo, o Brasil precisava se assumir como uma nação mestiça pra acabar com as desigualdades e o racismo, e isso é impedido pelo branco brasileiro que não se vê como exceção, atacado por uma patologia que o faz se ver como a norma (RAMOS, 1955). Vemos na generalização de uma leitura apenas parcial da

historiografia: a criação desse pano de fundo contextual em que os imigrantes europeus são integrados ao mercado de trabalho regular da produção, gerando valor, enquanto a população negra se dedicava a outros tipos de trabalho não diretamente relacionados a escala produtiva. Assim, nos estudos sobre o mundo do trabalho, sobre a formação da classe operária e trabalhadores no país, esses segmentos da população são estudados de maneira quase dissociada após esse período, com estudos específicos sobre a população negra no pós-abolição, sobre a população imigrante, e também sobre a classe trabalhadora em que os marcadores de cor não são explorados como um dado relevante. Essa cisão na formação da classe trabalhadora é assinalada como derivada desse processo, inaugurada nesse momento.

Aqui entendemos que a população negra não estaria à margem da consolidação de um mercado de mão-de-obra regular no capitalismo em São Paulo, mas que houve um esforço ativo para sua despromoção, com funções semelhantes às dinâmicas entre trabalhadores branco e negros estadunidenses observadas por Du Bois (1935) e das que os ciganos cumpriram nesse processo na Alemanha segundo leitura de Scholz (2007). A criação e aprofundamento dos estereótipos racistas contra esses grupos serviram para produzir a figura de um “outro” dentro dos setores pobres da população, projetando neles a necessidade de se enquadrar ao disciplinamento do trabalho assalariado regular ao risco do “medo da despromoção na escala social” (SCHOLZ, 2007: não paginado). Atentamos para as dinâmicas demográficas específicas de São Paulo para pensar esse processo, já que durante essas décadas, pelo grande aporte de imigrantes, a população branca vai ser expressiva maioria no Estado, situação que não se mantém com o passar das décadas – e que não era semelhante também em outras regiões do país. Assim, o efeito dessa estratégia em um território que, posteriormente, voltará a ter uma população negra expressiva, compondo pelo menos mais de 1/3 da

produção de Fernandes sobre esse problema, assim, um esvaziamento das suas proposições políticas, primeiro porque, diferente da sociologia, a historiografia considera uma forma de resistência dentro da perspectiva da agência política as estratégias de não-incorporação da população negra a um mercado de trabalho regular (CHALHOUB, 2001), segundo porque os interlocutores de Fernandes, movimento negro e intelectuais não-brancos, são apagados pela literatura crítica posterior. Finalmente, porque essas leituras neutralizam o cerne da proposição de Fernandes, de como o não reconhecimento do outro impede o embate: “É, portanto, contra a burguesia de boa consciência – a que não aceita os movimentos negros, a que não reconhece a diferença racial a não ser quando é do seu interesse -, é contra ela que se volta a crítica de Florestan. Há claramente, no presente livro, u, responsável pela tragédia racial brasileira, que termina sempre em maior desigualdade: a burguesia que se furta a reconhecer o *outro*, a aceitá-lo como adversário político, num jogo democrático. Para essa burguesia que só sabe dominar por sobre o silêncio político e o aplastamento identitário de quem não é branco como ela se quer – se não no corpo, ao menos na alma – Florestan reserva um duro (suave para alguns) diagnóstico: ela viverá do mito” (GUIMARÃES, 2008: 16).

população em 2010 segundo os critérios de auto declaração do IBGE, será diferente, já que tanto os afro-americanos como os ciganos seguem como minorias em termos de presença demográfica atualmente.

Na construção dessa imagem do “outro”, esses grupos são apresentados como supérfluos porque não trabalhavam ou produziam, sendo ainda criada a imagem de que seu trabalho seria desagregador para a ordem social, especialmente por ser vinculado a práticas não-legais, já que, como sabemos, parte desses grupos resistia a ser incorporada a um regime regular de trabalho (CHALHOUB, 2001; SCHOLZ: 2007). Tanto ciganos quanto negros seguiam produzindo e trabalhando nos momentos tratados aqui, ainda que não sempre dentro de determinada lógica de sujeição ao trabalho regular. Ou seja, concretamente, não eram supérfluos à produção nestas sociedades, contribuindo inclusive duplamente para a reprodução de capital: pelo seu próprio trabalho e por serem colocados na condição do “outro”. A função ideológica do medo da despromoção social organizava o mercado tanto em relação a remuneração quanto em promover a submissão de outros setores sociais a um regime regular de trabalho e produção. Em uma certa vertente do pensamento marxista, esses grupos, ciganos e negros nacionais, eram vistos como integrantes do lupemproletariado, não fazendo parte da produção de riquezas, estando, portanto, sua exploração fora dos circuitos de acumulação do capital.¹⁵¹

Tratamos essas aproximações para reforçar que a relação entre a população negra e a imigrante europeia branca pobre não começa com a imigração massiva, como dissemos. Não nos parece casual a cisão entre os trabalhos que tratam da exploração do trabalho de escravizados e os de formação da classe operária no Brasil, mesmo em São Paulo, em que a historiografia aponta insistentemente que o trabalho fabril não era a ocupação massiva da classe trabalhadora da cidade na passagem do século XIX para o XX. Na Santa Ifigênia as experiências de negros e imigrantes europeus brancos se

¹⁵¹ Não estamos dizendo aqui que há uma ausência na historiografia de trabalhos que tratem a relação do capitalismo e do escravismo, tema amplamente debatido, como no clássico de Eric Williams, “Capitalismo e Escravidão”, na série de estudos de Jacob Gorender sobre o escravismo colonial, e na leitura consolidada na historiografia feita por Luis Felipe de Allencastro em “Trato dos Videntes”, sem falar na atual ampla produção de Rafael Marquese sobre a temática. Simplesmente queremos destacar que nas discussões sobre a consolidação do trabalho livre regular no Brasil essa relação do princípio da modernidade entre os negros africanos escravizados e os pobres brancos europeus não é explorada como um elemento importante. Apesar de trabalhar na chave da marginalização do negro, de certa forma o que discutimos aqui como o negro sendo “o outro” na disseminação do medo da despromoção social foi apontado por Clóvis Moura quando trata da construção da figura do negro como Brasil como “do bom escravo ao mau cidadão”. In: MOURA, Clóvis. *Negro: do bom escravo ao mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

cruzam, se relacionam, mesmo com diferenças tão marcantes nos horizontes de expectativas gestados desde um pós-abolição e uma imigração massiva. Parece-nos que essas expectativas são manejadas não somente na redefinição do racismo contra os negros no pós-abolição, como também em uma redefinição da branquitude para sustentar estratégias de poder e domínio sobre esses grupos. Assim, o projeto de branqueamento da população comportaria não somente uma tentativa de supressão da população negra, mas também subsidiaria as estratégias de dominação social entre elites, trabalhadores e despossuídos a partir da construção da branquitude associando outros elementos à distinção social a partir de uma presença massiva de população branca na cidade.¹⁵²

I.IV. - Transferência da Igreja Nossa Senhora do Rosário: dinâmicas de comércio e boêmia no processo das reformas do entorno do Anhangabaú

Se até 1900 vemos os pedidos da SOP relacionados a comércio em geral tratarem principalmente de armazéns, nessa década ocorre uma diversificação, como vemos por uma série de pedidos referentes à rua São João: até 1906, funcionava no

¹⁵² Consideramos que há na historiografia uma reflexão consolidada sobre a historicidade do racismo contra os negros no Brasil, especialmente em relação as mudanças dessa discriminação e das estratégias de distinção no regime escravista e na sua derrocada; no entanto, os estudos que se debruçaram sobre a construção racial do branco foram reiteradamente afastados da centralidade desse debate, invisibilizando não só a historicidade da sua discussão como mesmo os intelectuais não-brancos que se dedicaram a ela, criando assim uma projeção de um quadro geral sobre os estudos das relações raciais no Brasil como apenas caracterizando a racialização dos negros e indígenas, compondo assim ativamente a imagem do branco como a norma neutra, não racializada. A tese de Schucman (2014), foi recebida como entusiasmo pela novidade da abordagem da branquitude. No entanto, Guerreiro Ramos fazia reflexões nesse sentido ainda na década de 1950, nas discussões com o grupo de Fernandes e Bastide, se opondo ao prisma de análise do estudo financiado pela UNESCO, como discutido por Luiz Augusto Campos: “Se já foi mostrado que o negro é um tipo social totalmente normal no interior da população brasileira em todos os aspectos (religião, criminalidade, economia etc.), só resta concluir que: “Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência (RAMOS, 1995[1957], p. 192).” O “problema do negro” passa a ser visto como uma ilusão, uma alienação produzida por uma sociedade que se quer branca, mas não o é, nunca foi e nunca será. O “problema do negro” passa a ser, assim, um delírio psicopatológico do branco. Embora só desenvolva totalmente essa tese no notável “Patologia Social do Branco” (RAMOS, 1995[1957]), publicado em 1955, o problema da brancura enquanto perspectiva obtusa já aparece a ele em 1952. Ao falar do escritor Fernando Góis, “um mestiço paulista, uma grande inteligência”, Guerreiro lembra de sua inversão da branquitude durante um dos congressos afro-brasileiros ao propor um “Congresso do Branco Brasileiro” (RAMOS, 1952). E, ao se deparar com essa proposição irônica, Guerreiro confessa: “Já me surpreendi imaginando o que seria o temário desse Congresso. Deveriam constar dele tópicos como este: dimensões antropométricas do branco, hábitos sexuais e alimentares do branco, vida privada do branco, criminalidade do branco, indumentária e habitação do branco etc.” (RAMOS, 1952)”. (2015: 100-101). Uma mostra sobre o diálogo entre essa geração de intelectuais é o trabalho de Otacvio Ianni em “Raças e classes sociais no Brasil”, em que na segunda parte “O negro na sociedade de classe”, dedica um tópico a ideologia racial do branco.

número 115A o botequim de Quintillio Bardi; em 1908, Braulio Bresser Monteiro pede para construir um ateliê fotográfico no número 99; no mesmo ano, no número 154, é aberta uma oficina de fabricação de materiais esmaltados; em 1910, no número 131, um imóvel misto abrigava uma residência e uma padaria, de propriedade de Joaquim Ferreira, que também tinha outros dois imóveis mistos na mesma rua, com armazém e moradias, para o qual pede reforma e ampliação, respectivamente, nos números 235 e 239, nesse mesmo ano; em 1914, Josepha Carcani pede para realizar reformas na sua “Casa de Pentados” no número 139.¹⁵³ Há um longo pedido de 1906, sobre um teatro localizado no número 115, que nos remete ao auto crime em que o guarda foi chamado no “Moulin Rouge” para acompanhar a diligência em 1895. Esse imóvel, localizado no largo do Paissandú, era de propriedade de Izoleta Augusta de Souza Aranha, mas estava alugado desde pelo menos 1899 para os irmãos Emílio e Florindo Gracceto que a princípio se dedicavam ao ramo de marcenaria e de mobiliário, mas aparentemente já se dedicavam a outras atividades comerciais mesmo sem a devida licença.

No pedido de 1906, os locatários pediam para fazer reformas no imóvel a fim de transformá-lo de “salão de recreio familiar” em um teatro. O pedido é indeferido e os fiscais se mostram muito preocupados com a intenção de transformar o local em um teatro, procedendo assim os engenheiros da seção a uma inspeção minuciosa com um parecer mais completo do que era o de costume nas SOP. Pelo que se vê, o local ou já funcionava como um teatro ou as obras foram tocadas mesmo sem a aprovação do pedido pela seção de obras, como se constata no longo parecer do engenheiro Ribeiro da Silva:

A obra vistoriada é um Theatro, e o seu defeito capital, atento este fim, é o da imprestabilidade do local, que sendo exíguo e encravado entre outras construcções contiguas, não permite a adopção de medidas de segurança em caso de sinistro e que tão justamente são impostas as casas de espectaculos públicos; medidas que somente se conciliam com local suficientemente amplo e isolado. Esse defeito é de tal relevo que, só por si, condemna a obra; e está, para mais, aggravado com o traçado do projecto, feito de modo, que estabeleceu em volta dos camarotes e galerias corredores com a largura de 0,75 em muitos pontos e até, em certos pontos, com a largura de 0,50. [...]

¹⁵³ Ofício de Quintillio Bardi, 1906, caixa OP12, ofício OP1906.001.502, Rua São João, 115ª; Ofício de Braulio Bresser, 1908, caixa OP49, ofício OP.1908.001.757, Rua São João, 99; Ofícios de Joaquim Ferreira, 1910, caixa OP106, ofícios OP.1910.002.372, OP.1910.002.379, OP.1910.002.380, Rua São João, 131; 235 e 239; Ofício de Josepha Carcani, 1914, caixa OP335, ofício OP.1914.003.863, Rua São João, 139. Arquivo Histórico de São Paulo. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Na parte constructiva, que está aparente, vê-se que as normas de construção são por vezes perigosamente infringidas, ora pelo emprego de dimensões escassas, ora pela má interpretação ou má execução do detalhe. Onde mesmo as dimensões parecem suficientes, em certos casos, os remendos de velho material, agora empregado, com [ilegível], crescentes, braçadeiras, etc, perturbam um criterio preciso (1906).

Os engenheiros demonstravam muita preocupação com as possibilidades de rotas de fuga, como vemos, destacando a estreiteza dos corredores, a inclinação das escadas, o reaproveitamento das tesouras de sustentação de outras obras, a especial dificuldade de rotas de fuga para os trabalhadores nas coxias e porões, alegando ainda que a decoração era pobre e “inestética”. Os irmãos Gracceto constituem advogado, Juvenal Parada, para tentar reverter a situação de embargo do teatro batizado como “Carlos Gomes”, alegando que entendem as prescrições de segurança exigidas pela Câmara “mas sendo certo que graves prejuízos faria aos supplicantes a proibição de não funcionar o mesmo theatro, quando se vê o despendio enorme que fizeram para sua construcção” pedem assim a autorização de funcionamento mediante algumas melhorias, a saber: a abertura de novas portas, a retirada de escadas, a inutilização das galerias, o reforço das paredes do fundo, a utilização de iluminação elétrica e a proibição e fumar no local.

No mês seguinte a esse pedido, no entanto, novos arrendatários aparecem no processo, apresentando um parecer do engenheiro e empreiteiro Eduardo M. Gonçalves, que atesta que o imóvel não se encontrava em condições de funcionamento com segurança, mas que isso poderia ser revertido com reformas, possibilitando assim o funcionamento como teatro. Os novos arrendatários do teatro Carlos Gomes eram representados pela empresa Nascimento, Pinto & cia., uma sociedade entre Oscar Augusto do Nascimento, Damasceno de Souza Pinto e Brasílio del Paggoto, que argumentavam em seu escritório:

Não tem os supplicantes a pretensão de dotarem esta Capital de um estabelecimento de diversões de 1º ordem, mas pedem licença para ponderar que as grandes cidades tem edificios dessa natureza de todas as ordens e com as obras a executar os supplicantes podem garantir que esse edificio offerecerá condições de segurança para os espectadores superiores aos [ilegível] que funcionam n’esta Capital, sendo que, como V.Exa. sabe, em um d’elles é tal a disposição das poltronas na platea que em condições normaes mal se podem os espectadores mexer, e o que não seria em caso de incendio? Uma hecatombe completa!

Os engenheiros da seção e o próprio diretor, Victor da Silva Freire, seguem irreduzíveis na proibição de funcionamento do teatro, mesmo com as reformas, no entanto os arrendatários conseguem a permissão de funcionamento diretamente do prefeito Antonio da Silva Prado, que também autoriza a reconstrução das galerias, mesmo sob protestos da Seção de Obras, com a alegação de que sem as mesmas seria impossível um “selecionamento dos frequentadores do teatro”, tornando a exploração econômica do empreendimento impossível. No processo, estava anexado um recorte do jornal O Commercio de São Paulo, em que se denunciava o “escândalo” da provável permissão de funcionamento do teatro: “murmura-se por ahi que os actuais proprietários deste Theatro(?) vão conseguir da Prefeitura a licença para funcionamento do mesmo!!! Saiba o publico que este Theatro(?) é o mesmo *amontoado* de cacos de tijolos, madeira velha, aniagem pintada e pedaços de tabua que há pouco mais de um mez foi, pelos engenheiros da Câmara CONDEMNADO [...] Mas, porque se há de operar uma tal transformação no critério da dos engenheiros da Câmara?”. A tentativa da Seção de Obras de sensibilizar o Prefeito apelando a opinião pública fracassa, e no final de agosto, a empresa arrendadora se junta a Paschoal Segreto, pagando as taxas de autorização de funcionamento e abrindo o teatro, agora chamado Moulin Rouge (SOUZA, 2016: 74-77).

Em nossa amostra, apesar de alguns casos pontuais anteriores, vemos um crescente de negócios desse tipo, que vão construir o estigma sobre o bairro, somente após a transferência da Igreja do Rosário para o largo do Paissandú, não antes – ou seja, não condicionando assim que a Irmandade foi transferida para uma área desprestigiada anteriormente, o que é entendido como uma perda simbólica na sua vantagem de localização. Nos parece mais, inclusive, que as obras para a transferência da Igreja surtiram o efeito de deslocar certos equipamentos de distinção social para o bairro, ainda que sua interação com as características de sociabilidade mesclada dessa região possibilitasse vários tipos de sociabilidade que não a exatamente pretendida com a reforma da região transformando o largo do Paissandu nessa praça ampla:

No momento que o empresário ítalo-carioca Paschoal Segreto decidiu fortalecer seus braços comerciais em São Paulo, ele já havia alcançado o posto de principal empresário teatral do Brasil. A inauguração do Moulin Rouge em 1906 não foi sua primeira incursão na cidade [...] foi a vez de rebatizar o teatro Carlos Gomes com o nome de Moulin

Rouge, título similar ao da casa que mantinha no Rio de Janeiro. Todavia, mais do que isso, Segreto alterou o eixo do comércio cinematográfico, sem abandonar a tradicional clientela do triângulo, em favor da área da santa Ifigênia, buscando um novo público. O recém-inaugurado empreendimento do empresário situava-se na rua São João, 115, em prédio de Izoleta Augusta de Souza Aranha junto ao largo do Paissandu, que tinha passado por uma reforma depois da construção da Igreja da Irmandade do Rosário melhorando-se as calçadas, as canalizações, etc. (SOUZA, 2016: 74-75).

Como longamente discutido pela historiografia, a gestão do prefeito Antonio da Silva Prado concentrou investimentos de melhoramentos urbanos no vetor a oeste do Triângulo, sendo o largo do Paissandú, assim, um amplo espaço público encravado nas proximidades de outros equipamentos públicos destacados dessa gestão. Dessa maneira, a transferência da Igreja do Rosário foi simultânea a outras obras de melhoramentos que distinguiam a região, e não uma expulsão pura e simples para uma área desprestigiada. Isso não é dizer que não foi parte importante das disputas públicas na conformação do espaço urbano paulistano as relações conflituosas entre o poder público, a população branca e as irmandades religiosas negras, mas sim que, no momento de encerramento da disputa para a retirada da Igreja do Rosário do Triângulo, a Irmandade conseguiu uma localização privilegiada dentro das dinâmicas de expansão urbana que estavam ocorrendo exatamente naquela conjuntura. As tentativas de retirada da Igreja do Rosário do Triângulo e de neutralização do impacto disruptivo das suas celebrações na centralidade histórica são bastante antigas. Uma das primeiras ações de visibilidade dessa disputa foi a troca do nome de rua do Rosário por rua da Imperatriz por volta de 1850, em comemoração à visita da família Real a cidade. Em um plano para reformulação do traçado da cidade em 1858, a Câmara considerava utilizar o terreno ocupado pela Igreja, seu cemitério e as casinhas dos membros da irmandade que moravam nessas habitações, iniciando uma disputa para tornar esse território em utilidade pública, o que consegue efetivar apenas em 1872 (SANTOS, 2019: 403). A Irmandade resistiu à destruição da Igreja até 1903, protelando assim em mais de 30 anos sua saída do Triângulo, elegendo para sua nova construção uma localização plenamente integrada a centralidade histórica a apenas 500 metros de distância da antiga sede com uma conexão viária direta

Se retomamos a potência das sociabilidades em torno do culto da Nossa Senhora do Rosário, que já discutimos brevemente, podemos ter uma melhor dimensão dos significados da Irmandade conseguir manter essa nova localização. A principal

celebração em torno da Igreja do Rosário era a Congada, que como ritual congrega tanto a evocação das origens míticas das realezas africanas quanto uma forma de burla com a estrutura de poder da nobreza escravista, materializando uma interpretação dessa sociedade e agindo sobre ela (TRINDADE, 1991: 32; 94-95). Assim, a lógica operada por essa ritualização pressupõe cruzamentos e conflitos constantes, plurais, como vemos, por exemplo, na relação contínua da Irmandade com a tradição indígena a partir da dança dos caiapós, realizada no pátio da igreja, mas mesmo na sua relação com a estrutura do catolicismo como instituição. Essas práticas religiosas afro-brasileiras não expressam sincretismo, já que não buscam ou proporcionam uma síntese, sendo esses rituais sacralizados “formas cognitivas de reação e orientação dos homens no âmbito das situações sociais conflitantes” (TRINDADE, 1991: 97-98), e nesse sentido organizam a relação de si com o mundo “significativamente referidos à consciência mítica do confronto de relações entre forças antagônicas” (TRINDADE, 1991:115), em oposição à visão escatológica da religiosidade branca predominante.

É essa ordenação do mundo desde o conflito permanente – mas que para isso pressupõe o contato constante também - que se inscreve no largo do Paissandú com a transferência da Igreja do Rosário. De uma certa forma também é um retorno indireto após uma disputa contra outra irmandade negra da cidade, já que em 1890, após longo conflito entre o vigário José de Camargo Barros e a Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, a Igreja de Santa Ifigênia é integrada ao espólio da Igreja paulista após a Irmandade ser destituída (SANTOS, 2019: 403). Mesmo com a destituição, os irmãos de devoção aos santos negros seguiram resistindo às tentativas de demolição do antigo templo, até exatamente 1906, mesmo ano em que a nova Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é consagrada com batuques no largo do Paissandú (SANTOS, 2019: 404). Desde essa condição, a inscrição de ritualização da religião popular vai ser um ponto de encontro possível entre a população nacional não branca e a imigrante europeia:

Os imigrantes europeus, provenientes do final do século das regiões rurais portuguesas, italianas e espanholas encontraram alguns componentes significativos de sua religiosidade na vida social, que se assemelhavam àqueles existentes em seus países de origem: o culto aos santos católicos consagrados pelas promessas, ex-votos, procissões, a medicina tradicional constituída de preces, benzimentos e do uso de ervas e água benta compondo as “garrafadas”, assim como a utilização mágica das velas, imagens e orações aos santos (TRINDADE, 1991: 154).

Se, como trabalhadores, esses setores da população são distanciados pelas estratégias de “substituição” da mão de obra negra escravizada pela imigrante branca livre, operando condições assimétricas bastante marcadas nas relações laborais, nas práticas religiosas as diferenças no nível de tratamento social demoram a se consolidar, permitindo uma aproximação das experiências desses agentes, que se juntam para realizar suas práticas e juntos são reprimidos por elas desde as condições de penúria concreta que compartilhavam. Trindade analisou processos-crime em que imigrantes, italianos e espanhóis, e negros nacionais são perseguidos por acusações de curandeirismo, feitiçaria, cartomancia, e encontrou constante aproximação na imprensa da religiosidade popular, negra e branca, a criminalidade (TRINDADE, 1991: 157-158). O caso de Bento de Paula Souza é exemplar desse processo: um jornal fez, em 1910, uma extensa campanha contra Bento, um brasileiro negro de 38 anos morador na rua General Osório nº 30, alegando que sob o pseudônimo de Dr. Negro esse exercia a prática ilegal da medicina aplicando o curandeirismo. Bento tinha uma vasta clientela que atendia em sua própria casa, por vezes também fazendo visitas domiciliares, com auxílio do português José, que recebia os clientes e organizava as consultas, em que Bento, trajado de sobrecasaca preta, gravata vermelha e colarinho alto adivinhava o futuro pela leitura das mãos e búzios, aconselhava e fornecia tratamentos como garrafadas (TRINDADE, 1991: 147-148). Como decorrência da campanha, foi aberto um auto crime em que Bento de Paula Souza e José Furtado da Silva figuravam como réus, indicados como moradores dessa mesma residência da rua General Osório, onde funcionava o “Grêmio Occultista de São Paulo”, cuja a ata de fundação fora publicada no Diário Oficial (KOGURUMA, 2001: 283).¹⁵⁴

Ao que vemos, a Santa Ifigênia entra no século XX continuando como um espaço que possibilitava essa sociabilidade dos despossuídos, mesmo com esse impulso de equipamentos comerciais ligados a uma sociabilidade burguesa como os espaços de entretenimento e boemia. Inclusive, mesmo com todas as prescrições do relatório dos cortiços e com a posterior promulgação do Código Sanitário, padrões de moradia consideradas insalubres permanecem aparecendo constantemente nos pedidos da SOP,

¹⁵⁴ Ambos responderam pelo crime de exercício ilegal da medicina. No processo é informado que Bento de Paula Souza nasceu em São Paulo, que tinha como profissão tipografo, e que por um período morou no Rio de Janeiro sendo dono de uma olaria, e que José Furtado da Silva era português, tendo como ocupação costumas ser cocheiro de tálburi. Além dos réus, outras pessoas fizeram parte da formação desse Grêmio (KOGURUMA, 2001: 283-284).

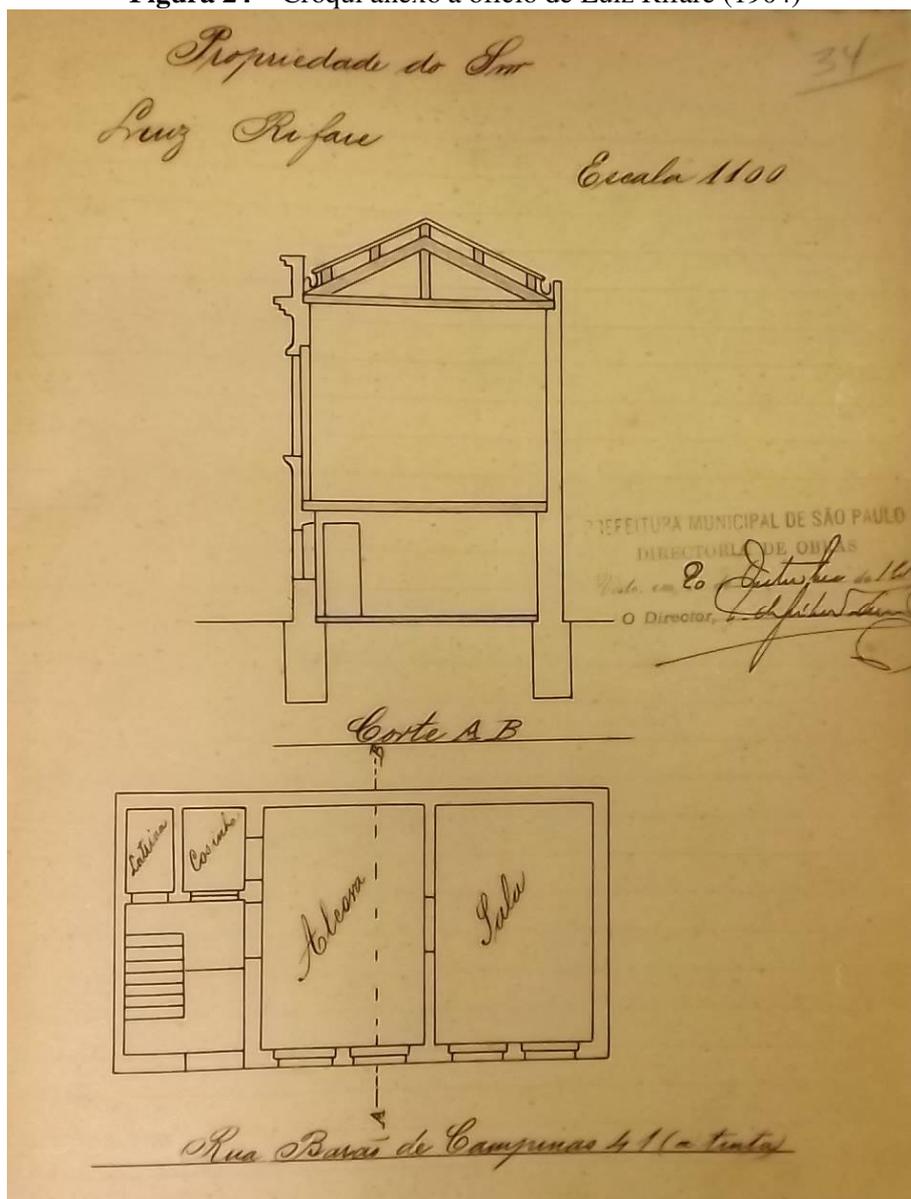
especialmente quando não se tratavam diretamente, aparentemente, de moradias coletivas. Como vimos brevemente e trataremos mais detidamente na Parte II, a manutenção de alcovas nas casas dos setores remediados e até abonados perdurou a essas determinações legais que eram mais duras na apreciação de pedidos quando se tratava de casas coletivas ou no padrão “casa operária”. Vemos as condições precárias dos quatinhos construídos ao fundo de terrenos perdurarem em um pedido do ano de 1900, assinado pelo interessado Antonio Dias Souto para ampliação de uma construção na rua Aurora.¹⁵⁵ É solicitada a construção de quatro cômodos ao fundo de uma casa já edificada, que são dois quartos, uma pequena latrina e um salão para lenha. A construção é autorizada, no entanto uma visita do fiscal à obra leva ao pedido de demolição pois o terreno onde foi construída essa ampliação da casa estava minado por ratos, cedendo à pressão das novas construções e causando assim danos na fundação.

Em 1904, Luiz Rifare pede autorização para construir casa no terreno de sua propriedade no início da rua Barão de Campinas, composta por sala, cozinha, alcova (que assim é chamada apesar de ter janela) e latrina.¹⁵⁶ Há uma discussão entre os fiscais nos pareceres, já que a edificação está fora do padrão no que se refere a quantidade de cômodos e de área mínimo para cada um deles. Outros fiscais alegavam que o requerente não tinha área suficiente no terreno para construir em conformidade com o padrão, propondo assim uma relevação do estrito cumprimento dos padrões nesse caso, posição que prevalece sendo autorizada a construção.

¹⁵⁵ Arquivo Histórico de São Paulo (1900). Ofício de Antonio Dias Souto. Rua Aurora, 37. Encadernado 375. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹⁵⁶ Arquivo Histórico de São Paulo (1904). Ofício de Luiz Rifare. Rua Barão de Campinas, 41. Encadernado 376. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 24 – Croqui anexo a ofício de Luiz Rifare (1904)



Fonte: SOP/AHSP.

Outro pedido fora do padrão relevado e aprovado pelos fiscais é o de Elizia de Oliveira Miranda Azevedo, que é obrigada a reconstruir a fachada para se adequar a um novo alinhamento.¹⁵⁷ O responsável pela obra é Joaquim Antunes, que submete planta onde se vê que a proprietária iria perder praticamente inteiro o primeiro cômodo da casa, restando os quatro cômodos pequenos e um galpão no fundo do lote. A planta é vista como fora do padrão pelo fiscal por não dispor de iluminação direta suficiente, mas ele mesmo atesta que a nova área total da edificação não permite a aplicação do

¹⁵⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1904). Ofício de Elizia de Oliveira Miranda Azevedo. Rua Aurora, 3. Encadernado 375. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

código, autorizando a construção. Esses dois casos colocam implicações bastante peculiares das obras de melhoramentos realizadas ao vetor oeste na administração do Conselheiro Antonio da Silva Prado e seu diretor de obras Victor da Silva Freire. Se o foco das reformas era promover um saneamento da cidade pela ordenação e um maior controle público sobre as práticas construtivas, como estudado por Jordan (2019) no contexto das disputas de propostas para reforma urbana de 1910 em busca da modernidade urbanística para esse vetor de expansão, essas amplas reformas públicas promoviam a ordenação ao alargar ruas e alinhar as construções, porém, por vezes permitiam padrões de salubridade insuficientes no interior das construções particulares. Uma população imigrante miserável, mais próxima aos moradores dos cortiços que ao destino dos Gilardi, também continuava vivendo e ganhando a vida pelas ruas do bairro. Em dezembro de 1907, Maria de Paschoal, uma italiana de Salerno de 30 anos, analfabeta, sem profissão e sem residência definida, é presa na rua São João num caso de reincidência. No seu depoimento diz que foi presa enquanto pretendia vender algumas roupas a pedido de uma pessoa amiga, que com isso ganharia uma porcentagem da qual dependia para se alimentar, e mais, acrescentava, que era verdade ter sido processada pelo artigo 399 do Código Penal (Lei de vadiagem), e cumprido os 90 dias da pena, em 1904, e assinado o termo para buscar ocupação honesta, ainda não cumprido por ter a intenção de retirar-se para Europa com seu marido:

Não procurou arranjar emprego em São Paulo depois de ter assignado termo de tomar ocupação honesta mesmo porque muito em breve parte para Europa em companhia de seu marido por ser este aqui conhecido como gatuno e retratado como tal na policia e porisso tanto ella accusada como seu marido são perseguidos pela policia.

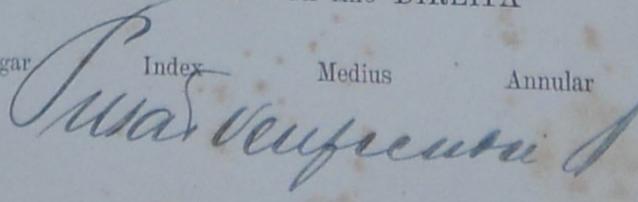
As duas testemunhas, um português de 26 anos e um brasileiro de 35 anos, dizem conhecer a acusada, que ela não tem meios legais de sobrevivência e vive de objetos furtados dos quais é encarregada de vender pelas ruas do bairro.

Figura 25 – Ficha de identificação anexada ao processo de Maria Paschoal (1907)

OBSERVAÇÕES ANTHROPOMETRICAS				NOTAÇÕES CHROMATICAS			
428	169 1/2	Pê esq.	22 1	n.º cor.	3-4	Idade	30 annos
465	142	Med. esq.	98	aur. col.	1m	Nascido em	1877
29	132	Min. esq.	248 1/2	periph.	1m	Estado	solteiro
	58	Dig-Cub. esq.	309 1/2	parts.		Idade aparente	
CABEÇA				Cór da iris esq.			
Orelha direita							



REPUBLICA DO BRASIL

IMPRESSÃO DOS DEDOS DA MÃO DIREITA			
Pollegar	Index	Medius	Annular
			

parts.....
 parts.....
 dos a 17.10.07

Fonte: ATJSP.

Maria Paschoal tratava de sobreviver pelas ruas do bairro, assim como outras mulheres com outros tipos de ocupações ilegais, apesar de na nossa documentação serem poucas as referências à zona de meretrício atribuída ao bairro, aparecendo apenas na documentação criminal e mesmo assim só posteriormente ao início do século XX.¹⁵⁸ De toda forma, é possível ver arranjos de moradia coletiva

¹⁵⁸ Parte importante da reprodução de capital com os grandes deslocamentos migratórios do século XIX se deu também pelo tráfico de mulheres europeias para prostituição, em São Paulo eram conhecidas como “polacas”, mas provinham de várias regiões do norte da Europa. Muitas eram também judias, que passaram por processos de expulsão dos pogroms. Para uma abordagem do tráfico de mulheres para as américas no século XIX ver: MENEZES, Lená Medeiros de. Entre denúncias e propostas: o tráfico de brancas e os bastidores migratórios em obras de época. *História*, Franca, v. 36, e108, 2017; para uma abordagem sobre a exploração sexual das mulheres como parte de reprodução do capital no século XIX,

relacionados com a prática da prostituição, ainda que não nos pareça ser uma sociabilidade predominante nas dinâmicas do bairro. Na madrugada de domingo, 31 de agosto de 1908, cerca de 1 hora da manhã, um guarda civil prendia duas mulheres em flagrante na casa de nº 23 da Ladeira de Santa Ephigênia.¹⁵⁹ O guarda rodante entrou na casa após ouvir gritos de socorro, e relatou que assim que abriu a porta saíram duas mulheres agarradas e feridas. As mulheres em questão eram Francisca Ferreira dos Santos, de 23 anos, casada, costureira, brasileira, que não sabia ler nem escrever, e Sophia Costa, de 33 anos, viúva, costureira, brasileira, que não sabia ler nem escrever. As duas mulheres declararam residir no local da briga, assim como uma terceira depoente, que foi testemunha do processo, a outra testemunha do processo era um homem que estava em visita a casa. As versões de todos os depoentes têm pequenas, mas importantes, variações. A primeira a ser ouvida é Francisca que “respondeu que de facto arremessou na cabeça de sua companheira de casa Sophia Costa uma garrafa vazia, ferindo-a, porque a mesma lhe feriu primeiramente a mão direita, como mostra, não sabendo se fora com faca ou canivete”. Sophia por sua vez negou a agressão à Francisca, disse ser sua pensionista e alegou estar Sophia embriagada e ter se cortado sozinha com uma garrafa de vinho do Porto. Disse que na sequência a pensionista discutiu muito com ela e que lhe “pegou uma garrafa na cabeça”, e logo o guarda entrou na casa e as prendeu.

A outra moradora da casa que depõe no auto crime é Maria Cubana, de 25 anos, solteira, brasileira, também costureira, e que não sabia ler nem escrever, que diz que estava na sala da frente da casa, que ouviu o barulho da briga e ao abrir a porta viu suas companheiras de casa se agredindo, que não sabia o motivo, mas informou que elas estavam brigando desde o dia anterior, “mas apenas com palavras”. A última testemunha é Alfredo dos Santos Lima, de 26 anos, solteiro, empregado do comércio, brasileiro, natural da capital federal, morador da Bela Vista, que sabia ler e escrever, e que foi o responsável pelos gritos de socorro que trouxeram o guarda até a casa para efetuar as prisões. No seu depoimento declarou que estava no local da briga, onde moravam três ou quatro “meretrizes”, e que ouviu uma forte discussão e saiu do cômodo onde estava, vendo uma briga entre duas das mulheres, que estavam “um pouco alcoolizadas”, assim que logo tirou a garrafa da mão de uma delas, Francisca, e em

ver: SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. São Paulo, *Novos Estudos – Cebrap*, nº. 45 - Julho de 1996, pp. 15-36.

¹⁵⁹ A Justiça contra Francisca Ferreira dos Santos e Sophia Costa, 1908. Processo número 010E0093 - 0027 - 5, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

seguida chamou o guarda rodante. O processo é curto, não é encaminhado para Justiça, as acusadas, que não tinham antecedentes na Polícia, são soltas sob fiança pagas pelos mesmos afiançadores, um negociante morador à rua São Bento e um empregado no comércio, também morador do bairro da Santa Ifigênia.

Nos teatros e nas pensões do bairro a composição mista da população do bairro se mostra, não só pela variedade da clientela e de trabalhadoras e trabalhadores, mas também pelos padrões dos tipos de estabelecimento. Outra pensão da Santa Ifigênia que conhecemos pelos autos crimes é a Hamburguesa, que ficava na rua dos Gusmões nº 75, mas com características muito diferentes da situada na Ladeira.¹⁶⁰ Por uma briga que se passa no salão de chopp da pensão, em novembro de 1909, é possível apreender que essa pensão estava destinada para um público das camadas médias, funcionários públicos, negociantes, estudantes, em passagem ou moradia na cidade. Nesse processo todos os depoentes, entre moradores, visitantes e empregados da pensão, sabiam ler e escrever. O que motivou a abertura desse auto crime foi o desentendimento entre um estudante da faculdade de direito do largo São Francisco, de 20 anos, que era natural de Ribeirão Preto, e um alemão de 32 anos, funcionário público empregado no Museu Paulista. Era cerca de uma hora da tarde de um domingo quando a briga entre o estudante e o alemão se deu, em um salão cheio de clientes no que parecia ser um ponto de encontro de grande fluxo do bairro, que acabou em agressão física e inclusive disparos de revólver. A briga foi interrompida pelo dono da pensão, Paulo Kruger, um alemão de 41 anos, que, no entanto, não levou o fato ao conhecimento da polícia, que investigou o ocorrido porque a situação “chegou ao conhecimento do delegado”. Como testemunhas, estão arroladas outro alemão, de 25 anos, empregado do Banco Alemão, que visitava o salão de chopp, um brasileiro empregado do comércio, de 31 anos, residente na pensão, e, por fim, uma portuguesa de 18 anos, empregada como copeira e também residente na pensão. Apesar da investigação policial ser longa, o caso não é encaminhado à Justiça.

Esses autos crime nos expõem mais camadas das práticas de moradia coletiva do bairro, passados 15 anos da imagem construída sobre o bairro pelo Relatório sobre os cortiços. As “pensões” onde se deram esses conflitos serviam de abrigo para distintas classes sociais, além de diferentes usos do espaço da cidade, em um complexo

¹⁶⁰ A Justiça contra Alvaro Cardoso e Walter Fisher, 1909. Processo número 010D0961 - 0053 - 0, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

jogo entre sociabilidade e sobrevivência. A Pensão Hamburguesa, que abrigava estudantes do interior que vinham em busca de diplomas na capital, profissionais liberais, ou seja, pessoas das camadas médias e remediados, ficava, na rua dos Gusmões, que no Relatório é descrita como uma das áreas de maior depressão dentro da bacia palustre sobre a qual se instalou esse bairro, e que no momento do relatório contava com 15 cortiços.¹⁶¹ Se essa aparente modificação na ocupação do bairro parece mostrar algum sucesso das intervenções sanitárias produzidas pelas avaliações do Relatório, não quer dizer que a sociabilidade mista do bairro tenha desaparecido, e menos ainda que as práticas urbanas tenham sido plenamente reguladas. O abrigo de costureiras-meretrizes, na ladeira de Santa Ifigênia, um dos caminhos que ligava o bairro ao antigo Triângulo Central, é uma amostra disso, de um espaço que vivia nas frestas das regulamentações, posturas e das leis sobre a moral da população.

Vemos aqui outras formas de violência, diferentes dos autos crime de atropelamento, mas que também revelam impulsos da população para além da normatização de suas vidas. Se o cotidiano dos moradores dos cortiços descritos no Relatório, e a vida de Maria Pachcoal ou das costureiras da Ladeira Santa Ifigênia, podem ser lidos apenas como violência e exclusão, podem também ser entendidas desde a perspectiva de estratégia de sobrevivência: que não se resume simplesmente às formas de garantir a vida material imediata, mas também as possibilidades de fruição da subjetividade na formulação de uma vivência incrustrada em um espaço urbano em constante resignificação. Os estigmas em torno da Santa Ifigênia e sua população são também uma expressão do medo da cidade como território de embate público, afinal não adiantava construir equipamentos, determinar normativas, a forma como as pessoas viviam esses espaços estava constantemente tensionando a efetivação dos projetos de cidade almejados desde a administração pública. Somente em 1912 é inaugurado o novo edifício da Igreja de Santa Ifigênia, com tipologia neorromânica, agora chamada Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Santa Efigênia, após longa resistência da Irmandade da Santa etíope - mesmo após destituição de controle e uso formal da Igreja pela Irmandade (SANTOS, 2019: 404-405).¹⁶²

¹⁶¹ Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operarias e cortiços no Districto de Sta. Ephigenia – 1893. Edição Fac-simile: CORDEIRO, Simone Lucena (org.), *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização* (1893). São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2010.

¹⁶² Outra questão importante na história arquitetônica deste templo será a decisão do clero paulista em utilizar a edificação como matriz provisória a partir de 1916 durante a construção da nova catedral da Sé.

Já em 1913, em uma confusão entre trabalhadores do Mercado São João, um dos equipamentos urbanos celebrados como melhoramento para ordenar a prática e sanear o comércio de víveres na cidade, uma construção em ferro fundido de 1890, nos permite retomar a dimensão da experiência na significação esses espaços. A briga se deu entre carregadores e comerciantes do mercado, às sete e meia da manhã, pois os carregadores censuraram Luigi Francella, vendedor de galinhas e frangos, sobre o modo de falar com uma freguesa – a discussão resultou em xingamentos, bofetadas e uma agressão com barra de ferro na cabeça de um carregador. A família Francello era de Cosenza, assim como um outro italiano que não era da família e que depõe como testemunha. Quem assume as agressões é Domingos, filho de Luigi, de 28 anos, que declara:

Que estava servindo fregueses no mercadinho quando chegou uma senhora que havia pedido frangos que depois de muito escolher a referida separou um e pediu o preço que esse foi dado ella offerecendo menos da metade do seu valor o declarante sem responder devolveu o frango no viveiro e passou a attender a outros fregueses que esperavam que a referida mulher então pedio-o novamente o frango mas o declarante que estava occupado não deu lhe atençaõ immediatamente pelo que a mulher exasperou-se e mandou que o declarante fosse com sua mercadoria para o caralho ao que o declarante explicou que fosse ella tirando-se nesse momento uma discussãõ; que a mulher retirou-se e o incidente teria terminado não fosse o aparecimento de um carregador e em seguida de dois outros que vieram pedir-lhe explicações agredindo-lhe a bofetadas na cara e sacando uma faca para feri-lo [...].

Domingos é posto em liberdade pelo afiançamento de dois negociantes de frutas do mercado, um que era seu parente e outro de sobrenome Barone, é levado a júri e é absolvido pelo júri. Esse conflito ocorre em um espaço de comércio celebrado como signo de racionalização e sediado em uma Santa Ifigênia já densamente habitada e próxima à região do Anhangabaú e São João, já submetida a várias reformas. Diversos tipos de embates que perpassam a urbanização desse bairro foram gerados pela própria maneira que se constituiu sua população e por como suas sociabilidades não puderam ser controladas plenamente por essas estratégias. O bairro segue como um espaço de confronto entre projetos de cidade e se insere na trama da cidade vivida.

I.V. - Territorialidades ao sul da Sé: faces da ocupação da Liberdade

Em janeiro de 1898, Possidônio Ignácio das Neves moveu uma ação de despejo contra Léo Poli, que vivia em um imóvel cedido pelo reclamante na Travessa de Sarzedas n° 9.¹⁶³ Na ação impetrada pelo seu advogado, Bernardo de Campos, o proprietário argumenta que o imóvel estava cedido somente durante o período que o denunciado fosse seu empregado, e que não estando mais nessa condição se recusava a sair do imóvel mesmo não tendo “título algum que justifique esse procedimento” e nunca tendo pago aluguel. O advogado solicita que o denunciado seja citado a comparecer em juízo na primeira audiência para intimação do prazo de 24 horas para que saísse do prédio, “sob pena de se fazer o despejo judicialmente”. Na ata da audiência consta que Léo Poli não compareceu e que o pedido de despejo judicial foi acatado pelo juiz, sendo o processo assim finalizado. Possidônio Ignácio das Neves é o proprietário mais recorrente nos pedidos da SOP que pesquisamos, são mais de vinte pedidos em mais de quatro décadas de atividade no bairro, entre as décadas de 1890 e 1920, em diversos logradouros como Rua dos Estudantes, Galvão Bueno e Conselheiro Furtado, mas a sua propriedade se concentrava na rua e largo Conde de Sarzedas, especialmente nas partes com o terreno mais acidentado nessa baixada em direção ao rio Tamanduateí.¹⁶⁴

Possidônio Ignácio das Neves é um tipo de agente urbano recorrente nesse período da urbanização de São Paulo. Não foi responsável por abertura de loteamentos e grandes empreendimentos nesse mercado, focando seus investimentos em construção de casas simples, dentro dos padrões mínimos estabelecidos pela lei - por vezes os burlando -, apostando na demanda de moradias dos extratos mais pobres da população para reproduzir seu capital.¹⁶⁵ Em estudo sobre o bairro do Glicério, uma subdivisão mais recente do bairro da Liberdade, Paula Carlos de Souza identificou o crescimento das propriedades de Neves na região a partir do lançamento de pagamento de impostos

¹⁶³ A Justiça contra Léo Poli, 1898. Processo número [não digitalizado], do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁶⁴ Nossa metodologia não abrangeu todos os pedidos da SOP desse período para a totalidade do bairro, como discutido na introdução. Consultando apenas os pedidos indexados na base SIRCA, no período entre 1907 e 1914, Souza identificou 54 unidades relacionadas como propriedade de Possidônio Ignácio das Neves nos logradouros rua Bonita, rua Conde de Sarzedas e Rua dos Estudantes (2015: 37).

¹⁶⁵ Tal como tratado no caso de Santa Ifigênia a partir dos investimentos de Carlo Gilardi, e como os casos já mencionados trabalhados por Gennari (2005) em sua dissertação de mestrado. Essa constatação tem sido uma recorrência em trabalhos que abordam as SOP: Ferreira (2017), Reis (2017), Schneck (2016), Carvalho (2015).

no Diário Oficial: em 1905, eram tributados 31 imóveis (DOSP, 09/03/1905, p. 618), já em 1919, foram tributados 112 imóveis só nessa região (DOSP, 06/05/1919, pp. 202-206) (SOUZA, 2015: 37). O proprietário investiu principalmente na construção de moradias com um aproveitamento intensivo do lote, priorizando a ocupação do seu interior, no qual se destacam conjuntos de casas que nomeou como vilas: a Vila Sarzedas, com mais de 65 casas, e a Vila Suíça, com 45 casas, ambas na região da rua e largo Conde de Sarzedas.¹⁶⁶ Na SOP, o proprietário faz recorrentes pedidos para acrescentar casas nas vilas, subdividir imóveis, fazer reformas e modificações, se mostrando um agente urbano bastante ativo nos investimentos na região, na qual parece centrar suas atividades financeiras. O vulto de reprodução de capital atingido por Possidônio Ignácio das Neves pode ser aferido pela sua prole: o filho, Júlio Neves, que aparece na década de 1920 em pedidos da SOP com propriedades na rua da Liberdade; também é citado como o responsável pela coleta dos aluguéis dos moradores da Vila Suíça, e depois transfere a função ao seu filho, também Júlio Neves (SOUZA, 2015).

Júlio Neves, o neto, se formou arquiteto pelo Mackenzie em 1955, tendo uma profícua atuação diretamente no poder público, em especial no período da ditadura civil-militar por sua ligação com o engenheiro e político Paulo Maluf, seu amigo de infância, mas também por seu escritório de arquitetura e urbanismo que atendeu à municipalidade e o governo do estado em diversos projetos.¹⁶⁷ A família de Júlio Neves, filho de Possidônio, morava em um casarão na avenida Brigadeiro Luís Antônio, a uma quadra da avenida Paulista, e ele além de administrar os imóveis de aluguel herdados do pai também tinha uma fábrica de alfinetes que funciona em proximidade a essas vilas. A família Neves tem, até hoje, um capital construído na reprodução e exploração do urbano, tendo a reprodução desse capital tomado vulto provavelmente quando focado no mercado de aluguéis para a população pobre. Em pedido da SOP de 1905, Possidônio Ignácio das Neves envia um ofício onde apresenta uma propriedade bastante característica do seu tipo de investimento no bairro, apostando na aquisição de terrenos

¹⁶⁶ Arquivo Histórico de São Paulo. Encadernados 4 e 407. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹⁶⁷ Júlio Neves foi presidente da Companhia metropolitana de habitação de São Paulo (COHAB) na década de 1960, companhia responsável pela construção em larga escala de habitações populares em regiões ainda não integradas a mancha urbana, como o caso de Cidade Tiradentes, foi também o responsável pela Operação Urbana Faria Lima (analisado por Mariana Fix em *Parceiros da Exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001), além de ter sido presidente do Museu de Arte de São Paulo (MASP) por 14 anos, estando ligado ao museu desde o período da sua construção, quando supervisionou financeiramente o trabalho da arquiteta Lina Bo Bardi.

com fundos profundos em que desenvolvia sua atividade de construção intensiva de casas no interior do lote para a população pobre:

[...] proprietário de um terreno com area de mais de trez mil metros situado nos fundos dos quintais das casas n. 21 e 23 da rua conde de Sarzedas e distante da rua mais de 50 metros e precisando de ahi construir um quarto com 7 metros por 4 de largo, destinado somente para guardar madeiras e outros materiais e sendo a construção feita de tijolos e telhas.[...].¹⁶⁸

Como vemos, é extensa a propriedade de Neves em terreno imediatamente adjacente ao Triângulo, próximo da antiga Sé, que além de ter testadas para a rua ainda tinha uma densidade expressiva no interior do lote. A centralidade dessa propriedade, apesar das suas características topográficas, marca um diferencial da condição desse proprietário em relação a outros loteamentos extensivos feitos em outros bairros centrais, inclusive em período anterior. Neves não lançou nenhum loteamento extensivo, sempre construía casas e as colocava no mercado de aluguéis, no entanto, o conjunto da sua propriedade nessa quadra é extenso quando pensado em relação à sua localização. Nesse requerimento, Neves assina seu próprio pedido, gerenciando diretamente seu investimento, postura que se repete nos pedidos até 1910. Há, no entanto, uma mudança após esse período, já que nos pedidos que tivemos acesso, e mesmo nos pedidos analisados em outros trabalhos, as SOP de sua propriedade sempre são assinadas por outros interessados a partir de procuração, revelando uma rede ampla de relações com empreiteiros e construtores. Tanto que mantinha relações frequentes com empreiteiros e construtores recorrentes nesse tipo de trabalho no período, dentre os quais, José Kanz, Manoel Francisco Dias e João Eusébio Peixoto, como também com outros construtores menos recorrentes.¹⁶⁹

Esse não é o começo da atividade de agente urbano de Neves no bairro, já que, no mesmo ano de 1905, submeteu novo pedido constando na planta anexada o título "Projeto de 39 casas para completar a vila operária", no largo Conde de Sarzedas.¹⁷⁰ É difícil precisar o início dessa vila operária: há um pedido de 1893, onde o

¹⁶⁸ Arquivo Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Possidônio Ignácio das Neves. Rua Conde de Sarzedas, 21 e 23. Encadernado 407. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹⁶⁹ SOP de propriedade de Possidônio Ignácio das Neves também foram analisadas nos trabalhos de Souza (2015) e Fantin (2013), e suas relações como proprietário com empreiteiros e construtores é brevemente analisado por Pareto Jr. (2016).

¹⁷⁰ Arquivo Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Possidônio Ignácio das Neves. Largo Conde de

terreno que seria correspondente ao em que se construiu grande parte da vila estaria ainda todo desocupado, e no qual Neves pede permissão para a construção de apenas duas casas, na rua Conde de Sarzedas, mas que estão fora do padrão da vila posterior, já que, apesar das pequenas dimensões, essas casas contavam com 5 cômodos cada¹⁷¹. Em um pedido de 1901, para a construção de 10 casas de três cômodos cada, num padrão já similar ao da expansão de 1905, consta na planta que já havia edificações no terreno.¹⁷² Segundo Eudes Campos, a vila começou a ser edificada em 1898, mas ele não cita a SOP corresponde e não a encontramos mesmo com a consulta de todos os volumes de encadernados referentes à rua e largo Conde de Sarzedas:

Nas proximidades, havia também a Vila Conde de Sarzedas, cujo nome fora dado em homenagem ao antigo governador da capitania de São Paulo D. José Bernardo de Lorena (1756-1818). Esse conjunto habitacional, porém, não preservado pela lei de zoneamento que instituiu a Z8-200 (Lei n. 8.328, 2 de dezembro de 1975), foi simplesmente arrasado e transformado no atual estacionamento que serve o Fórum João Mendes, situado nas imediações. Na parte geomorfologicamente mais desfavorável, foram erguidos vários conjuntos residenciais populares. Mas a partir da aprovação da Lei n. 498 isso não foi mais oficialmente permitido. No AHMWL há, por exemplo, requerimento, acompanhado de planta, solicitando aprovação de prolongamento de uma das vilas operárias existentes no local, pertencente a Possidônio Inácio das Neves e erguida em 1898. Submetidas à aprovação em 1901, as casas projetadas em acréscimo não puderam ser executadas em função da citada proibição (CAMPOS, 2008: não paginado).

Como vimos em outros pedidos aqui abordados, mesmo que não estivessem dentro dos padrões ou não respeitassem leis específicas seguiram sendo aprovados por avaliações pontuais, em alguns casos. O pedido de grande ampliação da vila em 1905, por exemplo, não exigiu sequer discussão entre os fiscais e o proprietário, o que ocorria comumente nos pedidos de Neves, sendo a autorização aprovada por “não haver inconvenientes” ao pedido – mesmo sendo esse pedido posterior à lei do perímetro de Antônio Prado. A Lei n. 498 de 1900, com o título “Estabelece prescrições para a construção de casas de habitação operária”, tem 10 artigos, e no 8º determina a

Sarzedas. Encadernado 407. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹⁷¹ Arquivo Histórico de São Paulo (1893). Ofício de Possidônio Ignácio das Neves. Rua Conde de Sarzedas. Encadernado 4. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹⁷² Arquivo Histórico de São Paulo (1901). Ofício de Possidônio Ignácio das Neves. Rua Conde de Sarzedas. Encadernado 279. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

abrangência do perímetro urbano, onde esse tipo de construção estaria proibida a partir da sua promulgação: “rua Figueira, esquina da avenida Rangel Pestana, ruas Santa Rosa, Paula Sousa, via Tamanduatey até a linha Ingleza, por esta até as alamedas Antonio Prado, Barão de Limeira, Nothmann, rua das Palmeiras, largo de Santa Cecilia, ruas d. Viridiana, Maria Antonia, Consolação, Major Quedinho, Major Diogo, Santo Amaro, Riachuelo, praça dr. João Mendes, Largo Sete de Setembro, ruas da Glória, São Paulo, Glycerio, Hospicio, Vinte e Cinco de Março, aterrado do Carmo até o ponto de partida”. O caso da aprovação da ampliação dessa vila na Liberdade não é o único na nossa amostragem que não respeita o perímetro determinado por essa lei.

Figura 26 – Planta anexada ao ofício de Possidônio Ignácio das Neves (1893)

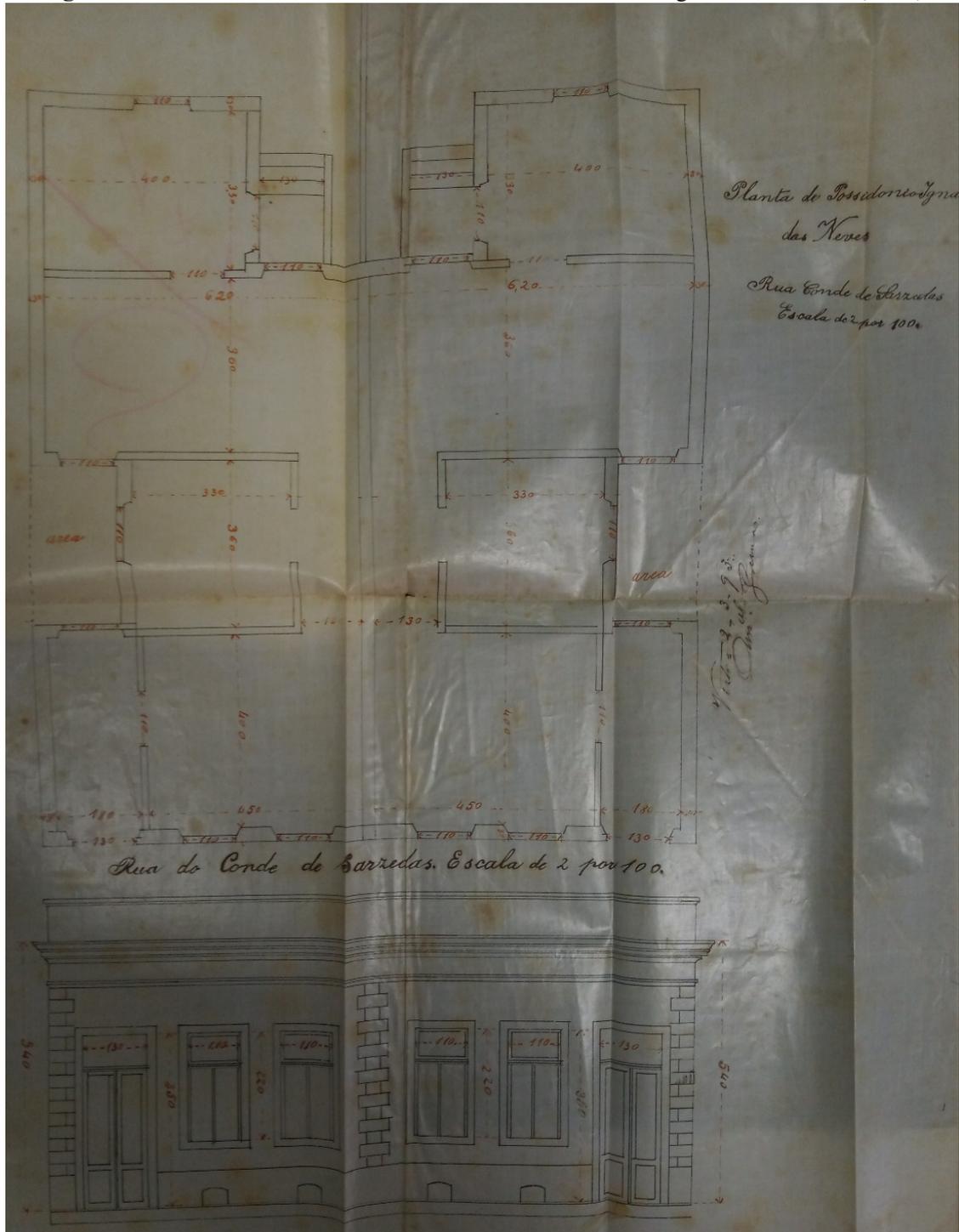


Figura 27 – Planta anexada ao ofício de Ofício de Possidônio Ignácio das Neves (1901)



Fonte: SOP/AHSP.

A origem da vasta propriedade de Neves nessa região não é muito clara: em estudo sobre os imigrantes e o bairro da Liberdade, Fantin tabulou as transações de terrenos e imóveis no Arquivo Aguirra, em que localiza os terrenos que viriam a compor a rua e o largo Conde de Sarzedas e faziam parte da chácara de Lorena Machado. Chácara que deu origem ao nome da via, já que seu proprietário, Francisco de

Assis Márcio de Lorena Silveira, era filho do capitão-general Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, quinto conde de Sarzedas, e a propriedade teve mais três transmissões de herança na família até seu loteamento: falecido Assis Lorena, passou a propriedade ao sobrinho Luís Machado, e posteriormente à filha desse, Ana de Lorena Machado, e, por fim, à sua filha Anna Maria de Almeida Lorena Machado. Em 1887, é identificada a primeira transação nessa região no Arquivo Aguirra, tratando-se de uma venda de terreno realizada por Joaquim Domingues de Oliveira Belleza (FANTIN, 2013: 52), que se dá após o processo de repartição e herança dessa antiga chácara.¹⁷³ Há várias fichas de transações comerciais de Neves na região, sendo as primeiras delas de 1891, onde realiza compra de terrenos na Conde de Sarzedas, em março, de propriedade de Anna Maria de Almeida Lorena Machado.¹⁷⁴ Em abril do mesmo ano compra um terreno de fundos nas ruas Conselheiro Furtado, Estudantes e Bonita, de propriedade de João José Araújo Faria.¹⁷⁵ Em maio compra outro terreno, também na Conde de Sarzedas, vendido por Monsuete Jorge,¹⁷⁶ e outro na Conselheiro Furtado de propriedade de Pedro Barozzi.¹⁷⁷ Entre 1891 e 1892 vende alguns terrenos, mas todos localizados na rua Conselheiro Furtado, e entre 1907 e 1908 adquire mais terrenos na Conde de Sarzedas.¹⁷⁸

¹⁷³ A família Belleza tem uma trajetória semelhante à da família Neves na construção civil paulistana. Joaquim Domingues de Oliveira Belleza parece ser o primeiro dessa linhagem, que terá profícua atuação no setor durante esse período, mantendo os investimentos nessa área e formando sua prole como arquitetos/engenheiros, conforme discutido por Lindener Pareto (2016). Joaquim Domingues de Oliveira Belleza, português, imigra com a família, mulher e sete filhos, para o Brasil na década de 1880, e, como podemos ver por essa transação de terras, inicia prontamente seus investimentos no urbano, o que demonstra que chegou ao país com recursos. Foi empreiteiro e construtor responsável por obras no Triângulo e imediação, sendo seguido na área de atuação por vários de seus filhos, como é o caso de Euzébio Belleza, registrado como arquiteto licenciado pelo CREA em 1935. A linhagem segue ativa com Gilberto Domingues de Oliveira Belleza, tataraneto de Joaquim, que atua no escritório Belleza & Batalha Arquitetos Associados e é professor doutor (pela FAU-USP) da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

¹⁷⁴ Acervo Museu Paulista. Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Anna Maria de Almeida Lorena Machado. Série São Paulo. Arquivo Aguirra.

¹⁷⁵ Acervo Museu Paulista. Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de João José Araújo Faria. Série São Paulo. Arquivo Aguirra.

¹⁷⁶ Acervo Museu Paulista. Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Monsuete Jorge. Série São Paulo. Arquivo Aguirra.

¹⁷⁷ Acervo Museu Paulista. Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Pedro Barozzi. Série São Paulo. Arquivo Aguirra.

¹⁷⁸ *Vendidos*: Acervo Museu Paulista. Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Guiomar Nobre da Rocha; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de João Antonio Julião; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de José Oliveira; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Rita Evangelina Mattozo Ferraz; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Pedro Ricardini; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Oliveira [ilegível]; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Pedro Ferraz de Amaral Campos. Série São Paulo. Arquivo Aguirra. *Adquiridos*: Acervo Museu Paulista. Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Afonso Nogueira; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Fausto [ilegível]; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Francisco Franco; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de

Um longo processo criminal em que Anna Maria de Almeida Lorena Machado aciona como réu Possidônio Ignácio das Neves relacionada a essa transação comercial de terras na Conde de Sarzedas nos mostra que as dinâmicas de propriedade e posse da terra urbana não estavam então limitadas simplesmente a essas relações de compra e venda, e nos dá a dimensão da importância do interior do lote nesse momento da urbanização de São Paulo. Em 1894, Anna Maria de Almeida Lorena Machado abre uma queixa contra Neves em que alega que vendeu para o réu dois terrenos separados localizados na rua Conde de Sarzedas em março de 1891, que corresponde em parte a transação em uma das fichas do Arquivo Aguirra que identificamos.¹⁷⁹ A ação é impetrada pelo advogado de Lorena Machado, que alega que na escritura de venda dos terrenos o comprador Neves se obrigava a fechar o terreno com muro sólido de tijolos no prazo máximo de seis meses, sob pena de pagar multa de 500\$000, e então pediam tanto o pagamento da multa quanto as custas do processo já que, passados anos, essa exigência da escritura não havia sido cumprida.

Neves é autuado em sua residência, assim sabemos que nesse momento estava morando em casa localizada na rua Conselheiro Furtado nº 5. Constitui advogado no processo, alegando que o muro ainda não foi feito por culpa da denunciante, já que “que a linha recta divisória, por onde tem que ser levantado o referido muro, até hoje não está livre de contestação de um fulano Braga e de outros cujos fundos penetram o terreno comprado pelo reo a autora [...]”. O réu alega que a autora do processo está agindo de má-fé e deve ser condenada a pagar as custas do processo, além de ser definido que o muro só será realizado quando a autora resolver os problemas de divisão de propriedade do lote. Para fortalecer sua argumentação, Neves anexa um processo de 1891, mesmo ano da transação e compra, em que acionou a justiça para deixar registrado em juízo que não poderia fazer o muro por causa dessa disputa de propriedade:

[...] e não tendo sido possível obter da mesma vendedora, até hoje, que a linha recta divisória fique livre de contestações de um fulano Braga e de outros cujos fundos penetram o terreno comprado pelo supplicante como a mesma vendedora e o seu advogado exmo. Barão de Ramalho sabem.

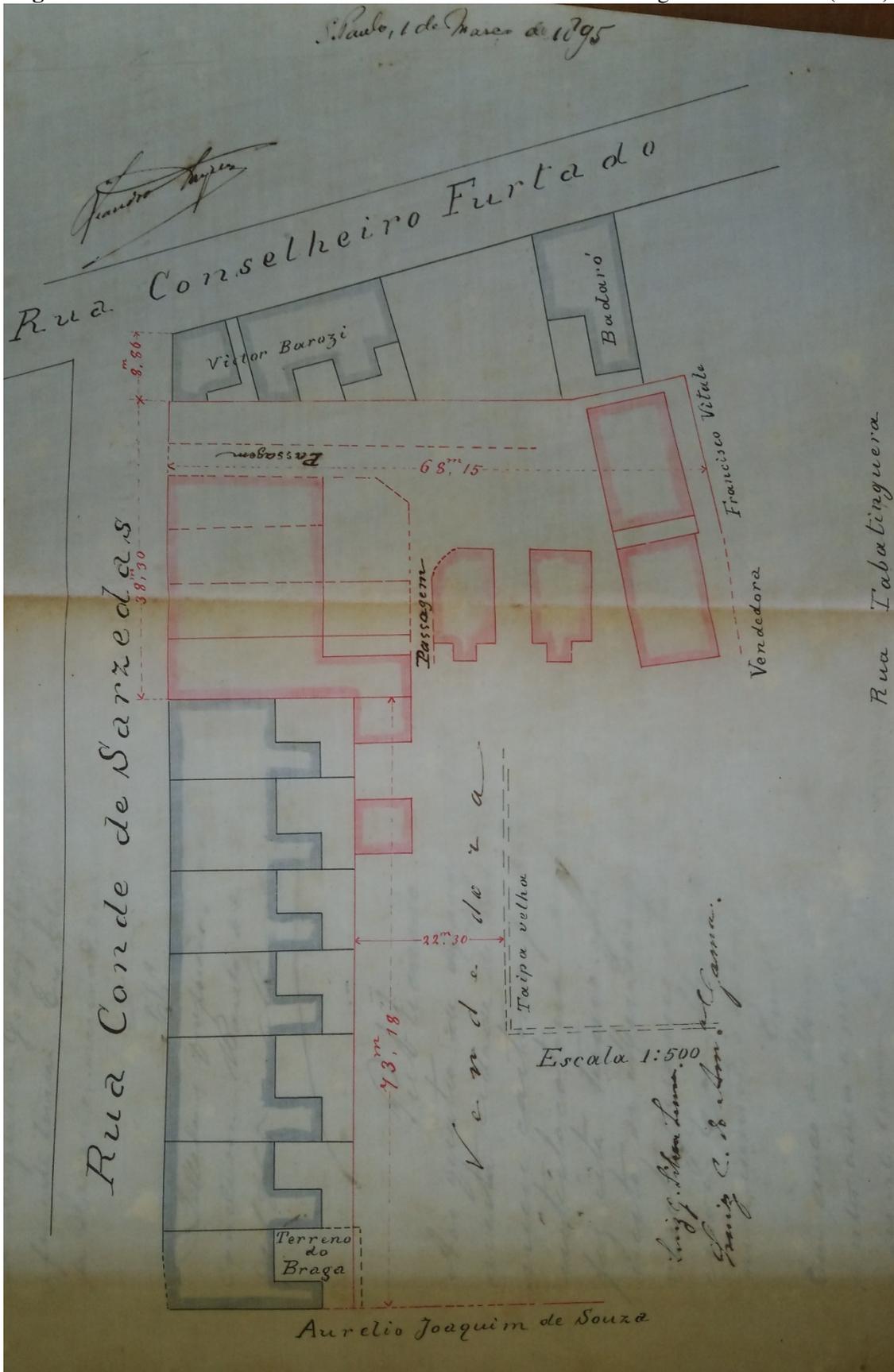
Affonso Nogueira; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Francisco Franco; Ficha manuscrita de escritura de venda de terreno de Pedro Barrozo; Série São Paulo. Arquivo Aguirra.

¹⁷⁹ D. Anna Maria de Almeida Lorena Machado contra Possidônio Ignácio das Neves, 1894. Processo número TJ1 1001325570-3, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Acrescenta que já tinha até adquirido os tijolos necessários para a obra, que, portanto, deveria ficar registrado que a demora no cumprimento da disposição da escritura não é de sua responsabilidade. Anna Maria de Almeida Lorena Machado é intimada a responder as alegações de Neves, na sua residência localizada na rua Tabatinguera. Na tréplica, o advogado de Lorena Machado sustenta que o acusado reconhece a responsabilidade que assumiu quando da transação comercial na sua resposta a intimação, e que assim sendo se furta de realizar o muro com alegações que “carecem de fundamentos”, sendo todas as suas contraposições dentro do processo legal mero pretexto para não realizar a obra. Na argumentação do advogado vemos que o terreno vendido por Lorena Machado está na mesma quadra que a de sua propriedade, ou seja, sendo uma repartição de lote, já que os termos de construção do muro preveem que este deve ser realizado na parte em que o terreno vendido confina com o da vendedora, “nos fundos das casas que possui na rua da Tabatinguera”. Assim, segundo a autora da ação, a linha divisória entre esses terrenos, os de Lorena Machado e os de Neves, nunca esteve sob dúvida. A disputa continua e é solicitada por Neves, na audiência, uma vistoria por um perito, pedido acatado pelo juiz, mas que demora a ser realizada por que autora e réu não concordam com o fiscal designado para vistoria inicialmente e, posteriormente o fiscal com que ambos concordam não aceita fazer a vistoria.

No fim, a vistoria é realizada por Serafim Corso, que faz a inspeção respondendo os “requisitos” colocados pela autora e pelo réu, isto é, respondendo às perguntas que cada um faz sobre a delimitação do terreno e as possibilidades de construção do muro. O laudo elaborado pelo perito não acaba com a contenda, assim, o processo segue e as animosidades entre as partes se intensificam, são feitas outras vistorias que chegam a produzir um mapa da composição e ocupação do lote.

Figura 28 – Planta anexada ao auto crime aberto contra Possidônio Ignácio das Neves (1894)



Fonte: ATJSP.

Após um longo vai e vem de laudos de vistorias, interpelações de ambas as partes e várias audiências, o juiz julga procedente a ação da autora, condenando Neves e o obrigando a pagar as custas do processo que nesse momento já eram altas, inclusive pela contratação de diferentes peritos para fazer a vistoria do terreno. Parece inicialmente que o processo será encerrado, mas Neves faz uma apelação da sentença, em que pontua que a questão da construção do muro está mascarando na verdade um problema de limites dos terrenos vendidos, deixando assim Neves em prejuízo se as questões relativas a essa delimitação não forem resolvidas antes da construção do muro, o que finalizaria a transação comercial:

[...] o apelante confirma tudo o que disse nas razões finais, cuja leitura supplica aos [ilegível] ministros.

Além disso nota que a própria sentença appellada, no considerando que está no fim da folha 67 e princípio da folha 68, reconhece que há uma diferença e, arbitrariamente, decide que essa diferença para mais no primeiro terreno compensa a diferença para menos no segundo!

[...] Reformando a sentença appellada, para ser julgada improcedente a presente acção e condenanda a appellada nas custas só assim se reparará uma clamorosa injustiça.

O advogado de Lorena Machado responde a apelação declarando que mais uma vez tudo que Neves faz é para atrasar o cumprimento de sua obrigação, criando uma situação jurídica que alonga uma questão e que devia ser facilmente resolvida. Após longa discussão das partes nessa apelação ela é julgada improcedente pelo juiz e Neves condenado a pagar as custas, além de cumprir com as obrigações previstas na escritura. Há ainda uma última tentativa de Neves, que interpõe um pedido, dizendo que “não se conformando” com a injustiça a que foi submetido, pede vista dos autos para oferecer os competentes embargos. Ou seja, Neves tenta embargar Lorena Machado, os advogados de ambas as partes mobilizam os mesmos argumentos e a Justiça decide que a questão já foi apreciada e mantém a sentença original, marcando por fim a derrota de Neves nessa disputa de demarcação de propriedade. A disputa entre os Lorena Machado e Possidônio Ignácio das Neves nos permite aproximar de uma questão fundamental da estrutura fundiária na urbanização de São Paulo nesse período, das relações entre as elites tradicionais paulistas e sua grande propriedade de chácaras e os imigrantes agentes urbanos, mas também a própria função da propriedade de terras urbanas para as famílias tradicionais paulistanas.

A origem da chácara dos Lorena Machado tem relação com o (quinto) Conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, como vimos, português que foi durante o século XVIII e princípio do século XIX administrador reinol de São Paulo e Minas Gerais, além de vice-rei das Índias. Pelo que habitualmente se conhece da transmissão dessa propriedade, a chácara era de propriedade de Francisco de Assis Lorena e Silveira, único filho homem do Conde de Sarzedas. A filiação completa dos Lorena Machado é normalmente ocultada no trabalho de genealogista durante o século XIX e primeira metade do século XX, como apontado por Marins (2002), já que Francisco é um filho natural, sendo posteriormente legitimado, como se vê no testamento de sua mãe, dona Marianna Angélica Fortes Bustamente e Sá Leme:

Declaro que nunca fui casada ainda me conservo solteira (...). Declaro que áfraqueza de meo Juizo namenor idade fes com que eu acreditase nas promessas de casamento que me fes o Exselentissimo Conde de Sarzedas Bernardo Joze de Lorena no tempo emque governou esta Capitania; e por isso cahi nos laços da sedução edele tive hum filho qual hé Franciso de Assis Lorena da Silveira que se acha na India na companhia de seu Pai no serviço de sua Alteza Real em oposto de Sargento mor de Ajudente de Ordenz (Testamento transcrito em MARINS, 2002: 43).

A trajetória de descendência ilegítima da família Lorena Machado não era uma exceção na sociedade colonial e imperial no Brasil mesmo que esses “padrões de ruptura comportamental das elites frente aos modelos clericais vigentes no período colonial e imperial permanecem ainda hoje sob forte silêncio” (MARINS, 2002 :45). Eram diversos os arranjos realizados para comportar famílias que se formavam a partir dessa condição, e que não necessariamente eram tão graves quanto vão se tornando ao longo do avançar do século XIX com o fortalecimento da lógica burguesa da família nuclear (MARINS, 2002: 51). Dentro dessa condição, a lógica da manutenção da propriedade de bens de raiz era importante nas transmissões de herança, já que não sendo filhos legítimos as possibilidades de manutenção da posição social ficavam ameaçadas, sendo mais complicados os arranjos por matrimônio, por exemplo. Garantir a propriedade da terra a um filho natural era uma forma de dar estabilidade de manutenção da condição social deste, sendo comum a repartição e propriedade ainda em vida para assegurar a transmissão da propriedade – sempre lembrando que a participação no mercado de terras urbanas dessa população foi expressiva, e que tiveram

um papel fundamental na reprodução desse capital quando do repartimento dessas propriedades.

Curiosamente, no caso específico da formação da chácara Lorena Machado, que será parte significativa do território que conformará o bairro da Liberdade, há uma ligação direta com a exploração colonial mais ampla, já que seu proprietário serviu ao Império no seu outro extremo, em Goa, na companhia de seu pai. A necessidade de garantir a propriedade da terra sem que isso significasse uma repartição excessiva do patrimônio familiar, questão fundamental do colonialismo, também aparecerá na segunda metade do século XIX entre os agentes urbanos que chegam no período da imigração massiva. Esses agentes urbanos imigrantes do tipo de Gilardi, e provavelmente do tipo de Possidônio Ignácio das Neves, vinham normalmente com algum capital para investir, por em geral não serem os primogênitos de suas famílias na Europa – habitualmente o primogênito herdava o espólio da família e os demais homens da linhagem amealhavam algum recurso para investir e ser proprietários onde havia mais terra disponível, com custo menos elevada, também assim evitando a excessiva repartição do patrimônio que poderia inviabilizar a manutenção de sua condição social (LANNA, 2012).

A relação tensa entre a elite paulista e os imigrantes investidores é bastante conhecida, sendo uma parte fundamental da urbanização de São Paulo nesse momento pela composição da propriedade da terra urbana, fazendo com que fosse bastante comum as transações entre agentes como Anna Maria de Almeida Lorena Machado e Possidônio Ignácio das Neves nas repartições mais ou menos amplas de chácaras. Ao vender suas propriedades e realizar casamentos com esse novo setor, as elites paulistas passavam a criar novas estratégias de distinção, fazendo com que esses arranjos, de permitir a propriedade de terras para filhos ilegítimos, seja pouco visível na historiografia para a lógica de transação da propriedade da terra urbana. Isso porquê os genealogistas passam a simplesmente suprimir boa parte das linhagens ilegítimas de seus trabalhos que são usados como fontes:

A chegada e a emergência dos imigrantes devem ter também contribuído para a ânsia de distinção dos antigos paulistas, que viam no trabalho dos linhagistas uma esperança de diferenciação e enaltecimento permanentes, já que calcados no passado imutável. O pretérito deveria, pois, seguir os cânones estritos de uma moral rígida que se difundira ao longo do sec. XIX no país, espalhando pelo país as

exigências comportamentais referenciadas na moral burguesa, cuja ápice era – ironicamente – a família real britânica e sua monarca, viúva e sabidamente casta... (MARINS, 2002: 52).

Nos dados do Arquivo Aguirra consolidados na pesquisa de Fantin, os Lorena Machado e Neves estão entre os mais recorrentes em transações comerciais para essa via. Fantin conclui que a concentração fundiária na rua Conde de Sarzedas é baixa, já que há poucas recorrências: três negociações de Possidônio, três de Terzo Franciscone e quatro de Francisco de Assis Lorena e Anna Maria Almeida Lorena Machado, num total de vinte e cinco transações para essa via (FANTIN, 2013: 54). No entanto, quase metade das transações são manejadas por três agentes, e seria impreciso determinar ou não essa concentração sem pensar na área total das transferências, porque, como vemos nos investimentos desse período para essa região, o adensamento da ocupação do lote era uma tendência bastante rentável. Há que se pesar também o volume de reprodução de capital permitido a cada novo parcelamento dos terrenos, ainda mais em um período que diferentes formas de acesso à terra estão em vigor. Podemos ver no caso discutido por Maria Luiza Oliveira, em análise do inventário de Joaquim Augusto de Camargo, falecido em 1882, proprietário de uma chácara na várzea da Mooca avaliada em 4 contos, propriedade adquirida por “datas legalmente cedidas pela Câmara”. Uma década depois, em 1891, a viúva D. Maria G. Camargo pede autorização ao curador de sua herança para vender a chácara, já que esta “não rende nada, estava em mau estado, mandou medir e levantar a planta, cortá-la em ruas e expô-la oferta ao público”, sendo o loteamento avaliado em 80:000\$000, ou seja, um incremento de vinte vezes o valor inventariado, de um terreno adquirido em concessão pela Câmara (OLIVEIRA, 2005: 302) – após o loteamento inicial, os lotes provavelmente seriam ainda repartidos, como vimos nesse caso da chácara Lorena Machado.

A propriedade de Possidônio Ignácio das Neves é ampla e vai se replicando por todo o bairro, a partir do reinvestimento no mesmo mercado que permitiu a reprodução do capital inicial. Em todas as décadas, de 1890 a 1920, encontramos pedidos de Neves, muitos voltados a ampliação de vilas, construções de mais casas em terrenos em que já tinha propriedades, modificações e repartições de imóveis, em vários logradouros do bairro. Se a concentração de seus investimentos e propriedades estava na rua e largo Conde de Sarzedas, especialmente depois de 1905 faz diversos pedidos para a rua dos Estudantes, tendo também pedidos para construção e intervenções em

propriedades na rua Galvão Bueno e Conselheiro Furtado. A lógica do investimento de Possidônio Ignácio das Neves era antes a da manutenção da propriedade, sua exploração a partir do mercado de aluguéis, o acréscimo de sua rentabilidade pela ampliação - utilizando para isso do interior do lote, da produção de ruas particulares e vilas - que a compra e venda de terrenos e imóveis. Assim, as transações imobiliárias identificadas por Fantin, que para seu período de estudo foram vinte e quatro transações de Neves em todo o bairro da Liberdade, não dá conta de apreender a concentração de propriedade desse agente urbano, ainda mais quando visto desde a população pobre que o tinha como uma opção extensiva de locatário numa mesma região.¹⁸⁰

¹⁸⁰ Assim Fantin descreve esse levantamento de transações imobiliárias: “Observando os registros para todas as vias pesquisadas, são revelados alguns proprietários que concentraram terras no bairro em diferentes vias: Antônio Gonçalves Silva Baturia, com mais de trinta registros dentre a venda, arrendamento e hipoteca de casas, terrenos e sobrados; Nicolau Gomes Pereira, com vinte e cinco vendas; Possidônio Ignácio Neves, com vinte e quatro vendas de terrenos e casas; Antonio Bento Souza e Castro, com quinze transações envolvendo casas; Casemiro Souza Guimarães, com dezoito terrenos vendidos; Manoel Correa Dias, com dezenove terrenos; Custódio Costa Nascimento, com aproximadamente doze terrenos negociados; Francisco Antonio Pedroso, com onze negociações entre casas e terrenos; Bispado Diocesano, com doze vendas de terrenos; Ferraz Soares e Cia, com nove terrenos vendidos; João Augusto Garcia, com sete terrenos vendidos; Luiz Rodrigues Ferreira, com nove terrenos vendidos; Aldo Ghio, com a negociação de casas; e o Banco União de São Paulo, com quatro vendas. São pelo menos nove nomes que se destacam como proprietários de imóveis em um quadro de mais de 1.200 proprietários efetuando vendas, hipotecas, arrendamentos e divisões de imóveis. Pode-se concluir que o bairro da Liberdade não apresenta concentração fundiária alta” (FANTIN, 2013: 57).

Figura 29 – Intervenção sobre recorte do “Sara Brasil” (1930) indicando a localização aproximada dos imóveis de Possidônio Ignácio das Neves localizados durante a pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2019) sobre Mappa Topographico do Município de São Paulo. SARA – BRASIL (Società Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici). Versão integral disponibilizada em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acervo do Arquivo Histórico de São Paulo.

Tabela 4 – Pedidos referentes a propriedades de Possidônio Ignácio das Neves

Décadas de atuação	Proprietário	Número de Pedidos	Logradouros
1890 1900 1910 1920	Possidônio Ignácio das Neves	27	Rua Conde de Sarzedas; Largo Conde de Sarzedas; Rua dos Estudantes; Rua Galvão Bueno; Rua Conselheiro Furtado;

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os elementos da experiência urbana de Possidônio Ignácio das Neves, quando desdobrados, formularam e foram formulados pela intrincada constituição do bairro da Liberdade. É nos porões das casas da região da rua e largo Conde de Sarzedas que os primeiros imigrantes japoneses se fixam no bairro, na década de 1910. Ou seja, Neves tem relação com a construção de moradias que atraíam uma população que, décadas depois, será construída como hegemônica na memória sobre o bairro. Uma concentração da população imigrante japonesa na rua Conde de Sarzedas é esmiuçada no estudo de Fantin (2013), que identificou bazares, pensões e mercearias japonesas nessa região, como a Pensão Ueji, aberta em 1914, uma filial da empresa de colonização Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha - KKKK, e a escola primária Taisho aberta nesta rua – em 1920, eram cerca de 300 os japoneses morando na rua Conde de Sarzedas (FANTIN, 2013: 96-97).

As atividades urbanas de Neves começaram, pelo menos, na década de 1890, ou seja, seu investimento a princípio estava direcionado a outros setores da população pobre: imigrantes europeus e nacionais, inclusive uma população negra expressiva, muito presente no bairro durante toda sua história. Na construção da memória sobre o bairro, esses setores da sua população são cindidos e apartados, no entanto, se encontram vivendo nas mesmas habitações precárias sendo explorados por um mesmo proprietário da região. Não só a vasta presença negra foi eclipsada na construção memorial sobre a Liberdade, mas também as condições miseráveis vivenciadas pelos primeiros imigrantes japoneses, partilhadas com os setores pobres da população nacional, inclusive os negros, desaparecem na folclorização do bairro oriental. Isso não é dizer que esse apagamento na representação memorial teve a mesma função: mesmo com questões de etnicidade específica, a imigração oriental também parece integrar a formação do negro como a figura do “outro” na estruturação de um mercado de mão de obra regular no país.

I.VI. – Forca, pelourinho, cemitério dos aflitos: questões da etnicidade na Liberdade

A análise desse complexo quadro dos conflitos, disputas e negociações na conformação do bairro, examinado a partir do desdobramento da experiência urbana de Possidônio Ignácio das Neves, se realizou em um território de ocupação antiga na cidade, que tem sua territorialidade profundamente marcada pelo escravismo, mas também por vivências da população negra para além dessa condição de opressão. Apesar de geralmente ser tratado como um território ocupado no processo de loteamento de chácaras na segunda metade do século XIX, como os demais bairros centrais, as dinâmicas de ocupação da terra urbana do bairro nos dão mais elementos para discutir as implicações políticas dessa formulação. Como discutimos anteriormente, assim como os núcleos mais afastados da centralidade histórica da cidade, os territórios contíguos a ela também tinham uma ocupação que nem sempre se resumia a chácaras. É o caso da Liberdade, bairro localizado a cerca de 700 metros da antiga Sé – contígua à área sobre a qual se construiu a narrativa de fundação da cidade, o Pátio do Colégio -, era conhecida no período colonial, e em parte do Imperial, como Distrito da Glória. Contíguo ao Triângulo histórico na direção sul, partia desse planalto em um terreno acidentado que, em declive, desembocava nas margens do Tamanduateí (SEVCENKO, 2004: 19). O bairro teve funções públicas centrais para a São Paulo colonial e imperial, estando integrada à dinâmica urbana desde período bastante remoto.

Na década de 1720, nas recorrentes discussões sobre o trato com o tráfico interno de pessoas escravizadas, a Câmara debatia não só a necessidade de registro dos escravizados trazidos do Rio de Janeiro, como a necessidade de se estabelecer um período de quarentena na rua do Lavapés para evitar o alastramento do contágio das bexigas. O então governador Conde de Sarzedas, na década seguinte, expunha à Câmara suas preocupações de colocar em prática um regimento de capitães do mato pois as fugas se avultavam na cidade, sendo essa região também um refúgio dos que conseguiam escapar dos seus escravizadores (BORREGO, 2007: 224). Das dinâmicas de ocupação desse território, também destacamos o primeiro cemitério da cidade. O cemitério foi construído em 1775, e tinha como função “abrigar os desvalidos, indigentes, condenados, em suma, todos os desclassificados que não tiveram os recursos para serem enterrados nas várias igrejas e capelas de dentro da cidade” (LESSER, 2007: 19). No centro do cemitério, estava a Capela dos Aflitos, até hoje conservada na cidade

em seu estado original, uma construção em taipa de pilão. Nessa capela, os condenados à morte na forca, que ficava alguns metros acima, no que era conhecido como Morro da Forca, esperavam para serem encaminhados para a execução em praça pública. Essa elevação de terra, no topo do Caminho do Carro de Santo Amaro, permitia sua visibilidade a partir de toda área da centralidade histórica (SEVCENKO, 2004: 19).¹⁸¹ Quem ia da antiga Sé para o Morro da Forca, passava antes pelo Largo do Pelourinho, praticamente no meio do caminho, onde hoje se localiza o Largo Sete de Setembro. O Pelourinho foi transferido de local diversas vezes na cidade, mas quando da instalação da Forca nessa localidade, no mesmo ano do cemitério, já lá se encontrava (SEVCENKO, 2004: 20).¹⁸² Também faziam parte da paisagem do Distrito da Glória colonial um matadouro e o arsenal e depósito de pólvora da cidade – em uma região que é conhecida até hoje como Largo da Pólvora. Em 1824, a Santa Casa de Misericórdia se instalou em um casarão no bairro, e, no ano seguinte, estabeleceu ali uma Roda dos Enjeitados; em 1840 o hospital foi transferido para um prédio maior na rua da Glória.¹⁸³ Em 1836 é fundada a irmandade Nossa Senhora dos Remédios, local de referência para a organização de abolicionistas na cidade, especialmente dos caifases (JESUS, 2010: 6).

A conformação desse bairro não está separada do restante da dinâmica da urbanização da cidade. Assim, entremeando equipamentos públicos, havia uma ocupação de moradias, sem dúvida composta por chácaras como os demais bairros centrais da cidade, mas que nem sempre eram extensas ou de pessoas com distinção social. Um retrato do tipo de ocupação da região pode ser apreendido pelos pedidos feitos à Câmara para concessão de terras da Liberdade na primeira década de 1800, analisados por Santos, que identificou sete requerentes, um dos quais com dois pedidos, que demandavam concessões de terras com dimensões mais extensas do que o verificado para a região oeste, sendo que “[...] metade dos pedidos no sul tinham perto ou mais de 104,5 metros (medida da maior porção de terra concedida a oeste) [...]”

¹⁸¹ “Caminho de Carro” era a primeira ligação terrestre de Santo Amaro com o núcleo urbano de São Paulo, também era bastante usada a ligação fluvial. Era a única ligação terrestre até o século XVII quando se abriu o que ficou conhecido como “Caminho Novo” e posteriormente Estrada de Santo Amaro. Ver mais em: DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo, 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1997.

¹⁸² Há divergência entre os dados apresentados por Lesser e Guimarães, e o apresentado por Sevcenko, que atribui a construção do cemitério a 1779 – no entanto o texto é ensaístico, não apresentando a referência das fontes, assim optamos por manter a informação dos textos que informam de onde a data foi retirada.

¹⁸³ A roda de enjeitados era uma instituição que servia para o abandono de crianças de relações não oficializadas pela Igreja em várias partes do mundo ocidental. Segundo Sevcenko, indígenas do aldeamento de Santo Amaro foram responsáveis por servir de amas-de-leite para as crianças, significando um “segundo repovoamento indígena dos baixos da Glória” (SEVCENKO, 2004: 23).

(2013: 84). O perfil dos requerentes também era distinto, na avaliação da pesquisadora, tratando-se de uma parte da população menos privilegiada, já que “não havia nenhum oficial camarário, vereador ou membro do clero” (Santos, 2013: 84). Se configuraria, então, como uma região de menor interesse pelas elites e menos valorizada no mercado de terras urbanas:

Enquanto, na Cidade Nova [vetor oeste, bairro da Santa Ifigênia], a única solicitante do sexo feminino foi referida na documentação como “Dona”, no Caminho para Santos, temos o pedido de uma Feliciano de Medeiros, “preta forra”, casada com Sebastião, cativo do alfaiate Joze Roiz Cardim. É dela o menor terreno concedido, com apenas 10 braças ou 22 metros de frente. [...] Mesmo assim, Feliciano precisou de persistência para assegurar a concessão de suas terras. Apesar de ter sua solicitação atendida em setembro de 1810, a liberta entrou com novo pedido, em dezembro do ano seguinte, por ter sido impedida de continuar as obras de sua casa. Segundo consta na nova solicitação, Joaquim Joze de Oliveira – também possuidor de terras na região – forçou-a a suspender sua empreitada, alegando que os limites do terreno de Feliciano sobrepunham-se às terras de um Guilherme Henrique May. Para solucionar a contenda, a Câmara concede outras terras a ela, na mesma área, mas com apenas 6 braças ou 13,2 metros de frente (SANTOS, 2013: 84-85).

Como exposto até aqui, a ocupação do bairro então se dava por largas chácaras, que no seu interior poderiam ser utilizadas por posseiros, mas também por terrenos menores, em uma relação constante de distribuição de terras pelo poder público – que, ao menos no meio urbano, sofrera modificações no pós-Lei de Terras ampliando a dificuldade de acesso direto, junto à municipalidade, à terra para os mais pobres.¹⁸⁴ No caso da propriedade de terra de grandes extensões é possível identificar as chácaras “do Sertório, do Cônego Fidélis, do Moreira, do Fagundes, de parte da chacara de D. Ana Machado” (LESSER, 2007: 380). Seu loteamento criou as seguintes ruas: parte da chacara de Francisco de Assis Lorena originou as ruas Conselheiro Furtado, Bonita, Santa Luzia e Conde de Sarzedas (LESSER, 2007: 381); a chacara Tabatinguera também compõe a formação dessas ruas, menos a rua Bonita (GUIMARÃES, 1979: 35-41); a chacara do Sertório originou as ruas Pedroso, Maestro Cardim, Alfredo Elis,

¹⁸⁴ Há uma vasta produção sobre as políticas de acesso à terra urbana em São Paulo nos períodos colonial e imperial: a pesquisadora Lucia Simoni dedicou seu mestrado (1997) e doutorado (2003) a esse tema; Fernando Victor Aguiar Ribeiro também trabalhou em parte esse tema em seu doutorado, publicando artigo especificamente sobre essa questão: Os direitos de propriedade da terra urbana na América Portuguesa: o caso do município de São Paulo colonial. *Revista de História* (UNESP), v. 36, pp. 1-25, 2017; desenvolvi um balanço desse problema na minha dissertação de mestrado, publicando parte do balanço nos Anais do XVII ENANPUR: “Arruamentos e loteamentos em São Paulo na passagem do Império para a República: legislação e agentes” (BORIN, 2017).

Martiniano de Carvalho e Artur Prado (LESSER, 2007: 381); a chácara da D^a. Alexandrina de Moraes deu origem às ruas da Liberdade e Vergueiro; a chácara de Caetano Ferreira Balthar às ruas Américo de Campos, Barão de Iguape e da Glória; a chácara Fagundes as ruas Fagundes e Galvão Bueno; e a Quinta de Francisco Machado à rua da Fábrica e o Largo de São Paulo (GUIMARÃES, 1979: 35-41).

Além dessa parte do loteamento do bairro, a Liberdade tinha a característica de ter um estoque de terras em sua área mais central. No ano de 1858, com a inauguração do Cemitério da Consolação, o cemitério da Liberdade interrompeu as atividades de sepultamento (GUIMARÃES, 1979). As antigas terras do cemitério entraram para o mercado de terras urbanas da cidade, sendo loteadas e vendidas, restando do antigo uso o beco e a Capela dos Aflitos (LESSER, 2007: 10-11). Podemos ter uma imagem do tipo de loteamento que se deu no bairro analisando a ocupação da quadra que abriga esses espaços: trata-se de uma quadra pequena, quase quadrangular, com uma mistura de lotes estreitos e profundos; lotes médios e com construções mais quadriculares; no centro do lote está a Capela, com acesso pelo Beco e assim algumas edificações estão alinhadas para ele. Essa é uma quadra bastante adensada, tendo 27 lotes todos edificadas, com apenas uma edificação recuada, que apesar de ser de formato mais quadrangular é uma das menores da quadra.

Figura 30 – Recorte do mapa “Sara Brasil” localizando a quadra da Capela dos Aflitos (1930)



Fonte: Recorte da folha 51_18 do Mappa Topographico do Município de São Paulo. SARA – BRASIL (Società Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici). Série: Plantas da cidade. Fundo: Prefeitura do Município de São Paulo. Acervo do Arquivo Histórico de São Paulo.

Também no ano de 1858, a força foi retirada e o largo rebatizado, por força de um edital, sendo a partir de então chamado de Largo da Liberdade - adotando o nome do chafariz localizado nas proximidades (LESSER, 2007: 11). A nomenclatura tem uma acepção muito distinta da que tinha esse termo para os negros que buscavam a alforria, já que o chafariz recebeu o nome como uma homenagem da Câmara à revolta na corte do Rio de Janeiro que culminou com a queda do governo de D. Pedro I. Para Sevcenko, a homenagem “assinalava assim a vocação liberal da elite paulista e o papel-chave que vinha assumindo na gestão da jovem nação independente” (2004: 21). Neste dialético jogo entre as acepções da liberdade num território de suplícios e lutas, vemos como a contradição e as tentativas de construção de uma narrativa consensual estão entranhadas na história da ocupação desse bairro. Os motivos oficiais para mudança do nome não eclipsam os significados que a população daquele território deu a essa transformação de usos desse espaço, que será tão significativo nas práticas de ancestralidade e de rememoração da população negra.¹⁸⁵ Especialmente porque esse território, além de

¹⁸⁵ Lembramos que a retirada da força não significou, inclusive, que a pena de morte estivesse extinta no

contar com esses equipamentos públicos que destacamos, também era um reduto de moradia para a população negra da cidade.

Na narrativa de importantes sambistas da cidade, o mais antigo registro de uma festividade carnavalesca ocorre no bairro um ano antes da retirada da forca. Em 1857, um grupo denominado Zuavos desfilava pelas ruas do Distrito da Glória (CUICA; DOMINGUES: 2009), sendo que a localização desse registro como uma gênese do carnaval paulistano, a região do Distrito da Glória, especialmente a parte referida como Lavapés, às margens do rio Tamanduateí, foi entendida como um vértice importante na historiografia sobre a ocupação e cultura negra em São Paulo na produção de sambas e sambas-enredos. Junto com a região do Bixiga-Saracura e da Barra Funda, formaria a tríade de redutos tradicionais de nascimento do samba e da cultura popular negra em São Paulo (SIMSON, 2007: 99). Essa presença conformou uma produção que reflexiona sobre as territorialidades negras da região, portanto, desde período muito remoto, ainda que não exista, em alguns casos, registros delas para além da tradição oral – preservadas, no entanto, no cotidiano dessas agremiações que nas suas fusões e dispersões seguem vivas no bairro.¹⁸⁶ Analisando o inventário do africano Procópio Fernandes da Costa, falecido em 1876, Oliveira (2005: 326) verificou a propriedade de uma casa térrea na estrada para Santo Amaro e terras no Lavapés – avaliadas ambas em 280\$000 -, terras essas que faziam divisa com outras de propriedade de “Mariano de Tal, conhecido como Mariano do Furtado”, denominação que caracteriza Mariano provavelmente como um ex-escravizado.

Em uma situação em que a maioria da população não chegava a passar por um processo de inventário quando falecia, já que não tinha bens suficientes que justificassem as custas, vemos um africano com propriedades na região que Oliveira usou como um exemplo representativo de que era comum encontrar forros, libertos e negros livres com pequenas propriedades nessa região da baixada do Tamanduateí. Outro largo criado no bairro é o Largo da Pólvora, após a demolição da Casa da Pólvora em 1873 (FANTIN, 2013: 36), que também liberou terras para o mercado. A saída da forca foi coroada com a construção da igreja Capela de Santa Cruz das Almas dos

país: a última execução com base na lei ocorreu em 1876 e a penalidade súbita só foi definitivamente legalmente abolida com a primeira constituição republicana.

¹⁸⁶ É o caso de uma das primeiras escolas de samba da cidade, Lavapés, fundada em 1937, mas que tem uma longa tradição até sua criação de seus membros participarem em outros agremiações carnavalescas do bairro, como o bloco Baianas Teimosas e o cordão Paulistano da Glória (SIMSON, 2007: 101). Geraldo Filme, sambista-cronista-historiador da presença negra em São Paulo, é filho da matriarca desse cordão.

Enforcados, em 1891, criando outro centro de devoção profundamente articulado com a história negra desse território (GUIMARÃES, 1979). A capela se tornou uma referência material ao culto de Francisco José das Chagas, Chaguinhas, um cabo negro que liderou uma rebelião em Santos contra o não pagamento dos soldos um ano antes da Independência. A execução de Chaguinhas nessa forma o tornou uma santidade para a população da cidade, especialmente para a população negra pela ritualização da sua execução, já que a corda se rompeu mais de uma vez impedindo a execução imediata. A criação da Capela das Almas dos Enforcados cria no coração do bairro uma materialidade para esse culto popular, apesar de não o assumir explicitamente.¹⁸⁷

Como vemos, há uma forte presença negra no bairro, em várias dimensões, inclusive na constituição de um dos principais territórios de ancestralidade na capital.¹⁸⁸ As disputas pela memória da ocupação desse bairro e a composição étnico-racial da sua população, presentes também no caso da Santa Ifigênia, como vimos, têm recentemente tomado contornos ainda mais dramáticos no caso da Liberdade, pela contraposição à memória hegemônica de recinto oriental por uma memória afro-brasileira dos espaços de suplício da população negra, ligados à escravidão, assim como por uma territorialização nessa região de sociabilidades e religiosidades negras – pautada na ancestralidade. Esse embate memorial é mais forte e visível no caso da Liberdade, já que se trata de um dos bairros de São Paulo que foi folclorizado como bairro imigrante, sendo a composição oriental da sua população utilizada oficialmente como material turístico pela municipalidade: através de um processo institucional da Prefeitura de São Paulo, que se iniciou na década de 1970, a Liberdade foi transformada no “bairro oriental paulistano”. Criando uma estetização turística das ruas, se propagou uma representação idealizada de origem oriental sobre essa região para habitantes e

¹⁸⁷ Atualmente, em algumas sextas-feiras, as celebrações realizadas na Capela dos Aflitos e na Igreja dos Enforcados contam com a distribuição de pipoca. A pipoca é no culto Candomblé oferenda ao orixá Obaluae, também conhecido como Omulu. Essa prática ritual tem proveniência da nação Jeje, mas no Brasil também é realizada pelas nações Angola, Ketu e Efon. Na umbanda, a oferenda se referencia principalmente a Xangô e Oxalá. Destacamos que estas religiões não funcionam na lógica dogmática, então essas práticas são móveis dentro das diversas casas e comunidades que as seguem, essa é a tendência da relação com a pipoca como oferenda na cidade de São Paulo atualmente.

¹⁸⁸ Uma das dimensões desse ser um território sagrado de ancestralidade é justamente o Cemitério dos Aflitos, já que quando do fechamento não há registros claros que se as ossadas foram exumadas e transferidas. Recentemente, em 2018, a demolição ilegal de um prédio nas proximidades da Capela dos Aflitos, para a construção de um centro comercial foi embargada, e através do trabalho arqueológico foram localizadas ossadas enterradas no local. Setores do movimento negro organizado protocolaram o pedido para tombamento da área, seguida de desapropriação pelo poder público para criação do Memorial dos Aflitos. O processo segue em curso em 2020, sob responsabilidade do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH), que promoveu audiências públicas sobre o tema e conta com o apoio de vereadores para sua efetivação.

visitantes da cidade. A presença de orientais, inicialmente japoneses, é considerável na região desde a segunda década do século XX, entretanto, ela está longe de hegemonizar a história desse espaço.

Contra essa narrativa e essa memória institucional do bairro oriental, agentes de educação patrimonial e coletivos de resgate da memória têm buscado mostrar o que seria uma outra face da história do bairro.¹⁸⁹ Pensamos que, desde as experiências da urbanização, não se busca um *outro lado* da história oficial, mas sim uma história que expõe os confrontos, as fissuras, as negociações, como parte integrante do que foi e do devir desse território, que é construído a partir das formas de moradia, trabalho e lazer, dos ritos religiosos, entre tantos outros suportes que impedem a ilusão de apreensão total dessas manifestações. Um dos intelectuais que trataram dessa questão foi Geraldo Filme, filho da matriarca fundadora do cordão Paulistano da Glória, que compôs diversos sambas sobre a história e a memória negra na sua relação com São Paulo. Filme tinha uma visão bastante refinada da construção dessa memória em sua produção, articulando dimensões distintas de apreensão da história negra e da construção do devir dessa população. Não há nenhuma referência direta à forca, ao pelourinho, ao cemitério ou às igrejas do bairro na sua produção, mas são várias referências a agentes negros da história da cidade, como o construtor Tebas citado na letra sobre a Praça da Sé, assim como a diversas matriarcas do samba paulista e sambistas. As sociabilidades, usos e apropriações do espaço público pela população negra e trabalhadora são a tônica da sua produção, traçando constantemente uma narrativa que torna complexa e tensa as relações entre as classes na sua disputa pelo espaço citadino (AZEVEDO, 2016). Nas letras de Geraldo Filme não há esquecimento sobre o passado negro, mas sim um constante jogo para problematizar o que é ou não legitimado no discurso hegemônico.

A produção desse sambista e intelectual trata, sobretudo, de construir conhecimento a partir de outras bases, para outro interlocutor, e não de expor um *outro*

¹⁸⁹ A narrativa desse grupo de agentes se centra principalmente nos espaços de suplício da população negra nesse território: o pelourinho e a forca, como espaços diretos do castigo; o primeiro cemitério público da cidade, que abrigava os mais pobres que não tinham recursos para serem enterrados nas igrejas (se configurando assim, como um cemitério que recebia majoritariamente negros escravizados, alforriados ou livres), assim como a Capela Nossa Senhora dos Aflitos, que ficava no centro do cemitério, e a Igreja Nossa Senhora das Almas dos Enforcados. As discussões aqui realizadas partem da apresentação “Liberdade, um bairro negro paulistano? Reverberações políticas dos embates pela memória pela memória pela memória da escravidão”, e dos diálogos a partir dela, no seminário Salvador e suas cores 2017: Arquiteturas Afro-Brasileiras – Um campo em construção.

lado de uma mesma história – explora as fissuras da própria narrativa legitimada pela ordem, transformando-o profundamente. Outra característica dessa produção é que ela não se finaliza na produção da letra e da música: a ritualização daquela reflexão é parte da produção do conhecimento, quando dos ensaios, desfiles, das rodas de samba. Assim, o fazer coletivo dessa reflexão, desse saber, é parte intrínseca das suas proposições:

São Paulo, menino grande
 Cresceu não pode mais parar
 E o pátio do colégio quem lhe viu nascer
 Um velho ipê parece chorar
 Não vejo a sua mãe preta
 Na rua com seu pregão
 Cafezinho quentinho, sinhô,
 Pipoca, pamonha e quentão.
 Lembrar, deixa-me lembrar, laiarálalaláiá
 (FILME, 1980)

A lembrança nessa canção de Geraldo Filme ecoa formas de ocupação das ruas pela população negra na capital paulista (ainda que não exclusiva dela), mostrando a partir de práticas de sobrevivência também formas do espraiamento da ancestralidade na relação com a cidade. Ao mesmo tempo que tiravam seu sustento, as quituteiras exerciam sua ancestralidade nos produtos oferecidos, disputando marcas no processo de urbanização da cidade com sua ocupação das ruas (DIAS, 1995: 155-168). A figura da quituteira é uma das mais longevas da experiência negra e popular em São Paulo, sendo na atual configuração da cidade uma permanência que cotidianamente mostra como práticas populares resistiram às tentativas de normatização do espaço urbano. Essa canção de Geraldo Filme tem a sensibilidade de tratar dessa relação entre memória e presença, pontuando símbolos da negritude entranhadas nos usos do espaço público. Desde essa perspectiva, a agência negra na história desse território é forte - não houve *apagamento* ou *invisibilidade* desses agentes -, mas era expressada não isoladamente, e sim nas suas relações dentro de um bairro misto, inserida na disputa contínua da construção de uma narrativa consensual. Apesar do partilhamento das condições de moradias precárias, quando da chegada dos primeiros imigrantes japoneses, de certo algo que os separava era a construção do horizonte de expectativas desses distintos setores de habitantes do bairro.

Os japoneses chegados ao bairro começaram a imigrar nos desdobramentos dados pelas estratégias de consolidação do capitalismo global, se aproximando assim da massiva imigração europeia. Com o fim da guerra russo-japonesa o desemprego se

alastrou, e os massivos impostos sobre o campo para sustentar a guerra levou à decadência dos pequenos e médios proprietários, promovendo a concentração fundiária. Essa concentração, por sua vez, motivou a eclosão de movimentos de camponeses questionando o regime de parceria que os mantinha empobrecidos, e a parcela da população que se deslocou para cidade enfrentou dificuldades para se manter como artesãos ou pequenos comerciantes, caindo facilmente na miséria (HANDA, 1980: 102). Assim, a companhia imperial de imigração, ao buscar conter esse cenário, prometia uma realidade distinta do que esses imigrantes encontraram no Brasil para arregimentar candidatos dispostos a cruzar o mundo. Essa instituição promoveu o envio da primeira leva de imigrantes em 1908, a partir de um acordo com o governo brasileiro, que buscava alternativas após a proibição da imigração subvencionada pelo governo da Itália a seus cidadãos em 1902, dadas as precárias condições de trabalho nas fazendas de café (HANDA, 1980: 103). O acordo com o governo brasileiro era também uma alternativa para o Império Japonês, que no ano anterior, 1907, se viu forçado a realizar um acordo com o governo dos Estados Unidos para suprimir a imigração para esse destino, outro resultado dos desdobramentos geopolíticos da vitória do império Japonês sobre a Rússia (VAZ-PINTO, 2014).

A imigração japonesa subvencionada durou até 1914, com o deslocamento de quase 15 mil pessoas, sendo cortado o acordo pelo governo brasileiro porque foi comum o não cumprimento do contrato por esses imigrados, que se desligavam das fazendas pelas condições de trabalho a que eram submetidos:

[...] explica que a pobreza era devida ao velho sistema de extorsão praticado nas fazendas (armazéns), a buscar a sobrevivência nas “culturas intercalares”; mais ainda, indica os pontos negativos que pesaram desfavoravelmente para os “imigrantes em busca de fortuna no exterior”: os diferentes modos de viver a obrigar famílias inteiras a saírem para o trabalho, sem permitir que se deixassem as mulheres e os filhos em casa, e, portanto, sem dar condições sequer de se proverem de alimentação criando galinhas. [...] É fácil perceber que a vida nas fazendas se mostrou intolerável para os “imigrantes em busca de fortuna no exterior”, vindos só com o fito de receber salários. O que lhes passava pela cabeça era como aguentar na fazenda semelhante ganho, depois de gastar um dinheirão para vir para um fim de mundo como o Brasil? Achavam que vieram tapeados pela propaganda da companhia de emigração (HANDA, 1980: 75).

Na leitura do memorialista das primeiras levas de imigração japonesa, há que se desconsiderar as leituras de fracasso da empreitada já que os “japoneses do

estado de São Paulo puderam paulatinamente melhorar sua condição de vida a partir das fazendas de café” (HANDA, 1980: 73). No entanto, a face de prosperidade desses imigrantes na pequena produção agrícola e comercial demora a se consolidar, e não abarcou o conjunto dessa população, que também se utilizou de estratégias de retorno à terra natal, comum entre os italianos por exemplo, ou mesmo padeceu de destinos mais cruéis. Um auto crime do ano de 1913 aberto para investigar as condições em que se deu o suicídio do japonês Rocky Tetsouro em uma casa coletiva na rua Flora, no bairro do Brás, mostra que as condições de desespero que levaram Mariana, negra, a se atirar debaixo do bonde na Santa Ifigênia da última década do século XIX também atingiam à população imigrante pobre já na segunda década do século XX.¹⁹⁰

O processo é composto por um exame cadavérico e o depoimento de duas testemunhas, que residiam na pensão em que Rocky se suicida. O primeiro a depor é Kanedo Cosabero, de 23 anos, japonês, casado, carpinteiro, que declara que seu patrício Rocky pediu para ficar “ali” pois achava-se sem emprego, permanecendo na casa do depoente cerca de 15 dias, ao fim dos quais retirou-se dizendo que ia para uma fazenda no interior do estado trabalhar. Foi ele que encontrou o cadáver de Rocky enforcado na latrina, quando se dirigiu a ela as seis e meia da manhã encontrando-a fechada pelo lado de dentro, a qual teve de arrombar porque chamou diversas vezes depois de muita espera. Depois foi informado por outros moradores da casa que Rocky havia retornado e pedido para dormir ali na noite anterior, quando essa testemunha já estava dormindo. Declarou que não conhecia Rocky há muito tempo, sendo que a vítima vivia no Brasil e sua família seguia no Japão, dizendo ainda que desconfiava que Rocky sofria de mania de perseguição. A segunda testemunha, Antonio Emai, de 25 anos, japonês, solteiro, carpinteiro, disse que conhecia Rocky há cerca de dois anos, que com ele trabalhou como criado em diversas casas da família. Deu praticamente a mesma declaração da testemunha anterior, apenas acrescentando que foi ele que recebeu Rocky no seu retorno a casa, cerca de 11 horas da noite, e que pela manhã saiu muito cedo para trabalhar, sendo avisado do suicídio cerca de meio-dia em seu trabalho por um dos moradores da casa. Declarou que não sabia os motivos que levaram ao suicídio, mas que, assim como Kanedo, acha que Rocky sofria de mania de perseguição.

¹⁹⁰ A Justiça – processo de investigação de suicídio de Rocky Tetsouro, 1913. Processo número TJ1-1001286443-6, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Os desfechos trágicos de Mariana e Rocky são explicados pelas testemunhas desde a condição do sofrimento mental, individual, que parecia acometer as vítimas. Seria delicado tratar das questões específicas de etnicidade que atravessam o suicídio nesses dois casos, mas podemos perceber que as suas decisões de interrupção da vida não pareciam expressar apenas um mal-estar individual, mas sim contém questões de um mal-estar social que atravessa os setores da sociedade que esses agentes faziam parte. Se por um lado há o sofrimento de uma mulher negra no pós-abolição, que se apresentava, em hipótese, como um momento de transformação do quadro das possibilidades de fruição da liberdade para toda a população negra, mas que se revelou como um momento de aprofundamento das estratégias de dominação baseadas no racismo, inclusive institucionalmente; de outro, temos imigrantes que foram trazidos com a promessa de uma condição financeira e profissional estável, e que, ao encontrarem condições precárias de trabalho, passam a buscar alternativas apenas para garantir a própria sobrevivência, quadro muito distante das promessas feitas pelas companhias promotoras da imigração.¹⁹¹ Os suicídios, nesses casos, se configuram como uma agressão contra si mesmos, mas se desdobram também como uma agressão contra essa ordem social, já que rompem com a instância interna civilizatória de controle da pulsão violenta (FREUD, 2010: 92-93). A impossibilidade de sustentar o sofrimento causado por essa ordem leva a uma ação de autodestruição que expõe as próprias fissuras dessa ordem, compostas também pelas tensões da formação das hierarquias sociais e raciais.¹⁹²

¹⁹¹ Consideramos aqui a possibilidade de Mariana já ser liberta, como a maioria da população negra da cidade, no momento da abolição, o que pontuamos é as expectativas despertadas na população negra do país que o processo de Abolição geral os proporcionaria outra condição social na ordem vigente. No entanto, o acirramento das estratégias de controle pela promoção do racismo marcou o pós-Abolição, tanto na discriminação nas relações sociais, quanto na ação direta do Estado. Há uma vasta e consolidada produção que sustenta essa interpretação: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: O negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CUNHA, Olivia. M. Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-Cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007; AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2010. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: EDUSP, 2015.

¹⁹² Estamos tratando aqui desde a perspectiva da sociedade que foi acometida por esses suicídios, mais do que pelas questões específicas relacionadas ao suicídio na etnicidade desses agentes. Há questões complexas envolvidas nas relações raciais aqui abordadas, impossíveis de serem desdobradas no momento, mas nos parece importante pontuar que quando da primeira regulamentação para imigração feita no pós-abolição, um regramento já republicano, eram igualmente proibidas a entrada nos portos brasileiros de “indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos” (Art. 1º do Decreto n. 528, de 28 de junho de 1890). Claro que o regramento permite uma dubiedade de interpretação, que também reflete as relações estabelecidas pelo Império Japonês com o ocidente durante o século XIX perpassadas pela questão racial. Nesse mesmo contexto,

Ambos suicídios são expressões de um mal-estar mais generalizado da consolidação do capitalismo nas estratégias para submissão da população pobre a um regime de trabalho regular, mas que cumprem efeitos diversos: se aos negros cabe ser o “outro” que inflige o medo nos demais da despromoção na escala social, ainda que essa população fosse parte muito relevante das trabalhadoras e trabalhadores da cidade, aos imigrantes cabe apenas prosperar, apagando o passado de miséria e, especialmente, esquecendo os que não prosperaram e/ou sucumbiram. Como discute uma extensa literatura sobre a desigualdade no Brasil, as condições em que se deu a imigração massiva, mesmo de não-brancos como no caso dos japoneses, favoreceu a longo prazo melhores condições socioeconômicas para essa população, ainda que dentro dos extratos da pobreza, situação inversa à da população negra nacional.¹⁹³ Apenas apontamos que o apagamento dessa condição inicial de partilhamento das condições miseráveis por esses setores no período em que se concentra essa pesquisa também está implicado na manutenção da imagem do negro como o “outro” na estrutura produtiva e social. E que essa produção de sentidos não se dá apenas no momento do encontro entre a população negra do país e as levas de imigrantes, mas sim que isso só pôde ser articulado dessa forma pelo estreito vínculo desses processos desde o começo da modernidade – como já discutimos, o entrelaçamento a construção dos estados-nacionais, da empreitada colonial, do escravismo e da submissão do povo a forma capitalista de trabalho na Europa.¹⁹⁴

devemos considerar os esforços do Império Japonês para a aprovação de cláusula no Tratado de Versalles de igualdade racial entre as grandes potências («All nationals of all members of the League of Nations should receive equal and just treatment in every respect making no distinction, either in law or in fact, on account of their race or nationality.»), que não foi aprovada sobre grande resistência estadunidense e britânica. Importante também considerar os ideais de superioridade racial japonesa na sua ação imperialista na Ásia e como parte do Eixo na Segunda Guerra Mundial. Ver: SHIMAZU, Naoko. *Japan, Race and Equality: The Racial Equality Proposal of 1919*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1998.

¹⁹³ Referenciamos aqui a produção mais recente sobre o tema: SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história de desigualdade: as maiores rendas no Brasil, 1926-2015*, São Paulo: HUCITEC, 2018; ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018; MONSMA, Karl. *Reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EDUFSCAR, 2016; CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro, Editora FGV/Faperj, 2010.

¹⁹⁴ Essa questão foi a base da produção de importantes intelectuais negros, como Clóvis Moura, em vários trabalhos como: *Brasil: Raízes do protesto negro*. São Paulo: Editora Global; *Os quilombos e a Rebelião negra*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; *As injustiças de Clio: O negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004; também de Beatriz Nascimento, em: Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. Rio de Janeiro, *Estudos Afro-Asiáticos* 6-7, 1982c, pp. 259-265; O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra* Nos. 6-7, 1985, pp. 41-49. Nessa mesma perspectiva, está o clássico estudo dirigido por Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre o racismo e a relação da estrutura de classes no Brasil e sua formação racial.

I.VII. - O comércio de víveres e os usos de porões

Os imigrantes europeus trabalhando em serviços por jornada ou como pequenos comerciantes aparecem frequentemente na documentação consultada nesta pesquisa, como no auto crime aberto em 1896 contra o italiano de Campo Rosso, Abraham Carfagmini, acusado por ter “offendido physicamente o menor Jorge Conceição”.¹⁹⁵ A primeira testemunha ouvida é o alemão Henrique Zschächner, de 36 anos, que relata que estava com sua esposa na “porta da caza de seu estabelecimento”, uma padaria, localizada na rua Conselheiro Furtado n° 69, quando Jorge ofendeu “brincando” um soldado, cerca das 9h da manhã. O soldado respondeu atirando um punhado de terra na cara de Jorge que, ficando sem visão tentou se esquivar do soldado correndo na direção do outro lado da rua, onde estavam paradas duas carroças com alguns trabalhadores realizando serviços de reparos e coleta de terra. Nesse movimento, o padeiro alemão alegou que Jorge se chocou contra a picareta do italiano que estava trabalhando, que, portanto, não se tratou de uma agressão deliberada. Uma solidariedade se estabelece entre essa turma de trabalhadores por jornada italianos e o padeiro alemão, sendo ele a única testemunha a defender o acusado, já que todas as outras testemunhas convocadas alegam não ter presenciado o fato – há uma insistência de convocação a novas testemunhas, já que as primeiras não comparecem, e o processo só é encerrado, e Carfagmini absolvido, depois que depoentes brasileiros prestam declaração.

Podemos ver a presença imigrante europeia no bairro, mas também a construção desses laços de solidariedade, e nos se aproximar de formas de trabalho que vivificavam o cotidiano do bairro da Liberdade, nos trabalhos intermitentes ocupando as ruas, e nos pequenos estabelecimentos, especialmente de gêneros alimentícios, em geral sendo imóveis mistos em que a família usava o mesmo imóvel para trabalhar e viver. Um ponto de sociabilidade entre trabalhadores estrangeiros no bairro aparece em um auto crime de atropelamento do mesmo ano, 1896, em que Manoel Capello, que era português e trabalhava como maquinista, e João Garcia, espanhol, que trabalhava como foguista, são indiciados por atropelar com uma locomotiva Miguel de Aquino às 11 horas da manhã em frente a cocheira da “Companhia Viacção Paulista”, na rua Lavapés.¹⁹⁶ O processo foi aberto alegando que o atropelamento teria ocorrido por

¹⁹⁵ A Justiça contra Abraham Carfagmini, 1896. Processo número 006K1061-0035-5, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁹⁶ A Justiça contra Manoel Cappella e João Garcia, 1896. Processo número 022ª0224-0011-9, do Arquivo

imprudência dos denunciados, no entanto são absolvidos a partir dos depoimentos dos colegas de trabalho, italianos e portugueses, todos residentes na própria rua Lavapés, que defendem que a morte se tratou de um acidente e não de imprudência dos trabalhadores - há inclusive uma apelação contra a absolvição, mas esta é negada. O pátio da viação e as suas proximidades parecem ser um ponto de presença desses imigrantes no bairro, tanto como local de trabalho quanto de moradia.

A padaria do alemão Henrique foi construída em 1893, três anos antes do auto crime, como vemos pela planta submetida para aprovação da obra (o ofício e parecer foram perdidos).¹⁹⁷ O pedido é feito para uma propriedade na esquina da rua Conselheiro Furtado com a Barão de Iguape, sendo que no alinhamento da primeira já havia uma casa construída, pedindo o proprietário assim para construir uma cozinha, uma coqueira, uma oficina para a padaria, um forno, e justo contíguo a esse forno, um dormitório. Essa nova edificação estava separada da antiga por um pátio interno. No mesmo ano desse auto crime, Francisco Marino, comerciante estabelecido com um açougue no bairro, na rua dos Estudantes n° 10b, é multado por não seguir a Lei n. 63, de 28 de setembro de 1893, uma lei que “regula a construção de açougues” em 21 artigos, sendo que os primeiros 9 são diretamente relacionados às condições do imóvel que abrigará o estabelecimento, e os demais sobre a forma de manejo, conservação e exposição das carnes.¹⁹⁸ É multado por infringir o artigo 10, que na verdade é um artigo que determina um prazo para que todos os açougues em funcionamento na cidade se adequem às novas medidas, sendo que o açougue de Marino não atendia as disposições previstas apenas por não dispor de um depósito. As disposições são cumpridas, e as intimações assinadas pela esposa de Marino, pois esse não sabe ler e escrever. Essa lei é um reforço e detalhamento do Código de Posturas de 1886, que já havia reunido determinações para o comércio de gêneros alimentícios na cidade, sendo acionado em outros casos no bairro, com pedidos concentrados especialmente em armazéns. Vamos ver que na primeira década do século XX há vários pedidos relacionados a esse tipo de comércio de venda de víveres no bairro, envolvendo esse tipo de embate com as regulações públicas.

do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

¹⁹⁷ Histórico de São Paulo (1893). Ofício de Henrique Zschächner. Rua Conselheiro Furtado esquina com Rua Barão de Iguape. Encadernado 4. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

¹⁹⁸ Histórico de São Paulo (1896). Ofício de Francisco Marino. Rua dos Estudantes, 10B. Encadernado 112. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Na rua Barão de Iguape, há pedidos referentes a dois armazéns distintos, um de 1904, localizado no n° 111, de propriedade de Vicente Cazzi, que pede para realizar nele uma ampliação, e outro de 1906, onde um imóvel que funcionava como armazém, no n° 10, de propriedade de Julio Barroso, seria transformado em uma casa de 3 cômodos.¹⁹⁹ A rua da Glória concentrava diversos comércios, não só de comércio de víveres, como podemos ver nos seguintes pedidos: um de Abelardo Goulart, em 1905, que pede para realizar uma reforma na rua da Glória n° 22, "desejando rasgar em portas as duas janelas do pavimento terreo da casa que possui" para transformar o primeiro cômodo do imóvel em um comércio;²⁰⁰ um de Jesuíno Franco de Oliveira, de 1906, que pede autorização para transformar uma janela em porta e demolir uma parede interna do armazém localizado na esquina da rua da Glória com a rua Tamandaré;²⁰¹ nesse mesmo ano, Manoel Molina pede autorização para a construção de um forno para a instalação de uma padaria e confeitaria no número 8 desse logradouro;²⁰² também em 1906, Luiz Comenale contrata Miguel Marzo para fazer uma ampliação em seu sobrado, no qual no térreo funciona um açougue, na rua da Glória n° 25;²⁰³ ainda no mesmo ano, João Dalle Luche, pede para realizar uma ampliação na edificação localizada no n° 151, especificando no ofício que se tratava de uma oficina fotográfica e o "proprietario da photographia 'vesuvio' vem respeitosamente pedir licença para construir dentro do quintal de caza, esquina da rua da gloria com rua da fabrica, um atelier fotografico e camara escura, autorizando o levantamento do muro e fechamento de um portão velho na frente para a rua da Glória".²⁰⁴ Essa planta nos dá detalhes das condições topográficas dessa região, indicando inclusive a presença de um córrego no fundo desse lote, uma questão importante na ocupação do bairro pelas constantes modificações de nivelamento e as implicações na questão do uso de porões para habitação na região.

¹⁹⁹ Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Vicente Cazzi. Rua Barão de Iguape, 111. Encadernado 376. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo; Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Julio Barroso. Rua Barão de Iguape, 10. OP.1906.000.1337711. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁰⁰ Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Abelardo Goulart. Rua da Glória, 22. Encadernado 410. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

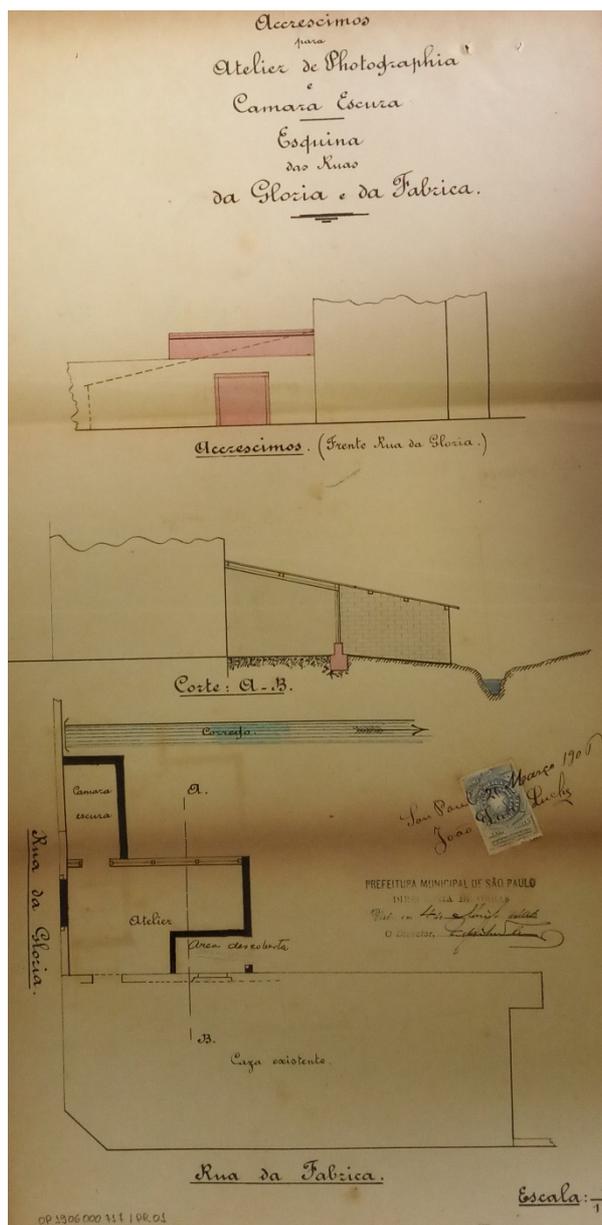
²⁰¹ Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Jesuíno Franco de Oliveira. Rua da Glória. OP.1906.000.70713549. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁰² Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Manoel Molina. Rua da Glória, 8. OP.1906.000.709. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁰³ Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Miguel Marzo. Rua da Glória, 25. OP.1906.000.711. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁰⁴ Histórico de São Paulo (1906). Ofício de João Dalle Luche. Rua da Glória, 151. OP.1906.000.71. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 31 – Planta anexada ao officio de João Dalle Luche (1906)



Fonte: SOP/AHSP.

Estamos tratando em geral de pequenos comerciantes e trabalhadores jornaleros ou empregados em serviços, especialmente de origem europeia, quando trazemos esses autos crimes e SOP. No entanto, um deles mostra que outros setores da população também tinham investimentos no bairro. O proprietário do armazém localizado na esquina da rua da Glória com rua Tamandaré era capitão da guarda nacional, sitiante na Freguesia do Ó, e de uma antiga família sertanista da cidade, ligada aos Buenos. Franco de Oliveira aparece no estudo de Marins sobre a proibição das rótulas no Brasil imperial, por ser a família multada em 1874 ao manter rótulas em uma casa localizada na rua Direita, quase esquina com rua São Bento (MARINS, 1999: 249).

A casa é de propriedade de uma das tias de Jesuíno, que reside na Freguesia, mas, sendo o único sobrinho de várias tias solteiras, respondia pelo patrimônio da família em querelas legais desse tipo. Tratava-se de uma casa térrea, de chão de terra batida, com rótulas nas janelas, criando um contraste notável com alguns de seus vizinhos, como um sobrado da família Silva Prado e Jordão e Silva Gameiro (MARINS, 1999: 250). Como vemos, não só os setores desfavorecidos se contrapunham às modificações urbanas apregoadas como melhoramentos pela Câmara, mas também famílias tradicionais de São Paulo, que, mantendo seus modos de vida, impunham a permanência de construções que não permitiam uma homogeneidade de um certo padrão construtivo no Triângulo:

A sobrevivência advinda do entorno rural foi sendo responsável pela continuidade do modo de vida e da estabilidade social ao longo da segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo em que a expansão da cidade de São Paulo ia lentamente valorizando as propriedades mantidas nas áreas centrais pela família – uma estranha aliança entre aversão ao processo de aburguesamento da cidade, que ao mesmo tempo dela se beneficiaria com a majoração dos preços imobiliários, sobretudo na valorização da rua direita. [...] A casa térrea dos Franco de Oliveira da freguesia do Ó era certamente um contraste pronunciado com os sobrados vizinhos do conde Prates, de Germaine Bouchard, que se tornaria princesa de Sanguszko e da condessa Anna Brandina da Silva Prado Pereira Pinto, filha de Veridiana Prado e herdeira do sobrado senhorial dos quatro cantos que pertencera a seu avô, Barão de Iguape – um assomo de titulado que aliás não deixava de ser um contrassenso às modernidades republicanas em plena rua direita. Guardando cômodos em chão de terra batida, a casa ignorava radicalmente não só a modernização da vizinhança e a erradicação da função residencial que se abatia sobre as ruas centrais, mas as próprias noções de conforto burguesas ou mesmo os preceitos que prescreviam a impermeabilização dos ambientes com assoalhos (MARINS, 1999: 253-254).

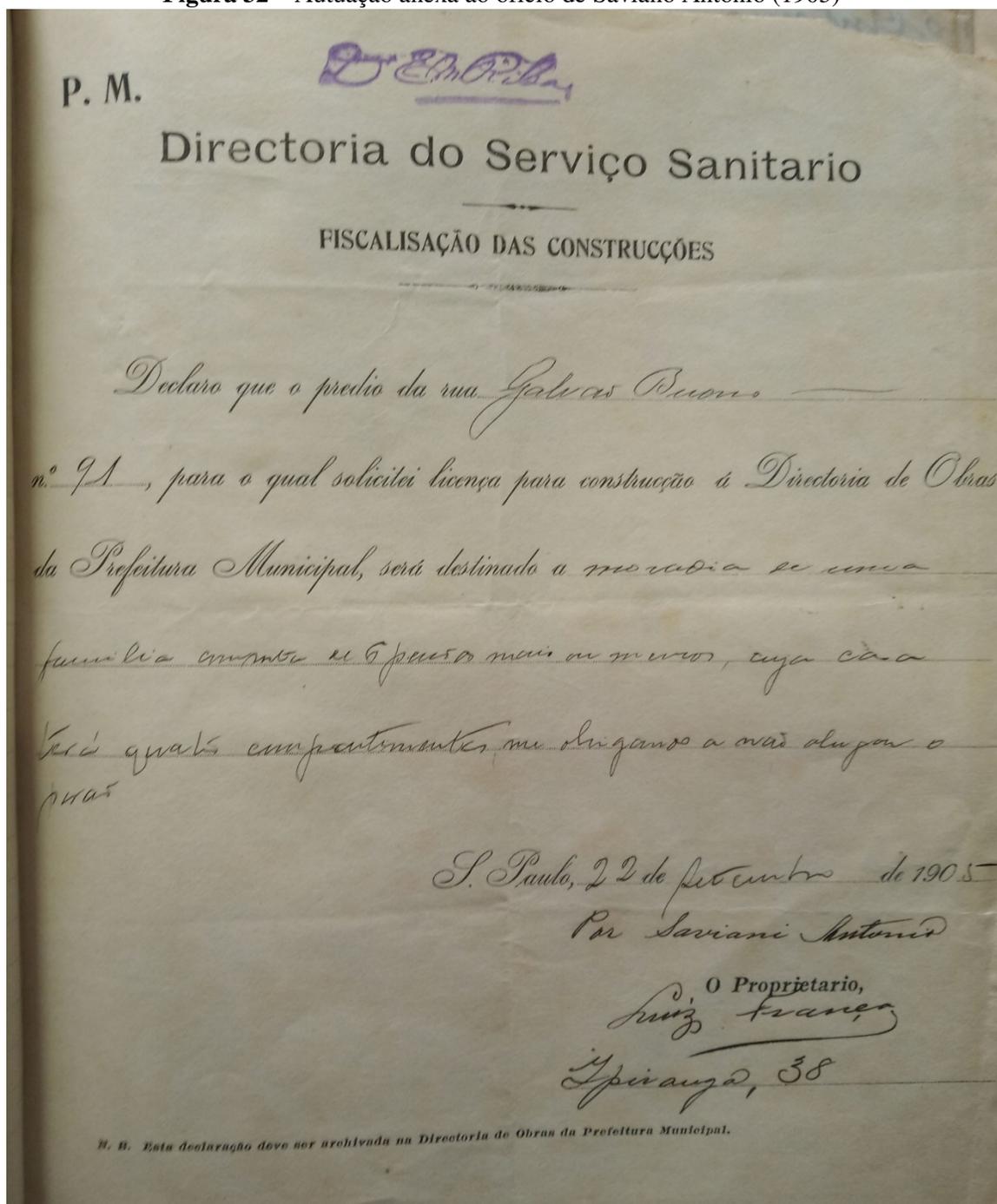
As tentativas de cerceamento dos modos de vida dessa população que tinha recursos e títulos também eram fundamentadas em premissas de garantia de maior salubridade do meio urbano, sendo as práticas ligadas aos meios rurais tidas como prejudiciais à manutenção de uma condição higiênica na cidade. Nesse caso também, vemos que essas disputas, e seus desdobramentos, não se davam somente da relação da população e proprietários com a municipalidade, mas também expressam conflitos entre a própria população, seja dentro do mesmo grupo social ou contrapondo camadas sociais distintas. O conflito entre o ex-empregado de Neves, Léo Poli, que se mantém no imóvel à revelia do proprietário, citado no começo desta parte, em uma estratégia de

resistência para manter um lugar para morar, e provavelmente também seus vínculos comunitários na vizinhança, nos permite pensar tantas outras estratégias de resistência, enfrentamentos e acordos feitos pela população que habitava o bairro, também na questão da habitação.

Persiste a preocupação relativa à ocupação dos porões nos pedidos da SOP durante todo o período pesquisado, gerando situações como a ocorrida no ano de 1905, quando o construtor Luiz França submete um pedido para construção de uma casa na propriedade de Saviano Antonio, na rua Galvão Bueno.²⁰⁵ Solicitava-se a construção de uma casa com quatro quartos e uma cozinha, sendo a planta questionada pelos fiscais pois parecia se tratar da construção de quatinhos para aluguel independente, já que os cômodos não tinham ligação entre si, sendo somente acessados diretamente pelo quintal. Além desses questionamentos do fiscal, o proprietário é obrigado a assinar um termo da Directoria do Serviço Sanitario, intitulado “Fiscalização das Construções”, em que declara que a casa será habitada por uma só família, de “seis pessoas mais ou menos”, e que se compromete a não alugar o porão.

²⁰⁵ Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Saviano Antonio. Rua Galvão Bueno, prox. 91. Encadernado 410. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 32 – Autuação anexa ao ofício de Saviano Antonio (1905)



Fonte: SOP/AHSP.

Se a preocupação com a habitação dos porões tinha como face mais evidente, e também consciente, garantir condições de moradia salubre para toda a população, as implicações dessa medida em uma sociedade em conflito são polissêmicas. Um ano antes, o proprietário Américo Nogueira argumenta em resposta a ofício na SOP, após intimação da Directoria de Obras, Secção de Polícia e Higiene para que o proprietário interdittasse até fazer reparos em sua cocheira localizada na rua Barão

de Iguape n° 41.²⁰⁶ Na vistoria da Seccção, o proprietário se nega a assinar o termo pois diz que usa a cocheira para outros fins, não para abrigar animais, tendo retirado "a baia e os animais da cocheira, ficando um barracão para deposito de materiais". Assim como a habitação em porões, a criação de animais era também difundida entre a população da cidade e recorrentemente aparece como uma preocupação dos fiscais nas SOP nos anos finais do século XIX e primeira década do século XX. Muitas práticas não valorizadas de uso dos lotes eram permitidas desde que não estivessem visíveis a partir da rua, como podemos ver por um pedido também de 1904, em que o proprietário Raphael Vamecei pede autorização para construção de um abrigo na rua Conde de Sarzedas, "fora da linha da rua", para guarda de suas plantações, a construção é qualificada pelos fiscais da SOP como telheiro, sendo autorizada já que não seria vista diretamente desde a rua.²⁰⁷ Como vemos, as formas de morar e as formas de sustento se encontram como estratégia de sobrevivência dessa população, em processo simultâneo à formação de um mercado regular de trabalho, com as quais essas práticas podem estar em choque e permitir alguma margem de autodeterminação da organização da vida para uma parte ampla e diversa dessa população – aqui estamos tratando ao mesmo tempo de despossuídos e também de pequenos proprietários.

Acompanhando os pedidos feitos pelo agente urbano Francisco Stoffa podemos entender um pouco melhor as disputas em torno da habitação em porões no bairro, assim como sua relação com o comércio local, e ver que nem sempre a utilização dos porões era condenada pela Secretaria. O primeiro pedido que encontramos de Stoffa é de 1905, uma solicitação para construir uma casa "pegado ao n° 154" na rua da Glória.²⁰⁸ O fiscal julga que a planta não está inteiramente de acordo com o padrão, pois a espessura das paredes do porão e do andar térreo não estariam suficientemente espessas, fazendo uma anotação na planta que deve ser seguida pelo proprietário para ser concedida a licença para a obra. A planta apresenta dois pavimentos na construção, no andar de baixo ficam os cômodos depósito, sala de jantar, cozinha e banho/latrina, e no de cima, sala de visita e dois quartos. A fachada que está na planta nos mostra não se

²⁰⁶ Histórico de São Paulo (1904). Ofício de Américo Nogueiro. Rua Barão de Iguape, 41. Encadernado 376. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

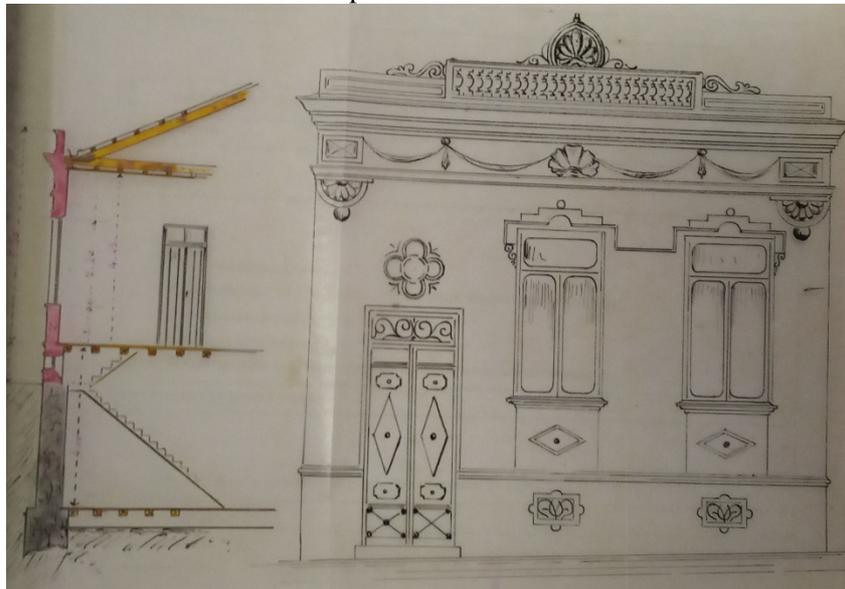
²⁰⁷ Histórico de São Paulo (1904). Ofício de Raphael Vamecei. Rua Conde de Sarzedas, 26 (tinta). Encadernado 380. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁰⁸ Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Francisco Stoffa. Rua da Glória, pegado ao 154. Encadernado 410. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

tratar de um sobrado, mas sim de um porão a ser utilizado como área habitável, já que a fachada é de uma casa térrea, e a indicação clara das escadas fazendo a ligação do nível da rua com o porão.

Nesse pedido não havia nenhum apontamento do fiscal sobre utilização do porão, como no outro caso também de 1905, apresentado acima, ainda que estivesse totalmente explícito na planta sua possível utilização – se tratava nesse caso de uma edificação que pressupunha uma ocupação unifamiliar e que, pela declividade do terreno, fazia o porão ter abertura para ventilação e iluminação na face traseira. No mesmo ano e mesmo logradouro, desta vez na esquina com a rua Conselheiro Furtado, um parente de Francisco, possivelmente um irmão, Nicola Stoffa, pede autorização para a construção de duas casas, também com dois pavimentos apesar da fachada ser de uma casa térrea, ou seja, também com a utilização do porão como área habitável.²⁰⁹ A planta é igual à apresentada por Francisco na composição de cômodos, apenas indicando nesse caso haver um quintal acessível a partir do porão. O fiscal dá o alinhamento e no final do parecer ainda acrescenta que a planta está nas condições previstas pelo padrão e deve ser concedido o alvará de licença, destacando a fachada que será construída em alvenaria de pedra.

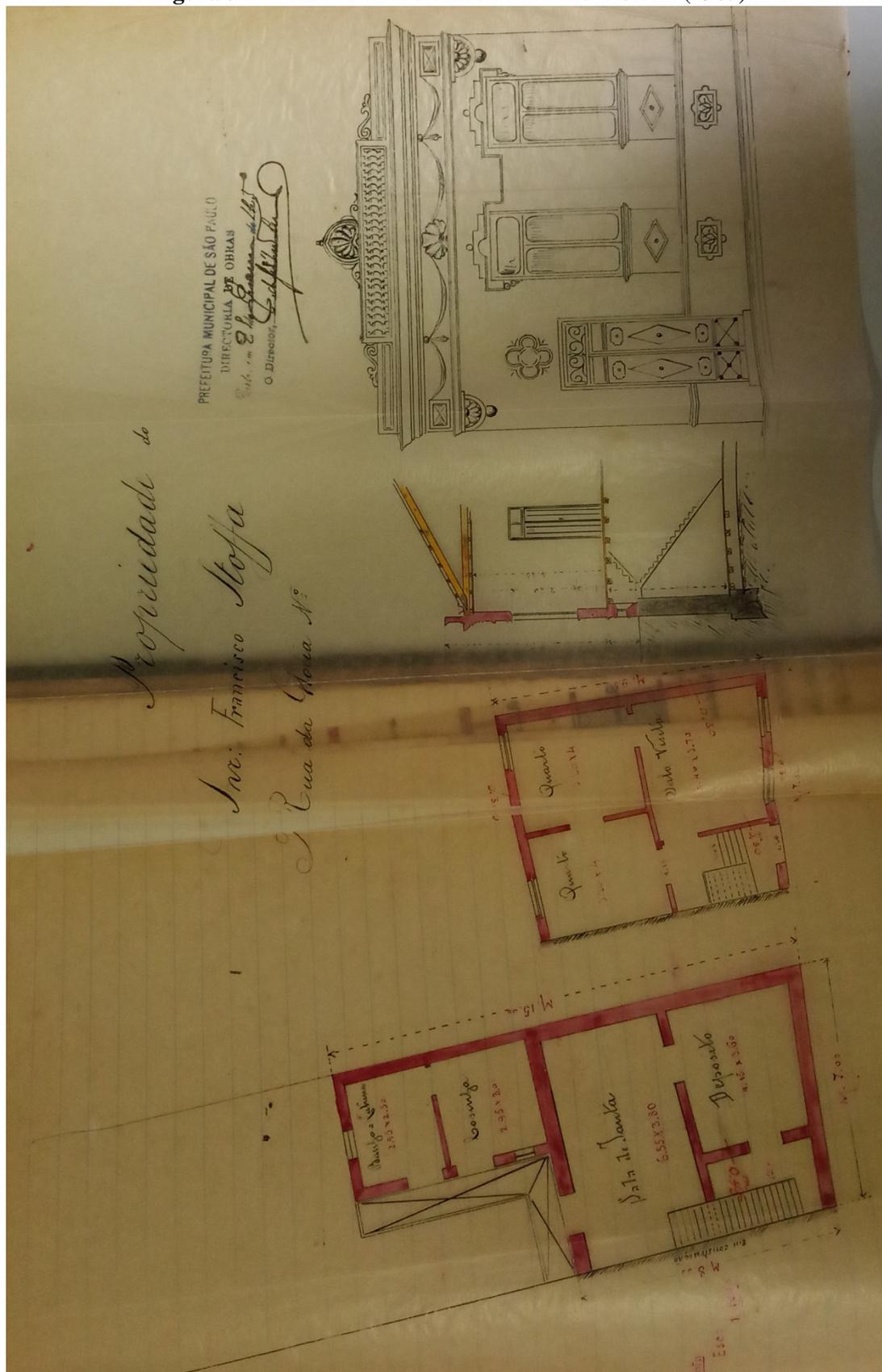
Figura 33 – Detalhe da fachada na planta anexa do ofício de Francisco Stoffa (1905)



Fonte: SOP/AHSP.

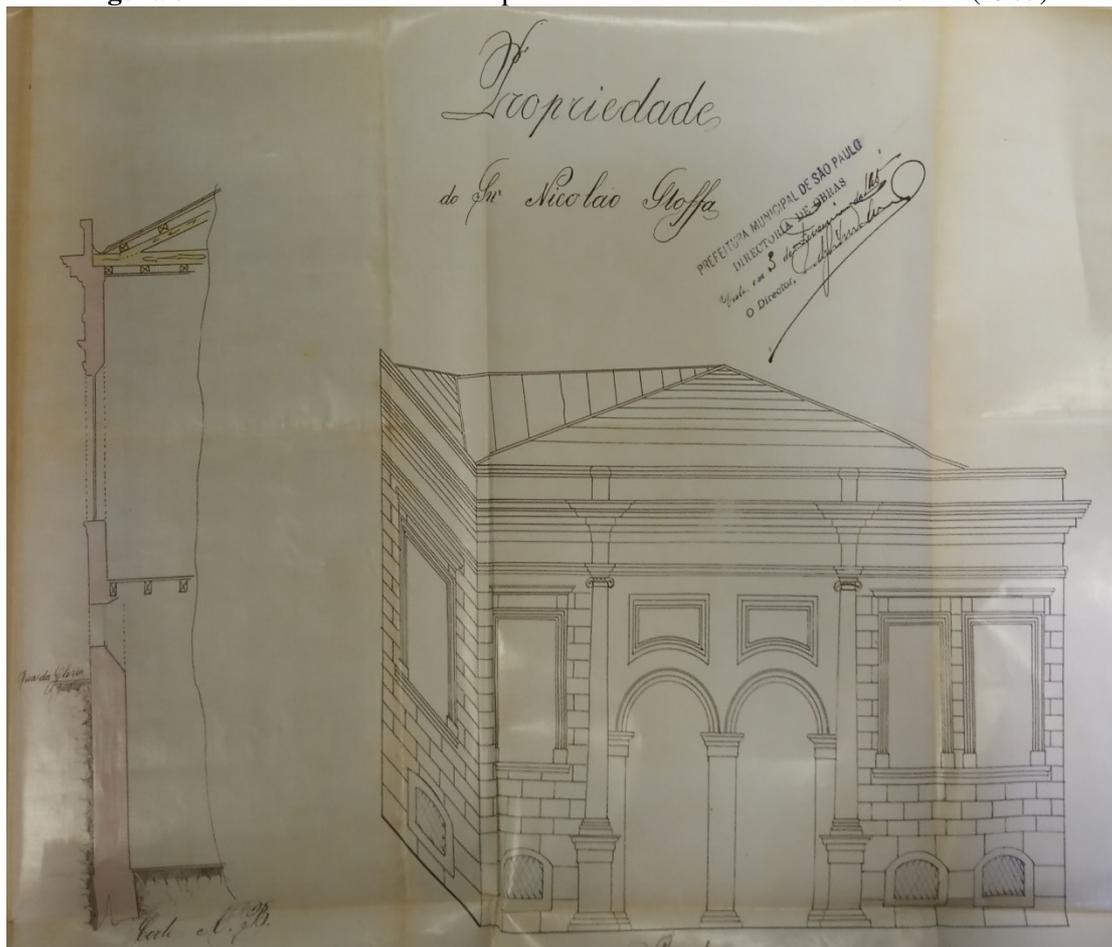
²⁰⁹ Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Nicola Stoffa. Rua da Glória esquina rua Conselheiro Furtado. Encadernado 410. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 34 – Planta anexa do ofício de Francisco Stoffa (1905)



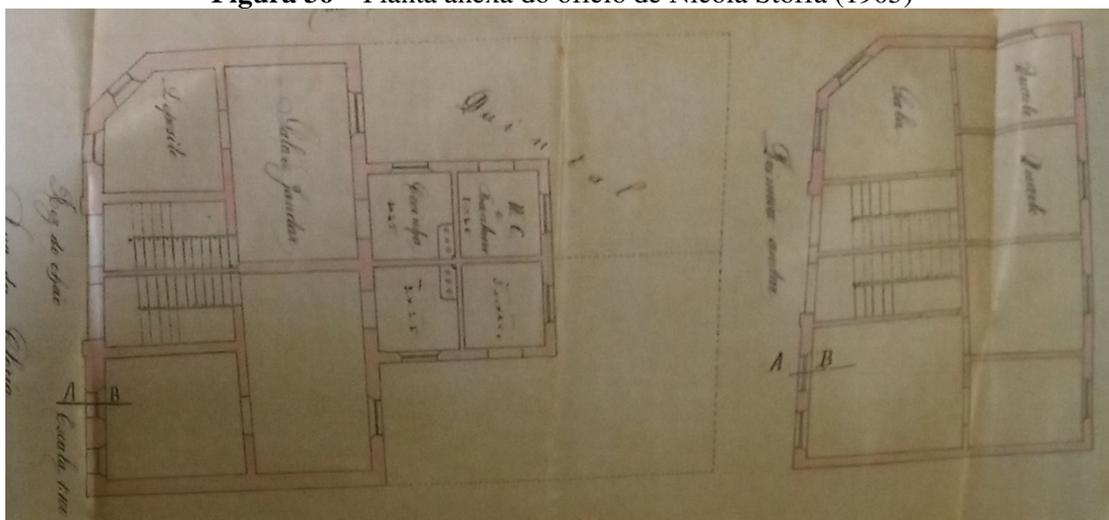
Fonte: SOP/AHSP.

Figura 35 – Detalhe da fachada na planta anexa do escritório de Nicola Stoffa (1905)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 36 – Planta anexa do escritório de Nicola Stoffa (1905)



Fonte: SOP/AHSP.

No ano seguinte à construção dessa casa, Stoffa submete novo pedido, em que se identifica como “estabelecido com armazém de secos e molhados”, e pede autorização para abrir uma porta no porão de armazém, localizado no nº 154 da rua da

Glória, já que “tendo em construccão em frente de seu negócio um prédio de sua propriedade e aproveitando a declividade da rua supra, deseja aproveitar os baixos do dito prédio para deposito de seu armazém.²¹⁰ O fiscal nega veementemente o pedido, alegando que recorrentemente tem observado que os pedidos de abertura de portas em porões criam quartos que são utilizados posteriormente para habitação, em desconformidade com as posturas vigentes. Apenas um ano separa os dois pedidos, do mesmo proprietário, e como se vê, a obra para a construção da casa ainda estava em andamento, e a avaliação da Secretaria de Obras sobre condições para construção nessa rua muda completamente. Abelardo Goulart, dono de um armazém na rua da Glória, como vimos acima, também é multado neste mesmo ano, por estar “abrindo portas nos baixos de sua casa”, a multa é relevada com a justificativa de que se tratavam de obras simples no interior da edificação já construída, apesar de oposição do primeiro fiscal.²¹¹ Stoffa não apresenta pedido de reconsideração no mesmo ofício, mas prossegue com o negócio, já que dois anos depois submete novo pedido para o mesmo armazém de secos e molhados solicitando autorização para instalar uma vitrina em umas das portas do estabelecimento.²¹²

No mesmo ano da autorização para instalação da vitrina, um pedido para construção de casa vizinha às edificações de Stoffa mostram uma nova modificação no entendimento da Secretaria no uso dos porões desse logradouro. Pedro Marano pede aprovação da planta e alinhamento para construir uma casa em terreno de sua propriedade no número 180 (tinta) desta rua, salientando no pedido que a planta está de acordo com o padrão municipal.²¹³ O parecer, dessa vez, se concentra na questão do porão:

A rua da Glória no local da construccão dá realmente lugar a um porão alto. Nesse porão fica situada a sala de jantar, como se vê na planta, e nessas condições parece-me que deveria ser corrigido o pé direito interno de 4 metro no mínimo – [ilegível] se já se tem

²¹⁰ Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Francisco Stoffa Rua da Glória, 154. Caixa OP6. Processo: OP.1906.000.718. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²¹¹ Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Abelardo Goulart. Rua da Glória, 32. OP.1906.000.713. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

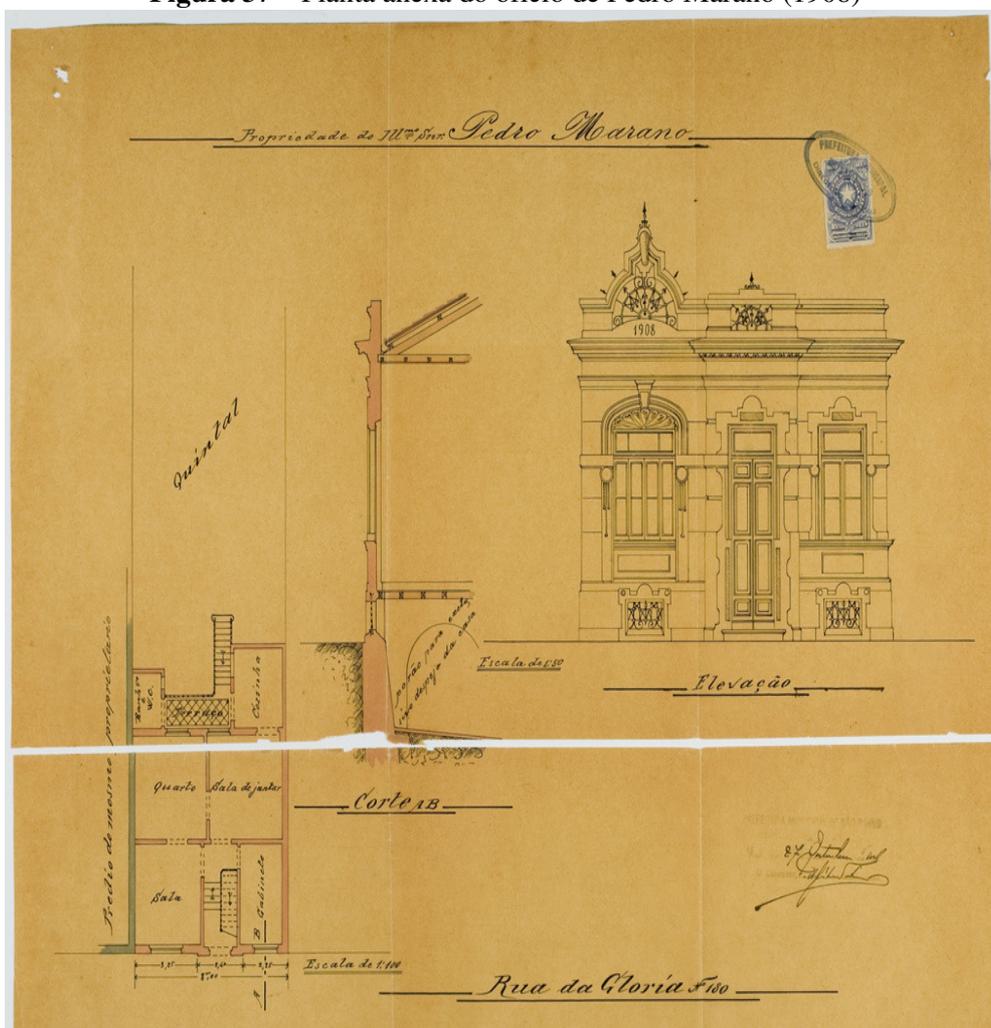
²¹² Histórico de São Paulo (1908). Ofício de Francisco Stoffa Rua da Glória, 154. Caixa OP41. OP.1908.000.895. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²¹³ Histórico de São Paulo (1908). Ofício de Pedro Marano. Rua da Glória, 180 (tinta). Caixa: OP41. OP.1908.000.897. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

consentido em qualquer tolerância o que ignoro – o pé direito na planta é de 3,75 metros.

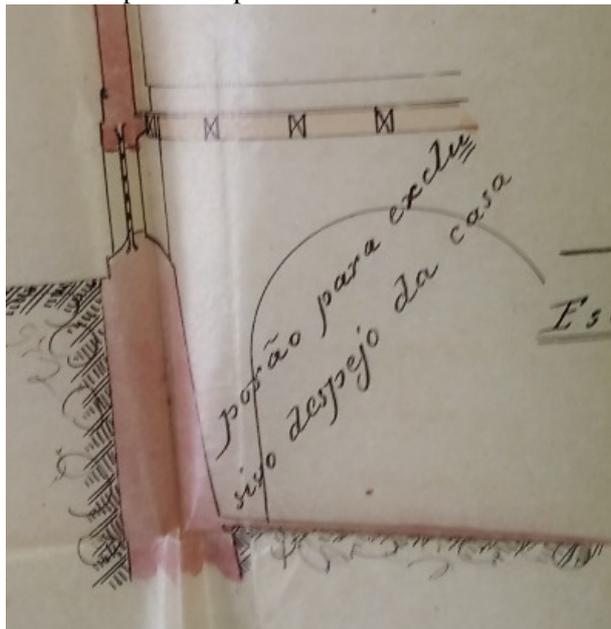
Na resposta ao parecer, o proprietário diz que cumprirá as sugestões do engenheiro, mas Sá Rocha insiste que só dará a autorização após o recebimento da planta corrigida, pois se trata de uma questão que pode abrir um precedente que “não deve ser estabelecido”. A planta é apresentada e autorizada, com uma diferença bem marcada das plantas da família Stoffa: na parte referente ao porão, há uma inscrição bem destacada “porão para exclusivo despejo da casa”. Assim, a planta apresentada é de uma casa térrea, com todos os cômodos no nível da rua, e uma fachada similar a apresentada por Francisco Stoffa.

Figura 37 – Planta anexa do ofício de Pedro Marano (1908)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 38 – Detalhe do porão da planta anexa do escritório de Pedro Marano (1908)



Fonte: SOP/AHSP.

O pedido e a respectiva autorização são datadas de outubro, em novembro a obra é embargada e Marano multado por estar construindo o porão em desacordo com a planta aprovada, colocando portas e janelas, enquadrado como infração ao artigo 1ª da Lei n. 220, de 1896, ou seja, nenhuma justificativa de nova legislação é utilizada, assim as condições da edificação de Marano estavam submetidas aos mesmos padrões das construções autorizadas no de 1905, e naquela negada de Stoffa no ano de 1906.²¹⁴ O próprio Francisco Stoffa submete novo pedido para construção de uma casa no número 145 da mesma rua, também nesse ano de 1908, e nesse pedido também faz uma indicação sobre as aberturas do porão para impedir seu uso como habitação, assim na planta consta apenas cômodos na parte térrea.²¹⁵ Não temos dados sobre a atuação de Stoffa, mas está claro que além de administrar o armazém de secos e molhados de sua propriedade também era um agente urbano no bairro da Liberdade e adjacências. Além dos pedidos aqui identificados, há 17 pedidos no Sirca relacionados aos Stoffa, mais de 10 em que constam Francisco Stoffa como interessado; em geral tratava-se de casas térreas de poucos cômodos, e geralmente construía duas casas espelhadas no lote,

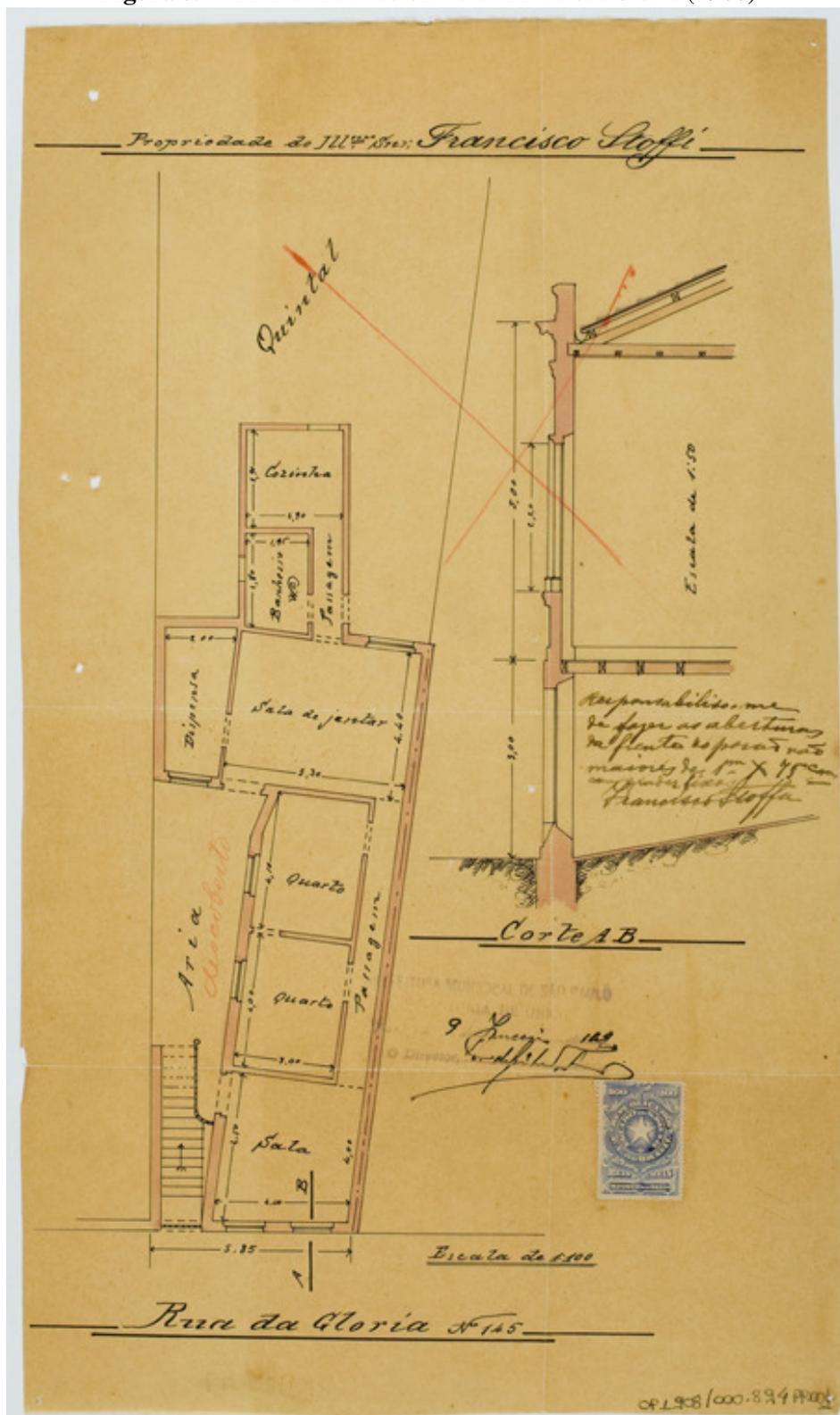
²¹⁴ A lei é uma generalidade de punição a quem desobedece o padrão municipal: Art. 1º - o edifício, muro ou obra de qualquer natureza, que ameaçar ruína, damno ao vizinho ou perigo aos que passam pela rua, ou estiver sendo construída fóra do alinhamento, ou do padrão adoptado pela Camara, será demolida no todo ou em parte, pelo proprietário ou por conta deste, de ordem do Indente da Policia e Hygiene, sem prejuízo da multa em que incorrerá o infractor.

²¹⁵ Histórico de São Paulo (1908). Ofício de Francisco Stoffa Rua da Glória, 145. OP.1908.000.894. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

investindo nesse tipo de edificação especialmente na rua Barão de Iguape.²¹⁶ Provavelmente o contato mais amplo de Stoffa com o mercado de construções, e consequentemente da administração pública, o colocou em vantagem para aprovar seus pedidos utilizando de forma intensiva no lote.

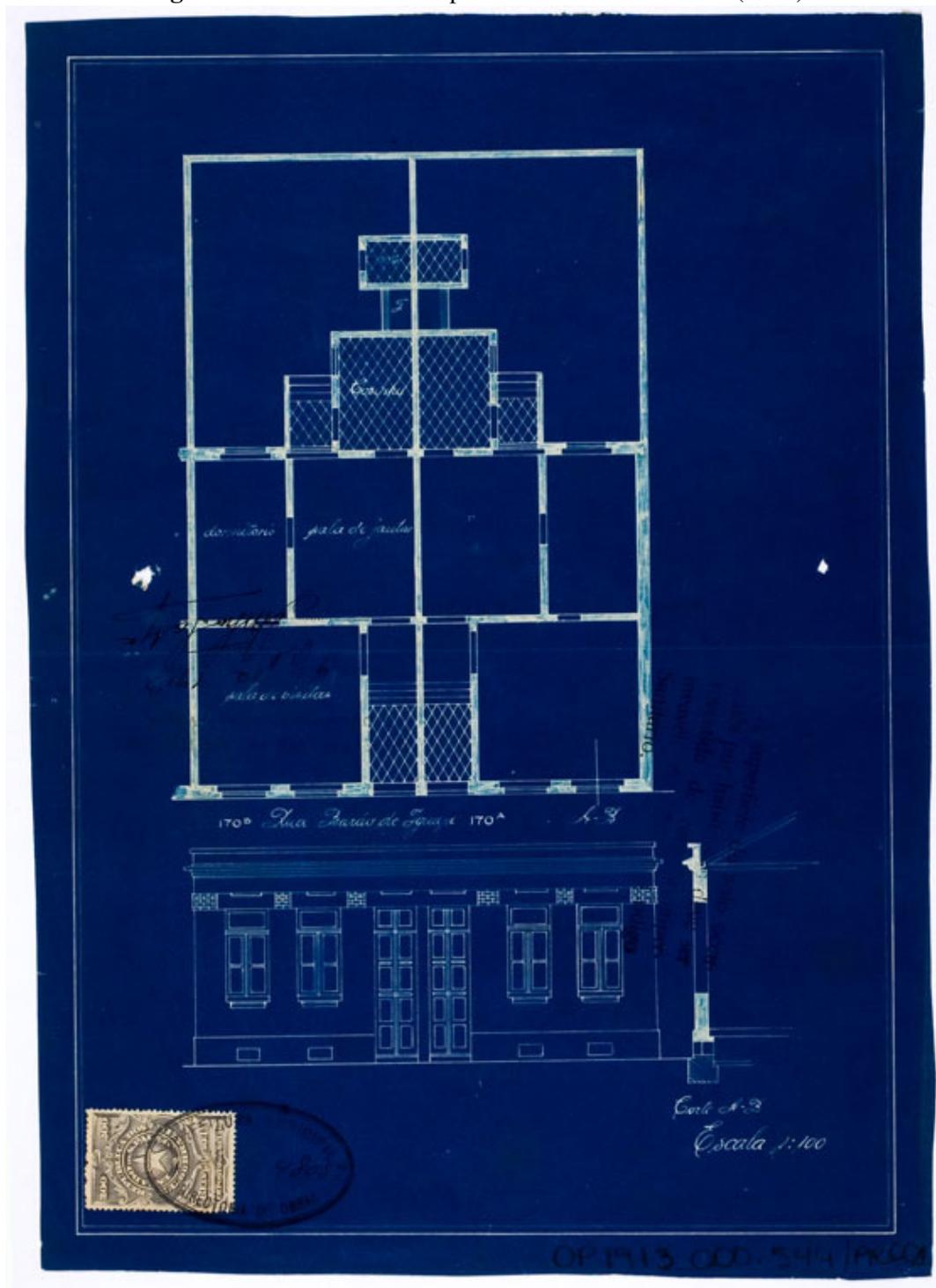
²¹⁶ Além desses investimentos de Stoffa, a continuidade da família nesse ramo de negócios é outro elemento que o aproxima dos construtores, empreiteiros e investidos do mercado de aluguéis do período: atualmente, se encontra em atividade na cidade um engenheiro civil chamado Francisco Stoffa Sobrinho.

Figura 39 – Planta anexa ao ofício de Francisco Stoffa (1908)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 40 – Planta anexa ao pedido de Francisco Stoffa (1913)



Fonte: SOP/AHSP.

Aparentemente, as condições de habitabilidade dos porões dos altos da rua da Glória eram distintas das encontradas na rua Conde de Sarzedas, já na várzea do Tamandateí, pelas questões topográficas que permitiam a abertura para ventilação e iluminação na face traseira das construções. Também porque, teoricamente, essas habitações eram todas unifamiliares, então os moradores da casa apenas conviviam

parte do dia nos cômodos localizados nos porões. No entanto, é notável a preocupação dos fiscais com a fidelidade das plantas apresentadas com o que será construído, como vimos nos embargos às modificações e usos dos porões, que facilmente poderiam ser transformados em habitações independentes, o que sabemos se manteve como uma opção do mercado de aluguéis do bairro até pelo menos a década de 1940.²¹⁷ Como vemos no caso das habitações em porões, as práticas de morar dessa população não podem ser enquadradas em um sentido único: se esse tipo de habitação por vezes precária, e ilegal no período correspondente a essa pesquisa, favorecia a reprodução de capital de especuladores, também servia como uma opção de moradia barata, possível, com localização vantajosa, pela proximidade com o Triângulo, e por permitir a manutenção dos laços de solidariedade com a vizinhança e com compatriotas.

Se temos uma interpretação difundida sobre esse processo que apenas enxerga exclusão e exploração das classes populares, havia também a opção dessa população pobre em manter escolhas relativas ao bairro em que desejava morar, manter redes de solidariedade, mesmo que isso implicasse em condições de moradia mais insalubres do que se se deslocassem para bairros mais distantes da centralidade de então. Assim, o que estava implicado nesses embates e nessas escolhas não é algo simples de apreender, e quando reduzidos a um único sentido impossibilitam apreender as clivagens de interesses que parecem se coadunar, estejam em possível confronto. As interpretações mais esquemáticas desse processo sugerem recair na criação de uma imagem dualista do urbano, como discutiu Cerasoli (2004: 13), imagem baseada no crescimento da cidade como contraposição da miséria da maioria a planos urbanísticos importados sem contato com a realidade local, impossibilitando inclusive se aproximar dessas estratégias de resistência que não nos parecem as tradicionais:

Dessa forma, busco recuperar a relação da população com a política e com o Estado, mesmo que não seja através de turbas urbanas, movimentos organizados ou, para usar uma expressão mais recentemente empregada, como sociedade civil organizada. A ausência de institucionalização ou de metas revolucionárias das reivindicações não diminui a importância das mobilizações e não

²¹⁷ Das diversas situações que a população imigrante japonesa esteve submetida pelo Estado brasileiro durante a segunda guerra mundial, uma delas foi a sua expulsão de suas residências e envio a campos de concentração, chamados pelo Estado Novo como “Campos de Nacionalização”. A rua Conde de Sarzedas foi evacuada em dois momentos, em 1942 e 1943, sendo um dos focos de ação do governo justamente pela alta concentração de imigrantes japoneses nessa região, com vários relatos de que os porões seguiam sendo usados como moradia ainda nesse momento. In: CYMBALISTA, Renato (org.). *Guia dos Lugares Difíceis de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2019, p. 141.

retira seu caráter de conflito, bem como não as tornam invisíveis na dinâmica política daquela sociedade. Não são protestos populares urbanos propriamente ditos, ou multidão em barricadas, como talvez o pesquisador engajado tivesse desejos inconfessáveis de encontrar, mas constituem seguramente uma face importante da própria noção de cidadania para os contemporâneos e para os estudos sobre o período. Se hoje entendemos grupos de moradores do Brás ou da Penha como politicamente subalternos, creio que os indícios aqui apontados indicam certos limites em lhes atribuir essa autoconsciência. A cidade e as políticas urbanas abriam-lhes possibilidade, pelas quais lutavam (CERASOLI, 2004: 106-107).

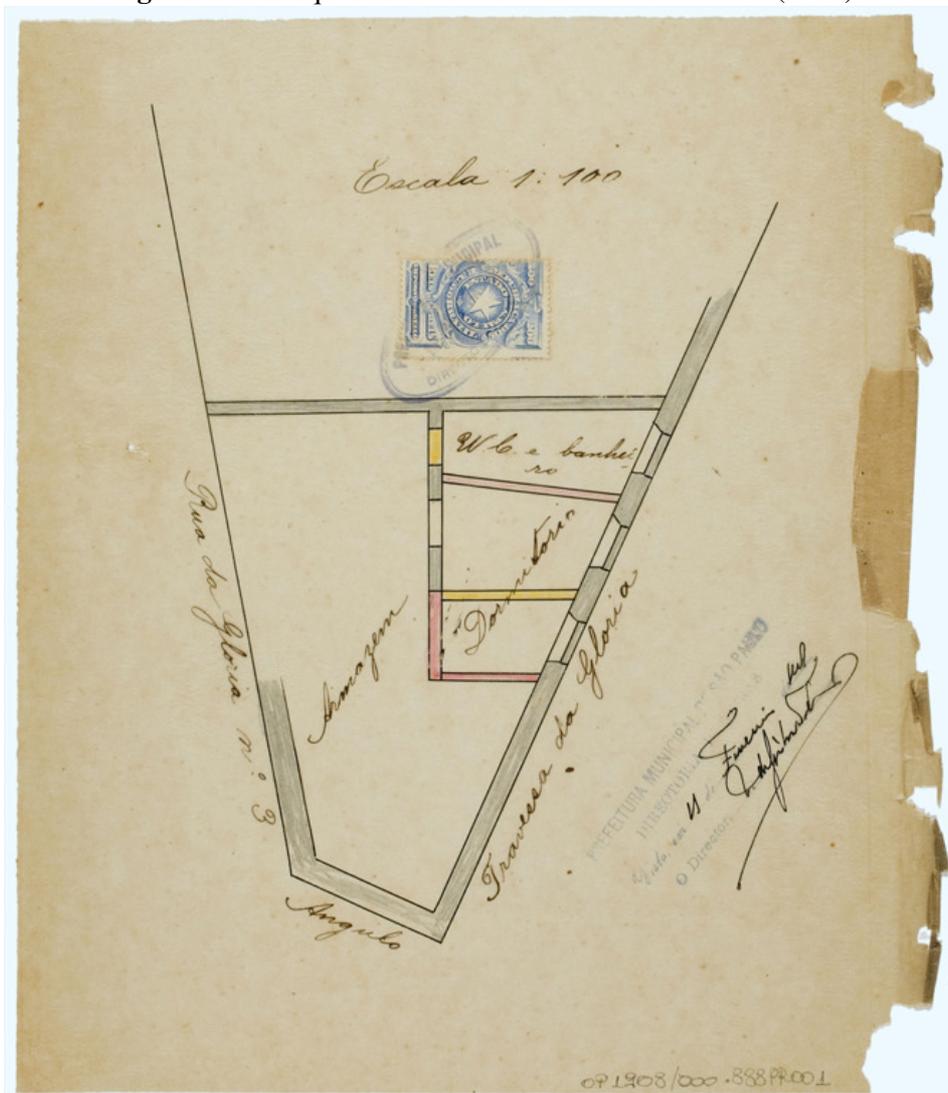
De alguma forma, quando entende a permanência em habitações precárias apenas como uma sujeição a uma condição de exploração, a historiografia urbana replica a crença do urbanismo de que é possível, nessa conformação social, a partir da técnica, produzir uma cidade benéfica e higiênica para todos, como se a técnica pudesse manejar os conflitos da luta de classes e pairar acima, como verdade, dos embates desses setores da população em conflito. Assim, quando o poder público combatia esse tipo de moradia, o fazia em prol da salubridade que afetaria toda a população, como vimos no caso das epidemias de febre amarela, mas funcionava também como uma tentativa de controle dessas práticas de resistência pela localização da população mais pobre – nesse contexto, permanecer em habitações precárias era também permanecer como um problema que não poderia ser ignorado, mantendo a sua visibilidade justamente pela proximidade com a centralidade urbana e com os efeitos que essa condição de moradia insalubre podiam significar para toda a cidade. Por todas essas clivagens, os interesses da população pobre e da administração em garantir condições salubres de moradia não se coadunam, nesse caso.

A família Belleza reaparece em um caso que nos faz refletir sobre o peso da correlação de forças que permite pareceres tão dispares quando comparados a pedidos de pequenos, médios e grandes agentes urbanos: Antonio Belleza assina junto com José Kanz um pedido de reforma para uma construção mista, comércio e moradia, na rua da Glória n° 3, também em 1908.²¹⁸ O proprietário foi intimado a remover uma latrina sem ventilação, confinada ao fundo do terreno por um uso intensivo do lote, apresentando como solução a repartição dos cômodos ao fundo do armazém e abertura de janelas. É inicialmente negado pelo primeiro fiscal, que considera que a solução apresentada fere outros princípios da higiene, já que permite a entrada à latrina diretamente pelo

²¹⁸ Histórico de São Paulo (1908). Ofício de Antonio Belleza. Rua da Glória, 3. OP.1908.000.888. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

armazém e a deixa contígua aos dormitórios, mas é autorizada em segunda avaliação “por possuir ventilação própria”, permitindo assim uma quebra do padrão com uma situação contingencial alegada pelos responsáveis da obra.

Figura 41 – Croqui anexo ao ofício de Antonio Belleza (1908)



Fonte: SOP/AHSP.

A rua da Liberdade vai se destacando como um logradouro de concentração de comércios no bairro na primeira década de século XX, também em muitos casos com partilhamento das funções comercial e residencial. O pedido de Nicola Scaramuzza, por exemplo, visa obter um alvará de autorização para transformar uma janela em porta, na sua propriedade na rua da Liberdade n° 184, onde funciona sua barbearia.²¹⁹ Nicola aparece, na década seguinte, como proprietário de duas residências no bairro vizinho,

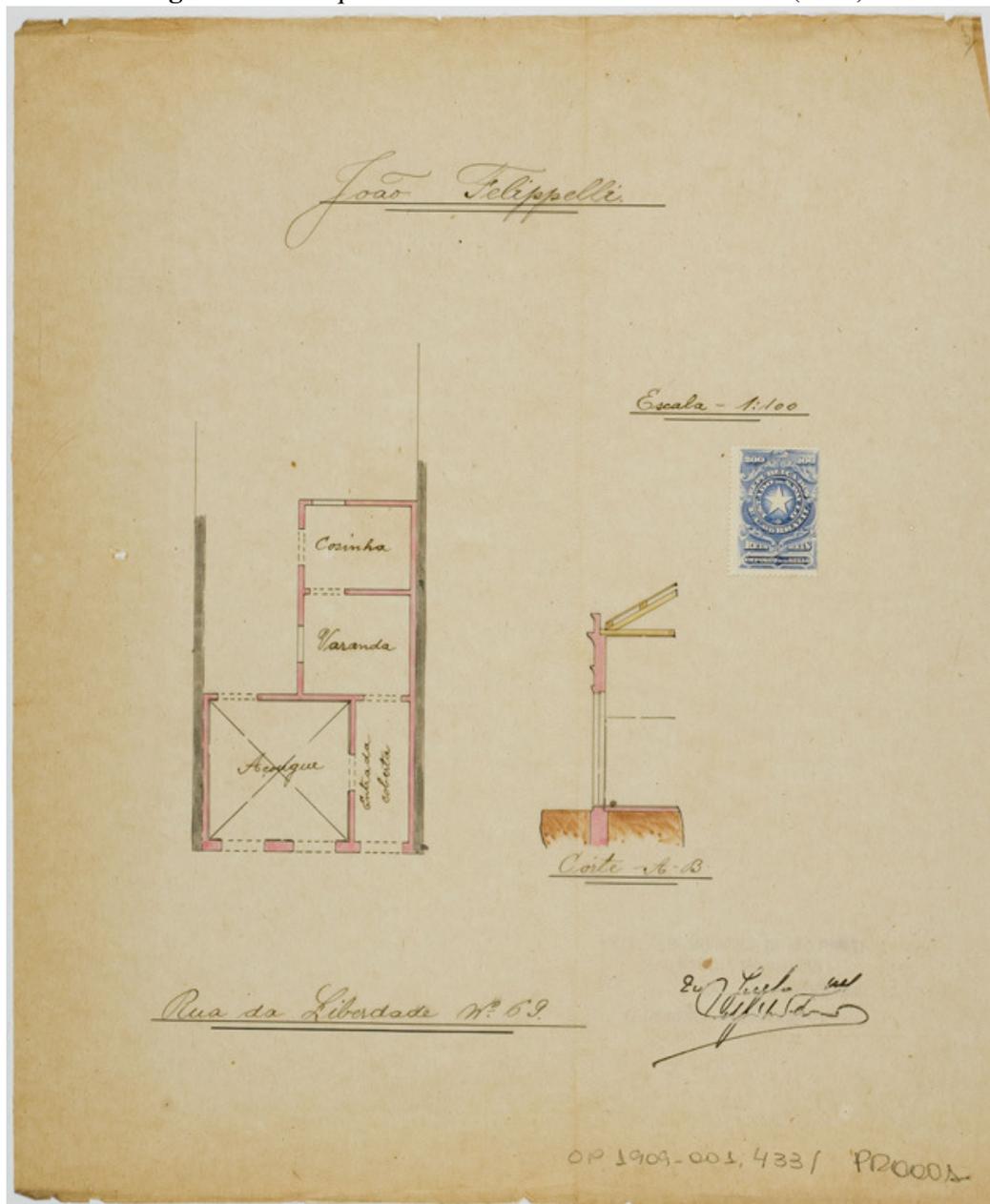
²¹⁹ Histórico de São Paulo (1907). Ofício de Nicola Scaramuzza. Rua da Liberdade, 184. OP.1907.000.969. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Aclimação, na rua Pires do Rio. Dois anos depois, no n° 69 da mesma rua, é solicitada autorização para construção de uma edificação de apenas 3 cômodos, sendo que no primeiro deles funcionaria um açougue, os outros dois sendo identificados na planta como varanda e cozinha, de propriedade de João Felippelli.²²⁰

Apesar de haver uma entrada separada para os cômodos do fundo, o que indica a possibilidade de serem usados como residência, inclusive porque o termo “varanda” era normalmente utilizado nas plantas no período para designar um cômodo com funções múltiplas na casa, espaço de convivência mas que também poderia ser utilizado como quarto de dormir, os fiscais não colocam qualquer objeção à aprovação da planta, nenhum termo de compromisso sobre os usos do imóvel está anexado ao pedido, diferente de outras situações como vimos anteriormente, mesmo considerando que pelas normas então vigentes uma residência para fins de moradia deveria ter pelo menos três cômodos – na planta não é determinado o limite do lote, então não sabemos se haviam outras construções no lote, o que não é especificado também no parecer.

²²⁰ Histórico de São Paulo (1909). Ofício de Fernando Simões. Rua da Liberdade, 69. OP.1909.001.433. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 42 – Croqui anexo ao ofício de Fernando Simões (1909)

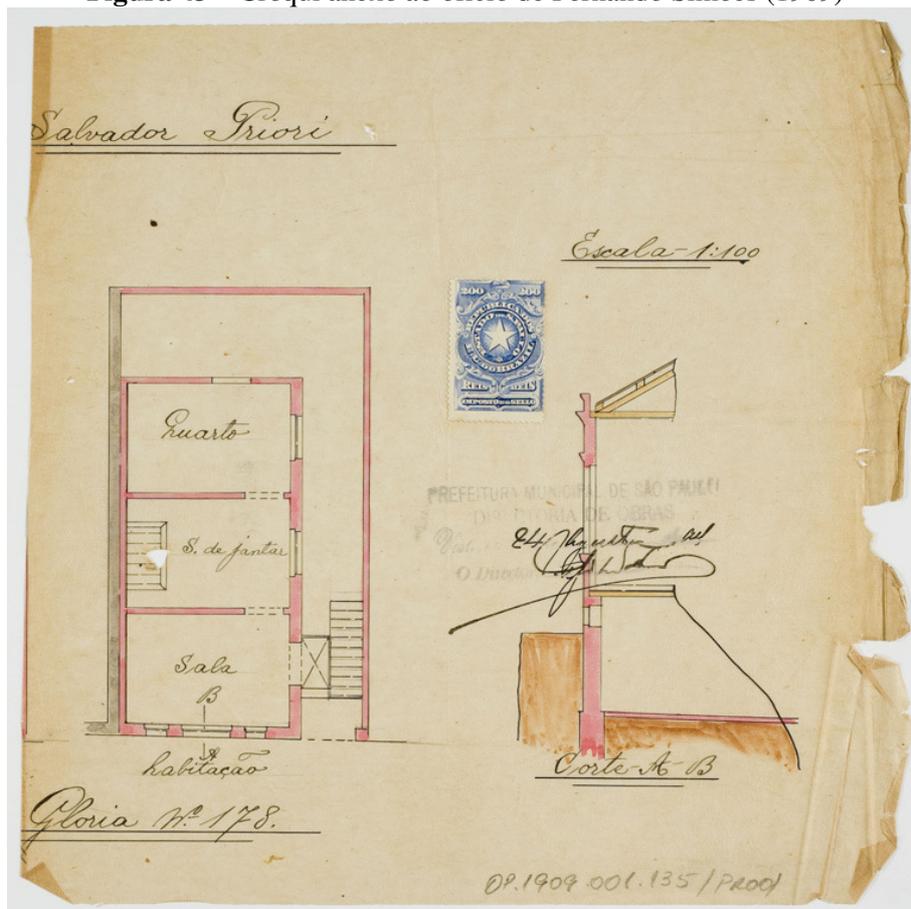


Fonte: SOP/AHSP.

O construtor responsável pela obra era Felipe Simões, que assinou diversos pedidos no bairro, sendo um dos construtores mais recorrentes na SOP no período coberto pela base SIRCA: há 980 registros em que esse construtor consta como interessado, reproduzindo quase sempre o mesmo padrão de planta, construções simples, térreas, de poucos cômodos, em geral no formato corredor. Além da Liberdade, nos pedidos presentes na base pode-se constatar uma atuação muito forte em obras no além-Tamanduateí, no Brás, Belém e Mooca, principalmente. A maioria dos pedidos para o bairro da Liberdade revelam um padrão de “casa de operário”, cumprindo os requisitos mínimos de metragem e cômodos, como esse realizado para Salvador Priori,

na rua da Glória nº 178, no ano de 1909. Esse tipo de pedido, construção de uma única casa de poucos cômodos em formato corredor em lotes diminutos é um exemplo do tipo de pedido mais recorrente que observamos no bairro no recorte temporal desta pesquisa. Como se vê pelo croqui, a construção contava com um porão, outra característica recorrente no bairro pelas suas condições topográficas, gerando as dinâmicas de tentativa de aproveitamento dessa área construída como vimos em vários pedidos aqui.

Figura 43 – Croqui anexo ao ofício de Fernando Simões (1909)



Fonte: SOP/AHSP.

Fernando Simões é um dos construtores práticos-licenciados estudados por Pareto (2011; 2016), que atuou em conjunto com vários outros construtores da cidade. O pesquisador considera Simões um dos três construtores (práticos-licenciados) mais atuantes da cidade nas primeiras décadas do século XX, junto com Miguel Marzo e Joaquim Carlos Augusto Cavalheiro (2011: 21). Pareto observa que Simões tem uma prevalência de atuação fora do perímetro central da cidade, sendo mais responsável por reformas de edificações nos bairros centrais, em especial no Triângulo histórico (2011: 216). Simões era natural do Rio de Janeiro, nascido no ano de 1875, não se sabe quando

saiu da capital em direção a São Paulo, mas no ano de 1897, pouco antes de Victor da Silva Freire assumir a Secretaria de Obras, é relacionado como funcionário da seção técnica na condição de amanuense, no local de trabalho de outros importantes construtores com os quais compartilhará a prática profissional, dentre eles, o arquiteto Carlos Milanese e o empreiteiro José Kanz, que no momento era auxiliar-alinhador da seção (PARETO, 2011: 58). É provável que em seu trabalho na Secretaria tenha criado contatos e conhecimentos profissionais e passado a atuar no mercado privado de construção, já que sua atuação se acentua nas SOP a partir da primeira década do século XX. Esse histórico de atuação dentro da instituição, conhecendo seus trâmites de perto, auxiliou de maneira decisiva esses profissionais a se tornarem tão proeminentes no mercado imobiliário. Suas possibilidades de disputa e negociação com a Diretoria era amplificada por essa condição, como se vê pelos em pareceres com longas réplicas e trélicas quando da negação de pedidos ou solicitações de alterações.²²¹ Conformam inclusive uma trama de atuação conjunta de profissionais de nacionalidades distintas, como os Simões, os Belleza, Kanz, Manoel Asson (PARETO, 2011: 153), sendo evidente a mobilização desses conhecimentos, como no caso do armazém na esquina da rua da Glória com a travessa da Glória, tratado acima.

Simões era um dos construtores prático-licenciados nacionais, mostrando que o mercado de construção não se resumia aos mestres de obras italianos. Responsável por obras de grande porte, como a instalação da “Fábrica de Tecelagem-Ítalo-Brazileira”, no Brás, em 1907 (PARETO, 2011: 217), atendia inclusive uma clientela abonada, como no caso de uma reforma realizada em 1908, também no Brás, na rua Oriente, da residência de Charles William Müller e Antonieta Rudge – Müller, além de um personagem destacado na história do futebol no país, foi funcionário de companhias inglesas e inclusive vice-cônsul da Coroa Britânica no país, e Rudge, pianista, pertencia a uma das famílias de elite da cidade (PARETO, 2011: 217-218). A atuação de Simões na Liberdade não é pequena; são diversos pedidos assinados pelo construtor, a maioria concentrados, como dissemos, no tipo de construção predominante na paisagem do bairro, pequenas casas térreas em formato corredor de poucos cômodos.

²²¹ Não há um estudo sistemático sobre a simultaneidade da atuação desses profissionais no poder público e na iniciativa privada. No caso de Kanz, sabemos que sua carreira junto a Diretoria de Obras durou menos de uma década, não sendo mais relacionado no quadro de funcionários após Victor da Silva Freire assumir sua direção. Pareto (2017) lança como hipótese que Kanz se desvinculou para concentrar sua atuação que estava num crescente de rentabilidade, não parecia haver uma posição sistemática da Diretoria contra a atuação simultânea nesse momento.

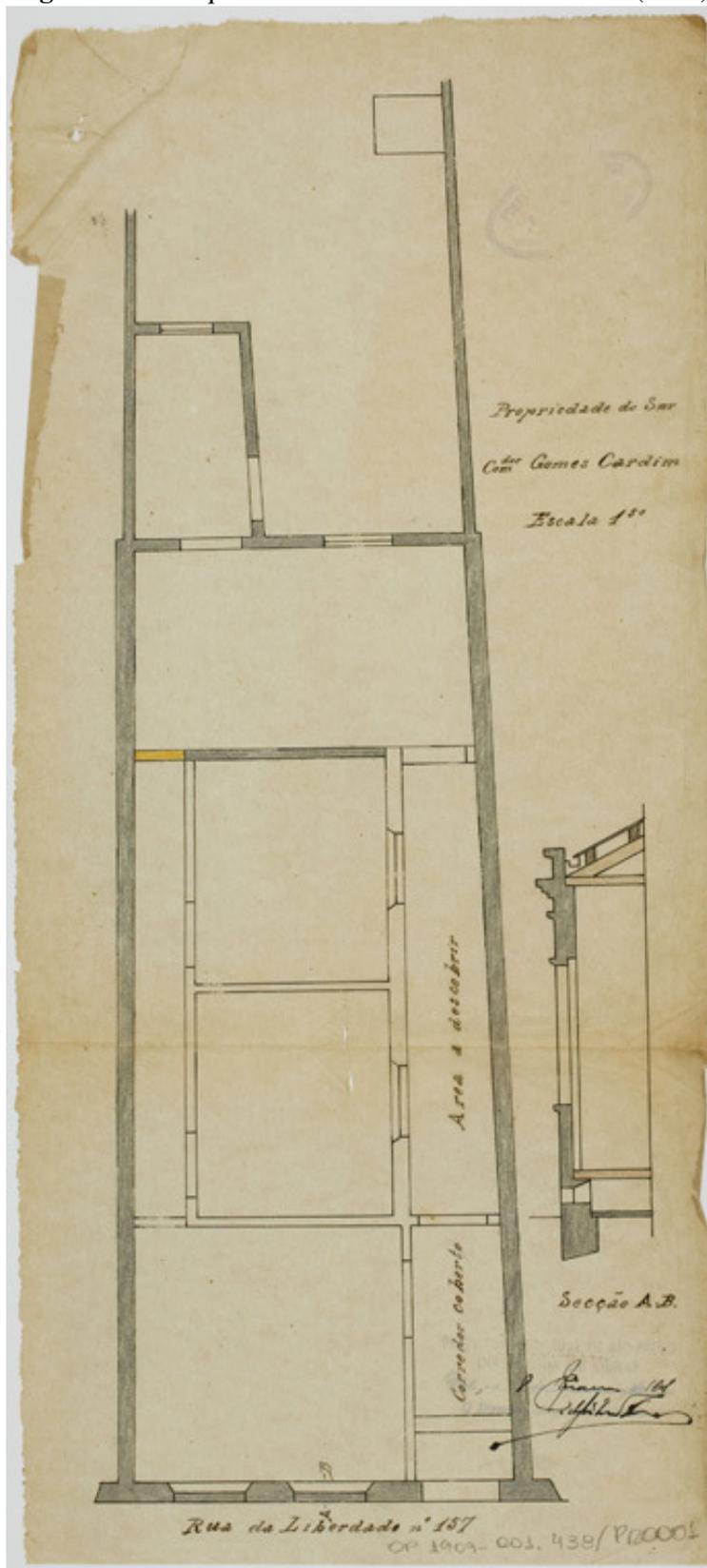
Uma atuação que resultou, como outros construtores e agentes urbanos, em uma presença da família no mercado de construção na cidade até os dias atuais. Por um período, Fernando Simões atuou conjuntamente com seu irmão Raul Simões, outro construtor também prático-licenciado, com uma atuação mais tímida no mercado (PARETO, 2011: 240-241). Raul é avô de Newton Simões Filho, presidente fundador da Empresa Construtora Racional Engenharia, que alia na sua trajetória profissional a “herança” dos dois avôs construtores, o nacional Raul Simões e o italiano da Toscana Alberto Tanganelli.²²²

Outro construtor que atuava diversas vezes conjuntamente com Kanz aparece em um pedido para a rua da Liberdade nº 157, de 1909.²²³ O construtor Horacio Nogueira discute longamente com o engenheiro José de Sá Rocha que não quer aprovar o pedido para a transformar 2 portas em janelas e suspender a soleira de uma porta, em um imóvel do destacado agente urbano Gomes Cardim.²²⁴ A modificação é negada com o parecer de que o tipo de modificação mostra uma intenção em transformar o armazém que ali funcionava em uma moradia, o que não pode ser feito já que se tratava de uma casa velha em desacordo com o padrão, e que o levantamento da soleira pedido faria necessariamente levantar o soalho, o que pioraria ainda mais as condições de salubridade da edificação. O construtor responde que o proprietário vai realizar o levantamento do forro e do telhado na altura de 4,40m de pé direito, porém conservando a fachada visto ser nova e estar de acordo com o padrão.

²²² “Esse é o meu avô Raul, com certeza. Lembro-me muito bem dele, já velhinho, mas sempre elegante e polido. Completamente diferente do Tanganelli que trazia uma personalidade marcante e irreverente. Como o Raul se separou da minha avó Josefina (Cota) quando meu pai era ainda jovem, sua imagem ficou um tanto distante da família. Ele era frágil, magro e muito educado, enquanto o Tanganelli era explosivo, grosseiro se necessário e surpreendia seus interlocutores com citações demolidoras, iconoclastas e desconcertantes. Mas realmente, eu reuni em meu pedigree, nas duas vertentes, forte influência cultural para a arte e ofício da construção. (Depoimento do Engenheiro Newton Simões Filho ao ver os retratos de seus avós materno e paterno nos Livros de Registros de Construtores “Práticos Licenciados”) (PARETO, 2011: 15).

²²³ Histórico de São Paulo (1909). Ofício de Gomes Cardim. Rua da Liberdade, 157. OP.1909.001.438. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²²⁴ Pedro Augusto Gomes Cardim (Porto Alegre, 16 de setembro de 1865 — Rio de Janeiro, 22 de maio de 1932), foi um político, investidor urbano e dramaturgo de ascendência portuguesa. Foi deputado estadual e vereador por São Paulo. Em 1897 foi intendente da cidade, na sua administração foi construído o Cemitério do Araçá, e também realiza a “Planta Geral da Capital de São Paulo organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim Intendente de obras” que Simoni (2016) analisa, mostrando que vários loteamentos eram apresentados já arruados quando ainda não estavam ocupados, como o loteamento do próprio Intendente, a “Vila Gomes Cardim”. Em 1925 fundou a Academia de Belas Artes de São Paulo.

Figura 44 – Croqui anexo ao ofício de Gomes Cardim (1909)

Fonte: SOP/AHSP.

Pretendemos agora relacionar esses elementos da ocupação do bairro da Liberdade com mais algumas outras dimensões dessa dinâmica, para discutir as leituras sobre a preterição dessa localização pelas elites no processo de expansão urbana.

I.VIII. - Descaminhos da expansão ao sul?

Desde a luta de Feliciano de Medeiros para ter acesso a uma terra onde pudesse construir uma casa para viver, passando pelos equipamentos públicos e como eles se relacionam à disponibilidade do mercado de terras urbanas, assim como os investimentos em moradias de aluguel para população pobre e comércio no bairro, vemos que apesar de uma presença plural de estratos sociais no bairro da Liberdade, ela não se deu sem disputas. Neste estudo de caso sobre essa região da cidade fica ainda mais evidente como a correlação entre a escravidão, construção do racismo como marca de distinção e a questão da propriedade de terras são estruturantes nas tensões sociais ao longo do século XIX.²²⁵ Como vimos, territorialidades negras importantes do bairro serviram como pontos focais que impulsionaram os investimentos no mercado de terras do bairro, inclusive por terem funções que permitiram extensões de terras livres com uma localização privilegiada mesmo após a ocupação do bairro. No levantamento sobre as transações de terras e imobiliárias do bairro, Fantin mostra como a ocupação era antiga em logradouros importantes: para a rua da Liberdade, Conselheiro Furtado e Galvão Bueno há, no final do século XIX, um predomínio de transações imobiliárias, referente a venda, hipoteca e arrendamento de edificações, inclusive sobrados; na rua da Liberdade, também há muitas transações de comércios, como padaria, açougues e relojarias (FANTIN, 2013: 45).

Vários pedidos no final do século XIX permitem nos aproximar dos conflitos no adensamento de ocupação do bairro nesse período, especialmente na rua Barão de Iguape, uma das vias da baixada em direção ao rio Tamanduateí, em que embates entre o poder público e proprietários se repetem ao longo da última década – o que pode indicar uma vistoria mais detida nesse logradouro após obras. É o caso do pedido feito pelo construtor Joaquim da Silva, em nome do proprietário Candido Cardim, em 1899, sobre um imóvel localizado no número 82 da rua Barão de Iguape.²²⁶

²²⁵ Reverberando no estabelecimento da Lei de Terras em 1850 (MOTTA, 1998).

²²⁶ Histórico de São Paulo (1899). Ofício de Candido Cardim. Rua Barão de Iguape, 82. Encadernado 224. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Há uma intensa troca de pareceres e respostas do solicitante nesse pedido, que inicialmente submete o pedido pois o imóvel ao lado do seu havia sido demolido deixando assim “a parede do pé esquerdo em aberto”, necessitando então licença para fechá-la. No entanto, o fiscal não autoriza a licença pois diz que a planta não cumpre com a verdade, “que a fachada é mentirosa”, sendo o imóvel na realidade um velho casebre na beira de águas fluviais e que com o rebaixamento do solo as fundações ficaram visíveis. O fiscal argumenta que o imóvel deveria ser totalmente reconstruído, de acordo com os padrões municipais, o que é rebatido pelo proprietário por não se achar em condições de uma reforma de tal vulto. No final, é determinado um prazo de seis meses para que o proprietário reconstrua totalmente a fachada, de acordo com os padrões municipais.

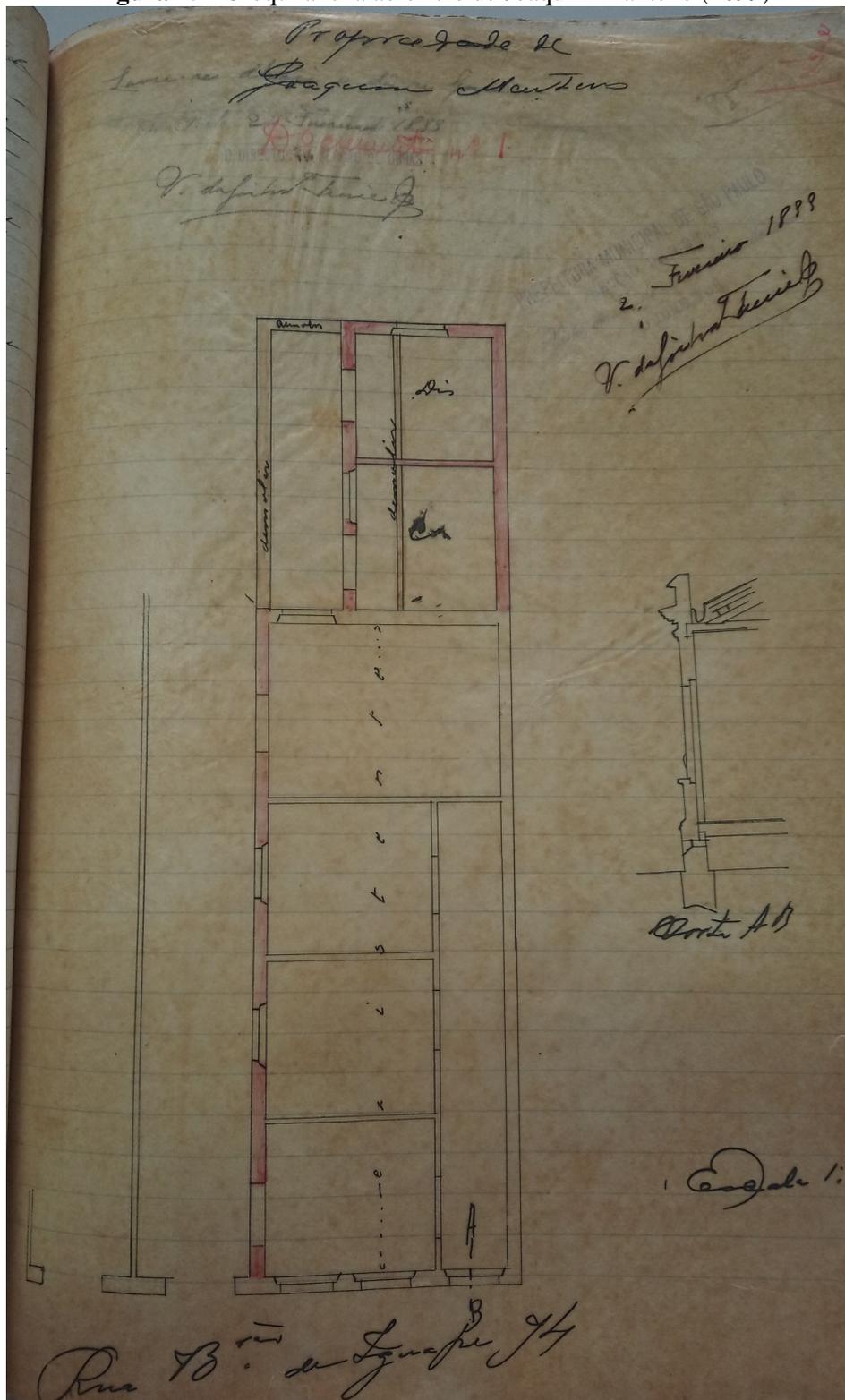
Outro pedido do mesmo ano, no número 39^a (tinta) do mesmo logradouro indica a presença de vistoria e autuação dos imóveis dessa via que estavam fora do padrão: o proprietário Guilherme Poli, em outro pedido cheio de idas e vindas de pareceres e respostas, pede autorização para construção de uma cocheira para cinco animais; se trata na verdade de reconstrução de uma cocheira fora dos padrões, que foi multada pelo fiscal, tendo o proprietário submetido pedido para reconstrução, mantendo porém, enquanto aguardava autorização do pedido, os animais sem demolir a antiga cocheira, e por isso tomou multa de reincidência.²²⁷ Além de pedir o perdão da multa de reincidência, alegando o proprietário que seu pedido já estava em poder da municipalidade, não sendo aprovado em razão de “demora”, pede prolongamentos de prazo, em uma estratégia que permite lidar com a intimação do poder público dentro das suas possibilidades sem cair na ilegalidade – a multa é relevada e a nova planta aprovada, com extensão de prazo. O proprietário Joaquim Manteno também consegue negociar as reformas que teve que fazer em seu imóvel após intimação, que ficava localizado no número 74 da rua Barão de Iguape.²²⁸ No pedido, propõe criar mais um corredor na casa, no lado esquerdo, para o qual seriam abertas janelas e portas, porém isso resultaria em uma diminuição sensível de área dos cômodos. Os analistas a princípio ficam reticentes, pedindo a avaliação do engenheiro Paes Leme, que sugere

²²⁷ Histórico de São Paulo (1899). Ofício de Guilherme Poli. Rua Barão de Iguape, 39 A(tinta). Encadernado 224. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²²⁸ Histórico de São Paulo (1899). Ofício de Joaquim Manteno. Rua Barão de Iguape, 74. Encadernado 224. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

aceitar a alteração pois ela significará muitos "melhoramentos" para o edifício, como iluminação e ventilação direta em dois cômodos que antes não a tinham, mesmo que a área mínima de cada cômodo não seja respeitada com a alteração.

Figura 45 - Croqui anexa ao ofício de Joaquim Manteno (1899)



Fonte: SOP/AHSP.

O caso mais dramático dessa leva de intimações se refere às edificações localizadas nos números 78 e 80 desse logradouro, de propriedade de Sofia Schoeler, uma expressão dos embates no combate às moradias insalubres como possibilidade de habitação para a população pauperizada.²²⁹ Diz a proprietária:

Tendo sido intimada pela Vsa Exa Conselheiro Antonio Prado a demolizar em 5 dias de prazo os prédios à rua Barão de Iguape, 78 e 80 a mim pertencentes venho respeitosamente a presença de vsa exa requerer um prazo de 60 dias para demolição dos prédios, visto que os inquilinos dos referidos prédios não poderem-se mudar de um dia para outro, outrossim ser impossivel retirar o cascalho em prazo tão limitado.

O documento inicial desse pedido, remetido em 10 de julho, é uma solicitação para que seja procedida vistoria no imóvel pela Seção de Obras, pois ele aparentava não apresentar as condições de segurança necessárias. Novo documento é acrescentado no dia 24 do mesmo mês, após a vistoria feita, no qual é debatido se seriam necessárias apenas reformas ou a demolição. A proprietária é autuada no dia 5 de agosto para demolir as edificações e recolher os escombros em um prazo de cinco dias, por isso recorre, no mesmo dia, pedindo prolongamento de prazo. Esse prolongamento não chega a ser apreciado, pois a proprietária efetuou a demolição no dia 18 de agosto, ou seja, somente sete dias a mais do que o determinado na autuação – não consta nenhuma multa ou sanção nos pareceres, só a constatação de que a demolição já havia sido realizada conforme determinado pela Seção de Obras. Dois anos depois, outra oferta de moradia insalubre estava fora do mercado por autuação da Diretoria de Higiene, na rua do Glicério: o italiano Genaro Lo Tuffo faleceu em 1895, deixando duas casas contíguas como herança aos seus filhos, as casas funcionavam como cortiços, em uma havia seis quartos de aluguel, na outra cinco, além de um armazém. Até o momento da interdição, os órfãos viviam da renda dos aluguéis, pedindo assim o tutor permissão para hipotecar o imóvel para fazer os reparos exigidos pela Diretoria para que os herdeiros pudessem voltar a ter rendimentos (OLIVEIRA, 2005: 311).

Como podemos ver, a Liberdade também tinha uma considerável oferta de habitações para a população pobre com características semelhantes às verificadas pela Comissão na inspeção do bairro de Santa Ifigênia. Nesse caso, também vemos a

²²⁹ Histórico de São Paulo (1899). Ofício de Sofia Schoeler. Rua Barão de Iguape, 78 e 80. Encadernado 224. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

construção de alguns tipos de discursos sobre esse tipo de moradia, que por vezes se coadunam: uma cidade castigada por moradias insalubres, habitada por uma população vítima indefesa que só tinha como alternativa se submeter à sanha dos especuladores; um poder público ineficiente em encontrar soluções para esse problema, ainda que seja caracterizado, ao mesmo tempo, ou como preocupado em implementar inovações legislativas de salubridade ou como repressivo e disciplinador dos pobres. As distintas linhas interpretativas se aproximam também, nesse caso, pelo uso do recurso das metáforas: as moradias insalubres estariam “infestando” a cidade, se apresentando como a “face negra” da sua expansão física e do desenvolvimento econômico.²³⁰ Como discutido por Bresciani (2014), o uso desse recurso aproxima os estudiosos de seu objeto de estudo, já que a metáfora foi largamente utilizada como instrumento de convencimento político durante a formulação do urbanismo por reformadores que defendiam intervenções urbanas para a “racionalização” das cidades, nesse caso, termos bastante similares aos utilizados no relatório sobre os cortiços de Santa Ifigênia.

Entender a produção do urbano nesse período como um processo de desenvolvimento evolutivo paulatino, que caminha em direção a melhoramentos de salubridade que criaram uma cidade saneada para o conjunto de sua população, ao qual se interpõem interesses privados que deveriam ser controlados pela regulação do poder público, é outra interpretação compartilhada por parte da historiografia e pelos reformadores. Assim, a condição habitacional da população pobre é entendida como um revés, uma falha do processo de desenvolvimento, que pode ou não ser superada a partir da ação correta do Estado de regular a construção privada dessas moradias através da aplicação de leis e normas, e não como expressão da confrontação política desses distintos agentes, ou setores sociais, materializada na conformação do urbano.²³¹ Com isso queremos dizer que esses pequenos embates apresentados aqui são expressões de opções políticas, e suas confrontações, na produção do espaço urbano, não apenas um reflexo de uma administração pública débil ou da ganância de especuladores ardilosos. Como podemos ver nessa série de embates acerca das intimações, há a construção de um valor manejado pelos fiscais, engenheiros, municipalidade, para sustentar a

²³⁰ Termos utilizados por Eudes Campos em: “Casas e vilas operárias paulistanas: 1880-1930”. Informativo AHM n. 19, 2008.

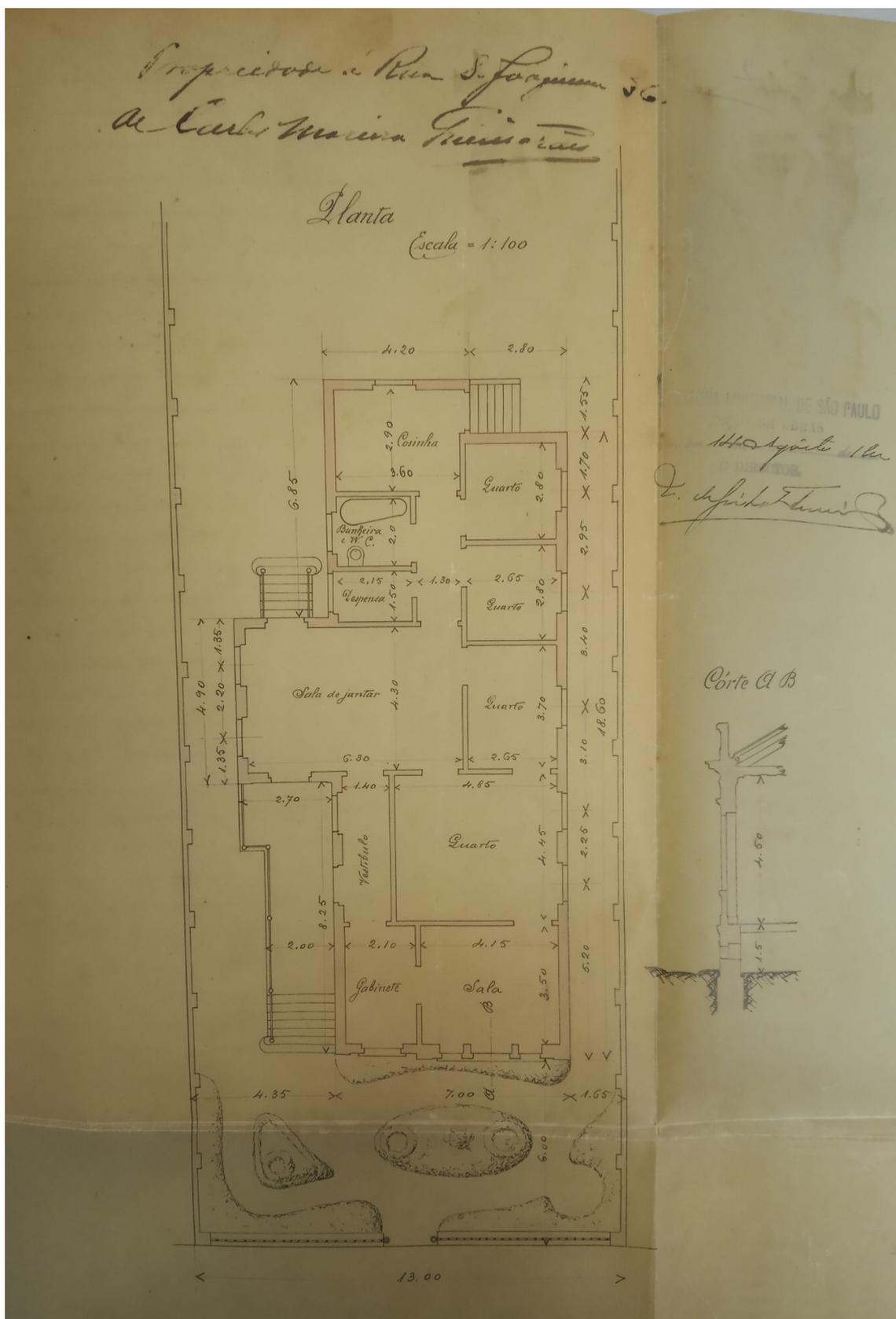
²³¹ Dentro do recorte dessa pesquisa, o estatuto liberal do Estado compreendia, na questão da habitação, um papel disciplinador a partir da legislação que deveria ser seguido pelo capital privado, responsável propriamente pela construção dos imóveis. A atuação direta no Estado na construção civil para o oferecimento direto de moradias populares é posterior ao recorte dessa pesquisa (BRESCIANI, 2003; BONDUKI, 2004).

obrigação da adaptação de fachadas, regular o uso de cocheiras, determinar ventilação e iluminação de imóveis, condenar à demolição imóveis insalubres: o bem público, a salubridade da vida comum na cidade. A sustentação dessa visão política, naturalizada como técnica, autoridade científica, como já debatemos aqui, de que existe um comum que engloba todos os moradores da cidade, e que os interesses dessa coletividade abstrata devem estar acima de interesses pontuais, é outro elemento partilhado pelos reformistas e seus estudiosos. A construção desse sentido comum se expressa também nessa noção evolutiva da forma urbana, na concepção de que as condições de habitação não serão iguais para todos, mas um nível de salubridade comum deveria ser paulatinamente alcançado em todas elas saneando assim todo o tecido urbano.

A poucos metros da rua Barão de Iguape, de onde são todas as SOP discutidas acima, no ano seguinte desses pedidos, 1900, Carlos Moreira Guimarães, pede autorização para construir um palacete em terreno de sua propriedade, que tem 13 metros de frente e é retangular. O palacete, isolado no lote, com ajardinamento frontal, apresentava onze cômodos em sua planta, além de quintal ao fundo.²³²

²³² Histórico de São Paulo (1900). Ofício de Carlos Moreira Guimarães. Rua São Joaquim, 36. Encadernado 284. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 46 - Planta anexa ao ofício de Carlos Moreira Guimarães (1900)



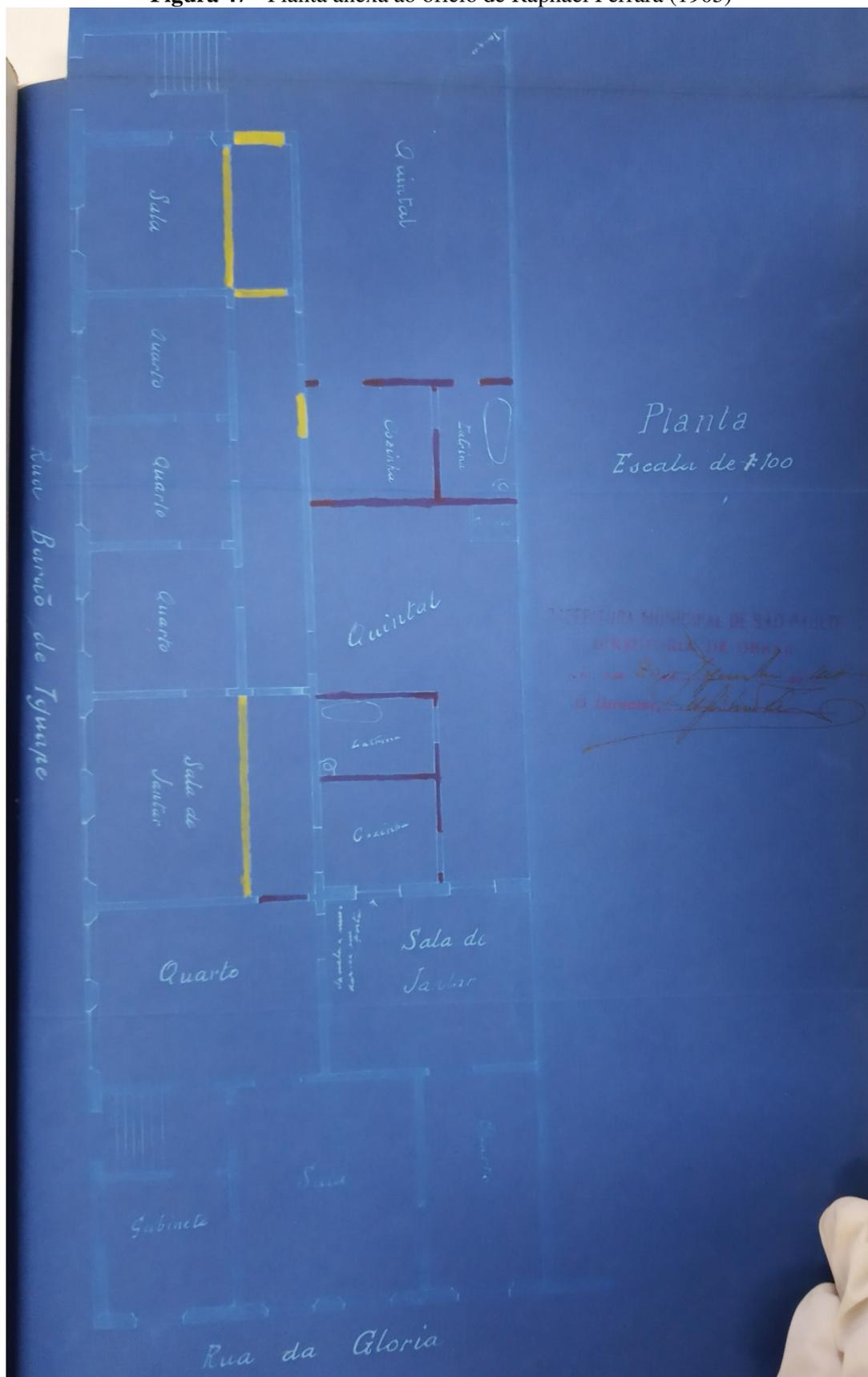
Fonte: SOP/AHSP.

Em 1904, na rua Conselheiro Furtado, José Antônio Perreira solicita autorização para construção de 4 casas em série, no formato corredor, cada uma com sete cômodos.²³³ Padrões de moradia distintos dos das intimações que vimos até aqui, colocando mais uma vez a pluralidade de ocupação de estratos sociais na Liberdade. O padrão de construção não sempre determina os padrões de habitação, no entanto, já que o compartilhamento da moradia ou sua repartição sem informar ao poder público era uma estratégia frequente da população. Em pedido de 1905 vemos um exemplo de repartição de imóvel, localizado na rua Barão de Iguape, esquina com rua da Glória, onde o proprietário Raphael Ferrara solicitava reformas para transformar uma casa grande em duas casas independentes.²³⁴ Com a repartição, o proprietário teria então uma casa quadrangular, que ocuparia a parte do lote da esquina, com os cômodos: gabinete, sala, quarto, sendo alinhados com a rua da Glória, para qual estavam voltadas as suas respectivas janelas, seguidos por um outro quarto com a janela voltada para a rua Barão de Iguape e uma sala de jantar com janela voltada para o quintal interno. Nesse quintal, com acesso pela sala de jantar, o proprietário construiria dois pequenos cômodos, um para cozinha e um para latrina. A segunda casa começaria do fechamento da porta do segundo quarto, sendo utilizada uma entrada lateral pela rua Barão de Iguape, essa casa teria formato no padrão corredor, com os cômodos em sequência: sala, três quartos e sala de jantar, com as janelas voltadas para a rua Barão de Iguape e a passagem entre os cômodos se daria por um corredor interno, sendo que o acesso ao quintal interno se daria pelo mesmo portão de entrada da casa, estando nele localizada a cozinha e a latrina, como a da casa de esquina.

²³³ Histórico de São Paulo (1904). Ofício de José Antônio Perreira. Rua Conselheiro Furtado, 85. Encadernado 380. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²³⁴ Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Raphael Ferrara. Rua Barão de Iguape, esq. Rua da Glória. Encadernado 403. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 47 - Planta anexa ao escritório de Raphael Ferrara (1905)



Fonte: SOP/AHSP.

Uma pluralidade que, como vimos, era conflituosa, fazendo parte dos embates pelas vantagens da localização na expansão urbana de São Paulo no final do século XIX no deslocamento dos distintos extratos sociais nos vetores de expansão. A região é definida como preterida pelas elites no processo de expansão urbana e deslocamento do Triângulo, apesar de não apresentar obstáculos físicos (VILLAÇA, 2001: 116). Segundo essas análises, sintetizadas na obra de Villaça, a cidade se expandiu em todas as direções, mas de maneira seletiva: as elites seguiram para além do Anhangabaú, que tinha uma barreira a menos em relação à região que até então era o centro da cidade, e dispunha, uma vez atravessado o vale, de uma topografia ondulada, mas sem grandes elevações. A massa de população mais pobre se deslocou em direção à zona leste da cidade, transpondo o Tamanduateí. Em relação à direção sul, a ocupação teria sido mais lenta, o que gerou na historiografia o debate do porquê a única direção de expansão que não demonstrava obstáculos para o avanço da cidade teria sido preterida pela elite no seu deslocamento (VILLAÇA, 2001: 117).

Na interpretação de Villaça, como vimos, o papel da ideologia na produção do espaço urbano é determinante nesse caso, já que a expansão a sul não significaria um rompimento com a antiga centralidade e com os valores que essa representava, não permitindo uma marcação da ascensão do poder da burguesia nos embates internos da elite (VILLAÇA, 2001: 194). Assim como Villaça, Sevcenko localiza o adensamento urbano no fim do século XIX nos bairros centrais, não definindo uma segregação sócio espacial por vetor de expansão, mas sim pela topografia desses vários territórios: enquanto a população mais rica habitaria os terrenos topograficamente mais altos, as baixadas e várzeas estariam destinadas às populações mais pobres e a funções produtivas. Para a região sul, e o distrito da Glória, modificações importantes são apontadas, como a retirada do Morro do Tabatinguera e a retificação do curso do Tamanduateí, criando um grande estoque de terras urbanas livres nas proximidades do Triângulo – ainda que em uma área de várzea (SEVCENKO, 2004: 26). Quando Sevcenko descreve os inúmeros equipamentos públicos do período colonial e imperial que estavam localizados na região, assim a caracteriza:

Como se vê, a Glória, quando não era o inferno, era o purgatório. A cidade empurrava para lá tudo aquilo que percebia como ameaçador, desagradável, tumultuário, desprezível, repugnante ou indigno. Em diferentes épocas e distintos locais, foram instaladas lá instituições as mais problemáticas (SEVCENKO, 2004: 24).

Enquanto para Villaça a região seria a ligação constante com o “velho” pela proximidade sem barreiras, para Sevcenko a região teria o estigma de ser abrigo de funções pouco prestigiosas, com as quais as elites não gostariam de estar identificadas. Vemos aqui duas interpretações construídas e constantemente atualizadas na historiografia para definir um lugar de preterição e marginalidade desse vetor de expansão em relação aos demais na urbanização paulistana. No entanto, o próprio Sevcenko assinala que a região mais próxima à praça da Liberdade recebeu melhoramentos de embelezamento do prefeito Conselheiro Antonio da Silva Prado, transformando a então rua em uma avenida de padrão bulevar arborizado (SEVCENKO, 2004: 27). Um dos maiores responsáveis por consolidar na cidade uma arquitetura que fizesse jus à “progressista, arrojada e moderna burguesia paulistana” escolheu justamente esse bairro ao sul da Sé para morar com sua família. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que se tornaria um icônico arquiteto paulista, construiu para si, em 1891, um palacete na rua Pirapitingui, e duas outras casas em terreno contíguo para suas filhas.²³⁵

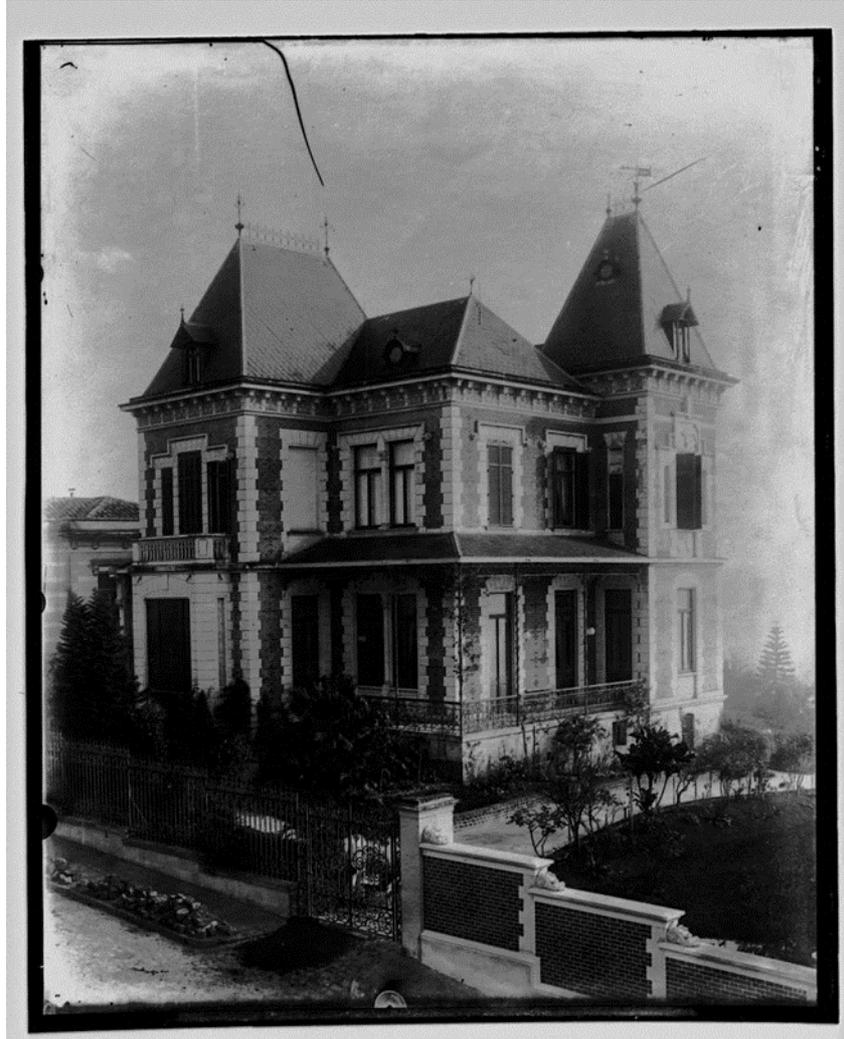
Ramos de Azevedo não só constituiu moradia no bairro, como foi contratado por diversas outras ricas famílias para projetar e construir residências de alto padrão na região, como foi o caso de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente do Estado entre 1908 e 1912. No período de sua administração, transferiu a sede do governo para o palacete localizado no Largo São Paulo, ou Largo da Pólvora (SEVCENKO, 2004: 27).²³⁶ Além da própria residência de Ramos de Azevedo, vemos em seu acervo outros dois registros de residências luxuosas, isoladas no lote, projetadas pelo arquiteto no bairro, uma localizada na mesma rua da sua residência, Pirapitingui, para Manoel Pessoa Siqueira Campos, advogado e destacado político durante a segunda metade do século XIX, que foi titular de diversas secretarias no governo de São Paulo, além de senador. A outra, na rua Tamandaré, para o Conde de Parnaíba, Antonio de

²³⁵ Ramos de Azevedo nasceu em 1851, prole de uma tradicional família de Campinas, formou-se engenheiro na École Speciale du Génie Civil et des Arts et Manufactures Annescée da Universidade de Gand, na Bélgica (CARVALHO, 2000). Retorna ao Brasil em 1879, e pouco tempo depois estabelece na capital paulista seu próprio escritório, o F.P. Ramos de Azevedo e cia., localizado na rua Boa Vista, que seria responsável por importes obras na cidade em busca de marcas para a modernização paulista. A marca arquitetônica de Ramos de Azevedo, o ecletismo (de todos os profissionais do período), foi um dos elementos que auxiliou na elaboração do ideário da modernização, sintetizado na arquitetura da opulência, que buscava dotar de ares cosmopolitas a cidade da oligarquia agrária de quem Ramos era tributário (LEMOS, 1993).

²³⁶ O edifício não foi destruído com as grandes reformas da região para a construção da avenida 23 de maio, e permanecesse preservado, sendo hoje, curiosamente, sede do Primeiro Distrito Policial da cidade. Durante as décadas de 1990, 2000 e 2010, ali se dava os plantões da polícia, sendo para lá encaminhado detidos de diversas manifestações de movimentos sociais e/ou revoltas populares.

Queiroz Telles, também advogado, e presidente da província de São Paulo entre 1886 e 1887, sendo um grande incentivador da carreira de Ramos de Azevedo, auxiliando na estruturação e sua carreira quando esse se transfere para São Paulo, concedendo-lhe prioridade para contratação em obras públicas (CAMPOS, 2005).

Figura 48 - Residência de Ramos Azevedo – localizada na rua Pirapitinguy (s/d)



Fonte: Filme 468 negativo 176A.2, notação Es_019_468_6. Fundo Ramos de Azevedo. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

Figura 49 - Residência de Manoel Pessoa Siqueira Campos – localizada na rua Pirapitinguy (s/d)



Fonte: Filme 273 negativo 195.1, notação Es_019_273_5. Fundo Ramos de Azevedo. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

Figura 50 - Residência do Conde de Parnaíba – localizada na esquina da rua Tamandaré (s/d)



Fonte: Filme 319 negativo 332.1, notação Es_019_319_1. Fundo Ramos de Azevedo. Acervo da Biblioteca da FAU/USP.

Ou seja, uma população com recursos escolheu se estabelecer em uma região com densa ocupação das quadras, em que as edificações estão majoritariamente alinhadas na rua, com tamanhos irregulares de quadras e traçado assimétrico dos arruamentos. A morfologia urbana da Liberdade se aproxima, nesse sentido, do antigo Triângulo, com seu traçado mais intermitente e descontínuo, dando uma expressão física para a “continuidade da cidade velha” discutida por Villaça. Podemos ver que a valorização ou não de uma região era bastante relacional, pelo levantamento feito por Oliveira nos inventários em que se tratavam questões de propriedade imobiliária. Assim, ao mesmo tempo em que classifica a região do sul da Sé, “da Liberdade para baixo”, como abrigo das populações mais pobres, com muitas casas térreas simples, com uma baixa valorização, como oito casas conjugadas inventariadas na rua Conselheiro Furtado, do mesmo dono, sendo cada uma avaliada em sete contos (2005: 331), a caracterização muda na comparação a outras regiões da cidade.²³⁷ Quando está tratando das casas inventariadas entre 1895-1900, em um total de 448 casas térreas, das quais 408 com metragem, apresenta que o maior terreno era de 30.000m², sendo de um chalé na Vila Mariana com três cômodos, assoalhado, com cozinha como dependência, avaliada no mesmo valor de um de menor área, com casa com duas portas e apenas 14m² na rua da Liberdade, com suas portas. Os dois foram avaliados em seis contos, o primeiro em 1897 e o segundo no ano seguinte:

Comparando com os outros bens, uma foi subavaliada, enquanto a outra superestimada, mas ficou clara, de qualquer forma, a diferença de preço conforme a região da cidade: o preço muito baixo que se podia pagar por terreno na Vila Mariana e, por sua vez, a valorização da Liberdade, área até pouco tempo caracterizada por habitações populares, com algumas chácaras (OLIVEIRA, 2005: 362-363).

Historicizar como eram entendidas as funções desses equipamentos classificados como “indignos” é fundamental para dimensionar essa aparente contradição no adensamento urbano do bairro. Para isso, a discussão sobre as implicações do escravismo para a conformação do espaço urbano de São Paulo e das suas dinâmicas de reprodução deve ser destacada, já que nos permite apreender que a força e o pelourinho não eram espaços de vergonha para a sociedade paulista colonial e

²³⁷ Assim discute Oliveira: “Em 1901, por exemplo, era possível comprar uma casa de porta e janela na rua pires da mota, com terreno de 924m², com apenas 800\$000. Na estrada e depois da rua vergueiro também encontravam-se terrenos e casas por preços baixos. As ruas que mais apareceram dessa região foram a rua da gloria, rua da liberdade, largo da liberdade, rua barão de Iguape, rua dos estudantes, rua Clímaco Barbosa e rua conselheiro furtado”.

imperial, ao contrário, deveriam estar expostas, à vista de todos, como um instrumento constante de poder, seja da Coroa sobre seus súditos, seja de todas as pessoas livres sobre as escravizadas. A Cadeia Pública por muito tempo esteve situada nos porões da Câmara, sendo uma prática comum em outras cidades do país no período colonial, assim como era comum que nos canteiros de obras públicas pessoas livres e escravizadas trabalhassem lado a lado como pedreiros, por exemplo, recebendo a mesma remuneração – era comum que as pessoas que exerciam funções construtivas estivessem na condição de “ganho” (SANTOS, 2013: 107). Ou seja, nessa correlação de forças, o convívio constante dos diferentes estratos sociais era fundamental tanto como estratégia de reprodução da dominação, mas também era usado como estratégia de resistência da população escravizada e/ou pauperizada.

A distinção era então operada por outros signos, que não incluíam uma especialização social do lugar das moradias, como vemos em estudos que abordam a ocupação do Triângulo e mostram que as pessoas viviam de modo muito misturado, com sobrados habitados por pessoas com distinção social lado a lado com telheiros pobres. A família do ferreiro Joaquim Amaro dos Santos, por exemplo, habitava e tinha sua oficina em um telheiro na rua Princesa, travessa da rua do Imperador, e quando esse faleceu deixou mulher e seis filhos. O telheiro era o vizinho que separava dois sobrados, um deles do médico da Câmara e o outro da Santa Casa, sendo que Dr. Francisco Honorato de Moura em 1879 faz oferta à viúva, que pede autorização ao curador da herança para trocar seu telheiro por uma casa no Lavapés que tivesse além do único cômodo do telheiro e também oferecesse a vantagem de estar perto do rio Tamanduateí, o que daria “facilidade de ganhar algum pão, ocupando-se em lavar roupa” (OLIVEIRA, 2005: 338-340). O negócio não se efetiva, mas nos permite apreender o tecido mesclado do Triângulo central, mostrando que a convivência cotidiana não era um impeditivo à marcação das hierarquias sociais – também nos mostra como a região do Lavapés era uma territorialidade valorizada pelas classes populares, por permitir a proximidade com uma forma de sobrevivência por meio de um trabalho não dependente de um único patrão direto.

Nos bairros centrais do entorno do Triângulo os sobrados, em geral, deixaram de ser a tipologia edilícia favorita das elites em favor dos palacetes, mas a coabitação no mesmo bairro, rua e mesmo quadra continuou, muitas vezes sendo engendrada pelo mesmo agente urbano, como é o caso de Possidônio Ignácio das Neves

que investiu principalmente em habitações para a população pobre, mas também para setores remediados e médios. O que era *digno* ou *indigno*, como ocupação do território, estava em disputa nas tentativas de construção da especialização espacial e homogeneização social, que, como projeto, atravessa o século XIX e toma força como prática no final desse século, sem, no entanto, conseguir se estabelecer de maneira hegemônica - nem como projeto, e muito menos como prática (MARINS, 2011). No entanto, essa segregação sócio espacial como explicativa da urbanização paulistana fundamenta as leituras sobre a preterição de Liberdade como vetor de expansão, e faz com que bairros centrais mesclados sejam menos frequentemente abordados em estudos urbanos do que os que foram classificados como “bairros de elite” ou “bairros operários”.

Concomitante à construção desse signo de *indignidade e atraso* para os usos mistos desse território, houve um processo em que todo o terreno em que estava abrigado o cemitério, a forca e o pelourinho, assim como as instituições religiosas, passaram a ter um forte valor ritual para a comunidade do bairro, já que as tradições das etnias africanas da diáspora atlântica outorgavam um status sagrado a espaços ligados fortemente a ancestralidade (SEVCENKO, 2004: 19-20). Assim, nos parece que essa aparente contradição entranhada na conformação urbana do bairro da Liberdade fez com que, ao mesmo tempo, os seus territórios negros tenham sido parte fundamental da estruturação do mercado de terras da região, esses mesmos territórios e essa experiência da população negra ali territorializada gerassem esse tipo de desprestígio do bairro em leituras posteriores. Expressando, portanto, como os conflitos estruturantes da forma urbana e como as perguntas que fazemos mostram os compromissos de nossas pesquisas.

As relações de poder em uma sociedade escravista a partir da racialização fizeram profundamente parte da conformação do território do bairro da Liberdade, mostrando mais uma vez a necessidade de pensarmos nossos marcos epistêmicos quando tratamos de experiências dissensuais. Essa conformação de ocupação urbana foi simultânea à construção de uma memória sobre ela, permitindo encontrar na sua materialidade as fissuras dentro do próprio discurso consensual sobre esse território. A reflexão e o reconhecimento políticos da disseminação da propriedade escrava, assim como uma aplicação sistemática de políticas reparatórias, são iniciativas ainda muito pontuais no país. O intrincado caso de formulação da memória urbana do bairro da

Liberdade, mas também dos tipos de abordagens historiográficas feitas sobre esse território, como discutido neste estudo, desfazem a suposta cristalização da composição étnica da sua população.

**Parte II – Traçados urbanos além do Triângulo:
questões sobre as regularidades e irregularidades da
forma urbana em São Paulo**

Todo desplazamiento, toda elección topológica en la ciudad, tiene connotaciones sociales, toda definición de posición implica una toma de partido

[GORELIK, 2016: 97].

A forma das cidades foi uma das grandes discussões entre especialistas, estudiosos, políticos e legisladores durante todo o século XIX: como controlar, e se deveria haver controle sobre a expansão urbana, modificar radicalmente traçados urbanos irregulares nas grandes reformas urbanas, manter ou não quadriculas regulares em novos planos urbanos, promover uma ocupação urbana concentrada ou dispersa, criar normativas para exigir a obrigatoriedade da rua reta ou promover as ruas curvas, são todas questões largamente debatidas que fizeram parte da longa formulação do urbanismo como campo disciplinar. Se, como discutido na historiografia, a construção do urbanismo como área de conhecimento pragmático serve para naturalizar as ações de intervenção sobre o espaço urbano como decisões técnicas, e pretensamente neutras, na prática a formulação desse campo foi atravessada por disputas políticas ferrenhas, seja entre os que estavam se mobilizando no campo institucional, seja nas disputas nas ruas, das pequenas resistências às insurreições urbanas, pelo fazer da cidade. Para promover ações de controle do espaço urbano, e de sua população, a imagem da cidade caótica foi amplamente mobilizada, sendo a regularidade da forma urbana cada vez mais valorizada como um signo positivo para construir uma cidade controlada e saneada.²³⁸

As grandes epidemias e as revoltas urbanas eram os dois principais elementos utilizados para construir a noção de descontrole. Unindo as discussões da salubridade e das multidões (BÉGUIN, 1991: 43), criaram a imagem desse monstro que deveria ser dominado ou devoraria a ordem burguesa, assim, “[...] no centro dessa representação, as noções de fragmentação, efêmero e caos se unem a experiência de tempo, espaço e causalidade transitórios, fortuitos e arbitrários [...]” (BRESCIANI,

²³⁸ Trabalhos de referência no campo trataram essa questão, a começar pelo caso de Viena analisado por Schorske (1988). Bresciani se dedicou detidamente a essa questão, tanto no livro “Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza” (2004), como também no artigo “Metrópoles: faces do monstro urbano” que podemos sintetizar nessa passagem: “A própria concepção de cidade, desde sempre relacionada a um lugar construído e fechado, contraposto ao espaço aberto e sem limites do campo, persiste nos registros atônitos da expansão sem precedentes e imprevisível em sua projeção futura dos núcleos urbanos. As muralhas medievais, renascentistas e outras mais tardias, são derrubadas, o traçado das ruas refeito, suas sinuosidades e escuridão vencidas pela linha reta e a grande dimensão das avenidas. [...] Há também um vínculo nítido entre a representação da cidade envolta pelos muros e a formação da imagem conceitual de um meio ambiente que degenera as forças físicas e morais dos homens; como também é nítida a solidariedade entre essa imagem e a figuração de multidões de pobres afluindo para os centros urbanos e se amontoando em casas, pardieiros, becos e ruas” (2018: 120).

2018: 93). Para uma efetiva intervenção nesse caos, considerava-se necessário uma apreensão objetiva e sistemática dos problemas urbanos (BRESCIANI, 2018: 91), assim a cidade se transforma não só em um observatório dos impactos das transformações geradas pela consolidação da ordem burguesa, mas também em “um laboratório, para que se definam e se apliquem estratégias de controle e de intervenção” (BRESCIANI, 2018: 91). O caos urbano, como imagem, naturaliza a insalubridade e a revolta como problemas circunscritos a serem detectados, investigados e combatidos – como fenômenos fechados em si mesmos, não expressão da nova ordem social.

Apesar de ser uma tendência a busca do signo de cidade caótica como uma especificidade na historiografia sobre várias cidades, vemos os projetos de reforma urbana ao longo do século XIX o manejarem para cidades tão distintas como Londres, Paris, Berlim, Viena, Nova Iorque, Buenos Aires (BRESCIANI, 2004; SCHORSKE, 1988; GORELIK, 2016). O caso da reforma urbana de Paris, alçado pela historiografia como caso paradigmático de promoção da regularidade urbana, carrega, nos elogios e críticas, questões fundamentais das contradições estruturais da formação do urbanismo como campo disciplinar. Se as ações massivas de demolições e abertura de grandes avenidas em Paris, atribuídas a Haussmann - como um retalhamento do traçado urbano histórico da cidade - mereceram avaliações e debates, tanto por especialistas contemporâneos como pela historiografia, de outra parte as medidas para garantir um limite de altura dos prédios, a uniformidade de alinhamento e ocupação do lote, medidas padrões para ruas, são constantemente lembradas como políticas preservacionistas da paisagem urbana.²³⁹ É inegável a confusão sobre o que defendem esses discursos: afinal, as intervenções em Paris a partir dos anos 1850 preservaram ou destruíram a cidade histórica?

²³⁹ Optamos por usar o conceito de passagem, mesmo quando tratamos de um meio urbano, porque o fenômeno que observamos se aproxima das reflexões de Anne Cauquelin em “A invenção da paisagem”. Cauquelin tinha como preocupação nessa obra: “[...] mostrar de que maneira a paisagem fora pensada e construída como o equivalente da natureza, no decurso de uma reflexão sobre o estatuto do *análogon* e no decurso de uma prática pictórica que, pouco a pouco, ia dando forma a nossas categorias cognitivas e, conseqüentemente, a nossas percepções especiais. Desse modo, a natureza podia ser percebida por meio de seu quadro; a perspectiva, apesar de artificial, tornava-se um dado da natureza, e as paisagens em sua diversidade pareciam uma justa e poética representação do mundo. Renunciar a essa ilusão me parecia necessário, e por isso comecei a me desfazer dessas construções tácitas pelas quais fui embalada. [...] De fato, parece que a paisagem é continuamente confrontada com um essencialismo que a transforma em um dado natural. Há algo como uma crença comum em uma naturalidade da paisagem, crença bem arraigada e difícil de erradicar, mesmo sendo ela permanentemente desmentida por numerosas práticas” (2007:7-8). Vemos um movimento similar nesse caso, em que uma determinada formação urbana tem suas feições naturalizadas, essencializadas, ao ponto de ser alvo de políticas preservacionistas, já que seria assim a forma estética mais adequada para ser perpetuada como representação dessa cidade constituindo sua paisagem.

Essa aparente contradição não é casual. Tanto no planejamento urbano quanto nos planos de reforma urbana, expansão ou controle da expansão, seus formuladores usam recorrentemente comparativos das ações implementadas em outras cidades para validar seus argumentos, assim, cada uma dessas cidades já pode ter sido o exemplo de ordem em relação às condições urbanas de outra. Para as cidades latino-americanas, especialmente entre os estudiosos atuantes no século XX, as comparações de insuficiência de planejamento, falta de racionalidade urbana e deficiência na preservação histórica em relação à Europa serão constantes. Na perenidade da construção da imagem de São Paulo como uma cidade caótica, a ideia de que a cidade é constantemente destruída e reconstruída sobre si mesma, não promovendo a preservação histórica, é fundamental:

O brasileiro moderno não gosta de se lembrar desses esforços dos antepassados. Estima que sua civilização atual, as ferrovias, as grandes cidades de aspecto londrino, parisiense ou berlinenses, a eletricidade profusa, os incontáveis bondes, os hospitais-modelo, os teatros monumentais, as universidades gigantes, as escolas exemplares, as inigualáveis instalações higiênicas e policiais, merecem exclusivamente admiração. O prodigioso esforço efetivado no tempo colonial, durante três a quatro séculos, considera-o nada perto daquele realizado a partir de 1880 e, sobretudo, de 1900. A glória do Paulista é ser “avançado”. Ele despreza os países “atrasados”; [...] Toda a tradição e o que dela subsiste é uma injúria lembrar ao Paulista. [...] A negligência dos Brasileiros com seu passado, com suas tradições, é singular. Ninguém sabe a data inicial das velhas igrejas, nem os nomes dos primeiros arquitetos. Certamente esses documentos existem; mas eles não se lançam aos Arquivos. As pessoas mais instruídas, e que o espantarão por seu saber de filósofos, letrados ou matemáticos, permanecem mudas diante dessas questões rudimentares. Inexoravelmente os Paulistas demoliram seus monumentos de outrora, tanto temem, mais que tudo, parecer atrasados!²⁴⁰

As impressões de um viajante francês no Brasil na segunda década do século XX parecem sinalizar quase uma síntese da visão hegemônica consolidada na historiografia sobre a urbanização paulista. Sinal disso é a utilização reiterada deste trecho como “dado histórico” sem uma análise crítica, apenas replicando a leitura feita por Barbuy (2006).²⁴¹ Se apresenta São Paulo como uma cidade que tem a

²⁴⁰ Impressões críticas do escritor francês Paul Adam, em *Les visages du Brésil*, 1914.

²⁴¹ O fenômeno é comum a outros campos da história e foi esmiuçado por Michel-Rolph Trouillot analisando o panorama da historiografia sobre a Revolução Haitiana desde uma perspectiva da teoria da história: “Agora, tentarei mostrar como a revolução que era considerada impossível por seus contemporâneos também foi silenciada pelos historiadores. O mais impressionante nessa estória é a

especificidade de destruir continuamente seus bens históricos, que não dá importância à preservação de sua história, buscando sempre se distanciar do passado por meio das demolições constantes.²⁴² Mas exatamente de qual especificidade está se tratando aqui, quando comparadas com as reformas urbanas das capitais europeias ao longo do século XIX? Que tipo de não-preservação é identificada como peculiaridade de São Paulo quando a pensamos comparativamente aos signos do haussmannianismo? Significativo notar como essa imagem vai de encontro a formulações consolidadas na historiografia sobre a urbanização paulista: como se sabe, Victor da Silva Freire era um entusiasta do pensamento de Camillo Sitte, de valorização das características locais de cada cidade, da forma da cidade como arte, e crítico da uniformidade promovida pelas transformações haussmannianas.²⁴³ Sua atuação foi decisiva para a manutenção do traçado do triângulo histórico quando da adoção da concepção radial-concêntrica no projeto de melhoramento urbano do começo do século XX em São Paulo, circulando a

medida em que os historiadores trataram dos eventos de Saint-Domingue sob formas bastante similares às aquelas que caracterizaram as reações de seus contemporâneos ocidentais. Isto é, as narrativas que construíram em torno dos fatos eram surpreendentemente similares às narrativas produzidas por indivíduos que consideravam que a revolução era impossível. [...] Tanto mais interessante, portanto, que tantas das figuras retóricas utilizadas para interpretar o conjunto de evidências acumuladas pelos historiadores modernos restaurem uma terminologia que era tão prezada por fazendeiros, políticos e administradores, não só antes da luta revolucionária como também durante o seu desenrolar. Exemplos são abundantes e citarei apenas alguns. Muitas análises da marronage (“deserção”, poderiam dizer alguns) aproximam-se bastante das explicações biofisiológicas favorecidas pelos capatazes das fazendas. Já esbocei o modelo numa passagem anterior: a escrava A escapou porque não era alimentada, o escravo B, porque era maltratado... De modo similar, teorias conspiratórias ainda proveem a muitos historiadores um *deus ex machina* para os eventos de 1791 e posteriores, assim como na retórica dos deputados da época. O levante só pode ter sido “instigado”, “provocado” ou “sugerido” por algum ser superior aos próprios escravos: monarquistas, mulatos ou algum outro agente externo. [...] Por trás dessa confusão terminológica, dessas lacunas empíricas e dessas preferências interpretativas está a impossibilidade *perene*, que remonta ao século XVIII, de considerar os antigos escravos como os principais atores na cadeia de eventos descrita” (2016: 156; 167; 169).

²⁴² Importante pontuar outra leitura sobre os usos de relatos de viajantes como fontes, elaborada por Cerasoli, que coloca uma outra abordagem reintegrada na nossa historiografia sobre uma questão correlata a que temos tratado aqui: “É interessante notar como essas narrativas em que o novo se sobrepõe ao velho, o caráter de renovação confere uma certa linearidade ao discurso. Assim como na apreensão do “antepassado comum”, essa característica dos relatos dos memorialistas atribui ao novo e à modernização um papel homogeneizador, à medida que constitui um cenário harmônico, coeso e pouco perpassado pelo conflito e à divergência. A linearidade estaria, paradoxalmente, na reiteração feita por essas narrativas da mudança contínua implícita na renovação – interpretação apropriada pelos estudos que se norteiam pelas narrativas de memorialistas, devo pontuar. Ao descrever uma linha evolutiva marcada por uma ruptura, as narrativas reservam ao passado anterior às mudanças um lugar particular na história da cidade: o que resta do mundo “antigo” é interpretado como um ciclo histórico já encerrado, incapaz de interferir no *devir* inerente ao “novo” (CERASOLI, 2004: 26).

²⁴³ Como destacado por Bresciani: “Freire assume posição teórica clara sobre intervenções em cidades ao afirmar que os melhoramentos devem respeitar o traçado original da área antiga, obedecer a “*symetria* do tempo, a mais esplêndida *symetria*, a *symetria* artística, do equilíbrio das massas, das proporções, a “*ordenação* artística” em nítido contraste com “*symetria* geometria *secca*, em torno de um ponto, de uma linha” (BRESCIANI, 2018: 261).

parte antiga da cidade com um anel viário articulado com parques urbanos (SCHORSKE, 1988; BRESCIANI, 2018; RETTO JR., 2004).²⁴⁴

A cidade de São Paulo então não passou por um extensivo retalhamento do seu traçado histórico, não demoliu extensivamente construções em uma grande reforma urbana. Então em que se apoia a imagem de uma cidade que constantemente se destrói e reconstrói? As reformas urbanas nas cidades ocidentais ao longo do século XIX foram largamente estudadas numa perspectiva de destacar as profundas mudanças que promoveram naqueles espaços. Podemos pensar no caso de Madrid, capital espanhola que não passou por uma reforma urbana extensiva de destruição de quarteirões e abertura de grandes avenidas, sendo a disposição geral do traçado do seu centro histórico preservado, o que não significou a ausência de modificações profundas e a opção por preservar uma imagem de cidade. Um dos sítios urbanos mais icônicos da cidade, por exemplo, passou por várias transformações: a Plaza Mayor sofreu em 1617 sua primeira tentativa de modificação no reinado de Felipe III, expropriando e demolindo construções para promover a regularização de “su trama desordenada y anárquica” (GUERRA DE LA VEJA, 2003: 29). A forma atual da Plaza Mayor madrilenha, no entanto, é posterior ao severo incêndio que a acometeu em 1790; quando se deu a reconstrução optou-se pelo formato de praça retangular fechada, cercada por uma única construção uniforme com pórticos de entrada distribuídos entre seus quatro lados. As modificações urbanas de Madrid estiveram concentradas não em mudanças bruscas do traçado urbano, ainda que muitas ações para promover o alinhamento das ruas e construções tenham sido feitas, obrigando a demolição de fachadas e sua reconstrução com outros padrões construtivos, o que também foi ocasionado pela substituição na área central de construções de um andar para outras de maior altura, em especial de altura igual, além da construção de edifícios-monumentos para as funções públicas (GUERRA DE LA VEJA, 2003: 31).

²⁴⁴ Diferente de como se deu a preservação do traçado histórico de Viena, que foi circulada pela Ringstrasse replicando os equipamentos públicos na nova avenida, tornando a parte central então em uma espécie de museu, segundo as críticas de Sitte, o anel viário em São Paulo preservou o traçado histórico ao mesmo tempo que favorecia uma ligação constante entre o Triângulo e a expansão da cidade à oeste, como defendido por Freire. Trataremos das disputas entre os três planos de melhoramento para São Paulo no começo do século XX de maneira mais detida a frente, mas pontuamos que o projeto que foi realmente implementado, de autoria do arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard era amplamente apoiado nas premissas do projeto Freire-Guilhem, de manutenção do traçado histórico do Triângulo central circundado pelo anel viário e ajardinamento do Vale do Anhangabaú, fazendo parte desses limites a várzea do Carmo do parque que também sofreu algumas intervenções – essas duas últimas, importantes contribuições de Bouvard ao plano base de Freire-Guilhem (SCHORSKE, 1988; BRESCIANI, 2018; SEGAWA, 2000; RETTO JR., 2004).

Assim, apesar de não retalhar a cidade como se fez em Paris, a modificação da paisagem urbana da Madrid medieval para a capital espanhola do século XIX também foi severa. Se não se destruiu grandes extensões da cidade para a abertura de grandes avenidas, tal como na Plaza Mayor, a praça central da cidade, Puerta del Sol, também sofreu modificações vultuosas a partir de demolições para sua ampliação e regularização: no final do século XVIII, dois quarteirões foram parcialmente demolidos e o alinhamento das ruas do entorno foi modificado, inclusive com a abertura de uma rua reta com ligação direta para uma outra praça próxima em direção ao sul da cidade. Essas ações foram parte do reinado de Carlos III (1759-1788), que antes tinha sido rei de Nápoles onde também teve um reinado marcado por buscar limpar e embelezar a cidade, como fez em Madrid (GUERRA DE LA VEJA, 2003: 32-33). Mesmo o caso de Buenos Aires, capital latino-americana que aparentemente também preservou sua paisagem urbana, passou por modificações sensíveis na segunda metade do século XIX, demolindo monumentos e transformando as características tipológicas e estilísticas da arquitetura doméstica (ALIATA, 2006: 22). Parte dessa reconfiguração urbana serviu a própria construção da Casa Rosada e ao estabelecimento do paço cívico portenho, que, junto a essas outras modificações, ajudaram a consolidar a paisagem urbana dessa cidade também vinculada a ilustração burguesa, sintetizadas no ecletismo (ALIATA, 2001; GORELIK, 2016; OLIVEIRA, 2017).

Dessa maneira, apesar das cidades europeias aparecerem em nossa historiografia sob um imaginário de preservação histórica, elas passaram por expressivas transformações para cristalizar uma determinada imagem de paisagem urbana como histórica, com funções ideológicas muito pontuadas:

El afianzamiento de la burguesía como nueva clase dominante iría acompañado de una nueva concepción de la sociedad y la ciudad, de acuerdo a sus principios económicos mercantilistas. Urbanísticamente se reflejaría en el rechazo de los ejes barrocos y neoclásicos, sometidos a las edificaciones representativas del poder, y arquitectónicamente en la adopción de estilos historicistas, buscando en el pasado la legitimación de su supremacía, que avanzarían a lo largo del siglo XIX hacia el ecletismo. Para sustituir a los primeros trazados se propondrían los ortogonales, neutros, los llamados ensanches, en los que la burguesía levantaría su propia ciudad, acorde a sus principios (GUERRA DE LA VEJA, 2003: 37).

Quando usamos o termo imaginário é justamente para demarcar que essa noção sobre uma Europa que preserva sua paisagem histórica, mobilizada quase de uma

forma contextual nos estudos urbanos - ainda que não seja inexistente na nossa historiografia a discussão sobre as reformas urbanas do século XIX - almeja concretizar na paisagem urbana a dominação social da burguesia. Nos trabalhos de Bresciani essa questão é recorrentemente tratada, discutindo como as intervenções e os vários tipos de reformas urbanas eram “marcos [que] alardeavam o triunfo de um ato inaugural e a imposição de uma nova estética” (2018: 102). A nova forma urbana equivalia, portanto, a uma nova concepção de cidade, de estilo de vida, de ética de ascensão social pelo enriquecimento, onde o passado também cumpria uma função: “No mundo burguês, a aceitação da transitoriedade das formas institucionais parece contrapor-se aos sólidos edifícios construídos para abrigá-las eternamente[...] é a preservação de fragmentos do passado[...] o que expressa a marca da presença impositiva da burguesia” (BRESCIANI, 2018: 100-101). Quando a historiografia se detém especificamente no tema sobre as reformas urbanas e a construção da modernidade burguesa, essa perspectiva aparece; no entanto, quando se trata de outros temas correlatos, ela parece ser abandonada em favor desse imaginário de uma Europa preservacionista urbanisticamente. Na escolha pela fixação de uma imagem de cidade o passado sempre tem seu papel, ainda que de maneiras distintas, como nas comparações possíveis entre São Paulo e as capitais europeias.

As modificações urbanas geradas pelas grandes reformas ou pelas modificações pontuadas que, no fim, redefinem a paisagem urbana, estabelecem uma imagem a ser mantida e projetada são parte, portanto, de um projeto político de cidade nem sempre explícito, necessariamente atrelado à forma urbana. Barbuy, quando trata da reforma haussmanniana, na sequência da citação do viajante francês, defende que apesar da reforma ser conhecida por sua crueldade social, “não teria sido levado a efeito se não correspondesse a uma solução – ao menos parcial – para os problemas gerados pela nova realidade dos grandes aglomerados urbanos” (2006: 70). Coaduna sua leitura com a de Marcel Roncayolo, como se a reforma fosse uma resposta a problemas, que esse tipo de intervenção nunca aconteceria em ambientes estáveis, “sem rachaduras”. A metáfora da cidade cheia de “rachaduras” que exige reparos é forte justamente porque tira o peso da reforma como uma proposta de projeto para a cidade, se tornando quase como uma intervenção inevitável, e não uma opção política. A naturalização da cidade burguesa como a cidade historicamente preservada compõe um quadro mais amplo de naturalização das opções políticas da burguesia em seu processo de consolidação, que

apostou no esvaziamento dos processos de disputa atravessados para que sua vitória pareça uma consequência natural do desenrolar da história.

Nesse sentido, a forma urbana não é uma casualidade, uma aparência ou simplesmente produto dessas intervenções sobre a cidade, mas compõe os projetos políticos de cidade.²⁴⁵ Considerando nossos vetores de expansão, à oeste e à sul, dois traçados urbanos distintos são efetivados nas urbanizações dos bairros da Santa Ifigênia e Liberdade, uma grelha regular e um traçado irregular mais próximo do observado no Triângulo, com uma morfologia também bastante marcada pela várzea do Tamandateí. Como discutimos na primeira parte, a regularidade do traçado da Santa Ifigênia não se deve à abertura de um único loteamento que marcava esse tipo de ocupação, mas sim a uma abertura paulatina de ruas que foram formando essa grelha, com tamanhos de quadra aproximados ainda que não iguais, e ruas retas. A maior parte do bairro está topograficamente nivelado, já que o descenso para a várzea do Anhangabaú era abrupto, porém não longo, uma característica que se diferencia bastante de topografia irregular da Liberdade, onde a maior parte do bairro é composta por longas ladeiras em direção à várzea do Tamandateí. Na Liberdade há também ruas retas, mas muito mais curtas, e há mesmo ruas importantes historicamente que não são retas, como a rua da Glória, seguindo a topografia da região, não formando assim uma lógica de ocupação regular como no bairro da expansão a oeste. A morfologia desses bairros foi um elemento fundamental nas dinâmicas de expansão urbana de São Paulo na segunda metade do século XIX, e, apesar de não terem seus traçados pré-determinados à sua ocupação, não deixavam de carregar operações ideológicas importantes da urbanização de São Paulo. Não porque, nesse caso, esses traçados tenham sido pensados propositalmente para cumprir uma determinada função, mas, como aponta Gorelik (2016: 142), às vezes o que parece uma intervenção pontual para resolver uma demanda específica acaba sendo mais determinante para a efetivação de um projeto de cidade do que um plano urbano propriamente dito.²⁴⁶ No caso da busca por uma regularidade urbana, o alinhamento das construções no lote que se consolidou tanto por costume, sendo uma expressão de uma

²⁴⁵ Como aponta Gorelik: “formas [...] no suelen ser explotadas en su capacidad informativa. Por el contrario, la forma es rápidamente dejada de lado, como mera apariencia cuya superficie debe ser transpuesta, o como reflejo especular, ideológico, de otra instancia en cuya superficie la clave de lo real debe leerse invertida” (2016: 15-16).

²⁴⁶ Indicamos em nota na parte anterior a formulação de Bourdieu de que todos os agentes tendem a fazer inconscientemente opções que proporcionem a manutenção dos interesses da sua classe (1983: 97-98). Esse é mais um caso em que pretensas decisões pontualmente técnicas vão responder as relações e posição social desse agente, servidor público, ainda que não seja em uma manipulação consciente de busca de privilégios através do seu ofício.

medida pontual com reflexos profundos no projeto de cidade, como também pelas modificações de alinhamento que obrigavam novas fachadas e alargamento/regularização do traçado de ruas. Assim, independente dos traçados urbanos da Santa Ifigênia e da Liberdade não terem sido escolhidos e implementados por um loteamento em larga escala ou um plano urbano prévio, sua forma será também atravessada pelas disputas ideológicas em torno da regularidade e irregularidade no processo de expansão da cidade durante a segunda metade do século XIX. Trataremos adiante então de três camadas da forma urbana que fazem parte dessa questão: o traçado urbano, a ocupação da rua e a ocupação do lote.

II. I. Traçado urbano

Ninguém poderá recusar vantagens ao xadrez por apresentar o quadrado as commodidades que oferece toda a figura rectangular para as edificações; como será impossível constatar a facilidade de transito que se deve a uma diagonal, que permite seguir o caminho da hypothenusa em vez da dos dois cathetos; por motivos de equal pêso nunca se encontrará embaraçado quem, no caso opportuno, tiver de justificar o projecto de uma rua em curva, a criação de um jardim ou de uma praça arborisada. O mesmo se não dá, entretanto, com o emprego “systematico” da recta ou da curva, com o uso constante do esquadro ou com a sua proscricção em absoluto, sem que outras razões de importância, que possam justificar semelhante pratica em problema tão complexo, corram em sua defesa.²⁴⁷

Em 1916, Victor da Silva Freire, em um artigo em que reflete sobre a planta da cidade de Belo Horizonte, acaba por fazer um breve balanço das discussões sobre as intervenções para controlar a forma urbana ocorridas nas décadas anteriores. Faz uma incursão internacional sobre o tema, tanto de experiências práticas em algumas cidades como de discussões entre especialistas, para mostrar que não houve uma unanimidade sobre a determinação de um traçado ou forma urbana ideal no campo – mas sim várias experimentações, e que em diferentes momentos uma solução específica de traçado urbano se tornava uma panaceia utilizada indistintamente para diversos contextos. Vemos nos exemplos escolhidos por Freire que, apesar de propostas distintas, havia uma base comum nessas intervenções: buscar uma correção da forma urbana, com fins higiênicos, estéticos, de circulação do trânsito etc. Buscamos tratar aqui a questão do

²⁴⁷ FREIRE, Victor da Silva. A planta de Belo Horizonte, *Revista Polytechnica*, 9, 52: 159- 174, 1916.

traçado urbano a partir das múltiplas temporalidades que atravessam o conceito de regularidade da forma urbana, discutindo especialmente como esse conceito foi tratado para se tornar um símbolo de racionalidade de ocupação do solo, amplamente compartilhado por autoridades públicas e técnicos ao longo do século XIX. A regularidade era entendida como praticamente a única forma de planejar a expansão da cidade de maneira eficiente, colocando a irregularidade como consequência da falta de planejamento que geraria o caos urbano de São Paulo, imagem consolidada e persistente sobre os problemas da cidade nos debates acadêmicos e na opinião pública.

Essas relações entre regularidade e irregularidade da forma urbana estão atreladas, nas práticas e nos discursos, com questões diversas da gestão de territórios no mundo ocidental, tal como as expedições militares do império romano, a burocracia do Estado napoleônico e a implementação de polícias sanitárias, como discutido por Aliata (2006) para o caso dos programas urbanos para Buenos Aires no pós-Revolução de Maio. Para além do estudo de caso pontual, o levantamento realizado pelo autor diz respeito a concepções que perpassam a formulação de estratégias para intervenções na estrutura urbana em circulação entre governantes e especialistas durante o século XIX:

¿De dónde emergía esta nueva matriz regularizadora? Dentro del campo de las ideas estrictamente urbanas, puede decirse que está vinculada a los desarrollos de la ingeniería militar francesa prerevolucionaria, pero más allá de los antecedentes, se apoya, fundamentalmente, en los cambios acaecidos en la organización de la técnica de gestión y proyecto, que son concomitantes a las transformaciones de la burocracia que produce el Estado napoleónico. Ciertamente, una estructura disciplinar distinta surge de la nueva división del trabajo intelectual, generada hacia fines del siglo XVIII, que madura durante las primeras décadas del siglo XIX, y que implica una modificación drástica en las formas de operar en la ciudad a partir del surgimiento de la serie de técnicas urbanas. Dichas técnicas, a las que concurren múltiples conocimientos, algunos tan dispares como la medicina, la química de los gases o la estadística, han sido denominadas recientemente por varios historiadores de manera englobante como “ciencia urbana”, para diferenciarla, precisamente, del urbanismo que nace como asignatura algunas décadas después (ALIATA, 2006: 60).

A regularidade é alçada como signo de racionalidade em contraposição ao Antigo Regime, como um marco de rompimento com a antiga lógica de funcionamento da sociedade, sem ser, no entanto, realmente uma novidade. O princípio militar que perpassa a questão da regularidade urbana, das campanhas militares romanas à colonização da Coroa espanhola, da engenharia militar às polícias sanitárias, remonta

mesmo à antiguidade clássica. Para se estabelecer como diferença do antigo e como símbolo de racionalidade, a construção da imagem de regularidade da forma urbana foi operada a partir dessa noção de cisão drástica. O termo regularidade era, assim, não claramente definido, mas operado principalmente como uma contraposição à desordem e à improvisação, partilhado na linguagem utilizada no campo político, militar e também dos especialistas urbanos, na engenharia e na arquitetura (ALIATA, 2006: 56). Enfrentar a desordem urbana era equivalente a enfrentar um campo de batalha militar, utilizando os princípios de regularidade para estabelecer as estratégias mais racionais para o cumprimento dos objetivos (ALIATA, 2006: 57-58). Nessa concepção, é necessária uma ausência de complexidade formal, baseando-se em uma diretriz simples que possa ser controlada de maneira precisa para garantir a ordem. A regularidade então é manejada em discursos “militares, literários, técnicos os científicos, como uma espécie de resultante formal da ‘civilización’” (ALIATA, 2006: 57). A simplicidade da forma e a sua exaustiva repetição são os componentes básicos do conceito de regularidade. Se a regularidade era pensada na organização dos batalhões e dos seus movimentos nos campos de batalha, assim como na organização dos acampamentos militares, para garantir um controle também por inculcar uma previsibilidade no comportamento, essa disposição também se expressa na regularidade da forma urbana: uma cidade regular será ordenada e inculcará um comportamento ordenado em seus moradores (ALIATA, 2006: 58-59; CHOAY, 2010).

Quando pensamos em regularidade da forma urbana, a grelha é a primeira imagem que nos surge como um padrão de ocupação do solo pré-determinado com uma lógica de distribuição das ruas sempre igual e, em potencial, infinitamente repetida. A quadrícula, nas suas diversas variações com soluções como o traçado ortogonal ou com quarteirão retangular, tem um imaginário difuso como uma solução nova para racionalizar a forma urbana, quando, como vimos, parte de um princípio de organização militar que o império romano aplicava também à fundação de suas novas cidades: se estabelecia um centro onde era marcada uma cruz de ruas em ângulo reto e essa disposição era o marco para uma repetição infinita, produzindo um traçado regular e contínuo (SENNETT, 2018: 51-52). A lógica da quadrícula também foi amplamente usada pela coroa espanhola, na fundação de cidades durante a expansão colonial do século XVI com ainda maior permanência desse traçado em relação às cidades fundadas pelo Império Romano, dadas as diferentes estratégias de defesa desses territórios. No

entanto, esse histórico da regularidade da forma urbana foi pouco manejado pelos formuladores das reformas urbanas do século XIX que promoveram intervenções e elaboraram planos urbanos em prol da regularidade.

Em sua obra “Teoría general de la urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona”, de 1867, Ildefonso Cerdà, responsável pelo projeto de *ensanche* de Barcelona na forma de uma grelha ortogonal, explora longamente os subsídios da sua proposta, e analisa vários tipos de urbanização, entre elas a urbanização romana.²⁴⁸ não classifica a quadrícula como método, mas a elogia enquanto uma das melhores tradições, especialmente porque se utiliza da contraposição da cidade grega com a cidade romana para criticar as fortificações no entorno das cidades: enquanto as cidades gregas se fechavam em seus muros promovendo uma “vida concentrada y egoista, y celosas hasta el fanatismo mas estremado de conservar su autonomía que era su bello ideal”, as cidades etruscas-romanas seguiriam uma lógica que possibilitava uma expansão contínua, o que também permitiria a integração de vários grupos a seu território (CERDÀ, 1867: 165). Ao finalizar a parte dedicada ao caso romano, Cerdà reforça seu elogio dizendo que a queda do império não fez desaparecer do “mundo que habia civilizado, la urbanización que

²⁴⁸ Definição de *ensanche* no “Diccionario de geografía urbana, urbanismo y ordenación del territorio” (Grupo Aduar. Barcelona: Editorial Ariel, 2000: 146): “Ámbito sujeto a lo establecido por las leyes específicas de crecimiento urbano promulgadas en España en la segunda mitad del siglo XIX. La primera de dichas leyes se aprobó el 29 de junio de 1864 y pronto fue retocada por otra, con fecha 22 de diciembre de 1876. Estas normas arbitraban las cuestiones básicas de los nuevos desarrollos urbanos, como el pago del suelo a los propietarios privados, la financiación de las obras de urbanización y la volumetría permitida de las nuevas construcciones, aspectos todos ellos que resultaron conflictivos durante un largo periodo. La solución definitiva vino de la mano de la ley de ensanche para Madrid y Barcelona de 26 de julio de 1892, que establecía la cesión gratuita de los viales y el abono del resto en deuda amortizable a largo plazo. Esta ley de 1892 se acabó aplicando posteriormente a muchas otras ciudades españolas. Los ensanches intentaron ordenar el proceso de crecimiento de las ciudades en un momento crucial, cuál era el del derribo de las murallas o la llegada del ferrocarril. Por lo general, los ensanches adoptaron un plano ortogonal, con cuadrículas más o menos regulares, hecho que les confiere una notable singularidad formal, así como la adopción generalizada de la edificación cerrada. El ensanche de mayor superficie, y con soluciones urbanísticas muy destacadas, es el de Barcelona, obra de Idelfonso cerda, ingeniero de quien el resto de los principales ensanches son muy tributarios. La urbanización de los ensanches corrió a cargo de los municipios, gracias a unos fondos específicos cedidos por el estado y procedentes de la contribución urbana. El proceso urbanizador fue muy lento por lo general, con fuertes retrasos en la dotación de ciertas zonas, pero en su conjunto acabó generando una ciudad bien dotada, en contraste con los suburbios contemporáneos que, en una posición periférica, acumularon más viviendas populares que no halló cabida en los ensanches. Las zonas más céntricas de los ensanches de pronto adquirieron un tono residencial de calidad, aunque el cliché del ensanche burgués no debe nunca extenderse al conjunto de los desarrollos urbanos de esa clase. Conviene reservar el nombre ensanche a las partes de la ciudad sujetas a la legislación reseñada, pues a veces el termino ensanche se refiere, impropriamente, a la mera ampliación de anchura del viario existente o a alguna operación de apertura parcial de calles en el interior de la ciudad”. Optamos por manter o termo *ensanche* no original em espanhol pois não há uma tradução simples que comporte todos os significados do termo, já que ele não diz respeito somente a planejamento para expansão urbana, como se vê na definição.

habia adoptado y difundido”, tratando da perenidade da urbanização com relação a outras instituições de uma civilização (CERDÀ, 1867: 73).

Em obra financiada pelo governo espanhol para publicação e divulgação do pensamento de Cerdà, com os longos estudos que acompanhavam os seus planos urbanos para o “ensanche” de Barcelona e Madrid, reconhecidos historiadores da arquitetura e do urbanismo na Espanha destacam a singularidade dos seus projetos, especialmente o de Barcelona, que foi efetivamente implementado, destacando a “fuerza extraordinaria de la racionalidad reguladora de su cuadrícula” (SORIA Y PUIG, 1991: 18). A quadrícula de Cerdà contava com as diagonais e com soluções específicas para a ocupação dos quarteirões, mas o princípio da repetição da ordenação de ruas, de maneira a proporcionar uma ocupação regular e contínua infinitamente independentemente da morfologia a ser encontrada, estava já na quadrícula aplicada à fundação de novas cidades pelo Império Espanhol na América – e pelo Império Romano. Como se pode ver no próprio caso de Buenos Aires, a quadrícula permite um dos princípios da regularidade de se realizar, ou seja, possibilita “controlar la serie de variaciones formales con una simple estructura geométrica” (ALIATA, 2006: 83).

Assim, Aliata entende que a anterioridade da quadrícula colonial oferecia boas condições às disposições de regularização da forma urbana da capital portenha pelos governantes no pós-Revolução de Maio, estando as intervenções propostas pelos técnicos focadas então na “conservación y acentuación de una regularidad heredada corrigiendo sus posibles distorsiones” (ALIATA, 2006: 83). Ou seja, não é uma modificação drástica da disposição regular impressa pela quadrícula colonial, já que se baseia na mesma disposição, realizando apenas ajustes. O elogio dos técnicos à quadrícula por sua regularidade chega mesmo a construir um argumento de superioridade tal na Buenos Aires pós-revolucionária que a coloca como objeto de cobiça por cidades como Londres ou Paris, que não poderiam implementar tal estratégia por seus traçados irregulares, mas que as “cidades ilustradas” do novo mundo não se furtaram a reformas para sua aplicação, exemplificando com casos norte-americanos (ALIATA, 2006: 78). Ao longo do século XIX é possível ver a disposição sobre a quadrícula, como forma e como herança colonial, sofrer mudanças sensíveis de avaliação sobre seus méritos. No estudo de Gorelik (2016), a quadrícula de Buenos Aires é tratada desde uma tradição historiográfica que interpretou esse traçado regular como “producto espontáneo de la especulación inmobiliaria” (2016: 23), invertendo

totalmente o imaginário de que os traçados regulares serviam ao controle do Estado da expansão urbana. Se Aliata está tratando das medidas regularizadoras da forma urbana no período pós-revolucionário, Gorelik vai discutir a construção dessa tradição interpretativa desde a implementação do plano urbano de 1898-1904, que definiu uma continuação do traçado da quadrícula espanhola no projeto de *ensanche* para a expansão urbana.

O estudo de Gorelik sobre as opções e tomadas de posição para esse plano do final do século XIX nos permite adensar o entendimento das implicações da identificação da quadrícula como representante de uma regularidade urbana proporcionada por um alto nível de controle do Estado na expansão das cidades. Se, na tradição dos estudos da história do urbanismo em São Paulo o traçado irregular de boa parte da cidade é visto como um produto da falta de controle do Estado, que permitiu a ação descontrolada dos loteadores/especuladores, Gorelik, ao traçar relações entre Europa, Estados Unidos e América Latina, nos apresenta uma tradição crítica sobre a adoção da grelha na urbanização de Nova Iorque bastante centrada na crítica elaborada por Lewis Mumford, na qual a grelha regular é entendida também como um produto nefasto da especulação imobiliária e das terras urbanas.²⁴⁹

A preocupação de Gorelik era entender porque, em um contexto de amplo rechaço à expansão infinita da cidade e dos malefícios trazidos pela quadrícula colonial, a opção foi mantê-la nesse novo *ensanche*. Se a tradição historiográfica sobre a urbanização de Buenos Aires defende que a grelha foi mantida pela prevalência dos interesses dos especuladores urbanos, Gorelik trata de elementos contingenciais e também históricos para adensar as questões que perpassaram essa escolha dos técnicos. Defende tanto que a comissão escolheu a continuação, com algumas correções, da quadrícula colonial por ser o plano mais factível de ser realizado com os recursos disponíveis, quanto como uma decisão que se colocava como uma solução administrativa de gestão, e não como um projeto de cidade. No fim, apesar da consolidação da visão crítica da quadrícula colonial, a comissão lembrava que esta regularidade de traçado não era, quando da sua adoção, apenas “imprevisão e incultura”

²⁴⁹ Lewis Mumford, (1895-1990), foi um destacado historiador, crítico da arquitetura, planejador urbano estadunidense, que dedicou sua produção a crítica dos efeitos da tecnologia e da urbanização na humanidade ao longo da história, se inserindo na tradição da crítica da modernidade. Dois livros de destaque sobre essas temáticas são: “The Culture of Cities” (1938) e “The City in History” (1961). Ver mais em: BUENO, Ludmila Magalhães. *Megalópolis à Necrópolis: a ideia de crise da cidade na história urbana de Lewis Mumford*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas.

dos colonizadores espanhóis, mas também uma forma de combater “lo tortuoso, estrecho y caprichoso de la traza medieval de las ciudades europeas” (GORELIK, 2016: 145).²⁵⁰ Essa disposição inicial da quadrícula colonial permitia ver então nessa solução eleita pelos técnicos, na interpretação de Gorelik, não apenas uma racionalidade e homogeneidade submetida aos interesses do mercado, mas antes uma forma de colocar algum limite à especulação e a proporcionar um traçado urbano mais integrativo, ainda que seus efeitos não tenham sido plenamente controlados.

Em territórios como o da cidade de São Paulo, em que boa parte da expansão e loteamento foi realizado por agentes privados, já que não havia um planejamento prévio do traçado urbano, entende-se que essa dinâmica da relação com o mercado de terras resultou em um traçado irregular. Entretanto, o caso de Buenos Aires mostra que garantir um traçado regular tampouco impediu ações de especulação imobiliária. Isso porque “el plano de ‘ensanche’, ‘de policía’ o ‘de alineación’, que intenta conducir y controlar el mercado inmobiliario definiendo minuciosamente una malla viaria universal, aunque lo que así logre es un incentivo a la especulación para un larguísimo período” (GORELIK, 2016: 132-133). Se o traçado irregular é também derivado de diversas estratégias de especulação com a terra urbana, independente da sua efetiva ocupação, como ocorre, por exemplo, com os vazios entre a centralidade e os novos loteamentos, a realização de um plano prévio de traçado regular também permitia a especulação, mas de outra maneira. Ao colocar à disposição do mercado simultaneamente toda a extensão de terra a ser urbanizada, investidores criaram estratégias para se aproveitar dessa previsibilidade da expansão.

Se havia assim oposição à grelha como traçado regular como contraposição tanto a uma dominação imperial como a uma dominação do mercado, esse traçado regular também foi pensando a partir das possibilidades de garantir, a partir da trama urbana, condições igualitárias de usufruto da urbanização. No caso de Buenos Aires, Gorelik entende que, com todos os problemas do plano urbano que decidiu continuar a quadrícula colonial, ele garantiu a efetivação de um espaço público, promovendo integração cultural e social na capital portenha e, mesmo para o caso da grelha de Cerdà

²⁵⁰ Gorelik trata de dois momentos distintos de um imaginário de rechaço a grelha, que não poderemos desenvolver amplamente aqui, mas que se relacionam com as discussões desta tese: “[...] la doble barbarie de la colonia y de la naturaleza que se potenciaban mutuamente en Buenos Aires y que impedían la modernización. Pero las críticas regeneracionistas habituales hacia el centenario, que repudian la cuadrícula ya no por tradicional sino por moderna y capitalista, rompen ese par: enfrentan la grilla a una pampa en la que se localiza entonces una reserva de valores, un lugar incontaminado, un emblema de la nacionalidad, en todo caso amenazado por el avance de la racionalidad cuadrículada” (2016: 383).

para Barcelona, Sennett considera que o engenheiro tinha uma proposta progressista, de construção da regularidade em prol de promover integração e condições de salubridade semelhantes para todos os estratos da população (SENNETT, 2018: 50-56; GORELIK, 2016: 28). A uniformidade regular da grelha está comprometida com uma universalidade de interesses comuns que englobariam toda a sociedade, ou seja, segue o “programa convertido en sentido común desde el iluminismo, cambiar la sociedad y cambiar la ciudad con las dos caras de un mismo proyecto” (GORELIK, 2016: 28). Essa pretensa universalidade da política de regularidade urbana em atender os interesses comuns estava, portanto, em consonância com o processo de consolidação da ordem burguesa:

[...] una idea clave para buena parte de las teorías económicas de la época: la posibilidad de intervenir en la ciudad, de determinar su crecimiento y sus límites, de evitar el desorden y la expansión incontrolada que podrían significar el descalabro de la estructura productiva. El espacio urbano, desde esta perspectiva, debe ser una “perfecta máquina regular” capaz de dominar sus propios flujos tanto económicos como sanitarios. [...] Nada más alejado de esta “ciencia urbana”, y su interés por comprender la ciudad, que la teoría del “embellecimiento” que la arquitectura clásica había practicado hasta el momento y que suponía la intervención sobre la estructura de la ciudad como un ejercicio de ruptura sobre una trama edilicia desconocida y amorfa [...] la nueva y contraria disciplina del “saber urbano” es, sin duda alguna, la que facilita la redefinición del espacio de la ciudad como totalidad, así como del lugar de lo público y lo privado, cuyos caracteres, como veremos, serán bastante diferentes a los definidos por el antiguo orden (ALIATA, 2006: 61).

Nas múltiplas temporalidades que atravessam a urbanização das cidades ocidentais ao longo do século XIX, sabemos que essas formas de análise e intervenção sobre a urbanização coexistiram, não sendo a “ciência urbana” uma expressão de uma “evolução” em relação à “teoria do embelezamento”. Esses dois projetos políticos distintos para intervenção nas cidades, diferentes tanto nas proposições como no embasamento de seus ideários, se confrontaram ao longo desse século, porém tiveram muitos pontos de conexão no que se refere à construção do imaginário da regularidade urbana. Até porque a regularidade urbana não era somente tratada desde uma perspectiva de ordenamento igual e sistemático, como uma grelha, mas também como uma ordenação estética que possibilitava intervenções de regularização mesmo que uma transformação total do traçado urbano não fosse possível, como no caso das intervenções pontuais em algumas cidades europeias. A formulação do imaginário de

regularidade urbana não se restringia, portanto, somente a intervenções brutais em toda a malha urbana, mas, também, nas aparentes pequenas intervenções de regularização de traçado de ruas específicas, do alinhamento de edificações, a ordenação de fachadas e altura das edificações.

Uma cidade regular, então, não era somente pensada no século XIX nos termos das cidades que se construíram a partir de grelhas regulares, mas também nas que faziam intervenções para regularizar os seus traçados, promovendo o embelezamento e salubridade, criando condições para melhor insolação e ventilação, que não deve passar apenas por ordenar o traçado das ruas, mas também pela regularização e alinhamento das fachadas, como expõe o arquiteto da Toscana Vincenzo Marulli, em sua obra “Su l'architettura e su la nettezza delle città”, datada de 1808 (ALIATA, 2006: 78-79). Essas intervenções, que Aliata denomina como “retificação fragmentária”, por incidirem pontualmente em cidades com traçado irregular, fazem parte da composição desse imaginário difuso sobre as benesses universais da regularidade da forma urbana. No princípio do século XIX, vemos algumas medidas da Câmara em São Paulo nesse sentido, de promover uma regularização da forma urbana com intervenções pontuais, especialmente nas modificações promovidas após a independência.

Na década de 1820 se instituiu a obrigatoriedade de pedido de autorização para novas construções, elaboram novas Posturas restritivas para o convívio na cidade, colocando como uma responsabilidade da fiscalização policial o alinhamento, limpeza, iluminação e despachamento das ruas.²⁵¹ Também se iniciou a criação de dispositivos legais para possibilitar uma medida fundamental para a implementação de políticas regularizadoras da forma urbana, que Marins descreve como a “novidade afrontosa da desapropriação de imóveis visando a retificação de traçados e desafogo da circulação nas ruas centrais da cidade” (1999: 171; 174). As políticas de e para desapropriações foram um elemento fundamental nas disputas dos projetos de cidade, sendo parte vital no estabelecimento dos conceitos de espaço público e privado, o que atravessou questões sobre o direito de propriedade e a construção do bem comum nesses processos

²⁵¹ Apesar de não ser um termo dicionarizado, “despachamento” era exatamente o termo utilizado nas Posturas, não apenas no caso de São Paulo. O termo estava relacionado a despachar e despachadamente, no sentido de liberação de impeditivos para circulação. Se relacionava assim com a permanência de pessoas e objetos nas vias públicas, promover o desimpedimento para a circulação livre. Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa, 1789.

que viemos discutindo nas cidades ocidentais. Disputas pontuais na implementação de políticas regularizadoras da forma urbana contém elementos desse processo, materializando no cotidiano da cidade a amplitude de suas implicações: em 1863, um jornal é lançado com sátiras sobre a vida urbana da cidade; em uma das caricaturas a questão do alinhamento é retratado discutindo as implicações de um novo nivelamento das ruas, realizado pela Câmara, que deixou o frontispício de várias casas em desacordo com o novo nível – no exagero da caricatura, portas somente seriam atingidas por escadas, e janelas se encontrariam no nível do solo (MARINS, 1999: 187).

O nivelamento e alinhamento das ruas e das fachadas como elementos estéticos compuseram em várias dimensões a construção do imaginário sobre a regularidade urbana – e de como essa regularidade, como estética, incutiria um comportamento ordenado na população. No terceiro capítulo da sua Teoria Geral da Urbanização, Cerdà dedica alguns tópicos à análise do perfil transversal das vias urbanas, sendo a questão do alinhamento das fachadas uma questão de fundo para garantir uma determinada imagem de cidade:

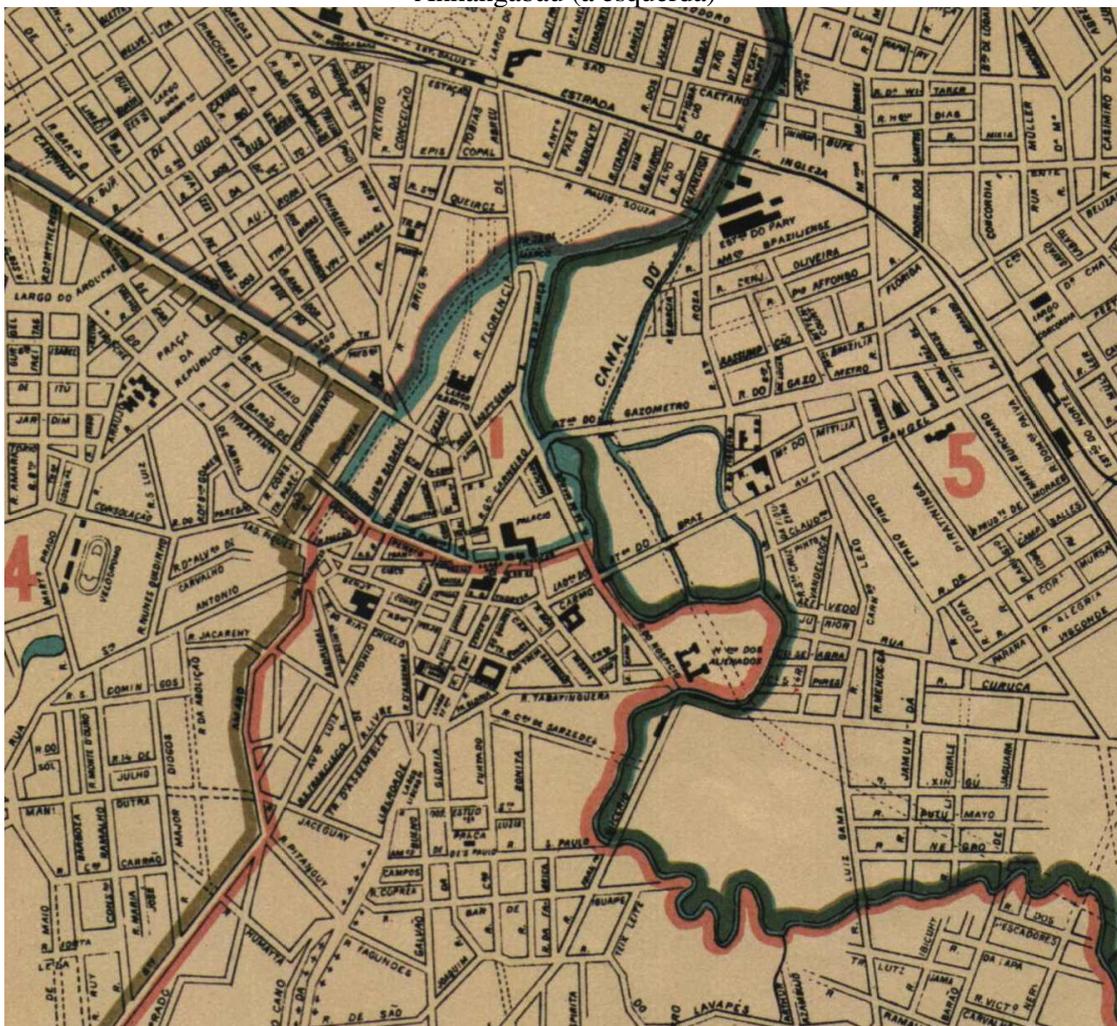
Considerados todos estos trazados horizontales y verticales en sus íntimas e indispensables relaciones recíprocas, y en las que debieran tener con los encuentros y cruceros de las demas vias urbanas, no solo no se halla la armonía que fuera de desear entre todos ellos, sino que por el contrario, a mas de no tener siquiera la debida correlacion con las trazas horizontales y verticales de las líneas de fachada y de los portales de las casas colaterales, no se encuentra en estos trazados otra cosa más que complicación y barullo, desaciertos sin cuento, desorden y anarquía, verdaderamente incompatibles con nuestra ilustración y cultura (CERDÀ, 1867: 293).

Esse tipo de intervenção de alinhamento de fachadas e ruas defendido por Cerdà, e amplamente mobilizado entre especialistas e governantes ao longo do século XIX, se converte em um dos principais instrumentos utilizados para intervenções com pretensões de ordenamento nas partes consolidadas das cidades que tinham um traçado irregular. Não se tratavam apenas de intervenções pontuais, mas sim sistemáticas, denominados “planos de alinhamento”, ou seja, não eram uma correção pontual, mas consistiam mesmo uma modificação para marcar a função da rua e das calçadas como espaço de circulação (GUERRA DE LA VEJA, 2003: 49). Vemos dessa forma que a construção do imaginário da regularidade urbana não foi apenas realizada a partir do traçado regular, mas que outras medidas de intervenção de regularidade o compunham,

e que essas disposições de controle do espaço urbano se encontram nas estratégias de ordenação da população pela ordenação do espaço. Assim, a questão da forma urbana está ligada também às práticas de ocupação do espaço: o imperativo da liberação para circulação é uma contraposição às práticas de sociabilidade e ocupação das ruas e calçadas – alvos constantes das posturas. Dimensões aparentemente tão distantes se encontram, assim, nas disputas pelos projetos de cidade cravados na forma urbana.

O traçado urbano da Liberdade e da Santa Ifigênia poderiam ser analisados somente em relação à morfologia do próprio bairro, mas nas dinâmicas da urbanização de São Paulo as formas de conexão desses bairros contíguos ao Triângulo com a centralidade da cidade são componentes destacados para determinar seu prestígio ou desprestígio nos processos de expansão urbana – nas opções concretas dos investidores contemporâneos ao processo, mas também nas formulações historiográficas posteriores. Como discutimos, não havia um obstáculo físico de conexão do Triângulo com a expansão da cidade em direção a sul, como havia em relação ao vale do ribeirão Anhangabaú, separando a centralidade da direção oeste. No entanto, a morfologia dos dois bairros é marcada pela relação da cidade com o rio Tamanduateí, do qual o Anhangabaú é um afluente. No caso da expansão a oeste, discutimos como a transposição do vale era manejada, por contemporâneos e pela historiografia, como um marco civilizatório da cidade, marcando assim uma valorização da região nas dinâmicas de expansão das elites. Transposto o vale do Anhangabaú, na saga heroica em que as construções dos viadutos serão exaltadas como superação de condições pesadamente adversas à urbanidade, se alcançava uma morfologia sem mudanças bruscas de relevo, permitindo, inclusive, um traçado de grelha regular. Já em direção ao sul, a relação com a várzea do Tamanduateí marca toda a morfologia acidentada da Liberdade.

Figura 51 – Recorte da Planta Geral da Capital de São Paulo (1897). No recorte se pode observar a relação do bairro da Liberdade com o rio Tamanduateí ainda não totalmente retificado (à direita), assim como a relação do Tamanduateí com o Triângulo e com o ribeirão Anhangabaú (à esquerda)



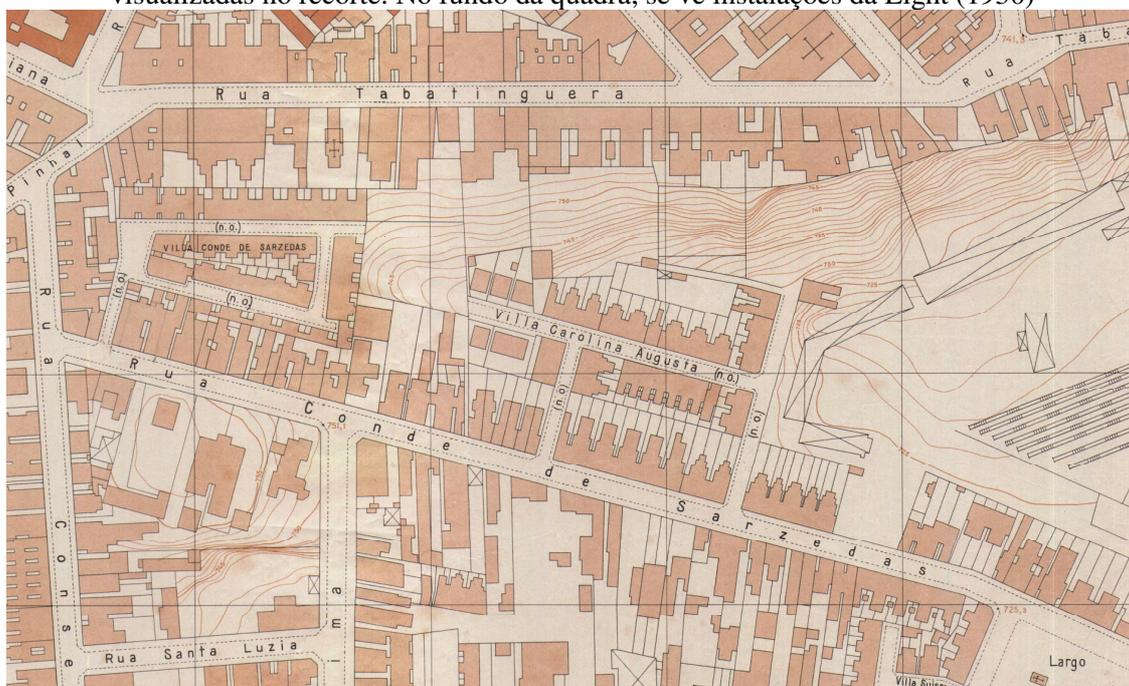
Fonte: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1954.²⁵²

O bairro da Liberdade é composto em boa parte de sua extensão por diversas ladeiras que ligavam o planalto em que se iniciou o núcleo urbano paulistano à várzea do rio Tamanduateí. Como se pode ver pelas curvas de nível do recorte de folha do Sara Brasil, o terreno é bastante acidentado – diferindo-se bastante do território de expansão a oeste. A relação do bairro com a várzea do Tamanduateí foi uma constante nas dinâmicas de ocupação e adensamento de ocupação urbana neste território,

²⁵² Tanto a Planta Geral da Capital de São Paulo (1897) quanto a Planta da Cidade de São Paulo (1924), mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, são entendidas como ferramentas na construção da imagem de espraiamento da cidade a partir das opções políticas realizadas nas relações entre poder público e agentes dos negócios urbanos, como discutido por Kuvanesy (2016) e Simoni (2009). Não nos propomos a fazer aqui um estudo focado nessas fontes, mas é importante destacar sua relação com as disputas do fazer urbano naquele momento. Assim, não as mobilizamos de maneira casual ou ilustrativa, mas como parte intrínseca de nossa reflexão mais ampla sobre a construção do imaginário sobre a expansão urbana de São Paulo nesse período.

relacionando-se tanto às práticas de sociabilidade de seus habitantes quanto às estratégias do mercado de terras urbanas. A várzea inundável desse rio era bastante expressiva antes de suas sucessivas retificações, conformando um território que tinha múltiplos usos para a população da cidade nos períodos colonial e imperial. Como espaço de busca de sobrevivência, trabalho e lazer, o Tamanduateí estava atrelado ao cotidiano da cidade. As áreas inundáveis apresentavam uma opção barata de moradia para os setores mais pobres, e simultaneamente constituíam uma reserva de terras urbanas bem localizadas para o mercado especulativo. Podemos ver nas disputas pela urbanização das várzeas da cidade estratégias de agentes urbanos para buscar reproduzir capital a partir dos processos de retificação e do saneamento de suas áreas alagáveis.

Figura 52 – Quadra entre a rua Conde de Sarzedas e a Rua Tabatinguera com ocupação interna através de ruas particulares. As vilas Conde de Sarzedas e Carolina Augusta podem ser bem visualizadas no recorte. No fundo da quadra, se vê instalações da Light (1930)



Fonte: Recorte da folha 51_13 do Mappa Topographico do Município de São Paulo. SARA – BRASIL (Società Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici). Série: Plantas da cidade. Fundo: Prefeitura do Município de São Paulo. Acervo do Arquivo Histórico de São Paulo.

Esse é um processo bastante complexo, que tem relação com as formas de reprodução do capital pelo fazer urbano, mas também com as estratégias e tentativas de controle político-social por meio das reformas e intervenções urbanas. Podemos ver nas disputas pela urbanização da Várzea do Carmo, do rio Tamanduateí, contíguo ao Triângulo na direção leste, um caso em que os interesses de lucro imediato com a exploração do terreno liberado pelo saneamento da área a partir de seu loteamento e da

construção de casas de aluguel para os setores médios foi preterida em relação à construção de um parque, que condizia mais com a perspectiva da separação da cidade valorizada com as terras além-Tamanduateí – que, na prática, eram parte importante do mercado de terras urbanas, imobiliário e rentista, integrando desde a condição de desprestígio essa operação ideológica de diferenciação das zonas da cidade no mercado de negócios urbanos (OLIVEIRA, 2005). Processos mais explícitos e menos refinados podem ser vistos nas transformações da várzea do entorno do rio Pinheiros, onde cheias foram provocadas intencionalmente pela Light S.A. para se apropriar de mais terras do poder público do que previam acordos iniciais (SEABRA, 1986). Esses processos foram realizados desde uma condição em que as relações entre os administradores públicos e os investidores nos negócios urbanos eram muito próximas, muito frequentemente sendo membros das mesmas famílias ou eles próprios investidores (BRITO, 2000; BORIN, 2014).

Os problemas gerados pelas cheias na várzea e as defesas de retificações dos rios eram assunto constante em jornais, tanto nos editoriais, artigos de opinião, reportagens quanto também em reclamações de leitores, e foram, igualmente, assunto de vários abaixo-assinados de moradores dirigidos à municipalidade.²⁵³ As obras de retificação dos rios foram um dos *melhoramentos* urbanos que mais receberam atenção do poder público nesse momento, que em grande parte gestou e encampou com recursos próprios esse tipo de intervenção. As ações para tornar os rios o mais retilíneos possível aliavam a questão sanitária à busca de uma regularidade da forma urbana:

Assim, na década de 1870, a noção de melhoramentos assume amplamente as diretrizes funcionais e estéticas do sanitarismo: tornar saudável ou higienizar e aprazível ou embelezar. São consideradas medidas de higiene pública, a eliminação dos “focos de miasmas que muito concorrem para viciar a atmosfera, alterando e agravando a constituição médica pelo predomínio das febres paludosas”. Também o abastecimento de água – “uma das mais uteis necessidades do povo” – e a instalação da rede de esgotos [...] que os melhoramentos da capital deviam ser precedidos de um plano de saneamento. Obras de melhoramentos que substituíssem “terrenos paludosos e miasmáticos”, por “passeios mais aprazíveis e saudáveis”, que tornassem utilizáveis “as planícies situadas nas imediações da cidade”, as áreas próximas aos rios Tamanduateí e Tietê (BRESCIANI, 2018: 354-355).

O rio Tamanduateí era utilizado como um meio de transporte, especialmente de cargas, até a sua primeira retificação em 1849 (BRUNO, 1954: 611), contando com

²⁵³ Cf. Andrade (1991), Enokibara (2003), Oliveira (2005) e Vanessa Ribeiro (2012).

quatro portos movimentados. As dinâmicas em torno do rio, e de sua várzea, eram importantes para as populações pobres da cidade, sendo a região de proximidade do bairro da Liberdade com a várzea, como vimos, espaço de forte presença da população negra que nessa região vivia e trabalhava com as condições locais possibilitadas pelo rio – a região do Lavapés tem tanto o marco memorial como região de abrigo para pessoas escravizadas em fuga de cativos, abrigando também propriedades de pessoas negras e/ou forras quanto, por fim, um registro cultural dessa presença negra no bairro dando nome à escola de samba mais antiga de São Paulo. Ainda que as dinâmicas de ocupação da proximidade da várzea tenham uma relação mais próxima com a população pobre da cidade, como também já vimos, essa região não era exclusivamente ocupada somente por esse estrato da população.

A rua da Glória, com seu percurso ondulado, era um logradouro de distinção na cidade, sendo um dos acessos para o caminho do mar e propiciando, pela forma com que se dava seu traçado pelo declive, vistas para a várzea das residências que ali se construía. Em uma análise comparativa das fotografias tiradas por Militão em 1862 e 1887, Berta de Oliveira Melo destaca que no primeiro registro a várzea aparece como uma massa expressiva ao final da rua, já na segunda fotografia o verde denso da região se mostra quase como um detalhe de adensamento da ocupação dessa rua (MELO, 2017: 64). Para além das funções do álbum comparativo de Militão (CARVALHO & LIMA, 1998), nos interessa menos esse reforço da mudança urbana brusca, que não se identifica tanto por meio da análise das edificações, já que apesar de mudanças tipológicas das construções a rua aparece já amplamente ocupada na metade do século, e mais a relação e perspectiva que a declividade da rua possibilita definir a várzea como paisagem. O terraço da casa e ateliê de Almeida Júnior, que ficava justamente na rua da Glória, é retratado no quadro *Leitura*, datado de 1882. No quadro, se pode apreender essa perspectiva da várzea como paisagem, marcando também um tipo de ocupação desse bairro que foi partilhada por diferentes classes sociais em tipos de relação distintas com a várzea (MELO, 2017: 64-65).

Figura 53 – “A Leitura”, de Almeida Júnior (1892)

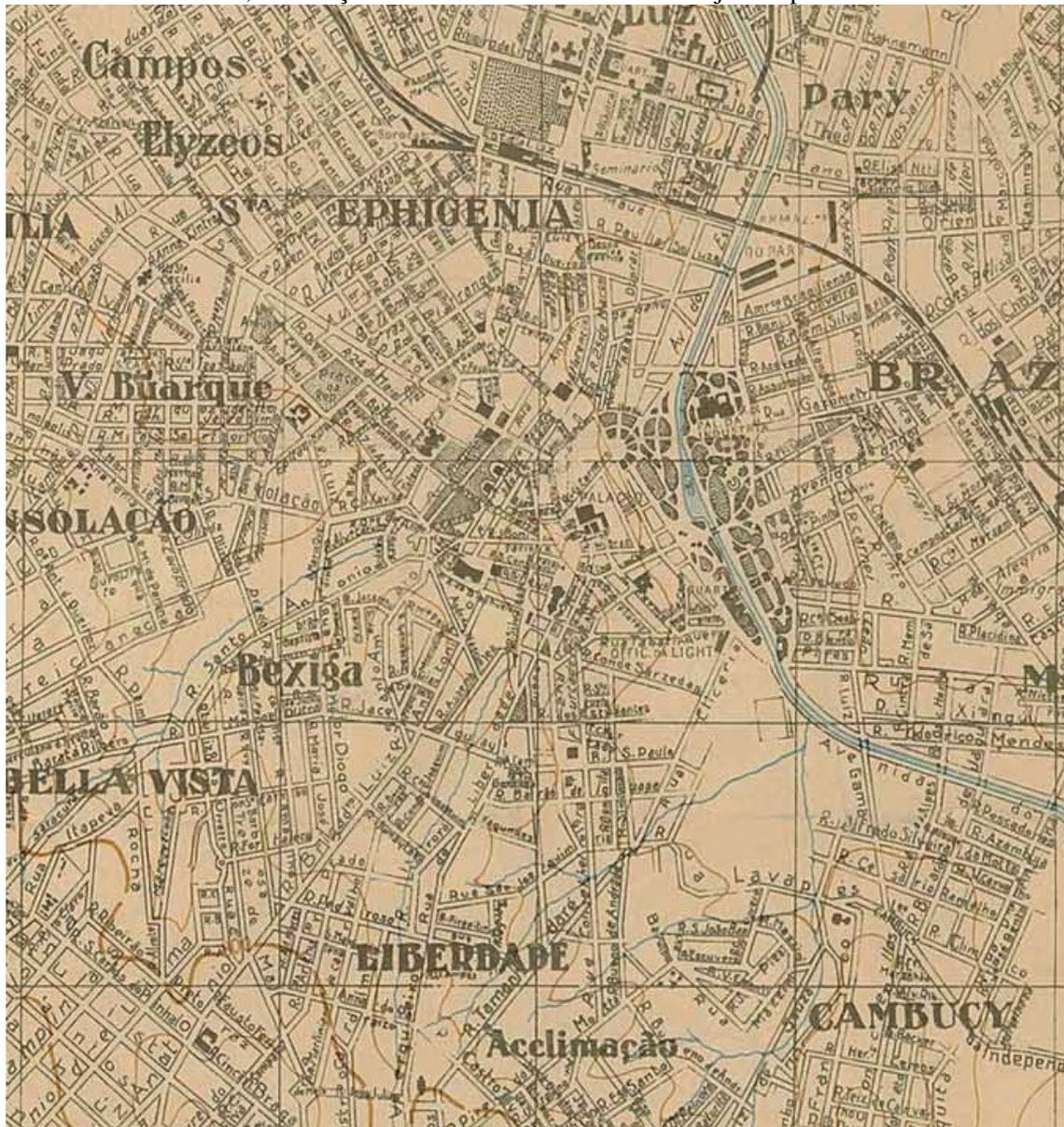


Fonte: Coleção Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Tratamos aqui de duas características que relacionam a morfologia do bairro com a sua ocupação: seu traçado irregular, semelhante ao da centralidade histórica, e a conexão sem barreiras com essa região criavam para o bairro uma condição de continuidade da antiga cidade. Ao mesmo tempo, esse traçado irregular, como forma de adaptação à morfologia acidentada do bairro, permitia modos de aproveitando das formas construtivas para adensamento de ocupação, tal como o uso dos porões como moradia e mesmo a utilização intensiva do interior do lote. Não significou, no entanto, que parte da elite paulista se deslocasse para essa região, apostando assim num vetor de expansão que não se consolidou posteriormente, e estabelecendo uma relação entre a ocupação da parte mais alta do bairro com as partes mais baixas próximas à várzea. Ou seja, naquele momento, ainda havia uma disputa pelo vetor de expansão das elites – estavam em jogo outras concepções sobre os possíveis desdobramentos da expansão e adensamento urbano da cidade. O traçado irregular do bairro foi tanto um elemento amplamente utilizado por investidores urbanos nas suas ações de ampliação da reprodução do capital pelo adensamento de ocupação de edifícios e terrenos, como também servia a essa imagem de identificação do bairro com a ocupação não ordenada da antiga centralidade. Se esses discursos podem ser apreendidos nas estratégias de

comercialização de novos loteamentos a oeste, de alguma forma também foram reforçados, no mesmo sentido, pela historiografia.

Figura 54 – Recorte da Planta da Cidade de São Paulo (1924) mostrando todos os arrabaldes e terrenos arruados, e a relação desses arruamentos com o rio já completamente retificado



Fonte: Fundo Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC), sob guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo (ApeSP).

Esse mecanismo sutil de parte da historiografia ao replicar o argumento de um setor dos contemporâneos do processo também se deu no caso da transposição do Anhangabaú.²⁵⁴ Como vimos, após a transposição do vale, a maior parte do território

²⁵⁴ Trouillot discute como a pretensa intenção de rigorosidade do trabalho historiográfico, mas que dispensa se debruçar sobre as bases teóricas que o fundamentam, fez com que estudos realizados sobre a revolução do Haiti acabem por reproduzir discursos muito parecidos sobre causalidades dos fazendeiros

em que se conformou o bairro da Santa Ifigênia era plano, não contava com declividades, sendo as únicas ladeiras as que ligavam o bairro ao vale e, conseqüentemente, ao Triângulo. Tanto a ladeira São João quanto a ladeira Santa Ifigênia eram logradouros bastante movimentados, mas que quase desaparecem dos discursos após a construção dos viadutos para fazer a ligação em nível do Triângulo com a expansão a oeste. A exaltação da ligação proporcionada pelos viadutos como uma mudança brusca na vida urbana não só eclipsou esses logradouros e suas funções de conexão no período posterior à inauguração do viaduto do Chá, mas transformou mesmo o entendimento sobre as suas dinâmicas de circulação e sociabilidade no período em que eram as únicas ligações possíveis com a centralidade. Para sustentar a novidade técnica, civilizatória, moderna, representada pelos viadutos e sua conexão em nível, as narrativas sobre a expansão a oeste ficam, inclusive, contraditórias – ao mesmo tempo que apontam um fluxo intenso na ladeira São João e uma ocupação já adensada e o interesse na expansão a oeste pelos investimentos públicos e privados, tratam a travessia como um verdadeiro martírio, como uma dificuldade praticamente intransponível. O imaginário sobre a regularidade da forma urbana na expansão urbana a oeste é perpassado, então, por dois elementos: a cisão com o centro histórico e a construção de novas obras de engenharia. Há um rompimento, um corte visível, com a antiga cidade irregular para se chegar a um terreno plano que permitia uma ordenação regular da malha viária, uma ligação selada pela realização de viadutos que permitiram a travessia em nível, promovendo também a regularidade desse vetor de expansão desde a sua travessia.

Em nossa discussão sobre as dinâmicas da expansão urbana em São Paulo pontuamos como os territórios dos bairros que são nosso objeto de estudo não eram desabitados e alheios à vida urbana da centralidade histórica ao longo do século XIX. Destacamos a função de conexão da ladeira São João e como em boa parte desse século era uma região bem ocupada e movimentada, sendo que a travessia entre as duas partes desse logradouro era realizada pela ponte do Acu, construída ainda no século XVIII pelo governador Bernardo Lorena, que mais tarde se tornaria Conde de Sarzedas. Nos

e exploradores coloniais contemporâneos ao processo: “Por outro lado, a história produzida fora do Haiti é cada vez mais sofisticada e empiricamente rica. Mesmo assim, seu vocabulário e, por vezes, todo o seu cabedal discursivo restauram assustadoramente a terminologia do século XVIII. Ensaios e monografias assumem o tom dos registros das fazendas. Análises da revolução recordam as cartas de La Barre, os panfletos dos políticos franceses, as mensagens de Leclerc a Bonaparte ou, no melhor dos casos, o discurso de Blangilly” (2016: 171-172).

ofícios enviados por Lorena à administração central do Império, já há a construção do discurso sobre as dificuldades trazidas pela topografia do morro do Chá para abertura de novos caminhos em direção a oeste (OLIVEIRA, 2011: 15). A construção e funcionamento dos viadutos sobre o vale do Anhangabaú se deu quase dez anos após a abertura do loteamento dos Campos Elíseos por Glette e Nothmann (MARINS, 2011), bairro a oeste imediatamente contíguo a Santa Ifigênia. Afinal, com uma dificuldade de acesso tão absurda, porque teriam escolhidos esses investidores fazer um loteamento justamente nesta região? A construção do imaginário da transposição do Anhangabaú faz, assim, parte das revalidações historiográficas do mito bandeirante de conquista – do sertão, dos indígenas, da própria cidade e da “tacanhez” de sua população, mobilizado tanto pelos contemporâneos quanto pela historiografia:

Analisando-se os mapas de São Paulo [...]. [A planta] de 1877 levantada pelo próprio Jules Martin, demonstra uma São Paulo bastante restrita à sua porção central. É interessante notar que, tratando-se do mesmo ano em que o francês apresenta ao público sua idéia de edificação de um viaduto (mais precisamente, cerca de três meses antes de expor o quadro litográfico em sua vitrine), as ruas Direta e Barão de Itapetininga terminam praticamente alinhadas, já sugerindo uma possível transposição no local. Outros dados interessantes do mapa são as guias com os nomes de alguns edifícios notáveis. O mapa da cidade de 1881 evidencia, também, duas importantes informações: a ocupação do território, de fato, se estabelecia em virtude das estações da linha férrea, rompendo-se o triângulo central saturado; a oeste, estabelecia-se o bairro do Campos Elíseos, notoriamente um loteamento planejado, com quarteirões retangulares e ruas alinhadas. A planta de 1890, por sua vez, mostra a consolidação da ocupação do oeste. Sendo, novamente, de autoria do Jules Martin, é interessante notar que o mapa mostra, desta vez, o viaduto entre as ruas Direta e Barão de Itapetininga. Por fim, a planta da cidade em 1897 mostra a expansão da ocupação paulistana, que, como já visto, crescera aproximadamente quatro vezes na década de 90 (OLIVEIRA, 2011: 40-41).

Essas constatações realizadas pelo autor a partir das evidências reveladas por esses mapas foram amplamente debatidas por Kuvasney (2016), em um detido trabalho sobre como os mapas foram usados como “operadores espaciais” nas disputas pelo urbano em São Paulo. Aqui nos interessa ver como a imagem da transposição do Anhangabaú é construída por um agente urbano como Jules Martin a partir da produção cartográfica, que impossibilitava ocultar de todo a ocupação a oeste, mas que por meio de persuasivas estratégias reforçava a imagem de premente necessidade e a praticamente inevitabilidade da construção do viaduto – a construção de um discurso

que também foi realizado por meio de estratégias de investimentos nos negócios urbanos. A comunicação em nível do Triângulo com a porção oeste da cidade é celebrada então como “revolucionária” (OLIVEIRA, 2011: 66), por proporcionar facilidades para a circulação. O que queremos destacar não nega o fato de ser essa travessia complicada, já que se sabe que todo o sistema de bondes, que ainda eram de tração animal na abertura do viaduto do Chá foi grandemente facilitada, acabando, inclusive, com a necessidade da disponibilidade de mais animais de reforço que ficavam nos pontos de subida (OLIVEIRA, 2011: 67).²⁵⁵ E, ainda, que a construção do viaduto promoveu a ocupação mais densa dos territórios da própria encosta do Chá (OLIVEIRA, 2011: 79-80). Mas é necessário pontuarmos o discurso historiográfico que se construiu em torno dessa “inovação”, colocando esse imaginário em torno da transposição e todo o eixo criado pelo vale do Anhangabaú como uma vitória da modernização civilizante de São Paulo. A construção dos viadutos e a criação desse perfil para o vale será decisivo nas disputas pelos projetos de cidade, sendo constituída por uma interpretação superada na historiografia sobre a urbanização de São Paulo, mas que tem seus pressupostos revalidados quando tratamos nesses termos essa transposição – aqui vemos, uma vez mais, a naturalização na forma como se deu um processo histórico como a única forma possível pautada por necessidades universalistas.²⁵⁶

A construção do segundo viaduto de conexão do Triângulo em nível com a Santa Ifigênia deixa ainda mais explícita a conformação dessa imagem em torno do vale do Anhangabaú – e também mostra como as antigas conexões seguiam sendo massivamente utilizadas, mesmo após a abertura do viaduto do Chá. O viaduto da Santa Ifigênia, que liga o Largo São Bento ao Largo Santa Ifigênia, é uma construção de estrutura metálica e estilo art-nouveau começou a ser construído em 1910, após várias propostas negadas pela municipalidade desde a década de 1890, tendo também um processo conturbado para sua efetiva construção após a primeira aprovação pela Câmara

²⁵⁵ Os animais que ficavam a disposição para ser utilizados no processo de subida dos bondes gerariam inúmeros problemas à Companhia Carris de Ferro, segundo Oliveira, por vezes gerando acidentes e sendo alvo de críticas constantes da população (2011: 66-67). O entendimento dos animais como problemáticos se alia aqui a elaboração de Simões Júnior “tal imagem não se adequava nem um pouco à existência do viaduto, nem aos ideais de urbanidade e modernidade que se queria implantar no local” (2004: 74).

²⁵⁶ Nessa narrativa sobre a transposição do Anhangabaú está embutida esta antiga visão sobre a urbanização paulistana: “Ao final do século XIX, a cidade de São Paulo já assumia os ares da “Metrópole do Café”. Se permanecia sonolenta em seus três primeiros séculos, o barulho do trem acordara a acanhada capital da Província. Surge uma nova cidade marcada pela substituição da taipa por tijolos e importação de novas técnicas e materiais. E a construção do viaduto do Chá simbolizou a ruptura da acrópole onde se implantava a cidade, atravessando as vertentes do Anhangabaú, abrindo o tradicional triângulo que a delimitava desde seus primórdios” (OLIVEIRA, 2011: 79).

– disputas políticas, questões de técnica construtiva e ainda problemas de financiamento atravessam a construção desse viaduto (OLIVEIRA, 2011: 80-96). O viaduto é inaugurado já em 1913, sendo celebrado como um desafogo do tráfego intenso entre o Triângulo e a parte oeste da cidade, mostrando inclusive como a ladeira São João seguia intensamente utilizada já mais de uma década após a construção do viaduto do Chá.

Além da celebração de que carros e carruagens não “teriam mais que enfrentar a difícil ladeira São João”, discurso bastante semelhante quando da inauguração do viaduto do Chá, a abertura do viaduto Santa Ifigênia também significou mudanças nos trajetos do transporte público da cidade: os bondes, agora elétricos, que tinham voltado a circular na ladeira São João, sofreram várias modificações; nenhum bonde subiria mais a ladeira de São João para atingir a praça Antônio Prado; os bondes que vinham dos bairros da Lapa e Santana passariam a ter como ponto final a parada diante do Mercado São João, no próprio centro do vale do Anhangabaú, na região atualmente chamada de praça do Correio; os bondes provenientes da Barra Funda cruzariam o novo viaduto, seguindo a rua Líbero Badaró; os bondes do Bom Retiro utilizariam exclusivamente o novo viaduto para entrar e sair do Triângulo; os que realizavam a conexão com a alameda Glette entrariam pelo novo viaduto, percorreriam parte da Líbero Badaró, seguindo viagem pelo viaduto do Chá; já as linhas de Higienópolis, Campos Elíseos e avenida Angélica seguiriam fazendo um recorrido interno no triângulo e sua conexão a oeste se mantinha pela ladeira São João (OLIVEIRA, 2011: 108-109).

A construção e inauguração do viaduto são simultâneas às discussões e implementação do projeto de *melhoramento* urbano que transformou o vale do Anhangabaú em um parque-ajardinado (JORDAN, 2019). O viaduto é transformado em uma espécie de passeio público pelas senhoras das famílias de elite de São Paulo (OLIVEIRA, 2011: 109). A persistência da naturalização do discurso sobre as dificuldades da travessia do vale do Anhangabaú como contexto histórico nos estudos da urbanização de São Paulo, ainda que com a constância da crítica historiográfica sobre a *modernização* (CERASOLI, 2004; OLIVEIRA, 2005; MARINS, 2011) da capital, reatualiza a replicação na historiografia do discurso formulado por setores das elites paulistas contemporâneas ao processo.

E a Paulicéia, como que vexada de seu vestuário, originalmente combinada, por unir os elegantíssimos adornos modernos, peças

vetustas e feias está transformando-se rapidamente. Dentro em breve tempo do antigo S. Paulo pouco mais restará além da posição geográfica, pois mesmo a topografia, e ainda mais a superfície do solo vai-se modificando à vista d'olhos. Os velhos prédios caem por terra, demolidos pela picareta civilizadora. No lugar deles erguem-se da noite para o dia vestidas e confortáveis edificações. Há pouco tempo, acentuava-se esse progresso pelo desenvolvimento de novos bairros. A cidade crescia em perímetro, porém a parte central pouco se modificou.

Hoje, não. O centro oferece o mesmo movimento de construção ou antes de reconstrução. Entretanto novos bairros, verdadeiras vilas novas estão se formando como a Vila Mariana, a Bela Vista, o Bom Retiro, a Bela Cintra, o Marco da Meia Légua, Santa Cecília, Água Branca, etc. ou em via de próxima construção como Ipiranga, as Vilas Bocaiúva, Campos Salles, Mayrink, Prudente, Sofia, Romana, Deodoro, etc. Entretanto, a despeito desse movimento, desse espetáculo que por todos os lados se apresenta de casas em construção, não corresponde o número de edificações que se prontificam às proporções da procura de casas pela sempre crescente população de São Paulo (São Paulo cresce, Correio Paulistano, São Paulo. 19 dez. 1890 apud SEGAWA, 2000: 23).

A construção desse imaginário em torno do eixo do vale do Anhangabaú não foi um processo linear mesmo dentro da própria elite. Os embates se deram em muitos níveis e no próprio cotidiano da cidade vivenciamos a incapacidade de uma pacificação das disputas pelos projetos de cidade cravados nesse território – nas práticas e nos discursos (JORDAN, 2019). Ainda assim, vemos as imagens de irregularidade e regularidade, de rompimento abrupto e de continuidade serem manejadas tanto nos discursos utilizados contemporaneamente por agentes urbanos quanto na historiografia. A tônica desse excerto do Correio Paulistano é mesmo o tópos que sustenta subjacentemente os estudos sobre a urbanização de São Paulo na busca pela gênese da metrópole – como se a narrativa em si não estivesse comprometida com um certo projeto político, como se simplesmente retirando conceitos valorativos como “civilizatório” essa dimensão desaparecesse dessa formulação. O discurso historiográfico sobre a transposição do Vale assim se coaduna com as estratégias discursivas de parte dessa classe dominante local em um processo de ascensão na direção da própria classe – que levará à centralização das operações financeiras do país na capital paulista. No nível do traçado urbano, tão mais amplo e visível, os elementos ideológicos que permeiam essas escolhas e disputas talvez fique mais evidente, ainda que a naturalização dessas opções tenha se dado principalmente por intervenções materiais aparentemente de menor incidência. As ordenações da ocupação de ruas e

lotes podem nos permitir desdobrar as implicações políticas de algumas dessas questões.

II.II. Ocupação da rua

Como uma cidade que não tem apenas um único tipo de traçado estabelecido, com uma variação sensível entre os diferentes setores de ocupação, como podemos ver inclusive pelos casos específicos dos bairros da Santa Ifigênia e Liberdade, as políticas regularizadoras da forma urbana foram sentidas muito mais na dimensão da ordenação da própria rua. Ainda que essas políticas que parecessem pontuais tinham impactos muito mais gerais: podemos pensar tanto na questão do nivelamento quanto dos alargamentos, mas há um aspecto dessas intervenções que persiste historicamente, e possibilitou inclusive bases para outros tipos de intervenção. O alinhamento das construções no lote, com as janelas voltadas diretamente para a calçada, se coadunou como prática social e como orientação legal para construções em São Paulo ao longo do século XIX. Longe de ser uma exceção, essa dinâmica de ocupação era difundida nas demais capitais do sul da América do Sul que também passavam por processo de inchaço urbano, como Montevideú, Buenos Aires e Santiago, e também a norma de ocupação das quadras nas porções centrais de cidades europeias como Paris, Viena, Madrid ou Barcelona.²⁵⁷ Pudemos acompanhar a formulação de um discurso sobre a regularidade da forma urbana, que atribuía ao alinhamento das edificações no lote uma imagem de racionalidade e homogeneidade da forma de ocupação.

O alinhamento das construções no lote era tanto um processo de normatizar as marcas de vários períodos de ocupação, fazendo avançar ou recuar construções de períodos distintos, retirando esse vestígio da sobreposição de temporalidades na ocupação urbana, quanto uma criação de padrão a ser seguido para novas construções. A relação da casa com a rua, a construção da interioridade, as práticas que ligam o espaço privado ao público, as relações entre direito de propriedade e reformas urbanas,

²⁵⁷ Para o caso das cidades do sul da América latina ver: WAISMAN, Marina. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013. Para o caso de Paris: LOYER, François. *Paris: XIX siècle : l'immeuble et la rue*. Paris: Hazan, 1987 e MARCHAND, Bernard. *Paris: histoire d'une ville*. Paris: Seuil, 1993; Para o caso de Viena, ver: TOMASELLI, Markus. *Wiener werkbundsiedlung: Vienna Housing Strategies after the Collapse of the Austrian Empire – Social housing in Wien, 1920*. IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Anais: Porto Alegre, 2016 (versão digital). Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/tomaselli-m.pdf>; Para as cidades espanholas: SAMBRICIO, Carlos. *Territorio y ciudad en la España de la Ilustración*. Madrid: Ministerio de Obras Públicas, 1992.

a determinação sobre a quem competia o financiamento dos melhoramentos urbanos são todas questões relacionadas a essa normatização da ocupação urbana, que se pode apresentar como uma simples medida técnica para facilitar o fluxo no espaço urbano cada vez mais adensado. As normativas de alinhamento das construções são parte constitutiva dos embates pelos diversos projetos de cidade que estavam em curso nesses processos de modificação da estrutura urbana. A experiência contida na produção das legislações de controle da ocupação do solo urbano não apresenta uma *evolução* ao longo desses anos, pelo contrário, expressa um trajeto tortuoso e descontinuado, de sobreposições e de esquecimentos. Optamos por partir do Código de Posturas da Cidade de São Paulo, codificado em 1886, complementado pelo Padrão Municipal e suas diretivas para as Construções em São Paulo. Significativamente, consta de seu primeiro item a obrigatoriedade da solicitação de alinhamento à Câmara para realizar construções na cidade, para definir a questão do alinhamento no lote.

O Código de Posturas de 1886 é celebrado como a primeira legislação que conseguiu criar normativas de controle público sobre a urbanização de São Paulo que foi colocada em prática inaugurando o “desejável” papel do Estado como regulador do espaço urbano.²⁵⁸ Nesse tipo de interpretação, o Código seria um ponto de partida desde onde se estabelece uma linha para observar a efetividade e os problemas dessa legislação no cumprimento desta função. O que esse Código representa e a trajetória de sua formulação não refletem, no entanto, é justamente um processo de consolidação de controle do Estado sobre o espaço urbano. Primeiro porque, diferente do que até hoje é enfatizado em parte da historiografia, o Código de Posturas não era uma legislação nova, um esforço ativo da Câmara para criar leis e disciplinar o espaço urbano, mas sim uma codificação de leis e normas já existentes que versavam sobre a vida na cidade.²⁵⁹ Esse caráter agregador de normas editadas pontualmente para resoluções de questões específicas, são um retrato de como se formulou a legislação urbanística de São Paulo

²⁵⁸ Os estudos sobre o Código de Posturas foram atravessados pela perspectiva quase unitária de que o Estado deveria controlar o planejamento, ecoando assim as disposições ideológicas dos urbanistas, que são os principais pesquisadores desse processo até período recente. A partir desse olhar se cristalizou duas imagens sobre o papel do Estado nos processos de urbanização do período: ou um Estado extremamente poderoso com a intenção de controlar totalmente a vida da população, ou um Estado fraco que não consegue controlar a urbanização.

²⁵⁹ Essa perspectiva foi enfatizada no estudo de Eudes Campos, em seu doutorado “Arquitetura paulistana sob o Império - aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo” concluído em 1997. Apesar de ser uma referência constante nas pesquisas que tem São Paulo como foco, ainda há uma persistência desse imaginária anacrônico sobre o Código de Posturas, especialmente pela referência que o estudo de Raquel Rolnik, “A cidade e a lei”, de 1995, representa para as investigações sobre as relações da legislação com a urbanização de São Paulo nesse período.

da passagem do Império para a República. Mais do que criar um modelo e normas estáticas, a legislação se movia com a cidade e com os seus agentes, sendo manejada de diferentes maneiras e sendo formulada, ou implantada, paulatinamente, ao passo que as questões, e os conflitos, se colocavam – ou que a conjuntura possibilitasse a aplicação de medidas previamente pensadas pela administração pública.

Esta característica desse tipo de legislação é bastante manejada nos discursos que constroem a imagem da ineficiência do poder público em São Paulo em promover um planejamento de ocupação e crescimento para cidade nesse período, que é usado como base para justificar a origem dos problemas urbanos contemporâneos. Cerasoli considera fundamental historicizar essa visão de “falta de planejamento”, evitando assim retirar a dimensão de opção política dos rumos da urbanização de São Paulo:

A observação das obras contratadas indica um padrão na execução de calçamentos de vias, com critérios ligados aos usos dos espaços e circulação, além de iniciativas mais abrangentes, quando comparadas às da década de 1870 [...]. Embora entre os contratos e as posturas municipais até o final da década de 1880 não se possa verificar um conjunto ordenado de ações voltadas ao alinhamento das ruas – que na década subsequente constituirá uma questão de grande importância e repercussão – é incontestável a existência de articulações ligando as várias ações e intervenções propostas no âmbito das obras viárias nos anos antecedentes à organização republicana da administração. Acompanhando-se detidamente as prioridades da municipalidade visíveis nas deliberações de obras, modificadas gradualmente, não é possível perceber indicações de um plano geral em sentido estrito, mas é notável a prevalência de linhas claras de ação (CERASOLI, 2001: 230-231).

A edição paulatina de leis, modificadas ou esquecidas a partir de sua absorção ou não pelos costumes, estava longe de ser um elemento de descaso e ineficiência dos governantes da cidade. Expressava mais um conhecimento sobre os processos internos dos embates para que uma nova norma urbana se consolidasse, e diferentes estratégias de posicionamento político conjuntural dos agentes envolvidos na gestão da urbanização da cidade. As codificações serviam para facilitar o processo de fiscalização, sendo a mais remota encontrada por Eudes Campos em 1856, quando, após aprovação de várias posturas, a Câmara realiza uma primeira tentativa de reunião dessas normativas. Em 1864, é enviada ao Chefe de Polícia uma nova coleção, mas com a advertência de que não se garantia que ali se encontravam todas as posturas em vigência, o que seria impossível pela dispersão delas em muitos livros de registros - a

impossibilidade de encontrar registros levou, alguns anos mais tarde a Câmara reeditar uma postura por não ser possível localizá-la (CAMPOS, 1997: 727 e 729). As diferenças entre essas coleções e os Códigos de Posturas de 1873 e 1886 exigiu o trabalho de sistematização das posturas em vigência, sobrepondo repetições, aproximando temas em comum para tornar o todo mais harmonioso. A recodificação de 1886 esteve a cargo de Estevão Augusto de Oliveira Junior, e, por se tratar de uma reunião de posturas já aprovadas, não houve necessidade de sua aprovação pelos vários órgãos, sendo apenas apresentada para Câmara e entrando em vigor imediatamente (CAMPOS, 1997: 732).

O Código de Posturas Municipal era uma legislação bastante ampla, reunindo em um único documento diversas normativas relacionadas a ocupação, comportamento e manutenção da cidade. Trata tanto da ocupação física, determinando regras para edificações e arruamentos, quanto de normas de convivência para realizações de festejos nas ruas, funcionamento de estabelecimentos comerciais, normas de circulação para bondes e carroças, e uma série de medidas dedicadas às questões sanitárias e higiênicas. Alguns artigos do Código definem as normativas para intervenções construtivas, sendo um deles dedicado a especificar que só poderiam ser realizadas novas construções na cidade depois de um pedido de alinhamento e nivelamento da construção pelo engenheiro da Câmara, e que o infrator dessa deliberação estaria “sob pena de multa de 30\$, além de ser obrigado à demolição das obras”. Também em 1886, o engenheiro da Câmara Amaral Gama é o responsável pela elaboração de um novo Padrão Municipal para as construções, que desenvolveria de maneira mais densa algumas das normativas já existentes (CAMPOS, 1997: 736-737). Por se tratar de uma legislação, teve que passar por todas as esferas de aprovação, só obteve despacho presidencial em abril de 1888, e só foi publicada e entrou em vigor em janeiro de 1889.²⁶⁰

O Padrão Municipal segue em vigor até 1920, quando recebe uma nova versão. O Padrão tem seis tópicos, os quais tratam do alinhamento das construções, do calçamento dos passeios, da abertura de ruas por particulares, de construções e reconstruções, da altura das construções e dimensão de portas, janelas e balcões e, por fim, de cortiços, casas de operários e cubículos. São disposições voltadas para os

²⁶⁰ Por ser uma legislação aprovada no período Imperial, a Câmara ainda não detinha a autonomia de gestão sobre a municipalidade, sendo necessária a solicitação de aprovação provisória à presidência da Província, e posteriormente a aprovação definitiva por parte da Assembleia Provincial.

moradores da cidade em suas práticas construtivas, em geral de pequeno porte, com uma intervenção mais pontual e localizada. No Código de Posturas vemos normativas para intervenções construtivas mais amplas, que transpõem os limites da propriedade individual. A abertura de ruas por particulares passa a ter um padrão, largura de 16 m, e define a forma quadrada para praças e largos “tanto quanto o terreno permitir”. A partir da publicação do Código, as obras só poderiam ser realizadas após ser encaminhado à Câmara o pedido de alinhamento e nivelamento, “sob pena de multa de 30\$, além de ser obrigado à demolição das obras”. Além das medidas diretamente relacionadas ao alinhamento, havia outra dimensão prevista nas Posturas que também compunham as políticas regularizadoras, como a determinação de formas de construir que não atrapalhassem o fluxo das calçadas, não só pelo alinhamento homogêneo, como pela obrigação de portas e janelas abrirem para dentro das construções, impedindo a criação de certos tipos de balcões (arts. 11 e 18), ou mesmo regulando as formas de descarte do lixo e das águas advindas das casas (art. 41). Os passeios eram de responsabilidade do proprietário e/ou morador, tanto de seu calçamento quanto de sua conservação e limpeza (art. 39), embora não mais fosse legalmente um espaço de seu arbítrio, já que qualquer elemento que dificultasse a locomoção, como degraus, animais presos a porta e outros tipos de objetos, eram passíveis de multa tanto quanto os demais elementos construtivos.

Esse tipo de preocupação também está presente em seis artigos do título IV, que são dedicados a regular a feitura de buracos para festejos e a proibição de se fazer buracos em terrenos públicos para obtenção de terra; enquanto o título XVIII versa sobre “vagabundos, embusteiros, tiradores de esmolas e rifas”, legislando sobre as formas proibidas de se *permanecer* no espaço público. Outra regulação semelhante do uso da rua consta no art. 257, que proíbe “os alaridos, vozerias e gritarias pelas ruas. O infrator incorrerá na multa de 5\$ ou 24 horas de prisão”.²⁶¹ Há uma larga preocupação com o tráfego de veículos como carroças e bondes, sendo que ao todo são dedicados 27 artigos ao tema, três deles diretamente vinculados a cuidados nas manobras para evitar acidentes, além de diversas disposições sobre normas de conduta de trabalhadores e passageiros nos veículos. A disputa pelos usos da rua, por fazê-la local de circulação ou permanência, também atravessa os projetos de regularização da forma urbana, ainda que de maneira menos aparente, mas talvez ainda mais sensível no nível da experiência

²⁶¹ SÃO PAULO (Município). *Código de Posturas do Município de São Paulo*. Diário Oficial do Município, São Paulo, 6 out. 1886. Seção 1, p. 8503.

cotidiana dos moradores da cidade. No ano anterior ao Código de Posturas, por exemplo, são veiculadas queixas no jornal A Província de São contra as quituteiras da Ladeira do Acu, posteriormente batizada Ladeira São João, que como vimos era a principal ligação para o vetor oeste até a construção do Viaduto do Chá. As reclamações eram de que essas mulheres ficavam sentadas no passeio com seus tabuleiros de fruta, e seguia reclamando da sujeira deixada pelos restos de suas mercadorias, por vezes impossibilitando a passagem, e provocando acidentes de “passantes descuidados”. O que queremos frisar é que o Código não era uma legislação estanque, mas um conjunto de normas dinâmicas, que eram modificadas por outras leis sem necessariamente revogá-lo, podendo contar com uma sobreposição de disposições, inclusive conflitantes, e que as normativas sobre a regularidade estavam inseridas mesmo em Posturas que não tratavam diretamente de determinações para construções.

Como pode ser observado nessas normativas, não havia, desde a segunda metade do século XIX, um padrão explícito sobre como os alinhamentos das construções deveriam ser definidos. A exigência da legislação, reiteradamente reforçada por diversas normativas, era de que o alinhamento deveria ser realizado pela municipalidade, através do engenheiro da Câmara. Podemos verificar tanto nos livros de registros de alinhamentos quanto nos ofícios das obras particulares, que o padrão corriqueiro era determinar o alinhamento a partir das paredes frontais das construções vizinhas.²⁶² O costume da casa alinhada na calçada era disseminado, e quando era rompido geralmente tinha relação com o lançamento de um loteamento completo, não com construções pontuais. Os padrões construtivos internos de novos loteamentos, que previam recuo como condição, foram alvo de muitos debates e disputas entre os legisladores. Vemos, assim, na formulação das normativas para alinhamento, uma busca pela homogeneidade da forma urbana que atingiu tanto proprietários remediados que se viam obrigados a reconstruir fachadas e arcar com esses prejuízos, quanto investidores de loteamentos de elite que penaram em disputas legais para determinar padrões construtivos de isolamento no lote em seus lançamentos. Assim, a perenidade do

²⁶² O acervo do Arquivo Histórico Municipal não dispõe de um Guia do Acervo finalizado, sendo assim é impossível precisar em quais séries documentais estão inseridos os pedidos de alinhamento. Há pelo menos dois conjuntos documentais que tratam diretamente dos pedidos, sendo um deles o conjunto de livros de registro de alinhamentos – o outro é a série obras particulares, esmiuçada na nota abaixo. Os livros de registro de alinhamentos são uma documentação menos explorada pela historiografia do que a série de obras particulares, compondo o sub-fundo da Diretoria de Obras e Viação, do fundo Prefeitura Municipal de São Paulo. Neles estão registados sequencialmente os alinhamentos atribuídos pelo engenheiro da Câmara, portanto são um desdobramento dos pedidos contidos nas Obras Particulares.

alinhamento das construções no lote não foi uma imposição precisa da legislação, mas antes uma prática entremeada por normativas pautadas na construção desse imaginário da regularidade urbana que estamos tratando.

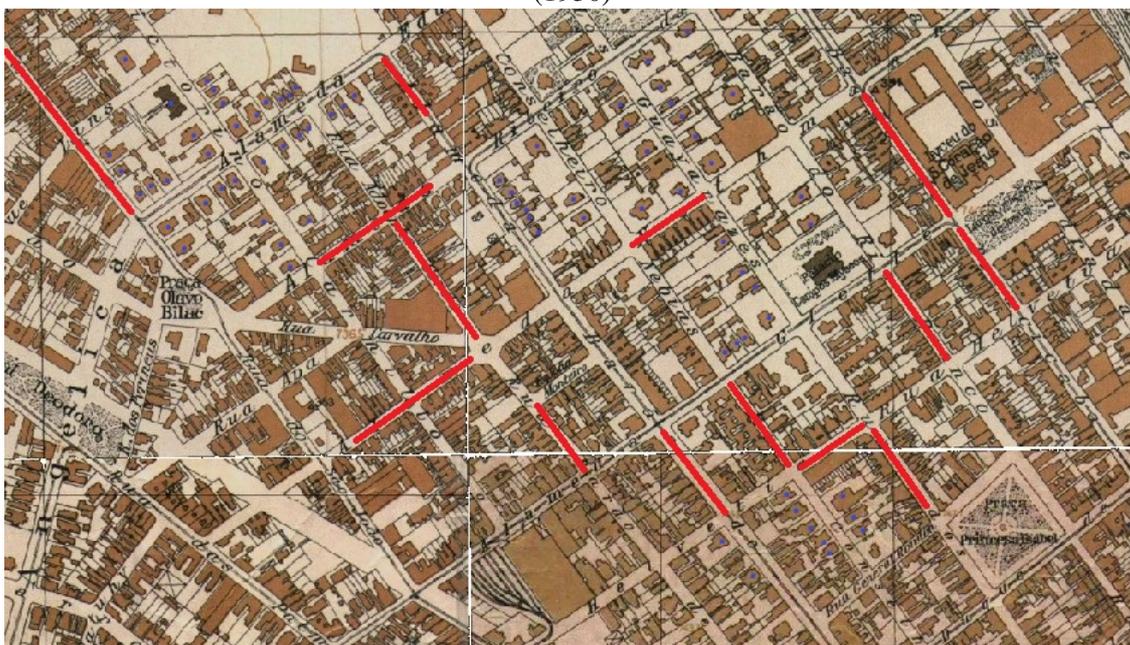
Apesar da municipalidade tratar pontualmente das questões relativas aos alinhamentos desde a década de 1860, houve um crescimento de reclamações à Câmara por medidas em relação a essa área a partir da década final do século XIX (CERASOLI, 2001: 91-92). O aumento dessas reclamações, e dos debates na Câmara sobre o tema, têm relação com as constantes mudanças das ocupações dos lotes que acontecem nesse período. As reformas, reconstruções, demolições e novas construções são impactadas pelas modificações de alinhamentos e regularização das ruas, e também por medidas que determinavam outros padrões construtivos, como o da altura das construções. No Triângulo, as principais questões se davam em torno do avanço ou recuo das construções por modificações no alinhamento, já que a ocupação em geral, independentemente da classe, seguia a lógica de alinhamento de toda a quadra na linha da calçada. Assim, na porção central da cidade, mesmo as construções ocupadas pela elite eram grandes sobrados alinhados no lote, com vizinhos pouco prestigiosos. A regularidade da forma urbana, normalmente expressa na política de alinhamento das construções no lote, não é necessariamente quebrada pela construção de edificações isoladas no lote, com recuo frontal e laterais, mas sim na mescla dos dois padrões na mesma quadra e rua, provocando uma descontinuidade similar a diferentes alinhamentos simultâneos.

As casas recuadas no lote, comuns tanto para as chácaras dos mais ricos, quanto para as moradias paupérrimas, que ficavam fora do perímetro urbano, passam a não ter exclusividade no seu tipo de ocupação do lote com o lançamento de loteamentos extensivos a partir da década de 1870 que previam a construção isolada no lote como norma construtiva que garantiria uma distinção social a esses novos bairros. Como veremos, esses loteamentos não se distanciavam da perspectiva da regularidade da forma urbana já que previam sempre o mesmo padrão de alinhamento em determinadas ruas, ou mesmo em todo o empreendimento, inclusive estabelecendo traçado de grelha retilínea. No entanto, disputas legais em torno do direito de propriedade complexificaram essas questões, como nas experiências estudadas por Marins, para o caso do Campos Elíseos e avenida Paulista, e por Pedro Ferreira, sobre Higienópolis. Em 1878, Frederico Glete e Victor Nothmann lançam o loteamento Campos Elíseos,

localizado à oeste da centralidade histórica da cidade. Ele se diferencia de outros lançamentos da época por ser o primeiro, no território paulistano, a se vender como um loteamento exclusivo para elites. O loteamento pretendia garantir essa vocação a partir de sua própria morfologia, arruada geometricamente, recortando o solo no formato grelha, totalmente oposta ao que se encontrava na cidade antiga (MARINS, 2011: 211).

A distinção dos futuros ocupantes do nascente bairro também pretendia ser alcançada por exigências construtivas por parte dos loteadores, que determinavam a distância de cinco metros do alinhamento da rua para as edificações, com a colocação de gradil e jardim frontal, em que os proprietários se comprometiam assim a “harmonizar o útil e o belo” (MARINS, 2011: 214). A novidade desse tipo de loteamento, determinando um controle edilício sobre os lotes comprados apontava para “um bairro que surgia de uma abstração, em que tanto o desenho retilíneo de quadras e ruas quanto a ocupação dos lotes deviam espelhar o gosto, mas igualmente a possibilidade de controlar o futuro do empreendimento” (MARINS, 2011: 214). No entanto, as normas de lançamento do empreendimento não garantiram que o projeto de criação de um bairro disciplinado e especializado se consolidasse.

Figura 55 - Detalhe da ocupação mista do bairro do Campos Elíseos: casas alinhadas e isoladas no lote, com diferentes padrões de moradia para distintas classes sociais. Linhas vermelhas: séries de casas alinhadas no lote. Pontos azuis: casas isoladas no lote ou com recuo frontal (1930)



Fonte: Mapa Topográfico do Município de São Paulo. SARA – BRASIL (Societá Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>.

Apesar do Campos Elíseos ter sido um empreendimento de sucesso, e seus proprietários auferissem um lucro realmente expressivo, consolidando um dos seus idealizadores, Nothmann, como um importante agente da urbanização de São Paulo, o bairro não foi apenas ocupado por palacetes. Analisando uma planta cadastral, Marins encontra diversos conjuntos de casas geminadas alinhadas no lote. Na rua Helvetia, encontra duas sequências desse tipo de casa, uma com quinze casas desse tipo, entre as ruas Guaianazes e Conselheiro Nébias, e a outra com onze casas, entre a rua Guaianazes e a rua dos Bambus. Na própria rua Guaianazes há mais dois conjuntos do mesmo tipo, uma com treze e outra com quinze casas. Os lotes eram estreitos e profundos, proporcionando uma ocupação máxima do lote desenvolvendo as casas no estilo corredor, o padrão construtivo mais comum para casas encontrados na série Obras Particulares para pedidos de novas construções na cidade naquele momento (MARINS, 2011: 220). O que essa materialidade da ocupação mista, tão comum à vivência urbana de São Paulo, aponta é que foram muitos os conflitos envolvidos no estabelecimento de regras dentro de cada loteamento. E esses conflitos não eram somente entre uma elite que procurava segregar os mais pobres, mas também dentro dos próprios setores que empreendiam na área das atividades urbanizadoras. Assim como as demais legislações referentes ao alinhamento, o nascimento desse tipo de loteamento foi motivador para que diversas normativas pontuais se debruçassem sobre essa questão.

Com o insucesso das normativas de isolamento no lote para o conjunto do loteamento, novas estratégias foram empreendidas nos lançamentos seguintes, buscando firmar por força da lei os parâmetros construtivos. Em 1891 foi inaugurada a avenida Paulista, que fazia parte de um loteamento maior de Joaquim Eugenio de Lima, que pleiteou e conseguiu a aprovação de duas leis, em 1894, na intenção de controlar os usos da avenida: a nº 100 proibia a passagem de gado pelo logradouro, e a nº 111 estabelecia a obrigatoriedade de recuos frontais mínimos de dez metros para as edificações na avenida (MARINS, 2019: 53; FERREIRA, 2017: 58). O loteamento de Higienópolis, uma nova aposta no mercado imobiliário de Nothmann, agora com novo sócio, Martinho Buchard, também faz solicitação para obrigatoriedade do recuo do lote em duas avenidas específicas: avenida Higienópolis e avenida Angélica (FERREIRA, 2017: 54-55; 64). As terras foram adquiridas em 1893, sendo o loteamento lançado em 1895, assim como no caso da avenida Paulista, o pedido para a obrigatoriedade do recuo só foi feito alguns anos depois.

Em 1897, Buchard encaminha requerimento pedindo um recuo mínimo de seis metros, cinco meses depois o então Intendente de Obras Municipais, o vereador Pedro Augusto Gomes Cardim, aceitou o pedido e ampliou a proposta, incluindo a determinação de recuos laterais de dois metros.²⁶³ O projeto foi colocado em votação sem pareceres e sem debates por parte dos demais vereadores, sendo aprovado e transformando-se na Lei n. 355/1898, que se tornaria alvo de muitas disputas posteriores na Câmara (FERREIRA, 2017: 54-55; 64). A falta de debates na época da aprovação da lei não significava que não havia oposições a essa regulamentação, já que três anos após sua promulgação, em 1901, Serafim Lema da Silva apresentou um projeto para revogar seus efeitos para a avenida Angélica. O novo projeto rendeu debates e pareceres, como o da Comissão de Justiça da Câmara, que apontava que a Lei n. 355 era restritiva ao direito de propriedade e, depois de quatro sessões na Câmara em que a questão foi abordada, a obrigatoriedade de recuo para avenida Angélica foi abolida pela Lei n. 587, em 1902 (FERREIRA, 2017: 71). Há um evidente jogo de interesses no estabelecimento dos limites do direito à propriedade na aprovação dessa lei, já que a avenida Higienópolis foi excluída da revogação, permanecendo com a obrigatoriedade dos recuos, o que expressa que o alinhamento da avenida Angélica foi provavelmente questionado por proprietários insatisfeitos.

A preocupação com a obrigatoriedade de o recuo ferir o direito do usufruto da propriedade já havia aparecido no parecer de Pedro Vicente quando do pedido para estabelecer esse parâmetro construtivo para a avenida Paulista, em 1894, defendendo a indenização dos proprietários para adotar a medida. Como a maioria dos terrenos estava ainda em propriedade do loteador, a disposição foi aprovada com a ressalva dos novos compradores assinarem termos de acordo com a norma (FERREIRA, 2017: 71). A maleabilidade das leis no trato dos interesses dos proprietários, se modificando a cada mudança na correlação de forças, continua ao longo das primeiras duas décadas do século XX. Se até 1904 pode-se afirmar que a elite não habitava a avenida Angélica, já que não havia nenhum pedido para construção de palacetes em nenhum lote até esse ano, assim como de casas de padrão de classe média, cujo o primeiro requerimento é de

²⁶³ Pedro Augusto Gomes Cardim foi um destacado político no cenário paulista da passagem do século XIX para o XX, ocupando lugar na Assembleia Provincial e na Câmara, além de ser intendente no final da década de 1897, quando produziu a planta cadastral da cidade em 1897. Também foi um agente investidor no mercado de terras e imobiliária, ver: SIMONI, Lucia. *A Planta da Cidade de São Paulo de 1897: uma cartografia da cidade existente ou da cidade futura*. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2009, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto, 2009.

1905, dominavam a paisagem então as “casas operárias”, em geral construídas por pequenos proprietários, que tiveram papel ativo na busca pela revogação dos recuos nessa avenida.²⁶⁴ No entanto, a conjuntura muda a partir de 1907, quando a crise que afetava o setor das atividades urbanizadoras arrefece, e a retomada da Lei n. 355 é proposta pelo vereador Francisco Antônio da Cunha Horta Junior, com parecer favorável da Comissão de Justiça composta por proprietários de lotes na avenida. O retorno da obrigatoriedade do recuo é aprovado através da Lei n. 1001/1907, que também torna única a denominação de avenida Angélica para toda a extensão da via, desde o cume nas proximidades da avenida Paulista, até a rua das Palmeiras no baixo da colina. A partir desse momento, há uma crescente de pedidos para a construção de palacetes e, em 1914, os pedidos para construção de palacetes superam até os das casas de médio padrão (FERREIRA, 2017: 75-76).²⁶⁵

Como bairros que não foram frutos de loteamentos extensivos, as dinâmicas da ocupação das ruas e dos alinhamentos na Santa Ifigênia e na Liberdade passavam também por outras questões, embora a discussão sobre os loteamentos extensivos obviamente impactasse a legislação em geral sobre o alinhamento. Tanto a Santa Ifigênia quanto a Liberdade, por serem bairros de ocupação antiga integradas ao tecido urbano da cidade vão sofrer modificações de alinhamentos, nivelamentos e dimensões de suas ruas nas estratégias de regularização da forma urbana. No Sara Brasil, podemos ver o que seria um retrato do final do nosso período em relação às intervenções que temos tratado aqui: na Santa Ifigênia, num universo de 49 quadras analisadas, apenas

²⁶⁴ Como podemos ver nos números de pedidos das obras particulares desde o lançamento do loteamento: “[...] até o momento, a maioria das obras requisitadas na Avenida haviam sido para a construção de “casas operárias”. A partir de 1898, ano seguinte à promulgação da Lei n. 355, os pedidos diminuem, chegando a seu ocaso em 1901, ano da proposta de Leme, quando não foi realizada nenhuma solicitação. Não à toa, no ano seguinte à aprovação da revogação, os pedidos de “casas operárias” voltam a crescer, somando seis em 1902, dezessete em 1903, três em 1904 e catorze em 1905” (FERREIRA, 2017: 72).

²⁶⁵ Nas leis específicas que determinavam recuos para loteamentos e vias, vemos um emaranhado de projetos que não atendiam somente a disputas econômicas, mas também a projetos de cidade, que não cindiam a população numa dualidade de elite versus povo, mas que revelavam uma multiplicidade de conformações de forças possíveis. Em debate na Câmara, dois vereadores mostram distensões dentro da própria elite sobre essa temática: “Em 1914, Alcântara Machado apresenta projeto de lei para estabelecer recuos mínimos de dez metros nas novas construções da Avenida do Jardim da Aclimação. Em sua defesa, cita como exemplo a legislação que regulava os recuos das avenidas Angélica, Paulista, Água Branca e Higienópolis. Após louvar seu resultado estético, argumenta que eram localidades “onde por enquanto só existem casas nobres e de feitio elegante. Seria pena que por falta de uma disposição apropriada, viessem a conspurca-lo casebres e vendolas”. Responde-lhe o vereador Baptista da Costa que, dado o seu radicalismo “(...) era melhor apresentar um projeto proibindo a construção das casas modestas, enfim, das casas para operários”, argumentando que o radicalismo do vereador ia “ao ponto de não admitir que a gente pobre tenha casa para habitar”. Machado replica, dizendo que “ninguém proíbe que a gente pobre tenha casa para habitar...O que indiretamente se proíbe, é que se levantem casinholas, em certos pontos da cidade” (FERREIRA, 2017: 64).

seis quadras apresentavam construções com recuo frontal (combinado com recuo lateral ou não), sendo quinze edificações desse tipo – havia, por exemplo, uma sequência de cinco quadras na rua Aurora, entre as ruas Conselheiro Nébias e Couto de Magalhães, com cinco casas totalmente isoladas no lote; já na Liberdade, num universo de 32 lotes analisados, doze quadras apresentavam construções com recuo frontal (combinado com recuo lateral ou não), sendo 25 construções desse tipo. Assim, no ano de 1930, quando foram tiradas as fotografias aéreas que foram a base desse mapa topográfico, a maioria esmagadora das construções desses dois bairros estavam com a fachada alinhada no lote.

Figura 56 - Detalhe de quadras da rua Aurora no bairro da Santa Ifigênia com incidência de edificações com recuos frontais, identificadas por pontos azuis (1930)



Fonte: Mapa Topográfico do Município de São Paulo (1930). SARA – BRASIL (Società Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>.

Figura 57 - Detalhe de quadras no bairro da Liberdade com incidência de edificações com recuos frontais e/ou laterais identificadas por pontos amarelos (1930)



Fonte: Elaborado pela autora com base no Mapa Topográfico do Município de São Paulo. SARA – BRASIL (Società Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>.

Pontuamos que isso não reflete a ocupação desses lotes durante todo o período estudado, mas nos ajuda a entender a tendência produzida pela política regularizadora. Já tratamos do caso de Elizia de Oliveira Miranda Azevedo, que tem um pedido de reforma fora do padrão aprovado porque que foi obrigada a reconstruir a fachada para se adequar a um novo alinhamento e com isso perdeu área construtiva, o que a impossibilitou de se adequar às exigências de insolação e ventilação, e seu pedido mesmo fora dos padrões foi aprovado como uma espécie de compensação pela área perdida com o novo alinhamento.²⁶⁶ Na mesma rua Aurora, esse novo alinhamento datado de 1904 também gera questões com a proprietário do imóvel localizado entre os números 88A e 100, que além de modificar o alinhamento foi intimado a fazer reformas como cimentar o piso e trocar a divisão interna das salas de madeira para tijolos, justo no cômodo alinhado à rua onde funcionava um armazém, após intimação do inspetor de

²⁶⁶ Arquivo Histórico de São Paulo (1904). Ofício de Elizia de Oliveira Miranda Azevedo. Rua Aurora, 3. Encadernado 375. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

higiene – era um imóvel misto, compartilhado com uma residência composta por sala, dois quartos, cozinha e latrina.²⁶⁷

Mudanças nos alinhamentos, largura e nivelamento das ruas impactariam ainda de outras formas as relações entre o poder público e os proprietários de imóveis, ou mesmo inquilinos, dentro dessa mesma perspectiva da responsabilidade de financiamento dos melhoramentos urbanos. Em 1904, Manuel Francisco Duarte, proprietário do imóvel localizado na rua Barão de Iguape nº 88, foi intimado pela Prefeitura Municipal de São Paulo a construir um passeio em frente de sua propriedade.²⁶⁸ Naquele ano e no seguinte, pelo menos doze intimações foram realizadas aos proprietários e moradores de construções localizadas nessa rua, com o prazo de dez dias para a realização das obras, especificando a necessidade de “calçar com pedras de cantaria lavada ou outro qualquer sistema de concreto na largura marcada pelo nivelamento das guias a frente dos prédios”. Tantas intimações em um mesmo ano indicam que a instalação das guias para delimitar a largura e o nivelamento dos passeios havia sido recém-realizada pela Prefeitura. Esta reforma viária não estava restrita ao passeio: na sequência de sua intimação, Manuel solicita o prolongamento do prazo para a construção do calçamento, pois o terreno recebeu um grande aterro e não estaria firme o suficiente para tal intervenção. O responsável do imóvel pediu o prazo de noventa dias, concedido pela municipalidade e cumprido pelo solicitante, o qual termina a obra no prazo estendido. O aterro da rua parece ter sido realmente expressivo, gerando outras solicitações – como a de Vicente Cazzi, que pede para alterar o muro do imóvel nº 111, já “que tendo essa digna Prefeitura mandado aterrar a rua ficou o muro muito baixo, querendo agora o suplicante levantar um metro na extensão de 18,80 vem por meio deste pedir a necessaria licença”.²⁶⁹

Encontramos nas Obras particulares doze intimações de proprietários e/ou moradores da rua Barão de Iguape no ano de 1904, todas determinando um prazo de dez dias para realização do calçamento do passeio. Podemos caracterizar, dentro das possibilidades de relação dos moradores com o poder público, três grupos de agentes

²⁶⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1904). Ofício de Francisca Augusta da Conceição. Rua Aurora, 88ª e 100. Encadernado 375. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁶⁸ Arquivo Histórico de São Paulo (1916). Intimação a Manuel Francisco Duarte. Rua Barão de Iguape, nº 88. Encadernado 376. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁶⁹ Arquivo Histórico de São Paulo (1916). Intimação a Vicente Cazzi. Rua Barão de Iguape, nº 111. Encadernado 376.

acerca de sua reação às intimações. O primeiro se refere à metade dos pedidos, sendo caracterizado pelo cumprimento da solicitação no prazo estabelecido pela Prefeitura, tendo a segunda visita do fiscal somente constatado a realização correta das obras – desse grupo, foram intimados três homens e três mulheres.²⁷⁰ Em outros três pedidos, o serviço se deu sem pedido de prolongamento formal do prazo, mas não no limite dado pela intimação: os três homens desse grupo protelaram o cumprimento da normativa, apenas fazendo o calçamento depois de algumas visitas do fiscal e ameaças de multa.²⁷¹ O último grupo, também composto por três homens, pediu formalmente o prolongamento do prazo dado pela Prefeitura por motivos diversos, sendo todos concedidos e os serviços sendo efetivamente realizados nestes prazos.²⁷²

O maior prolongamento de prazo deste último grupo foi solicitado por João Holl, responsável pelo lote da rua Barão de Iguape, esquina com Conselheiro Furtado, justificando seu pedido à Prefeitura com os altos recursos necessários para execução da obra:

João Holl, proprietário, residente nesta capital, tendo sido intimado para mandar fazer calçada em frente às suas propriedades sitas à Rua Barão de Iguape, desde a esquina da rua Conselheiro Furtado até o prédio da cidade Rua Barão de Iguape n. 57 inclusive, vem respeitosamente pedir a V. Exa. digne conceder um prazo de seis meses para fazer o passeio, visto tratar-se de uma area de 47 metros de cumprimento que equivalem a 141 metros quadrados de passeio, e ser bastante dispendioso o custo.²⁷³

Além do pedido de Manuel, que pede o prolongamento do prazo por noventa dias por conta da instabilidade do recente aterramento da rua, há ainda o pedido de Nicola Ferrara, morador do nº 101, que pede prorrogação de trinta dias “devido a

²⁷⁰ Arquivo Histórico de São Paulo (1916). Intimação a Ignez Maria das Dores. 1904. Rua Barão de Iguape, nº 100. Encadernado 376; Intimação a João Baptista de Biasi. 1904. Rua Barão de Iguape, esquina com a rua Bonita, nº 62. Encadernado 376; Intimação a Joaquim Augusto de Mattos. 1904. Rua Barão de Iguape, nº 92. Encadernado 376; Intimação a Maria A. da Silva. 1904. Rua Barão de Iguape, nº 59. Encadernado 376; Intimação a João Baptista de Biasi. 1904. Rua Barão de Iguape, esquina com a rua Bonita, nº 62. Encadernado 376; Intimação a Antonio A. Leite Penteadado. 1904. Rua Barão de Iguape, esquina com a rua Bonita e rua da Fábrica. Encadernado 376; Intimação a Manuel Pinto da Silva. 1905. Rua Barão de Iguape, nº 140. Encadernado 403.

²⁷¹ Idem. Intimação a Vicente Giordano. 1904. Rua Barão de Iguape, nº 94 a 98. Encadernado 376; Intimação a Vicente Luppinari. 1905. Rua Barão de Iguape, nº 146. Encadernado 403; Intimação a Manuel Pinto da Silva. 1905. Rua Barão de Iguape, nº 140. Encadernado 403.

²⁷² Idem. Intimação a Manuel Francisco Duarte. 1904. Rua Barão de Iguape, nº 88. Encadernado 376; Intimação a João Holl. 1904. Rua Barão de Iguape, esquina Conselheiro Furtado até o nº 57. Encadernado 376; Intimação a Nicola Ferrara. 1905. Rua Barão de Iguape, nº 101. Encadernado 403.

²⁷³ Idem. Intimação a João Holl. 1904. Rua Barão de Iguape, esquina Conselheiro Furtado até o nº 57. Encadernado 376.

dificuldade que tem encontrado na aquisição do material necessário”. Já o proprietário do lote que compreendia os números 94, 96 e 98, Vicente Giordano, protelou a construção do calçamento evitando as visitas dos fiscais, só cumprindo a disposição depois de três visitas e ameaças de multa. Manuel Pinto, do nº 140, só cumpriu a intimação depois da segunda visita, também sob ameaça do fiscal. Outro caso de protelamento foi o de Vicente Luppinari, que recebeu a intimação após ter submetido um pedido de reforma de sua casa, localizada no nº 146, poucos meses antes. O particular não cumpriu o prazo, recebendo sete visitas de inspeção e uma multa, posteriormente relevada pelo fiscal Manoel G. Banik, que aparece em outros momentos da documentação do calçamento dessa rua com a mesma complacência com outros proprietários.

Como podemos ver, metade dos intimados estabeleceram táticas de negociação com a norma, não seguindo à risca a determinação do poder público, buscando formas de ajustar o cumprimento da intimação a suas necessidades. Seja agindo a partir da legalidade, seja criando estratégias para burlar a fiscalização e protelar o cumprimento da notificação, os proprietários e moradores das casas da rua Barão de Iguape compõem um quadro em que identificamos as maleabilidades constitutivas do cumprimento da legislação sobre o espaço urbano desse período. Os pedidos de perdão de multas já aplicadas são uma constante em toda a série documental Obras Particulares, não só em obras que exigiam o compartilhamento de responsabilidade entre o poder público e os particulares, mas também naquelas estritamente privadas. As intimações recebidas pelos moradores e proprietários da rua Barão de Iguape e as negociações e conflitos que se seguiram têm vínculo com uma série de leis que buscavam regular o uso do espaço urbano. Nas notificações enviadas aos moradores, a Prefeitura acionava a Lei n. 209, de 11 de março de 1896, que exigia o calçamento dos passeios por parte do proprietário do lote, a partir do momento que esses tivessem guias colocadas pela Prefeitura, no prazo de três meses.²⁷⁴

Essa lei, no entanto, era apenas um reforço a uma legislação já existente, o Padrão Municipal, mas, como vimos, não são poucos os casos em que estudos de legislações constatarem normativas que se sobrepõem, arbitrando sobre assunto semelhantes, seja por imperícia dos legisladores seja para criar um efeito de necessidade

²⁷⁴ SÃO PAULO (Município). *Lei n. 209, de 11 de março de 1896*. Obriga a construção de passeios e fechos de terrenos. São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, 11 mar. 1896. Ver em: documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L209.pdf. Acessado em: 08 dez. 2018.

de cumprimento mais rigoroso de determinadas disposições. A Lei n. 209, que é curta é só reforça a disposição do artigo 2º do Padrão Municipal, o qual já previa que:

Todos os proprietários são obrigados a calçar, dentro do prazo de tres mezes, a frente de suas casas, desde que estas tenham sido guarnecidas de guias.

O material a empregar pelos particulares em tal calçamento será unicamente a pedra liza, natural ou artificial, com tanto que apresente as necessárias condições de durabilidade e solidez.

A largura e a declividade dos passeios serão marcados pelo engenheiro da Camara.²⁷⁵

Nesse caso, em que vemos o reforço de uma norma de período imperial por uma lei no período republicano, se explicita que as negociações e os embates precisavam ser constantemente refeitos e revalidados, quebrando a noção de um caminho contínuo de constante *melhoramento* da cidade em direção à *modernização*. É necessário nos atentarmos a isso para abordar a reestruturação administrativa que se seguiu à proclamação da República, já que nesse momento a função pública de manutenção física da cidade passou a um responsável específico com a criação da Intendência de Obras Municipais em 1892. O órgão era responsável tanto pela abertura de ruas e realização de calçamentos de responsabilidade pública quanto por acompanhar obras de particulares e dar-lhes o devido alinhamento e nivelamento. Também tinha como atribuição realizar o levantamento da planta cadastral do município, previsto já no Código de Posturas, para tornar possível o papel de fiscalização dos arruamentos da cidade. Apenas dois anos depois, a Intendência é transformada na Secretaria da Obras Municipais.²⁷⁶ Esse quadro organizativo é novamente transformado com a criação da figura do Prefeito, em 1898, passando a responsabilidade dessas ações para a Diretoria de Obras. Esse processo aparentemente progressivo e retilíneo da administração de obras é a narrativa criada para enfatizar o triunfo da técnica – desprezando a maleabilidade entre as práticas e as legislações do período imperial e da primeira república.

Os métodos de negociação e conflito no fazer da cidade atendiam a uma ampla mobilização de práticas e de conhecimentos mesmo em classes sociais distintas,

²⁷⁵ SÃO PAULO (Município). *Padrão Municipal*. Anexo ao Código de Posturas do Município de São Paulo. Diário Oficial do Município, São Paulo, 6 out. 1886. Seção 1, p. 8503.

²⁷⁶ A criação da Intendência se deu pela Lei Municipal n. 9, de 3 de dezembro de 1892, do regimento interno da Câmara Municipal da cidade de São Paulo; já sua transformação em Secretaria se deu pelo Ato n. 9, de 30 de abril de 1894.

como vemos não só no caso dessas intimações, mas em outros processos similares.²⁷⁷ Longe de construir uma imagem de equidade entre os diferentes agentes no processo de urbanização da cidade, entendemos que tal maleabilidade não era a princípio benéfica, no sentido de promover essas negociações, nem expressiva de uma debilidade do poder público. Esse caráter demonstra as potencialidades de ação dos diferentes atores, mesmo em condições díspares de força, em buscar formas dentro ou fora da norma para validar seus interesses.²⁷⁸ As duas interpretações mais recorrentes sobre essa característica da maleabilidade da legislação sobre a urbanização em São Paulo nesse momento são conflitantes: em uma se exalta o trabalho constante de *melhoramento* das condições de urbanização necessárias ao fluxo contínuo de modificações *aceleradas* da cidade em *modernização*; a outra acusa um poder público deficiente de atender as demandas da urbanização e planejar a expansão urbana, mergulhando a cidade em uma precariedade nas áreas não centrais, em contraponto a uma cidade *modernizada* e bem abastecida de equipamentos na centralidade histórica.²⁷⁹ Desde as relações traçadas a partir desse caso pontual, podemos entender o processo de urbanização de São Paulo não por meio de seu

²⁷⁷ Processo similar desse caráter referencial da legislação que depende do debate e da correlação de forças para efetivação é analisado por Cerasoli quando do alinhamento e calçamento da avenida Intendência, importante via da região leste. Uma disputa entre um grupo de moradores que organizam um abaixo-assinado questionando a Prefeitura e o diretor da Seção de Obras e engenheiro Victor da Silva Freire levou a elaboração de um projeto que definisse de modo invariável a dimensão dos passeios, e a responsabilidade de sua construção e conservação. Duas leis são instituídas baseadas nessa discussão, a n° 460 e a n° 570, ambas de 1902, e mais de uma década depois, em 1915, o ato executivo n° 769 faz um longo balanço das legislações referentes aos alinhamentos e calçamentos das vias, buscando solucionar contradições e sobreposições dos regramentos sobre essas questões. Na elaboração do ato 769 são citadas expressamente, além do Código de Posturas de 1886, mais 13 leis pontuais a respeito dessa temática Cerasoli sobre o ato executivo de 1915: “Consiste numa determinação ampla e ordenada em consonância com tratados então reconhecidos como científicos, nos quais o assunto abarcado é sistematicamente analisado – aliás, a ordenação dos assuntos no texto do ato se assemelha a tais tratados, seja ao dispor os itens seguindo o caminho do geral para o particular, seja por sistematizá-los como em um raciocínio. São sete capítulos organizando quase uma centena de artigos, nos quais são detalhados os seguintes temas: vias públicas em geral, abertura de novas vias públicas, do calçamento, dos passeios, emplacamento e numeração, arborização e por fim as disposições penais. As determinações têm caráter geral, e parecem prever todas as situações pontuais que poderiam originar – ou já ter originado – questionamentos e embates. Obriga a sujeição do conjunto das vias ao plano geral de alinhamento, regulando, além da largura, a direção e o nivelamento respectivos” (2001: 102-103).

²⁷⁸ O caso das intimações para a construção dos passeios dessa rua da Liberdade expõe as camadas de conflitos envolvidas nesse processo de urbanização, impedindo a pacificação da história que também é promovida por pré-determinar os lugares sociais dos diferentes agentes, ainda que parta de uma pretensa abordagem progressista da dualidade repressão (poder público) X resistência (população). Portanto, a escolha aqui recaiu sobre dimensionar essa multiplicidade de conflitos, e não produzir uma explicação a partir de uma hierarquização destes.

²⁷⁹ Na primeira tradição estão os estudos clássicos sobre a urbanização de São Paulo, especialmente pautadas na tese da segunda fundação da cidade, com Paula (1954), em “A segunda fundação de São Paulo”; Toledo (1981), em “São Paulo: três cidades em um século”; uma atualização dessa perspectiva, em um estudo referencial sobre a capital paulista, é realizada por Segawa (2000) em “Prelúdio da metrópole”; e, como obra de referência da segunda abordagem, está consolidado o estudo de Rolnik (1997), “A cidade e a lei”.

atraso ou *aceleração singular*, mas sim como um vértice dos processos de modificação urbana pelo qual estavam atravessando diversas grandes cidades ocidentais no período, comportando questões fundamentais na conformação das expansões urbanas na passagem do século XIX para o século XX – especialmente quanto à simultaneidade de temporalidades no cotidiano de uma cidade e às disputas aparentes e veladas, conscientes e inconscientes, para a hegemonização de um projeto político no fazer urbano.

Poucos anos depois dessa série de intimações e de várias outras disputas do poder público com os particulares pelo compartilhamento dos custos da urbanização da cidade, os embates em torno de três planos de *melhoramentos* urbanos mostram a amplitude das questões abordadas até aqui.²⁸⁰ Entre 1910 e 1911, três propostas disputavam aprovação da Câmara para se viabilizarem como solução às novas necessidades da capital: uma de particulares, capitaneado por Alexandre de Albuquerque; uma desenvolvida na Diretoria de Obras Municipais por seu diretor Victor da Silva Freire e seu vice-diretor Eugenio Guilhem; e, por fim, a terceira patrocinada pelo governo estadual, de responsabilidade de Samuel das Neves (SEGAWA, 2000: 58-102). Todos os projetos estavam centrados em promover aberturas e alargamentos de vias, construção de viadutos, criação de praças e largos.²⁸¹ Medidas, portanto, que buscavam promover uma circulação mais fluída na cidade e simultaneamente uma ação de regularização da forma urbana.²⁸² O projeto de Alexandre de Albuquerque é descartado por suscitar diversas polêmicas, como as formas de remuneração previstas no projeto e as estratégias de valorização e desvalorização de terrenos, enquanto as propostas de Samuel das Neves e de Freire e Guilhem são apreciadas e cotejadas pelo engenheiro francês Joseph-Antoine Bouvard a pedido da

²⁸⁰ Várias facetas dessas disputas cotidianas são abordadas em diversas escalas por Cerasoli (2004), Ferreira (2017) e Marins (2011).

²⁸¹ Apesar dessa linha em comum nos projetos no que tange a circulação, as propostas ofereciam soluções distintas e inclusive conflitantes acerca de qual seria a melhor opção para direcionar fluxos na cidade. A questão da expansão urbana, por exemplo, era um ponto de divergência fundamental entre elas. Para um detalhamento das propostas dos três planos, cf. D'Elboux (2015), e para um balanço crítico de suas leituras historiográficas, cf. Jordan (2017).

²⁸² Segundo Segawa (2000: 61), as prioridades para os projetos deveriam abordar “alargamento do leito e elevação do nível da rua Líbero Badaró; alargamento da rua São João, formando uma avenida, obedecendo a largura da Praça Antônio Prado; prolongamento da rua Boa Vista até o Pátio do Colégio, por meio de um viaduto; abertura de uma praça no quarteirão da rua Direita (Praça do Patriarca); prolongamento da avenida Luís Antônio até a rua Direita, entre as ruas São Bento e Líbero Badaró, e talvez até a Praça Antônio Prado”.

Câmara, que acaba por produzir uma quarta proposta – com muitos traços de similaridade com aquela da municipalidade (D’ELBOUX, 2015).²⁸³

A proposta de Freire-Guilhem consistia em estabelecer a opção de um anel de circulação no entorno da centralidade histórica, o modelo radio-concêntrico que preservava boa parte da morfologia da área mais antiga, mas promovendo alargamentos e alinhamentos em pontos estratégicos. A opção, reforçada no plano Bouvard, foi formulada ao longo da experiência desses engenheiros, que estiveram um expressivo período a frente das ações da Diretoria de Obras. Um artigo publicado na *Revista da Politécnica* em 1911, em meio aos debates públicos sobre os planos, explicita a defesa de Freire da importância da promoção da circulação, demonstrando os amplos desdobramentos dessa formulação conceitual:

Freire equaciona o problema dos *Melhoramentos* de São Paulo como a relação entre circulação de veículos e a trama das aglomerações, ou seja, a distribuição do espaço, em ruas, praças, habitações, logradouros, e a boa repartição do ar e da luz. Nessa relação entre espaço construído e espaço vazio, os melhoramentos dão prioridade aos fluxos e não ao espaço construído, que deve obedecer aos dispositivos técnicos da boa circulação dos fluxos de ar e sol. Melhorar é arredar obstáculos e assegurar vários fluxos em movimento, mas com arte, mantendo o centro histórico, deixando os efeitos pitorescos para a periferia, alerta. A palavra *melhoramento* recobre um campo de atuação no qual as noções higienistas, já incorporadas ao vocabulário técnico da engenharia, se expressam em termos de equilíbrio volumétrico numa projeção ordenada da cidade (BRESCIANI, 2001: 356).

A implementação parcial e paulatina dessas propostas de *melhoramentos* expressava as preocupações e os embates de Freire em torno do financiamento das atividades urbanizadoras, especialmente acerca dos custos de desapropriação que viabilizassem as reformas urbanas. Depois de tantos anos à frente da Diretoria, Freire estava munido de um arsenal de legislação, repertório argumentativo e casos concretos exemplares para sustentar intervenções que seriam dispendiosas à municipalidade. Promover paulatinamente o compartilhamento dos gastos e a homogeneização das fachadas e dos alinhamentos facilitava as reformas de maior vulto e ainda permitia usar

²⁸³ A contrapartida para o investimento do grupo representado por Albuquerque seria “desapropriar prédios e terrenos das novas vias numa faixa de cerca de 160 metros de largura, com direito de revenda ou alienação; explorar uma linha de transporte servindo s avenidas e as vias adjacentes [...]; garantia de juros sobre ¼ do valor investido, estimado em 160.000:000\$000; dispensa de taxas de importação de materiais destinados as obras; além de decretos e leis da Câmara Municipal que facilitassem o empreendimento” (SEGAWA, 2000: 73).

os casos bem-sucedidos como exemplo nos debates públicos para garantir legitimidade e apoio às medidas. A estratégia de Freire estava baseada em um entendimento de que não havia condições de garantir o cumprimento de uma norma estática quanto às desapropriações, necessitando manter e renovar esse repertório para cada nova disputa que propusesse novas interpretações possíveis da legislação e da jurisprudência criada.²⁸⁴

Esse tipo de condição que incidia sobre as políticas de expropriação para alinhamento não era exclusivo do caso da urbanização de São Paulo, ou uma debilidade da sua legislação, mas podem ser encontrados casos similares em cidades latino-americanas e também europeias, das quais já tratamos sobre processos de reforma urbana sob esse mesmo imaginário da regularização. Sobre o caso de Buenos Aires, tanto Aliata (2001), tratando da primeira metade do século XIX, quando Gorelik (2016), tratando especialmente da segunda metade, mostram que por vezes as disputas de alinhamento das fachadas eram ainda mais sensíveis do que a implementação da grelha regular justamente por ser um enfrentamento pontual da relação entre o espaço público e a propriedade privada, sendo as políticas de expropriação recorrentemente debatidas, contestadas e adaptadas. Cada caso pontual poderia levar a um novo questionamento da normativa, mesmo quando ela já parecia consolidada, como vemos em um caso já do ano de 1924 no centro de Madri, já que as condições de especulação e urbanização modificam constantemente os valores da terra urbana para cada tipo de área da cidade. Assim, quando uma família pede o alinhamento para construir um imóvel na rua de La Paz, a indenização oferecida pela Prefeitura pela perda de uma parte do terreno pela necessidade de um recuo é questionada pelos proprietários, que argumentam que o valor estaria fora da média do valor do mercado:

Que habiéndosele comunicado oficialmente la tasación fijada para la parte que del mismo se expropia por el excmo. Ayuntamiento para via publica no puede darle su conformidad por considerarla muy baja fundándose para esta apreciación en las siguientes razones. La calle de la paz por su situación céntrica en el corazón mismo de Madrid y a pocos pasos de la puerta del sol, tiene hoy una vida comercial muy intensa. Todo el perímetro en que esta enclavada ha adquirido en estos últimos años una importancia muy grande, constituyendo un centro mercantil de primera clase factor este importantísimo para valorizar toda clase de propiedades. No puede por lo tanto en justicia, servir de base para su apreciación las antiguas tasaciones pues como queda

²⁸⁴ Um dos casos mais emblemáticos na cidade é o da desapropriação de terrenos e construções para a construção do Viaduto do Chá, discutido por Oliveira (2005).

indicada el aumento de trafico que hoy tiene se ha realizado en un periodo de media docena de años. Recientemente el excmo. Ayuntamiento ha vendido solares de su propiedad situados en la calle e tetuan a un precio que oscila entre 28 a 30 pesetas pie. En mi opinión esta calle (también muy céntrica) no tiene la vida de la calle de la paz; observese la diferencia de locales alquilados para usos industriales en una y otra calle.²⁸⁵

Os proprietários ainda argumentam razões pontuais para questionar o valor oferecido, como o seu lado da rua ter sido mais penalizado com o novo alinhamento, diminuindo muito a possibilidade de área construída em relação ao outro lado da rua, assim como, uma outra reclamação recorrente nesse tipo de caso, de que essa seria uma das primeiras construções a se adequar ao novo alinhamento, estaria afastada cinco ou seis metros das fachadas vizinhas. O arquiteto da seção responde aos questionamentos se dirigindo diretamente ao Prefeito, insistindo no valor calculado já que se tratava de uma expropriação não de uma aquisição de terreno, que as modificações incidiram sobre toda a rua e que realizar todo o alinhamento já geraria, em si, um grande gasto para o poder público; além disso, afirma que os proprietários além das indenizações ainda teriam “mucho mayor beneficio que produce la nueva alineación al permitir dar a la finca que se construya una altura de 18 metros más el ático”, ou seja, o novo alinhamento, às custas da Prefeitura, geraria uma valorização dos imóveis da rua. A mobilização desse tipo de argumento, dos dois lados, aparece em vários casos de alinhamento que foram afetados pela implementação do plano de *melhoramentos* da Prefeitura da capital paulista na década de 1910.

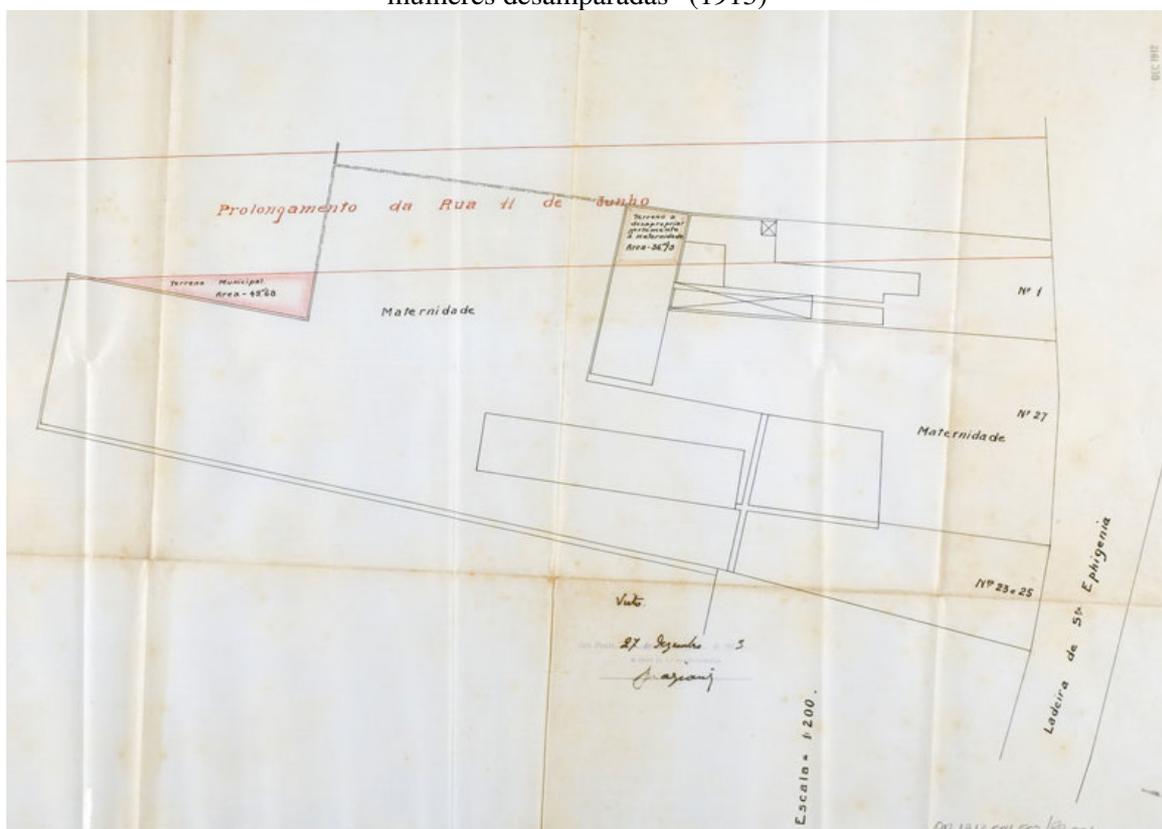
Identificamos pelo menos 14 pedidos nas obras particulares que são desdobramentos dessas reformas, entre 1912 e 1918. Há casos como o da Associação Beneficente e Protectora das Mulheres Desamparadas, que, em 1913, teve uma propriedade, onde funcionava uma maternidade, localizada na Ladeira Santa Ifigênia, atravessada pelo alongamento da rua 11 de junho, que solicita à Prefeitura que a liquidação da indenização devida seja feita a partir de permuta de um terreno da municipalidade nessa mesma rua, contíguo ao restante do terreno da proprietária, que ali pretende reconstruir seu imóvel.²⁸⁶ Dois anos depois, o novo alinhamento da Ladeira continua gerando conflitos com os moradores: Giuseppe Ciocci, proprietário de um

²⁸⁵ Archivo General de la Villa de Madrid (1924). Plano de la alineación dada para el solar n. 8 de la calle de la paz. Parcela expropiable. Signatura: AVM.45-53-2. Serie: Obras Particulares. Grupo: Archivo de Secretaria. Fondo General del Ayuntamiento de Madrid.

²⁸⁶ Arquivo Histórico de São Paulo (1913). Ofício de Associação beneficente e protectora das mulheres desamparadas. Ladeira Santa Ifigênia, 29-37. Caixa OP255. Processo OP.1913.004.503 87614. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

imóvel localizado no número 31, pediu autorização para abrir uma porta em um muro para começar o funcionamento de um botequim. Depois de um longo processo, visitas de fiscais e consultas a plantas cadastrais, foi constatado que o muro estava construído fora do alinhamento. Ao que se pode apreender das justificativas dadas pelo proprietário, o muro já fora construído como uma tentativa de diminuir os custos de adequação a um alinhamento anterior, não alterando a construção em si passava a ficar então no interior do lote.²⁸⁷

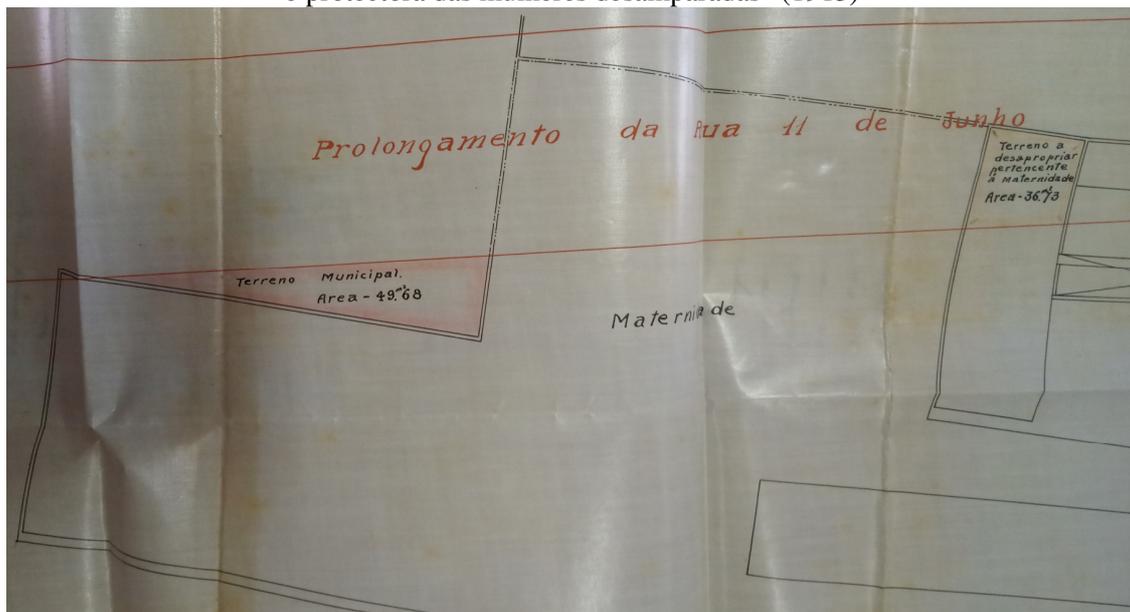
Figura 58 – Planta anexa do ofício de “Ofício de Associação beneficente e protectora das mulheres desamparadas” (1913)



Fonte: SOP/AHSP.

²⁸⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1915). Ofício de Giuseppe Ciocci. Ladeira Santa Ifigênia, 31. Caixa OP413. Processo OP.1915.003.384 130781. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 59 – Recorte de detalhe de planta anexa do ofício de “Ofício de Associação beneficente e protectora das mulheres desamparadas” (1913)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 60 – Recorte da Planta da cidade de São Paulo levantada pela Companhia Cantareira de Esgotos (1881). Área impactada pela reforma indicada em vermelho, à esquerda a rua São João, e à direita o vale do Anhangabaú



Fonte: Acervo do Museu Paulista.

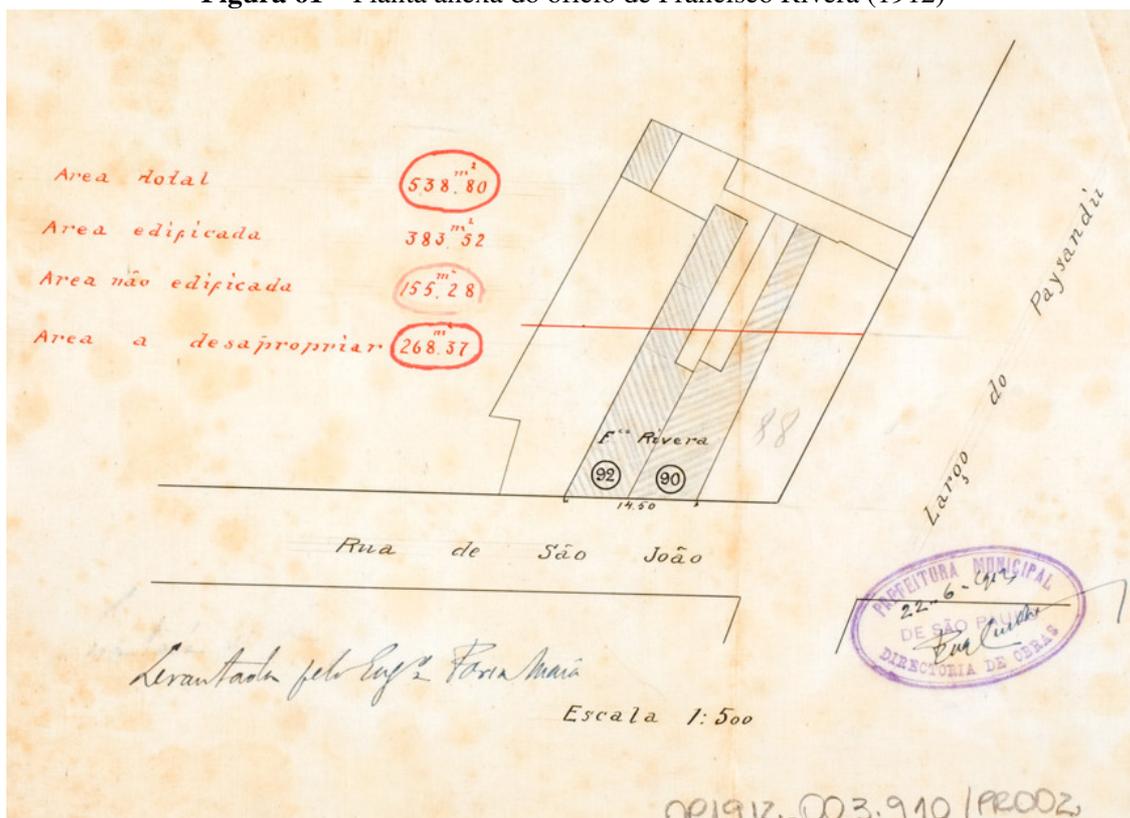
Nos pedidos de reforma feitos na própria rua São João podemos ver outras implicações das relações em torno da questão do financiamento das expropriações, como a negativa para a construção de uma garagem no número 198, porque o alinhamento e, conseqüentemente, a fachada da propriedade de Nicolau Fanuele teria de ser modificada pela reforma em curso.²⁸⁸ No mesmo ano dessa negativa, em 1912, outros pedidos sofrem contestação na avaliação para construção porque a Diretoria entende que implicariam em modificações que amplificariam as indenizações devidas na reforma em curso. O proprietário Francisco Riveira, representado pelo construtor David Domingues Ferreira, tem seu pedido de reconstrução da fachada no alinhamento negado pois parte da sua propriedade, que era composta pelos números 90 e 92, foi declarado de utilidade pública pela Lei n. 1545 para desapropriação. Ao que parece, por uma notificação adjunta ao pedido, o proprietário iniciou as obras antes de pedir autorização, talvez tentando burlar a desapropriação que sofreria ou como estratégia de melhorar os rendimentos na valorização do imóvel para esse cálculo posterior.²⁸⁹ Já a reforma a cargo do engenheiro Samuel das Neves em três prédios geminados entre os números 103 e 107, de propriedade de Domingos Laponte, são questionados explicitamente pela Diretoria no sentido de que as modificações aumentariam o valor dos imóveis, encarecendo assim os valores para desapropriação.²⁹⁰ No fim, os fiscais entendem que se tratava de pequenas obras que não alterariam o valor do prédio substancialmente, além do que o lado ímpar da rua seria afetado pelo novo alinhamento de maneira branda, autorizando a construção.

²⁸⁸ Arquivo Histórico de São Paulo (1912). Ofício de Nicolau Fanuele. Rua São João, 198. Caixa OP198. Processo OP.1912.003.91954095. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁸⁹ Arquivo Histórico de São Paulo (1912). Ofício de Francisco Rivera. Rua São João, 90 e 92. Caixa OP198. Processo OP.1912.003.91049950. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁹⁰ Arquivo Histórico de São Paulo (1912). Ofício de Domingos Laponte. Rua São João, 103 a 107. Caixa OP198. Processo OP.1912.003.91249216. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 61 – Planta anexa do ofício de Francisco Rivera (1912)



Fonte: SOP/AHSP.

Outra mudança que essa reforma traz é a obrigatoriedade de que os imóveis construídos na rua São João tivessem, pelo menos, 3 pavimentos. Esse argumento é utilizado pela Diretoria para negar o pedido de construção de um sobrado de uso misto de propriedade de Amalia de Oliveira Camargo, a cargo do engenheiro Alberto de Oliveira Coutinho.²⁹¹ O fiscal alega que a construção fere o artigo três da Lei n. 1596; o responsável pela obra então encaminha longo ofício à Prefeitura argumentando que esse sobrado fazia parte da construção de um conjunto de três sobrados, que apenas esse não foi concluído por problemas de embargo com o vizinho, e que o pedido era para retomar a construção parada desde 1909; ou seja, o pedido tinha sido aprovado anteriormente à nova lei, o que é comprovado pela Diretoria. Não fica claro, na finalização do processo, se a construção foi permitida ou não, mas podemos ver por um pedido de 1921 que situações como essa na rua São João deve ter sido recorrentes, o que levou a uma mudança de legislação. Herminio Ferreira pede então revisão de um pedido recusado no ano anterior, baseando-se o construtor responsável W. Fillinger: “em vista da nova lei n. 2332, que permite a construção de prédios de dois andares na Avenida São João,

²⁹¹ Arquivo Histórico de São Paulo (1912). Ofício de Alberto de Oliveira Coutinho. Rua São João, 175. Caixa OP198. Processo OP.1912.003.9145992. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

contando que os alicerces sejam feitos para supportar quatro pavimentos”.²⁹² O imóvel, que previa inicialmente dois andares, em um térreo com quatro lojas e no primeiro andar grandes salões, é aprovado.

Há ainda outros tipos de conflitos em torno da questão do direito de propriedade, como em dois casos de 1914, um que o pedido feito pelo construtor Manoel Asson, que solicita aprovação de planta já que "tendo de reformar a fachada do predio, devido ao novo plano de nivelamento da avenida São João ora projectada".²⁹³ O que se vê no pedido é que o nivelamento da avenida aumenta a altura da via; o primeiro fiscal entende que não deve ser dada autorização já que as casas são muito velhas e que seria uma oportunidade de reconstrução total dessas edificações para que se adequassem aos novos padrões construtivos da avenida, e que permitir essa reforma atrasaria essa necessária modificação. No entanto, uma modificação total é considerada demasiadamente onerosa, e como o pedido não fere nenhuma norma explicita já em vigor, a reforma é aprovada. O segundo caso envolve o proprietário do prédio na esquina da São João com o largo do Paissandu, que vimos acima, Francisco Rivera, que após implementar as obras na sua construção de acordo com o novo alinhamento, com um recuo de 20 metros, viu as desapropriações dos imóveis vizinhos não serem realizadas neste período, restando um terreno vago na frente de sua edificação, fora do alinhamento, o qual pede para fechar com muro e gradil para que não se tornar lugar de despejo, até que a situação da desapropriação dos vizinhos e a regularização dos alinhamentos fosse realizada.²⁹⁴ Vários casos semelhantes acontecem também na modificação de alinhamento da rua Santa Ifigênia, também impactada pelo prolongamento da rua Tymbiras entre 1913 e 1915, especialmente de reformas negadas por serem entendidas como estratégias para aumentar o valor dos imóveis nos processos de desapropriação.²⁹⁵

²⁹² Arquivo Histórico de São Paulo (1921). Ofício de Herminio Ferreira. Avenida São João, 105. Caixa S8-1921. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁹³ Arquivo Histórico de São Paulo (1914). Ofício de Manoel Asson. Rua São João, 47 e 49. OP335. Processo: OP.1914.003.860107722. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁹⁴ Arquivo Histórico de São Paulo (1914). Ofício de Francisco Rivera. Rua São João, 90 e 92. OP335. Processo: OP.1914.003.86294056. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

²⁹⁵ Arquivo Histórico de São Paulo (1913). Ofício de João Teixeira Pombo. Rua Santa Ifigênia, 31. OP255. Processo: OP.1913.004.50673823; Arquivo Histórico de São Paulo (1915). Ofício de A. P. Cardoso. Rua Santa Ifigênia, 37. OP413. Processo: OP.1915.003.393116903; Arquivo Histórico de São Paulo (1915). Ofício de Cassio Villaça. Rua Santa Ifigênia, 58. OP413. Processo:

As questões que entrelaçam os *melhoramentos* urbanos e o respeito ao direito de propriedade nesse momento da urbanização das cidades ocidentais são largamente debatidos pela historiografia, nos mostrando esta aparente contradição - também expressão de conflitos no interior da própria classe dominante, e desta com as camadas médias - de resistência as políticas regularizadoras quando incidiam diretamente sobre sua propriedade, ainda que, ao fim, essas reformas valorizassem os negócios urbanos, os lotes, as construções, as propriedades desses mesmos agentes dentro da lógica da reprodução da cidade. Essas pequenas estratégias de resistência, ou de busca de um maior rendimento com as expropriações, muitas vezes implicaram na impossibilidade de reformas urbanas que resultariam em uma maior reprodução de capital no fazer urbano - uma contradição que se apresenta, como vimos, em cidades tão diversas como São Paulo, Buenos Aires, Madri, e mostra que uma explicação simples baseada apenas nos interesses econômicos gerais sobre nas reformas urbanas não são suficientes para entender as camadas de conflitos envolvidos na sua concretização:

Conflicto inevitable, porque no hay reforma urbana sin batalla contra la propiedad, aunque esa reforma esté destinada a reproducir y aumentar, a corto, mediano o largo plazo, el valor de la propiedad en su conjunto, y es por eso que la propia urbanística, como cuerpo disciplinas, ha permanecido tan asociada a las posiciones del reformismo político. La batalla será más o menos limitada por la pertenencia o el respecto mayor o menor de los grupos de gestión pública al statu quo, y por los limites ideológicos, jurídicos y políticos de la sociedad en cuestión; esto es obvio (GORELIK, 2016: 116).

Em alguns dos casos aqui analisados, como no dos passeios, calçamentos, e da obrigação da adequação das fachadas aos novos alinhamentos, as possibilidades de negociação e disputa junto ao poder público eram ampliadas pela característica de compartilhamento de responsabilidades entre a população e a municipalidade. Tal característica expressa as opções dos administradores públicos em sua relação com a população e com os agentes urbanizadores, e cria um quadro que, enquanto permitia a realização de obras de *melhoramentos* reduzindo os recursos empregados, também possibilitava a disputa pelas vantagens trazidas pelos equipamentos urbanos - como já dito, não era uma disputa equânime, mas que permitia por vezes resultados não esperados. Se isso valia para os agentes urbanizadores, pequenos, médios e grandes

investidores no mercado imobiliário, de terras urbanas, aluguéis, construção etc., também se refletia nas possibilidades de interação da população nesse processo, inclusive a mais pobre. Uma expressão, portanto, múltipla de como as “redes de antidisciplina”, como formulado por Certeau (2014: 41), podem atuar: os usos dos próprios interstícios das leis, da abertura de negociações para além do cumprimento estrito da norma, tanto foram utilizadas por setores abonados para permitir uma maior exploração e reprodução de capital, como também apropriados pelos setores mais pobres da população como tática para inverter, ainda que pontualmente, as tentativas de controle dos seus modos de vida. As estratégias concebidas e praticadas para a implementação de *melhoramentos* na cidade estão intrinsecamente relacionadas a essa opção do poder público, de compartilhamento de responsabilidades, sendo constituinte da nossa forma de urbanização. Como se vê, não se trata de uma contradição imprevista ou incapacidade dos agentes públicos de lidarem, ou projetarem, os problemas advindos do crescimento urbano. Quando falamos de *opção do poder público*, não afirmamos que essa era uma escolha livre, mas sim contingencial, baseada na observação dos agentes no processo de urbanização da cidade, a partir do qual se elaborou um conhecimento das formas mais ou menos efetivas na tentativa de operar uma ação de protagonismo do poder público junto às negociações e disputas pelo fazer urbano.

Em São Paulo, o alinhamento das construções no lote também foi se consolidando, e sendo reformulada, dentro dessa lógica. A transformação paulatina da paisagem urbana, que por uma parte da sua população e do mercado imobiliário buscava romper o padrão misto de ocupação e sociabilidade da centralidade histórica, ajudou a engendrar um discurso sobre uma dicotomia de tipos de moradia: a casa alinhada no lote versus a casa isolada no lote. O palacete, e suas variantes, não era visto apenas como mais adequado esteticamente, mas também como mais salubre, sendo as casas alinhadas no lote alvo de diversas normatizações ao longo desse período para evitar o confinamento de cômodos sem iluminação e ventilação diretas. Uma tendência que se confronta então com a própria lógica da cidade regular estabelecida pela grelha retilínea, e a forma de construção nas suas quadras, que por longo período foram vistas como um meio direto para obter uma cidade mais saneada. Ou seja, a quadricula era vista como uma forma automática de construir uma urbe salubre pela regularidade de ocupação que proporcionava (ALIATA, 2001: 133). Como veremos no próximo item, o alinhamento das construções no lote nem sempre garantiam as melhores condições

sanitárias, nos mostrando um outro aspecto da política regularizadora da forma urbana. No entanto, essa dicotomia não expressava todas as formas construtivas permitidas pela legislação daquele período, já que a casa alinhada no lote, voltada diretamente para a rua, estava ainda em vantagem em relação a um outro tipo de construção bastante difundida na passagem do século XIX para o XX em São Paulo. As casas de fundos, invisíveis no lote, foram a possibilidade de moradia de parcelas da população remediada e pobre, e a opção de investimento escolhida por muitos agentes urbanizadores para multiplicar os lucros auferidos com os lotes estreitos e profundos tão comuns na capital paulistana – problema que não desaparecia com a verticalização desses lotes quando atendessem a mesma lógica de ocupação de quadra.

II.III. Ocupação do lote

A regularidade da forma urbana, que também se fundava no sentido da liberação dos fluxos da cidade, não necessariamente engendrava essa mesma liberação no interior das construções – mais sensivelmente, nas moradias, focos principais das medidas sanitárias ao longo do século XIX. O alinhamento das construções no lote obrigava a diversas estratégias para garantir o arejamento e iluminação adequados de todos os cômodos da construção. Já as construções com recuos frontais e/ou laterais acabavam em vantagem para garantir condições mais salubres, ainda que pontualmente impactando a imagem de homogeneidade de ocupação quando aplicada a quadras e bairros de ocupação mista. A distinção depende da construção dessa diferença visível, dessa contraposição entre a norma geral e uma condição especial positivada, construindo essa imagem de “ilha” em relação ao seu entorno – seja ele o imediato, seja ele toda a cidade quando falamos dessa imagem em torno de ruas ou bairros especializados (ALIATA, 2001: 135). Isso não é dizer que sempre esse tipo de construção será necessariamente mais salubre, que não apresentará problemas pontuais nesse sentido, inclusive pelos desdobramentos que se dão nas dinâmicas de ocupação do lote.

Podemos ver no pedido para reforma de uma casa com recuos e jardim localizada na rua Galvão Bueno n° 33, no ano de 1906, de propriedade de Luis Lins de Vasconcellos – destacado político, jurista e empresário.²⁹⁶ A reforma era assinada por

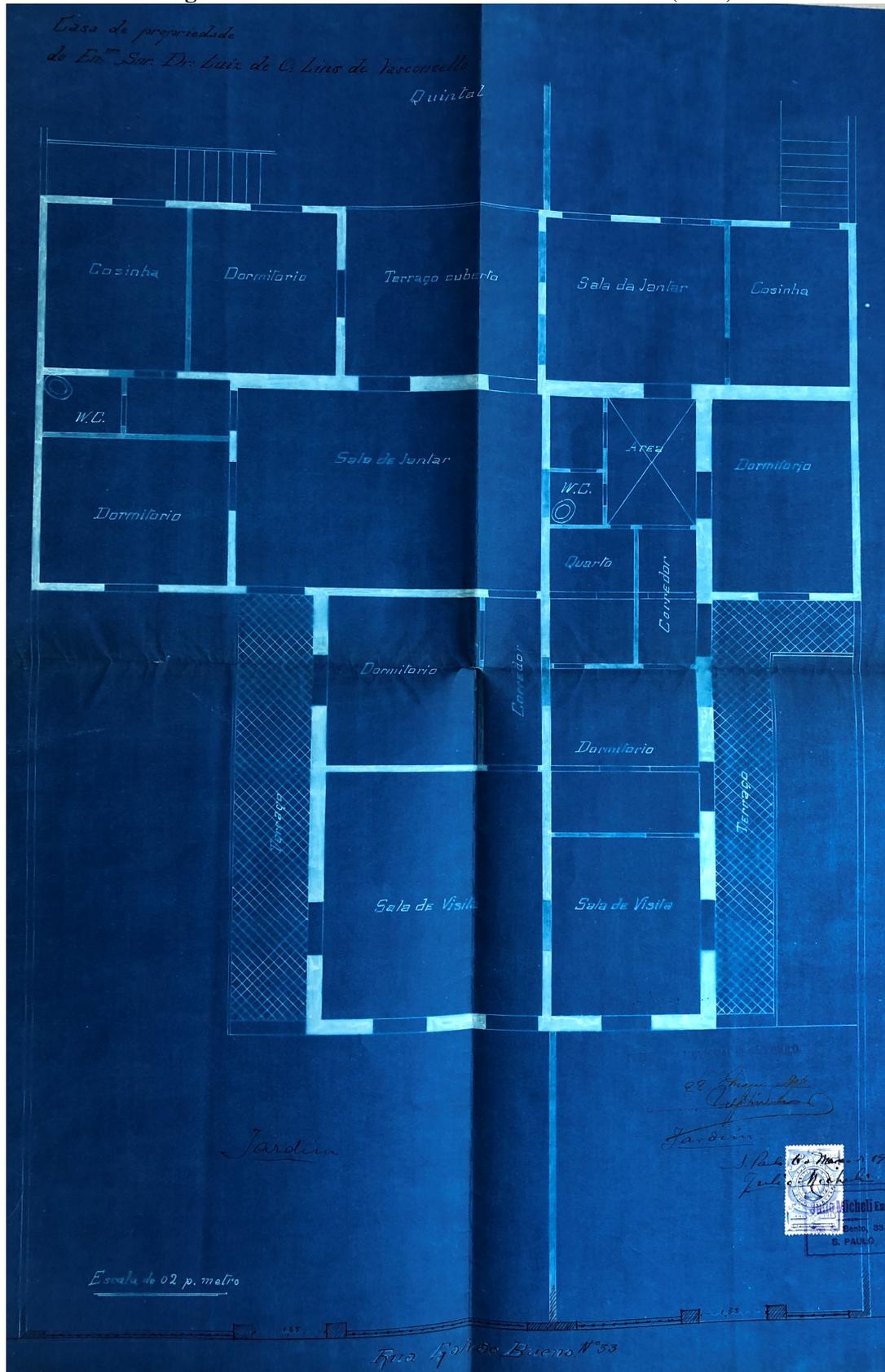
²⁹⁶Arquivo Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Julio Micheli. Rua Galvão Bueno, 33. OP6. Processo: OP.1906.000.6122714. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo

Julio Micheli, arquiteto italiano de renome na cidade, responsável pelos projetos da Santa Casa de Misericórdia e da sede do colégio Dante Alighieri (ambas construções isoladas no lote), além de um dos responsáveis pelo projeto do viaduto Santa Ifigênia, como vimos. Apesar da distinção desses agentes, a reforma tratava justamente de uma repartição de desse imóvel, que se assemelhava a um palacete, justificando-se no ofício que "a casa muito grande será transformada em duas menores para facilitar a locação". A reforma é questionada pelo parecer, pois alguns dos novos quartos ficariam sem a área mínima exigida, então mudanças são feitas para garantir a aprovação. Desvios em torno do imaginário das casas isoladas no lote também podem ser vistos em outros dois casos: um do mesmo ano de 1906, em que Cecoarini Elena pede para edificar uma casa simples, de apenas quatro cômodos, na rua dos Estudantes, porém a casa conta com recuo frontal e lateral ajardinados; ou ao palacete construído por Maria Luiza Scholz, em 1910, na rua Galvão Bueno, com oito cômodos, recuos e jardim frontal, mas em um lote bastante irregular.²⁹⁷ Apesar desses casos em que vemos que a materialidade dessas construções nem sempre respondia ao esperado para esse padrão de ocupação de lote, ainda assim atendiam à formulação da imagem de que esse padrão fornecia as melhores condições de habitabilidade e higienismo.

Prefeitura Municipal de São Paulo.

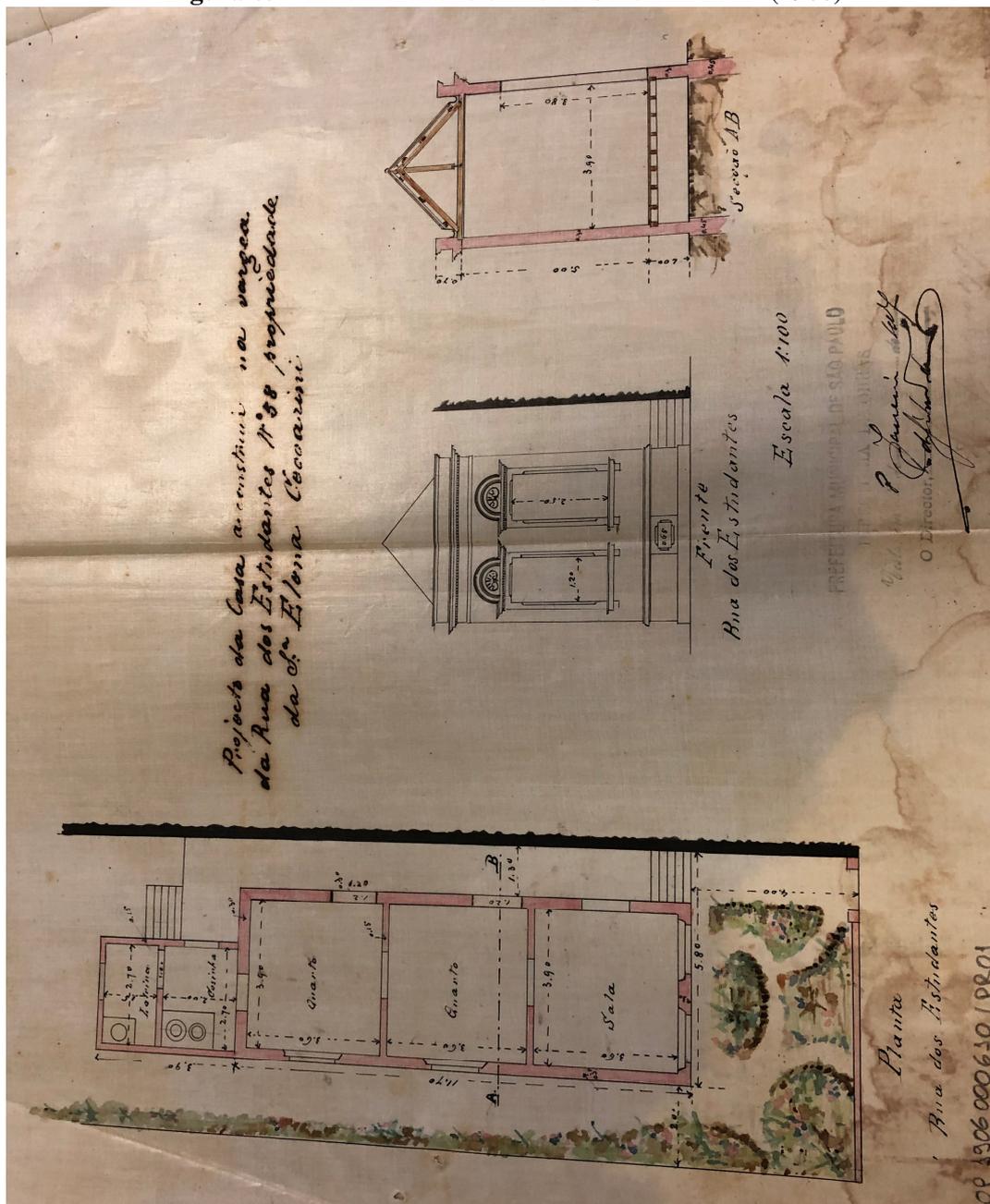
²⁹⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Cecoarini Elena. Rua dos Estudantes, 58. OP6. Processo: OP.1906.000.61013946; Arquivo Histórico de São Paulo (1910). Ofício de Maria Luiza Scholz. Rua Galvão Bueno, 168. OP92. Processo: OP.1910.001.11415546. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 62 – Planta anexa do escritório de Julio Micheli (1906)



Fonte: SOP/AHM.

Figura 63 – Planta anexa do ofício de Cecoarini Elena (1906)



Fonte: SOP/AHM.

A salubridade das moradias como item indispensável para garantir condições gerais de higiene pública constituía um item importante de debate desde a metade do século XVIII, e tomou proporções transnacionais no decorrer do século XIX. A relação entre a casa e a rua foi um tema constantemente abordado, apesar das medidas de controle do interior das residências só passarem a ser mais recorrentes ao longo do século XIX (BRESCIANI, 2017). O controle das exalações era entendido como uma amplitude de sistemas de fluxos e, assim, parte substancial das reformas urbanas estavam baseadas em uma intervenção quase invisível, mas que impactava de maneira

muito sensível a vida da população: o estabelecimento e ampliação de sistemas de água e esgoto, intervenção que se iniciava no espaço público amplo, mas que necessariamente implicava numa intervenção também na unidade privada.²⁹⁸ No nível das intervenções no espaço público, as áreas alagadiças como alvos de preocupação recorrente mereceram diversos projetos de aterro, dentro da mesma perspectiva de controle do solo, a pavimentação de vias e a construção de passeios incidiam também na regulação dos fluxos, em mais de um sentido (BRESCIANI, 2017: 72; 66). Não é casual, portanto, melhoramentos de cunho higiênico que pautavam, ao mesmo tempo, uma concepção estética para a cidade *moderna*.

A imbricação desses processos vai ser uma base importante na conformação do campo do urbanismo, e, no caso de São Paulo, podemos ver a construção da imagem da casa isolada no lote como uma representação nas formas de aliar salubridade aos mais elevados parâmetros estéticos. Além de promover amplamente a ventilação e a iluminação diretas, esse tipo de construção tinha seu estatuto higiênico aliado também às formas mais desejáveis de habitar, figurando um retrato de moradia unifamiliar com baixa densidade.²⁹⁹ Conjugava-se então a imagem desse tipo de ocupação do lote a conformação da projeção imaginada de combate ao congestionamento, uma representação fortemente definida no século XIX para cidades já consolidadas, como algumas das grandes capitais europeias:

Em processo simultâneo, se impôs o desamontoar de pessoas em obediência ao princípio de distribuição espacial dos corpos em função da quantidade de suas exalações. A “higiene física” conjugada a “higiene social” passava a exigir a aeração do tecido urbano muito denso, para isso contribuindo a presença de árvores e fontes e a implantação de equipamentos técnicos próprios a dar vazão aos mais variados fluxos – água, esgoto, gás, veículos. Formava-se uma nova sensibilidade sensorial dos pontos de vista olfativo e visual que estabelecerá sólidos liames entre as intervenções nas cidades e a noção

²⁹⁸ Uma das disputas mais importantes no campo dos conhecimentos do sanitário e da higiene na segunda metade do século XIX era o embate entre profissionais da saúde posicionados na defesa de duas diferentes vertentes em relação a doenças epidêmicas, a teoria mesológica e a teórica microbiana. A primeira, mais conhecida como a teoria dos miasmas, estabelecia uma relação determinante entre as características do meio físico e as condições de saúde e entre os aspectos físicos e hábitos. Essas características, como os maus odores, geravam os miasmas, responsáveis por transmitir doenças. Já a teoria microbiana defendia que a transmissão de doenças ocorria por meio dos micróbios, microrganismos invisíveis, e não por miasmas, e ficou conhecida como teoria do contágio. Ver em: BORIN, 2016.

²⁹⁹ As habitações unifamiliares estavam longe de ser a norma na cidade, já que eram comuns casas partilhadas com agregados, além do aluguel de cômodos e mesmo camas para desconhecidos por famílias que buscavam estratégias para garantir o próprio sustento, além da disseminação das habitações coletivas, que já tratamos. As casas isoladas também não necessariamente eram unifamiliares, mas estavam imersas nessa simbologia.

de embelezamento, a duradoura relação entre o belo estético e a limpeza (BRESCIANI, 2017: 66).

O processo de consolidação da perspectiva que estabelecia um vínculo sólido entre os problemas sanitários e a ausência de ventilação e insolação não começou, como vimos, direcionada primeiramente ao interior das habitações, já que a própria lógica da regularidade da forma urbana que temos tratado aqui estava também construída em função dessa lógica de liberação dos fluxos e descongestionamento. A abertura de grandes vias, a eliminação de pequenos e estreitos becos, o estabelecimento de um alinhamento padrão e contínuo, a derrubada das muralhas: todas medidas que tinham força concreta e simbólica de liberação de fluxos (BRESCIANI, 2017: 101-102). Se a liberação de fluxo e o descongestionamento eram vistos como benéficos para o conjunto do tecido urbano, essa dimensão também passará a ser observada para o interior das moradias, já que as mudanças promovidas pelas reformas urbanas no nível do traçado urbano não serão suficientes para garantir as condições sanitárias – e, muitas vezes, desdobramentos imprevistos das lógicas fomentadas por esse tipo de ordenação do traçado urbano no mercado especulativo chegavam mesmo a criar situações de moradia igualmente insalubres.

O caso das Mietskaserne foi estudado pela historiografia justamente nesse sentido, mostrando que a lógica da valorização de um tipo de ocupação do lote gerou tal padrão de moradia para a classe trabalhadora, em processo simultâneo à unificação alemã, de notável ausência de ventilação e insolação na construção desses blocos residenciais – apesar das críticas, esse padrão construtivo se manteve até a década de 1890 (BRESCIANI, 2017: 86). A valorização das fachadas vai possibilitar a difusão de uma lógica de ocupação da quadra em cidades com traçado regular, ou com outros tipos de política de regularidade da forma urbana, que muitas vezes se desdobrava em condições insalubres de moradia. Na avaliação de Victor da Silva Freire, ao fazer um balanço dos padrões de traçado urbano, esse tipo de problema poderia ocorrer indistintamente do tipo de traçado, porque vários deles possibilitavam a formação dos lotes estreitos e profundos contra os quais argumentava constantemente o engenheiro. As condições insalubres seriam uma consequência de falta de prescrições construtivas específicas para os interiores das moradias, e não um reflexo direto de um ou outro tipo de traçado, conforme argumentava Freire:

Isso tudo se passa, está claro, nos lugares em que as posturas proscrivem em absoluto o estabelecimento de estruturas de qualquer espécie no espaço interno, que é reservado expressamente para saúde dos moradores das casas circunjacentes. Desde que essas posturas não estejam em vigor, formam-se os *slums* de Birmingham a que a moralisadora vassoura de Chamberlain deu golpe de misericórdia, a *praga das ruas particulares* francesas a que se refere Imbeaux, as *ilhas* do Porto onde prosperou a bubônica, os *cortiços* do Rio e as *casas de inquilinato* de Buenos Aires.³⁰⁰

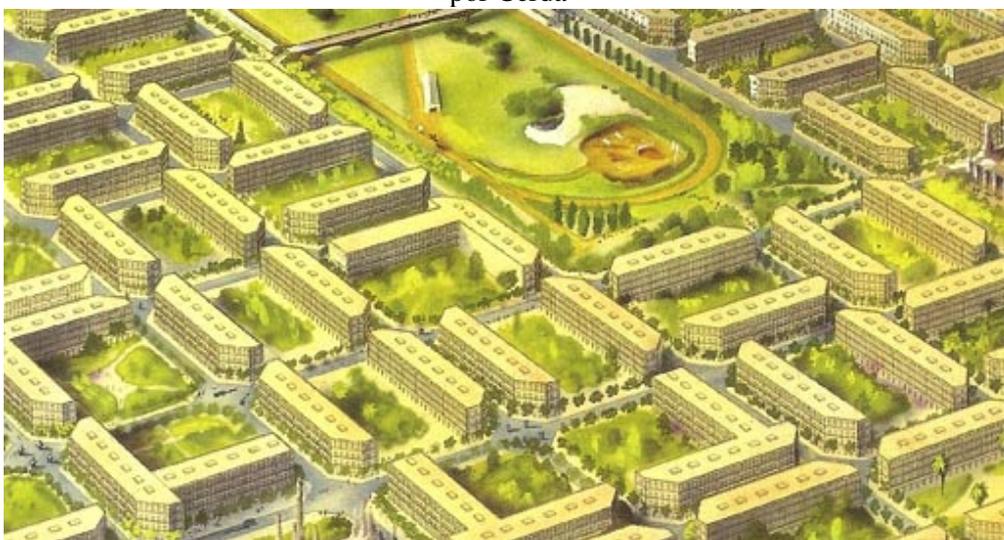
Interessante notar a aproximação feita por Freire de várias experiências urbanas distintas que cairiam nos perigos da insalubridade por falta de controles precisos para o interior das residências. No entanto, garantir parâmetros legais para a ordenação das residências não garantia o seu cumprimento. Se Freire trata como exemplos iniciais situações em que a disposição interna de residências, em suas estratégias para máximo aproveitamento do lote, proporcionava situações insalubres, pois construídas em momentos em que as normativas não eram precisas para a garantia de insolação e arejamento, essa situação persistiu tanto no interior de construções quanto na lógica de ocupação das quadras mesmo quando essas normativas eram já previstas. No próprio caso da cidade de traçado regular vemos recorrência desse tipo de situação: se as *casas de inquilinato* eram uma expressão pontual na grelha de Buenos, o adensamento de ocupação dos pátios internos dos *ensanches* de Cerdà ou Castro passaram muito mais a ser a regra que a exceção desses traçados regulares. O mesmo adensamento de ocupação dos pátios internos também é verificado em traçados irregulares, mas que promoviam a regularização da forma urbana pela ocupação uniforme da quadra com os edifícios alinhados no lote e com altura máxima similar.

Apesar da lógica geral dos *ensanches* de Barcelona e Madri diferirem na distribuição dos usos, já que Cerdà visava fomentar uma vida local em cada setor proporcionando uma disseminação de equipamentos o que teoricamente proporcionaria uma ocupação heterogênea de todas as partes da cidade, enquanto Castro previa especialização de funções e de classes para cada setor, as duas propostas eram baseadas em uma grelha regular. Ambas se encontravam também nas disposições de ocupação das quadras que previam largos pátios em geral arborizados, o que conferiria condições excepcionais de salubridade a essas moradias, dispensando disposições específicas construtivas para cada edifício pelas condições de implementação da construção no lote. Justamente a ocupação das quadras foi a parte desses projetos mais questionadas e

³⁰⁰ FREIRE, Victor da Silva. A planta de Belo Horizonte, *Revista Polytechnica*, 9, 52: 159- 174, 1916.

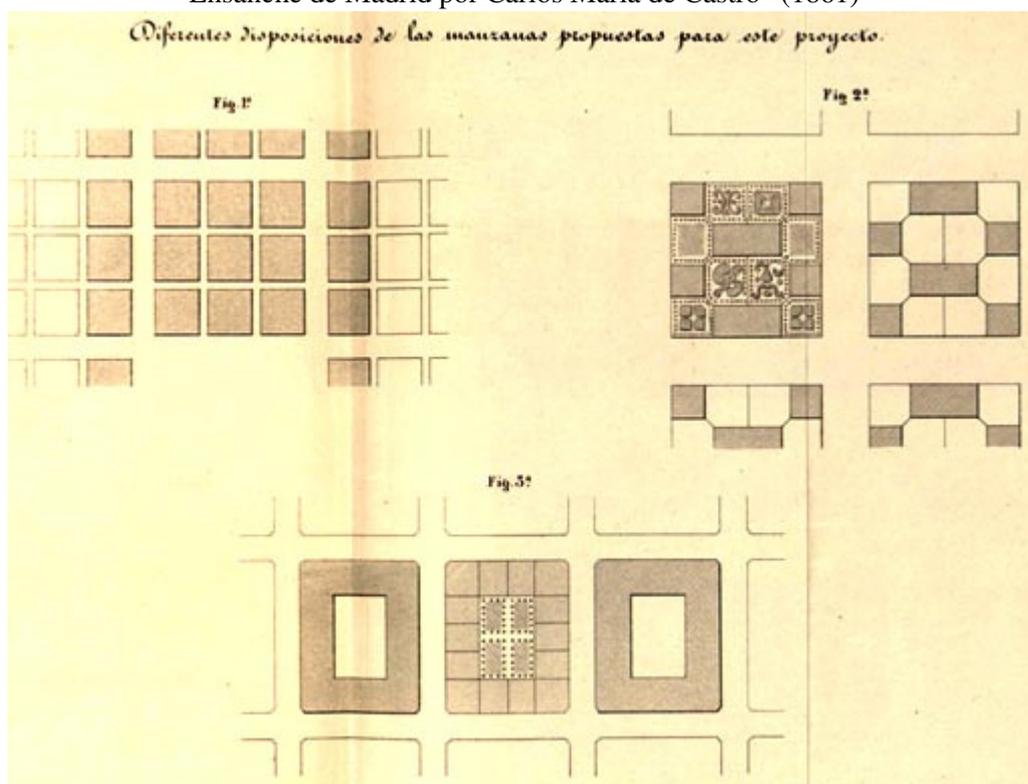
modificadas na sua implantação, sendo intensamente adensada a ocupação dos pátios e reduzindo a pouquíssimos exemplares as quadras originais propostas nos planos. Tanto Cerdà quanto Castro dedicaram muito de seus projetos a pensar a ocupação das quadras, justificar seus parâmetros, e assim mesmo os projetos sofreram modificações pesadas que desarticularam suas propostas, ainda que visualmente mantivessem, para o conjunto da malha urbana, a imagem de regularidade e descongestionamento. Projetos de amplas reformas urbanas, elaborados na década de 1860, mostram que havia já uma preocupação em garantir condições de salubridade no interior das residências – assim como a dificuldade de manter esses parâmetros no jogo político do fazer da cidade.

Figura 64 – Perspectivas das formas das quadras descrita no Projeto de *Ensanche* de Barcelona por Cerdà



Fonte: Imagem realizada para o livro: “Cerdà. Pionero del urbanismo moderno. Ministerio de Fomento, 1998”.

Figura 65 – Detalhes dos tipos de formas de quadras apresentados no projeto. “Plano del Ensanche de Madrid por Carlos María de Castro” (1861)



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional de España.

A estratégia de adensamento de ocupação dos pátios internos de ventilação e iluminação não era uma novidade das *manzanas de ensanche*, ocorria também na parte com traçado irregular em que a lógica de ocupação da quadra era o alinhamento das construções no lote. Na série documental equivalente às Obras Particulares de Madrid pode-se constatar a existência de diversas subdivisões, descontinuando o grande pátio central em pequenos pátios, por exemplo, ou até diminuindo o pátio central a uma porção muito menor do que a inicialmente aprovada. Verificava-se essa situação mais em pedidos de reformas, em que os proprietários eram por vezes multados, mas não havia casos de obrigatoriedade de demolição, por exemplo, já que a mesma lógica era aplicada a toda quadra e mesmo a grande extensão da parte central da cidade – muitas multas eram inclusive relevadas. Assim se chegou a uma situação em que a ocupação da quadra, e da cidade central, era visualmente regular, com as construções ocupando as quadras uniformemente alinhadas no lote, com a altura controlada e similar, mas que tinha uma presença expressiva de residências com alcovas, ou outras condições menos evidentes de não cumprimento das disposições de iluminação e aeração.

O pedido de construção de Marques de Cubas, de 1895, é um exemplo: as estratégias de iluminação e ventilação divididas entre um pátio grande e dois pátios

pequenos faziam com que várias habitações não tivessem a circulação garantida, ainda contando com alcova sem nenhuma abertura na planta superior.³⁰¹ Em 1894, outro pedido para demolição de um edifício, na rua Valencia esquina com rua Salitre, para reconstrução em altura adensava a ocupação do lote em uma planta que previa alcovas no primeiro andar.³⁰² Um pedido para a rua Escuadra, em 1898, explicita ainda mais as estratégias de intensificação de ocupação dos pátios internos como forma de ampliar a reprodução do capital: em um lote profundo foi proposta uma planta que, no andar térreo, contava com dois pequenos pátios para ventilação e iluminação, nesse andar havia seis apartamentos, os dois que tinham janelas voltadas para a rua e os do meio do lote com uma alcova cada, já os dois do fundo tinham três alcovas cada; na planta principal haviam quatro pequenos pátios de ventilação, com os apartamentos da frente dotados de quatro alcovas, os do meio três, e os do fundo duas alcovas.³⁰³ Em 1899 esse mesmo imóvel é multado por alugar os apartamentos sem a devida licença, sendo a autuação acompanhada por um informe da junta técnica de salubridade e higiene que aponta as necessárias modificações no edifício, todas para controlar de maneira mais eficiente a circulação dos fluxos: melhorar o desague das águas, adequar a ventilação das redes de esgoto subterrâneas e trocar o tipo de sifão utilizado nas residências.³⁰⁴

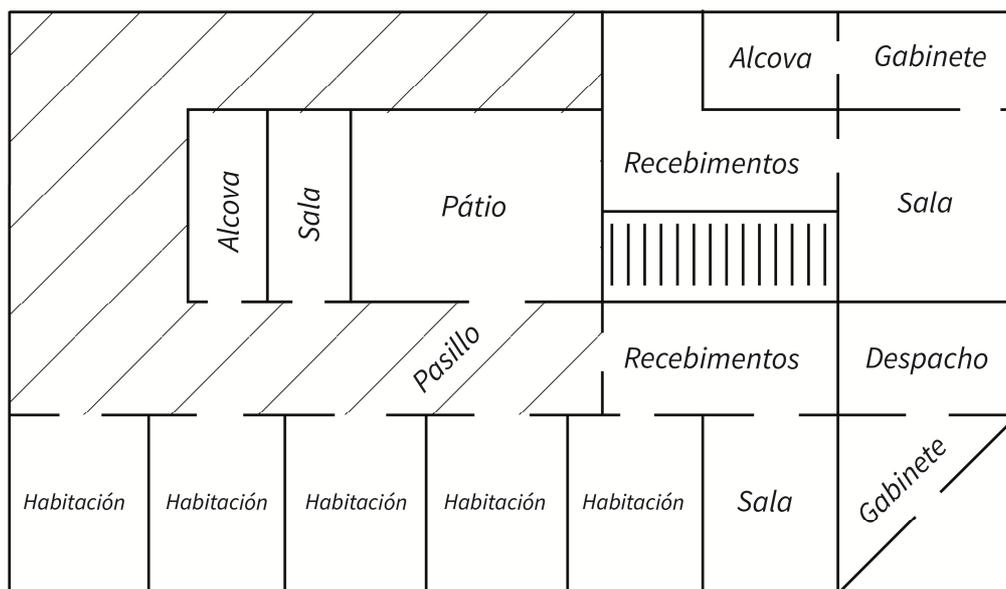
³⁰¹ Archivo General de la Villa de Madrid (1895). Pedido de Marques de Cubas. Signatura: AVM. 10-151-1. Serie: Obras Particulares. Grupo: Archivo de Secretaria. Fondo General del Ayuntamiento de Madrid.

³⁰² Archivo General de la Villa de Madrid (1894). Pedido de Don Timoteo García. Signatura: AVM. 10-106-3. Serie: Obras Particulares. Grupo: Archivo de Secretaria. Fondo General del Ayuntamiento de Madrid.

³⁰³ Archivo General de la Villa de Madrid (1898). Pedido de Don Carlos Rubiales y Seixas. Signatura: AVM. 13-6-8 -3. Serie: Obras Particulares. Grupo: Archivo de Secretaria. Fondo General del Ayuntamiento de Madrid.

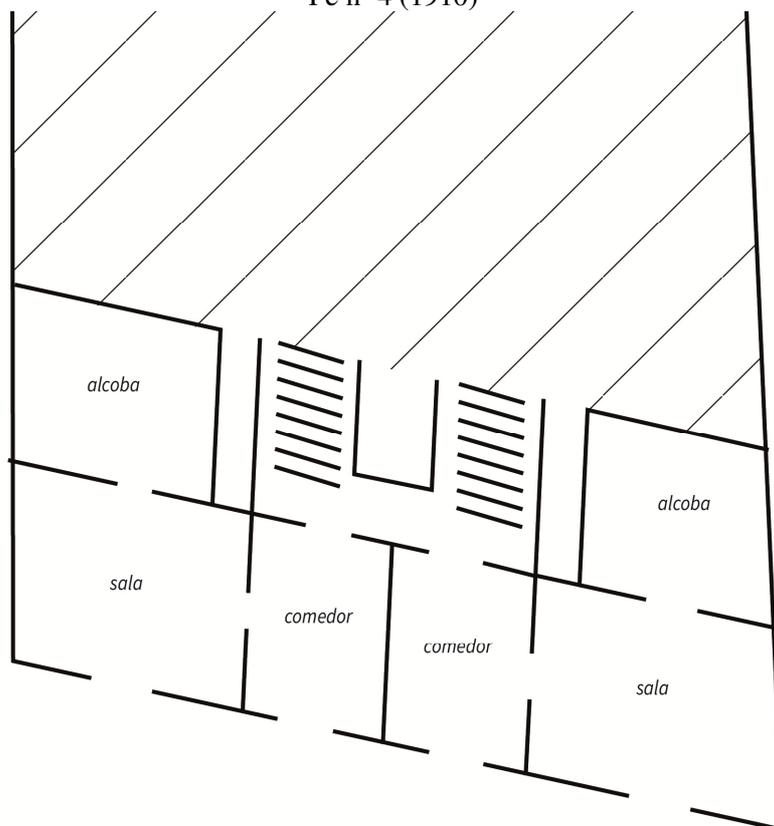
³⁰⁴ O Archivo General de la Villa de Madrid não permite cópias das plantas do acervo da série obras particulares pois, em geral, as construções documentadas no acervo ainda existem e estão em uso, mesmo que com modificações internas. Assim, só há dois meios para aceder a cópias desses documentos: autorização do proprietário atual do imóvel ou um pedido junto ao poder municipal que, além de burocrático, é usualmente negado quando a documentação não será usada em publicações oficiais ligadas a órgãos estatais espanhóis. Por isso os exemplos apresentados aqui são precários, reconstruídos a partir de desenhos feitos rapidamente na consulta (apesar de não oficialmente proibido, esse tipo de reprodução também é reprovado pelos atendentes dessa instituição). Ainda assim, considerei importante dar esse mostra ainda que parcial da espacialização das alcovas por ser parte relevante da formulação do argumento que construí nessa parte da tese.

Figura 66 – Reconstrução de planta anexa ao pedido de Marques de Cubas (1895)



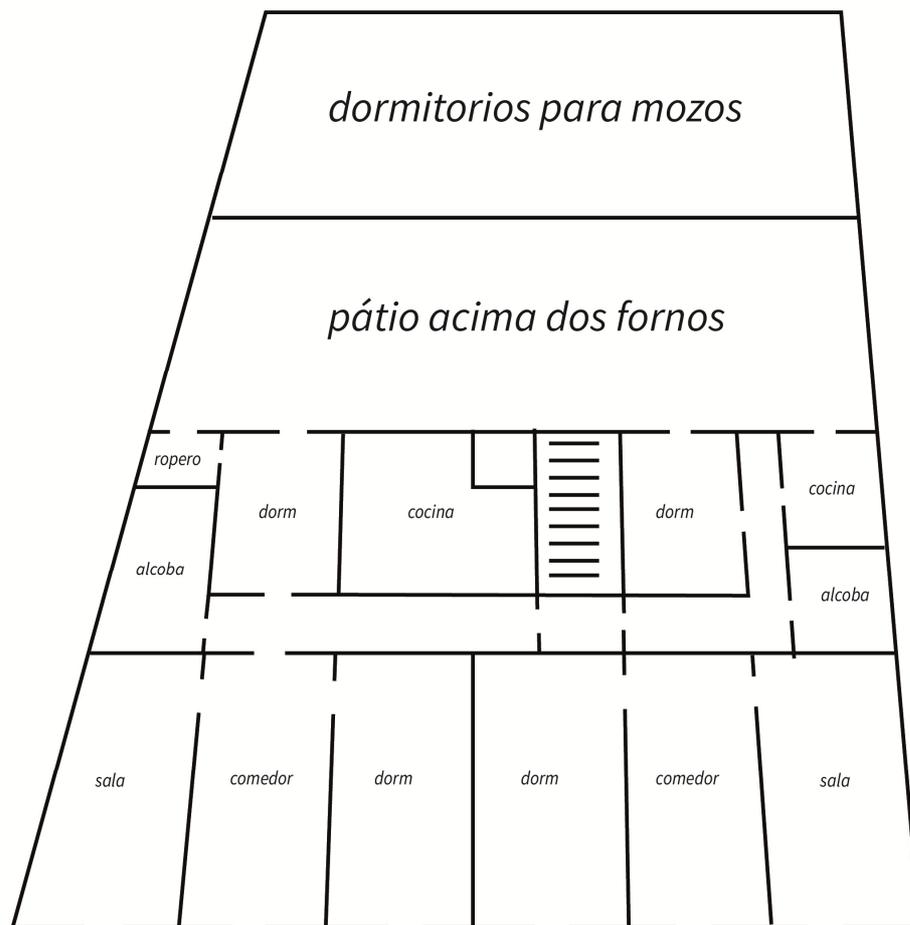
Fonte: Signatura: AVM. 10-151-1. Serie Obras Particulares. Archivo de la Villa de Madrid.

Figura 67 – Reconstrução de planta anexa ao pedido de Don Juan Gimeno Galé para Calle de la Fé nº 4 (1910)



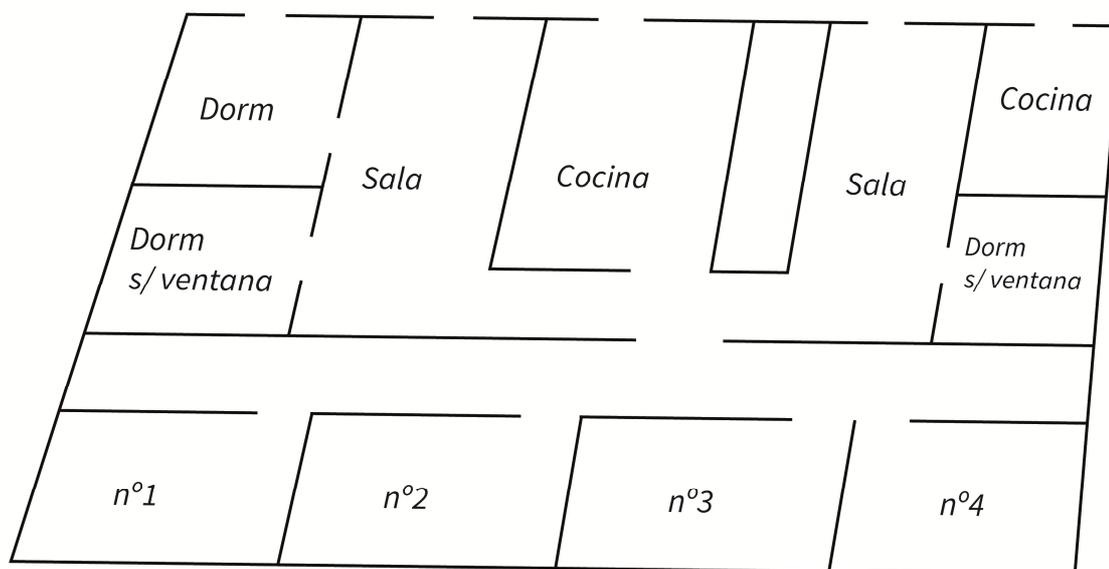
Fonte: Signatura: AVM. 18-215-169. Serie Obras Particulares. Archivo de la Villa de Madrid.

Figura 68 – Reconstrução de planta principal e segundo piso anexa ao pedido de Don Carlos Rubiales y Seixas (1898)



Fonte: Signatura: AVM. 13-6-8 -3. Serie Obras Particulares. Archivo de la Villa de Madrid.

Figura 69 – Reconstrução de planta referente a “sotabanco y trastera” anexa ao pedido de Don Carlos Rubiales y Seixas (1898)



Fonte: Signatura: AVM. 13-6-8 -3. Serie Obras Particulares. Archivo de la Villa de Madrid.

As *casas de inquilinato* em Buenos Aires apontadas por Freire eram derivadas de um mesmo padrão de ocupação do lote analisado por Marina Waisman, por ela denominadas “casa-chouriço”. Esse tipo de moradia, tal qual o padrão de residência que chamamos de “casa-corredor” em São Paulo, eram construídos em lotes estreitos e profundos, em que a ventilação e aeração eram realizadas por um corredor lateral. Waisman entende que esse é o padrão de moradia que surge com o parcelamento intenso da cidade, entretanto, no caso de Buenos Aires essa nova tipologia não persiste como forma pura, já que o adensamento urbano levou à verticalização, sem deixar de estipular uma estrutura do lote que foi parte importante na conformação do tipo de ocupação das quadras (2013: 74-75). Nesse caso, tanto a “casa-chouriço” quanto as “casas de inquilinato”, não permaneceram como tipologias edilícias presentes na paisagem urbana de Buenos Aires, mas seriam um elemento de longa duração justamente por determinarem padrões de ocupação do lote obrigando definições de estratégias para ventilação e iluminação indiretas. O próprio Freire argumenta que tanto a estratégia do corredor lateral, presente no caso de São Paulo, quanto as estratégias dos pátios internos, como no caso de Buenos Aires e Madri, são ambos de iluminação e ventilação precárias.³⁰⁵ Em todas essas experiências se constata um confronto em relação à formulação de uma projeção imaginada da salubridade urbana associada então a limpeza, a beleza e à baixa densidade de ocupação do espaço.

As indicações de que os ambientes sejam amplos, arejados e ensolarados, nos discursos de médicos e engenheiros, vão se materializando em normas legais em várias cidades ocidentais desde as décadas finais do século XIX. No entanto, essas cidades passaram por processos similares em torno dessa problemática: uma alta valorização do solo urbano, especialmente nas áreas centrais, por grande demanda, implicando na possibilidade de lucros vultuosos nas estratégias de reprodução de capital pelo adensamento de ocupação, e, ao mesmo tempo, da formação de um mercado imobiliário de distinção ao garantir moradias com altos padrões estéticos e higiênicos. Essa contradição é inerente às reformas urbanas levadas a cabo nas cidades ocidentais no século XIX, pois abrigavam, de maneira imbrincada e impossível de se desassociar, tanto a salubridade quanto a adoção de parâmetros de moralidade, fundamentais para a ordem burguesa em seu largo processo de consolidação, assim como as diferentes

³⁰⁵ FREIRE, Victor da Silva. A planta de Belo Horizonte, *Revista Polytechnica*, 9, 52: 159- 174, 1916.

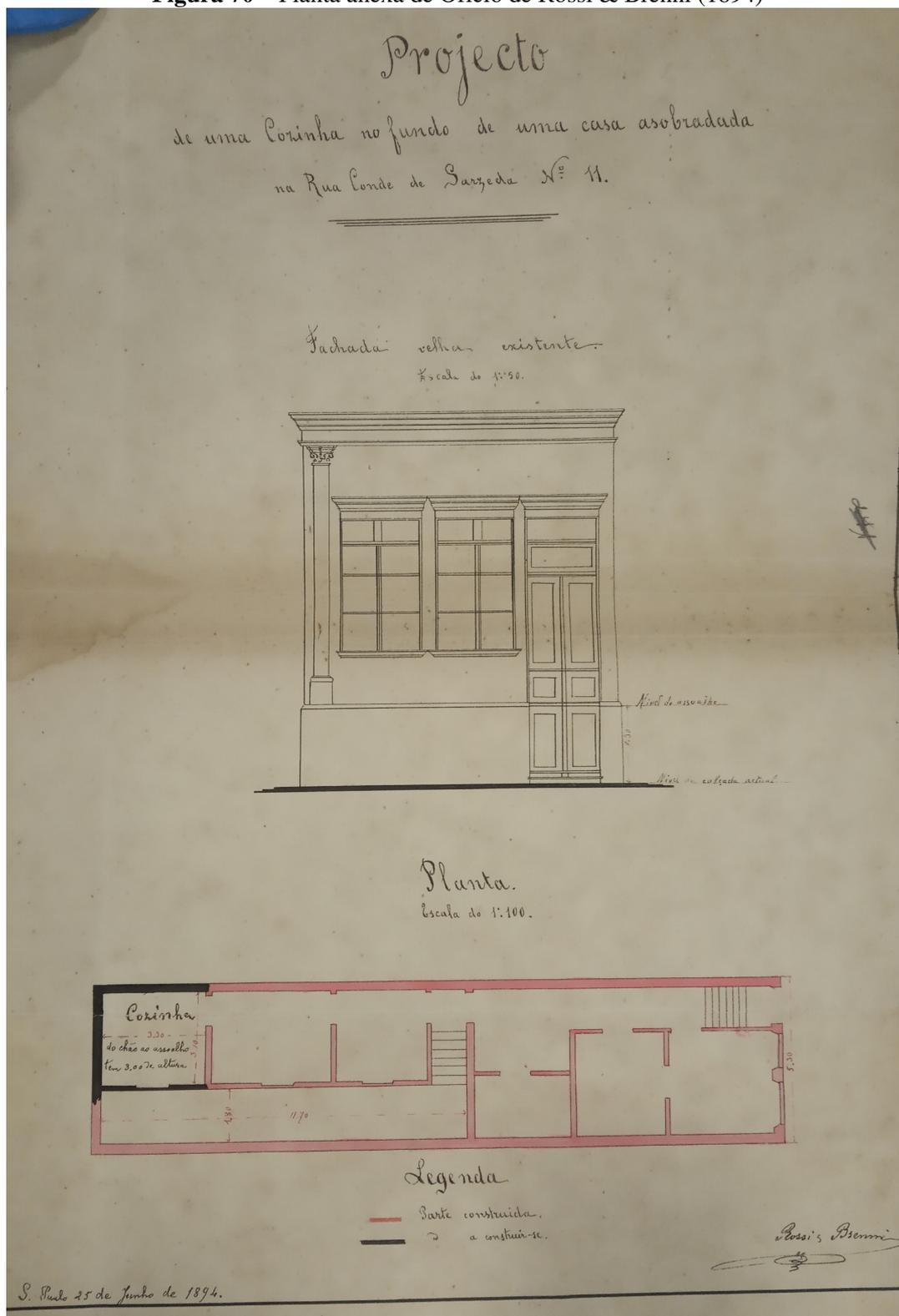
estratégias para ampliar ao máximo a reprodução do capital na reprodução da cidade (BRESCIANI, 2017: 78). Como vemos, as condições de ordenação da quadra e as formas de ocupação dos lotes desde períodos muito remotos vão também intervir nas possibilidades de construção de moradias higiênicas, iluminadas e aeradas, às vezes se sobrepondo às normativas construtivas mesmo quando estas já estavam em voga. São longas e penosas as discussões em torno de condições não ideais de salubridade nos pedidos das Obras Particulares.

Dois casos de pedidos negados pela Diretoria na Liberdade na última década do século XIX nos aproximam dessas preocupações e das estratégias dos proprietários: em 1894, os conhecidos empreiteiros italianos Rossi & Brenni (também responsáveis por reformas de cortiços na Santa Ifigênia) pedem para fazer ampliação em uma casa na rua Conde de Sarzedas nº 11, para construir uma cozinha na área aberta ao fundo dessa edificação que era de formato “casa-corredor”, sendo o pedido negado por Gama “porque a área restante é insuficiente para o arejamento da casa”;³⁰⁶ já o proprietário Candido Cardim, por meio do construtor Joaquim da Silva, empreende uma discussão longa com a Diretoria, com mais de dez páginas de pareceres e ofícios de contra argumentação, ao não receber autorização para reconstruir uma parede após demolição de imóvel vizinho. O parecer da Diretoria entende que a planta apresentada não cumpre com a verdade, que o imóvel é um velho casebre na beira de águas fluviais e que com o rebaixamento do solo as fundações ficaram visíveis, sendo então necessária uma reconstrução completa. Na disputa, o proprietário ganha um prazo de seis meses para fazer parte substancial das modificações pedidas pela Diretoria.³⁰⁷

³⁰⁶ Arquivo Histórico de São Paulo (1894). Ofício de Rossi & Brenni. Rua Conde de Sarzedas, 11. Encadernado 80. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³⁰⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1899). Ofício de Joaquim da Silva. Rua Barão de Iguape, 82. Encadernado 224. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 70 – Planta anexa de Ofício de Rossi & Brenni (1894)



Fonte: SOP/AHSP.

Por vezes, as condições de salubridade propiciadas pelo tipo de lote eram também potencialmente agravadas pela morfologia, como já vimos nos casos dos porões da Liberdade, que seguem recorrentes nas duas primeiras décadas do século XX.

Vemos a preocupação com alinhamentos específicos e com medidas para tentar impossibilitar a habitação em porões em pedidos feitos em 1909, para a rua dos Estudantes, em 1910 e 1914, para a rua Conselheiro Furtado, e em 1915 para a própria rua da Liberdade, em que se alinham as preocupações de salubridade com a habitação do porão e com área de arejamento.³⁰⁸ Nesse pedido, o proprietário Gerolano Joo, através do construtor José Luini, pede para adensar a ocupação do seu lote - ampliar a cozinha e construir um novo banheiro -, utilizando para isso boa parte do fundo do lote e suprimindo quase totalmente o quintal; o parecer da diretoria entende que o terraço proposto prejudicará a iluminação, além de apresentar preocupações com a ocupação dos porões, pedindo alterações na planta para aprovação.³⁰⁹

As intimações para melhorar a ventilação e iluminação das residências serão constantes na primeira década do século XX, como podemos ver em outra solicitação de obra sob a responsabilidade de Julio Micheli em propriedade de Luiz Lins de Vasconcellos, situada na rua da Glória que, no ano de 1906, prevê a abertura de duas áreas internas de ventilação para se adequar às “actuais prescrições municipaes”.³¹⁰ No ano seguinte, na rua do Triumpho, esquina com rua Aurora, o dono de um armazém de secos e molhados, Henrique Lammartini, pede para cobrir uma área ao fundo do lote que serviria para depósito. O parecer responde que a área descoberta já não era suficientemente para a correta insolação e aeração, e que a reforma agravaria o caso. Em seguida, o construtor, A. Tavares, diz que os cômodos imediatamente contíguos a essa área a ser fechada seriam demolidos; o pedido é aprovado, mas o problema apontado de área insuficiente para aeração e insolação pelo parecer permaneceu, já que os quatinhos que seriam demolidos tinham área muito menor que o novo depósito, que correspondia a área anteriormente aberta.³¹¹ Em 1909, José Pucci pede autorização para reformar

³⁰⁸ Arquivo Histórico de São Paulo (1909). Ofício de Aldo Ghio & Antonio José Sobral. Rua dos Estudantes, junto ao n.37. Caixa: OP62. Processo: OP.1909.001.00223281; Arquivo Histórico de São Paulo (1910). Ofício de J. E. Peixoto. Rua Conselheiro Furtado, 61A (canto da rua dos Estudantes). Caixa: OP87. Processo: OP.1910.000.7558427; Arquivo Histórico de São Paulo (1914). Ofício de João Antonio dos Passos. Rua Conselheiro Furtado, 105. Caixa: OP288. Processo: OP.1914.001.38592735. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

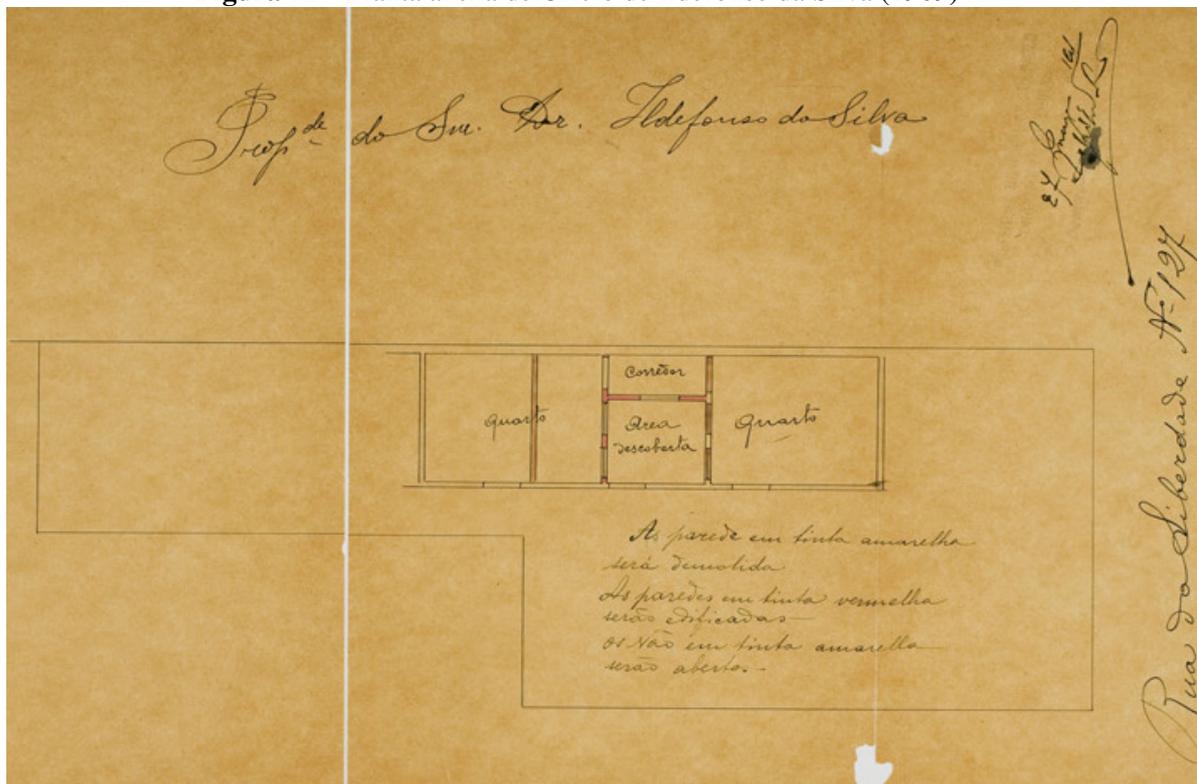
³⁰⁹ Arquivo Histórico de São Paulo (1915). Ofício de José Luini. Rua da Liberdade, 88. Caixa: OP396. Processo: OP.1915.002.400115317. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³¹⁰ Arquivo Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Julio Micheli. Rua da Glória, 73. Caixa: OP6. Processo: OP.1906.000.7145967. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³¹¹ Arquivo Histórico de São Paulo (1907). Ofício de A. Tavares. Rua Triumpho canto da Rua Aurora. Caixa: OP30. Processo: OP.1907.001.75915046. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

propriedade de Ildefonso da Silva, demolindo paredes e criando uma área aberta entre dois quartos para dar iluminação direta a esses.³¹²

Figura 71 – Planta anexa de Ofício de Ildefonso da Silva (1909)



Fonte: SOP/AHSP.

Mudança no nivelamento da rua General Osório, em 1909, geraram autuações para adequação de dois imóveis, um de propriedade do Dr. Capote Valente e outro de Domingos Fasano, mostrando a presença de casas em que cômodos estavam em níveis mais baixos que outros, sem cozinha interna e sem banheiro, com porões não cimentados, tudo isso aliado a cômodos com ventilação e aeração insuficiente de residências no padrão “casa-corredor”.³¹³ O que queremos mostrar é que mesmo com uma legislação com critérios estabelecidos essas práticas sobreviviam, de tal forma que até a proposta de novas construções eram questionadas por ainda operarem nessa lógica. Em 1911, Antonio Dino da Costa Bueno pede autorização para demolir e construir um novo edifício, um sobrado, com armazém na parte térrea e na parte de cima uma

³¹² Arquivo Histórico de São Paulo (1909). Ofício de Ildefonso da Silva. Rua da Liberdade, 127. Caixa: OP66. Processo: OP.1909.001.436 20450. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³¹³ Arquivo Histórico de São Paulo (1909). Ofício de G. Castro. Rua General Osório, 121. Caixa: OP63. Processo: OP.1909.001.11229332; Arquivo Histórico de São Paulo (1909). Ofício de Domingos Fasano. Rua General Osório, 173. Caixa: OP63. Processo: OP.1909.001.11318639. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

residência de doze cômodos.³¹⁴ Emilia Maier faz reformas no mesmo ano no seu imóvel na rua Santa Ifigênia n° 75, e justifica a urgência da obra pois “comodos até aqui sem ar, vão ficar arejados”.³¹⁵ Se alguns imóveis vão sendo adaptados, vimos que muitas vezes as adequações não estavam precisamente dentro da norma, e que adaptações pontuais eram aceitas em negociações entre os proprietários e o poder público quando o estrito cumprimento da norma implicava em intervenção pesada no direito de propriedade.

Vimos alguns casos como esses na primeira parte, vários dos que tratamos aqui parecem também aproximações a essa condição contingente de aplicação da legislação. Um exemplo mais direto é o de um açougue localizado na rua São João autuado em 1914.³¹⁶ Intimava-se o proprietário a fazer um corredor lateral no imóvel para iluminação e ventilação; no entanto, o pedido é negado pois a reforma implicaria na perda da dimensão mínima para esse tipo de estabelecimento, que era de 4 metros. As normativas de salubridade se chocam, e se levadas plenamente a cabo impediriam a continuidade do negócio do proprietário, provavelmente seu meio de subsistência. No ano seguinte, na rua da Glória, o proprietário Francisco de Almeida Magalhães pedia revogação de multa por fazer uma reforma sem autorização: foi intimado a transformar um corredor interno em área descoberta para insolação e o fez antes do alvará da Diretoria pois alegava não saber que era um tipo de obra que necessitava de autorização.³¹⁷ Igualmente em 1915, Julio dos Santos pedia aprovação de planta para também transformar corredor interno em área descoberta nos imóveis localizados nos números 37 e 39 da rua Guaianazes; entretanto, mesmo tendo a reforma sido feita por intimação, o parecer decide que no número 39 o corredor ainda não fornecerá área suficiente mesmo com essa tentativa de adequação. Para transformar um imóvel localizado na rua São Joaquim em misto, Carmela Chirico faz alterações no seu antigo

³¹⁴ Arquivo Histórico de São Paulo (1911). Ofício de Antonio Dino da Costa Bueno. Ladeira Santa Ifigênia, 21. Caixa: OP147. Processo: OP.1911.003.113. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

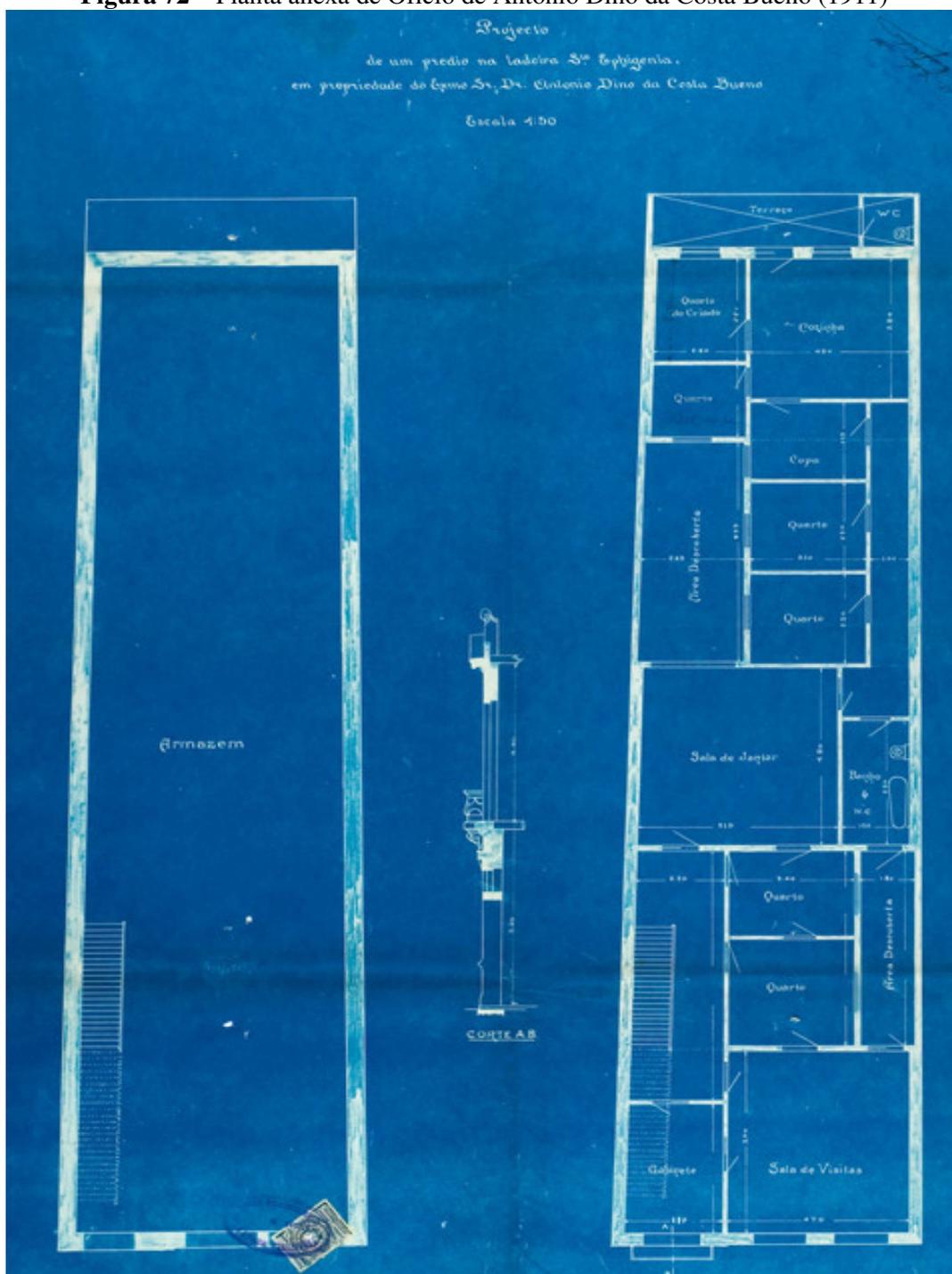
³¹⁵ Arquivo Histórico de São Paulo (1911). Ofício de Emilia Maier. Rua Santa Ifigênia, 75. Caixa: OP147. Processo: OP.1911.003.12731711. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³¹⁶ Arquivo Histórico de São Paulo (1914). Ofício de Mauricio Del Francisco. Rua São João, 239. Caixa: OP335. Processo: OP.1914.003.86798913. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³¹⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1915). Ofício de A. Ferreira & Companhia. Rua da Glória, 20. Caixa: OP386. Processo: OP.1915.001.881116453. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

imóvel, abrindo uma área lateral para iluminação que não havia antes, sugerindo que a casa era iluminada e ventilada apenas frontalmente e pelos fundos.³¹⁸

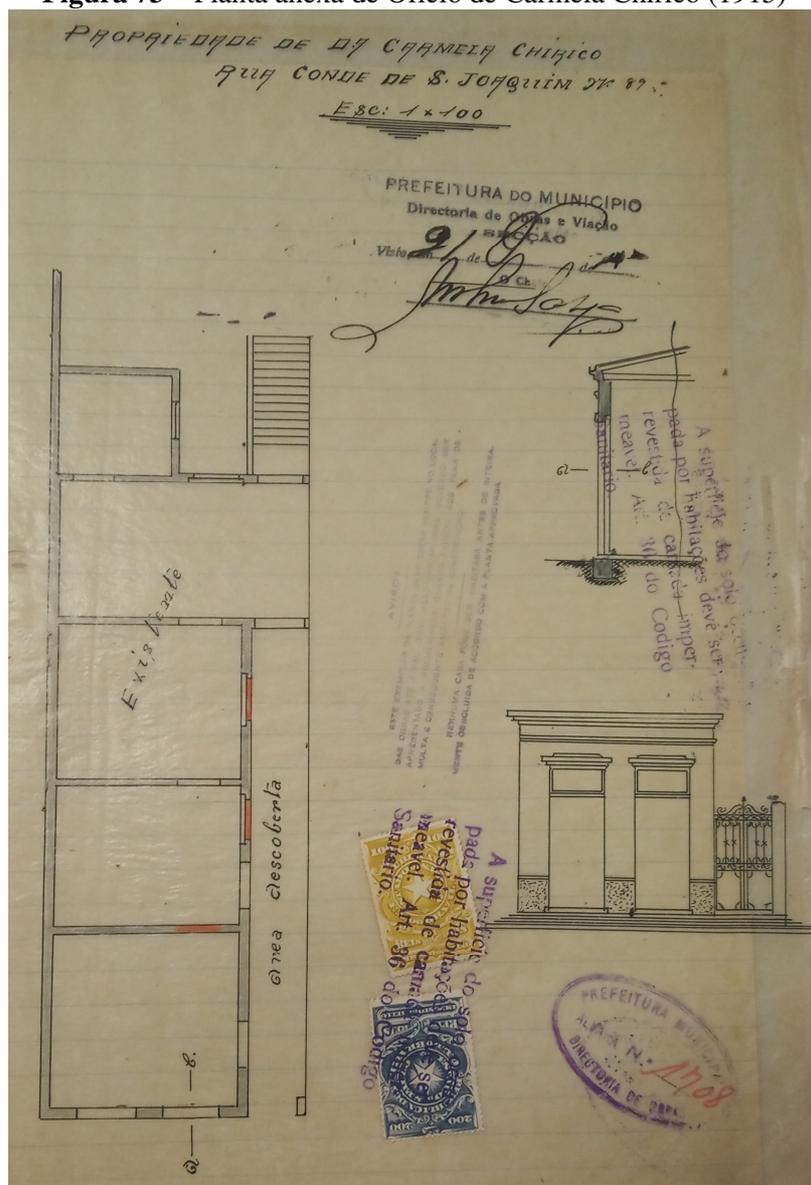
Figura 72 – Planta anexa de Ofício de Antonio Dino da Costa Bueno (1911)



Fonte: SOP/AHSP.

³¹⁸ Arquivo Histórico de São Paulo (1915). Ofício de Carmela Chirico. Rua São Joaquim, 89. Processo: OP.1915.003.554123389. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 73 – Planta anexa de Ofício de Carmela Chirico (1915)



Fonte: SOP/AHSP.

Já em 1921, Domingos Loponte pede autorização para reformas semelhantes para dois imóveis na avenida São João, números 105 e 145, modificando áreas internas para melhorar a iluminação dos cômodos.³¹⁹ No mesmo ano, o proprietário de uma pensão localizada na rua Aurora número 6, Nestor Dale Caiuby, é intimado a fazer uma limpeza completa do imóvel, além de demolir paredes para diminuir a quantidade de quartos e dar melhores condições de ventilação e iluminação para os quartos remanescentes.³²⁰ Se podemos ver a ação da Diretoria de fiscalização

³¹⁹ Arquivo Histórico de São Paulo (1921). Ofício de Domingos Loponte. Avenida São João, 145. Caixa: S8-1921; Arquivo Histórico de São Paulo (1921). Ofício de Domingos Loponte. Avenida São João, 105. Caixa: S8-1921 Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³²⁰ Arquivo Histórico de São Paulo (1921). Ofício de Nestor Dale Caiuby. Rua Aurora, 6. Caixa: A10-

para suprimir as construções que não seguiam as normas, esses casos também nos mostram que muitas práticas fora das normativas seguiram por longo período após essas regulamentações. Os casos em que as normativas não foram seguidas à risca por questões contingenciais também expõem os casos que não chegavam ao conhecimento ou intervenção da Diretoria, como o das moradias coletivas que encontramos nos autos crime na centralidade da cidade, quase ausentes na série Obras Particulares. Algumas das posturas infringidas nesses casos tratados poderiam não estar tão claramente definidas com uma regulamentação específica, mas essa não era a condição de uma outra quebra de norma comum nos pedidos que analisamos: o artigo 46 do Código Sanitário do Estado de São Paulo definia claramente que “as alcovas que se destinarem a dormitórios ou permanência constante dos moradores de um prédio devem ser proibidas em absoluto”.³²¹

No entanto, as alcovas seguem como parte do cotidiano da cidade, e não apenas circunscritas às residências mais pobres. Em geral, as alcovas que encontramos na documentação já no século XX são descobertas pela Diretoria em pedidos de reformas por questões não diretamente relacionadas a elas, e os casos de intimação são menos frequentes e muitas vezes resultam dessas solicitações. Este é o caso de José Kanz, empreiteiro responsável por assinar o pedido de reforma da propriedade de Antonio Mauri, em 1906. Uma parede que ameaçava cair nesse imóvel na rua São João nº 229 fez o fiscal perceber que esse estava fora do padrão municipal, pois tinha duas alcovas.³²² O pedido de reforma para ampliação da farmácia de Meñores Castaguaro no Largo da Liberdade, em 1907, realizado pelo empreiteiro Nilo Graziano também é negado, pois a planta revelava que o imóvel tinha cômodos diminutos que ademais eram alcovas.³²³ Em 1912 vemos a Diretoria ser menos rígida com outro pedido: a construção de uma casa com jardim frontal, mas geminada dos dois lados, previa seis cômodos dos quais dois eram descritos como alcovas; esses quartos tinham janelas voltadas para um corredor interno, que não se explicitava ser descoberto ou não, além de serem diminutas

1921. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³²¹ São Paulo (1894) Decreto n. 233 de 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário do Estado de São Paulo.

³²² Arquivo Histórico de São Paulo (1906). Ofício de José Hanz. Rua São João, 229. Caixa: OP12. Processo: OP.1906.001.5044594. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³²³ Arquivo Histórico de São Paulo (1907). Ofício de Nilo Graziano. Largo da Liberdade, 23. Caixa: OP24. Processo: OP.1907.000.96316537. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

as dimensões dessa área. Ainda assim, o pedido assinado por Enrico Measini não sofre contestação e é aprovado para realizar a construção de propriedade de Raphael Enygidio Pereira.³²⁴ Pode-se acompanhar a instabilidade das decisões quando, por ex., já em 1914, Francisco Cardoso, proprietário nessa mesma rua, é intimado pela Inspetoria da Higiene a abrir área interna para iluminação e ventilação de duas alcovas, e em 1913 um pedido de nova construção de Carlos Brambilha para a rua São Joaquim é negado pois a planta previa uma alcova.³²⁵

A partir das intimações, outra estratégia comum dos proprietários consistia em abrir mão de cômodos inteiros, ou seja, de área construída em seus imóveis para criar áreas internas de iluminação e ventilação: em 1914, Quiteria Luiza de Souza Pereira transforma uma das duas alcovas em uma área de aberta, depois de ser intimada a fazer alterações no seu imóvel na rua São João; a família Estanislau do Amaral foi intimada em dois imóveis na rua Aurora, que provavelmente se tratavam de casas em série com uma planta muito similar. Nos dois casos os proprietários se desfazem de uma alcova e ampliam o espaço do gabinete, eliminando assim esse cômodo sem iluminação direta. Em 1915, João Moura perde parte da área interna de duas casas geminadas, na rua Santa Ifigênia, para desfazer duas alcovas em cada imóvel após intimação, e Rita Ribas da Silva também é autuada, na sua casa de nove cômodos na rua da Liberdade, dos quais dois eram alcovas, transformando um em área aberta para iluminar diretamente o outro quarto que vai manter; em 1916, Hermenelgido Vallin, elimina uma alcova de um sobrado de ocupação mista, armazém e moradia, pois sem essa alteração estava impossibilitado de ocupar o imóvel por intimação da Inspetoria.³²⁶ Já em 1921, um pedido de reforma de Maria Tereza de Souza e Silva nos mostra a persistência das

³²⁴ Arquivo Histórico de São Paulo (1912). Ofício de Raphael Enygidio Pereira. Rua Conselheiro Furtado, 189. Caixa: OP170. Processo: OP.1912.001.35843905. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³²⁵ Arquivo Histórico de São Paulo (1914). Ofício de Francisco Cardoso. Rua Conselheiro Furtado, 40. Caixa: OP288. Processo: OP.1914.001.379107819; Arquivo Histórico de São Paulo (1913). Ofício de Carlos Brambilha. Rua São Joaquim, 95. Caixa: OP257. Processo: OP.1913.004.64487620. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³²⁶ Arquivo Histórico de São Paulo (1914). Ofício de Quiteria Luiza de Souza Pereira; Rua São João, 263. Caixa: OP335. Processo: OP.1914.003.870111748; Arquivo Histórico de São Paulo (1914). Ofício de Coronel Antonio Estanislau do Amaral. Rua Aurora, 53. Caixa: OP273. Processo: OP.1914.000.420109461; Arquivo Histórico de São Paulo (1914). Ofício de José Estanislau do Amaral; Rua Aurora, 49. Caixa: OP273. Processo: OP.1914.000.419112516; Arquivo Histórico de São Paulo (1915). Ofício de João Moura. Rua Santa Ifigênia, 16 a 18. Caixa: OP413. Processo: OP.1915.003.389123228; Arquivo Histórico de São Paulo (1915). Ofício de Rita Ribas da Silva. Rua da Liberdade, 79. Caixa: OP396. Processo: OP.1915.002.399114746; Arquivo Histórico de São Paulo (1916). Ofício de Hermenelgido Vallin. Rua dos Gusmões, 82. Caixa: G4-1916. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

alcovas, com a proprietária pedindo autorização para fazer alterações para dar iluminação direta a dois quartos alcovas.³²⁷

Como vemos, práticas se mantinham, algumas concessões eram feitas, opções contingenciais às vezes se sobrepunham ao estrito cumprimento da legislação, mesmo quando uma norma construtiva já estava estabelecida. O confronto do imaginário que observamos aqui mostra como essa noção geral não é unitária, que comporta contradições em si justamente para se construir essa sensação de compartilhamento de entendimento mesmo sem um acordo pleno: se as casas isoladas no lote atendiam a um programa edilício de descongestionamento, as casas alinhadas também conformavam um imaginário de ordem, ainda que a materialidade desses tipos de ocupação de lote tenha levado a outras condições de moradia não previstas. Salientamos, então, que essas disputas em torno desse imaginário não partiam de um padrão único: o próprio Freire era dissonante em vários pontos com projeções ideais de descongestionamento, especialmente na questão do espraiamento contínuo da cidade. Defendia ser possível uma cidade concentrada e salubre para conter assim gastos do poder público com a provisão e serviços e possibilitar um bom rendimento aos proprietários para que esses cumprissem as medidas sanitárias – era crítico, por exemplo, de um limite mínimo de pé-direito que considerava excessivo. Tratamos, ao mesmo tempo, de uma disputa de imaginário relativa à conformação do traçado urbano, da rua e do lote, mas também da sua relação com a reprodução do capital na reconfiguração da cidade.

O alinhamento das edificações no lote como padrão construtivo da área urbana adensada contribuiu para engendrar uma tipologia de lote que fomentou a difusão dessas casas de fundos. Com o costume de se manter uma fachada alinhada na calçada, essa parte do lote passou a ser mais valorizada, gerando subdivisões de propriedades que proporcionavam lotes cada vez mais estreitos e compridos. Por sua vez, a busca do máximo aproveitamento dos lotes permitia criar estratégias para construir casas, e até vilas, de fundos que tensionavam as normativas da higiene pública. A dualidade entre as casas isoladas e alinhadas no lote, no caso de São Paulo, comportava então a invisibilidade das construções nos interiores das quadras como uma ameaça velada, que devia ser combatida e expurgada da cidade a ser saneada. Ao

³²⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1921). Ofício de Maria Tereza de Souza e Silva. Rua Aurora, 140. Caixa: A10-1921. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

mesmo tempo, setores da própria elite, assim como médios e pequenos proprietários, reproduziam um vultuoso capital no parcelamento do solo, construção e aluguel desse tipo de moradia.³²⁸ O convívio tenso dessa aparente contradição, que se retroalimentava, faz parte das relações entre os negócios urbanos e a estruturação da legislação urbanística nesse período. O adensamento da ocupação do interior dos lotes é uma expressão aprofundada das dinâmicas de urbanização que temos tratado até aqui, sendo um desdobramento da mesma lógica, embora tivesse algumas características específicas.

O uso intensivo do interior do lote é verificado nesse mesmo período em vários bairros centrais, no entanto, pela própria lógica de valorização da terra urbana, ele é mais intenso nas imediações diretas do Triângulo. Como já mostramos, esse tipo de construção tensionava as normativas, ainda que de definição elástica, de edificação de vilas operárias no perímetro central. Identificamos dois tipos de estratégias para a construção no interior do lote nos bairros sobre os quais nos debruçamos: adensamento leve e adensamento intenso. Entendemos como ocupação leve a construção de puxados, cômodos ou até três pequenas casas no interior do lote; o adensamento intenso seria composto principalmente pela construção de vilas operárias extensivas, que era a estratégia de reprodução de capital de alguns agentes urbanos dos quais já tratamos.

³²⁸ Desde o trabalho de Zélia Cardoso, “Metamorfoses da Riqueza”, vários estudos apontaram e destrincharam o papel dos bens de raiz na reprodução de capital no Brasil. Para o caso de São Paulo, tanto o mestrado como o doutorado de Mônica Silveira Brito, posteriormente publicados, apresentam um panorama dos valores movimentados por esse setor, em: *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911*. São Paulo: LPG-FAU-USP, 2008; e *Modernização e Tradição: Urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX*. São Paulo: LPG-FAU-USP, 2008. Na dissertação de Gennari (2005) também há uma discussão sobre essa questão focada nos bairros do Brás e da Mooca. Na minha dissertação de mestrado (BORIN, 2014) fiz um balanço sobre esse tema.

Figura 74 – Identificação da ocupação por construções da parte interior dos lotes no bairro da Liberdade (1930) destacando as edificações em cores

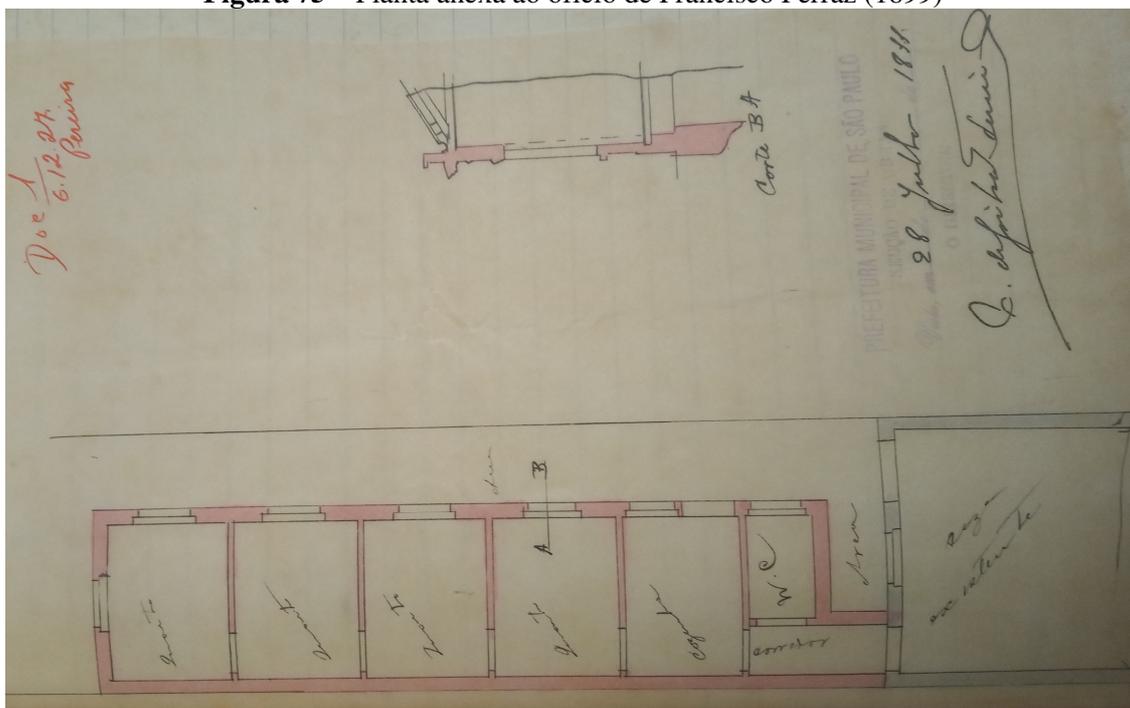


Fonte: Elaborado pela autora (2020) a partir de recorte da folha 51_13 do Mappa Topographico do Município de São Paulo. SARA – BRASIL (Societá Anônima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici). Série: Plantas da cidade. Fundo: Prefeitura do Município de São Paulo. Acervo do Arquivo Histórico de São Paulo.

Seria impossível esgotar os exemplos desse tipo de ocupação do lote, dada a expressiva presença na documentação consultada sobre as diferentes estratégias adotadas. Por isso, nossa opção foi a de explorar alguns casos representativos de tipos recorrentes de pedidos. Discutimos, na primeira, parte um pedido feito pelo Conde Alvares Penteadó para a construção de três casas operárias em série em um interior do lote na rua São João, em 1905, caso que mostra que esse tipo de investimento não era

restrito a pequenos e médios agentes urbanos.³²⁹ Também na Santa Ifigênia, em 1899, Francisco Ferraz faz uma ampliação de sua casa no começo da Alameda dos Bambus, construindo quatro quartos ao fundo de um imóvel já existente com uma cozinha e um banheiro, os quartos estão dispostos de um modo que facilitaria seu aluguel separadamente; na rua Santa Ifigênia, em 1907 o empreiteiro Horácio Nogueira pede autorização para reforma em propriedade de Zacarias Alvares, para demolição de quartinhos no fundo do lote, aparentemente usados como quartos de aluguel; em 1909, na mesma rua, Arthur Baschetti, pede para construir casinhas ao fundo de um armazém; em 1912, o pedido de Francisco Fagundes foi negado quando alegou precisar fazer reformas no seu imóvel na rua Conselheiro Nébias, uma ampliação por meio de um puxado de três cômodos no fundo do lote, a recusa baseou-se na ausência das dimensões mínimas exigidas.³³⁰

Figura 75 – Planta anexa ao ofício de Francisco Ferraz (1899)



Fonte: SOP/AHSP

³²⁹ Arquivo Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Antonio Alvares L. Penteado. Rua São João. Encadernado 14. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³³⁰ Arquivo Histórico de São Paulo (1899). Ofício de Francisco Ferraz. Alameda dos Bambus, 36. Encadernado 224; Arquivo Histórico de São Paulo (1907). Ofício de Horácio Nogueira. Rua Santa Ifigênia, 86. Caixa: OP273. Processo: OP.1907.001.36218341; Arquivo Histórico de São Paulo (1909). Ofício de Arthur Baschetti. Rua Santa Ifigênia, 73. Caixa: OP72. Processo: OP.1907.002.07732599; Arquivo Histórico de São Paulo (1912). Ofício de Jefferson Fagundes. Rua Conselheiro Nébias, 71. Caixa: OP170. Processo: OP.1912.001.37445591. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Pela morfologia da Liberdade, são ainda mais comuns entre os casos analisados o aproveitamento do interior do lote. Em 1895, José Ferreira da Rocha pede para construir três casas em um lote profundo que tem testada na rua Galvão Bueno e vai até a rua dos Estudantes, com entrada pelas duas ruas, sendo uma casa maior e duas pequenas no modelo casa-operária; em 1910, Heitor Seabra pedia para construir quatro casas de distintos formatos em seu lote, aproveitando a profundidade do terreno e seu encontro com a travessa Tamandaré. No ano seguinte, Aldo Ghio pede para construir duas casas geminadas de três cômodos cada numa rua particular nos fundos de um terreno. Sá Rocha questiona por onde se dará a entrada para essas novas casas, já que a construção que dá para a rua dos Estudantes não oferecia espaço lateral suficiente para uma entrada independente, sem comentar sobre as condições de salubridade da construção no interior do lote. Um caso típico de adensamento do uso lote pela morfologia do bairro aparece em um pedido de 1913, quando José Ranoya pede para edificar duas casas geminadas na rua Galvão Bueno n° 117. A princípio, Sá Rocha quer negar o pedido pois, além das duas casas no nível da rua, com cinco cômodos cada, estava previsto na planta que o nível do porão comportaria quase uma duplicata das casas de cima, ou seja, podendo configurar-se como quatro casas, duas inteiramente no porão inclusive com entrada independente. No final, o pedido é aceito e a discussão se centrou em torno do acréscimo do pagamento do imposto por uma construção feita sem porão para ventilação, já que os porões seriam habitáveis.³³¹

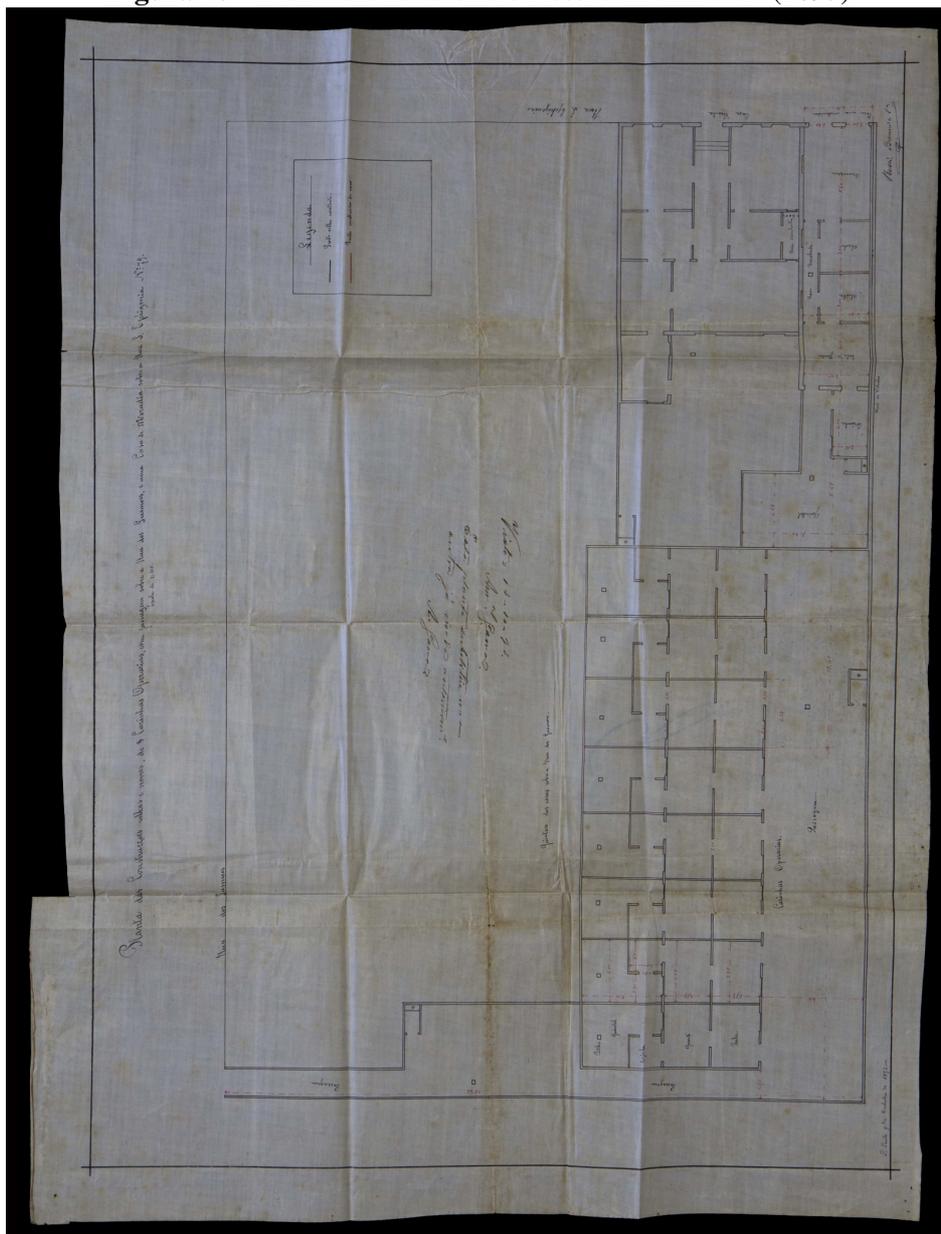
De maneira geral, não verificamos para o caso da Santa Ifigênia e Liberdade a produção de casas em série de maneira extensiva, vez que os pedidos para esse tipo de residência se concentravam mais em dois ou três imóveis iguais, geminados – diferente da tendência de outros bairros centrais, como nos além-Tamanduateí (ALÉM, 2005; REIS, 2017). Se a lógica de construção não massiva, praticamente lote a lote, se dava para as edificações visíveis situadas no alinhamento, as construções no interior do lote seguiam outra lógica. Há uma profusão de pedidos para construção massiva de pequenas casas, de três cômodos, no interior dos lotes, formando verdadeiras vilas – ainda que houvessem acréscimos posteriores, construções de novas casas, os pedidos

³³¹ Arquivo Histórico de São Paulo (1895). Ofício de José Ferreira da Rocha. Rua Galvão Bueno. Encadernado 6; Arquivo Histórico de São Paulo (1910). Ofício de Heitor Seabra. Rua Conselheiro Furtado, A (esquina da travessa Tamandaré). Caixa: OP87. Processo: OP.1910.000.75616694; Arquivo Histórico de São Paulo (1911). Ofício de Aldo Ghio. Rua dos Estudantes, 47. Caixa: OP129. Processo: OP.1911.001.44432786; Arquivo Histórico de São Paulo (1913). Ofício de José Ranoya. Rua Galvão Bueno, 117. Caixa: OP234. Processo: OP.1913.002.40071958. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

em geral previam a construção de várias unidades de uma só vez. Sem dúvida, também uma estratégia para otimizar os recursos previstos para a construção desse tipo de residência. Apesar dessas vilas serem mais conhecidas no caso da Liberdade, talvez pela permanência parcial até a atualidade, elas também estiveram presentes na Santa Ifigênia.

Em 1893, Rossi e Brenni & Cia. assinavam como construtores um pedido que pretendia fazer alterações em uma vila desse tipo que tratamos: era composta por oito pequenas casas em série totalmente confinadas no fundo desse lote, na rua Santa Ifigênia n° 79. Cada casa tinha três cômodos: uma sala e um quarto com as medidas de 3,85mx2,77m, uma cozinha de 2x2m, e cada unidade tinha um quintal de 4x5m, para onde janelas estavam viradas obtendo assim ventilação e iluminação; no quintal coletivo frontal se localizavam as duas latrinas que serviam ao conjunto de casas. A vila era acessível por uma pequena passagem, um corredor estreito e profundo, que dava ligação independente à rua dos Gusmões. Já no alinhamento do lote para a rua Santa Ifigênia, havia um imóvel misto, com um armazém na parte da frente, seguido por uma casa, no formato de construção-corredor, composta por duas alcovas, sala de jantar, cozinha e quintal.

Figura 76 – Planta anexa ao ofício Rossi e Brenni e cia (1893)



Fonte: 1893. SOP/AHSP.

Data de 1898 o pedido de construção de uma extensa vila operária construída no interior do lote pelo agente urbano Carlos Gilardi, com quatorze unidades de três cômodos, discutidas na primeira parte.³³² Na primeira década do século XX, também na Santa Ifigênia, são feitos dois pedidos para construção ou ampliação de vilas: o proprietário Gabriel Dias da Silva, por meio de ofício enviado pelo engenheiro Eduardo Loschi, em 1897, pede que se confirme a autorização dada no ano anterior para construção de 45 casas no interior do lote dos números 36 a 40 da rua Brigadeiro

³³² Arquivo Histórico de São Paulo (1898). Ofício de Carlo Gilardi. Rua General Osório, 55. Encadernado 200. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Tobias, com a expedição da devida licença, que é emitida; o empreiteiro José Kanz pede, no mesmo ano, para aumentar em cinco casas a Villa Block, de propriedade de Eva Achille Block, na rua São João n° 321B, as casas seriam geminadas com quatro cômodos cada, e a entrada se daria por um corredor pequeno com acesso para rua.³³³ Ainda em 1906, mas na Liberdade, a parceria de Luiz Lins de Vasconcellos e do engenheiro Julio Micheli é retomada, dessa vez para pedido de aprovação para construção, na rua da Glória n° 82 de duas casas assobradadas, de oito cômodos, com jardim frontal no alinhamento do lote, e mais quatro casas de operário, de quatro cômodos, no interior do lote com acesso por uma passagem particular – a construção é aprovada sem apontamentos, sendo que o parecer descrimina que não dará alinhamento para as casas de operário já que estão em rua particular não calçada.³³⁴ É um caso de adensamento de ocupação do lote que vai combinar a oferta de habitação para estratos sociais distintos em um mesmo lote.

O uso da rua particular como uma estratégia para adensamento de lote também está presente em um pedido de 1913, de um agente urbano que já encontramos em outros pedidos, Saverio Roque, que através do construtor Alfredo Santos pede para construir cinco casas iguais no fundo de uma construção já existente, na rua Galvão Buenos n° 134. As casas, de apenas três cômodos, são aprovadas após questionamento de Sá Rocha, que diz que a licença só seria dada com o parecer da repartição de água e esgotos viabilizando a ligação do serviço pelo nível das construções – o construtor informa que o terreno de fundo fica 1,60m mais alto que o nível da rua, não criando assim implicações para a conexão, e a autorização é aprovada.³³⁵

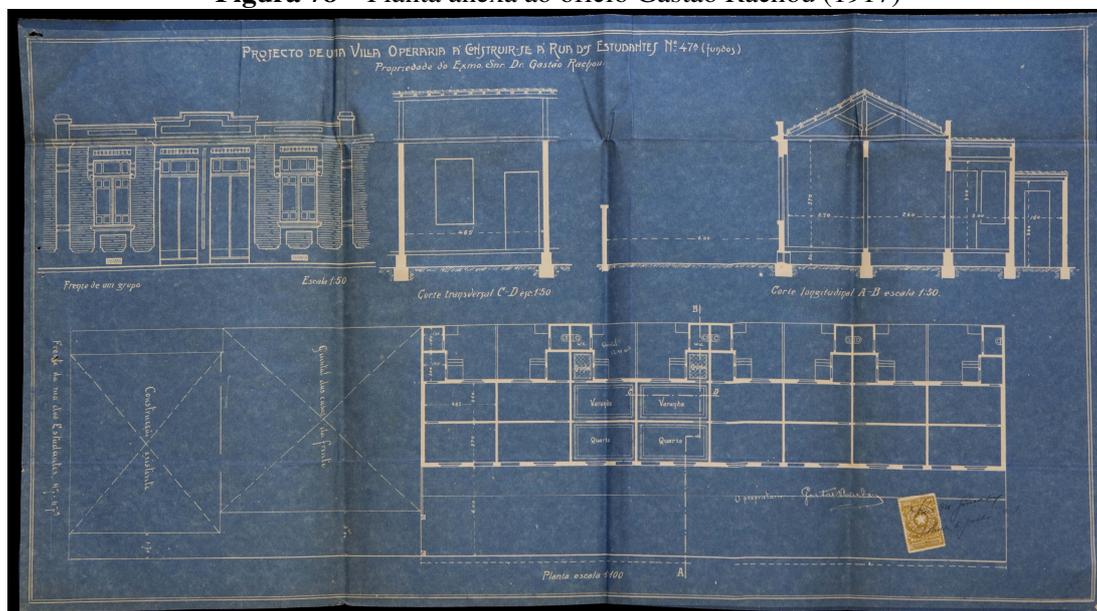
³³³ Arquivo Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Eduardo Loschi. Rua Brigadeiro Tobias, 36-40. Caixa OP3; Arquivo Histórico de São Paulo (1906). Ofício de José Hanz. Rua São João, 321B. Caixa OP12. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³³⁴ Arquivo Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Julio Micheli. Rua Rua da Glória, 82. Caixa OP6. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³³⁵ Arquivo Histórico de São Paulo (1913). Ofício de Alfredo Santos. Rua Galvão Bueno, 134. Caixa OP234. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Um pedido feito pelo empreiteiro José Kanz, em propriedade dos irmãos Alberto Bresser Monteiro e Bruno Bresser Monteiro, para construção de vinte casas em 1911 nos leva à região do bairro com a maior incidência desse tipo de construção: a rua e largo Conde de Sarzedas.³³⁶ Nos pareceres, a única discussão é sobre a qualidade do material que será utilizada para fazer o calçamento da rua particular, sendo primeiramente proposto pelos proprietários o fazer em macadame, depois declaram que “a rua que está de 7 metros ficará de 8 metros conforma a outra, obrigando-se o proprietário a fazer os calçamentos de paralelepípedos”. Já em 1917, é encaminhado um "projecto de uma villa operária à construir-se a rua dos Estudantes, 47A (fundos)", com um croqui de oito casas de três cômodos cada, mais um quintal.³³⁷ O terreno de propriedade de Luiz M. Gonçalves tinha por responsável pela obra o arquiteto Gastão Rachou, pai de vários filhos que seguiram trabalhando no mercado de agentes urbanos, como arquitetos e engenheiros. Nessa mesma região estava também concentrado os investimentos de Possidônio Ignácio das Neves, outro agente urbano que tem seus investimentos nessa área reverberando por longo período, através da prática profissional da sua prole, ativos agentes do processo de urbanização de São Paulo.

Figura 78 – Planta anexa ao ofício Gastão Rachou (1917)



Fonte: SOP/AHSP.

³³⁶ Arquivo Histórico de São Paulo (1911). Ofício de Alberto Bresser Monteiro e Bruno Bresser Monteiro. Rua Conde de Sarzedas, 79. Caixa OP125. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³³⁷ Arquivo Histórico de São Paulo (1917). Ofício de Gastão Rachou. Rua dos Estudantes, 47ª (fundos). Caixa E1-1917. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Dos pedidos que implicavam ocupações intensivas do lote feitos por Possidônio, os mais antigos localizados na SOP são de 1896. O primeiro data de março, e previa a construção de quatro casas de operários, de três cômodos geminadas, “n´um terreno recuado de 45m do alinhamento da rua Conde de Sarzedas”.³³⁸ Inicialmente, o engenheiro Paes Leme, funcionário da Secretaria responsável pelo parecer, entende que poderia ser dada autorização para a obra já que as novas casas projetadas não prejudicariam o imóvel já existente no lote, com frente para a rua Conselheiro Furtado. No entanto, um segundo parecer de Eugenio Guilhem, que então era engenheiro distrital e posteriormente seria vice-diretor e braço direito de Victor da Silva Freire (coautor do plano de melhoramentos feito na primeira década do século XX), pede cautela com a aprovação, mostrando que não foi sem resistência de parte da administração pública que a ocupação dos interiores de lote se deu naquele momento:

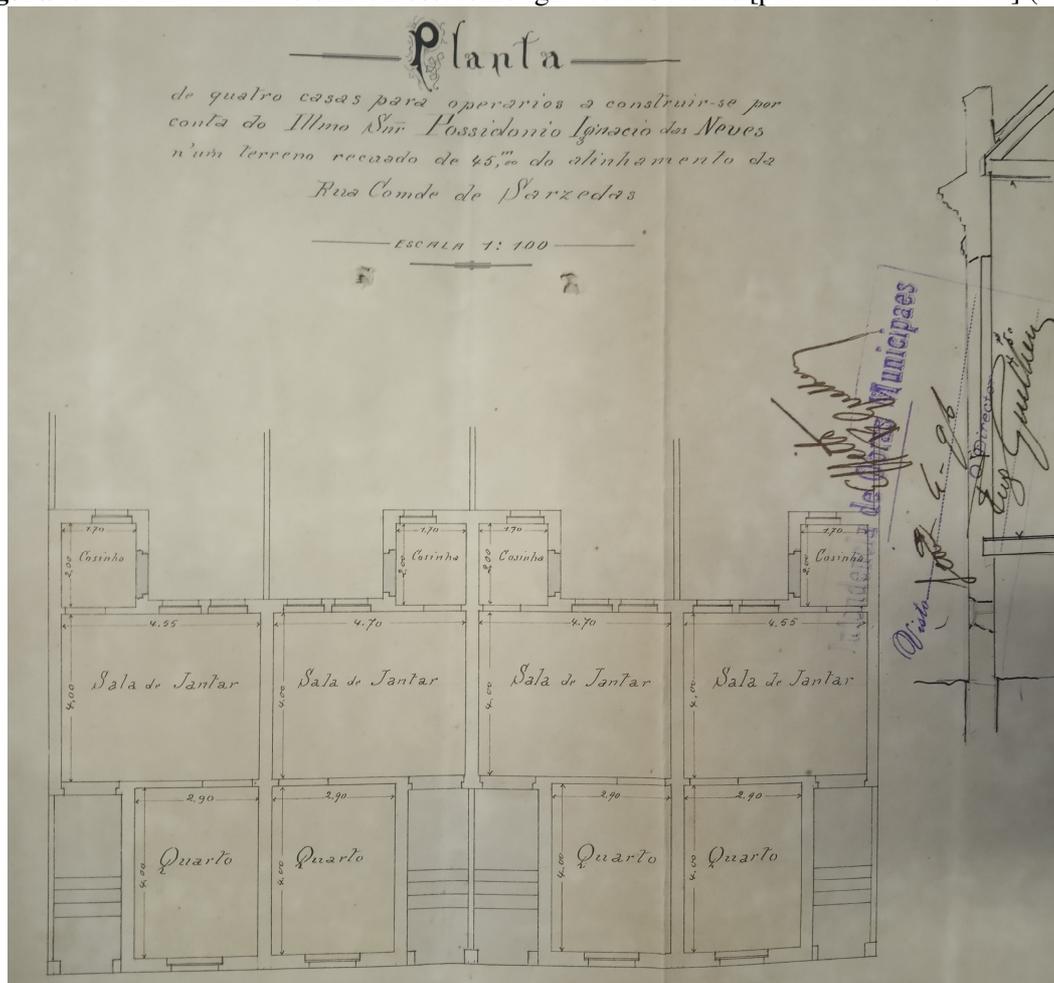
A construção a edificar sendo no interior de um terreno onde já existem casas com frente para rua, sou de parecer que seja ouvido a opinião do fiscal de hygiene afim de ser esta repartição esclarecida sobre a conveniência ou não de conceder-se a autorização para construções no interior de terrenos onde já existem edificações, o que mais tarde forçosamente há de constituir aglomerações condemnadas pela hygiene e perigosas para a saúde pública em prejuízo do futuro da Capital. A nossa responsabilidade não seria pouca e, é por isso, que me parece razoável dividil-a.

No parecer do fiscal de hygiene há preocupação de que as casas ficariam confinadas, completamente úmidas, e que sua construção também pioraria as condições de insolação e arejamento das casas da rua Conselheiro Furtado, pontuando “além de que haverá com esta edificação grande aglomeração de gente sem necessidade”. Por fim, com base nos dois pareceres, a licença é negada. No entanto, Neves faz nova tentativa em agosto do mesmo ano, dessa vez para construção de duas casas de cinco cômodos, em uma planta que explora bastante o terreno do entorno desocupado – trata-se do mesmo terreno do pedido anterior.³³⁹ Esse novo pedido é aprovado sem grandes debates, mas os pareceristas não são os mesmos do primeiro pedido.

³³⁸ Arquivo Histórico de São Paulo (1896). Ofício de Possidônio Ignácio das Neves. Rua Conde de Sarzedas, pegado ao 9. Encadernado 80. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

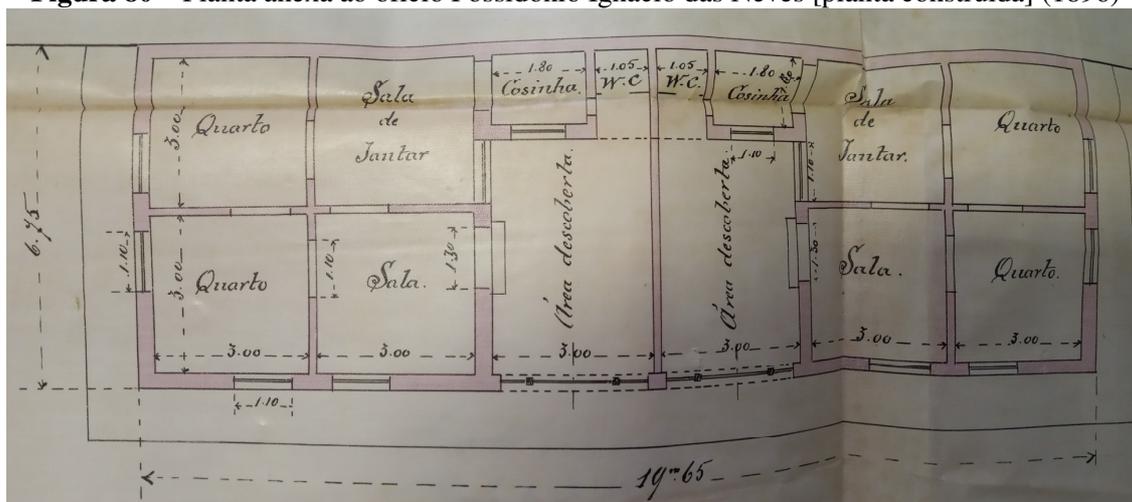
³³⁹ Arquivo Histórico de São Paulo (1896). Ofício de Possidônio Ignácio das Neves. Rua Conde de Sarzedas, pegado ao 3. Encadernado 80. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 79 – Planta anexa ao escritório Possidônio Ignácio das Neves [planta não construída] (1896)



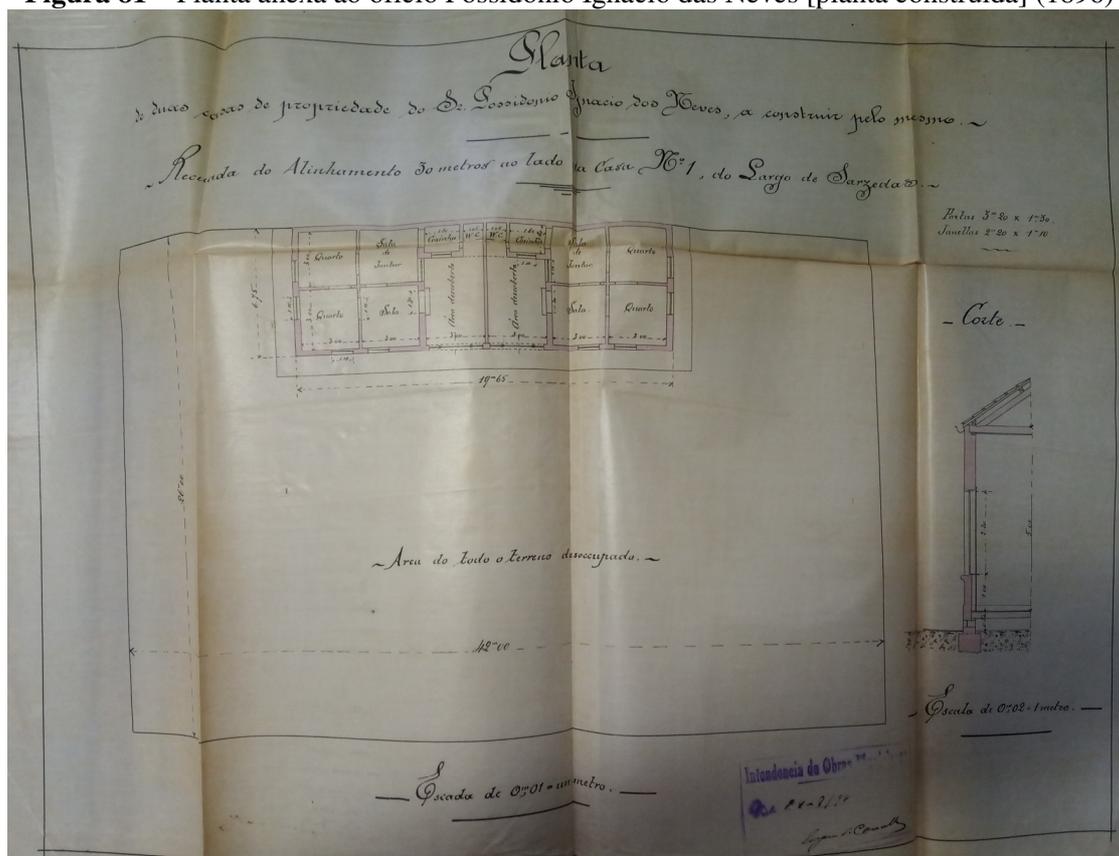
Fonte: SOP/AHSP.

Figura 80 – Planta anexa ao escritório Possidônio Ignácio das Neves [planta construída] (1896)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 81 – Planta anexa ao ofício Possidônio Ignácio das Neves [planta construída] (1896)



Fonte: SOP/AHSP.

As grandes vilas de propriedade de Neves só conhecemos pelos pedidos para seus acréscimos, apesar de que pela tendência que vemos aqui é provável que a construção mais massiva de unidades tenha se dado mesmo na primeira década do século XX. Há dois pedidos distintos para ampliação e finalização da Vila Operária Sarzedas: um de 1901, vide a planta na primeira parte, em que é solicitada a construção de dez casas;³⁴⁰ e um outro de 1905, que pede a construção de trinta e nove casas para completar a vila; se tratava de três conjuntos de casas, cada uma com uma distribuição de planta, mas todas geminadas.³⁴¹ Tanto no parecer de 1901 quanto no de 1905 não há longa discussão nem apreciação sobre a conformidade com as posturas, os pareceres simplesmente atestam “que não há inconveniente” para que seja concedida a licença e que não há necessidade de alinhamento já que se trata de rua particular. Dois anos depois, há dois pedidos, desta vez assinados pelo empreiteiro José Kanz, em que Neves

³⁴⁰ Arquivo Histórico de São Paulo (1901). Ofício de Possidônio Ignácio das Neves. Rua Conde de Sarzedas. Encadernado 279. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³⁴¹ Arquivo Histórico de São Paulo (1905). Ofício de [Possivelmente: Possidônio Ignácio das Neves]. Largo Conde de Sarzedas. Encadernado 407. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

pretendia aumentar em mais três casas sua vila operária. Não fica claro se são pedidos distintos, ou um em substituição do outro.³⁴² Nas discussões dos pareceres desses pedidos há questionamentos sobre as ruas particulares que compõe o interior desse lote não terem sido autorizadas pela Câmara. No entanto, as preocupações com a salubridade das habitações já não são um assunto de relevo nas discussões – o engenheiro Sá Rocha visita pessoalmente o terreno e emite parecer em que afirma as condições verificadas tal como as apresentadas na planta sem ferir o padrão, e concede a licença com uma pequena alteração no pé-direito das edificações. Esses dois pedidos datam de abril, conquanto a visita e parecer de Sá Rocha tenha se dado apenas no final de maio.

Em dois pedidos para a rua dos Estudantes, na parte que provavelmente corresponde a outra vila de propriedade de Neves, a Vila Suíça, novamente as preocupações da Diretoria vão no sentido de que o proprietário havia aberto ruas sem a devida autorização da Câmara – como já havia admitido em pedidos anteriores, e mesmo assim obtido as autorizações para os seus empreendimentos. O pedido de 1905 prevê a construção de três casas de operário e o parecer diz que “Não existe autorização da Câmara Municipal. Há tempos o peticionário apresentou as plantas dos prédios que depois construiu na referida rua particular, mas essas plantas foram aprovadas como construções no interior do terreno não tendo sido dado alinhamento”.³⁴³ Além disso, o parecer reclama que também não foi construído o portão de acesso às casas na vila. Neves responde que colocará tudo de acordo com a planta logo esteja a obra concluída. Já o pedido de 1906 é para mudar o alinhamento de uma casa, adequando a modificações que Neves fez nessa rua particular, e novamente o parecer pontua que “trata-se de um largo e 2 ruas abertas em terreno particular há bastante tempo”.³⁴⁴ Nesse caso, o engenheiro expressa ainda preocupações sanitárias, declarando que “os baixos desse prédio não está em condições de ser habitado e por isso só pode ser ocupado como porão para guarda de objectos” – as preocupações do engenheiro expressam a

³⁴² Arquivo Histórico de São Paulo (1907). Ofício de José Hanz. Largo Conde de Sarzedas. Caixa: OP18. Processo: OP.1907.000.41318066; Arquivo Histórico de São Paulo (1907). Ofício de Possidonio Ignacio das Neves. Largo Conde de Sarzedas. Caixa: OP18. Processo: OP.1907.000.41319742. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

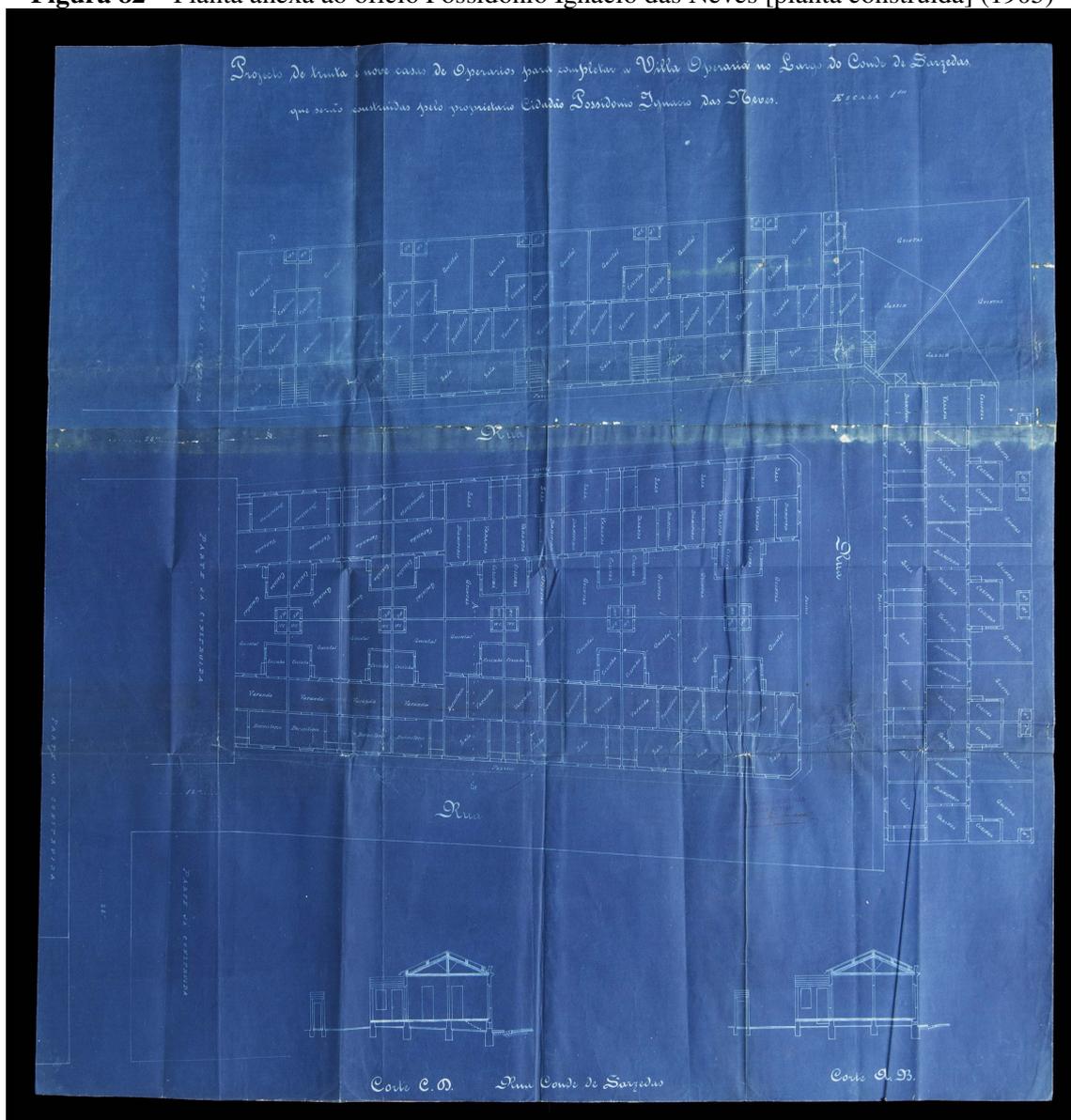
³⁴³ Arquivo Histórico de São Paulo (1905). Ofício de Possidonio Ignacio das Neves. Rua dos Estudantes, entre os n. 60 e 62. Encadernado 409. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³⁴⁴ Arquivo Histórico de São Paulo (1906). Ofício de Possidonio Ignacio das Neves. Rua dos Estudantes. Caixa: OP6. Processo: OP.1906.000.6088669. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

prática conhecida por relatos, e mesmo auto crimes, de habitação nos porões dessa parte do bairro ainda que não documentadas diretamente na SOP.

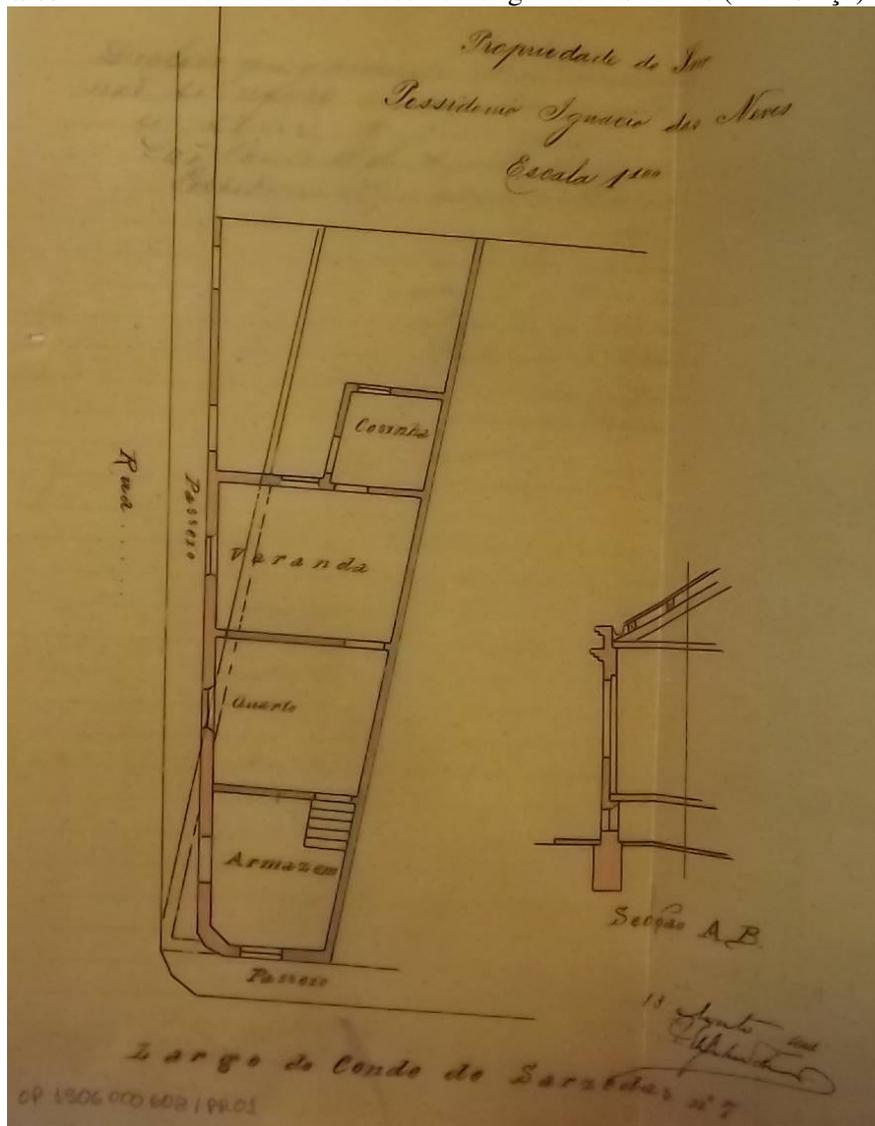
A casa seguia exatamente o mesmo padrão de todas da vila, com um único diferencial: era um imóvel misto, com um cômodo a mais, em que funcionava um armazém. Pelas dinâmicas dos investimentos de Neves, tanto é provável que ele simplesmente alugasse esse ponto comercial ou mesmo que o gerenciasse direta ou indiretamente, criando mais uma relação econômica com os habitantes da sua vila que por vezes eram seus empregados em outras atividades econômicas, como vimos no auto crime de despejo analisado.

Figura 82 – Planta anexa ao ofício Possidônio Ignácio das Neves [planta construída] (1905)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 83 – Planta anexa ao ofício Possidônio Ignácio das Neves (Vila Suíça) (1906)



Fonte: SOP/AHSP.

A preocupação com a possível habitação em porões, e a de construções desniveladas com a rua, aparece nos pareceres do engenheiro Sá Rocha para outro pedido de Neves, desta vez de quatro casas em série, geminadas, com quatro cômodos, com as fachadas alinhadas em um lote irregular na rua Galvão Bueno, nas proximidades com a rua São Joaquim. Sá Rocha insiste diversas vezes que o terreno se trata de um barranco, que já havia casinhas velhas edificadas no interior do lote que demonstram o desnível, ao que Hanz, responsável pela obra, simplesmente responde que o terreno nesse ponto entre as casas novas e o nº 132 está nivelado com a rua. A versão foi contestada pelo engenheiro, que aponta indícios de que o peticionário está mentindo, pois “junto ao terreno pode ver-se um letreiro com o sugestivo [ilegível] “Aceita-se terra” !!!”. Mais uma interpelação é feita pelo requerente, que também é rebatida por Sá

Rocha, mas que quatro meses após o pedido inicial, em outubro, concede afinal a licença, sem que esteja registrado no processo o que motivou a mudança de posição, se uma troca de projeto ou algo do tipo.³⁴⁵

Na segunda década do século XX, Neves realiza uma segunda expansão das suas vilas operárias, provavelmente em novos terrenos internos adquiridos: faz simultaneamente dois pedidos distintos para construir sete casas em cada, um para alinhamento no lote “pegado ao número 60” e outro para o interior do terreno entre os números 75 e 77.³⁴⁶ Os dois pedidos são apreciados também por Sá Rocha, que faz apontamentos mais duros em relação a salubridade das construções: no caso das casas em série alinhadas no lote, em que o próprio Neves assina os requerimentos; o engenheiro pediu uma modificação da planta em geral, pois a iluminação e ventilação não seriam suficientes – conhecemos apenas a planta final, em que no alinhamento há uma porta e duas janelas, e um quintal de ventilação ao fundo; já no caso das construções no interior do lote, a divergência, travada com o construtor Antonio José das Chagas Junior se alonga.³⁴⁷ Consideramos interessante transcrever parte da discussão entre o engenheiro e o construtor, já que expõe bem as dinâmicas de conflito e negociação em torno desse tipo de pedido nessa retomada dos investimentos nesse padrão construtivo intensivo nas duas décadas anteriores:

No primeiro parecer, Sá Rocha solicita alterações:

O espaço entre o corpo principal da casa e o anexo deve ter pelo menos 2m de largura seguindo determinação do código sanitário e mesmo porque o comodo junto a elle ficaria em condições deficientes de arejamento e iluminação.

Chagas Jr. responde:

³⁴⁵ Arquivo Histórico de São Paulo (1908). Ofício de José Kanz. Rua Galvão Bueno, (junto ao 132). Caixa: OP41. Processo: OP.1908.000.8484684. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³⁴⁶ Arquivo Histórico de São Paulo (1913). Ofício de Francisco de [?] Neves. Rua Conde de Sarzedas, pegado ao 60. Caixa: OP224. Processo: OP.1913.001.53380221; Arquivo Histórico de São Paulo (1913). Ofício de Antonio José das Chagas Junior. Rua Conde de Sarzedas, 75 e 77. Caixa: OP224. Processo: OP.1913.001.53080336; Arquivo Histórico de São Paulo (1908). Ofício de José Kanz. Rua Galvão Bueno, (junto ao 132). Caixa: OP41. Processo: OP.1908.000.8484684. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

³⁴⁷ Antonio José das Chagas Junior não aparece em nenhum outro registro que consultamos além desses dois pedidos, mas tem 91 resultados de pedidos assinados por ele como interessado no SIRCA – no entanto, quase todos datam do mesmo ano de 1913. Pelo tipo de argumentação com a Diretoria, parece ser construtor ou empreiteiro, mas não encontramos nenhuma menção sobre ele nos estudos de Pareto Jr. (2012; 2016). A única referência encontrada é de um relatório assinado por ele na condição da carcereiro da Cadeia Pública da Capital, São Paulo, em 1894. Ver em: BAETA LEAL, C. F. Anarquismo e segurança pública: São Paulo, 1894. *História Social*, n° 16, pp 45-62. 3

Peço [ilegível] para ponderar que não me parece justo exigir 2m para área quando esta está ligada a um quintal, pelo que passo a aprovação da planta de acordo como está feita.

Sá Rocha responde que mantém sua posição pois a janela desse cômodo ficaria prejudicada e a franca iluminação e ventilação dependem de espaço acrescentando ainda que:

Devo ponderar ainda que o proprietário em outro requerimento que vai hoje igualmente informado – e para construccões [ilegível] idênticas no n° 60 da mesma rua – concordou em atender ao pedido que lhe fiz n'esse sentido.

Chagas Jr. aceita a modificação, mas ainda se posiciona no entendimento de que a medida é desnecessária:

Em vista da informação do Sr. Eng. Sá Rocha, junto novamente as plantas cortadas com os dois metros entre o corpo da casa e o puchado o que não faz diferença para a construção visto o quintal ter mais de vinte metros de área quadrada.

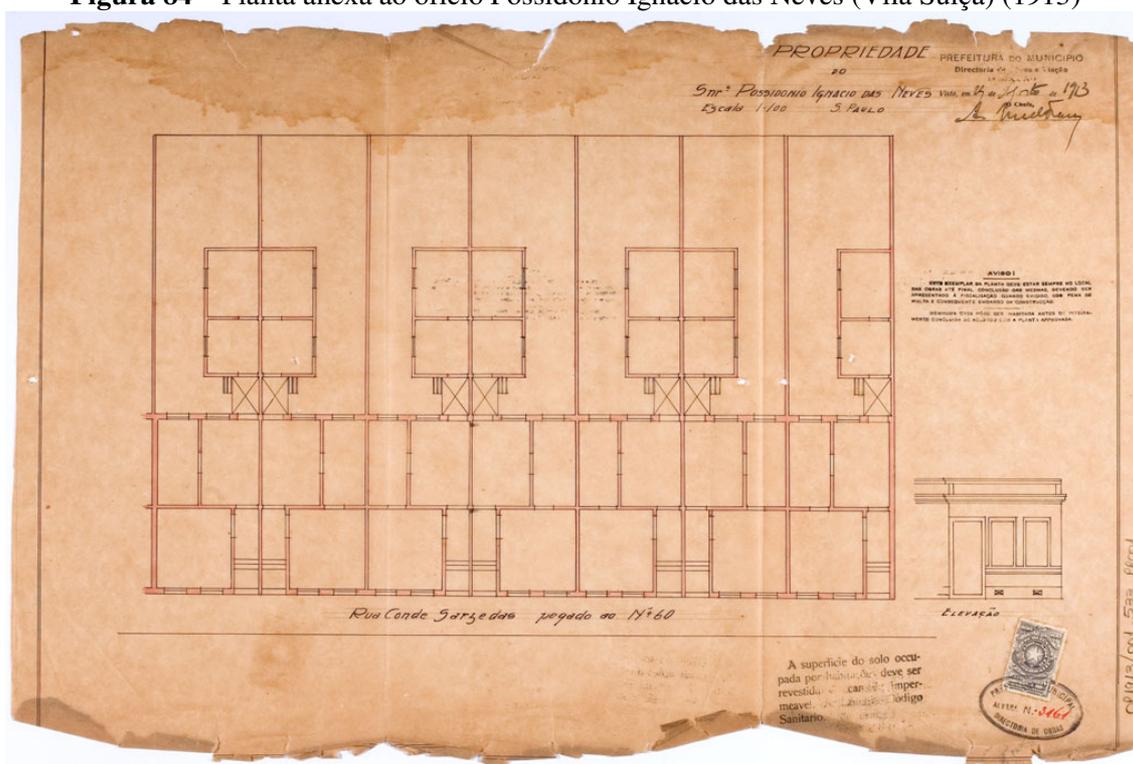
Sá Rocha não se furta a fazer um posicionamento final contestando o construtor:

É necessário que fique bem esclarecido que não há de minha parte exigência alguma descabida. A área de que se trata fica entre a casa e o puchado nada tendo de comum com o quintal. Como tal é considerada área interna e deve obedecer a exigência do código sanitário – applicado por ordem do Sr. Prefeito.

Nesse pedido para o interior do lote, se declarava no ofício inicial, que havia uma caução feita ao tesouro municipal para garantir o calçamento da frente das casas – caução de dez contos e oitocentos mil reais (10:800\$000) feita pelos irmãos Bresser Monteiro. Na tabulação de pedidos feito por Lody, os irmãos Bresser Monteiro, proprietários de outra vila operária na Conde de Sarzedas vista acima, eram os primeiros proprietários mais recorrentes em pedidos para a região que ele classifica como Sé (no recorte geográfico do arquiteto, toda essa parte da Liberdade das proximidades do Tamandateí estaria compreendida nessa região), enquanto Neves seria o segundo para essa mesma região, e o segundo também para a região que articulava os pedidos para

Bexiga, Liberdade e Consolação.³⁴⁸ Possivelmente, por essa década, esses agentes urbanos tenham começado a agir em conjunto nessa região, já que registros em nome desses proprietários só passam a ser comuns a partir desse momento. Ainda em 1913, Neves continua sua atividade de expansão das vilas: faz um pedido adicional a outro, no qual tratava da construção de treze casas no interior do lote, pedindo o relevamento da caução para garantia de calçamento da rua interna, assinando no lugar um termo de compromisso apenas.³⁴⁹

Figura 84 – Planta anexa ao ofício Possidônio Ignácio das Neves (Vila Suíça) (1913)

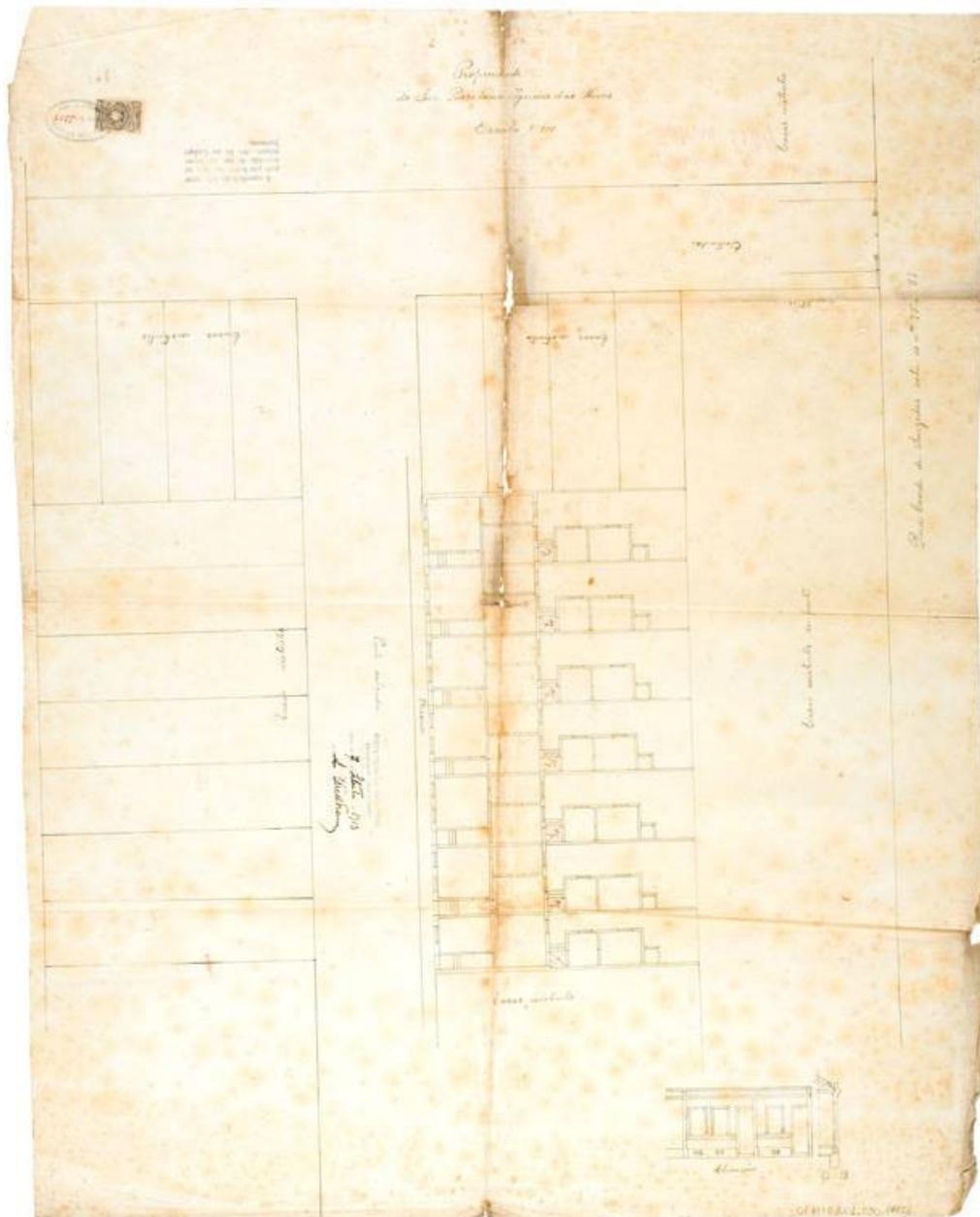


Fonte: SOP/AHSP.

³⁴⁸ Para Bexiga, Liberdade e Consolação, Lody identifica 43 pedidos de Neves, já para o que ele classifica como Sé, 31; os irmãos Bresser Monteiro tinham 36 pedidos para a mesma região Sé (2015: 101; 107).

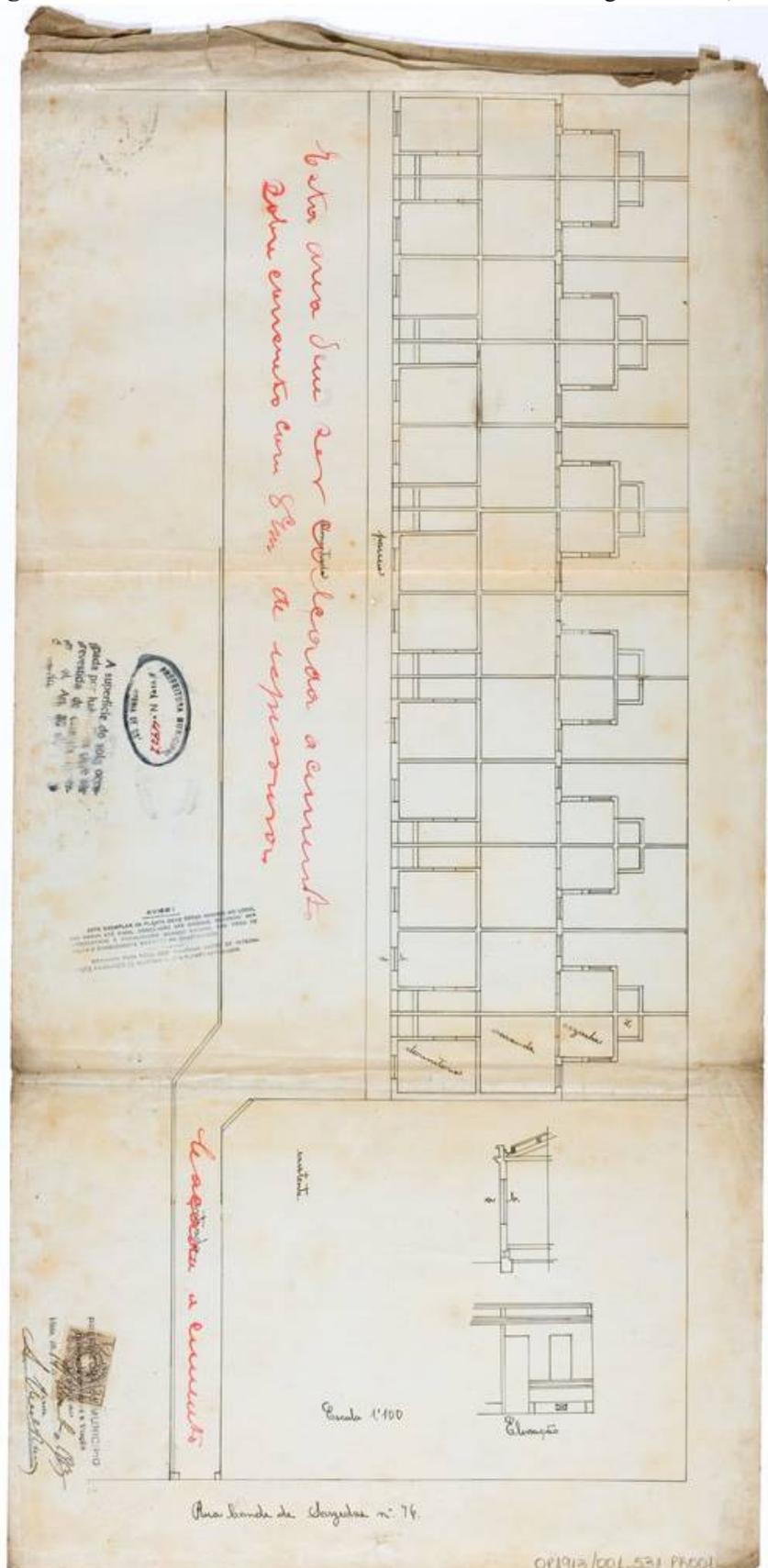
³⁴⁹ Arquivo Histórico de São Paulo (1913). Ofício de Antonio José das Chagas Junior. Rua Conde de Sarzedas, 76. Caixa: OP224. Processo: OP.1913.001.53185423. Série Obras Particulares. Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação. Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo.

Figura 85 – Planta anexa ao ofício Antonio José das Chagas Junior (1913)



Fonte: SOP/AHSP.

Figura 86 – Planta anexa ao escritório Antonio José das Chagas Junior (1913)



Fonte: SOP/AHSP.

As três dimensões que tratamos aqui sobre a materialidade da urbanização desses bairros, do traçado urbano, da ocupação da rua e da ocupação dos lotes, nos permitiram discutir temas importantes no processo de expressiva urbanização da cidade no período estudado: os significados políticos do tipo variável e cambiante da legislação, as disputas em torno do projeto de salubridade urbana expressas nas discussões sobre ventilação e insolação das construções, e a formulação de uma projeção idealizada, ainda que difusa, da regularidade e homogeneidade da forma urbana. As construções geminadas e alinhadas no lote respondiam a uma imagem de cidade homogênea, que, contudo, passava por disputas constantes em cada reconstrução dos lotes ou modificação no traçado das ruas. Se o alinhamento era um signo positivo para o todo da forma urbana, um padrão a ser seguido, na necessidade de distinção da ordem burguesa residiu a introdução das casas com recuos e isoladas no lote no tecido urbano denso de São Paulo. Enquanto na cidade que vivia sob o regime escravista, os diferenciados tipos de residências seguiam os mesmos padrões de alinhamento e eram vizinhas de quadra; os sinais da derrocada desse tipo de servidão, e o processo de diversificação do capital que adveio da desvalorização da propriedade escrava, fizeram surgir na cidade novas apostas no mercado de loteamento e imobiliário. Os lançamentos de bairros exclusivos de elite, com padrões construtivos específicos tentando determinar recuos obrigatórios eram uma aposta na renda da reprodução da cidade a partir da constituição da distinção pela tipologia e local da moradia.

Determinado o padrão e a distinção do seu oposto, a dualidade das formas de habitar entre alinhado e isolado no lote invisibilizou uma outra forma de moradia que foi propiciada, em grande parte, pelo modelo de lote criado pelo costume do alinhamento das construções no limite do passeio. Assim, a busca por uma cidade que espelhasse uma forma homogênea e uma ocupação ordenada engendrava ela mesma uma rachadura nesse projeto. As construções de casas e vilas no interior das quadras consubstanciavam um investimento comum entre alguns setores sociais, inclusive os mesmos que lucravam também vendendo a imagem da especialização espacial da cidade. Essa aparente contradição expressa que um suposto projeto de *modernização* da cidade não era uníssono entre as elites, e nem obedecia às formulações de cada agente que esteve nele envolvido, sendo muito mais um retrato das articulações possíveis entre as suas práticas concretas, fossem sociais ou econômicas, com suas projeções para aquele território em transformação. As casas no interior das quadras permitiam a

parcelas menos abastadas da população continuarem residindo na área urbana mais adensada, mesmo com as sucessivas elevações de custo de vida a partir do inchaço da capital paulista nesse momento. Aparecem, assim, como uma descontinuidade nesse processo, mesmo que tenham sido produzidas, de alguma forma, por ele mesmo. Não tiveram, contudo, lugar nas representações duais sobre os tipos de ocupação do lote – ainda que as moradias no interior das quadras apresentadas aqui estivessem longe de ser o tipo de moradia mais precária desse período, com os cortiços e outras formas de habitações coletivas e insalubres estando também integrados ao tecido urbano, como os próprios porões dessas mesmas construções.

A sequência de legislação sobre alinhamentos faz parte da construção da infraestrutura urbana nesse período, participa da conformação das vias e passeios, e constitui um elemento importante para o controle e o direcionamento do crescente fluxo na cidade. Uma regularidade da ocupação do solo e um desimpedimento para a circulação não são simples elementos de *progresso* que essa infraestrutura propiciava, mas sim uma aposta política no tipo de cidade que se estava construindo, mesmo que não de maneira totalmente consciente e articulada – e que despertava conflitos no interior das próprias elites, já que essa infraestrutura representou um desafio na forma de lidar com os limites do direito à propriedade, como vimos. A principal determinação da legislação incidente sobre os alinhamentos definia sempre o engenheiro como o responsável por os estabelecer, isso em um momento em que perdurava o embate sobre qual era o espaço legítimo para arbitrar sobre as soluções de problemas da cidade. A autonomia da engenharia como uma técnica neutra havia se desenhado durante o século XIX, roubando à política o espaço e a competência para tratar de grandes problemas gerais (BRESCIANI; GORELIK, 2016: 89). Podemos ver no caso de São Paulo constantes conflitos e negociações que, no trato com os argumentos e estatutos das soluções técnicas pretensamente neutras, evidenciavam o seu conteúdo político, expresso na maleabilidade da legislação que atendia as correlações de força para cada situação. Assim, o papel da técnica na determinação dos alinhamentos se apresentava como mais um dos elementos nesse embate político, multifacetado, pelo fazer da cidade.

Apontamentos finais

Partimos do olhar para os bairros da Santa Ifigênia e da Liberdade como pontas de vetores de expansão urbana em São Paulo para, ao longo da pesquisa, nos debruçar sobre os aspectos dos seus processos de adensamento de ocupação, dinâmicas do mercado de terras urbanas, morfologia, loteamento, composição demográfica e as práticas de sociabilidade de suas populações. Esmiuçar as questões em torno da urbanização desses bairros centrais nos permitiu repensar algumas das concepções de que partimos para propor esta pesquisa. Se no início entendíamos que uma concepção mais esquemática sobre a urbanização de São Paulo na passagem do século XIX para o século XX - se utilizando da noção de *modernização* - permanecia no imaginário social e era manejado como contexto histórico em alguns tipos de pesquisa em função de lacunas historiográficas sobre o tema, ao longo da pesquisa entendemos que as problemáticas que permeiam esse processo são mais profundas. Foi necessário, no entanto, partir dessa pretensa condição lacunar de estudos para conhecer e articular uma ampla bibliografia que tratou sobre o tema, assim como estudar desde as fontes primárias as dinâmicas desses bairros, os relacionando não só com as dinâmicas da própria cidade mas também com fenômenos mais globais para entender que o problema residia muito mais nas abordagens teórico-metodológicas que na ausência da exploração de uma temática em si, ou de aspectos específicos dentro daquela temática.

Por isso, muitas das conclusões e elaborações desse trabalho estão apresentadas já na introdução. Consideramos que essas disposições deveriam ser apresentadas logo no começo da leitura, para subsidiar o entendimento das duas outras partes desta tese, ainda que tenha sido possível formulá-las somente com o desdobramento de diversas questões que apenas uma pesquisa detida sobre uma grande quantidade de fontes históricas poderia permitir. A escolha por apresentar as disposições da tese logo de início pretende, assim, que esta pesquisa não seja tomada como mais um estudo de caso sobre as especificidades e peculiaridades desses bairros, ou mesmo mais um estudo sobre a diversidade e pluralidade do processo de urbanização de São Paulo dentro desse período. Como tratamos ao longo de toda tese, há diversos trabalhos que se debruçaram sobre esses aspectos, e não é essa a perspectiva que perseguimos aqui – ou que passamos a perseguir, pelas reflexões proporcionadas ao longo da pesquisa. Ao final, o principal questionamento se focava em porque, com tantos estudos mostrando o processo de urbanização de São Paulo como plural, fragmentário e conflituoso, essa perspectiva não se espalhava para além de um campo muito específico de estudos?

Procuramos trabalhar algumas dimensões dessa questão, principalmente

focando em como essa perspectiva crítica teve um acolhimento apenas pragmático das suas proposições, o que promoveu um esvaziamento e pacificação da crítica; de outro lado, discutimos que esse tipo de apropriação neutralizante era também em parte possível porque mesmo essa perspectiva opera nos mesmos quadros epistêmicos da historiografia hegemônica a quem quer se opor. Um diagnóstico sem solução imediata, parte de uma crítica persistente, mas escamoteada, ou simplificada, à própria estrutura da história como disciplina. Não seria possível nos inscrever fora do problema, como uma solução a essa questão, mas esperamos que seja uma contribuição para trabalhar mais abertamente a exposição de nossas bases teóricas no campo da história urbana, entendendo que são parte fundamental das proposições que sustentamos. A dificuldade em sustentar essa proposição é atualmente enfrentada por grande parte da historiografia, mesmo em áreas com uma tradição mais consistente de debates teóricos. O uso instrumental de abordagens teórico-metodológicas é bastante difundido atualmente na historiografia, gerando inclusive situações em que estudos que se professam como defensores de uma abordagem a estarem na sua substância comprometidos com outra – muitas vezes oposta.

É expressivo o desprezo pela discussão teórica em relação a uma valorização do tema de pesquisa isolado, condição amplificada pelo sempre renovado fetiche da novidade histórica, como se simplesmente encontrar o que se classifica como novos dados e novas fontes constituíssem, por si, uma transformação das interpretações historiográficas anteriores:

Hoy se habla de historia global, que no es una nueva metodología, es una cosa más moral que metodológica, porque es nuestra mala conciencia por el eurocentrismo de antes. Debemos ver el mundo como una totalidad policéntrica, pero esto se manifestó más como una visión espacial sin ser una discusión metodológica y tiene muchos peligros, porque los libros que pretenden hacer historia global la entienden de maneras muy diferentes. Por ejemplo, este libro que tengo aquí, que se llama *El imperio del algodón. Una historia global* que ha sido muy difundido ahora, traducido al español y en italiano. Que hace una lectura global, pero sin innovación metodológica y sin documentos de archivo, especialmente con una visión general de tantos estudios locales y sin ver el algodón en sus relaciones con otros textiles por lo que se refiere a las innovaciones técnicas, en la creación de mercados de los productos textiles en general etc. Al final, es una historia general de algo parcial como ya se vieron muchas (del azúcar, de las papas, de la seda, de los esclavos, de la merluza etc.) sin pretensión de ser historia global. Ahora, esto metodológicamente es equívoco. [...] Los métodos los deben establecer los historiadores si quieren innovar nuestra profesión. Teniendo en cuenta que estudiar cosas que no se habían

estudiado antes no producen automáticamente innovaciones metodológicas. Todo se puede estudiar en una perspectiva micro como en una perspectiva macro. [...] Un ejemplo, que creo significativo, la historia de las mujeres: nació con gran esperanza porque se pensaba que esto debía cambiar totalmente la historia y paulatinamente se ha reducido a historia de las mujeres, no a una modificación general de la historia. La historia de las mujeres es una especialidad, no es la revisión general de la manera de leer la historia bien que su merito es de buscar un equilibrio de atención donde antes había como un espacio vacío. Ahora creo que la novedad metodológica sería realizada si se llegaba a reescribir toda la historia no solo con la presencia de las mujeres sino con el hecho que esta presencia debe cambiar la lectura del pasado. Los historiadores deben ponerse como primer deber, de estudiar al mismo tiempo y con la misma atención los que dejaron tantos documentos y los que dejaron pocos, por ver como esto cambia el significado social y científico de nuestro trabajo (LEVI, 2017: 13-14).

A longa citação de Giovanni Levi toca em vários pontos que buscamos debater, tanto mostrando guarda-chuvas conceituais que, ao fim, não deixam explícitas suas proposições, se promovendo como novidade quando em geral não propõe modificações expressivas nas práticas historiográficas, como também o movimento de buscar temas que parecem negligenciados não dá conta por si só de uma modificação substancial das abordagens. O problema se agrava porque habitualmente não tratamos de maneira articulada o que nossas interpretações propõem e como elas são refletidas e refletem a base teórico-metodológica em que nos apoiamos para construí-las. Assim, seguem longos debates em torno de divergências de um tema específico que sustentam que a disparidade com outras interpretações estariam localizadas somente no fato de utilizarem, os outros, um método incorreto. Desdobramos variados aspectos da urbanização dos bairros da Santa Ifigênia e Liberdade na perspectiva de que esses elementos e as discussões que travamos a partir deles se relacionavam constantemente com esse esforço de entender a própria formulação historiográfica com a sua implicação teórica. Não pretendemos aportar nenhuma novidade para a historiografia da urbanização de São Paulo na passagem do século XIX para o século XX com o estudo sistemático desses bairros, já que, apesar de não haver uma larga produção sobre eles, os temas que tratamos aqui foram explorados de maneira ao menos parcial por outros pesquisadores. No entanto, a potência dessas leituras e críticas se perde justamente por não articular a dimensão teórico-metodológica das pesquisas, em um duplo movimento de indisposição tanto dos próprios pesquisadores de explicitar suas bases conceituais quanto da própria comunidade de historiadores de fazer um debate mais aberto confrontando perspectivas.

As consequências dessa condição são prejudiciais para a historiografia como um todo, mas têm impactos especialmente perversos quando tratamos de processos com muitos graus de dissonâncias como os experienciados nos territórios que vivenciaram no seu solo o embate colonial. Tanto a Santa Ifigênia quanto a Liberdade foram bairros atravessados pelas tensões da formação populacional da cidade, sendo espaços importantes para a população negra desde o período colonial, e que receberam um número expressivo de imigrantes europeus brancos no recorte temporal desta pesquisa. Esse não é mais um dado a ser acrescentado na análise sobre a urbanização desses bairros, mas nos pareceu, sim, um dado central para compreender as dinâmicas de suas urbanizações, porém elemento difícil de manejar já que essa questão é habitualmente tratada de uma maneira demasiado segmentada tanto na literatura sobre imigração, quanto na literatura sobre a condição da população afrodescendente no pós-abolição. Para esse problema há tanto uma dificuldade em trabalhar com nuances difíceis de apreender em documentos como os que usualmente utilizamos na história urbana, quanto a busca de uma extrema especificidade de processos que não nos permitem fazer relações que fujam de uma cronologia bem enquadrada. Para tratar dessa dimensão, não bastaria, assim, relacionar os diversos estudos pontuais sobre a imigração de uma ou outra nacionalidade, ou da condição da população negra em sua experiência em condições sociais específicas.

Essa questão é tão sensível porque expõe a dimensão da condição de colonialidade entranhada nesta formação urbana e, portanto, abordá-la desde esse caráter dissensual exige que a leitura passe por um enfrentamento das contradições estruturantes desse processo sem contemporizá-las. As relações que se deram entre os diferentes setores da população foram conflituosas não somente pela forma pontual que se deram naquele momento, mas porque estavam imbrincadas em um processo muito mais geral tanto da formação da classe trabalhadora como da elaboração de mecanismos de controle dos despossuídos na consolidação do capitalismo global. No solo colonial, a convivência de mundos dissonantes a essa generalidade da história global fica um pouco mais explícito, mas para apreender esses elementos na sua potência para além de uma curiosidade histórica ou um descompasso dentro do processo há que se implicar em sustentar os projetos que, aparentemente derrotados, seguiram existindo simultaneamente em um mesmo território. Este não era o cerne desta pesquisa, e, por todos os elementos citados, não nos aprofundamos como gostaríamos nessa discussão, mas parece fundamental destacar a sua importância não só para a urbanização desses

bairros, mas apontar que transformar as abordagens segmentadas desses estudos complexificaria a nossa apreensão sobre as transformações urbanas de São Paulo na passagem do século XIX para o século XX.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

Série Alinhamentos
Série Obras Particulares
Série Obras Públicas
Série Papéis Avulsos
Série Numeração

Archivo Historico Nacional de España

Informes policiales
Procesos de reforma
Telegramas policiales

Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo

Autos Crime da Capital
Inventários

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Autos Crime da Capital e do Interior; acervo cartográfico
Fichas e Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operarias e cortiços no Districto de Sta. Ephigenia.
Ofícios e correspondências da Engenharia Sanitária
Código Sanitário do Estado de São Paulo (1894)

Archivo de la Villa de Madrid

Serie Obras Particulares

Biblioteca da FAUUSP (Seção Técnica de Materiais Iconográficos)

Negativos do Fundo Ramos de Azevedo

Câmara Municipal de São Paulo

Anais da Câmara Municipal de São Paulo (1904 – 1923)
Atas da Câmara Municipal de São Paulo (1886 – 1903)
Código de Posturas do Município de São Paulo (1886)

Museu de Saúde Pública de São Paulo

Fichas de inspecção sanitária
Registros de quadro de funcionários do Desinfectório Central

Museu Paulista

Acervo cartográfico
Fichas arquivo Aguirra

FONTES PUBLICADAS

CASTRO, Carlos Maria de. Ensanche de Madrid: anteproyecto. *Plano general de la zona de Ensanche y del emplazamiento y distribución del nuevo caserío, ejecutado por Real orden de 8 de Abril de 1857*. Madrid: Lit. J. Donon, 1861. Acervo: Biblioteca Nacional de España.

CERDÀ, Idefons. *Teoría General de la Urbanización - Y aplicación de sus principios y doctrinas a la Reforma y Ensanche de Barcelona*. Tomo I. Madrid: Imprenta Española, 1867. Acervo: Biblioteca Nacional de España.

_____. *Teoría General de la Urbanización - Y aplicación de sus principios y doctrinas a la Reforma y Ensanche de Barcelona*. Tomo II. Madrid: Imprenta Española, 1867. Acervo: Biblioteca Nacional de España.

_____. *Teoría de la Viabilidad urbana y reforma de la Madrid*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas y el Ayuntamiento de Madrid, 1991.

FREIRE, Victor da Silva. A cidade salubre. *Revista Polytechnica*, São Paulo, v. 8, n. 48, out-nov, 1914.

_____. A planta de Belo Horizonte (a propósito da cidade salubre). *Revista Polytechnica*, São Paulo, v. 9, n. 52, 1916.

_____. Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitações (alturas e espaços). Um capítulo de urbanismo e economia nacional. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, v. 1, n. 3, fev. 1918.

_____. Melhoramentos de S. Paulo. *Revista Polytechnica*, São Paulo, v. 6, n. 33, fev./mar. 1911.

_____. Prefácio. In: ALBUQUERQUE, Alexandre. *Insolação: Orientação e largura das ruas, altura dos edifícios*. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1916. pp. VII-VIII; pp. 77-80 (Apêndices).

_____. Melhoramentos de S. Paulo: O problema administrativo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 mar. 1911, p. 3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALITA, Fernando. *La ciudad regular: Arquitectura, programas e instituciones en el Buenos Aires posrevolucionario, 1821-1835*. Bernal: UNQ; Buenos Aires: Prometeo 3010, 2006.

ANDERSON, Perry. *Teoría, política e historia: un debate con E.P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI, 1985.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

ANDRADE, Margarida Maria de. *Bairros além Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho*. 1991. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ARENAS, Luis. *Fantasmas de la vida moderna: ampliaciones y quiebras del sujeto en la ciudad contemporanea*. Madrid: Trotta, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1994.

ASSMANN, Aleida. Locais. In: ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.

AZEVEDO, Amailton Magno. *Sambas, Quintais e Arranha-Céus: as micro-áfricas em São Paulo*. São Paulo: Olho d'Água, 2016.

BÉGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates: Cidade e História*, n. 34, p. 29-54, 1991.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas de Baudelaire. In: *Modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. Parque Central. KOTHE, Flávio (trad. e org.). *Walter Benjamin: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Obras escolhidas*. v. I. São Paulo: Brasiliense, 2013.

_____. *Obras escolhidas*. v. II. São Paulo: Brasiliense, 2013.

_____. *Obras escolhidas*. v. III. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BORIN, Monique Félix. *A Barra Funda e o fazer da cidade: experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. A contribuição de Theodoro Sampaio ao relatório dos cortiços de Santa Ifigênia: Saneamento e urbanismo na trajetória de um engenheiro. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online), São Carlos, v. 14, n. 1, pp. 49-57, jun. 2016.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRESCIANI, Maria Stela Martins. *Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projeto*. São Paulo: Alameda, 2018.

_____. Imagens de São Paulo: estética e cidadania. In: *IV Seminário de História da Cidade e do urbanismo*, 1996, Rio de Janeiro. Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996. v. 2. pp. 465-474.

_____. Interdisciplinaridade? transdisciplinaridade nos estudos urbanos. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, v. 7, n. 1, pp. 10-62, 2015.

_____. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 256-281.

_____. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade* [S.l.], v. 6, n. 8, jul. 2014.

_____. Sanitarismo e configuração do espaço urbano. In: CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização [1893]*. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2010. pp. 15-38.

_____. Sanitarismo e Preocupações Estéticas: O Mercado Central de São Paulo. In: *Seminário internacional do programa internacional de investigaciones sobre el campo urbano y las condiciones históricas de emergencia de las competencias urbanísticas*, 1996. Vaquerias. v. 2.

_____. Percursos topográficos e afetivos pela cidade de São Paulo: memorialistas, viajantes, moradores, literatos e poetas. In: FRIDMAN, Fania (org.). *Cidades do Novo Mundo: Ensaio de urbanização e história*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano*: São Paulo, 1890-1911. 2000. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Propriedade da terra, crédito e mercado imobiliário em São Paulo: 1850-1910. In: REIS, Nestor Goulart (org.). *Sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009, v. 1. pp. 125-136.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A cidade como negócio: mercado imobiliário em São Paulo no século XIX. In: FRIDMAN, Fania; ABREU, Mauricio (org.). *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

_____. *Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva Histórica: São Paulo (1809-1950)*. São Paulo: FAUUSP, 2008.

_____. Mercado Imobiliário em perspectiva histórica (1809-1950). In: REIS, Nestor Goulart. *Sobre a Dispersão Urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009.

_____. Novas tecnologias para velhos desenhos: projeto de pesquisa ‘Arquivo histórico municipal Washington Luís - a cidade de São Paulo e sua arquitetura’. In: *9º seminário docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente*. Brasília, Junho de 2011.

CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

CAMPOS, Eudes. *Arquitetura paulistana sob o Império: Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. Casas e vilas operárias paulistanas. *Informativo do Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, ano 4, n. 19, jul./ago. 2008.

CAMPOS, Luiz Augusto. “O negro é povo no Brasil”: afirmação da negritude e democracia racial em alberto guerreiro ramos (1948-1955). *Cad. CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 91-110, Apr. 2015

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A cidade como história. *História: Questões & Debates*, Curitiba: Editora UFPR, n. 50, pp. 61-

101, jan./jun. 2009.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Fotografia no Museu: o projeto de curadoria da coleção Militão Augusto de Azevedo. *Anais do Museu Paulista* [online]. 1997, v. 5, n.1, pp. 205-245.

CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

CASTORIADES, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. Tebas: Vida e atuação na São Paulo Colonial. *Resgate – História e Arte II*, [Website] 2011. Disponível em: <https://sites.google.com/site/resgatehistoriaearte/>. Acesso em 08 dez. 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHIARELLI, Tadeu. Andar por São Paulo faz com que São Paulo também ande em nós. In: *Catálogo da exposição Metrópole: Experiência Paulistana*. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2017.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização [1893]*. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2010.

COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas*. São Paulo: RIMA; FAPESP, 2003.

CUICA, Oswaldinho da; DOMINGUES, Andre. *Batuqueiros da Paulicéia*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Joseph-Antoine Bouvard no Brasil: Os melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 2 v.

DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction in America: Toward a History of the Part Which Black Folk Played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860-*

1880. Londres: Routledge, 2013.

DEAN, Waren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

DECCA, Edgar S. História a contrapelo: sobre vencedores y vencidos. MUDROVČÍC, María Inés; RABOTNÍKOF, Nora (org.). *Temporalidad, historia y memoria*. Ciudad del Mexico: Siglo XXI, 2013. pp. 75-92.

_____. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DELGADO, Yasser Farrés. *Críticas decoloniales a la arquitectura, el urbanismo y la ordenación del territorio: Hacia una territorialización de ambientes humanos en Cuba*. 2013. Tesis (Doctoral) - Universidad de Granada, Espanha, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Prefácio. PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. Prefácio. In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma História Não Contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

ENOKIBARA, Marta. *Para além do vazio: as propostas elaboradas para a Várzea do Carmo na cidade de São Paulo: séculos XIX e XX*. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FANTIN, Jader Tadeu. *Os japoneses no bairro da Liberdade-SP na primeira metade do século XX*. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global: 2015.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

FERNÁNDEZ, Sandra (org.). *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones*. Rosario: Prohistoria, 2007.

FERREIRA, Pedro Beresin Schleder. *A Avenida de mil vias: conflito, contradição e*

ambivalência na modernização de São Paulo (1890-1920). 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.

FREHSE, Fraya. *Ô da rua!* São Paulo: Edusp, 2011.

_____. *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*. São Paulo: Edusp, 2005.

FREUD, Sigmund. *Obras completas: O mal-estar na civilização. Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: Ensaio sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014.

_____. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GENNARI, Luciana Além. *As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2005.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Experiências sul-americanas: uma lacuna na historiografia brasileira sobre a cidade e o urbanismo*. GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.

GORELIK, Adrián. *La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana em Buenos Aires (1887-1936)*. Bernal: Editora de la Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

GRIFFIN, Emma. *Diets, Hunger and Living Standards During the British Industrial Revolution*. *Past & Present*, Oxford: Oxford University, v. 239, n. 1, pp. 71–111, mai. 2018.

GROSTEIN, Marta Dora. *O papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1987.

GUERRA DE LA VEGA, Ramon. *Guia de arquitectura y urbanismo de Madrid*. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 2003.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Patologia social do branco brasileiro*. *Jornal do Comércio*, jan. 1955.

GUIMARÃES, Laís de Barros Monteiro. *Liberdade*. São Paulo: DPH/AHM, 1979.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *A democracia racial revisitada*. *AFROASIA* [online], v. 60, pp. 9-44, 2019.

_____. Prefácio. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

_____. Depois da democracia racial. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, pp. 269-290, 2006.

_____. Democracia racial. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 4, pp. 33-60, 2002.

_____. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Estudos Sociológicos*, São Paulo, v. XX, n. 61, pp. 147-162, 2001.

HALL, Michael. A imigração na cidade de São Paulo. PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*. v. 3: A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. pp. 121-151.

HAMDA, Tomoo. *Memórias de um Imigrante Japonês no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, pp. 261-273, Jul/Dez 2006.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERKENHOFF, Paulo; VERAS, Leno. *Encarte da exposição “São Paulo não é uma cidade – invenções do centro”*. São Paulo: SESCSP, 2017.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto-Museu de Arte do Rio, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (orgs.). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*. Tomo IV: Memória, narração, história. Salvador, EDUFBA, 2015.

JESUS, Edson Roberto de. “BAMO SAMBÁ”. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 40, fev. 2010.

JORDAN, Raquel Oliveira. A cidade como questão: saberes e práticas em disputa nas propostas de “melhoramentos urbanos” para São Paulo (1890-1910). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, Brasília, DF. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh, 2017. p. 1-15.

_____. *‘Previsão, embelezamento, fluidez’*: saberes e práticas em disputa na formação do urbanismo em São Paulo entre as décadas de 1890 e 1910. 2019. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

JORGE, Clóvis de Athayde. *Santa Ifigênia*. São Paulo: DPH, 1999.

KILOMBA, Grada. A Máscara. *Cadernos de Literatura em Tradução*, [tradução: DE JESUS, J.] n. 16, 10 maio 2016.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

_____. *Palestra-performance: Descolonizando o conhecimento*. São Paulo: Instituto Goethe, 2016.

KOGURUMA, Paulo. *Conflitos do imaginário: a reelaboração das práticas e crenças afrobrasileiras na “metrópole do café” (1890-1920)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

KUVASNEY, Eliane. Os mapas como “operadores espaciais” na construção da cidade de São Paulo do início do século XX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 64, pp. 167-182, 2016.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. O Bexiga e os italianos em São Paulo, 1890/1920. LANNA, Ana Lucia Duarte; PEIXOTO; Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011, v. 1, pp. 209-244.

_____. *Ferrovias, cidades, trabalhadores: 1870/1920*. 2002. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *Aquém e além mar: imigrantes e cidades*. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 48, p. 11, 2012.

LAWRENCE, Errol. Just plain common sense: the 'roots' of racismo. CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. *The Empire Strikes Back: Race and Racism in 70s Britain*. Londres: Routledge, 1982, pp. 45-92.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LESSER, Jeffrey. Um roteiro “brasileiríssimo” pelo bairro da Liberdade. In: CYTRYNOWICZ, Roney. *Dez roteiros históricos a pé em São Paulo*. São Paulo: Editora Narrativa Um, 2007, pp. 25-41.

LIMA, Vanessa Alves de. *Experiências da urbanização em Santa Ifigênia: habitação, sanitarismo e salubridade*. 2014. Trabalho de conclusão de curso (História). UNIFESP, 2014.

LEVI, Giovanni. Entrevista con Giovanni Levi concedida a Monica Oliveira. *Acervo*, v. 30, n. 1, p. 10-17, 5 jun. 2017

MARICATO, Ermínia. A ideia fora do lugar e o lugar fora das ideias. ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARINS, Paula César Garcez. Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo. LANNA, Ana Lucia Duarte; PEIXOTO;

Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (org.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011, v. 1, pp. 209-244.

_____. Mulheres de elite, filhos naturais. São Paulo, séculos XVIII e XIX. FUKUI, L. (org.). *Segredos de família*. São Paulo: Annablume; Nemge/USP; Fapesp, 2002. pp. 43-60.

_____. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARTINS, C. A. F. "Há algo de irracional...": Notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira. GUERRA, Abílio. (org.). *Textos Fundamentais sobre a História da Arquitetura Moderna Brasileira*. Parte 2. São Paulo: Romano Guerra, 2010. pp. 131-168.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, pp. 223-253, dez. 2013.

MARSON, Izabel A. Qual o lugar da História Local? Percursos e potencialidades do tema e do problema. PAULILO, André L; HADLER, Maria Sílvia D. (org.). *História Local & Memória: política, cultura, identidades*. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP (CMU). 2020 [no prelo].

MARX, Karl. *O capital: crítica da econômica política*. Livro I: o processo de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Campinas: Unicamp, 2013.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*. São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hicitec, 1985.

MELO, Berta de Oliveira. *Águas errantes: uma narrativa sobre o rio Tamanduateí, a cidade e a arte*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp, 2010.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

MUNHOZ, Sidnei. *A cidade ao avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. Tese (Doutorado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. RATTS,

Alex. *Eu sou atlântica: a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP; Instituto Kuanza, 2010.

_____. Por uma história do homem negro. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis: Vozes, v. 68, n. 06, pp. 41-45, Jun/Jul 1974.

NEGAWA, Sachio. *Formação e Transformação do Bairro Oriental: um aspecto da imigração asiática da cidade de São Paulo, 1915-2000*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história, a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, São Paulo: PUC-SP, pp. 7-28, 1993.

NOVO, Leonardo Faggion. *Entre arte e técnica: arquiteturas políticas na legitimação da profissão no Brasil (1920-1930)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

OLIVEIRA, Maria Luiza de. *Entre a casa e o armazém*. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. Uma senhora na rua do imperador: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo, 1870-1890. GRINBERG; Keila SALLES; Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, pp. 155-198, p.173.

OLIVEIRA, Rodrigo Bartholomeu Romano da Silva e. *Os três viadutos do Vale do Anhangabaú*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2011.

OTERO CARVAJAL, Luis Enrique; PALLOL TRIGUEROS, Ruben. El Madrid moderno: capital de una España urbana en transformación, 1860-1931. *Historia Contemporánea*, Leioa, n. 39, pp. 541-588, 2009.

PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens (1900-1940). *Espaço e Debates*, n. 33, 1991.

PARETO JR, Lindener. *O cotidiano em construção: os práticos licenciados em São Paulo, 1893-1933*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. *Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não-diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960)*. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O barão de Iguape, um empresário da época da independência*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Circulação de ideias e academicismo: os projetos urbanos para as capitais do Cone Sul, entre 1920 e 1940. GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994.

PIRES, Walter. *Configuração territorial, urbanização e patrimônio: Colônia da Glória (1876-1904)*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

POMIAN, Krzysztof. Coleções. *Enciclopédia Einaudi*, v. 1: Memória/História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, pp. 51-86, 1984.

PAOLI, Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens (1900-1940). *Espaço e Debates*, n. 33, 1991.

RANCIERE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

REIS, Philippe Arthur dos. *Construir, morar e viver para além do centro de São Paulo: os setores médios entre a urbanização e as relações sociais do Brás (1870-1915)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REIS, Nestor Goulart. Sobre a história da urbanização: história urbana. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 34, pp. 15-18, 1981.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893). CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2010. pp. 39-78.

RIBEIRO, Vanessa Costa. *Várzea do Carmo a Parque Dom Pedro II: de atributo natural e artefato: décadas de 1890 a 1950*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, Wagner. Tebas: o escravo arquiteto do século XVIII. *Leituras da História*, São Paulo, n. 50, pp. 32-50, 2012.

RODRIGUES, Gustavo Partezani. *Vias públicas: tipo e construção em São Paulo (1898-1945)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

RODRIGUES, Jaime. Da 'chaga oculta' aos dormitórios suburbanos: notas sobre higiene e habitação operária na São Paulo de fins do século XIX. CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial;Arquivo Público do Estado de S. Paulo, 2010. pp. 79-90.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.

ROSENBERG, Fernando J. *The Avant-garde and Geopolitics in Latin America*. Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2006.

RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar: A história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004

SANTOS, Amália Cristovão dos. *Em obras: os trabalhadores da cidade de São Paulo entre 1775 e 1809*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza (1890/1915)*. São Paulo: Anablume, 1998.

SANTOS, Fabricio Forganés. As Igrejas das Irmandades dos Homens Pretos e a memória afro-brasileira no urbanismo da cidade de São Paulo. In: *Anais do II Seminário Internacional Espaços Narrados: as línguas na construção dos territórios ibero-americanos*. São Paulo: FAU/USP, 2019. v. 1. pp. 392-412.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. *Domando as águas: salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. 2006. Tese (Doutorado)– Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo, una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

_____. *Siete ensayos sobre Walter Benjamin*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

SCHNECK, Sheila. Cotidiano e trabalho no bairro do Bexiga: uma hipótese a ser pensada (1906-1931). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 65, pp. 72-95, dez. 2016.

SCHOLZ, Roswitha. 2007. Homo Sacer e os ciganos. *Revista EXIT!*, n. 4, Junho de 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. The Evidence of Experience. *Critical Inquiry*, v. 17, n. 4, pp. 773-797, Summer, 1991.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Meandros dos rios nos meandros do poder Tietê e Pinheiros*: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole*: Arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX, São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SENNET, Richard. *Construir e habitar*: ética para uma cidade aberta. São Paulo: Record, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário. Inscursões na entropia paulista. *Revista USP* n. 63. São Paulo: CCS-USP, 2004.

SILVA, Wellington Barbosa da. “Uma autoridade na porta das casas”: os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife no século XIX (1830-1850). In: *SAECULUM – Revista de História*. João Pessoa, jul/ dez. 2007.

SIMONI, Lucia Noemia. *O Arruamento de terras e o Processo de Formação do Espaço Urbano no Município de São Paulo 1840/1930*. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. A Planta da Cidade de São Paulo de 1897: uma cartografia da cidade existente ou da cidade futura. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, n. 3, 2009, Ouro Preto. *Anais [...]* Ouro Preto, 2009.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. *Carnaval em branco e negro*. São Paulo: EDUSP, 2007.

SIQUEIRA, Lucilia. *Bens e costumes na Mantiqueira*: Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista (1840-1895.) 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOUZA, José Inácio de Melo. José de Sá Rocha: engenheiro municipal. Uma trajetória pessoal e a formação de um corpo técnico para gestão da cidade. *Informativo Arquivo Histórico de São Paulo*, v. 9, n. 35, fev. 2014.

_____. *Salas de cinema e história urbana de São Paulo (1895-1930)*: o cinema dos engenheiros. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016.

SOUZA, Paula Carlos de. *Glicério*: lugar de todos, terra de ninguém. Trabalho de conclusão de curso (Arquitetura e Urbanismo). Mackenzie, São Paulo, 2015.

SORIA Y PUIG, Arturo. La obra de Cerdà a vista de pájaro. In: *Teoría de la construcción de las ciudades: Cerdà y Barcelona*. v. 1. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas del Ayuntamiento de Madrid, 1991.

_____. Algunas claves de la teoría de la viabilidad urbana de Cerdà. In: *Teoría de la construcción de las ciudades: Cerdà y Madrid*. v. 2. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas del Ayuntamiento de Madrid, 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 150-202.

TOPALOV, Christian. Da Questão Social aos Problemas Urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz César Q; PECHMAN, Robert (org.). *Cidade, Povo e Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

TRINDADE, Liana Maria Sálvia. *Construções míticas e História: estudos sobre as representações simbólicas e relações raciais em São Paulo do século XVIII à Atualidade*. 1991. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.

VAZ-PINTO, Raquel. A Grande Guerra e a ascensão da Ásia: a China e o Japão. *Relações Internacionais* [online]. 2014, n. 42. pp.107-116.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

WAISMAN, Marina. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. (Trad. Anita di Marco). São Paulo: Perspectiva, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. *Ritos de magia e sobrevivência: Sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

Anexo I – Trajetória em arquivos

Esta pesquisa foi formulada a partir da investigação de uma quantidade expressiva de fontes primárias. Consideramos pertinente este anexo porque algumas das questões teórico-metodológicas que exploramos ao longo da tese foram formuladas justamente na larga experiência de consulta a esses acervos. Exploramos aqui alguns pontos sobre a organização, políticas de acesso e práticas de consulta aos acervos do AHM e do ATJSP, focando na série Obras Particulares e nos autos crime. A SOP é frequentemente utilizada em trabalhos de história da cidade, urbana, da arquitetura e do urbanismo, sendo atualmente uma das séries mais pesquisadas pelos consulentes do AHM. O projeto de pesquisa “Arquivo Histórico Municipal Washington Luís: a cidade de São Paulo e sua arquitetura”, realizado pelos professores da FAU-USP Nestor Goulart Reis Filho e Beatriz Bueno entre 2007 e 2010, com financiamento da FAPESP, estima que 66 mil documentos compõem essa série na documentação em posse do arquivo permanente. O principal produto do projeto foi a digitalização e criação de uma base de dados para acesso online das SOP compreendidas entre os anos de 1906 a 1914. A base SIRCA permite acesso a 32.800 documentos da SOP (BUENO, 2011). É incalculável a quantidade de documentos da série que consultamos ao longo de todo o período de pesquisa, pelas próprias características do acervo já mencionadas, vez que não indexamos em nossa própria base toda a documentação consultada, mas apenas a que diretamente nos interessava no nosso recorte, a partir dos critérios que apresentamos na introdução.

Realizei pesquisa regular no AHM ao longo desses cinco anos de pesquisa, fazendo um levantamento mais intensivo ao longo do segundo e terceiro ano. Convivendo mais cotidianamente com esse acervo e com a instituição, pude fazer um trabalho mais sistemático com a documentação e entender melhor a dinâmica de sua organização. No caso da SOP, apesar da visibilidade e dos projetos realizados com a série, a sua organização segue bastante informal, se relacionando mais com a trajetória do acervo do que com um trabalho arquivístico propriamente dito, especialmente no que se refere às bases de dados para consulta e a história da sua gestão documental. É possível classificar a organização informal desse acervo em três partes:

O primeiro abrange o **período de 1870 a 1906**: essa parte da documentação está toda acondicionada em encadernados, e há uma mescla entre pedidos de alinhamentos e pedidos diretamente relacionados com reforma e edificação de unidades. A única intervenção de organização realizada nesses documentos quando do

encadernamento (não há registro exato dessa intervenção, os encadernados mais antigos datam da década de 1940) foi organizar os nomes das ruas em ordem alfabética. Portanto, no guia oficial do AHM o pesquisador tem a referência da data e das letras contidas em cada encadernado; um exemplo: Encadernado 6 – 1893-1895 – letras: A, B, C. Há um instrumento de pesquisa complementar, que foi cedido por um pesquisador ao AHM; nele foram discriminados o nome de cada rua contido nos encadernados, porém, esse levantamento não foi feito de maneira sistemática, referindo-se apenas aos encadernados de interesse desse pesquisador, o que restringe o universo a poucos bairros e a um período concentrado entre 1893 e 1905. Em geral, quando o pesquisador inicia a investigação no AHM e tem interesse no período anterior ao presente na base do SIRCA, esse levantamento pessoal do pesquisador é apresentado como instrumento de pesquisa do AHM. O que gera uma errônea impressão de que ele dá conta de toda a dimensão do acervo, e pode ter impactado negativamente pesquisas realizadas com essa documentação, considerando a prática comum dos pesquisadores de fazer levantamentos seriados comparativos. Os primeiros volumes dessa série de encadernados, poucos, se comparados ao montante geral dos encadernados - aproximadamente vinte volumes - são de uma encadernação mais recente, distinta da encadernação da década de 1940, que se intitula como “série complementar”. Não há registro dessa intervenção, e nesses volumes apenas há uma página de informação datilografada acompanhada do croqui ou planta, ou seja, todos os pedidos contidos nesses encadernados tiveram seus ofícios extraviados. Como não há registro dessa intervenção, não sabemos se essa documentação foi propositalmente separada, talvez incorporada à série Papéis Avulsos, ou se esses mapas e croquis já foram encontrados assim separados e reunidos nessa “série complementar”, a SOP.

O segundo **período entre 1906 e 1914**: essa parte da documentação está acondicionada solta, sendo cada processo separado por folha sulfite, em caixas de papelão. Esse é o período coberto pela base SIRCA, com consulta online, que permite acesso a 32.800 documentos da SOP. A base é bastante instável, e frequentemente a consulta ao acervo em seu acesso online é impedido por mudanças nas normativas do AHM que são bastante restritivas em se tratando de um arquivo público, além do que, há diversos problemas técnicos de erro na base não sanados já que o projeto está encerrado e o AHM não se responsabiliza diretamente pela base. Tivemos inicialmente vários problemas de consulta ao SIRCA, e ao longo desta pesquisa nos aprofundamos no entendimento da estrutura dessa base de dados. Constatamos que há uma série de

problemas que estão condicionando incorretamente pesquisas que usam a base como único acesso à documentação. Inicialmente, ao se proceder a pesquisa na base, tem-se a impressão que há vários registros com erro nas imagens de croquis e plantas que impossibilitariam a pesquisa digital. No entanto, fazendo um cotejamento da base de dados com as caixas de documentação, descobrimos que o problema de erros nas imagens é muito menos do que se supunha, apesar de relevante. O que ocorre é que a opção da digitalização desse acervo apenas contemplou os croquis e mapas, sendo essa decisão não explicitada nos instrumentos de busca referentes a essa base, gerando a distorção de entendimento. São recorrentes na SOP pedidos que não são acompanhados de nenhum documento visual, vários deles trazem apenas o ofício fazendo a solicitação e a resposta do fiscal no verso. Nesses casos, o banco não explicita a inexistência de imagem para aquele registro simplesmente porque consta desse documento apenas a parte manuscrita. Ou seja, aparece como um erro da imagem, mas a documentação original não contém nenhum documento visual, portanto, não se trata de um erro do arquivo digital.

Quando percebemos a limitação dos dados inseridos no SIRCA, e que esse não contempla a digitalização da documentação manuscrita, tivemos de proceder à pesquisa da documentação original também nesse período mencionado, no intuito de ter todas as informações presentes na documentação. Assim, o problema para a preservação do acervo, fazendo com que uma documentação já digitalizada continue em manipulação física, parece ainda mais incontornável, já que as plantas digitalizadas pelo projeto só têm sentido na leitura conjunta com a documentação escrita – o ofício, os pareceres dos fiscais, os memoriais descritivos. Essa constatação nos levou a uma reflexão sobre como a base SIRCA tem condicionado pesquisas que a utilizam como único acesso à documentação, já que essa condição pode gerar uma distorção nos dados e muito provavelmente conduz a conclusões não amparadas efetivamente nas informações comportadas na documentação. A relação entre as informações escritas e o desenho na SOP é indivisa, e a sua análise pontual pode promover distorções especialmente sérias quando tratamos da cidade construída. Um exemplo são os pedidos de construção ou reformas de edificações não autorizados pela municipalidade; só se acessa essa informação pelo parecer do fiscal, que em geral fica no verso do ofício.

Ao longo da nossa revisão bibliográfica, tivemos acesso a pelo menos quatro estudos recentes que usaram como base de documentação apenas o SIRCA, o que coloca para a historiografia um desafio sério de como lidar com as limitações das

bases de dados – talvez, para análises de forma no campo da Arquitetura apenas o desenho bastaria, mas para a história da arquitetura, história urbana e história do urbanismo, o banco apresenta uma deficiência incontornável. Segundo informações das auxiliares de pesquisa do AHSP, há documentação da SOP, no período abarcado pelo SIRCA, dispersa entre a série Papéis Avulsos, ou seja, mesmo para o período coberto pela base o pesquisador não tem como afirmar que consultou toda a documentação preservada no AHSP sobre determinado edifício, rua, bairro.

Para o último **período, entre 1915-1923**, a documentação também se encontra solta e armazenada em caixas, e sem qualquer organização mais detalhada, seja por parte dos pesquisadores, seja por parte do próprio AHSP, a única forma de organização é ordem alfabética dentro de cada ano. A organização da parte mais antiga da série, o período dos encadernados, foi realizada quando essa documentação ainda estava em idade intermediária. É provável que sua transferência para o acervo durante modificações nas técnicas arquivísticas tenham relegado esse conjunto tão numeroso como não prioridade da instituição na organização do seu acervo. Assim, a única forma de consulta a esse período é a solicitação pelo nome da rua e ano, assim como a verificação de uma caixa antes e uma depois para se ter certeza de que a ordem está correta – a opção entre organizar mantendo a grafia original ou atualizada também não possui padrão, fazendo com que seja necessário pesquisar em todas as variações do nome da rua para ter certeza do montante de documentação de cada ano.

Os procedimentos ao mesmo tempo rígidos e confusos adotados no AHSP para o acesso aos documentos parecem ter mais a função de impedir que a documentação possa ser pesquisada e estudada do que garantir sua integridade: é comum não encontrar a documentação que se está procurando por desencontro na informação nas bases de dados, como já expostos, ou mesmo pelo documento ter se perdido de forma não esclarecida. O estado de conservação dos documentos também é precário: plantas e croquis são mantidos dobrados em meio a encadernados, ou dentro de caixas, o que acarreta rasgos e perdas de informações às vezes irreversíveis. Nos deparamos com muitas plantas e croquis que seriam de grande valia para esta pesquisa, mas que estavam completamente rasgadas e sem uma política do AHSP para proceder a recuperação desse material através de trabalho de restauração a curto prazo. Outra questão importante para a conservação desse acervo é que, após uma longa obra, que possibilitou a construção de um novo prédio para o arquivo, com instalações mais preparadas para receber documentação histórica (controle de temperatura, umidade,

isolamento externo), o acervo com que trabalhamos segue em um prédio anexo sem nenhum desses cuidados, assim como outros diversos acervos datados do século XIX e início do século XX, além da pequena área destinada à pesquisa. Nos primeiros meses de 2016 o AHSP restringiu ainda mais a possibilidade de pesquisa, alegando falta de funcionários, e agora só é possível visitar o arquivo com horário previamente marcado, limitando os dias de trabalho de cada pesquisador, e eliminando/retirando a possibilidade de pesquisar aos sábados. Frequentemente são alteradas as normativas de consulta e reprodução do acervo, o que nos obrigou a reconsultar diversas vezes a mesma documentação para conseguir a reprodução das plantas.

A documentação prioritária para cruzamento com a SOP deteve-se nos autos crime do acervo do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJSP). Trabalho com essa documentação desde a graduação, quando participei do projeto “História das mulheres ex-escravas e imigrantes na história social da urbanização de São Paulo”, coordenado pela professora Maria Odila Leite da Silva Dias, que também contou com a orientação da professora Lucília Siqueira, entre os anos de 2007 e 2011. O principal objetivo do grupo era realizar um levantamento de processos-crime do Tribunal Judiciário de São Paulo, já que, de acordo com pesquisas realizadas anteriormente pelas professoras coordenadoras do grupo, ainda havia nos depósitos desse arquivo muito material não trabalhado por outros pesquisadores, que constituía uma fonte importante para acessar de forma mais próxima os estratos mais pobres da sociedade daquele período. Iniciamos as pesquisas no ATJSP com a intenção de fotografar a maior quantidade possível de processos que estivessem inseridos no período de 1870 a 1930, com a perspectiva inicial de privilegiar os que contassem com mulheres e a população pobre como agentes prioritários nas situações tratadas.

Seguimos com visitas regulares ao ATJSP, realizando o levantamento dos processos, fotografando-os e incluindo seus dados básicos em uma planilha unificada entre todas as pesquisadoras do grupo, a qual, além das informações básicas dos processos, também apresentava o teor da documentação, ou seja, informações a respeito do crime tratado por aquele processo e também dos sujeitos envolvidos. Durante esse período, foram digitalizados e catalogados 629 autos crime. Após a interrupção das atividades do grupo de trabalho, prossegui com o levantamento de autos crime no ATJSP durante a realização da pesquisa para o mestrado. Nesse segundo período de pesquisa, que se desdobrou de abril a julho de 2012, analisei 227 processos, sendo que somente a parte diretamente selecionada para análise na presente pesquisa foi

fotografada e catalogada. O levantamento de documentação para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado foi feito de duas formas: com o retorno da pesquisa física no ATJSP e com a pesquisa na base de dados do grupo de trabalho. Importante salientar que os processos não têm qualquer classificação de modo minimamente aprofundado, e sequer é possível ter-se uma ideia segura sobre o tamanho do universo de documentação que compõe o acervo da Justiça. Até o momento, continua em curso um processo de informatização desse acervo, com vistas à criação de uma base de dados digital para dimensionar o acervo e indexar algumas informações básicas sobre o processo, tais como: réu, querelante, vara, cidade e ano de abertura.

Esse processo está em curso desde que iniciamos as pesquisas nessa instituição, e hoje está bastante avançado, apesar de não auxiliar muito em nosso trabalho, pois o recorte espacial não está incluído na base. Fomos beneficiados por essa indexação, assim como outros pesquisadores, quando necessitamos buscar processos por nome, e também porque essa indicação elimina algo que era frequente no ATJSP – o mesmo processo vinha repetidas vezes ao longo da pesquisa, já que as caixas não tinham nenhuma identificação além do ano. Os processos do ATJSP já estiveram em todo tipo de situação de guarda e não passaram por um processo de conservação preventiva e de restauro dos danos sofridos pela ação do tempo e pela guarda inadequada: vários processos passaram por incêndios e enchentes, fazendo com que sua manipulação, especialmente para fins de reprodução, seja muito complicada, e também alguns deles já perderam de maneira irreversível informações, seja pelo borramento das letras, pelo esfacelamento das páginas pelo tempo, pela ação do fogo ou mesmo pela perda de folhas em circunstâncias não esclarecidas.

Parte desse acervo foi transferida no ano de 2011 para o APESP, uma parcela pequena que se remete principalmente ao período anterior ao ano de 1889, os quais pesquisamos para dar conta dos anos iniciais do nosso recorte temporal. Durante todos estes anos de pesquisas, insistíamos para estabelecer um procedimento, por percebermos que regularmente nos eram apresentadas as mesmas caixas, e fomos notando, dialogando com a bibliografia que se debruçou sobre essa documentação, que apenas uma parte pequena do acervo era disponibilizada aos pesquisadores – assim, durante muito tempo, as pesquisas foram realizadas em cima de uma pequena amostra desse acervo. Conseguimos aos poucos diversificar a documentação que nos era permitida a consulta, mas para esse período do século XIX seguíamos com dificuldade

de acesso. Quando parte do acervo foi transferida para o APESP o volume documental era pequeno, e o informado era que toda a documentação anterior a 1889 fora recolhida.

Procedemos então pesquisa na APESP para tentar resolver a ausência na nossa documentação, visitando o acervo diversas vezes ao longo de um mês e criando um procedimento amostral para verificar que tipo de documentação de fato tinha sido transferida. As informações mais simples dos processos estão inseridas na base do APESP, permitindo organizar melhor nossa amostragem. Para isso, selecionamos quarenta caixas para fazer a análise interna dos processos de cada uma delas, com os títulos que mais aproximavam de autos crime – porque essa definição não constava no banco como um tipo de processo. Na nossa análise exploratória, encontramos um único auto crime da capital dentro do nosso período, havia alguns poucos mais antigos, mas também não eram em número relevante. Há um número relevante de autos crime do interior, litoral e até do Paraná, mas para a capital há somente um grande número de inventários, disputa por herança e ações de juízo de órfãos. Tanto por esse levantamento, quanto pela minha experiência como funcionária do APESP durante a transferência desse acervo, sabemos que o acervo de autos crimes não foi de fato transferido. Atualmente, o ATJSP passa novamente por uma mudança de gestão e das políticas de acesso ao acervo, sendo o setor de Arquivo extinto tanto para consulta de advogados e juízes, como de pesquisadores. Agora todo o atendimento para a consulta é gerenciado pela empresa terceirizada responsável pelo armazenamento da documentação em depósito na cidade de Jundiaí. É sem dúvida um cenário bastante preocupante para a preservação desse acervo, que tem inclusive valor comercial, vez que já foi roubado e vendido ilegalmente para colecionadores em diversas situações.